



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1457

Segunda-feira - 31 de Março de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	4
Água Doce	4
Antônio Carlos	35
Arroio Trinta	38
Ascurra	41
Balneário Rincão	42
Biguaçu	51
Bom Jesus do Oeste	55
Bom Retiro	57
Braço do Trombudo	62
Brunópolis	65
Brusque	71
Caçador	72
Camboriú	95
Campo Alegre	96
Campos Novos	102
Canoinhas	108
Capinzal	174
Catanduvas	207
Chapadão do Lageado	244
Cocal do Sul	246
Concórdia	246
Cordilheira Alta	248
Coronel Martins	272
Correia Pinto	272
Corupá	281
Curitibanos	281
Dionísio Cerqueira	287
Ermo	288
Faxinal dos Guedes	291
Forquilha	293
Fraiburgo	294
Garopaba	297
Garuva	301
Gaspar	301
Governador Celso Ramos	303
Guaramirim	304
Guarujá do Sul	304
Herval d'Oeste	305
Ibiam	306
Imbituba	312
Iomerê	312
Ipumirim	313
Irineópolis	314
Itá	317
Itapiranga	318
Itapoá	319
Joaçaba	322
Lages	332
Lauro Muller	336

Lebon Regis	337
Leoberto Leal	338
Lindóia do Sul	338
Luzerna	338
Mafrá	339
Maravilha	343
Massaranduba	350
Meleiro	350
Modelo	351
Monte Carlo	359
Morro da Fumaça	359
Navegantes	359
Nova Trento	361
Novo Horizonte	364
Orleans	364
Paial	371
Palhoça	371
Passos Maia	407
Paulo Lopes	407
Pinheiro Preto	415
Pomerode	416
Porto União	416
Rio do Sul	427
Santa Rosa do Sul	432
Santa Terezinha do Progresso	432
São Bento do Sul	432
São João do Sul	479
São José	490
São José do Cedro	499
São Lourenço do Oeste	499
São Pedro de Alcântara	501
Schroeder	502
Serra Alta	512
Timbé do Sul	512
Timbó	519
Tunápolis	531
Turvo	531
Videira	535
Vitor Meireles	544
Xavantina	548

Associações

AMMOC	549
-------------	-----

Consórcios

AGIR	550
CINCO	551
CIS/AMUREL	582
Consórcio Catarina	582
Consórcio Mampituba	582

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinícius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



31 DE MARÇO

Parabéns, Arabutã, por seus 23 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





31 DE MARÇO

Parabéns, Ipuacu, por seus 22 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



Abdon Batista

PREFEITURA

Processo Administrativo 50/2014 PP 42/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 50/2014
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL 42/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM ROLO COMPACTADOR ZERO QUILOMETRO.

TIPO: Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 09/04/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 10 de março de 2014.

Elmar Marino Mecabo	Luciano Hermes
Prefeito Municipal em Exercício	Pregoeiro

Processo Administrativo 51/2014 PP 43/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 51/2014
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL(REGISTRO DE PREÇOS) 43/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE FILTROS DIVERSOS PARA A FROTA DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO.

TIPO: Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 09:00hs. do dia 09/04/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 10 de março de 2014.

Elmar Marino Mecabo	Luciano Hermes
Prefeito Municipal em Exercício	Pregoeiro

Água Doce

PREFEITURA

Portaria 106/2014

PORTARIA Nº 106/2014 de 27 de Março de 2014
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder ao funcionário (a) Juarez Cesar Tonial, inscrito sob CPF nº 469.835.119-72 ocupante do cargo efetivo de Motorista, a partir de 27/03/2014 a 12/04/2014, período 11/12, restando 15 dias para serem usufruídos em data posterior.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 27 de Março de 2014

Novelli Sganzerla

Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro

Diretor do Dpto de RH.

Balanco Orçamentário - 1º Bimestre 2014

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		21.357.676,55	20.940.286,67	3.561.920,88	17,01	3.561.920,88	17,01	17.378.365,79
RECEITAS CORRENTES		20.214.076,55	19.796.686,67	3.549.013,50	17,93	3.549.013,50	17,93	16.247.673,17
RECEITA TRIBUTÁRIA		1.915.465,00	1.498.075,12	237.078,59	15,83	237.078,59	15,83	1.260.986,53
IMPOSTOS		1.522.455,00	1.105.065,12	191.797,81	17,36	191.797,81	17,36	913.267,31
TAXAS		378.010,00	378.010,00	45.280,78	11,98	45.280,78	11,98	332.729,22
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		312.752,39	312.752,39	51.959,55	16,61	51.959,55	16,61	260.792,84
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		113.252,39	113.252,39	18.068,30	15,95	18.068,30	15,95	95.184,09
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		199.500,00	199.500,00	33.891,25	16,99	33.891,25	16,99	165.608,75
RECEITA PATRIMONIAL		115.140,90	115.140,90	54.192,12	47,07	54.192,12	47,07	60.948,78
RECEITAS IMOBILIÁRIAS		1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		113.640,90	113.640,90	54.192,12	47,69	54.192,12	47,69	59.448,78
RECEITA AGROPECUÁRIA		10.500,00	10.500,00	7.323,01	69,74	7.323,01	69,74	3.176,99
Outras Receitas Agropecuárias		10.500,00	10.500,00	7.323,01	69,74	7.323,01	69,74	3.176,99
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		17.745.210,05	17.745.210,05	3.162.283,24	17,82	3.162.283,24	17,82	14.582.926,81
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		17.152.510,05	17.152.510,05	3.133.752,09	18,27	3.133.752,09	18,27	14.018.757,96
Transf. de Conv.		592.700,00	592.700,00	28.531,15	4,81	28.531,15	4,81	564.168,85
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		115.008,21	115.008,21	36.176,99	31,46	36.176,99	31,46	78.831,22
Multas e Juros de Mora		11.236,00	11.236,00	3.975,60	35,38	3.975,60	35,38	7.260,40
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		66.706,71	66.706,71	7.302,46	10,95	7.302,46	10,95	59.404,25
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		10.502,50	10.502,50	15.055,11	143,35	15.055,11	143,35	-4.552,61
RECEITAS DIVERSAS		26.563,00	26.563,00	9.843,82	37,06	9.843,82	37,06	16.719,18
RECEITAS DE CAPITAL		1.143.600,00	1.143.600,00	12.907,38	1,13	12.907,38	1,13	1.130.692,62
ALIENAÇÃO DE BENS		74.200,00	74.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.200,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		74.200,00	74.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.200,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1.069.400,00	1.069.400,00	12.907,38	1,21	12.907,38	1,21	1.056.492,62
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		1.069.400,00	1.069.400,00	12.907,38	1,21	12.907,38	1,21	1.056.492,62
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		108.480,00	108.480,00	18.003,59	16,60	18.003,59	16,60	90.476,41
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		108.480,00	108.480,00	18.003,59	16,60	18.003,59	16,60	90.476,41
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		108.480,00	108.480,00	18.003,59	16,60	18.003,59	16,60	90.476,41
Contribuições Sociais		108.480,00	108.480,00	18.003,59	16,60	18.003,59	16,60	90.476,41
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		21.466.156,55	21.048.766,67	3.579.924,47	17,01	3.579.924,47	17,01	17.468.842,20

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas						
Mobilária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	21.466.156,55	21.048.766,67	3.579.924,47	3.579.924,47	17,01	17.468.842,20
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	21.466.156,55	21.048.766,67	3.579.924,47	3.579.924,47	17,01	17.468.842,20
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	886.729,76	—	240.622,24	—	—
Superávit Financeiro	—	886.729,76	—	240.622,24	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	21.357.676,55	2.063.729,76	23.421.406,31	3.523.863,87	3.523.863,87	2.592.067,85	2.592.067,85	20.829.338,46
DESPESAS CORRENTES	18.847.477,54	716.628,61	19.564.106,15	3.474.600,16	3.474.600,16	2.560.274,14	2.560.274,14	17.003.832,01
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.877.866,52	120.359,66	10.998.226,18	1.664.256,28	1.664.256,28	1.664.256,28	1.664.256,28	9.333.969,90
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	46.510,00	6.844,97	53.354,97	6.182,85	6.182,85	6.182,85	6.182,85	47.172,12
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.923.101,02	589.423,98	8.512.525,00	1.804.161,03	1.804.161,03	889.835,01	889.835,01	7.622.689,99
DESPESAS DE CAPITAL	2.452.199,01	1.347.101,15	3.799.300,16	49.263,71	49.263,71	31.793,71	31.793,71	3.767.506,45
INVESTIMENTOS	2.136.188,01	1.346.333,15	3.482.501,16	19.230,60	19.230,60	1.760,60	1.760,60	3.480.740,56
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	316.031,00	768,00	316.799,00	30.033,11	30.033,11	30.033,11	30.033,11	286.765,89
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	8.000,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	108.480,00	23.000,00	131.480,00	18.003,59	18.003,59	18.003,59	18.003,59	113.476,41
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	108.480,00	23.000,00	131.480,00	18.003,59	18.003,59	18.003,59	18.003,59	113.476,41

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	108.480,00	23.000,00	131.480,00	18.003,59	18.003,59	18.003,59	18.003,59	13,69
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	21.466.156,55	2.086.729,76	23.552.886,31	3.541.867,46	3.541.867,46	2.610.071,44	2.610.071,44	11,08
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	21.466.156,55	2.086.729,76	23.552.886,31	3.541.867,46	3.541.867,46	2.610.071,44	2.610.071,44	11,08
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	969.853,03	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	21.466.156,55	2.086.729,76	23.552.886,31	3.541.867,46	3.541.867,46	2.610.071,44	3.579.924,47	11,08

FONTE:

AGUA DOCE , 27/03/2014

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R. TRENTO
Contadora

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função-Subfunção - 1º Bimestre 2014

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
Legislativa	21.357.676,55	23.421.406,31	3.523.863,87	3.523.863,87	2.592.067,85	2.592.067,85	20.829.338,46
Ação Legislativa	784.915,00	784.915,00	74.663,32	74.663,32	74.663,32	74.663,32	710.251,68
Administração	1.884.522,00	1.884.522,00	343.228,60	343.228,60	269.905,50	269.905,50	1.614.616,50
Administração Geral	1.884.522,00	1.884.522,00	343.228,60	343.228,60	269.905,50	269.905,50	1.614.616,50
Segurança Pública	165.780,00	211.478,11	22.843,40	22.843,40	20.020,61	20.020,61	191.457,50
Policimento	14.080,00	28.547,04	2.817,13	2.817,13	2.817,13	2.817,13	25.729,91
Defesa Civil	151.700,00	182.931,07	20.026,27	20.026,27	17.203,48	17.203,48	165.727,59
Assistência Social	913.245,55	977.334,45	111.256,17	111.256,17	68.244,35	68.244,35	909.090,10
Assistência ao Portador de Deficiência	3.260,00	3.442,40	547,20	547,20	547,20	547,20	2.895,20
Assistência à Criança e ao Adolescente	90.378,55	151.179,89	7,40	7,40	7,40	7,40	151.172,49
Assistência Comunitária	819.607,00	822.712,16	110.701,57	110.701,57	67.689,75	67.689,75	755.022,41
Saúde	4.785.342,43	5.416.871,53	1.163.202,23	1.163.202,23	599.285,27	599.285,27	4.817.586,26
Atenção Básica	3.970.449,43	4.250.523,09	676.982,55	676.982,55	477.405,59	477.405,59	3.773.117,50
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	190.800,00	417.000,00	416.890,00	416.890,00	69.490,00	69.490,00	347.510,00
Suporte Profilático e Terapêutico	501.990,00	573.303,63	52.867,38	52.867,38	48.387,38	48.387,38	524.916,25
Vigilância Sanitária	73.508,00	79.316,45	2.708,30	2.708,30	2.208,30	2.208,30	77.108,15
Vigilância Epidemiológica	48.595,00	96.728,36	13.754,00	13.754,00	1.794,00	1.794,00	94.934,36
Educação	5.983.990,57	6.056.652,31	896.217,70	896.217,70	864.448,69	864.448,69	5.192.203,62
Alimentação e Nutrição	169.600,00	169.600,00	10.611,65	10.611,65	10.611,65	10.611,65	158.988,35
Ensino Fundamental	4.734.218,57	4.806.880,31	688.756,54	688.756,54	670.751,88	670.751,88	4.136.128,43
Ensino Médio	67.750,00	67.750,00	254,67	254,67	254,67	254,67	67.495,33
Ensino Superior	147.600,00	147.600,00	8.733,00	8.733,00	8.733,00	8.733,00	138.867,00
Educação Infantil	853.822,00	853.822,00	187.861,84	187.861,84	174.097,49	174.097,49	679.724,51
Educação Especial	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Cultura	203.500,00	203.500,00	15.940,64	15.940,64	7.376,39	7.376,39	196.123,61
Diffusão Cultural	203.500,00	203.500,00	15.940,64	15.940,64	7.376,39	7.376,39	196.123,61
Urbanismo	1.850.230,00	2.588.252,04	264.893,47	264.893,47	156.014,92	156.014,92	2.432.237,12
Infra-Estrutura Urbana	342.000,00	642.000,00	9.906,80	9.906,80	9.575,30	9.575,30	632.424,70
Serviços Urbanos	1.508.230,00	1.946.252,04	254.986,67	254.986,67	146.439,62	146.439,62	1.799.812,42

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	21.357.676,55	23.421.406,31	3.523.863,87	3.523.863,87	2.592.067,85	2.592.067,85	99,31	11,07
Habitação	186.000,01	186.000,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	176.000,01	176.000,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	68.000,00	72.116,90	7,40	7,40	7,40	7,40	0,00	0,01
Saneamento Básico Urbano	68.000,00	72.116,90	7,40	7,40	7,40	7,40	0,00	0,01
Gestão Ambiental	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.001.440,00	1.501.440,00	166.974,23	166.974,23	98.720,64	98.720,64	3,78	6,58
Vigilância Sanitária	64.600,00	64.600,00	7.498,08	7.498,08	7.498,08	7.498,08	0,29	11,61
Extensão Rural	916.840,00	1.416.840,00	156.729,59	156.729,59	89.267,00	89.267,00	3,42	6,30
Promoção da Produção Agropecuária	20.000,00	20.000,00	2.746,56	2.746,56	1.955,56	1.955,56	0,07	9,78
Indústria	230.000,00	230.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	230.000,00	230.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	52.355,00	52.355,00	6.447,20	6.447,20	6.160,77	6.160,77	0,24	11,77
Turismo	52.355,00	52.355,00	6.447,20	6.447,20	6.160,77	6.160,77	0,24	11,77
Comunicações	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	1.375.740,00	1.375.740,00	204.204,99	204.204,99	195.404,99	195.404,99	7,49	14,20
Transporte Rodoviário	1.375.740,00	1.375.740,00	204.204,99	204.204,99	195.404,99	195.404,99	7,49	14,20
Desporto e Lazer	425.720,00	425.720,00	51.663,65	51.663,65	40.494,13	40.494,13	1,55	9,51
Desporto Comunitário	425.720,00	425.720,00	51.663,65	51.663,65	40.494,13	40.494,13	1,55	9,51
Encargos Especiais	1.374.895,99	1.382.508,96	202.320,87	202.320,87	191.320,87	191.320,87	7,33	13,84
Previdência Básica	770.694,99	770.694,99	117.390,42	117.390,42	117.390,42	117.390,42	4,50	15,23
Serviço da Dívida Interna	362.541,00	370.153,97	36.215,96	36.215,96	36.215,96	36.215,96	1,39	9,78
Outros Encargos Especiais	241.660,00	241.660,00	48.714,49	48.714,49	37.714,49	37.714,49	1,44	15,61
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	108.480,00	131.480,00	18.003,59	18.003,59	18.003,59	18.003,59	0,69	13,69
Administração	11.910,00	34.910,00	5.650,32	5.650,32	5.650,32	5.650,32	0,22	16,19
Administração Geral	11.910,00	34.910,00	5.650,32	5.650,32	5.650,32	5.650,32	0,22	16,19

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	108.480,00	131.480,00	18.003,59	18.003,59	18.003,59	18.003,59	0,69	113.476,41
Segurança Pública	700,00	700,00	157,53	157,53	157,53	157,53	0,01	542,47
Defesa Civil	700,00	700,00	157,53	157,53	157,53	157,53	0,01	542,47
Assistência Social	1.820,00	1.820,00	458,12	458,12	458,12	458,12	0,02	1.361,88
Assistência Comunitária	1.820,00	1.820,00	458,12	458,12	458,12	458,12	0,02	1.361,88
Saúde	11.660,00	11.660,00	1.991,43	1.991,43	1.991,43	1.991,43	0,08	9.668,57
Atenção Básica	11.660,00	11.660,00	1.991,43	1.991,43	1.991,43	1.991,43	0,08	9.668,57
Educação	46.200,00	46.200,00	5.823,33	5.823,33	5.823,33	5.823,33	0,22	40.376,67
Ensino Fundamental	43.550,00	43.550,00	4.931,82	4.931,82	4.931,82	4.931,82	0,19	38.618,18
Educação Infantil	2.650,00	2.650,00	891,51	891,51	891,51	891,51	0,03	1.758,49
Cultura	2.120,00	2.120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.120,00
Difusão Cultural	2.120,00	2.120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.120,00
Urbanismo	4.240,00	4.240,00	623,60	623,60	623,60	623,60	0,02	3.616,40
Serviços Urbanos	4.240,00	4.240,00	623,60	623,60	623,60	623,60	0,02	3.616,40
Habitação	2.330,00	2.330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.330,00
Habitação Urbana	2.330,00	2.330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.330,00
Agricultura	6.135,00	6.135,00	680,86	680,86	680,86	680,86	0,03	5.454,14
Vigilância Sanitária	1.335,00	1.335,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.335,00
Extensão Rural	4.800,00	4.800,00	680,86	680,86	680,86	680,86	0,03	4.119,14
Indústria	2.330,00	2.330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.330,00
Promoção Industrial	2.330,00	2.330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.330,00
Comércio e Serviços	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Turismo	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Transporte	11.145,00	11.145,00	1.894,57	1.894,57	1.894,57	1.894,57	0,07	9.250,43
Transporte Rodoviário	11.145,00	11.145,00	1.894,57	1.894,57	1.894,57	1.894,57	0,07	9.250,43

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	108.480,00	131.480,00	18.003,59	18.003,59	18.003,59	18.003,59	0,69	13,69
Desporto e Lazer	6.890,00	6.890,00	723,83	723,83	723,83	723,83	0,03	10,51
Desporto Comunitário	6.890,00	6.890,00	723,83	723,83	723,83	723,83	0,03	10,51
TOTAL (III) = (I + II)	21.466.156,55	23.552.886,31	3.541.867,46	3.541.867,46	2.610.071,44	2.610.071,44	100,00	11,08

FONTE:

AGUA DOCE , 27/03/2014

NOVELLI SGANZERLA	JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Prefeito Municipal	Contadora

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência - 1º Bimestre 2014

Município de AGUA DOCE - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
 2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 28/02/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

AGUA DOCE , 27/03/2014

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - 1º Bimestre 2014

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2013 A FEVEREIRO/2014

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.790.705,99	1.797.405,34	1.869.066,00	1.699.100,82	1.576.232,37	1.716.126,67	1.868.467,21	1.953.262,32	1.979.646,42	2.693.016,05	2.089.896,07	2.053.268,52	23.046.006,78
RECEITA TRIBUTÁRIA	299.352,04	111.461,44	79.820,15	86.190,23	60.264,37	53.163,16	96.889,21	1.953.262,32	98.519,94	496.331,00	98.529,90	136.548,69	1.643.436,50
IPTU:	141.470,25	12.636,63	10.949,21	2.018,63	2.282,88	595,51	834,71	516,40	3.181,34	1.341,06	7.430,19	40.067,84	223.323,65
IR-RF	21.687,11	23.054,17	22.158,65	21.113,30	22.942,70	23.698,46	22.246,47	21.978,18	22.910,59	48.399,48	23.419,21	23.170,69	297.759,01
I.S.S.	33.799,41	48.364,59	30.609,46	35.718,38	23.646,00	15.811,22	52.840,29	26.353,18	40.612,12	429.736,84	46.385,82	30.889,06	814.566,37
I.T.B.I.	2.980,00	10.487,24	4.920,00	17.956,00	8.718,01	6.700,00	12.300,00	9.050,00	28.368,00	6.090,00	9.857,00	10.778,00	127.244,25
Outras Receitas Tributárias	59.855,27	16.918,81	11.183,83	9.883,92	2.674,78	6.357,99	8.867,74	7.467,99	3.447,89	8.804,22	11.637,68	33.643,10	180.543,22
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	24.706,80	26.117,75	24.457,37	20.672,74	23.218,97	22.389,13	24.414,35	23.966,00	26.190,07	26.190,07	26.557,57	25.401,98	293.042,78
RECEITA PATRIMONIAL	27.051,09	18.438,61	2.657,57	8.830,69	7.902,75	58.639,84	2.743,93	18.216,78	7.861,13	51.282,23	14.752,65	39.181,03	255.568,30
RECEITA AGROPECUÁRIA	7.165,06	6.626,24	3.988,77	3.663,11	2.216,49	3.553,70	3.194,39	5.801,74	7.106,38	4.371,72	3.845,01	3.475,00	55.013,61
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.462.499,93	1.614.061,37	1.747.922,40	1.568.385,08	1.469.891,37	1.570.076,16	1.716.654,16	1.824.861,16	1.830.936,64	2.076.495,55	1.891.138,07	1.835.374,70	20.610.296,59
Cota-Parte do FPM:	355.813,96	381.780,35	549.586,47	457.684,94	325.915,82	426.129,77	382.678,29	352.883,71	490.575,88	740.091,40	594.831,36	656.192,90	5.861.924,85
Cota-Parte do I.C.M.S.	620.398,16	721.671,74	711.336,49	666.297,22	681.406,18	669.467,05	736.798,69	716.344,19	797.097,49	794.430,22	757.265,23	717.054,80	8.593.567,46
Cota-Parte do I.P.V.A.	37.946,80	53.157,95	57.651,43	45.325,57	57.857,13	52.844,84	52.637,32	68.976,88	24.659,59	16.213,84	25.407,99	32.073,95	524.753,29
Cota-Parte do ITR:	703,24	1.313,34	4.377,56	702,47	5.028,32	691,41	50.552,70	198.997,43	51.621,99	31.131,20	29.703,21	1.669,99	376.492,86
Outras Transferências Correntes	261.547,39	228.165,96	193.935,39	187.112,50	214.738,10	176.106,31	302.520,41	271.557,63	224.446,93	253.712,00	218.823,55	191.612,86	2.724.278,83
Transferências da LC 61/1989	8.394,17	7.696,98	10.350,09	10.779,90	10.618,47	11.361,83	10.335,05	11.048,24	11.896,09	13.454,63	11.863,44	10.043,87	127.846,76
Transferências da LC 87/1996	0,00	13.024,18	3.256,05	3.256,05	3.256,05	3.256,05	3.256,05	3.256,05	3.256,05	3.256,05	3.134,95	3.134,95	45.342,48
Transferências do FUNDEB	177.686,21	207.250,87	218.448,92	197.246,43	191.071,30	208.218,90	207.875,65	201.997,03	227.379,62	226.286,21	250.108,34	244.591,58	2.672.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.931,07	20.696,93	10.219,74	11.938,97	12.738,42	8.304,66	14.571,17	17.040,89	10.235,28	37.394,88	24.869,87	11.307,12	188.659,00
DEDUÇÕES (II)	213.153,60	244.351,63	275.571,75	243.442,54	223.043,01	244.682,82	261.015,75	278.617,19	284.244,45	282.711,11	293.890,92	288.716,91	3.123.111,68
Contribuição do Associado	8.592,50	8.629,47	8.464,33	6.631,76	10.244,44	7.128,89	9.784,67	8.599,61	8.439,36	9.855,69	9.158,85	8.909,45	104.259,02
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	204.651,10	235.722,16	267.107,42	236.810,78	212.798,57	237.553,93	241.231,08	270.107,58	275.805,09	272.895,42	294.422,07	279.807,46	3.018.852,66
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (II) = (I - II)	1.577.552,39	1.553.053,71	1.593.494,25	1.455.658,28	1.353.189,36	1.471.463,85	1.607.451,46	1.674.635,13	1.695.404,97	2.410.304,94	1.796.115,15	1.764.571,61	19.922.895,10

FONTE:

AGUA DOCE - 27/03/2014

NOVELLI SGANZERIA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos E Aplicação de Recursos - 1º Bimestre 2014

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	74.200,00	0,00	74.200,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	74.200,00	0,00	74.200,00
TOTAL	74.200,00	0,00	74.200,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	51.200,00	0,00	0,00	51.200,00
Investimentos	51.200,00	0,00	0,00	51.200,00
TOTAL	51.200,00	0,00	0,00	51.200,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

AGUA DOCE , 27/03/2014

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas - 1º Bimestre 2014

Município de AGUA DOCE - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

AGUA DOCE , 27/03/2014

 NOVELLI SGANZERLA
 Prefeito Municipal

 JOSELI A.S.M.R.TRENTO
 Contadora

Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito E Despesas de Capital - 1º Bimestre 2014

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	3.799.300,16	31.793,71	0,00	3.767.506,45
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.799.300,16	31.793,71	0,00	3.767.506,45
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-3.799.300,16	-31.793,71		-3.767.506,45

FONTE:

AGUA DOCE , 27/03/2014

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde - 1º Bimestre 2014

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)		R\$ 1,00			
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)		1.541.467,50	1.124.077,62	203.319,79	18,09
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU		704.585,00	287.175,12	47.498,03	16,54
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI		80.865,00	80.865,00	20.435,00	25,27
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		524.970,00	524.970,00	77.274,88	14,72
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		212.055,00	212.055,00	46.589,90	21,97
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos		1.580,00	1.580,00	15,29	0,97
Dívida Ativa dos Impostos		9.502,50	9.502,50	9.262,73	97,48
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa		7.930,00	7.930,00	2.243,96	28,30
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)		14.784.051,55	14.784.051,55	2.821.376,64	19,08
Cota-Parte FPM		5.342.201,55	5.342.201,55	1.230.024,26	23,02
Cota-Parte ITR		254.100,00	254.100,00	31.373,20	12,35
Cota-Parte IPVA		579.250,00	579.250,00	57.481,94	9,92
Cota-Parte ICMS		8.415.000,00	8.415.000,00	1.474.320,03	17,52
Cota-Parte IPI-Exportação		153.000,00	153.000,00	21.907,31	14,32
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		40.500,00	40.500,00	6.269,90	15,48
Desoneração ICMS (LC 87/96)		40.500,00	40.500,00	6.269,90	15,48
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II		16.325.519,05	15.908.129,17	3.024.696,43	19,01

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES		4.167.002,43	4.662.198,38	1.165.193,66	24,99	601.276,70	12,90
Pessoal e Encargos Sociais		2.413.607,00	2.487.561,30	346.691,07	13,94	346.691,07	13,94
Outras Despesas Correntes		1.753.395,43	2.174.637,08	818.502,59	37,64	254.585,63	11,71
DESPESAS DE CAPITAL		627.000,00	763.333,15	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos		627.000,00	763.333,15	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	627.000,00	763.333,15	0,00	0,00	0,00	0,00
	627.000,00	763.333,15	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	4.794.002,43	5.425.531,53	1.165.193,66	21,48	601.276,70	11,08
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIFORMES,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.211.464,00	2.554.043,03	187.579,88	16,10	154.387,76	25,68
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.550.617,00	1.720.633,24	115.682,84	9,93	99.366,54	16,53
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	660.847,00	833.409,79	71.897,04	6,17	55.021,22	9,15
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM	-	-	0,00	0,00	-	-
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹			0,00	0,00		
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAGAR CANCELADOS²						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
QUE						
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.211.464,00	2.554.043,03	187.579,88	16,10	154.387,76	25,68
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.582.538,43	2.871.488,50	977.613,78	5,38	446.888,94	-14,59
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						14,77
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100] 6						-6.815,52

Continua 2/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE			
	1.137,49	1.137,49	5.046,00	-3.908,51	0,00			
TOTAL	1.137,49	1.137,49	5.046,00	-3.908,51	0,00			
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)						
	0,49	0,00		0,49				
TOTAL (VIII)	0,49	0,00		0,49				
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26								
	-	-		-				
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
			Até Bimestre (l)	% ((Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100		
	3.982.109,43	4.262.183,09	678.973,98	58,27	479.397,02	79,73		
	190.800,00	417.000,00	416.890,00	35,78	69.490,00	11,56		
	501.990,00	573.303,63	52.867,38	4,54	48.387,38	8,05		
	73.508,00	79.316,45	2.708,30	0,23	2.208,30	0,37		
	48.595,00	96.728,36	13.754,00	1,18	1.794,00	0,30		
TOTAL	4.797.002,43	5.428.531,53	1.165.193,66	100,00	601.276,70	100,00		

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5 Durante a execução, essa valor poderá variar a movimentação realizada no art. 22 da LC 141/2012.

Continua 3/4

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

* Durante o exercício esse valor servirá para a atualização do previsto no art. 20 da LC 147/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+1) - (15 \times IIIb)/100]$

AGUA DOCE , 28/03/2014

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELIA S.M.R. TRENTO
Contadora

Demonstrativo das Receitas E Despesas MDE - 1º Bimestre 2014

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.541.467,50	1.124.077,62	203.319,79	203.319,79	18,09
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	721.530,00	304.140,12	54.730,99	54.730,99	18,00
1.1.1- IPTU	704.565,00	287.175,12	47.498,03	47.498,03	16,54
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	530,00	530,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	8.505,00	8.505,00	5.528,81	5.528,81	65,01
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	7.930,00	7.930,00	1.704,15	1.704,15	21,49
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	80.865,00	80.865,00	20.435,00	20.435,00	25,27
1.2.1- ITBI	80.865,00	80.865,00	20.435,00	20.435,00	25,27
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	527.017,50	527.017,50	81.563,90	81.563,90	15,48
1.3.1- ISS	524.970,00	524.970,00	77.274,88	77.274,88	14,72
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.050,00	1.050,00	15,29	15,29	1,46
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	997,50	997,50	3.733,92	3.733,92	374,33
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	539,81	539,81	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	212.055,00	212.055,00	46.589,90	46.589,90	21,97
1.4.1- IRRF	212.055,00	212.055,00	46.589,90	46.589,90	21,97
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	14.784.051,55	14.784.051,55	2.821.376,64	2.821.376,64	19,08
2.1- Cota-Parte FPM	5.342.201,55	5.342.201,55	1.230.024,26	1.230.024,26	23,02
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.342.201,55	5.342.201,55	1.230.024,26	1.230.024,26	23,02
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.415.000,00	8.415.000,00	1.474.320,03	1.474.320,03	17,52
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	40.500,00	40.500,00	6.269,90	6.269,90	15,48
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	153.000,00	153.000,00	21.907,31	21.907,31	14,32
2.5- Cota-Parte ITR	254.100,00	254.100,00	31.373,20	31.373,20	12,35
2.6- Cota-Parte IPVA	579.250,00	579.250,00	57.481,94	57.481,94	9,92
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	16.325.519,05	15.908.129,17	3.024.696,43	3.024.696,43	19,01
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	404.300,00	404.300,00	21.515,98	21.515,98	5,32
5.1- Transferências do Salário-Educação	235.200,00	235.200,00	21.257,54	21.257,54	9,04
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	67.600,00	67.600,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	101.500,00	101.500,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	258,44	258,44	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	—	-0,00	14.359,84	14.359,84	338.039.697.375,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	404.300,00	404.300,00	35.875,82	35.875,82	8,87

FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.958.370,00	2.958.370,00	564.229,53	564.229,53	19,07
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.070.000,00	1.070.000,00	246.004,78	246.004,78	22,99
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.683.000,00	1.683.000,00	294.863,83	294.863,83	17,52
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	8.100,00	8.100,00	1.253,98	1.253,98	15,48
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	30.600,00	30.600,00	4.381,47	4.381,47	14,32
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	50.820,00	50.820,00	6.229,23	6.229,23	12,26
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	115.850,00	115.850,00	11.496,24	11.496,24	9,92
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.672.000,00	2.672.000,00	495.468,92	495.468,92	18,54
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.672.000,00	2.672.000,00	494.699,92	494.699,92	18,51
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	769,00	769,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-286.370,00	-286.370,00	-69.529,61	-69.529,61	24,28
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.672.000,00	2.718.405,36	407.801,73	407.801,73	15,00
13.1- Com Educação Infantil	444.020,00	444.020,00	102.974,98	102.974,98	23,19
13.2- Com Ensino Fundamental	2.227.980,00	2.274.385,36	304.826,75	304.826,75	13,40
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.672.000,00	2.718.405,36	407.801,73	407.801,73	15,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)			407.801,73		
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %			82,31		
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %			0,00		
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %			17,69		
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	4.081.379,76	3.977.032,29	756.174,11	756.174,11	19,01
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	885.522,00	885.522,00	174.989,00	174.989,00	19,76
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.386.068,57	4.432.473,93	615.997,21	615.997,21	13,90
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.227.980,00	2.274.385,36	304.826,75	304.826,75	13,40
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.158.088,57	2.158.088,57	311.170,46	311.170,46	14,42
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.271.590,57	5.317.995,93	790.986,21	790.986,21	14,87
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-69.529,61
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					769,00
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					46.405,36
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-22.355,25
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					813.341,46
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					26,89
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	235.200,00	261.456,38	59.686,49	59.686,49	22,83
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	195.050,00	195.050,00	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	430.250,00	456.506,38	59.686,49	59.686,49	13,07
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	5.701.840,57	5.774.502,31	850.672,70	850.672,70	14,73

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	46.758,48	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	494.699,92	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	411.514,67	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	411.161,55	0,00
49.2 Restos a Pagar	353,12	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	769,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	130.712,73	0,00

AGUA DOCE, 27/03/2014

NOVELLI SGANZERLA JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Prefeito Municipal Contadora

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Demonstrativo das Receitas E Despesas Previd. do Regime Próprio de Prev. dos Servidores - 1º Bimestre 2014

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)			R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)				
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Continua 1/4				

Continuação 2/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
Valor				0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

AGUA DOCE , 27/03/2014

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

Demonstrativo do Resultado Nominal - 1º Bimestre 2014

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 28 Fev 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	661.886,98	661.886,98	602.397,58
DEDUÇÕES (II)	5.080.740,83	5.080.740,83	5.866.486,07
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.092.090,87	5.092.090,87	6.121.366,25
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	11.350,04	11.350,04	254.880,18
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-4.418.853,85	-4.418.853,85	-5.264.088,49
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-4.418.853,85	-4.418.853,85	-5.264.088,49

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2014 (C - A)
VALOR	-845.234,64	-845.234,64

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 28 Fev 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

AGUA DOCE , 27/03/2014

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

Demonstrativo do Resultado Primário - 1º Bimestre 2014

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	19.791.525,77	3.512.824,97	3.512.824,97	2.973.790,90
Receita Tributária	1.498.075,12	237.078,59	237.078,59	264.680,34
I.P.T.U.	287.175,12	47.498,03	47.498,03	21.838,87
I.S.S.	524.970,00	77.274,88	77.274,88	84.569,95
I.T.B.I.	80.865,00	20.435,00	20.435,00	68.402,00
I.R.R.F.	212.055,00	46.589,90	46.589,90	45.086,91
Outras Receitas Tributárias	393.010,00	45.280,78	45.280,78	44.782,61
Receita de Contribuição	421.232,39	69.963,14	69.963,14	68.367,48
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	421.232,39	69.963,14	69.963,14	68.367,48
Receita Patrimonial Líquida	1.500,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	115.140,90	54.192,12	54.192,12	5.416,47
(-) Aplicações Financeiras	113.640,90	54.192,12	54.192,12	5.416,47
Transferências Correntes	17.745.210,05	3.162.283,24	3.162.283,24	2.620.069,26
F.P.M.	4.272.201,55	984.019,48	984.019,48	861.614,43
I.C.M.S.	6.732.000,00	1.179.456,20	1.179.456,20	1.067.279,02
Convênios	592.700,00	28.531,15	28.531,15	18.587,35
Outras Transferências Correntes	6.148.308,50	970.276,41	970.276,41	672.588,46
Demais Receitas Correntes	125.508,21	43.500,00	43.500,00	20.673,82
Dívida Ativa	10.502,50	15.055,11	15.055,11	2.378,57
Diversas Receitas Correntes	115.005,71	28.444,89	28.444,89	18.295,25
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.143.600,00	12.907,38	12.907,38	89.445,49
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	74.200,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.069.400,00	12.907,38	12.907,38	89.445,49
Convênios	1.069.400,00	12.907,38	12.907,38	89.445,49
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.069.400,00	12.907,38	12.907,38	89.445,49
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	20.860.925,77	3.525.732,35	3.525.732,35	3.063.236,39

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	19.695.586,15	2.578.277,73	2.578.277,73	2.290.166,35
Pessoal e Encargos Sociais	11.129.706,18	1.682.259,87	1.682.259,87	1.596.081,35
Juros e Encargos da Dívida (IX)	53.354,97	6.182,85	6.182,85	17.013,81
Outras Despesas Correntes	8.512.525,00	889.835,01	889.835,01	677.071,19
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	19.642.231,18	2.572.094,88	2.572.094,88	2.273.152,54
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.799.300,16	31.793,71	31.793,71	404.353,13
Investimentos	3.482.501,16	1.760,60	1.760,60	350.439,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	316.799,00	30.033,11	30.033,11	53.914,13
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.482.501,16	1.760,60	1.760,60	350.439,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	58.000,00	-	-	-

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	58.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	23.182.732,34	2.573.855,48	2.573.855,48	2.623.591,54
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.321.806,57	951.876,87	951.876,87	439.644,85
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	240.622,24	0,00
Superávit Financeiro	-	-	240.622,24	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

FONTE:

AGUA DOCE , 27/03/2014

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

Demonstrativo dos Restos A Pagar por Poder E Órgão - 1º Bimestre 2014

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS						
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	11.350,04	11.350,04	-	-	213.829,27	571.875,53	184.188,64	182.591,67	12.730,79	590.382,34
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	11.350,04	11.350,04	0,00	0,00	213.829,27	569.875,53	182.188,64	181.846,18	11.476,28	590.382,34
DEFESA CIVIL	0,00	369,56	369,56	0,00	0,00	0,00	5.317,79	5.288,48	5.288,48	29,31	0,00
FUNDO MUN DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	0,00	1.804,02	1.804,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.177,00	4.177,00	4.177,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE AGUA DC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.156,71	910,72	910,72	245,99	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.600,00	7.471,27	7.471,27	5.128,73	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.487,34	3.487,34	3.487,34	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	0,00	2.459,00	2.459,00	0,00	0,00	0,00	15.628,53	11.632,19	11.289,73	3.981,30	357,50
GABINETE DO PREFEITO	0,00	244,69	244,69	0,00	0,00	0,00	26.582,05	3.032,05	3.032,05	0,00	23.550,00
SEC RETARIA DA INDUSTRIA COMÉRCIO E URBANISMI	0,00	4.013,88	4.013,88	0,00	0,00	107.106,22	257.601,20	65.100,27	65.100,27	187,36	299.419,79
SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	0,00	413,47	413,47	0,00	0,00	37.081,05	12.188,59	8.788,07	8.788,07	1.214,52	39.267,05
SECRETARIA DA AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.464,84	0,00	0,00	0,00	0,00	1.464,84
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	37,09	37,09	0,00	0,00	0,00	149.191,38	2.426,30	2.426,30	45,08	146.720,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	1.741,99	1.741,99	0,00	0,00	38.463,83	67.809,81	65.065,82	65.065,82	643,99	40.593,83
SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL	0,00	97,49	97,49	0,00	0,00	0,00	369,13	369,13	369,13	0,00	0,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRA-ESTRUTUF	0,00	168,85	168,85	0,00	0,00	29.683,33	13.766,00	4.440,00	4.440,00	0,00	39.009,33
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00	745,49	1.254,51	0,00
Importação dos dados anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00	745,49	1.254,51	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	11.350,04	11.350,04	0,00	0,00	213.829,27	571.875,53	184.188,64	182.591,67	12.730,79	590.382,34

FONTE:

AGUA DOCE - 27/03/2014

NOVELLI SGANZERIA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R. TRENTO
Contadora

Demonstrativo Simplificado do RREO - 1º Bimestre 2014

Município de AGUA DOCE - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	21.466.156,55	
Previsão Atualizada		—	21.048.766,67	
Receitas Realizadas		3.579.924,47	3.579.924,47	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	240.622,24	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	21.466.156,55	
Créditos Adicionais		—	2.086.729,76	
Dotação Atualizada		—	23.552.886,31	
Despesas Empenhadas		3.541.867,46	3.541.867,46	
Despesas Liquidadas		2.610.071,44	2.610.071,44	
Superavit Orçamentário		—	969.853,03	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		3.541.867,46	3.541.867,46	
Despesas Liquidadas		2.610.071,44	2.610.071,44	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			19.922.895,10	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-1.098.517,85	0,00
Resultado Primário		0,00	951.876,87	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	11.350,04	0,00	11.350,04	0,00
EXECUTIVO	11.350,04	0,00	11.350,04	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	785.704,80	12.730,79	182.591,67	590.382,34
EXECUTIVO	783.704,80	11.476,28	181.846,18	590.382,34
LEGISLATIVO	2.000,00	1.254,51	745,49	0,00
TOTAL:	797.054,84	12.730,79	193.941,71	590.382,34
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		813.341,46	25%	26,89
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		407.801,73	60%	82,31
Liquidadas		790.986,21		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		31.793,71	3.767.506,45	

Continua 1/2

Município de AGUA DOCE - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	74.200,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	51.200,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		446.888,94	15,00	14,77
Liquidadas		446.888,94		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

AGUA DOCE , 27/03/2014

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

Antônio Carlos

PREFEITURA

Segundo Termo Aditivo ao Contrato: Nº. 054/2012 EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo ao Contrato: nº. 054/2012; Origem: Dispensa de licitação nº. 004/2012 - Processo Licitatório nº. 049/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: Biblioshop Comércio e Serviços de Informática LTDA ME; Objeto: aditar o prazo e o valor do presente contrato, que consiste na execução de prestações de serviço e licenças de uso, doravante denominadas na Cláusula Primeira do contrato acima enumerado; Prorrogação de Prazo: 12 (doze) meses, cujo no vencimento dar-se-á no dia 17/03/2015. Valor do Aditivo: R\$ 4.120,83 (quatro mil, cento e vinte reais e oitenta e três centavos).

Antônio Carlos, 17 de Março de 2014.
ANTÔNIO PAULO REMOS
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
Praça Anchieta 10, Centro- Fone/ Fax: (48) 3272-1123
CEP: 88180-000 administracao@antoniocarlos.sc.gov.br

Aviso de Dispensa de Licitação Nº 03/2014. PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS - SC AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS. AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 03/2014. Objeto: Locação de uma casa de alvenaria, medindo 180m², situada na Rua João Henrique Pauli, s/n, Centro, Antônio Carlos, SC. Contratado: Laércio Guesser, CPF: 781.668.539-49. Valor: R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais) mensais. Prazo: 12 meses; com vigência de 01/04/2014 até 31/03/2014. Fundamento legal: Lei 8666/1993, Artigo 24, inciso X.

Antônio Carlos, 27/03/2014.
ELIANE NUNES DE OLIVEIRA FOLGANES
Presidente da Comissão de Licitações.

Extrato de Contrato Nº 65/2014 E 66/2014 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONIO CARLOS EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 65/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONIO CARLOS

Contratada: PETRY ELETRONICA E INFORMATICA LTDA - ME

Valor: 6.260,00 (seis mil duzentos e sessenta reais)

Vigência: Início: 05/03/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 16/2014

Objeto: A presente licitação tem como objeto a aquisição de ar-condicionado, equipamentos de informática e telefonia via IP para instalação do Data Center no Paço Municipal, para atender as

diversas secretarias, do Município de Antônio Carlos S/C

Contrato Nº: 66/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONIO CARLOS

Contratada: HP & E COMERCIAL LTDA ME

Valor: 469,00 (quatrocentos e sessenta e nove reais)

Vigência: Início: 05/03/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 16/2014

Objeto: A presente licitação tem como objeto a aquisição de ar-condicionado, equipamentos de informática e telefonia via IP para instalação do Data Center no Paço Municipal, para atender as diversas secretarias, do Município de Antônio Carlos S/C

Antônio Carlos, 05 de Março de 2014
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 59/2014, 60/2014, 61/2014, 62/2014, 63/2014, 64/2014, 67/2014, 68/2014, 71/2014, 72/2014, 73/2014 PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 59/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

Contratada: PETRY ELETRONICA E INFORMATICA LTDA - ME

Valor: 9.724,00 (nove mil setecentos e vinte e quatro reais)

Vigência: Início: 05/03/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 16/2014

Objeto: A presente licitação tem como objeto a aquisição de ar-condicionado, equipamentos de informática e telefonia via IP para instalação do Data Center no Paço Municipal, para atender as diversas secretarias, do Município de Antônio Carlos S/C

Contrato Nº: 60/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

Contratada: ZOOM TECNOLOGIA LTDA

Valor: 3.160,00 (três mil cento e sessenta reais)

Vigência: Início: 05/03/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 16/2014

Objeto: A presente licitação tem como objeto a aquisição de ar-condicionado, equipamentos de informática e telefonia via IP para instalação do Data Center no Paço Municipal, para atender as diversas secretarias, do Município de Antônio Carlos S/C

Contrato Nº: 61/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

Contratada: HP & E COMERCIAL LTDA EPP

Valor: 469,00 (quatrocentos e sessenta e nove reais)

Vigência: Início: 05/03/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 16/2014

Objeto: A presente licitação tem como objeto a aquisição de ar-condicionado, equipamentos de informática e telefonia via IP para instalação do Data Center no Paço Municipal, para atender as diversas secretarias, do Município de Antônio Carlos S/C

Contrato Nº: 62/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

Contratada: SANDRO VILMAR PIRES ME

Valor: 1.399,00 (um mil trezentos e noventa e nove reais)

Vigência: Início: 05/03/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 16/2014

Objeto: A presente licitação tem como objeto a aquisição de ar-condicionado, equipamentos de informática e telefonia via IP para instalação do Data Center no Paço Municipal, para atender as diversas secretarias, do Município de Antônio Carlos S/C

Contrato Nº: 63/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

Contratada: MWV WEB SITE COMERCIO DE PRODUTOS ELETRO-ELETRONICO

Valor: 27,00 (vinte e sete reais)

Vigência: Início: 05/03/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 16/2014

Objeto: A presente licitação tem como objeto a aquisição de ar-condicionado, equipamentos de informática e telefonia via IP para instalação do Data Center no Paço Municipal, para atender as diversas secretarias, do Município de Antônio Carlos S/C

Contrato Nº: 64/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

Contratada: HARLEY DE AGUIAR JUNIOR - EPP

Valor: 14.620,00 (quatorze mil seiscentos e vinte reais)

Vigência: Início: 05/03/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 16/2014

Objeto: A presente licitação tem como objeto a aquisição de ar-condicionado, equipamentos de informática e telefonia via IP para instalação do Data Center no Paço Municipal, para atender as diversas secretarias, do Município de Antônio Carlos S/C

Contrato Nº: 67/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

Contratada: CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA - ME

Valor: 23.256,00 (vinte e três mil duzentos e cinquenta e seis reais)

Vigência: Início: 05/03/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº: 5/2014

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços com fornecimento de material para Pintura em Poliuretano da Quadra Poliesportiva do Ginásio Municipal Verde Vale, com a área de 800,00 m², situado na Rua Daniel Petry, Centro do Município de Antonio Carlos, conforme previsto no Anexo II, Memorial Descritivo, Termo de Referência e projeto em Anexo a este edital

Contrato Nº: 68/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

Contratada: ADWWENNCY CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA.

Valor: 15.000,00 (quinze mil reais)

Vigência: Início: 06/03/2014 Término: 05/03/2015

Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº: 4/2014

Objeto: - A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para efetuar serviços de auditoria e consultoria para arrecadação do ICMS 2014, ano base 2013, com índice de participação a ser aplicado em 2015 por um período 12 (doze) meses

Contrato Nº: 71/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

Contratada: ESCOLA DE ESPORTES PRO FOOT

Valor: 11.988,00 (onze mil novecentos e oitenta e oito reais)

Vigência: Início: 10/03/2014 Término: 09/03/2015

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 20/2014

Objeto: A presente licitação tem como objeto a contratação de prestador serviços na área esportiva para Secretaria da Indústria, Comércio, Turismo e Esporte do Município de Antônio Carlos S/C, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Anexo I e nas condições previstas neste Edital

Contrato Nº: 72/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

Contratada: EDSON PAULI ELETROTECNICO ME

Valor: 12.100,00 (doze mil cem reais)

Vigência: Início: 11/03/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 19/2014

Objeto: A presente licitação tem como objeto a aquisição e instalação de 11 (onze) dispositivos de visão indireta traseira contendo visor de, no mínimo, 5 polegadas, sensor e câmera de ré, nos veículos da frota de Transporte Escolar da Secretaria de Educação

e Cultura do Município de Antônio Carlos, SC

Contrato Nº: 73/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

Contratada: CLEUSA MARIA TEIXEIRA 41810996953

Valor: 9.184,00 (nove mil cento e oitenta e quatro reais)

Vigência: Início: 20/03/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 23/2014

Objeto: A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada (pessoa jurídica) ou autônoma (pessoa física), para ministrar cursos de patchwork, no auditório da Secretaria de Saúde e Assistência Social, na Rua 06 de Novembro n. 210, Centro, do Município de Antonio Carlos - SC, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Anexo I e nas condições previstas neste Edital

Antônio Carlos, 05 de Março de 2014
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Portaria N 201/2014

PORTARIA Nº 201/2014.
Admiti ACT

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo nº 002/2014,

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, PAULO SERGIO ASTOFF, para o cargo de OFICIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, para atuar na Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos, a partir de 01 de abril de 2014 a 31 de março de 2015, e/ou até a realização de Concurso Público.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 28 de março de 2014.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 31 de março de 2014.

Portaria N 202/2014

PORTARIA Nº 202/2014.
Concede Insalubridade a servidor ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, ao servidor PAULO SERGIO ASTOFF, ocupante do cargo temporario de OFICIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 01 de abril de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 28 de março de 2014.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 31 de março de 2014.

Portaria N 203/2014

PORTARIA Nº 203/2014.
Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, ao servidor efetivo ALFREDO PITZ, ocupante do cargo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 01 de abril de 2014, referente ao período aquisitivo de 10/07/2009 a 09/07/2010.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 28 de março de 2014.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 31 de março de 2014.

Portaria N 204/2014

PORTARIA Nº 204/2014.
Admiti ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo n 002/2014,

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, OSNI PIRES DA SILVA, para o cargo de MOTORISTA, para atuar na Secretaria de Saude e eAssistencia Social, a partir de 01 de abril de 2014 a 31 de março de 2015, e/ou até a realização de Concurso Público.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 28 de março de 2014.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 31 de março de 2014.

Portaria N 205/2014

PORTARIA Nº 205/2014.
Concede Insalubridade a servidor ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, ao servidor, OSNI PIRES DA SILVA, ocupante do cargo temporário de MOTORISTA, na Secretaria de Saude e eAssistencia Social, a partir de 01 de abril de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 28 de março de 2014.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 31 de março de 2014.

Arroio Trinta

PREFEITURA

Lei Nº 1677

LEI Nº 1677, DE 28/03/2014.

Ratifica a 1º Alteração e Consolidação do Protocolo de Intenções e Autoriza o Ingresso do Município de Arroio Trinta no Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica ratificado na íntegra a 1º Alteração e Consolidação do Protocolo de Intenções do Consórcio Integrado do Contestado – CINCO, o qual passa a denominar-se Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, em anexo.

Art. 2º. Fica autorizado o ingresso do Município de Arroio Trinta no Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, nos termos do Protocolo de Intenções.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 28 de março de 2014.
Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 28 de março de 2014.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

Lei Nº 1678

LEI Nº 1678, DE 28/03/2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Receber em Doação Bem móvel do Ministério da Saúde da Presidência da República, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta autorizado a receber em doação de UM DETECTOR FETAL, NO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 194,69 (CENTO E NOVENTA E QUATRO REAIS E SESSENTA E NOVE CENTAVOS).

Parágrafo único. O bem móvel descrito no caput do presente Artigo tem destinação na Secretaria Municipal de Saúde tendo como finalidade a qualificação do componente Pré-natal da Rede Cego-nha, através do apoio às gestantes.

Art. 2º O bem recebido em doação passará a integrar o patrimônio público do Município de Arroio Trinta.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de dotações do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 28 de março de 2014.
Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 28 de março de 2014.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

Lei Nº 1679

LEI Nº 1679, DE 28/03/2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Repassar Recursos Financeiros a título de subvenção, A SOCIEDADE ESPORTIVA RECREATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA SÃO VALENTIM - SERCSVAL e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta autorizado a auxiliar financeiramente A SOCIEDADE ESPORTIVA RECREATIVA, CULTURAL e ARTÍSTICA SÃO VALENTIM - SERCSVAL, com sede na Linha São Valentim, Município de Arroio Trinta – SC, inscrito no CNPJ sob nº 78.488.368/0001-38, com a importância financeira de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais) para o ano de 2014.

§1º. Os recursos referidos no caput deste artigo deverão ser aplicados na aquisição de equipamentos e materiais para instalação de água de poço artesiano.

§2º. Os recursos, a título de auxílio financeiro, de que trata o caput deste artigo, serão repassados em única parcela, após aprovação da presente Lei.

§3º. O auxílio ficará vinculado à apresentação das Certidões Negativas: INSS e FGTS.

§4º. A Entidade fica obrigada a prestar contas do valor recebido na forma legal e exigências da Resolução TC 16/94, sob pena de não receber a parcela seguinte.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

02.02.04.122.0003.2.00004 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
33500000 – 0100 – Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 18.000,00

Art. 3º A presente entrará em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 28 de março de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 28 de março de 2014.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

Lei Nº 1680

LEI Nº 1680, DE 28/03/2014.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotações Orçamentárias, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições constitucionais de seu cargo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do ano 2014, em conformidade ao disposto no inciso II, do artigo 41, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

Artigo 2º O crédito adicional suplementar definido no Artigo 1º terá a seguinte classificação orçamentária:

02.03.20.606.0020.2.000041	MANUT. DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA		
33900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	50.000,00

Artigo 3º Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no Artigo 2º será feita anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

02.10.26.782.0023.1.000014	OBRAS DE INFRAESTRUTURA RURAL		
44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	50.000,00

Artigo 4º Esta Lei entra em vigência na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Arroio Trinta - SC, em 28 de março de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 28 de março de 2014.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 1600

DECRETO Nº 1600, de 28 de março de 2014.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotações Orçamentárias, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e em conformidade com a

Lei nº 1680 de 28/03/2014,

DECRETA:

Artigo 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do ano 2014, em conformidade ao disposto no inciso II, do artigo 41, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

Artigo 2º O crédito adicional suplementar definido no Artigo 1º terá a seguinte classificação orçamentária:

02.03.20.606.0020.2.000041	MANUT. DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA		
33900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	50.000,00

Artigo 3º Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no Artigo 2º será feita anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

02.10.26.782.0023.1.000014	OBRAS DE INFRAESTRUTURA RURAL		
44900000 – 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	50.000,00

Artigo 4º Este decreto entra em vigência na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Arroio Trinta - SC, em 28 de março de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 28 de março de 2014.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 095

PORTARIA Nº 095, de 26/03/2014.

Concede Licença Prêmio a Servidora que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder a pedido LICENÇA PRÊMIO a servidora Municipal BERNARDETE MANENTI NESI, admitida por concurso público para o cargo efetivo de PROFESSOR I (PÓS-GRADUADO), através da Portaria nº 028 de 15/02/1991, relativas aos períodos aquisitivos de 15/02/2001 à 15/03/2006 (38 dias) e 15/02/2006 a 15/02/2011 (30 dias), e gozo das mesmas sem intervalo no período de 26/03/2014 à 01/06/2014, ou seja, 68 (sessenta e oito dias) dias consecutivos, conforme previsto na Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 26 de março de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Portaria Nº 096

PORTARIA Nº 096, de 26/03/2014.

Autoriza Contratação Temporária por Prazo Determinado Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, Processo Seletivo Edital nº 001/2013, combinado com a Lei nº 1043 de 02/07/2004 e por excepcional interesse público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autorizar a Contratação Temporária por Prazo Determinado, de acordo com o Processo Seletivo Edital nº 001/2013 e nos termos da Lei nº 1043 de 02/07/2004 e por excepcional interesse público, a Senhora TACIANE NESI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 065.159.989-02 e Identidade nº 4.978.761, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta – SC, classificada em 9º lugar no Processo Seletivo, para exercer a função de PROFESSOR I – (MAGISTÉRIO), por 20:00 (vinte) horas semanais, no horário compreendido entre 08:00 as 12:00 horas de 2.ª a 6.ª feira, com vencimentos em Lei, pelo período de 26/03/2014 à 30/05/2014. Parágrafo único. A contratação se faz necessário em função da licença prêmio da Servidora Efetiva Bernardete Manenti Nesi.

Artigo 2.º - O servidor contratado de acordo com o art. 1º desta Portaria será vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 26 de março de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo Nº 004

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 004/2014.

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Prestação de serviço por Prazo Determinado, que entre si celebram, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, n.º 26, no Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, Comarca de Videira, neste Ato representada por seu representante legal, o Prefeito Municipal em Exercício, senhor ALCIDIR FELCHILCHER, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 1.518.805-1 e CPF n.º 518.040.009-06, residente e domiciliado à Rua do Comércio, no Município de Arroio Trinta, de ora em diante simplesmente denominado CONTRATANTE e, de outro lado TACIANE NESI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 065.159.989-02 e Identidade nº 4.978.761, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta – SC, de ora em diante simplesmente denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, conforme Processo Seletivo Edital nº 001/2013 e nos Termos da Lei nº 1043 de 02/07/2004 e por excepcional interesse público que, reger-se-á pelas seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO DO CONTRATO

CLÁUSULA PRIMEIRA – A CONTRATADA prestará para a CONTRATANTE, o serviço de PROFESSOR I - (MAGISTÉRIO), comprometendo-se a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade, e executar todas as tarefas e atividades afetas e pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE, que vierem a ser objetos de cartas, determinações verbais, pedidos e solicitações da CONTRATANTE.

Parágrafo único - A contratação se faz necessário em função da licença prêmio da Servidora Efetiva Bernardete Manenti Nesi.

DA LOTAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA SEGUNDA – A CONTRATADA prestará os seus serviços, desempenhando as atividades ou atribuições, junto à Secretaria Municipal de Educação, órgão integrante da Estrutura Administrativa da CONTRATANTE, podendo a CONTRATADA ser designada ou remanejada para outro setor de trabalho ou órgão da CONTRATANTE desde que para desempenhar funções e atividades afins.

DO HORÁRIO DE TRABALHO

CLÁUSULA TERCEIRA – A CONTRATADA prestará seus serviços para a CONTRATANTE 20:00 (vinte) horas semanais no horário compreendido entre 08:00 as 12:00 horas de 2.ª a 6.ª feira.

DA FORMA DE PAGAMENTO

CLÁUSULA QUARTA – A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços prestados, a quantia mensal de R\$ 924,48 (novecentos e vinte e quatro reais e quarenta e oito centavos), com vencimentos em Lei.

DA DURAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA QUINTA – O prazo de vigência do presente Contrato de Prestação de Serviços por Prazo Determinado iniciar-se-á em 26/03/2014, com término previsto para 30/05/2014, sem haver necessidade de aviso por qualquer das partes signatárias, quando o seu término ocorrer, na data prevista nesta Cláusula.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA SEXTA – Fica assegurado à CONTRATANTE o direito de rescindir o presente Contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se a CONTRATADA não cumprir com suas obrigações fixadas nas Cláusulas primeira, Segunda e terceira deste instrumento, bastando apenas a notificação com 30 (trinta) dias de antecedência por parte da CONTRATANTE, que fica desde já desobrigada de qualquer pagamento ou indenização à CONTRATADA pelo tempo que ainda resta para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quinta, para o término do contrato.

DOS DESCONTOS

CLÁUSULA SÉTIMA – A CONTRATADA será vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS. A CONTRATANTE fica autorizada a descontar da CONTRATADA, todos os descontos previstos em Lei, bem como aqueles resultantes de danos, estragos e prejuízos, que, por negligência e imprudência funcional, venha a ser causado ao patrimônio da CONTRATANTE, pela CONTRATADA.

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA OITAVA – A CONTRATADA fica ciente e compromete-se a obedecer às normas e regulamentos de segurança no trabalho pela CONTRATANTE, bem como utilizar os equipamentos de segurança, sob pena de ser rescindido o presente Contrato.

DO FORO

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir quaisquer dúvidas bem como apurar as responsabilidades Cíveis e Criminais que por ventura venham ocorrer na vigência do presente Contrato.

E, por assim estarem as partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, de pleno acordo com as Cláusulas e Condições estabelecidas neste instrumento contratual, assinam o mesmo em duas vias de igual conteúdo, na presença de duas testemunhas para que dele possa surtir e gerar os jurídicos e legais efeitos.

Arroio Trinta – SC, 26 de março de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

TACIANE NESI
Contratada

Testemunhas:

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI
CPF: 000.077.349-21

ROSE MARI ROTTA
CPF: 400.693.549-87

Lei Nº 1681

LEI Nº 1681, DE 28/03/2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Repassar Recursos Financeiros a título de subvenção Social ao SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ARROIO TRINTA e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta autorizado a auxiliar financeiramente o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ARROIO TRINTA, com sede na Rua XV de Novembro, nº 300, centro do Município de Arroio Trinta – SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.826.454/0001-80, com a importância financeira de R\$ 5.940,00 (cinco mil novecentos e quarenta reais) para o ano de 2014.

§1º. Os recursos referidos no caput deste artigo deverão ser destinados para pagamento de despesas com funcionária que atenderá programas voltados aos agricultores do Município.

§2º. Os recursos, a título de auxílio financeiro, de que trata o caput deste artigo, serão repassados em 09 (nove) parcelas de R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais), iniciando a primeira, após aprovação da presente Lei.

§3º. O auxílio ficará vinculado à apresentação das Certidões Negativas de débito junto às esferas Municipal, estadual e federal, folha de pagamento da funcionária e comprovantes de pagamento das demais contribuições sociais.

§4º. A Entidade fica obrigada a prestar contas do valor recebido na forma legal e exigências da Resolução TC 16/94, sob pena de não receber a parcela seguinte.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

02.02.04.122.0003.2.00004 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
33500000 – 0100 – Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 5.940,00

Art. 3º A presente entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 28 de março de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 28 de março de 2014.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

Ascurra**PREFEITURA****Edital de Concorrência**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
EDITAL DE CONCORRENCIA PUBLICA Nº 18/2014

Processo nº 18 / Concorrência
nº18/2014

I – DA LICITAÇÃO

O MUNICIPIO de ASCURRA/SC, com sede na Rua Benjamin Constant, 221 Centro, CEP. 89.138-000 no estado de Santa Catarina, em atenção ao princípio da publicidade que rege os atos administrativos da Municipalidade, publica o presente Edital de Concorrência Pública para todos os interessados apresentarem suas propostas nesta LICITAÇÃO do tipo TECNICA E PREÇO, referente o PROCESSO nº18/2014, de conformidade com a Lei 8.666 de 21 de Junho de 1.993, suas alterações e as condições deste Edital e da Lei Complementar Municipal nº 100 de 16 de abril de 2010 e suas alterações, Art. 7º e Art. 175 da Constituição Federal, com vencimento previsto para entrega dos envelopes contendo os documentos para habilitação e proposta no SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES, para o dia 30 de abril do ano de 2014, às 09h30min horas, e abertura do invólucro da documentação de habilitação a realizar-se no dia 30 do mês de abril do ano 2014, às 10h00min horas, no SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES do Município de Ascurra/SC, na sede da Prefeitura Municipal, para preenchimento de uma vaga existente conforme prescreve o Art. 6º da Lei Complementar Municipal nº 100/2011;

Modalidade de Licitação: CONCORRENCIA P/CONCESSAO DE SERVIÇOS

Esta Licitação reger-se-á pelo tipo de: TECNICA E PREÇO
Forma/Regime de Execução: DIRETA

II – DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto CONCESSAO DE PERMISSAO PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERARIOS no município de ASCURRA/SC, conforme definida na Lei Municipal nº 100 de 16 de abril de 2010 e de acordo com as especificações contidas no edital.

Maiores informações no email compras@ascurra.sc.gov.br e Fone: (047) 33830222 com Juliana Fistarol.

Balneário Rincão

PREFEITURA

Aviso de Retificação - Contrato 004/FMS/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO

No CONTRATO Nº. 004/FMS/2014, que tem como objeto Locação de um imóvel com medidas de 60 m² (sessenta metros quadrados), situado na Rua Atlântica S/N, Lote 189, na Localidade Parque Residencial Mara, Lagoa dos Freitas, no Município de Balneário Rincão, para funcionamento da Unidade de Saúde Lagoa dos Freitas., é feita a seguinte retificação: onde "se lê" VIGENCIA: 02/01/2014 a 02/01/2015 "leia-se" VIGENCIA 14/01/2014 a 14/01/2015, ficando o mesmo retificado para os fins legais na forma da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito.

Balneário Rincão, 28 de Março de 2014.
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Valberto Berkenbrock

Decreto da Lei 130

DECRETO Nº 130/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BALNEÁRIO RINCÃO DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso IV do Artigo 72 da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA

Artigo 1º - Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Balneário Rincão do Exercício de 2014 na importância de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), na Dotação Orçamentária abaixo discriminada:

0900- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
0901- Fundo Municipal de Saúde		
2.051 – Manutenção do Programa Piso de Atenção Básica - PAB		
3.3.90.00.00.00.0.2.64.00000000 – Aplicações		
Diretas	R\$	40.000,00
Soma	R\$	40.000,00
TOTAL GERAL	R\$	40.000,00

Artigo 2º - Artigo 2º - As suplementações decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulações parciais e/ou totais, das dotações orçamentárias dos elementos de despesas abaixo discriminados:

0900- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
0901- Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0009 – Gestão da Saúde Pública		
2.051 – Manutenção do Programa Piso de Atenção Básica - PAB		
4.4.90.00.00.00.0.2.64.00000000 – Aplicações Diretas	R\$	40.000,00 40.000,00
Soma	R\$	40.000,00 40.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se às disposições em contrário.

Balneário Rincão, 28 de Março de 2014.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração em 28 de Março de 2014.

VALBERTO BERKEBROCK
Secretaria de Administração

Lei 099/2014

LEI Nº 99/2014 DE 27 DE MARÇO DE 2014.

ALTERA A LEI DE CARGOS E SALÁRIOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO LEI 02/2013 E SEUS ANEXOS I, II, IIIV, CRIA CARGOS, ALTERA O NÚMERO DE VAGAS, REMUNERAÇÃO E CARGA HORÁRIA.

Décio Gomes Góes, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam inseridos no item "I", do artigo 5º da Lei 002/2013, que altera o Quadro Permanente de Pessoal do Município de Balneário Rincão, criando os cargos de Educador Físico, FarmacêuticoII (20 hs), Fiscal Sanitarista nível superior, Médico Auditor/Regulador, Médico Cardiologista, Médico Endocrinologista, Médico Cirurgião Geral, Médico Plantonista, Médico do trabalho, Médico Geriatria, Médico Ginecologista/obstetra, Médico Ortopedista, Médico Pediatra, Médico Psiquiatra, Médico Ultrassonografista, , Médico Autorizador, Nutricionista II, Fisioterapeuta II, Enfermeiro II, Auditor em Saúde Nível Superior;

Parágrafo Único – A jornada, atribuições, número de vagas e salários dos cargos estão elencados nos Anexos da presente Lei.

Art. 2º - Os cargos acima, passarão a integrar o Plano de Cargos e Salários do Município – Lei nº 002/2013.

Art. 3º - Ficam alterados os anexos da lei 02/2013, modificando-se o número de vagas de: Agente Administrativo passando de 15 para 20 vagas; de Motorista de Ambulância/ônibus, de 05 para 10 vagas; Auxiliar de Serviços Gerais, de 10 para 14 vagas; Enfermeiro, de 02 para 04 vagas, Técnico de Enfermagem de 05 para 08 vagas;

Art. 4º - Fica alterado o anexo da lei 02/2013 no que se refere a carga horária do Fisioterapeuta, passando de 40 para 30 horas semanais.

Art. 5º - Alteram-se também os vencimentos de enfermeiro, motorista de ambulância /ônibus e motoristas de veículos em geral, modificando-se a amplitude de referência, na forma do anexo.

Art. 6º - Os profissionais; cirurgião geral, ginecologista/obstetra e ortopedista deverão fazer cirurgia pelo SUS.

Art. 7º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Saúde entre outras, de outras secretarias previstas no orçamento vigente.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 27 de março de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

ANEXO

GRUPO	Nº DE VAGAS	CATEGORIA FUNCIONAL	CARGA HORARIA SEMANAL	VENCIMENTOS	AMPLITUDE DE REFERÊNCIA
I	04	ASSISTENTE SOCIAL	30	2.370,45	26 a 33
I	02	EDUCADOR FÍSICO	20	1.140,23	11 a 18
I	04	ENFERMEIRO	40	3.025,36	31 a 38
I	02	ENFERMEIRO II	20	1.604,41	18 a 25
I	01	FARMACEUTICO II	20	1.319,25	14 A 21
I	02	FISCAL SANITARISTA NÍVEL SUPERIOR	20	1.604,41	18 A 25
I	04	FISIOTERAPEUTA II	20	1.604,41	18 A 25
I	01	MÉDICO AUDITOR / REGULADOR	10	2.613,42	28 A 35
I	01	MÉDICO CARDIOLOGISTA	10	2.613,42	28 A 35
I	02	MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA	10	2.613,42	28 A 35
I	01	MÉDICO CIRURGIAO GERAL	10	2.613,42	28 A 35
I	02	MÉDICO PLANTONISTA	20	3.861,21	36 A 43
I	01	MÉDICO DO TRABALHO	10	2.613,42	28 A 35
I	01	MÉDICO GERIATRA	10	2.613,42	28 A 35
I	02	MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA	10	2.613,42	28 A 35
I	01	MÉDICO ORTOPEDISTA	10	2.613,42	28 A 35
I	02	MÉDICO PEDIATRA	10	2.613,42	28 A 35
I	01	MÉDICO PSIQUIATRA	10	2.613,42	28 A 35
I	01	MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA	10	2.613,42	28 A 35
I	01	MÉDICO AUTORIZADOR	10	2.613,42	28 A 35
I	01	NUTRICIONISTA II	20	1.319,25	14 A 21
I	02	PSICOLOGO II	20	1.319,25	14 A 21
I	01	AUDITOR EM SAÚDE NÍVEL SUPERIOR	40	2.613,42	28 A 35
II	20	AGENTE ADMINISTRATIVO	40	1.257,10	13 A 21
II	08	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	40	1.319,25	14 A 21
III	14	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	40	735,00	02 A 09
III	10	MOTORISTA DE VEÍCULO EM GERAL	40	1.257,12	13 A 21
III	10	MOTORISTA DE AMBULANCIA/ÔNIBUS	40	1.455,25	16 A 23

EDUCADOR FÍSICO

Atribuições do cargo: Desenvolver atividades no âmbito do Programa Academia de Saúde que envolvam práticas corporais e atividades físicas; orientar a prática de atividades físicas, práticas artísticas, trabalhar em conjunto com a equipe de Atenção Primária em Saúde (APS); orientar atividades de promoção da saúde a serem definidas pelo grupo de apoio à gestão do Programa em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 20 horas semanais
- b) Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de Serviços a noite, aos sábados, domingos e feriados.

Requisitos:

- 1 - Portador de Certificado de conclusão de 3º Grau em Educação Física (bacharel ou licenciatura)

CARGO: Fisioterapeuta II

ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS: Constantes no Anexo VI da Lei 02/2013

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 20 horas semanais
- b) Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de Serviços a noite, aos sábados, domingos e feriados.

CARGO: PSICÓLOGO II

ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS: Constantes no anexo VI da Lei 02/2013

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 20 horas semanais
- b) Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de Serviços a noite, aos sábados, domingos e feriados.

CARGO: FARMACÊUTICO II

ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS: Constantes no anexo VI da Lei 02/2013

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Geral: 20 horas semanais

CARGO: ENFERMEIRO II

ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS: Constantes no anexo VI da Lei 02/2013

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 20 horas semanais

CARGO: FISCAL SANITARIO NÍVEL SUPERIOR

ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS:

- Eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde, e intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e produtos e da prestação de serviços de interesse da saúde.
- Exercer ações fiscalizadoras sobre todos os ramos de atividades sujeitas a fiscalização sanitária, no que refere-se a matéria-prima, produtos, serviços, o pessoal que lida com os mesmos, os veículos de transporte, os locais e as instalações onde se fabricam, produzem, beneficiam, manipulam, acondicionam, conservam, depositam, armazenam, distribuem, vendam ou consumam.
- Zelar e fazer cumprir toda a legislação nacional, estadual e municipal que visem a promoção, recuperação e proteção da saúde da população;
- Aferir a metragem que servirá de base de cálculo para a emissão da taxa de alvará de saúde ou licença sanitária.

- Participar de ações de poder de polícia determinadas pela ANVISA, Vigilância Sanitária Estadual;

- Cadastrar, Inspeccionar e monitorar estabelecimento que comercializem alimentos ou prestem serviços de alimentação para a concessão do Alvará de Saúde;

- Exercer controle e monitoramento sobre possíveis contaminações biológicas, físicas e químicas em ambientes, matérias primas e produtos no âmbito do município;

- Coletar amostra de alimento e produtos para exames laboratoriais, bromatológico, físico-químico e microbiológico e outros, quando necessários;

- Analisar, avaliar e determinar os termos para elaboração de TAC – Termos de Ajuste de Conduta a ser firmado entre o infrator sanitário e o Departamento de Vigilância Sanitária;

- Analisar e emitir parecer sobre o Manual de Boas Práticas de acordo com a área de atividade comercial apresentados por empresas interessadas em obter alvará ou licença sanitária;

- Detectar e acompanhar os Pontos Críticos de Controle – PCC - em locais que comercializam alimentos ou prestem serviços de alimentação e que necessitem de ações especiais por oferecerem riscos à saúde pública;

- Inspeccionar e fiscalizar os veículos de transporte de alimentos no âmbito do Município, quanto a: condições de limpeza e higiene, acondicionamento e temperatura de alimentos, emitindo parecer para a liberação do Certificado de Veículos para o Transporte de Alimentos;

- Investigar em conjunto com a Vigilância Epidemiológica e o LACEN a ocorrência de Doenças Transmitidas por Alimentos – DTA, determinando as causas do agravo e as medidas corretivas;

- Emitir e lavrar notificação, autos de infrações, de advertência, de embargo, interdição, de apreensão e demais documentos inerentes ao poder de polícia do Município, estabelecendo prazos e tomando outras providências com relação aos violadores da Lei, das normas ou regulamentos sanitários vigentes;

- Orientar o contribuinte em medidas corretivas a serem adotadas para o solução das irregularidades sanitárias detectadas em inspeções.

- Elaborar réplicas e tréplicas fiscais em processos oriundos de penalidades impostas em decorrência do poder de polícia do Município nas relações de consumo;

- Executar e/ou participar de ações de Vigilância Sanitária em articulação direta com a Vigilância em Saúde e Atenção à Saúde, incluindo as relativas à Saúde do Trabalhador, Controle de Zoonoses e ao Meio Ambiente, conforme diretrizes traçadas pelo SUS;

- Elaborar diagnósticos sanitário e emitir Relatórios circunstâncias de atividades desenvolvidas propondo medidas corretivas para as irregularidade detectadas;

- Apresentar sugestões para o melhoramento e aprimoramento das ações fiscais de vigilância sanitária, através de normatização específica;

- Analisar e emitir parecer, quando solicitado, sobre produtos comercializados no Município quanto a aspectos legais de registro, embalagem, rotulagem, armazenamento frente a legislação sanitária pertinente

- Apurar denúncias públicas;

- Participar de ações fiscais em conjunto com outras fiscalizações ou instituições;

- Participar de escala de plantões eventuais ou planejados conforme a necessidade ou solicitação;

- Fiscalizar o cumprimento da legislação pertinente quanto ao exercício de profissional como responsável técnico da atividade comercial;

- Cadastrar e fiscalizar estabelecimentos comerciais, públicos e privados, de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, produtos naturais, produtos químicos, agropecuários, veterinários, bioterápicos, dos correlatos, dos cosméticos, saneantes e domissanitários e outros de interesse da saúde com vista a concessão de Alvará Sanitário em consonâncias com as legislações

municipal, estadual e federal;

- Cadastrar e inspecionar estabelecimentos comerciais prestadores de serviços, ou de serviços de interesse da saúde, públicos ou privados, a seguir relacionados com vista a concessão de Alvará de Saúde ou Licença Sanitária: hospitais e serviços intra-Hospitais, ambulatórios hospitalares gerais e especializados, públicos e privados, serviços de assistência médica e odontológica, prontos-socorros gerais e especializados, unidades mistas e especializadas de saúde, policlínicas e serviços públicos de saúde afins, clínicas e consultórios médicos gerais e especializados, centros e postos de saúde e congêneres;

- Solicitar dos órgãos competentes a instauração de inquérito para apuração de delito contra a saúde pública;

- Exercer ações inerentes à cadastro, fiscalização, controle e monitoramento da qualidade da água destinada ao consumo humano, - VIGIÁGUA; do solo – VIGISOLO; do ar – VIGIAR edos produtos químicos VIGIQUIM produzido pelos sistemas públicos e particulares, de interesse à saúde individual e coletiva, sempre em conformidade com as diretrizes emanadas do Ministério da Saúde;

- Exercer ações inerentes ao poder de polícia no destino adequado dos esgotos sanitários, comerciais e industriais, público e privado, das atividades sujeitas a fiscalização sanitária;

- Monitorar o acondicionamento dos resíduos sólidos e esgotamento sanitário dos estabelecimentos sujeitos a fiscalização sanitária, bem como o gerenciamento dos resíduos sólidos gerados pelos serviços de saúde e de interesse a saúde;

- Exercer ações inerentes à cadastro, fiscalização, controle e monitoramento dos locais destinados a reuniões sociais, esportivas, estabelecimentos de ensino, culturais e religiosas e abrigos coletivos

- Desenvolver ações de controle capazes de diminuir e prevenir riscos à saúde do trabalhador no âmbito de competência do Ministério da Saúde com:

a) Participação, no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde (SUS), da normatização, controle e fiscalização dos locais de trabalho e das condições de extração, produção, armazenamento, transporte, distribuição e manuseio de substâncias, de produtos, de máquinas e equipamentos que apresentam riscos à saúde do trabalhador;

b) Avaliação do impacto que as tecnologias provocam à saúde;

c) Informação ao trabalhador e ao empregador sobre os riscos de acidentes de trabalho, doenças profissionais e do trabalho, assim como encaminhamento de relatórios de avaliação das fiscalizações das condições do ambiente de trabalho, da existência de exames de saúde admissionais, periódicos, de mudanças de função e demissionais, previstos na legislação específica;

d) Participação na normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições públicas e privadas.

- Manter-se atualizado frente à legislação sanitária vigente, bem como participar em cursos de capacitação, seminários e simpósios inerentes a função;

- Desenvolver ações educativas de vigilância sanitária junto a estabelecimentos comerciais, escolas e comunidade em geral, visando fomentar a consciência sanitária através da cidadania.

- Desenvolver as ações plenas de poder de polícia em outras atividades ou áreas de vigilância sanitária a serem pactuadas entre a União, o Estado e o Município.

- Fiscalizar, Monitorar e manter sob controle, no âmbito do Município, os eventos temporários e permanentes de grande e médio porte, quanto aos aspectos higiênicos sanitários visando à saúde coletiva;

- Desempenhar outras atividades correlatas.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Geral: 40 horas semanais

b) Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de Serviços a noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas em Títulos

b) Requisitos:

- 1 - Portador de Certificado de conclusão de 3º Grau em Farmácia, Engenharia Sanitária ou Enfermagem
- 2 - Qualificação com habilitação legal para o exercício da função de vigilante sanitário.
- 3 - Outros: Conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou Legislação Municipal

CARGO: MÉDICO CLÍNICO GERAL

ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS: Constantes no anexo VI da Lei 02/2013 (MÉDICO)

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Geral: 20 horas semanais

CARGO: MÉDICO - COM ESPECIALIDADE EM CARDIOLOGIA

ATRIBUIÇÕES: Atividades de nível superior, de natureza técnica-profissional, envolvendo serviços de:

- atendimento de consultas a portadores de doenças cardiovasculares;
- interpretar eletrocardiogramas, fonocardiogramas do coração, radiografias, radioscopias e vasos da base e demais exames e atos que digam respeito às especialidades que tenham íntima correlação com a cardiologia;
- prestar atendimento em urgências cardiológicas e clínicas;
- executar outras tarefas afins participar do planejamento e execução de atividades de programas específicos e de reuniões da equipe de trabalho;
- contribuir para a análise e avaliação do trabalho, em equipe multiprofissional;
- apoiar estágios nas áreas específicas quando realizado convênio com universidade;
- participar de grupos de estudos visando o aprimoramento da equipe;
- promover e participar de ações educativas de programas voltados para a saúde pública;
- preencher os boletins de morbidade diária, em todos os campos, carimbar e assinar e preencher o condensado mensal;
- prestar o devido atendimento aos pacientes encaminhados por outros médicos e preencher o formulário de contra-referência;
- fazer registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento prescrito e evolução da doença, no prontuário;
- solicitar e analisar exames complementares e diagnósticos, anotando resultado no prontuário.
- realizar orientações individuais aos usuários e familiares;
- estabelecer relacionamento confiável com os usuários, possibilitando a interação terapêutica;
- fazer visitas domiciliares, se necessário.
- efetuar exames preventivos em escolares;
- participar de juntas médicas quando solicitado;
- seguir as normas e rotinas da Secretaria Municipal de Saúde quanto: assinatura de livro ponto ou equivalente, uniforme, cumprimento de horário conforme concurso, deslocamento até os locais de trabalho por conta própria.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Geral: 10 horas semanais

b) Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de Serviços a noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas em Títulos

B) REQUISITOS:

- 1 - Portador de Certificado de conclusão de 3º Grau, com habilitação específica em medicina e Registro no Conselho Regional ou Federal de Medicina.
- 2 - Especialização e qualificação com habilitação legal para o exercício da função de Médico Cardiologista.
- 3 - Outros: Conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou Legislação Municipal

CARGO: MÉDICO - COM ESPECIALIDADE EM ENDOCRINOLOGIA

ATRIBUIÇÕES: Atividades de nível superior, de natureza técnica-profissional, envolvendo serviços de:

- formar grupos de pacientes para acompanhamento das doenças;
- participar do planejamento e execução de atividades de programas específicos e de reuniões da equipe de trabalho;
- contribuir para a análise e avaliação do trabalho, em equipe multiprofissional;
- apoiar estágios nas áreas específicas quando realizado convênio com universidade;
- participar de grupos de estudos visando o aprimoramento da equipe;
- promover e participar de ações educativas de programas voltados para a saúde pública;
- preencher os boletins de morbidade diária, em todos os campos, carimbar e assinar e preencher o condensado mensal;
- prestar o devido atendimento aos pacientes encaminhados por outros médicos e preencher o formulário de contra-referência;
- fazer registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento prescrito e evolução da doença, no prontuário;
- solicitar e analisar exames complementares e diagnósticos, anotando resultado no prontuário;
- realizar orientações individuais aos usuários e familiares;
- estabelecer relacionamento confiável com os usuários, possibilitando a interação terapêutica;
- fazer visitas domiciliares, se necessário;
- efetuar exames preventivos em escolares;
- participar de juntas médicas quando solicitado;
- seguir as normas e rotinas da Secretaria Municipal de Saúde quanto: assinatura de livro ponto ou equivalente, uniforme, cumprimento de horário conforme concurso, deslocamento até os locais de trabalho por conta própria;
- executar outras tarefas afins.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Geral: 10 horas semanais

b) Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de Serviços a noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas em Títulos

b) REQUISITOS:

- 1 - Portador de Certificado de conclusão de 3º Grau, com habilitação específica em medicina e Registro no Conselho Regional ou Federal de Medicina.
- 2 - Especialização e qualificação com habilitação legal para o exercício da função de Médico Endocrinologista.
- 3 - Outros: Conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou Legislação Municipal

MÉDICO - COM ESPECIALIDADE EM CIRURGIA GERAL

ATRIBUIÇÕES: Atividades de nível superior, de natureza técnica-profissional, envolvendo serviços de:

- consultar, diagnosticar e tratar pacientes com alterações e enfermidades que podem ser solucionadas através de procedimentos cirúrgicos, encaminhando quando necessário;
- realizar intervenções cirúrgicas básicas de todas as especialidades, de modo a poder, eventualmente, tratar doentes que não necessitem de encaminhamento para centros mais especializados;
- tratar de disfunções, infecções, deformidades, degenerações, traumas e tumores;
- participar do planejamento e execução de atividades de programas específicos e de reuniões da equipe de trabalho;
- contribuir para a análise e avaliação do trabalho, em equipe multiprofissional;
- apoiar estágios nas áreas específicas quando realizado convênio com universidade;
- participar de grupos de estudos visando o aprimoramento da equipe;
- promover e participar de ações educativas de programas voltados para a saúde pública;
- preencher os boletins de morbidade diária, em todos os campos, carimbar e assinar e preencher o condensado mensal, prestar o devido atendimento aos pacientes encaminhados por outros médicos e preencher o formulário de contra-referência;
- fazer registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento prescrito e evolução da doença, no prontuário;
- solicitar e analisar exames complementares e diagnósticos, anotando resultado no prontuário.
- realizar orientações individuais aos usuários e familiares;
- estabelecer relacionamento confiável com os usuários, possibilitando a interação terapêutica;
- fazer visitas domiciliares, se necessário.
- efetuar exames preventivos em escolares;
- participar de juntas médicas quando solicitado;
- seguir as normas e rotinas da Secretaria Municipal de Saúde quanto: assinatura de livro ponto ou equivalente, uniforme, cumprimento de horário conforme concurso, deslocamento até os locais de trabalho por conta própria;
- realizar cirurgias hospitalares pelo Sistema Único de Saúde;
- executar outras tarefas afins.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 10 horas semanais
- b) Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de Serviços a noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas em Títulos

B) REQUISITOS:

- 1 - Portador de Certificado de conclusão de 3º Grau, com habilitação específica em medicina e Registro no Conselho Regional ou Federal de Medicina.
- 2 - Especialização e qualificação com habilitação legal para o exercício da função de Médico Cirurgião Geral.
- 3 - Outros: Conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou Legislação Municipal

MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA**ATRIBUIÇÕES:**

- Tratar de afecções do aparelho reprodutor feminino e órgãos anexos, empregando tratamento clínico-cirúrgico, para promover ou recuperar a saúde; examinar o cliente fazendo inspeção, palpação e toque, para avaliar as condições gerais dos órgãos;
- realizar exames específicos de colposcopia e colpocitologia, utilizando colposcópio e lâminas, para fazer diagnóstico preventivo de afecções genitais e orientação terapêutica;
- executar biópsia de órgãos ou tecidos suspeitos, colhendo

- fragmentos dos mesmos para realizar exame anatomopatológico e estabelecer o diagnóstico e a conduta terapêutica;
- fazer cauterizações do colo uterino, empregando termocautério ou outro processo, para tratar as lesões existentes; executar cirurgias ginecológicas, seguindo as técnicas indicadas a cada caso, para corrigir processos orgânicos e extrair órgãos ou formações patológicas; participar da equipe de saúde pública, propondo ou orientando condutas, para promover programas de prevenção do câncer ginecológico e das mamas ou de outras doenças que afetam a área genital; colher secreções vaginais ou mamárias, para encaminhá-las a exame laboratorial.
- fazer diagnósticos e executar processos de terapêutica em pacientes;
- preparar registros dos exames relativos aos doentes para fins de diagnose e discussão;
- fornecer dados e relatórios sobre o número de pacientes, seus processos e forma de tratamento adotado;
- participar do planejamento e execução de atividades de programas específicos e de reuniões da equipe de trabalho;
- contribuir para a análise e avaliação do trabalho, em equipe multiprofissional;
- apoiar estágios nas áreas específicas quando realizado convênio com universidade;
- participar de grupos de estudos visando o aprimoramento da equipe;
- promover e participar de ações educativas de programas voltados para a saúde pública;
- preencher os boletins de morbidade diária, em todos os campos, carimbar e assinar e preencher o condensado mensal;
- prestar o devido atendimento aos pacientes encaminhados por outros médicos e preencher o formulário de contra-referência;
- fazer registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento prescrito e evolução da doença, no prontuário;
- solicitar e analisar exames complementares e diagnósticos, anotando resultado no prontuário.
- realizar orientações individuais aos usuários e familiares;
- estabelecer relacionamento confiável com os usuários, possibilitando a interação terapêutica;
- fazer visitas domiciliares, se necessário.
- efetuar exames preventivos em escolares;
- participar de juntas médicas quando solicitado;
- seguir as normas e rotinas da Secretaria Municipal de Saúde quanto: assinatura de livro ponto ou equivalente, uniforme, cumprimento de horário conforme concurso, disponibilidade de atendimento conforme horário a ser estabelecido pelo serviço, deslocamento até os locais de trabalho por conta própria.
- realizar cirurgias hospitalares pelo Sistema Único de Saúde
- executar outras tarefas afins.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 10 horas semanais
- b) Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de Serviços a noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas em Títulos

b) REQUISITOS:

- 1 - Portador de Certificado de Conclusão de Terceiro Grau com habilitação específica em Medicina com Residência Médica em Ginecologia e Obstetrícia e registro no Conselho Regional ou Federal de Medicina.
- 2 - Especialização e qualificação com habilitação legal para o exercício da função de Médico Cirurgião Geral.
- 3 - Outros: Conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou Legislação Municipal

MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA

- Atuar como médico em ambulatório de Especialidades em Cardio Pediatría, atendendo os pacientes até 14 anos - Acolher o usuário, identificando o mesmo, se apresentando e explicando os procedimentos a serem realizados;

- Realizar, diagnosticar e emitir laudos de exames ultrassonográficos, abrangendo a ecografia geral e/ou específica (pélvica, obstétrica, abdominal, pediátrica, pequenas partes, etc.), empregando técnicas específicas da medicina preventiva e terapêutica, a fim de promover a proteção, recuperação ou reabilitação da saúde;
- fazer diagnósticos e executar processos de terapêutica em pacientes;
- preparar registros dos exames relativos aos doentes para fins de diagnose e discussão;
- fornecer dados e relatórios sobre o número de pacientes, seus processos e forma de tratamento adotado;
- participar do planejamento e execução de atividades de programas específicos e de reuniões da equipe de trabalho;
- contribuir para a análise e avaliação do trabalho, em equipe multiprofissional;
- apoiar estágios nas áreas específicas quando realizado convênio com universidade;
- participar de grupos de estudos visando o aprimoramento da equipe;
- promover e participar de ações educativas de programas voltados para a saúde pública;
- preencher os boletins de morbidade diária, em todos os campos, carimbar e assinar e preencher o condensado mensal;
- prestar o devido atendimento aos pacientes encaminhados por outros médicos e preencher o formulário de contra-referência;
- fazer registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento prescrito e evolução da doença, no prontuário;
- solicitar e analisar exames complementares e diagnósticos, anotando resultado no prontuário.
- realizar orientações individuais aos usuários e familiares;
- estabelecer relacionamento confiável com os usuários, possibilitando a interação terapêutica;
- fazer visitas domiciliares, se necessário.
- efetuar exames preventivos em escolares;
- participar de juntas médicas quando solicitado;
- seguir as normas e rotinas da Secretaria Municipal de Saúde quanto: assinatura de livro ponto ou equivalente, uniforme, cumprimento de horário conforme concurso, disponibilidade de atendimento conforme horário a ser estabelecido pelo serviço, deslocamento até os locais de trabalho por conta própria.
- executar outras tarefas afins.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Geral: 10 horas semanais
b) Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de Serviços a noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas em Títulos
b) Requisitos:
1 - Portador de Certificado Conclusão de Terceiro Grau com habilitação específica em Medicina com especialização em radiologia com certificado de curso na área de atuação em ultrassonografia e registro no Conselho Regional ou Federal de Medicina.
2 - Especialização e qualificação com habilitação legal para o exercício da função de Médico Cirurgião Geral.
3 - Outros: Conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou Legislação Municipal

MÉDICO - COM ESPECIALIDADE EM ORTOPEDIA

ATRIBUIÇÕES: Atividades de nível superior, de natureza técnica-profissional, envolvendo serviços de:

- fazer diagnósticos e tratamento das doenças ósseas em geral;
- efetuar tratamento preventivo em patologias traumáticas e contusões;
- participar do planejamento e execução de atividades de programas específicos e de reuniões da equipe de trabalho;
- contribuir para a análise e avaliação do trabalho, em equipe multiprofissional;
- apoiar estágios nas áreas específicas quando realizado convênio com universidade;
- participar de grupos de estudos visando o aprimoramento da equipe;
- promover e participar de ações educativas de programas voltados para a saúde pública;
- preencher os boletins de morbidade diária, em todos os campos, carimbar e assinar e preencher o condensado mensal;
- prestar o devido atendimento aos pacientes encaminhados por outros médicos e preencher o formulário de contra-referência;
- fazer registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento prescrito e evolução da doença, no prontuário;
- solicitar e analisar exames complementares e diagnósticos, anotando resultado no prontuário.
- realizar orientações individuais aos usuários e familiares;
- estabelecer relacionamento confiável com os usuários, possibilitando a interação terapêutica;
- fazer visitas domiciliares, se necessário.
- efetuar exames preventivos em escolares;
- participar de juntas médicas quando solicitado;
- seguir as normas e rotinas da Secretaria Municipal de Saúde quanto: assinatura de livro ponto ou equivalente, uniforme, cumprimento de horário conforme concurso, deslocamento até os locais de trabalho por conta própria;
- realizar cirurgias hospitalares pelo Sistema Único de Saúde
- executar outras tarefas afins.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Geral: 10 horas semanais
b) Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de Serviços a noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas em Títulos
b) Requisitos:
1 - Portador de Certificado de conclusão de 3º Grau, com habilitação específica em medicina e Registro no Conselho Regional ou Federal de Medicina.
2 - Especialização e qualificação com habilitação legal para o exercício da função de Médico Ortopedista.
3 - Outros: Conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou Legislação Municipal

MÉDICO PEDIATRA**Atribuições:**

- Prestar assistência médica específica às crianças até a adolescência, examinando-as e prescrevendo cuidados pediátricos ou tratamentos, para avaliar, preservar ou recuperar sua saúde; examinar a criança, auscultando-a, executando palpitações e percussões, por meio de estetoscópio e de outros aparelhos específicos, para verificar a presença de anomalias e malformações congênitas

do recém-nascido, avaliar-lhe as condições de saúde e estabelecer diagnóstico;

- avaliar o estágio de crescimento e desenvolvimento da criança, comparando-o com os padrões normais, para orientar a alimentação, indicar exercícios, vacinação e outros cuidados; estabelecer o plano médico-terapêutico-profilático, prescrevendo medicação, tratamento e dietas especiais, para solucionar carências alimentares, anorexias, desidratação, infecções, parasitoses e prevenir a tuberculose, tétano, difteria, coqueluche e outras doenças; tratar lesões, doenças ou alterações orgânicas infantis, indicando ou realizando cirurgias, prescrevendo pré-operatório e acompanhando o pós-operatório, para possibilitar a recuperação da saúde;
- participar do planejamento, execução e avaliação de planos, programas e projetos de saúde pública, enfocando os aspectos de sua especialidade, para cooperar na promoção, proteção e recuperação da saúde física e mental das crianças.
- fazer diagnósticos e executar processos de terapêutica em pacientes;
- preparar registros dos exames relativos aos doentes para fins de diagnose e discussão;
- fornecer dados e relatórios sobre o número de pacientes, seus processos e forma de tratamento adotado;
- participar do planejamento e execução de atividades de programas específicos e de reuniões da equipe de trabalho;
- contribuir para a análise e avaliação do trabalho, em equipe multiprofissional;
- apoiar estágios nas áreas específicas quando realizado convênio com universidade;
- participar de grupos de estudos visando o aprimoramento da equipe;
- promover e participar de ações educativas de programas voltados para a saúde pública;
- preencher os boletins de morbidade diária, em todos os campos, carimbar e assinar e preencher o condensado mensal;
- prestar o devido atendimento aos pacientes encaminhados por outros médicos e preencher o formulário de contra-referência;
- fazer registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento prescrito e evolução da doença, no prontuário;
- solicitar e analisar exames complementares e diagnósticos, anotando resultado no prontuário.
- realizar orientações individuais aos usuários e familiares;
- estabelecer relacionamento confiável com os usuários, possibilitando a interação terapêutica;
- fazer visitas domiciliares, se necessário.
- efetuar exames preventivos em escolares;
- participar de juntas médicas quando solicitado;
- seguir as normas e rotinas da Secretaria Municipal de Saúde quanto: assinatura de livro ponto ou equivalente, uniforme, cumprimento de horário conforme concurso, disponibilidade de atendimento conforme horário a ser estabelecido pelo serviço, deslocamento até os locais de trabalho por conta própria.
- executar outras tarefas afins.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 10 horas semanais
b) Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de Serviços a noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas em Títulos

b) REQUISITOS:

- 1 - Portador de Certificado de Conclusão de Terceiro Grau com habilitação específica em Medicina com Residência Médica em Pediatria e registro no Conselho Regional ou Federal de Medicina.
- 2 - Especialização e qualificação com habilitação legal para o

exercício da função de Médico Cirurgião Geral.

3 - Outros: Conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou Legislação Municipal

MÉDICO - COM ESPECIALIDADE EM PSIQUIATRIA

ATRIBUIÇÕES: Atividades de nível superior, de natureza técnica-profissional, envolvendo serviços de:

- realizar consultas ambulatoriais individuais, atendimentos em grupos com pacientes e familiares, visando uma atuação em conjunto com os demais profissionais da equipe, a fim de promover a saúde e integrar o usuário de forma adequada na comunidade em que está inserido;
- prescrever e acompanhar o tratamento médico especializado, bem como suspendê-lo quando necessário;
- determinar internações para usuários em surto psicótico agudo, com risco próprio ou com terceiros;
- participar no planejamento e organização de atividades reabilitacionais e de integração dos pacientes;
- orientar as famílias quando à conduta e quanto ao tratamento médico, buscando garantir sua adesão;
- avaliar pacientes com objetivo de inserir na modalidade intensiva, assim como dar alta em conjunto com a equipe, fazer diagnósticos e aplicar terapia em pacientes, determinar a dosagem dos medicamentos a serem ministrados aos pacientes e observar e analisar as reações apresentadas;
- aplicar psicoterapia através de entrevistas com o paciente;
- efetuar atendimento clínico a alunos de escolas especiais e dar orientação profissional, indicando as situações de trabalho mais condizentes com o biotipo e personalidade;
- atender aos familiares do doente informando-os sobre as condições do mesmo;
- participar do planejamento e execução de atividades de programas específicos e de reuniões da equipe de trabalho, contribuir para a análise e avaliação do trabalho, em equipe multiprofissional;
- apoiar estágios nas áreas específicas quando realizado convênio com universidade;
- participar de grupos de estudos visando o aprimoramento da equipe;
- promover e participar de ações educativas de programas voltados para a saúde pública;
- preencher os boletins de morbidade diária, em todos os campos, carimbar e assinar e preencher o condensado mensal;
- prestar o devido atendimento aos pacientes encaminhados por outros médicos e preencher o formulário de contra-referência;
- fazer registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento prescrito e evolução da doença, no prontuário;
- solicitar e analisar exames complementares e diagnósticos, anotando resultado no prontuário;
- realizar orientações individuais aos usuários e familiares;
- estabelecer relacionamento confiável com os usuários, possibilitando a interação terapêutica;
- fazer visitas domiciliares, se necessário, efetuar exames preventivos em escolares;
- participar de juntas médicas quando solicitado;
- seguir as normas e rotinas da Secretaria Municipal de Saúde quanto: assinatura de livro ponto ou equivalente, uniforme, cumprimento de horário conforme concurso, deslocamento até os locais de trabalho por conta própria;

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 10 horas semanais
b) Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de Serviços a noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas em Títulos
b) Requisitos:
1 - Portador de Certificado de conclusão de 3º Grau, com habilitação específica em medicina e Registro no Conselho Regional ou Federal de Medicina.
2 - Especialização e qualificação com habilitação legal para o exercício da função de Médico Psiquiátrico.
3 - Outros: Conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou Legislação Municipal

MÉDICO DO TRABALHO

ATRIBUIÇÕES:

Realizar consulta e atendimento médico, exames, levantar hipóteses diagnósticas, solicitar exames complementares, interpretar dados de exame clínico e complementares, diagnosticar estado de saúde de clientes, discutir diagnóstico, prognóstico e tratamento com clientes, responsáveis e familiares. 2. Realizar atendimentos de urgência e emergência e visitas domiciliares. 3. Planejar e prescrever tratamento aos clientes, praticar intervenções, receitar drogas, medicamentos e fitoterápicos. 4. Realizar exames para admissão, retorno ao trabalho, periódicos, e demissão dos servidores em especial daqueles expostos a maior risco de acidentes de trabalho ou de doenças profissionais. 5. Implementar medidas de segurança e proteção do trabalhador, promover campanhas de saúde e ações de controle de vetores e zoonoses. 6. Elaborar e executar ações para promoção da saúde, prescrever medidas higiênicas- dietéticas e ministrar tratamentos preventivos. 7. Realizar os procedimentos de readaptação funcional instruindo a administração da Instituição para mudança de atividade do servidor. 8. Participar juntamente com outros profissionais, da elaboração e execução de programas de proteção à saúde do trabalhador, analisando em conjunto os riscos, as condições de trabalho, os fatores de insalubridade, de fadiga e outros. 9. Participar, conforme a política interna da Instituição, de projetos, cursos, eventos, comissões, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão. 10. Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade. 11. Participar de programa de treinamento, quando convocado. 12. Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática. 13. Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 10 horas semanais
b) Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de Serviços a noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas em Títulos
b) REQUISITOS:
1 - Portador de Certificado de conclusão de 3º Grau, com habilitação específica em medicina e Registro no Conselho Regional ou Federal de Medicina.
2 - Especialização e qualificação com habilitação legal para o exercício da função de Médico do Trabalho
3 - Outros: Conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou Legislação Municipal

MÉDICO GERIATRA

LOTAÇÃO: Secretaria de Saúde

ATRIBUIÇÕES:

Executar trabalhos no âmbito da medicina com compreensão das doenças prevalentes no envelhecimento e seu tratamento; possuir competência para gerenciar a assistência ao idoso no âmbito domiciliar, ambulatorial e hospitalar

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 10 horas semanais
b) Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de Serviços a noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas em Títulos

b) REQUISITOS:

- 1 - Portador de Certificado de conclusão de 3º Grau, com habilitação específica em medicina e Registro no Conselho Regional ou Federal de Medicina.
2 - Especialização e qualificação com habilitação legal para o exercício da função de Médico Geriatra
3 - Outros: Conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou Legislação Municipal

MÉDICO PLANTONISTA

ATRIBUIÇÕES:

Prestar atendimento de Urgência e Emergência passíveis de tratamento a níveis de Pronto Atendimento a pacientes tanto adultos como pediátricos em demanda espontânea, cuja origem é variada e incerta, responsabilizando-se integralmente pelo tratamento clínico dos mesmos; atender prioritariamente os pacientes de urgência e emergência identificados de acordo com protocolo de acolhimento definidas pela Secretaria Municipal de Saúde, realizado pelo Enfermeiro Classificador de Risco; Realizar consultas, exames clínicos, solicitar exames subsidiários, analisar e interpretar seus resultados, emitir diagnósticos, emitir atestado médico quando houver

necessidade, prescrever tratamentos, orientar os pacientes, aplicar recursos da medicina preventiva ou curativa para promover, proteger e recuperar a saúde do usuário; Fazer uso, quando necessário, de todos os recursos e equipamentos disponíveis na Unidade de saúde, para ressuscitação de pacientes com parada cardio/respiratória; Realizar todos os procedimentos inerentes a profissão de médico, dentre eles: Estabilização de pacientes, suturas, curativos, gesso e outros; Encaminhar pacientes de risco aos serviços de maior complexidade para tratamento e ou internação hospitalar (caso indicado), contatar com o hospital ou com a Central de Leitos do SUS, garantindo a continuidade da atenção médica ao paciente grave, até a sua recepção por outro médico nos serviços de urgência ou na remoção e transporte de pacientes críticos a nível intermunicipal, regional e estadual, prestar assistência direta aos pacientes nas ambulâncias, realizar atos médicos possíveis e necessários, até a sua recepção por outro médico; Fazer controle de qualidade do serviço nos aspectos inerentes à sua profissão, intensivista e de assistência pré-hospitalar. Garantir a continuidade da atenção médica ao paciente em observação ou em tratamento nas dependências da entidade até que outro profissional médico assuma o caso; Preencher os documentos inerentes à atividade de assistência pré-hospitalar à atividade do médico, realizar registros adequados sobre os pacientes, em fichas de atendimentos e prontuários assim como, outros determinados pela Secretaria Municipal de Saúde; Dar apoio a atendimentos de urgência nos eventos externos, de responsabilidade da instituição; Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho; Executar outras tarefas correlatas à sua área de competência; Participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico da Unidade de Urgência e Emergência, caso convocado; Obedecer ao Código de Ética Médica.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 20 horas semanais

b) Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de Serviços a noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas em Títulos

b) REQUISITOS:

1 - Portador de Certificado de conclusão de 3º Grau, com habilitação específica em medicina e Registro no Conselho Regional ou Federal de Medicina.

2 - Especialização e qualificação com habilitação legal para o exercício da função de Médico Plantonista

3 - Outros: Conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou Legislação Municipal

MEDICO AUDITOR/REGULADOR

Atribuições: auditar os serviços hospitalares, ambulatoriais públicos ou privados, procedimentos de alto custo, hemoterapia, órtese-prótese (prontuários médicos, laudos médicos, fichas clínicas, fichas de atendimentos ambulatoriais), de acordo com a legislação aplicável pelo Sistema Único de Saúde (SUS); verificar "in loco" pôr amostragem, a qualidade do atendimento prestado ao usuário do sistema. Autorizar ou não o internamento hospitalar, verificar o preenchimento adequado do laudo médico para a emissão da Autorização de Internação Hospitalar (AIH) em seus diversos campos, analisar os dados nele contidos, comparar os sinais e sintomas apresentados pelo paciente e outras tarefas afins

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Geral: 10 horas semanais

b) Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de Serviços a noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas em Títulos

b) REQUISITOS:

1 - Portador de Certificado de conclusão de 3º Grau, com habilitação específica em medicina e Registro no Conselho Regional ou Federal de Medicina.

2 - Especialização e qualificação com habilitação legal para o exercício da função de Médico Auditor

3 - Outros: Conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou Legislação Municipal

MÉDICO AUTORIZADOR**ATRIBUIÇÕES:**

- Autorizar os serviços hospitalares, ambulatoriais públicos ou privados, procedimentos de alto custo, hemoterapia, órtese-prótese (prontuários médicos, laudos médicos, fichas clínicas, fichas de atendimentos ambulatoriais), de acordo com a legislação aplicável pelo Sistema Único de Saúde (SUS);

- Autorizar ou não o internamento hospitalar, verificar o preenchimento adequado do laudo médico para a emissão da Autorização de Internação Hospitalar (AIH) em seus diversos campos, analisar os dados nele contidos, comparar os sinais e sintomas apresentados pelo paciente e outras tarefas afins.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Geral: 10 horas semanais

b) Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de Serviços a noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas em Títulos

b) REQUISITOS:

1 - Portador de Certificado de conclusão de 3º Grau, com habilitação específica em medicina e Registro no Conselho Regional ou Federal de Medicina.

2 - Especialização ou qualificação com habilitação legal para o exercício da função de Médico Autorizador

3 - Outros: Conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou Legislação Municipal

AUDITOR EM SAÚDE NÍVEL SUPERIOR**ATRIBUIÇÕES:**

- Realizar auditoria sistemática nas unidades de saúde e prestadores verificando o cumprimento da legislação e das normas inerentes à organização, ao funcionamento e a correta aplicação das verbas do Sistema Único de Saúde - SUS, acompanhando a execução e desempenho de procedimentos e ações de saúde, da rede própria e complementar do Município, analisando contratos, convênios e documentos congêneres.

- Desenvolver ações de controle, avaliação e auditoria das atividades relativas à prestação de serviços do Sistema Único de Saúde - SUS.

- Apreçar a legalidade, a legitimidade, a economicidade e a razoabilidade de contratos, convênios e documentos congêneres, analisando relatórios gerenciais do Sistema de Informação Ambulatorial - S.I.A. e do Sistema de Informação Hospitalar - S.I.H e outros sistemas do Governo Federal e Municipal.

- Contribuir para a melhoria progressiva da assistência à saúde, fornecendo subsídios para o planejamento de ações que favoreçam o aperfeiçoamento do SUS, zelando pela qualidade, propriedade e efetividade dos serviços de saúde prestados a população.

- Exercer outras responsabilidades / atribuições correlatas.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Geral: 40 horas semanais

b) Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de Serviços a noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas em Títulos

b) REQUISITOS:

1 - Portador de Certificado de conclusão de 3º Grau.

2 - Especialização e qualificação com habilitação legal para o exercício da função de Auditor

3 - Outros: Conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou Legislação Municipal

Aviso de Licitação 009/SAMAE/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/SAMAE/2014.

Tipo: MENOR PREÇO POR TONELADA.

Data e horário da sessão de abertura: 11/04/2014 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para prestação de serviços de coleta de resíduos sólidos no Município de Balneário Rincão - SC.

Fone/Fax: (48) 3468-4528/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão – SC, 28 de Março de 2014.

Pregoeira

Gisele P. Ferreira.

Biguaçu

PREFEITURA

Decreto Nº 036/2014

DECRETO Nº 036/2014 DE 27 DE MARÇO DE 2014.

Aprova o desdobramento das metas fiscais, físicas e financeiras do exercício de 2014 em metas quadrimestrais.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º, §4º, da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desdobramento das metas fiscais, físicas e financeiras para o exercício de 2014 em metas quadrimestrais, na forma estabelecida nos anexos I e II deste Decreto.

Art. 2º As metas quadrimestrais serão objeto de demonstração e avaliação do seu cumprimento em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal de Biguaçu até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, mediante chamamento público, registro de presença e da ata em livro próprio e remessa desses documentos ao Tribunal de Contas.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 27 de março de 2014

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

Decreto Nº 036/2014 - Anexo I

R\$ 1.000,00

ANEXO I DO DECRETO Nº 036/2014				
DESDOBRAMENTO DAS METAS FISCAIS PARA 2014 EM METAS QUADRIMESTRAIS – Art. 9º, §4º da LRF				
METAS FISCAIS	QUADRIMESTRE			TOTAL
	PRIMEIRO	SEGUNDO	TERCEIRO	
Receita Total (I)	45.600,00	46.307,0	95.351,0	187.258,0
Receita Financeira (II)	300,0	376,0	23.237,0	23.913,0
Receita não Financeira (III = I – II)	45.300,0	45.931,0	72.114,0	163.345,0
Despesa Total (IV)	42.906,0	44.220,0	100.132,0	187.258,0
Despesa Financeira (V)	1.700,0	1.782,0	2.112,0	5.594,0
Despesa não Financeira (VI = IV – V)	41.206,0	42.438,0	98.020,0	181.664,0
Resultado Primário (VII = III – VI)	4.094,0	3.493,0	-25.906,0	-18.319,0
Resultado Nominal (VIII)	-1.708,9	-3.944,5	-1.989,6	7.643,0
Montante da Dívida Consolidada Líquida (IX)	27.700,1	23.755,6	21.766,0	37.853,0

Memória de Cálculo:

I – A Receita Total de cada quadrimestre é apurada com base no demonstrativo do desdobramento da receita em metas bimestrais de arrecadação de cada uma das Unidades Gestoras;

II – A Receita Financeira de cada quadrimestre é apurada com base no demonstrativo do desdobramento da receita em metas bimestrais de arrecadação de cada uma das Unidades Gestoras;

III – A Receita não Financeira de cada quadrimestre é apurada pela operação: Receita Total – Receita Financeira;

IV – A Despesa Total de cada quadrimestre é apurada com base no demonstrativo da programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso de cada uma das Unidades Gestoras;

V – A Despesa Financeira de cada quadrimestre é apurada com base no demonstrativo da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso de cada uma das Unidades Gestoras;

VI – A Despesa não Financeira de cada quadrimestre é apurada pela operação: Despesa Total – Despesa Financeira;

VII – O Resultado Primário de cada quadrimestre é apurado pela operação: Receita não Financeira – Despesa não Financeira;

VIII – O Resultado Nominal (RN) é apurado pelas operações: Dívida Fiscal Líquida (DFL) do quadrimestre anterior – Dívida Fiscal Líquida (DFL) do quadrimestre de referência. Onde, DFL = Dívida Fiscal Líquida (DCL) + Receitas de Privatizações – Passivos Reconhecidos, conforme abaixo:

R\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	LDO 2013 "a"	QUADRIMESTRES DE 2014		
		1º (b)	2º (c)	3º (d)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	37.759,0	36.059,0	34.277,0	42.415,0
DEDUÇÕES (II)	5.500,0	5.793,9	8.212,9	18.571,4
Ativo Disponível	8.000,0	5.655,0	8.074,0	24.632,5
Haveres Financeiros	100,0	138,9	138,9	138,9
(-) Restos a Pagar Processados	2.600,0	-	-	6.200,0
DÍV. CONS. LÍQUIDA (III = I – II)	32.259,0	30.265,1	26.064,1	23.843,6
Receitas de Privatizações (IV)	-	-	-	-
Passivos Reconhecidos (V)	2.850,0	2.565,0	2.308,5	2.077,6
DÍV. FISCAL LÍQUIDA (VI = III + IV – V)	29.409,0	27.700,1	23.755,6	21.766,0
		b – a	c – b	d – c
RESULTADO NOMINAL QUADRIMESTRAL		-1.708,9	-3.944,5	-1.989,6
Resultado Nominal Anual 2014 (d - a) = 21.766,0 – 29.409,0 = 7.643,0				

Memória:

1. O Ativo Disponível em "b" e "c", foi extraído da Programação financeira para 2014, somando o saldo de caixa de todas as Unidades Gestoras no início do mês de maio e setembro, respectivamente, excluindo os recursos do RPPS.

2. A Dívida Consolidada em "b" e "c" foi calculada tomando por base a Dívida Consolidada de 2013, R\$ 37.759,0, mais os empréstimos programados para tomar em cada quadrimestre, menos as amortizações fixadas para cada quadrimestre.

Biguaçu, 26 de fevereiro de 2014.

José Castelo Deschamps
PREFEITO MUNICIPAL

John Kennedy Lara da Costa
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

Priscila Raimundo Pinheiro
Contadora CRC/SC 028726/O-6

Decreto Nº 036/2014 - Anexo II

ANEXO II DO DECRETO Nº 036/2014

DESDOBRAMENTO DAS METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS PARA 2014 EM METAS QUADRIMESTRAIS

Art. 9º, § 4º, da LC 101/2000

R\$ 1.000,00

Código	Especificação das Ações	Produto	Unidade Medida	Metas por Quadrimestre						TOTAL	
				1º		2º		3º			
				Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
	UNIDADE GESTORA: PREFEITURA										
	Pessoal e Encargos Sociais				12.880		12.880		12.894		38.654
	Amortização da Dívida Fundada Interna				1.700		1.782		2.062		5.544
	Despesas Operacionais				8.053		9.419		11.646		29.118
	SOMA				22.633		24.081		26.602		73.316
	Projetos da Secret. de Administração								713		713
1001	Restrut. Fís. e Func.do Prédio Admin.	Área	M2					720	30	720	30
1003	Revitalização da Estrutura de Informática								683		683
	Projetos da Secretaria da Fazenda								186		186
1004	Aperf. dos Mecanismos de Arrecadação								186		186
	Projetos da Secret de Planej. e Gestão								23		23
1026	Inclusão Digital	Pessoa	Unidade						23		23
	Projetos da Secretaria de Educação								3.234		3.234
1005	Ampl da Rede Fís.de Ensino Fundamental	Área	M2					1.000	974	1.000	974
1006	Aquisição de Veículo p/ Transporte Escolar	Veículo	Unidade					03	810	03	810
1007	Ampliação da Rede Fís.de Ensino Infantil	Área	M2					1.300	1.450	1.300	1.450
	Projetos Secret de Obras Infra-Estrutura								35.907		35.907
1002	Constr.do Centro Admin. Municipal	Área	M2					2.000	2.200	2.000	2.200
1012	Restauração do Mercado Público	Área	M2					500	200	500	200
1020	Apoio a Constr. de Eptos de Seg. Pública	Área	M2					6.000	3.070	6.000	3.070
1034	Pavimentação de Estradas Rurais	Área	M2					8.000	1.300	8.000	1.300
1035	Construção de Pontes	Ponte	M2					150	232	150	232
1036	Construção de Bueiros	Bueiro	M2					250	30	250	30
1037	Aquisição de Equipamentos Rodoviários	Eptos	Unidade					03	1.755	03	1.755
1043	Dragagem do Rio e Fixação da Barra	Extensão	Km					04	6.200	04	6.200
1044	Revitalização de Praças	Praça	Unidade					02	80	02	80
1045	8 Pavimentação de Ruas	Área	M2					109.000	15.640	109.000	15.640
1046	Implantação de Drenagem Pluvial	Galeria	KM					4	5.200	4	5.200

Código	Programa/Ações	Produto	Unidade Medida	Metas por Quadrimestre						TOTAL	
				1º		2º		3º			
				Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
	Projetos Secret. Desenv. Urb. Transp.								855		855
1047	Sinalização Turística	Placas	Unidade					600	328	600	328
1049	Implantação de Ciclovias	Extensão	M					2.500	273	2.500	273
1050	Padronização de Calçadas	Área	M2					1.000	50	1.000	50
1051	Constr. ou Aquis. Abrigo de Passageiros	Abrigo	Unidade					20	204	20	204
	Proj. Secret. de Integração Regional								558		558
1041	1 Recup.de Danos Caus. por Intempéries								535		535
1042	1 Prevenção de Cheias								23		23
	Proj. Secr. de Assist. Soc. e Habitação								3.425		3.425
1021	Constr do Centro Integr. de Assist. Social	Área	M2					1.500	1.035	1.500	1.035
1023	Constr do Centro Ref. da Assist. Social	Area	M2					165	20	165	20
1024	1 Constr. Centro Ref. Esp. Assist. Social	Area	M2					180	150	180	150
1022	1 Construção de Abrigo Institucional	Area	M2					500	20	500	20
1025	1 Biguaçu meu Lar	Família/Atda	Unidade					1.500	2.200	1.500	2.200
	Projetos Sec.Desenv. Econ.Inov. Tecn								560		560
1031	1 Implantação de Distritos Industriais	Distrito	Unidade					01	90	01	90
1032	1 Pagto. Precatório c/ Desapr. de Imóvel	Precatório	Unidade					01	400	01	400
1033	1 Implantação da Casa do Empreendedor	Área	M2					250	70	250	70
	Projetos Sec.Cult.Esp. Turismo e Lazer								1.670		1.670
1013	1 Restauração do Casa-rão Wollinger	Área	M2					400	400	400	400
1014	1 Constr. do Centro Integrado de Cultura	Área	M2					2.000	47	2.000	47
1015	1 Constr. de Equipamentos e Esportivos	Eptos	Unidade					01	700	01	700
1017	1 Construção do Centro de Artes Marciais	Área	M2					300	93	300	93
1018	1 Instalação de Academia ao ar Livre	Academia	Unidade					01	35	01	35
1019	1 .Construção de Área de Lazer	Área Lazer	Unidade					01	80	01	80
1048	1 Construção de Portal Turístico								315		315
	Proj Sec. Agric.Desenv. Rural e Aquic								582		582
1028	1 Formação da Patrula Agrícola	Eptos	Unidade					02	535	02	535
1029	1 Implantação da Casa do Agricultor	Área	M2					130	47	130	47
	Reserva de Contingência				132		132		136		400
	TOTAL				22.765		24.213		74.451		121.429
	UNIDADE GESTORA: FMS										
	Pessoal e Encargos Sociais				7.116		7.116		7.120		21.352

	Despesas Operacionais				3.473		3.160		4.343		10.976
	SOMA				10.589		10.276		11.463		32.328
	Projetos da Saúde								3.773		3.773
1008	Constr. Hosp. da Comarca de Biguaçu	Área	M2					6.468	2.500	6.468	2.500

Código	Programa/Ações	Produto	Unidade Medida	Metas por Quadrimestre							
				1º		2º		3º		TOTAL	
				Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
1009	. Implant. e Manut. Polos de Acad. Saúde	Academia	Unidade					03	90	03	90
1010	. Constr. ou Ampl. de Unidade de Saúde	Área	M2					600	1.125	600	1.125
1011	Aquisição de Veículos	Veículo	Unidade					01	58	01	58
	TOTAL				10.589		10.276		15.236		36.101
	UNIDADE GESTORA:FAMAB										
	Pessoal e Encargos Sociais				220		220		227		667
	Despesas Operacionais				295		264		579		1.138
	SOMA				515		484		806		1.805
	Projetos da FAMAB								208		208
1038	Revitalização de Rios e Lagoas	Extensão	M					100	21	100	21
1039	Construção de Parques	Área	M2					20.000	61	20.000	61
1040	Construção da Sede da FAMABI	Área	M2					500	126	500	126
	TOTAL				515		484		1.014		2.013
	UNIDADE GESTORA: BIGUAÇUPREV										
	Pessoal e Encargos Sociais				1.119		1.306		1.259		3.684
	Despesas Operacionais				133		186		204		523
	SOMA				1.252		1.492		1.463		4.207
	Reserva de Contingência				6.000		6.000		6.076		18.076
	TOTAL				7.252		7.492		7.539		22.283
	UNIDADE: CAMARA DE VEREADORES										5.432
	Pessoal e Encargos Geral				1.569		1.488		1.603		4.660
	Amortização da Dívida Fundada Interna				16		17		17		50
	Despesas Operacionais				200		250		272		722
	TOTAL				1.785		1.755		1.892		5.432
	TOTAL GERAL				42.906		44.220		100.132		187.258

Biguaçu, 27 de março de 2014.

José Castelo Deschamps
PREFEITO MUNICIPALJohn Kennedy Lara da Costa
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDAPriscila Raimundo Pinheiro
CONTADORA

Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 77/2014 PMB
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E CONVENIADAS (CEI ANJINHO DA GUARDA E CEI PLANETA AZUL), CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS EM ANEXO.
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 14 abril, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.
ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 14 abril, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 87/2014 PMB
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE RÁDIO COMUNICAÇÃO, CONFORME ORÇAMENTO E TERMO REFERÊNCIA EM ANEXO, PARA A UTILIZAÇÃO DAS GUARNIÇÕES OPERACIONAIS DO QUARTEL DE BOMBEIROS DE BIGUAÇU
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 11 abril, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.
ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 11 abril, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 31 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº 038/2014

DECRETO Nº 038/2014 DE 28 DE MARÇO DE 2014.
Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual para 2014 do Município de Biguaçu.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, inciso III, da Lei Municipal nº 3417/2013 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) o Orçamento para 2014 do Município de Biguaçu a dotação abaixo indicada:

SECRETARIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0801.15.451.0009.1045	Pavimentação de Ruas	2.000.000,00
4.4.00.00	Investimentos	2.000.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	2.000.000,00
0.1.82.000096	Badesc – Pavimentação de Ruas	2.000.000,00

Art. 2º De acordo com o artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV da Lei Federal nº 4320/64, o crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto correrá por conta das receitas

provenientes da operação de crédito autorizada pela Lei Municipal nº 3.418, de 13/11/2013.

Parágrafo Único – O crédito aberto deverá corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 28 de março de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

Bom Jesus do Oeste**PREFEITURA****Contrato Adm 39/2014**

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 39/2014

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: C. W. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL LTDA.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 1340/2009
Objeto: Termo Aditivo na Prestação de serviços de recolhimento de lixo.

Valor: r\$ 57.600,00 (Cinqüenta e sete mil e seiscentos reais).

Vigência: 27 de março de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 27 de março de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Contrato Adm 40/2014

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 40/2014

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: RICARDO M. EBERT - ME

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 592/2014
Objeto: Aquisição de equipamentos agrícolas.

Valor: r\$ 11.880.00 (Onze mil, oitocentos e oitenta reais).

Vigência: 27 de março de 2014 a 30 de dezembro de 2014.

Assinatura: 27 de março de 2014.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Contrato Adm 41/2014

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 41/2014

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: INDUSTRIA AGRICOLA CHIUMENTO LTDA

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 592/2014
Objeto: Aquisição de equipamentos agrícolas.

Valor: R\$ 17.400,00 (Dezessete mil e quatrocentos reais).

Vigência: 27 de março de 2014 a 30 de dezembro de 2014.

Assinatura: 27 de março de 2014.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Contrato Adm 42/2014

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 42/2014

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: FORESTI TRATORES E AUTOMOVEIS LTDA.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 592/2014
Objeto: Aquisição de equipamentos agrícolas.

Valor: R\$ 49.996,00 (Quarenta e nove mil, novecentos e noventa e seis reais).

Vigência: 27 de março de 2014 a 30 de dezembro de 2014.

Assinatura: 27 de março de 2014.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Contrato Adm 43/2014

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 43/2014

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ALTAIR FABRO & CIA LTDA.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 592/2014
Objeto: Aquisição de equipamentos agrícolas.

Valor: R\$ 24.419,00 (Vinte e quatro mil, quatrocentos e dezenove reais).

Vigência: 27 de março de 2014 a 30 de dezembro de 2014.

Assinatura: 27 de março de 2014.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Contrato Adm 44/2014

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 44/2014

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: RADIO 102 DE PINHALZINHO LTDA. - ME

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 595/2014
Objeto: Apresentação de programa por meio de radiodifusão.

Valor: R\$ 29.610,00 (Vinte e nove mil, seiscentos e dez reais).

Vigência: 27 de março de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 27 de março de 2014.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº.801/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 801/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2014

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:00 horas do dia 10 de Abril de 2014, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto Aquisição de semente de aveia preta em embalagens de 40 kg para o exercício de 2014.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no site do município www.bomjesusdoeste.sc.gov.br ou em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: administracao@bomjesusdoeste.sc.gov.br

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 31 de Março de 2014.
Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº.802/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 802/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 030/2014

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 09:00 horas do dia 10 de Abril de 2014, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto Emissão de seguros para a frota municipal no exercício de 2014.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no site do município www.bomjesusdoeste.sc.gov.br ou em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: administracao@bomjesusdoeste.sc.gov.br

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 31 de Março de 2014.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

Decreto Nº.4533/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº. 4533/2014 de 28 de Março de 2014.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº. 0614/2014, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº.: 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº. 4477/14 de 02 de janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº. 0614/2014, que tem por objeto Aquisição de terceirização de serviços de horas máquinas para o depto. do Dmer no exercício de 2014.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	ROMAPLAN SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA ME	Terceirização de trator de esteira com peso operacional mínimo de 14.000 kg, potencia mínima do motor de 130 hp, ano mínimo 2008 com escarificador traseiro e lamina angular	60,00	12.000,00

2	ROMAPLAN SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA ME	Terceirização de escavadeira hidraulica com peso operacional de 17.000 kg ano mínimo de fabricação 2008 e potencia mínima de 110 hp	90,00	18.000,00
3	ROMAPLAN SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA ME	Terceirização de hora maquina de caminhão caçamba capacidade mínima de carga de 12 M ³ potencia mínima de 218 hp e ano mínimo 2002	130,00	14.300,00
quarenta e quatro mil e trezentos reais				44.300,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, aos 28/03/14.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Bom Retiro**PREFEITURA****Minuta Edital PP 07/2014 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM RETIRO

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014 (FMS)

O Município de Bom Retiro através do Fundo Municipal de Saúde torna público Edital Pregão Presencial 07/2014 para contratação de laboratório clínico para prestação de serviços especializados na realização de exames médicos, de pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 10/04/14 às 10h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 31 de março de 2014.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito

Minuta TA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Terceiro Termo Aditivo de Prazo do Contrato 112/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: Poliedro Engenharia e Construções Ltda.

Objeto: Fornecimento de materiais e mão de obra para construção

de uma Quadra Esportiva Coberta, com área de construção de 800,00 m², na localidade do Barbaquá. Fica alterada a Clausula Quarta (dos Prazos), prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 16 de maio de 2014. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº112/2012, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Bom Retiro, 17 de fevereiro de 2014.
Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

287.03.14 - P.Lic. Mot. P. Fam. Lucrecia B. H. Rosa
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 287/14 de 25.03.14
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:
Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 11 (onze) dias de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, a contar do dia 11 de março com término no dia 21 de março de 2014, a funcionária Lucrecia Barbara Heinz da Rosa, ocupante do cargo de Professora - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Municipal Antonia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 25 de março de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

288.03.14 - P. Férias Pecunia Angelita Motta
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 288/14 de 27.03.14
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 e 69 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:
Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondentes ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil e Quatorze) a funcionária Angelita Motta, Ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão I – Nível 03, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 028/2014 de 26 de março de 2014, para gozá-las a contar do dia 26 de março com término no dia 24 de abril de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 27 de março de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

289.03.14 - P. Exon. Cloves O. Neckel
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 289/14 de 27.03.14
Exonera Servidor a Pedido

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

Resolve:
Conceder exoneração ao servidor Cloves Oldemar Neckel, do Cargo de Motorista – Padrão I - Nível – 4 do Quadro de Pessoal Nomeado em Caráter Efetivo do Município, através da Portaria n.º 243/2004 de 03.05.2004, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a contar do dia 17 de março de 2014, conforme pedido de exoneração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 27 de março de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

290.03.14 - P. Exon. Ariani O. J. Antonio
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 290/14 de 27.03.14
Exonera Servidora a Pedido

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

Resolve:
Conceder exoneração a servidora Ariani Olinda José Antonio do Cargo de Professor I - 3 – Padrão I - Nível – 22 do Quadro de Pessoal Nomeado em Caráter Temporário do Município, através da Portaria n.º 148/2014 de 06.02.2014, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 24 de março de 2014, conforme pedido de exoneração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 27 de março de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

291.03.14 - P. Remanejamento Willian S. Rezende

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 291/14 de 27.03.14

Remaneja Servidor

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais:

Resolve:

Remanejar o servidor Willian Senna Rezende, ocupante do cargo de Professor de Educação Física - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal Temporário do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José, para ocupar as mesmas funções na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Escolas do Campo São Francisco e Vereador Anísio Gonçalves de Lins a partir da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 27 de março de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

292.03.14 - P. Lic. Trat. Saude Angelita B. V. Godinho

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 292/14 de 27.03.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 07 (sete) dias de licença para realizar tratamento de saúde a partir do dia 27 de março de 2014 com término no dia 02 de abril de 2014, a funcionária Angelita Bernadete Velho Godinho, ocupante do cargo de Servente – Padrão I – nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 27 de março de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

293.03.14 - P. Lic. Premio Perla O. Santos

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 293/14 de 27.03.14

Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 029/14 de 26.03.14, e despacho em 27.03.14, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio em Pecúnia, com pagamento parcelado nos meses de abril, maio e junho, correspondente ao quinquênio 2009 (Dois Mil e Nove) a 2014 (Dois Mil e Quatorze); a funcionária Perla de Oliveira dos Santos, ocupante do cargo de Zeladora - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 27 de março de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

294.03.14 - P.Des. Prof. Carla K. B. Rosa

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 294/14 de 27.03.14

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Carla Karine de Brida da Rosa, para atuar como Professora 20 horas semanais na Creche Municipal Antonia Maria da Silva Vieira, no período de 24 de março com término no dia 19 de dezembro de 2014, em virtude de sua classificação em 11º lugar na Chamada Pública 01/2014 para Contratação de Professor ACT, Educação Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 27 de março de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

295.03.14 - P. Férias Pecunia Mariza Barbosa

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 295/14 de 28.03.14

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 e 69 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondentes ao período de 2012 (Dois Mil e Doze) a 2013 (Dois Mil e Treze)

a funcionária Mariza Barbosa, Ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão I – Nível 03, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 030/2014 de 28 de março de 2014, para gozá-las a contar do dia 28 de março com término no dia 26 de abril de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 28 de março de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

31.14 - Dec. Superávit Financeiro Pmbr.Alienções, Meu Cantinho E Ventiladores Educação

Decreto N.º 31/14 de 26 de março de 2014.

SUPLEMENTA RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014, PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º, II da Lei n.º 2204/13 de 12 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

03.01- SECR. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
04.122.0014.2008 – MANUTENÇÃO DA SECR. DE ADM. E FAZENDA
4.0.00.00 – DESPESAS CAPITAL
4.4.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 03.89.0000 (Alienções de Bens – Exercício Anterior)
R\$ 2.050,00
Sub Total R\$ 2.050,00

04.01- SECR. MUN. EDUCAÇÃO,CULTURA E ESPORTE
12.122.0018.2011 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECR. EDUCAÇÃO
4.0.00.00 – DESPESAS CAPITAL
4.4.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 03.89.0000 (Alienções de Bens – Exercício Anterior)
R\$ 1.600,00
Sub Total R\$ 1.600,00

12.361.0018.2012 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
4.0.00.00 – DESPESAS CAPITAL
4.4.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 03.22.0000 (Transf. Conv. Educ. (ventiladores) – Exercício Anterior)
R\$ 5.146,30
Sub Total R\$ 5.146,30

07.01- SECR. MUN. TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS
26.122.039.2034 – MANUTENÇÃO DA SECR. MUN. TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 03.24.0000 (Transf. Conv. Educ. (Meu Cantinho) – Exercício Anterior)
R\$ 36.000,00
Sub Total R\$ 36.000,00

Sub Total R\$ 44.796,30
Total Geral da Suplementação R\$ 44.796,30

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o superávit financeiro parcial do exercício anterior das respectivas fontes de recursos apurado no demonstrativo da apuração dos saldos das disponibilidades de recursos, excluído daqueles saldos os restos a pagar empenhados naquelas fontes.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 26 de março de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Administração e Fazenda

Chamada Pública 03.2014**Chamada Pública 03/2014****EDITAL PROCESSO SELETIVO 001/2013**

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei nº 2019/10 de 04 de março de 2010 e no DECRETO N.º 107/13 de 15.10.2013, torna público, pelo presente Edital, a **Chamada Pública**, em razão de esgotada a listagem de professores classificados, no processo seletivo, Edital nº 01/2013, em obediência aos Princípios Constitucionais da Impessoalidade, Publicidade e Eficiência Administrativa, tendo em vista que houve vaga remanescente:

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA ☐ **08/04/2014 das 09h00min às 10h00min.**
PARA OCUPAÇÃO DE 01 (UMA) VAGA DISPONÍVEL PARA TRABALHAR NO NÚCLEO MUNICIPAL SÃO JOSE.

PERÍODO DE CONTRATAÇÃO: 09/04/2014 a 19/12/2014.

Carga Horária: 20 horas, horário, Horário de Trabalho: Não definido.

- Os candidatos interessados deverão dirigir-se à Secretaria de Administração e Fazenda, munidos de documentos pessoais e comprovação de sua habilitação, para a escolha da vaga disponível, no dia **08/04/2014 das 09h00min às 10h00min**;

- Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, a classificação destes candidatos obedecerá aos seguintes critérios:

- 1º) Diploma de Licenciatura Plena em Educação Física;
- 2º) Frequência Curso Superior Licenciatura Plena em Educação Física / 8ª fase;
- 3º) Frequência Curso Superior Licenciatura Plena em Educação Física / 7ª fase;
- 4º) Frequência Curso Superior Licenciatura Plena em Educação Física / 6ª fase;
- 5º) Frequência Curso Superior Licenciatura Plena em Educação Física / 5ª fase;
- 6º) Frequência Curso Superior Licenciatura Plena em Educação Física / 4ª fase;
- 7º) Frequência Curso Superior Licenciatura Plena em Educação Física / 3ª fase;
- 8º) Frequência Curso Superior Licenciatura Plena em Educação Física / 2ª fase;

☐ Havendo dois ou mais candidatos classificados em um mesmo item acima, serão considerados os seguintes critérios de desempate:

- 1º) Maior tempo de atuação no magistério público Municipal;
- 2º) Maior tempo de serviço no Magistério público do Estado;
- 3º) Maior idade.

Este edital entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e comunique-se

Bom Retiro, 28 de março de 2014.

ELIZABETE WERLICH MATEUS
Secretaria Municipal de Educação

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Edital de Cadastro Nº 1/2014

EDITAL DE CADASTRAMENTO Nº 1/2014

O Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, torna público aos interessados, que se encontra aberta a partir das 8:00 Horas do dia 28 (vinte oito dias) do mês de março do ano em curso, as inscrições para cadastramento de fornecedores deste MUNICÍPIO.

I – DO LOCAL

Os interessados deverão inscrever-se mediante requerimento e documentação, junto ao protocolo geral da Prefeitura, no horário das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

II - DA DOCUMENTAÇÃO

A documentação deverá ser entregue juntamente com o requerimento de cadastramento e se constituirá do seguinte:

1 - Da Habilitação Jurídica

- Cédula de identidade e CPF dos sócios gerentes ou diretores da empresa;
- Contrato Social e Última Alteração; Declaração de Firma Individual; Estatuto Social, acompanhado da ata da eleição da presente diretoria. Dependendo do tipo de sociedade, apresenta-se o documento correspondente devidamente registrado no órgão competente;
- Decreto de autorização em se tratando de sociedade estrangeira;

2 - Da Habilitação Técnica

- Registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;
- Certificados, currículos de profissionais, prospectos, manuais de produtos, atestados e cartas de representação de fornecimento de produtos ou serviços, conforme o caso;

3 - Da Habilitação Econômica

- Balanco patrimonial do último exercício financeiro;
- Certidão negativa de falência, concordata ou de protestos, expedida pelo cartório competente do domicílio do requerente;

4 - Da Habilitação Fiscal/Trabalhista

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)
- Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- Certidão de regularidade com a Fazenda Municipal da sede do requerente.
- Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual.
- Certidão de regularidade relativo ao INSS.
- Certidão de regularidade relativo ao FGTS.
- Certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT.

Obs. Os documentos poderão ser apresentados por processo de cópia devidamente autenticados por Tabelião de Notas ou por Funcionário Público Municipal devidamente designado para tal finalidade, não se admitindo emendas ou rasuras, sob pena de indeferir o pedido.

III - DA ANÁLISE E JULGAMENTO

A análise e julgamento de pedido de inscrição será feita pela Comissão Municipal Permanente de Julgamento de Licitações em

reuniões semanais, ou a qualquer momento antes de ocorrer abertura de processo licitatório na modalidade Tomada de Preços. Durante as reuniões serão analisados e julgados todos os pedidos protocolados no período que se antecedeu.

A decisão da Comissão será exarada em atas das reuniões, em sendo favorável, expedir-se-á o Certificado de Fornecedor.

IV - DOS RECURSOS

No caso de indeferimento ao pedido de cadastramento, alterações e ou cancelamento do registro cadastral, caberá recurso a Comissão no prazo de 05 (cinco) dias a partir do recebimento da notificação. O pedido de reconsideração poderá ser feito, em igual prazo, ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

V - DO CERTIFICADO DE FORNECEDOR

Os Certificados de Fornecedor serão expedidos pela Unidade de Compras do Município, 05 (cinco) dias após o despacho da Comissão e terão validade de 01 (um) ano, podendo ser expedido segundas vias com data de validade da primeira.

VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O processo pertinente ao pedido de cadastramento será registrado na Unidade de Compra do Município.

Será motivo de cancelamento do registro cadastral e consequentemente caçado o respectivo Certificado de Fornecedor, a empresa cadastrada que tiver sua falência ou concordata decretada ou ainda declarada inidônea por qualquer órgão público, municipal, estadual ou federal.

São motivos para indeferir o pedido de registro cadastral: A falta de documentos previstos nos itens I deste edital bem como suas incorreções ou com prazo de validade vencido;

Braço do Trombudo, 28 de Março de 2014

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

CADASTRO DE FORNECEDORES

Razão Social da Empresa:
Denominação do Estabelecimento:
CNPJ sob o nº Inscrição Estadual nº
Inscrição Municipal:
Endereço:
Cidade: Cep: Estado:
Fone: Fax: Caixa Postal:
E-mail:
Ramo de Atividade:
Capital Social R\$
Última alteração Contratual:
Faturamento mensal:
Porte da Empresa (ME, EPP ou Normal)
Matriz:
Filiais:
Principais Fornecedores:
Principais Clientes:

NOMES – SÓCIOS	Nº CPF	CATEGORIA

Ata de Registro de Preços Nº 5 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 1/2

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 28/03/2014		Válido até: 28/03/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Contratação de empresa para efetuar serviço de Transporte Escolar da rede de ensino municipal e estadual do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	Saída 6h e 10min: ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - Rod SC 426 - EEB Adolfo Boving - Rua dos Pioneiros - Ribeirão Concórdia - Estrada Geral (Residência Marcolino) - Sertão - EB Adriano Mosimann - CEI Edson Arndt - Estrada Geral - Residência Egon Becker - Sertão - Ribeirão Concórdia - ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - Rod SC 426 - EEB Adolfo Boving. Retorno aproximando: 7h e 20min. Saída 11h e 20min: ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - Rod SC 426 - Duque de Caxias - ENBT Km 20 - CEI Emilia Rinnert - EEB Adolfo Boving - Rua dos Pioneiros - Ribeirão Concórdia - Estrada Geral (Valdecir Lemos) - EB Adriano Mosimann - CEI Edson Arndt - Estrada Geral (Altamiro dos Santos) - Ribeirão Concórdia - ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - Rod SC 426 - Avenida Erica Hansen Joenck - EEB Adolfo Boving - Dom Pedro - Tamandaré - Dom Pedro - SC 426 - ENBT - Km 15 - CEI Tecla Georg. Retorno aproximando: 12h e 45min. Saída 17h: ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - Rod SC 426 - Duque de Caxias - ENBT Km 20 - CEI Emilia Rinnert - EEB Adolfo Boving - Rua dos Pioneiros - Ribeirão Concórdia - Estrada Geral (Valdecir Lemos) - EB Adriano Mosimann - CEI Edson Arndt - Estrada Geral (Altamiro dos Santos) - Ribeirão Concórdia - ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - Rod SC 426 - Avenida Erica Hansen Joenck - EEB Adolfo Boving - Dom Pedro - Tamandaré - Dom Pedro - SC 426 - ENBT - Km 15 - CEI Tecla Georg. Retorno aproximando: 18h e 20min. Saída 22h e 10min: Colégio - Varandão - Lar Beneficente João 3:16 - ENBT Km 15 - Transfaliar - Baixa Vitória - Final da Vitória. Retorno aproximado: 23h e 30min. Capacidade mínima de 40 lugares. (12467)	KM	G.G. TURISMO LTDA ME (8766)	3.3700	1
---	---	----	-----------------------------	--------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 2/2

Número do Registro de Preços: 5/2014							Data do Registro: 28/03/2014		Válido até: 28/03/2015	
Objeto da Compra: Registro de Preços para Contratação de empresa para efetuar serviço de Transporte Escolar da rede de ensino municipal e estadual do Município de Braço do Trombudo.										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2014
PROCESSO Nº 11/2014

(8766) - G.G. TURISMO LTDA ME

Braço do Trombudo, 28 de Março de 2014.

Brunópolis

PREFEITURA

Portaria 002/2014

PORTARIA Nº 002 DE 02 DE JANEIRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei;

RESOLVE:

Artigo 1º) Fica concedido, a Servidora ROSALI MARIA DA CRUZ, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referente ao seu período aquisitivo 01/02/2013 a 31/01/2014.

Artigo 2º) As férias concedidas por este ato, serão usufruídas no período de 01/01/2014 a 30/01/2014.

Artigo 3º) Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis em 02 de janeiro de 2014.
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 02 de janeiro de 2014

Portaria 003/2014

PORTARIA Nº 003 DE 02 DE JANEIRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei;

RESOLVE:

Artigo 1º) Fica concedido, a Servidora ANA MARIA DOS PASSOS GIRARDI, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referente ao seu período aquisitivo 18/12/2012 a 17/12/2013.

Artigo 2º) As férias concedidas por este ato, serão usufruídas no período de 02/02/2014 a 31/02/2014.

Artigo 3º) Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis em 02 de janeiro de 2014.
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 02 de janeiro de 2014

Portaria 004/2014

PORTARIA Nº 004 DE 02 DE JANEIRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei;

RESOLVE:

Artigo 1º) Fica concedido, ao Servidor CLEITON SEBASTIAO ALMEIDA GOSS, 15 (quinze) dias de férias regulamentares, referente ao seu período aquisitivo 04/03/2013 a 03/03/2014.

Artigo 2º) As férias concedidas por este ato, serão usufruídas no período de 01/02/2014 a 15/02/2014.

Artigo 3º) O saldo de férias (15 dias) restantes, o servidor usufruirá no decorrer do ano de 2014 conforme interesse mutuo da administração e o Servidor.

Artigo 4º) Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis em 02 de janeiro de 2014.
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 02 de janeiro de 2014

Portaria 005/2014

PORTARIA Nº 005 DE 06 DE JANEIRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei;

RESOLVE:

Artigo 1º) Fica concedido, ao Servidor MARCELO BUENO RIBEIRO, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referente ao seu período aquisitivo 10/11/2011 a 09/11/2012.

Artigo 2º) As férias concedidas por este ato, serão usufruídas no período de 06/02/2014 a 25/02/2014.

Artigo 3º) O período de 01/02/2014 a 05/02/2014 e 26/02/2014 a 30/02/2014 será convertido em salário, conforme artigo 99 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais em vigor.

Artigo 4º) Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis em 06 de janeiro de 2014.
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 06 de janeiro de 2014

Portaria 006/2014

PORTARIA Nº 006 DE 07 DE JANEIRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei;

RESOLVE:

Artigo 1º) Fica concedido, ao Servidor JOÃO WEBER FILHO, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referente ao seu período aquisitivo 02/03/2013 a 01/03/2014.

Artigo 2º) As férias concedidas por este ato, serão usufruídas no período de 17/01/2014 a 05/02/2014.

Artigo 3º) O período de 07/01/2014 a 16/02/2014 será convertido em salário, conforme artigo 99 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais em vigor.

Artigo 4º) Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis em 07 de janeiro de 2014.
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 07 de janeiro de 2014

Portaria 007/2014

PORTARIA Nº 007 DE 13 DE JANEIRO DE 2014
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Complementar 033 de 23 de abril de 2010 e Decreto Municipal nº 07 de 13 de janeiro de 2014;

RESOLVE:

Artigo 1º) Fica concedido, aos Servidores GIOVANI CLEITON DA SILVA e ADEJAIME JOSÉ KERN, gratificação de função no valor de R\$ 53,72 (cinquenta e três reais e setenta e dois centavos), motivado pela eventual substituição de um dos membros da Comissão Municipal de Licitações.

Artigo 2º) Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis em 13 de janeiro de 2013
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 13 de janeiro de 2013

Portaria 008/2014

PORTARIA Nº 008 DE 15 DE JANEIRO DE 2013
NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis,

Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei;

RESOLVE:

Artigo 1º) Nomear a Sra. GIRLENE CRISTINE CHAGAS DE MORAIS TORMEN, portadora do RG nº 4.062.531-1 e CPF nº 035.479.259-83 para o Cargo Comissionado de Diretora do Centro de Educação Infantil, a partir de 15 de janeiro de 2014.

Artigo 2º) Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis em 15 de janeiro de 2014
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 15 de janeiro de 2014.

Portaria 009/2014

PORTARIA Nº 009 DE 20 DE JANEIRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei;

RESOLVE:

Artigo 1º) Fica concedido, a Servidora IRMA APARECIDA DE SIQUEIRA, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referente ao seu período aquisitivo 01/03/2013 a 28/02/2014.

Artigo 2º) As férias concedidas por este ato, serão usufruídas no período de 20/01/2014 a 08/02/2014.

Artigo 3º) O período de 10/01/2014 a 19/01/2014 será convertido em salário, conforme artigo 99 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais em vigor.

Artigo 4º) Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis em 20 de janeiro de 2015.
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 20 de janeiro de 2014

Portaria 010/2014

PORTARIA Nº 010 DE 22 DE JANEIRO DE 2014
AUTORIZA CONVERSÃO DE FÉRIAS EM SALARÁRIO PARA SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, na forma da Lei e;

- Considerando Declaração emitida pelo Secretário de Transporte, Obras e Urbanismo, Senhor Luiz André Panisson;

RESOLVE:

Artigo 1º) Autorizar a conversão em salário referente a 10 dias

para os Servidores LIRIO ROSA e FLAVIO FELISTROWSK, referente as férias concedidas no mês de Dezembro 2013/Janeiro 2014.

Artigo 2º) O valor correspondente será pago na folha do mês de fevereiro de 2014.

Artigo 3º) Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis em 22 de janeiro de 2015.
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de janeiro de 2014

Portaria 011/2014

PORTARIA Nº 011 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2014
CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDOR QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei;

RESOLVE:

Artigo 1º) Conceder Licença sem vencimentos, para tratar assuntos particulares, por um período de 01 de fevereiro de 2014 a 31/01/2017, a Servidora ELIZANDRA APARECIDA POLEZA, ocupante do Cargo de Professor, de acordo com o Artigo 71 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais em vigor, devendo encerrar em 31 de janeiro de 2017.

Artigo 2º) Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis em 01 de fevereiro de 2014
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de fevereiro de 2014

Portaria 012/2014

PORTARIA Nº 012 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2014
CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDOR QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei;

RESOLVE:

Artigo 1º) Conceder Licença sem vencimentos, para tratar assuntos particulares, por um período de doze meses, a Servidora RAQUEL APARECIDA SCOLARO DA ROSA, ocupante do Cargo de Técnico em Apoio Administrativo, de acordo com o Artigo 71 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais em vigor, devendo encerrar em 31 de janeiro de 2015.

Artigo 2º) Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis em 01 de fevereiro de 2014
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de fevereiro de 2014

Portaria 013/2014

PORTARIA Nº 013 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2014
CONTRATA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÕES DO CARGO DE OPERADOR DE MAQUINAS "I", EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Municipal nº 010 de 02 de abril de 2003 e Artigo 37 da Constituição Federal, bem como, as Leis Complementares 020/2006;

RESOLVE:

Artigo 1º) Contratar o Sr. OSNI ALVES BARBOSA, portador do CPF nº 609.265.979-49, para exercer as funções do cargo de Operador de Maquinas I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 01 de fevereiro de 2014.

Artigo 2º) O Servidor contratado através deste Ato, foi classificada no processo seletivo 003/2013.

Artigo 3º) O Servidor ora contratado fica automaticamente licenciado, sem vencimentos, no cargo efetivo de Auxiliar de Obras que ocupa neste município.

Artigo 4º) Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis em 01 de fevereiro de 2014
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de fevereiro de 2014

Portaria 014/2014

PORTARIA Nº 014 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei;

RESOLVE:

Artigo 1º) Exonerar, a pedido, a Sra. HELENA MARIA NOVACKI, portadora do RG nº 4.423.718 e CPF nº 042.023.009-20 do Cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 02 de fevereiro de 2014.

Artigo 2º) Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis em 02 de fevereiro de 2014
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 02 de fevereiro de 2014

Portaria 015/2014

PORTARIA Nº 015 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

NOMEIA SERVIDORES PARA CARGO COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei;

RESOLVE:

Artigo 1º) Nomear a Sra. IZABEL DOS PRAZERES DOS SANTOS, portadora do RG nº 3.911.678-6 e CPF nº 770.404.819-87 para o Cargo Comissionado de Coordenadora de Atividades Operacionais, a partir de 03 de fevereiro de 2014.

Artigo 2º) Nomear a Sra. CLEOMARA ALVES FERREIRA, portadora do RG nº 4.274.974 e CPF nº 060.939.329-40 para o Cargo Comissionado de Coordenadora de Pré-Escola, a partir de 03 de fevereiro de 2014.

Artigo 3º) Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis em 03 de fevereiro de 2014
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 03 de fevereiro de 2014.

Portaria 016/2014

PORTARIA Nº 016 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

NOMEIA SERVIDORES PARA CARGO COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei;

RESOLVE:

Artigo 1º) Nomear a Sra. ZELI TEREZINHA DOS SANTOS, portadora do RG nº 3.398.351 e CPF nº 863.126.779-15 para o Cargo Comissionado de Chefe de Programas Sociais, a partir de 03 de fevereiro de 2014.

Artigo 2º) Nomear a Sra. ROSELY FATIMA DE SOUZA, portadora do RG nº 4.555.778 e CPF nº 044.197.209-80 para o Cargo Comissionado de Chefe de Setor de Creches Municipais, a partir de 03 de fevereiro de 2014.

Artigo 3º) Nomear a Sra. ZULEIDE DE OLIVEIRA, portadora do RG nº 4.502845-1 e CPF nº 060.939.849-07 para o Cargo Comissionado de Chefe de Setor de Creches Municipais, a partir de 03 de fevereiro de 2014.

Artigo 4º) Nomear a Sra. MARIA DE LURDES DE OLIVEIRA, portadora do RG nº 3.426.325 e CPF nº 034.487.189-47 para o Cargo Comissionado de Chefe de Setor de Creches Municipais, a partir de 03 de fevereiro de 2014.

Artigo 5º) Nomear a Sra. MARILENE ALVES DOS REIS CARNEIRO, portadora do RG nº 4.274.960 e CPF nº 029.812.959-00 para o Cargo Comissionado de Chefe de Atendimento a Educação Infantil, a partir de 03 de fevereiro de 2014.

Artigo 6º) Nomear a Sra. NERCI APARECIDA DIAS, portadora do RG nº 5.141.567 e CPF nº 070.235.729-45 para o Cargo Comissionado de Chefe de Setor de Saneamento Básico, a partir de 03 de fevereiro de 2014.

Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis em 03 de fevereiro de 2014
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 03 de fevereiro de 2014.

Portaria 017/2014

PORTARIA Nº 017 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

NOMEIA SERVIDORES PARA CARGO COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei;

RESOLVE:

Artigo 1º) Nomear o Sr. EDEGAR SILVEIRA, portadora do RG nº 8/R2.185.817 e CPF nº 018.383.709-60 para o Cargo Comissionado de Chefe de Turma, a partir de 03 de fevereiro de 2014.

Artigo 2º) Nomear o Sr. MARCOS DILL, portadora do RG nº 5252185 e CPF nº 085.827.469-89 para o Cargo Comissionado de Chefe de Turma, a partir de 03 de fevereiro de 2014.

Artigo 3º) Nomear o Sr. TIAGO MACHADO CORREA, portadora do RG nº 5.141.501 e CPF nº 088.903.379-07 para o Cargo Comissionado de Chefe de Turma, a partir de 03 de fevereiro de 2014.

Artigo 4º) Nomear o Sr. EDSON RIBEIRO DE SOUZA, portadora do RG nº 4.268.906 e CPF nº 045.414.249-83 para o Cargo Comissionado de Chefe da Patrulha Agrícola, a partir de 03 de fevereiro de 2014.

Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis em 03 de fevereiro de 2014
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 03 de fevereiro de 2014.

Portaria 018/2014

PORTARIA Nº 018 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

NOMEIA SERVIDORES PARA CARGO COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei;

RESOLVE:

Artigo 1º) Nomear a Sra. ALINE MARIA ROSA, portadora do RG nº 4.266.225 e CPF nº 064.633.889-71 para o Cargo Comissionado de Diretora de Escola, a partir de 03 de fevereiro de 2014.

Artigo 2º) Nomear a Sra. DORVALINA DIAS SOUZA, portadora do RG nº 4.266.225 e CPF nº 064.633.889-71 para o Cargo Comissionado de Diretora de Escola, a partir de 03 de fevereiro de 2014.

Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis em 03 de fevereiro de 2014
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 03 de fevereiro de 2014.

Portaria 019/2014

PORTARIA Nº 019 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
AUTORIZA CONVERSÃO DE FÉRIAS EM SALARÁRIO PARA SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, na forma da Lei e;

- Considerando MEMORANDO INTERNO emitida pelo Secretário de Educação, Cultura e Desporto, assinado para Sra. Andréia Fontana Demeneck;

RESOLVE:

Artigo 1º) Autorizar a conversão em salário referente a 10 dias para as Servidoras DAYSE JULIANA CONTE TORMEN, FERNANDA BALDO ROSSI, JUDITE CONTE DA ROSA E MARIA APARECIDA PANISSON LONGHI, referente as férias concedidas no mês de Dezembro 2013/Janeiro 2014.

Artigo 2º) O valor correspondente será pago na folha do mês de fevereiro de 2014.

Artigo 3º) Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis em 03 de fevereiro de 2014.
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 03 de fevereiro de 2014

Portaria 020/2014

PORTARIA Nº 020 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei;

RESOLVE:

Artigo 1º) Fica concedido, ao Servidor TARCISIO VIVIAN SOARES, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referente ao seu período aquisitivo 02/04/2013 a 01/01/2014 a ser usufruída no período de 03/02/2014 a 04/03/2014.

Artigo 2º) Fica concedido, a Servidora VANESSA SILVEIRA, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referente ao seu período aquisitivo 06/03/2013 a 05/03/2014 a ser usufruída no período de 05/02/2014 a 06/03/2014.

Artigo 3º) Fica concedido, a Servidora SABRINA LUIZA PANISSON,

30 (trinta) dias de férias regulamentares, referente ao seu período aquisitivo 01/01/2013 a 31/01/2014 a ser usufruída no período de 17/02/2014 a 18/03/2014.

Artigo 4º) Fica concedido, a Servidora SIRLENE APARECIDA PRANDI, 15 (quinze) dias de férias regulamentares, referente ao seu período aquisitivo 02/04/2013 a 01/04/2014 a ser usufruída no período de 11/02/2014 a 25/02/2014.

Artigo 5º) Fica concedido, as Servidoras LORIZETE RIBEIRO DE ALMEIDA FERREIRA, período aquisitivo 08/02/2013 a 07/02/2014, MARCIA DE OLIVEIRA período aquisitivo 23/05/2013 a 22/05/2014, PAULA SIMONE MOREIRA BRANCO período aquisitivo 21/05/2013 a 20/05/2014, ocupantes do cargo de Agente Comunitário de Saúde, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, a ser usufruída no período de 03/02/2014 a 04/03/2014.

Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis em 03 de fevereiro de 2014.
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 03 de fevereiro de 2014

Portaria 021/2014

PORTARIA Nº 021 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2014
EXONERA SERVIDORA NO EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES DO CARGO DE NUTRICIONISTA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei;

RESOLVE:

Artigo 1º) Rescindir contrato com Sra. BRUNA GLEMBOSKI SPADER, portadora do CPF nº 072.370.269-17, no exercício das funções do cargo de Nutricionista, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 04 de fevereiro de 2014.

Artigo 2º) Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis em 04 de fevereiro de 2014
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 04 de fevereiro de 2014

Portaria 022/2014

PORTARIA Nº 022 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO COMISSONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei;

RESOLVE:

Artigo 1º) Nomear o Sr. KLEIDSON LEOPOLDO LEOBT, portadora

do RG nº 4.062.305 e CPF nº 031.785.169-13 para o Cargo Comissionado de Assessor de Comunicação, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 05 de fevereiro de 2014.

Artigo 2º) Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis em 05 de fevereiro de 2014
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 05 de fevereiro de 2014.

Portaria 023/2014

PORTARIA Nº 023 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE CARGO COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei;

RESOLVE:

Artigo 1º) Exonerar a Sra. FERNANDA BALDO ROSSI, portadora do RG nº 3.979.458 e CPF nº 039.269.839-06 do Cargo Comissionado de Assessora Administrativa, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 07 de fevereiro de 2014.

Artigo 2º) Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis em 07 de fevereiro de 2014
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 07 de fevereiro de 2014.

Portaria 024/2014

PORTARIA Nº 024 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014
AUTORIZA CONVERSÃO DE FÉRIAS EM SALARÁRIO PARA SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, na forma da Lei e;

- Considerando Declaração emitida pelo Secretário Municipal de Saúde, Senhor Daniel Dondé;

RESOLVE:

Artigo 1º) Autorizar a conversão em salário referente a 10 dias para os Servidores CLEOMAR DE OLIVEIRA E VALDERI GONÇALVES, referente as férias concedidas no mês de Dezembro 2013/ Janeiro 2014.

Artigo 2º) O valor correspondente será pago na folha do mês de fevereiro de 2014.

Artigo 3º) Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis em 12 de fevereiro de 2014.
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 12 de fevereiro de 2014

Portaria 025/2014

PORTARIA Nº 025 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2014
NOMEIA SERVIDORES PARA CARGO COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei;

RESOLVE:

Artigo 1º) Nomear a Sra. SANDRA ALVES DE RAMOS, portadora do RG nº 4.742.896 e CPF nº 070.235.179-28 para o Cargo Comissionado de Diretora de Departamento de Recursos Humanos, a partir de 18 de fevereiro de 2014.

Artigo 2º) Nomear a Sra. JACIRA DA SILVA, portadora do RG nº 3.911.652 e CPF nº 025.241.899-96 para o Cargo Comissionado de Assessora de Gabinete, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 20 de fevereiro de 2014.

Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis em 18 de fevereiro de 2014
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 18 de fevereiro de 2014.

Portaria 027/2014

PORTARIA nº 027 de 24 de fevereiro de 2014.
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis-Estado Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e com fundamento no art.42 da LC n.10/2003, bem como com fundamento no Decreto Municipal n.70/2013, RESOLVE:

Art.1º Conceder ao Servidor ADEJAIME JOSÉ KERN, função gratificada pelo desempenho de atividades funcionais que estão além das atribuições de seu cargo a partir do mês de fevereiro de 2014.

Art.2º Por conta desse fator fica adicionado sobre a remuneração base do servidor a função gratificada no percentual de 30% (trinta por cento).

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Brunópolis-SC, em 24 de fevereiro de 2014.
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que a presente portaria foi publicada em data supra.

Portaria 028/2014

PORTARIA nº 028 de 24 de fevereiro de 2014.

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis-Estado Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e com fundamento no art.42 da LC n.10/2003, bem como com fundamento no Decreto Municipal n.70/2013, RESOLVE:

Art.1º Conceder a Servidora VALDIRENE ALVES REIS, função gratificada pelo desempenho de atividades funcionais que estão além das atribuições de seu cargo a partir do mês de fevereiro de 2014.

Art.2º Por conta desse fator fica adicionado sobre a remuneração base da servidora a função gratificada no percentual de 30% (trinta por cento).

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Brunópolis-SC, em 24 de fevereiro de 2014.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que a presente portaria foi publicada em data supra.

Brusque**PREFEITURA****Lei Nº 3.703, de 27 de Março de 2014**

LEI nº 3.703, DE 27 DE MARÇO DE 2014.

Concede a revisão geral anual e aumento real aos vencimentos do funcionalismo público municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida, a partir de 1º de março de 2014, a revisão geral anual dos vencimentos dos servidores públicos municipais da Administração Direta e Indireta, das Autarquias e das Fundações Públicas, estatutários e celetistas, ativos e inativos, do Poder Executivo, pela aplicação do INPC no percentual de 5,38% (cinco vírgula trinta e oito por cento), acumulado nos doze meses anteriores ao mês do reajuste, excetuando-se os servidores contemplados pela Lei Federal nº 11.738/08 e pela Lei Municipal nº 3.425/11.

Art. 2º É concedido aumento real, com vigência a partir de 1º de março de 2014, no percentual de 0,62 (zero vírgula sessenta e dois por cento) sobre os vencimentos dos servidores públicos municipais da Administração Direta e Indireta, das Autarquias e das Fundações Públicas, estatutários e celetistas, ativos e inativos, do Poder Executivo, excetuando-se os servidores contemplados pela Lei Federal nº 11.738/08 e pela Lei Municipal nº 3.425/11.

Art. 3º O percentual total de reajustamento previsto por esta Lei, para os servidores que especifica, considerados nos arts. 1º e 2º, é de 6,00% (seis por cento).

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, sendo desnecessárias

as demonstrações da estimativa do impacto orçamentário-financeiro e da sua fonte de custeio, na forma do disposto no § 6º, do art. 17 da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 5º O percentual de reajuste referido no art. 3º desta Lei incidirá sobre o salário base estabelecido no art. 1º da Lei nº 3.075/08, com as alterações das Leis nºs 3.445/11 e 3.467/12.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de março de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procuradoria-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

Lei Nº 3.704, de 27 de Março de 2014

LEI nº 3.704, DE 27 DE MARÇO DE 2014.

Dá nova redação ao caput do art. 1º e acrescenta art. 1º-A à Lei nº 3.075/08, que trata da concessão de auxílio alimentação aos servidores públicos municipais, alterado pelas Leis nºs 3.445/11 e 3.467/12, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O caput do art. 1º da Lei nº 3.075, de 14 de março de 2008, alterado pelas Leis nºs 3.445/11 e 3.467/12, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio alimentação no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) mensais, aos servidores públicos municipais ativos, da administração direta e indireta, com jornada de 40 horas semanais, que percebam salário-base de até R\$ 1.137,00 (mil cento e trinta e sete reais), que será pago proporcionalmente aos dias trabalhados.” (NR)

Art. 2º Fica acrescentado o art. 1º-A à Lei nº 3.075, de 14 de março de 2008, alterada pelas Leis nºs 3.445/11 e 3.467/12, com a seguinte redação:

“Art. 1º-A Aos servidores públicos municipais, com jornada de 40 horas semanais, que percebam salário-base superior ao valor de R\$ 1.137,00 (mil cento e trinta e sete reais), será concedido o benefício do auxílio alimentação no valor de R\$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais) mensais, que será pago proporcionalmente aos dias trabalhados.

Parágrafo único. Para jornadas inferiores a 40 horas semanais, o auxílio alimentação será pago proporcionalmente, considerando-se o valor do salário-base constante do caput deste artigo.

Art. 3º O auxílio alimentação será custeado com recursos do órgão da administração direta e indireta em que o servidor estiver em exercício.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de março de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procuradoria-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

Lei Nº 3.705, de 27 de Março de 2014

LEI nº 3.705, DE 27 DE MARÇO DE 2014.

Concede a revisão geral anual dos vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Brusque e subsídios dos agentes políticos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido, a partir de 1º de março de 2014, revisão geral anual dos vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Brusque, ativos e inativos, pela aplicação do INPC no percentual de 5,38% (cinco vírgula trinta e oito por cento), acumulado nos doze meses anteriores ao mês do reajuste.

Art. 2º É concedido aumento real, com vigência a partir de 1º de março de 2014, no percentual de 0,62 (zero vírgula sessenta e dois por cento) sobre os vencimentos dos servidores ativos e inativos da Câmara Municipal de Brusque.

Art. 3º Aos Servidores ativos da Câmara Municipal de Brusque, será concedido o benefício do auxílio alimentação no valor de R\$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais) mensais, que será pago proporcionalmente aos dias trabalhados.

Art. 4º Fica concedido a partir de 1º de março de 2014, revisão dos subsídios dos Agentes Políticos do Município, pela aplicação do INPC no percentual de 5,38% (cinco vírgula trinta e oito por cento), acumulado nos doze meses anteriores ao mês do reajuste.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações próprias dos orçamentos vigentes dos respectivos poderes, sendo desnecessárias as demonstrações da estimativa do impacto orçamentário-financeiro e da sua fonte de custeio, na forma do disposto no § 6º, do art. 17 da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 6º O reajuste concedido aos Servidores do Poder Legislativo por esta Lei, incidirá sobre o salário base.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de março de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procuradoria-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

Caçador

PREFEITURA

Contrato Administrativo Nº 11-2014 - FMS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2014- FMS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2014 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2014, OBJETO - CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CIRURGIA VASCULAR. - CONTRATADA: BERNARDY E BERNARDY S/A LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.675.940/0001-55 com sede na Rua Colombia, nº 28, nesta cidade de Caçador/SC, neste ato representado pelo Sr. JACSON BERNARDY, brasileiro, casado, médico, inscrito no CPF sob nº 645.752.090-15, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador/SC. O valor total estimado para o presente contrato é de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais). O presente Contrato tem o prazo de validade pelo exercício 2014, contados a partir data de assinatura deste e findando dia 31 de dezembro de 2014

Item	Descrição	Unid	Qtd	Unit	Total
2	Contratação do Dr. Jacson Bernardy para realização de consultas na especialidade de CIRURGIA VASCULAR a serem realizadas no consultório próprio do profissional credenciado que deverá manter toda a infra-estrutura necessária à prestação dos serviços, tais como: espaço físico, equipamentos, comunicação e pessoal técnico de apoio, de segunda a sexta-feira, em horário comercial. Na consulta deverá estar incluso retorno no prazo de 30 (trinta) dias contado da data da consulta e nos termos da Resolução CFM nº 1.958/2010 – Anexo III, sem custo adicional ao Fundo Municipal de Saúde	CS	480	75,00	36.000,00
TOTAL					36.000,00

Contrato Administrativo Nº 12-2014 - FMS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2014- FMS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2014 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2014, OBJETO - CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CIRURGIA VASCULAR. - CONTRATADO: JOSE VITOR CAPORALI, brasileiro, médico, inscrito no CPF sob nº 566.876.569-53, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador/SC. O valor total estimado para o presente contrato é de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais). O presente Contrato tem o prazo de validade pelo exercício 2014, contados a partir data de assinatura deste e findando dia 31 de dezembro de 2014

Item	Descrição	Unid	Qtd	Unit	Total
2	Contratação do Dr. Jacson Bernardy para realização de consultas na especialidade de CIRURGIA VASCULAR a serem realizadas no consultório próprio do profissional credenciado que deverá manter toda a infra-estrutura necessária à prestação dos serviços, tais como: espaço físico, equipamentos, comunicação e pessoal técnico de apoio, de segunda a sexta-feira, em horário comercial. Na consulta deverá estar incluso retorno no prazo de 30 (trinta) dias contado da data da consulta e nos termos da Resolução CFM nº 1.958/2010 – Anexo III, sem custo adicional ao Fundo Municipal de Saúde	CS	480	75,00	36.000,00
TOTAL					36.000,00

Portaria Nº 23.680

PORTARIA Nº 23.680, de 17 de Março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79 da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, e ainda na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE

CONTRATAR, por tempo determinado, os cidadãos, a seguir relacionados, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, atuação, motivo de contratação e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Atuação	Motivo da Contratação	Período
Dayane Trancoso Telles de Lima	Servente	1.6/A	44	EMEB Hilda Granemann de Souza	Vaga transitória	13/02/2014 20/12/2014
Eliane Pedroso	Merenda	1.5/A	44	CMEI Sonho Encantado	Vaga excedente	11/02/2014 19/12/2014
Elisabete de Fatima Taborda Somensi	Especialista em Assuntos Educacionais (Supervisor Escolar)	1.3/A	40	EMEB Hilda Granemann de Souza	20h - VV Nilse Nascimento, disp. Câmara Municipal	12/03/2014 19/12/2014
Melita das Graças Alves dos Santos	Servente	1.5/A	44	EMEB Hilda Granemann de Souza	VV Cleuza Ferreira da Luz, disp. Fundema	05/03/2014 19/12/2014
Meri Terezinha Alves de Oliveira	Merenda	1.5/A	44	EMEB Rodolfo Nickel	Vaga excedente	10/02/2014 19/12/2014

Neide Maria Rodrigues	Servente	1.5/A	44	EMEB Castelo Branco	VV Sebastiana Domingues, lic. trat. de saúde	13/03/2014 08/04/2014
-----------------------	----------	-------	----	---------------------	--	--------------------------

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de Março de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Ata de Registro de Preços 02-2014 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/14 – FMS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2014, OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA EM TRANSPORTE DE PASSAGEIROS PARA DESLOCAR PACIENTES PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES E TRATAMENTOS DE SAÚDE EM OUTROS MUNICÍPIOS DO ESTADO – TFD, A EMPRESA - IVONEI GONÇALVES TURISMO-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.571.106/0001-73, com sede na cidade de Fraiburgo/SC, . O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UNID.	VLR TOTAL
01	10.000	km	Transporte de passageiros em tratamento fora do domicílio – TFD com Veículo utilitário com capacidade para 4 (quatro) pessoas, com no máximo 06 (seis) anos de fabricação, equipado com GPS	2,10	21.000,00
02	35.000	km	Transporte de passageiros em tratamento fora do domicílio – TFD com Veículo utilitário com capacidade para 6 (seis) pessoas, com no máximo 06 (seis) anos de fabricação, equipado com GPS	2,30	80.500,00
03	43.000	km	Transporte de passageiros em tratamento fora do domicílio – TFD com Veículo tipo Micro ônibus com capacidade mínima para 24 (vinte e quatro) pessoas, com no máximo 10 (dez) anos de fabricação, equipado com tacógrafo e GPS	3,50	150.500,00
Valor total					252.000,00

Ata de Registro de Preços 03-2014 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/14 – FMS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2014, OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA EM TRANSPORTE DE PASSAGEIROS PARA DESLOCAR PACIENTES PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES E TRATAMENTOS DE SAÚDE EM OUTROS MUNICÍPIOS DO ESTADO – TFD, A EMPRESA - REUNIDAS TURISMO S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.176.082/001-80, com sede nesta cidade de Caçador/SC. O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UNID.	VLR TOTAL
04	53.000	km	Transporte de passageiros em tratamento fora do domicílio – TFD com Veículo tipo Van com capacidade mínima para 15 (quinze) pessoas, com no máximo 06 (seis) anos de fabricação, equipado com tacógrafo e GPS	2,50	132.500,00
05	25.000	km	Transporte de passageiros em tratamento fora do domicílio – TFD com Veículo do tipo Ônibus com capacidade mínima para 40 (quarenta) pessoas, com no máximo 15 (quinze) anos de fabricação, com bancos reclináveis e apoio de braço, equipado com tacógrafo e GPS	4,10	102.500,00
VALOR TOTAL					235.000,00

Ata de Registro de Preços 04-2014 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/14 - FMS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2014, OBJETO - AQUISIÇÃO DE REAGENTES, MATERIAS E APARELHOS DESTINADOS AO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE CAÇADOR, EMPRESA - AJMN – COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.487.989/0001-26, com sede na cidade de Florianópolis, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários: LOTE 1 – REAGENTES BIOQUÍMICA

Item	Produto	Especificação	Quantidade TESTES	VLR UNIT.	VLR TOTAL
1	Ácido úrico	Kit enzimático (reagente pronto) para dosagem em soro e urina para automação A25	4.500	0,0965	434,20
2	Albumina	Kit para dosagem em soro e urina para automação A25	1.000	0,0702	70,20
3	Alfa-Amilase	Kit direto UV para automação A25	2.500	0,6845	1.711,25
4	ALT/TGP	Kit cinético UV para automação A25	8.000	0,1404	1.123,20
5	AST/TGO	Kit cinético UV para automação A25	8.000	0,1404	1.123,20
6	Bilirrubinas	Kit direto (reagente pronto para bilirrubina direta e bilirrubina total) para automação A25	6.000	0,2808	1.684,80
7	Cálcio	Kit monoreagente colorimétrico direto para determinação de cálcio sérico, cálcio urinário e cálcio iônico (por cálculo com proteínas totais e albumina) – Método arsenazo - para automação A25	2.000	0,1404	280,80

8	Colesterol Total	Kit enzimático direto (reagente pronto) para automação A25	30.000	0,0965	2.895,00
9	Creatinina	Kit cinético colorimétrico para automação A25	20.000	0,0878	1.756,00
10	Creatinoquinase	Kit direto cinético UV NAC para automação A25	2.500	0,5177	1.294,25
11	Desidrogenase láctica	Kit cinético UV para automação A25	2.500	0,158	395,00
12	Ferro	Kit direto – método cromazurol - reagente pronto para uso para automação A25	1.000	0,1141	114,10
13	Fosfatase alcalina	Kit cinético para automação A25	2.500	0,1492	373,00
14	Fósforo UV	Kit UV reagente pronto para automação A25	1.000	0,1141	114,10
15	Gama-glutamil-transferase	Kit cinético para automação A25	3.000	0,1492	447,60
16	Glicose	Kit Enzimático Direto (reagente pronto) para automação A25	30.000	0,0439	1.317,00
17	HDL Direto	Kit direto com padrão para aparelho de automação A25	20.000	0,6581	13.162,00
18	Magnésio	Kit direto (reagente pronto) para aparelho de automação A25	450	0,158	71,10
19	Proteínas Totais	Kit soro para automação A25	1.000	0,0527	52,70
20	Triglicerídeos	Kit enzimático (reagente pronto) para automação A25	30.000	0,1667	5.0001,00
21	Uréia UV	Kit enzimático UV para automação A25	15.000	0,1053	1.579,50
Total Do Lote					35.000,00

LOTE 3 - REAGENTES IMUNOHEMATOLOGIA

Item	Produto	Especificação	Quantidade	VLR UNIT.	VLR TOTAL
28	Soro Anti-A monoclonal	Frasco 10 mL, coloração azul, deve apresentar reatividade com hemácias A1 de no mínimo 3+, avidéz de 15 segundos, título de até 1/256. Com hemácias A2 deve apresentar reatividade de no mínimo 2+, título de 1/128, avidéz de até 30 segundos. Prazo de validade de no mínimo 12 meses a partir da data de entrega.	15 frascos de 10 mL	13,5193	202,79
29	Soro Anti-B monoclonal	Frasco 10 mL, coloração amarela, reatividade com hemácias B e A1B de no mínimo 3+, avidéz de até 15 segundos, título 1/256. Prazo de validade de no mínimo 12 meses a partir da data de entrega.	15 frascos de 10 mL	13,5193	202,79

30	Soro Anti-D monoclinal	Frasco 10 mL. Apresentar reatividade de pelo menos 3+ com hemácias de grupo O R0r, R1r e R2r, título 1:32 e avidéz de até 30 segundos. Não deverá reagir com hemácias rr. Prazo de validade de no mínimo 12 meses a partir da data de entrega.	18 frascos de 10 mL	25,1073	451,93
31	Soro Anti-globina humana poliespecífico	Frasco de 10 mL. Deverá apresentar coloração verde. Não deve apresentar reação com hemácias sensibilizadas com C4. Deve ser constituído por anti-IgG, anti-C3d e anti-C3b. deve apresentar reatividade de no mínimo 3+ com hemácias D+ sensibilizadas com soro anti-D e titulação de 1:128. Não deve ocorrer prozonas, deve ter reações negativas quando testado com 10 hemácias de coleta recente de tipos sanguíneos diversos e que apresentem conhecidamente teste de antiglobina direta negativo. Não deve apresentar hemólise quando testado com hemácias não sensibilizadas. Prazo de validade de no mínimo 12 meses a partir da data de entrega.	02 frascos de 10 mL	21,2446	42,49
Total Do Lote					900,00

LOTE 6 – CORANTES E DESCORANTES

Item	Produto	Especificação	Quantidade	VLR UNIT.	VLR TOTAL
43	Álcool-acetona	Frasco de 500 mL	30 un.	9,4048	282,14
44	Álcool-ácido para pesquisa de BAAR	Frasco de 500 mL	10 un.	15,8397	158,40
45	Azul de cresil brilhante	Frasco com 100 mL pronto para uso, para contagem de reticulócitos	02 un.	19,7006	39,40
46	Azul de metileno para pesquisa de BAAR	Frasco de 500 mL	10 un.	10,7908	107,91
47	Fucsina para Gram	Frasco de 500 mL	30 un.	7,2269	216,81
48	Fucsina Ziehl-Neelsen	Frasco de 500 mL	10 un.	16,9287	169,29
49	Giemsa corante para Hematologia	Frasco de 500 mL	35 un.	22,9675	803,86
50	Lugol forte 2%	Frasco 500mL, para uso no exame parasitológico de fezes	03 un.	20,1956	60,59
51	Lugol fraco 1%	Frasco 500mL	30 un.	7,8208	234,62
52	May-Grünwald corante Hematologia	Frasco 500 mL	50 un.	14,7507	737,54
53	Violeta Genciana para Gram	Frasco de 500 mL	30 un.	12,7707	383,12

54	Corante rápido hematologia	Kit corante panótico para coloração diferencial de elementos figurados do sangue 3 X 500mL	03 un.	26,9275	80,78
55	KOH para pesquisa de fungos	40 % - Frasco 100 ml	03 un.	8,5138	25,54
Total Do Lote					3.300,00

LOTE 9: TUBOS PARA COLETA DE SANGUE A VÁCUO

Item	Produto	Especificação	Quantidade	Vlr Unit.	Vlr Total
66	Tubos Com Edta	Para Coleta De Sangue A Vácuo, Em Plástico Transparente, Estéril, Contendo Edta K2 Ou K3, Para Aspiração De 2 MI De Sangue Para Uso Pediátrico. Tampa Plástica Roxa Com Rolha De Borracha Siliconizada.	1.000 Tubos	0,3192	319,20
67	Tubos Com Edta	Para Coleta De Sangue A Vácuo, Em Plástico Transparente, Estéril, Contendo Edta Dipotássico Para Aspiração De 4 MI De Sangue. Tampa Plástica Na Cor Roxa Com Borracha Siliconizada.	15.000 Tubos	0,2989	4.483,50
68	Tubos Secos	Para Coleta De Sangue A Vácuo, Em Plástico Transparente, Estéril, Com Ativador De Coágulo A Base De Sílica, Para Aspiração De 10 MI De Sangue. Tampa De Borracha Siliconizada Na Cor Vermelha	10.000 Tubos	0,3986	3.986,00
69	Tubos Secos	Para Coleta A Vácuo, Em Plástico Transparente, Estéril, Com Ativador De Coágulo A Base De Sílica Para Aspiração De 4 Ou 5 MI De Sangue. Tampa Plástica Na Cor Vermelha	10.000 Tubos	0,3188	3.188,00
70	Tubo Com Gel Separador	Para Coleta De Sangue A Vácuo, Em Plástico Transparente, Incolor, Estéril, Com Gel Separador De Soro E Ativador De Coágulo, Para Aspiração Entre 8 E 9 MI De Sangue. Tampa Plástica Amarelo Com Rolha De Borracha Siliconizada.	3.000 Tubos	0,5978	1.793,40
71	Tubos Com Gel Separador	Para Coleta De Sangue A Vácuo, Em Plástico Transparente, Estéril, Com Gel Separador De Soro E Ativador De Coágulo, Para Aspiração De 5 MI (13x100 Mm) De Sangue. Tampa Plástica Amarelo Ouro Com Rolha Siliconizada.	1.000 Tubos	0,4783	478,30

72	Tubos Com Citrato De Sódio	Para Coleta De Sangue A Vácuo, Em Plástico Ou Vidro, Estéril, Contendo Citrato De Sódio 3,2%, Para Aspiração De 3,6 Ou 4,5 MI De Sangue. Tampa Plástica Azul Claro Com Rolha De Borracha Siliconizada	5.000 Tubos	0,3188	1.594,00
73	Tubos Com Fluoreto/Edta	Para Coleta De Sangue A Vácuo, Em Plástico Transparente, Estéril, Para Aspiração De 4 MI De Sangue Contendo Fluoreto De Sódio + Edta. Tampa Plástica Na Cor Cinza Com Rolha De Borracha Siliconizada.	2.000 Tubos	0,3288	657,60
Total Do Lote					16.500,00

LOTE 12: LÂMPADA MICROSCOPIA

Item	Produto	Especificação	Quantidade	VLR UNIT.	VLR TOTAL
79	Lâmpada para microscópio	Compatível com microscópio Nikon E-200, halógena, 6v X 20W	06 unidades	10,8333	65,00
Total Do Lote					65,00

LOTE 13: PONTEIRAS

Item	Produto	Especificação	Quantidade	VLR UNIT.	VLR TOTAL
80	Ponteiras	Amarelas, 0 a 200 ul, tipo Gilson, pacote com 1000 unidades	50 pcts.	6,352	317,60
81	Ponteiras	200 a 1000 ul, pacote com 500 unidades	20 pcts.	17,62	352,40
Total Do Lote					670,00

LOTE 21 – TIRAS PARA PSO

Item	Produto	Especificação	Quantidade	VLR UNIT.	VLR TOTAL
98	Pesquisa de Sangue Oculto	Fitas de identificação por Imunocromatografia, unidade	700 un.	2,8571	2.000,00
Total Do Lote					2.000,00

LOTE 22- CONSERVANTE DE FEZES

Item	Produto	Especificação	Quantidade	VLR UNIT.	VLR TOTAL
99	MIF (conservante para fezes)	Frasco de 1 litro	05 un.	18,00	90,00
Total Do Lote					90,00

LOTE 23- TIRAS PARA ANÁLISE QUÍMICA DE URINA

Item	Produto	Especificação	Quantidade	VLR UNIT.	VLR TOTAL
100	Fitas Urina	Frasco com 100 tiras com área de pH, densidade, leucócitos, sangue/hemoglobina, nitrito, urobilinogênio, bilirrubina, proteínas, glicose e corpos cetônicos.	150 frascos.	15,3333	2.300,00
Total Do Lote					2.300,00

LOTE 24- AÇÚCARES PARA TESTES DE TOLERÂNCIA

Item	Produto	Especificação	Quantidade	VLR UNIT.	VLR TOTAL
101	Dextrose	75 g – diluída em garrafas, pronta para uso, para teste de tolerância à glicose – sabor limão	250 unidades	4,3069	1.076,73
102	Dextrose	100 g – diluída em garrafas, pronta para uso, para curva glicêmica – sabor limão	20 unidades	4,3069	86,14
103	Lactose	50 g - diluída em garrafas pronta para uso, para teste de tolerância à lactose – sabor limão	150 unidades	5,2475	787,13
Total Do Lote					1.950,00

LOTE 27 - BANDAGEM

Item	Produto	Especificação	Quantidade	VLR UNIT.	VLR TOTAL
106	Bandagem	Curativo pós-coleta, caixa com 500 un.	80	10,25	820,00
Total Do Lote					820,00

Portaria Nº 23.651

PORTARIA Nº 23.651, de 05 de Março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 01, de 31/05/2010 e Decreto nº 4.624, de 24/09/2010, que homologou o resultado final do concurso, a pessoa abaixo relacionada, para ocupar cargo no Grupo Ocupacional – Administrativo, do Poder Executivo Municipal, especificando: nome, cargo, referência, carga horária semanal e data de nomeação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Data de nomeação
Tamara Camila Benetti	Assistente Administrativo	14	35	05/03/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de Março de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.678

PORTARIA Nº 23.678, de 14 de Março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, e suas alterações,

RESOLVE

ALTERAR a Portaria nº 23.563, de 15 de Fevereiro de 2014, que contratou diversos Servidores Públicos Municipais, com relação a Servidora LOURDES DE MATIAS ALVES, ocupante do cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, somente no que se refere ao local de trabalho, que passa a ser EMEB Tabajara, com efeitos retroativos a contar de 22 de Fevereiro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 14 de Março de 2014.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.676

PORTARIA Nº 23.676, de 14 de Março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79 da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, e ainda na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE

CONTRATAR, por tempo determinado, os cidadãos, a seguir relacionados, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, atuação, motivo da contratação e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Atuação	Motivo da Contratação	Período
Andressa Rodrigues	Servente	1.5/A	44	EMEB Alcides Tombini	VV Conceição Apª Ribas, lic. sem vencimentos	06/03/2014 a 19/12/2014
Augusto Leonel Ribeiro	Professor de História	1.3/A	15	EMEB Henrique J Berger	VV Ecleides Cruz, Lic. Trat. Saúde	11/02/2014 a 30/04/2014
Cristina Fátima de Almeida	Meren-deira	1.5/A	44	EMEB Henrique J Berger	VV Neusa Ferreira, Lic. Prêmio	10/02/2014 a 04/03/2014
Cristina Fátima de Almeida	Servente da Educação	1.5/A	44	EMEB Castelha-no	VV Natalia Mussak, Lic. Trat. Saúde Familiar	11/03/2014 a 03/04/2014
Diego Braz de Camargo	Especialista em Assuntos Educacionais (Orientador)	1.3/A	20	EMEB Morada do Sol	VV Karina Berto, Lic. Maternidade	13/02/2014 a 10/08/2014

Dirce Falabretti	Especialista em Assuntos Educacionais (Supervisora)	1.3/A	20	EMEB Esperança	VV Cizete Castellán, atribuição de exercício EMEB Nossa Sra Salete	10/02/2014 a 19/12/2014
Edson Luiz Gava-zzo	Professor de Laboratório de Informática	1.3/A	40	20h-EMEB Ulysses Guimarães 20h- Telecentro Taquara Verde	Vaga Transitória	24/02/2014 a 19/12/2014
Flávia Regina Machado	Professora de Inglês	1.1/A	12	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Excedente	24/02/2014 a 19/12/2014
Ivani Zarzeka	Servente da Educação	1.5/A	44	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Excedente	06/02/2014 a 19/12/2014 ou até a realização do Concurso Público
Juliana Padilha Mazzotti	Especialista em Assuntos Educacionais (Administradora)	1.3/A	20	EMEB Alto Bonito	Vaga Excedente	10/03/2014 a 19/12/2014 ou até a realização do Concurso Público
Lisiane Moriggi	Professora de Laboratório de Informática	1.1/A	40	Telecentro Linha Cará (Laboratório de Informática)	Vaga Transitória	07/03/2014 a 19/12/2014
Luciana Ribeiro dos Santos Weber	Professor de Laboratório de Informática	1.3/A	20	04h-EMEB Alto Bonito 04h-EMEB Pierina Santin Perret 08h-EMEB Ir. Venâncio José 04h-EMEB Nossa Senhora Salete	Vaga Transitória	24/02/2014 a 19/12/2014

Marcos Schaphauser	Professor de Ensino Religioso	1.1/A	31	EMEBs Alcides Tombini (04h); Henrique J Berger (16h); Pierina SAntin Perret (06h) e Ulysses Guimaraes (05h)	Vaga Excedente	17/02/2014 a 19/12/2014 ou até a realização do Concurso Público
Maria Ivone Padilha	Merendeira Escolar	1.5/A	44	EMEB Hilda G de Sousa	Vaga Excedente	12/02/2014 a 19/12/2014 ou até a realização do Concurso Público
Mariane Navroski	Professora de Arte	1.1/A	12	04h00-EMEB Alcides Tombini 08h00-EMEB Hilda Gra-nemann Souza	VV Josiane Carneiro, Lic Maternidade	19/02/2014 a 20/04/2014
Noeli Angelica Andrade	Professora de História	1.1/A	15	EMEB Pierina SAntin Perret	VV João Augusto Segat, Lic Prêmio	14/02/2014 a 30/07/2014
Patrícia Gonçalves	Especialista em Assuntos Educacionais (Supervisora)	1.3/A	20	EMEB Alto Bonito	VV Ieda Ap. Moschetta, Direção	10/02/2014 a 19/12/2014
Patricia Villwock Ferreira de Andrade	Especialista em Assuntos Educacionais (Supervisora)	1.3/A	40	EMEB Profª Maria Luisa Martins Barbosa	VV Greci Salete Coelho, Lic Trat. Saúde	10/02/2014 a 28/04/2014
Raquel Tavares da Silva	Professora Interprete de Libras	1.3/A	20	EMEB Hilda Gra-nemann de Souza	Vaga Transitória	07/02/2014 a 19/12/2014
Regina Aparecida Daneluz	Especialista em Assuntos Educacionais (Supervisora)	1.3/A	20	EMEB Esperança	Vaga Transitória	17/02/2014 a 19/12/2014
Rosângela Fatima de Paula	Especialista em Assuntos Educacionais (Supervisora)	1.3/A	20	EMEB Ulysses Guimaraes	Vaga Transitória	10/03/2014 a 19/12/2014

Rosemari Ribeiro	Servente da Educação	1.5/A	44	EMEB PierinaSantin Perret	Vaga Excedente	05/03/2014 a 19/12/2014 ou até a realização do Concurso Público
Viviane Aparecida Trindade	Especialista em Assuntos Educacionais (Administradora)	1.3/A	20	EMEB Profª Maria Luisa Martins Barbosa	VV Rosilene ZArdo, atrib. exercício EMEB Pierina S Perret	07/02/2014 a 19/12/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 14 de Março de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.673

PORTARIA Nº 23.673, de 14 de Março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 42 da Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal

RESOLVE

REDUZIR A CARGA HORÁRIA dos Servidores Públicos Municipais, lotados junto a Secretaria Municipal de Educação, a seguir relacionados, especificando: código, nome dos servidores, cargo efetivo, carga horária antiga, carga horária atual, escola da função e período da disposição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo Efetivo	De	Para	Escola da Função	A contar de:
13047	Aurea Adriana de Mello	Professora 5ª a 8ª	39	36	EMEB Morada do Sol	12/02/2014
13110	Catia Maria dos Santos	Professora 5ª a 8ª	40	36	EMEB Morada do Sol	10/02/2014
13155	Eliane Scotti Alvarenga	Professora Educação Infantil	40	20	EMEB Nossa Sra. Salete	05/03/2014
13222	Patricia Villwock Ferreira de Andrade	Especialista em Assuntos Educacionais	40	20	EMEB Professora Maria Luisa Martins Barbosa	10/03/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 14 de Março de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Ata de Registro de Preços 05-2014 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/14 - FMS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2014, OBJETO - AQUISIÇÃO DE REAGENTES, MATERIAS E APARELHOS DESTINADOS AO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE CAÇADOR, EMPRESA - ESPECIALISTA PRODUTOS PARA LABORATÓRIO S.A,

pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.619.893/0001-09, com sede na cidade de Valparaíso de Goiás, GO, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

Item	Produto	Especificação	Quantidade	VLR UNIT.	VLR TOTAL
22	Probe	Agulha para aparelho de automação A25	01 un.	1.086,95	1.086,95
23	Calibrador	Caixa com 5 frascos liofilizados de 5 mL cada para aparelho A25	06 un.	153,9855	923,91
24	Frascos para reagentes 50 mL	Com tampa, para reagentes, compatível com aparelho automatizado de bioquímica A25	10 un.	54,3478	543,48
25	Frascos para reagentes 25 mL	Com tampa, para reagentes, compatível com aparelho automatizado de bioquímica A25	10 un.	63,4058	634,06
26	Lâmpada A25	Compatível com aparelho de bioquímica A25	01 un.	181,1594	181,16
27	Rotor	Pacote com 10 unidades – rotor B para aparelho A25	10 un.	163,0435	1.630,44
Total do Lote					5.000,00

Portaria Nº 23.672

PORTARIA Nº 23.672, de 13 de Março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal

RESOLVE

ALTERAR A CARGA HORÁRIA dos Servidores Públicos Municipais, lotados junto a Secretaria Municipal de Educação, a seguir relacionados, especificando: código, nome dos servidores, cargo efetivo, carga horária antiga, carga horária atual, escola da função e período da disposição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo Efetivo	De	Para	Escola da Função	A contar de:
12982	Anzero Giovanni de Oliveira	Professor 5ª a 8ª	33	39	03h - EMEB Ulysses Guimarães 03h - EMEB Alto Bonito, desdobramento de turma	17/02/2014 19/12/2014
13088	Claucia Comerlatto	Professora 5ª a 8ª	18	21	EMEB Henrique Julio Berger, desdobramento de turma	03/02/2014 19/12/2014
13000	Dayane da Silva Queiroz Martins	Professora 5ª a 8ª	20	22	EMEB Hilda Granemann de Sousa, desdobramento de turma	14/02/2014 19/12/2014
13162	Gisele Cristiane Galvão Pereira	Professora 1ª a 4ª	20	40	EMEB Castelhana (Sala de Laboratório de Informática)	19/02/2014 19/12/2014

13040	Gleci Aparecida de Moura	Professora 5ª a 8ª	26	30	EMEB Hilda Granemann de Sousa, desistência de outra servidora	11/02/2014 19/12/2014
13024	Ivania Aparecida Pereira	Professora 5ª a 8ª	32	34	EMEB Walsin Garcia, desistência de outra servidora	11/02/2014 19/12/2014
13059	Jane Aparecida Ribeiro da Silva	Especialista em Assuntos Educacionais	20	40	EMEB Pierina Santin Perret, v.v. Idalci Sampaio Colla, Licença Prêmio	22/02/2014 02/07/2014
13044	Rosângela da Cunha	Especialista em Assuntos Educacionais	20	40	CMEI Sonho Encantado	03/02/2014 19/12/2014
13097	Sônia Mara Weber	Professora 5ª a 8ª	23	33	05h - EMEB Morada do Sol 05h - EMEB Henrique Julio Berger	14/02/2014 19/12/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de Março de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.671

PORTARIA Nº 23.671, de 13 de Março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 122, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE

CONCEDER RETORNO da Licença Sem Vencimentos, concedida a Servidora Pública Municipal CRISTIANE DOS SANTOS LIMA, ocupante do cargo de Servente, carga horária 44 (quarenta e quatro) horas, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, com efeitos a contar de 12 de Março de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de Março de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.675

PORTARIA Nº 23.675, de 14 de Março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79 da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, e ainda na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE

CONTRATAR, por tempo determinado, os cidadãos, a seguir relacionados, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a Classificação em Processo Seletivo conforme o Edital SME 002/2013, com resultado final homologado pelo Decreto nº 5.865, de 20 de Dezembro de 2013, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, atuação, motivo de contratação e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	CH	Atuação	Motivo da Contratação	Período
Adriana Kabel Mezomo	Profª de Ed. Infantil	1.3/A	20	CMEI Pierina Adami	Vaga Excedente	11/02/2014 a 19/12/2014 ou até a realização do Concurso Público
Adriana Ribeiro Schultz	Professora de Arte	1.3/A	20	06h00- EMEB Alto Bonito 14h00- EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Excedente	17/02/2014 a 19/12/2014 ou até a realização do Concurso Público
Ana Paula de Lima Pires	Profª de Ed. Infantil	1.3/A	40	EMEB Castelo Branco	Vaga Transitória	17/02/2014 a 19/12/2014
Anderson Lissenko	Professor de Ed. Física	1.3/A	20	Escolas Municipais (Projetos Esportivos)	Vaga Transitória	03/02/2014 a 19/12/2014
Daniela dos Santos Pires	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Morada do Sol	VV Maria Lidia Vieira de Medeiros, Lic Prêmio	10/03/2014 a 08/06/2014
Daniela dos Santos Pires	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Tabajara	VV Gelyc Lava Stಾನieski, Lic Prêmio	10/03/2014 a 04/12/2014
Deisy Gonçalves Biasoli	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Alto Bonito	VV Iria Klabunde, Lic Prêmio	11/02/2014 a 06/05/2014
Diego Braz de Camargo	Professor de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Ulysses Guimarães	VV Eronil-des Olienick Pinto, disposição AEE	18/02/2014 a 19/12/2014
Edevan Perego	Professor de Ed. Física	1.3/A	38	18h- EMEB Esperança 20h- Escolas Municipais (Projetos Esportivos)	18h- Vaga Excedente 20h- Vaga Transitória	24/02/2014 a 19/12/2014 ou até a realização do Concurso Público
Edina Mara Ferreira da Silva	Professor de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Ulysses Guimarães	VV Carmelinda Rusczyk, direção	21/02/2014 a 19/12/2014
Elaine Dias	Auxiliar de Creche e Berçário	2.1/A	40	CMEI Educar é Tudo	Vaga Transitória	12/02/2014 a 19/12/2014
Elisângela Ferreira	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Tabajara	VV Gelyc Lava Stಾನieski, Lic Prêmio	10/03/2014 a 04/12/2014

Fábio Alves de Oliveira	Professor de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Ir. Venâncio José	VV Maria Lidia Vieira de Medeiros, Lic Prêmio	10/03/2014 a 08/06/2014
Felipe Aloisio Cruz	Professor de Educação Física	1.3/A	21	EMEB Hilda Granemann de Souza	VV Joelma Ana Antunes, lic. trat. saúde	11/03/2014 a 07/06/2014
Filomena Maiberg da Rosa Belli	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Rodolfo Nickel	VV Eliane de Souza Luz, Lic Maternidade	12/02/2014 a 02/05/2014
Franciele Marin Menzel	Profª de Ed. Infantil	1.3/A	20	EMEB Henrique J Berger	Vaga Transitória, desdobramento de turma	03/02/2014 a 19/12/2014
Gerson de Souza Junior	Prof de Ed. Física Projetos Esportivos	1.3/A	30	Escolas Municipais	Vaga Transitória	24/02/2014 a 19/12/2014
Janaína Dicelli Ferreira Raiser	Servente da Educação	1.5/A	44	EMEB Henrique J Berger	Vaga Excedente	17/02/2014 a 19/12/2014 ou até a realização do Concurso Público
Joice Porth	Professora de Ed. Infantil	1.3/A	20	EMEB Nossa Sra Salette	VV Vera Lucia de Moura, atribuição exercício na EMEB Alto Bonito	06/03/2014 a 19/12/2014
Jorge Roberto Alves dos Santos	Professor de Educação Física	1.3/A	20	EMEB Tabajara EMEB Pierina Santin Perret EMEB Alcides Tombini	Vaga transitória	12/03/2014 a 19/12/2014
Karine Mara Comel	Profª de Ed. Infantil	1.3/A	40	CMEI Sonho encantado	Vaga Transitória, desdobramento de turma	11/02/2014 a 19/12/2014
Keila Matos dos Santos	Especialista em Assuntos Educacionais (Supervisora)	1.3/A	20	EMEB Alto Bonito	VV Ieda Ap. Moschetta, Direção	03/02/2014 a 19/12/2014
Laurici Terezinha de Paulo	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Profª Maria Luisa Martins Barboza	VV Ivone Dellai, AEE	19/02/2014 a 19/12/2014
Lucélia Aparecida Cordeiro	Professora de Arte	1.3/A	40	EMEBs Castelo Branco (06h), Ulysses Guimarães (14h) e Hilda G. de Sousa (20h)	Vaga Excedente	14/02/2014 a 19/12/2014 ou até a realização do Concurso Público
Maria Alice Alves Cardoso	Meren-deira	1.5/A	44	EMEB Profª Maria Luisa Martins Barboza	Vaga Excedente	12/02/2014 a 19/12/2014 ou até a realização do Concurso Público

Maria Aparecida Saldanha de Oliveira Portz	Auxiliar de Creche e Berçário	2.1/A	40	CMEI Pierina Adami	VV Zeli de Moraes, Lic Trat. Saúde	11/02/2014 a 01/03/2014
Nelci Aparecida dos Santos Crespo	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Henrique J Berger	VV Lisete Granemann, Lic Maternidade	07/02/2014 a 01/08/2014
Nívea Aparecida da Rosa	Auxiliar de Creche e Berçário	2.1/A	40	CMEI Sonho Encantado	Vaga Transitória, desdobramento de turma	12/02/2014 a 19/12/2014
Patrícia Villwock Ferreira de Andrade	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Esperança	VV Vera Lucia Muchinski, disposição do AEE	11/03/2014 a 19/12/2014
Rejany Carolina Lopes	Auxiliar de Creche	2.1/A	40	CMEI Pierina Adami	Vaga Transitória	10/02/2014 a 20/12/2014
Rodinéia Clara Carlim Prigol	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Pierina S Perret	VV Nilva Cendron Czerniak	01/03/2014 a 19/12/2014
Roseli Maria Baseggio	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Alto Bonito	VV Sandra Maria Ferreira, Lic Trat. Saúde	04/02/2014 a 03/05/2014
Simone Fogaça Vieira Balzan	Profª de Ed. Infantil	1.3/A	40	CMEI Sonho Encantado	Vaga Transitória, desdobramento de turma	11/02/2014 a 19/12/2014
Sulamita Reis dos Santos	Profª de Arte	1.3/A	20	16h- EMEB Tabajara 04h- EMEB Hilda Granemann de Sousa	Vaga Excedente	11/02/2014 a 19/12/2014 ou até a realização do Concurso Público
Suzamara Maria Stachelski	Profª de Ed. Infantil	1.3/A	40	EMEB Rodolfo Nickel EMEB Pd José Chamot (extensão Santo Damo)	Vaga Excedente Vaga Transitória	12/02/2014 a 19/12/2014 ou até a realização do Concurso Público
Tatiane Aparecida Polo	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Pd José Chamot	VV Lucianita Furlanetto, PMC	10/02/2014 a 19/12/2014
Tiago Bressan Costa	Prof Ed. Física	1.3/A	40	EMEBs Henrique J Berger (12h); Walsin Nunes Garcia (16h) e Tabajara (12h)	Vaga Transitória (Projetos Esportivos)	05/03/2014 a 19/12/2014
Tiago Gonçalves Dias	Prof de Ed. Física	1.3/A	15	EMEB Esperança	Vaga Excedente	17/02/2014 a 19/12/2014 ou até a realização do Concurso Público
Vera Lucia Meren-Pires Goesdeira		1.5/A	44	EMEB Pierina Santin Perret	Vaga Excedente	17/02/2014 a 19/12/2014 ou até a realização do Concurso Público

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 14 de Março de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.627

PORTARIA Nº 23.627, de 28 de Fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER RETORNO aos Servidores Públicos Municipais, que estavam em gozo de Licença para Tratamento de Saúde pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, abaixo relacionados, lotados nas diversas Secretarias Municipais, especificando: código, nome dos servidores, cargo, secretaria de lotação, data do retorno, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Retorno a contar de:
12625	Maria Alice Alves Cardoso	Servente	Educação	11/02/2014
12764	Thiago Muniz de Lima	Médico 10 horas	Saúde	10/02/2014
12795	Thiago Muniz de Lima	Médico 20 horas	Saúde	10/02/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de Fevereiro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.674

PORTARIA nº 23.674, de 14 de Março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei complementar nº 07, de 27/12/1999, e suas alterações,

RESOLVE

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, para exercer a Função de Confiança de Diretora de Escola, especificando: código, nome da servidora, cargo, escola de lotação com carga horária e escola da função com carga horária, a partir de 10 de Março de 2014, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Escola de Lotação	Escola da Função
148	Itamara de Oliveira	Professora 1ª a 4ª	EMEB Alcides Tombini 40 horas	EMEB Alcides Tombini 40 horas

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 14 de Março de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.668

PORTARIA Nº 23.668, de 13 de Março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, lotadas junto a Secretaria Municipal de Educação, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome das servidoras, cargo, número de dias e período do afastamento, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Nº de dias	Período
10932	Amanda Roberta Camargo Bilibio	Servente	30	21/02/2014 a 22/03/2014
357	Ana Maria Constantini	Merendeira escolar	90	25/02/2014 a 25/05/2014
3969	Gilvana Rodrigues	Merendeira	15	10/03/2014 a 24/03/2014
1007	Ilze Witte Rossa	Professora (exercendo função de Diretora)	60	27/02/2014 a 27/04/2014
3306	Joelma Antunes Ribeiro	Professora	90	10/03/2014 a 07/06/2014
10828	Neivair Xavier de Oliveira	Servente	15	26/02/2014 a 12/03/2014
1165	Nilce Baseggio Frizon	Servente	60	25/02/2014 a 25/04/2014
1079	Sebastiana Rodrigues	Servente	30	10/03/2014 a 08/04/2014
3557	Sidnéia Dominiak	Professora	20	12/03/2014 a 31/03/2014
6946	Silmara Adamczski	Auxiliar de Creche e Berçário	120	10/03/2014 a 07/07/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de Março de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.669

PORTARIA Nº 23.669, de 13 de Março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 113, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal NATALIA MUSSAK, ocupante do cargo de Servente, carga horária de 44 horas semanais, lotada junto a Secretária Municipal de Educação, 30 (trinta) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme atestado médico apresentado, a contar de 05 de Março de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de Março de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.670

PORTARIA Nº 23.670, de 13 de Março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 163, da Lei Complementar de 24/02/2010, que dispõe sobre a Contratação de Servidores Públicos Municipais em Caráter Temporário, e art. 60, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências

RESOLVE:

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, lotadas na Secretaria Municipal de Educação, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome das servidoras, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Total de Dias	Dias Lancados	Licença Trat. Saúde a contar de:
13007	Cristiane Aparecida Trindade da Silva	Professora	11	11	06/03/2014 a 16/03/2014
12948	Suzana Cristina Voltolini	Professora	15	15	10/03/2014 a 24/03/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de Março de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Ata de Registro de Preços 06-2014 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/14 - FMS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2014, OBJETO - AQUISIÇÃO DE REAGENTES, MATERIAS E APARELHOS DESTINADOS AO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE CAÇADOR, EMPRESA - DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PROD. LABORATORIAIS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.248.265/0001-18, com sede na cidade de São José, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários: LOTE 4 – REAGENTES IMUNOLOGIA

Item	Produto	Especificação	Quantidade	VLR UNIT.	VLR TOTAL
32	Anties-treptolinsina "O" em látex	Kit 100 testes, com controle (+) e (-)	08 un.	123,565	988,52
33	BHCG	Tiras imunocromatografia para teste de gravidez em soro e urina (unidade), com sensibilidade de 25mUI/mL	2.000 tiras	0,6269	1.253,80
34	Fator Reumatóide em látex	Kit 100 testes, com controle (+) e (-)	15 un.	62,2655	933,98

35	Mono-teste	Kit aglutinação direto com controle (+) e (-), sem necessidade de inativação do soro	02 un.	129,9745	259,95
36	Mucoproteínas	Kit 50 testes	12 un.	35,511	390,13
37	PCR	Kit 100 testes, com controle (+) e (-)	25 un	100,8369	2.520,92
38	VDRL	Kit direto 675 testes, com controle (+) e (-)	20 un	80,1093	1.602,17
39	Waler Rose	Kit 100 testes, com controle (+) e (-)	06 un	64,8827	389,30
40	HIV	Tiras imunocromatografia para teste rápido de HIV 1 e 2.	100 unidades	3,6123	361,23
Total do Lote					8.700,00

LOTE 5 – REAGENTES COAGULAÇÃO

Item	Produto	Especificação	Quantidade	VLR UNIT.	VLR TOTAL
41	Tempo de ativação da protrombina – TAP	Kit 100 testes, com valores de ACP, R e RNI em tabela, com ISI máximo de 1,25	30 kits	64,0902	1.922,71
42	Tempo de tromboelastografia parcial ativada- TTPA	Kit 150 testes	10 kits	67,7294	677,29
Total do Lote					2.600,00

LOTE 7 – ANTICOAGULANTES

Item	Produto	Especificação	Quantidade	VLR UNIT.	VLR TOTAL
56	Anticoagulante EDTA	5 % frasco 100 ml	40 un.	9,2118	368,47
57	Anticoagulante Fluoreto	Frasco 20 mL	06 un.	3,5879	21,53
Total do Lote					390,00

LOTE 8 – LÂMINAS E TUBOS

Item	Produto	Especificação	Quantidade	VLR UNIT.	VLR TOTAL
58	Lâminas microscopia	Caixa com 50 unidades, lado fosco	60	2,6073	156,44
59	Lâminulas	Caixa com 100 unidades, tamanho 20 X 20	60	1,3694	82,16
60	Lâminas extensoras	De acrílico para extensão de hemogramas, caixa com 50 unidades	30	57,248	1.731,74
61	Tampas	Branças, compatíveis com tubos acrílicos tamanho 12,5 X 75	15.000 tubos	0,03	450,00
62	Tubos	Vidro 12,5 X 75	5.000 tubos	0,08	400,00
63	Tubos	Acrílico transparente 12,5 X 75	15.000 tubos	0,05	750,00
64	Tubos Ependorf	1,5mL, pacote com 1.000 unidades.	50 pacotes	24,7392	1.236,96
65	Tubos cônicos urina	Tubos de vidro transparentes reforçados, volume de 10mL, graduado	300 unidades	2,309	692,70
Total do Lote					5.500,00

LOTE 11: CAIXAS E SUPORTES

Item	Produto	Especificação	Quantidade	VLR UNIT.	VLR TOTAL
76	Caixa porta-lâminas para 50 unidades	Plástico resistente, com capacidade para 50 lâminas, tampa fixa na caixa com dobradiça e fecho de pressão tipo "snap cap"	10 un.	4,6225	46,23
77	Suporte para VHS - Westergreen	Suporte para 10 provas de hemossedimentação. Constituído em chapa de aço e haste de ferro, base em chapa de aço com cones de borracha para proteger a ponta das pipetas, 10 parafusos para prender as pipetas. Altura de 300 mm x 325 mm de largura.	03 un.	80,1238	240,37
78	Suporte para coloração de lâminas	Em aço inox com capacidade para corar no mínimo 12 lâminas de cada vez.	4 un.	138,6758	554,70
Total do Lote					841,30

LOTE 14: SWAB E MÁSCARA

Item	Produto	Especificação	Quantidade	VLR UNIT.	VLR TOTAL
82	Swab vaginal	Coleta de secreção vaginal, material esterilizado em embalagem individual, descartável.	2.000 unidades	0,0943	188,66
83	Máscara Bico de pato para micropartículas	Para preparo e uso durante a manipulação de escarro, N-95	180 unidades	2,5186	453,35
84	Luvas Vinil	Transparente, sem talco, hipoalergênica – tamanho M – caixa com 100 luvas	25 caixas	14,3194	357,99
Total do Lote					1.000,00

LOTE 15: COLETORES PARA URINA

Item	Produto	Especificação	Quantidade	VLR UNIT.	VLR TOTAL
85	Coletores de Urina	Frascos plásticos estéreis, embalados individualmente, para 60-80 mL, boca larga com tampa e rosca.	15.000	0,3243	4.864,40
86	Coletor de Urina Infantil	Volume para 100 ml, plástico com adesivo dupla face, base de borracha hipoalergênico.	600 un.	0,226	135,60
Total do Lote					5.000,00

LOTE 16: PAPEL FILTRO

Item	Produto	Especificação	Quantidade	VLR UNIT.	VLR TOTAL
87	Papel Filtro	Para realização de dosagem de mucoproteínas, cx. com 100 un.	20 un.	15,00	300,00
Total do Lote					300,00

LOTE 18: ÁCIDO SULFOSALICÍLICO

Item	Produto	Especificação	Quantidade	VLR UNIT.	VLR TOTAL
90	Ácido 5-sulfosalicílico P.A. para pesquisa de proteínas urinárias	Frasco com 100 g	01	34,65	34,65
Total do Lote					34,65

LOTE 19 – LÁPIS E ÓLEO

Item	Produto	Especificação	Quantidade	VLR UNIT.	VLR TOTAL
91	Lápis dermográfico Azul	Para marcar lâmina pesqui-sa BAAR	20 un.	3,5175	70,35
92	Lápis dermográfico Preto	Para marcar lâminas	20 un.	3,5175	70,35
93	Canetas para tubos	Para identificar tubos de vidro	25 un.	4,348	108,70
94	Óleo de imersão para microscopia ótica	Frasco com 100 mL	15 frascos	12,2134	183,20
Total do Lote					432,60

LOTE 20 – DETERGENTE E DESINFECTANTES

Item	Produto	Especificação	Quantidade	VLR UNIT.	VLR TOTAL
95	Detergente não iônico	Líquido, sem perfume, frasco 1.000 mL para lavagem específica de materiais de laboratório	40 un.	47,9953	1.919,81
96	Hipoclorito	10% a 12% para desinfecção de materiais e superfícies, frasco com 5.000mL	50 un.	54,5259	2.726,30
97	Clorexidina	0,2%, para limpeza de áreas mucosas, especialmente genitálias antes de coletas de urina - frasco 500 mL	12 unidades.	31,1576	373,89
Total do Lote					5.020,00

LOTE 25 - CUBETAS PARA COAGULÔMETRO

Item	Produto	Especificação	Quantidade	VLR UNIT.	VLR TOTAL
104	Cubetas para Coagulômetro	Cubetas reduzidas para coagulômetro, compatíveis com aparelho Clotimer, acompanhadas de misturador metálico compatível, para realização de TAP e TTPA.	200 un.	0,95	190,00
Total do Lote					190,00

LOTE 26 – CRONÔMETROS

Item	Produto	Especificação	Quantidade	VLR UNIT.	VLR TOTAL
105	Cronômetro	Display digital com os contadores divididos em horas, minutos e segundos; possuir as funções de iniciar contagem, parar contagem e zerar contagem; ser a prova d'água.	07 un.	27,1429	190,00
Total do Lote					190,00

Portaria Nº 23.667

PORTARIA Nº 23.667, de 13 de Março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado

RESOLVE

RESCINDIR, os contratos em caráter temporário dos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, especificando: código, nome dos servidores, cargo, secretaria e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	A contar de:
13074	Ana Paula Speggiorin	Professora Educação Infantil	CMEI Pierina Adami	21/02/2014
13020	Giovana Aparecida dos Santos	Professora 5ª a 8ª	EMEB Ulysses Guimarães, Castelhana e Alto Bonito	17/02/2014
13159	Jane Aparecida Ribeiro da Silva	Professora de 1º ao 5º ano	EMEB Ulysses Guimarães	21/02/2014
13099	Jenifer Tomazini Begnini	Professora de Educação Infantil	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	07/03/2014
13001	Maria de Jesus Fernandes dos Santos	Servente da Educação	EMEB Hilda Granemann de Sousa	13/03/2014
13188	Maria Inês da Silva	Professora de 1º ao 5º ano	EMEB Professora Maria Luisa Martins Barbosa	06/03/2014
13034	Raquel Aparecida Padilha	Especialista em Assuntos Educacionais (Supervisora)	EMEB Hilda Granemann de Sousa	10/03/2014
13012	Raquel Benjaminia	Professora 5ª a 8ª	EMEB Ulysses Guimarães	11/02/2014
13160	Regina Lucia Telegen	Professora 1ª a 4ª	EMEB Esperança	06/03/2014

13058	Zuleide Warta Nora	Especialista em Assuntos Educacionais (Supervisora)	EMEB Alto Bonito	07/03/2014
-------	-----------------------	--	------------------	------------

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de Março de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Ata de Registro de Preços 07-2014 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/14 - FMS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2014, OBJETO - AQUISIÇÃO DE REAGENTES, MATERIAS E APARELHOS DESTINADOS AO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE CAÇADOR, EMPRESA - LABORSYS PRODUTOS DIAGNÓSTICOS E HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.013.726/0001-10, com sede na cidade de São José dos Pinhais, PR, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

LOTE 10: AGULHAS PARA COLETA DE SANGUE A VÁCUO

Item	Produto	Especificação	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
74	Agulha 30 x 8	Para coleta de sangue a vácuo, com dispositivo de segurança pós-coleta, medindo 30 x 8 (21G), bisel trifacetado, silicinizada e estéril. Embalagem individualizada, com lacre de segurança. Rosca para encaixe do adaptador.	30.000 unidades	0,62	18.600,00
75	Agulha 30 x 7	Para coleta de sangue a vácuo, com dispositivo de segurança pós-coleta, medindo 30 x 7 (22G), com bisel trifacetado, silicinizada e estéril. Embalagem individualizada, com lacre de segurança. Rosca para encaixe do adaptador.	5.000 unidades	0,62	3.100,00
Total do Lote					21.700,00

LOTE 28: REAGENTES E SANGUE CONTROLE para APARELHO DE HEMATOLOGIA KX21-N

Item	Produto	Especificação	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
107	Cell Pack	Reagente para diluição e limpeza do aparelho de hematologia KX21 -N	35	541,6089	18.956,31
108	Stromatolyser	Reagente para análise de leucócitos, lisante de hemácias e para determinação da hemoglobina para aparelho de hematologia KX21-N	30	492,3717	14.771,15
109	Sangue Controle	Para controle de qualidade interno diário do aparelho de hematologia	04	443,1345	1.772,54
Total do Lote					35.500,00

Portaria Nº 23.650

PORTARIA Nº 23.650, de 05 de Março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, férias regulamentares acrescido do adicional de férias, especificando: código, período de aquisição, nome da servidora e período de gozo, conforme segue:

Código	Período Aquisitivo	Nome	Período Gozo
11946	18/06/2012 a 17/06/2013	Jucinei Pires do Prado	15/02/2014 a 06/03/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de Março de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.626

PORTARIA Nº 23.626, de 28 de Fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso III, alínea "a", da Lei Complementar nº 056/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, abaixo relacionado, 08 (oito) dias consecutivos em razão de casamento, especificando: nome do servidor, cargo, secretaria de lotação e data do afastamento, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec.	A contar de:
12586	Matheus Moro	Médico 10h	006	22/02/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de Fevereiro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.679

PORTARIA Nº 23.679, de 17 de Março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79 da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, e ainda na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE

CONTRATAR, por tempo determinado, os cidadãos, a seguir relacionados, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria

Municipal de Educação, de acordo com a Classificação em Processo Seletivo conforme o Edital SME 002/2013, com resultado final homologado pelo Decreto nº 5.865, de 20 de Dezembro de 2013, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, atuação, motivo de contratação e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	CH.	Atuação	Motivo da Contratação	Período
Cici Josiane Bueno Nunes	Professor Laboratório de Informática	1.3/A	40	EMEB Morada do Sol	Vaga transitória	05/02/2014 a 19/12/2014
Eliana Aparecida Ramos Batista Padilha	Professor de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Ulysses Guimarães	VV Suzana de Oliveira Damer, licença maternidade	05/03/2014 a 13/04/2014
Jucilei Aparecida Scapinelli	Professor de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Alcides Tombini	VV Itamara de Oliveira, disp. direção	13/03/2014 a 08/05/2014
Lana Ribeiro da Silva	Professor de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	VV Iracy Berti, disp. Lab. de Informática	10/03/2014 a 19/12/2014
Marcia Antonia Ricetti	Professor de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Alcides Tombini	VV Itamara de Oliveira, disp. direção	12/03/2014 a 08/05/2014
Mellina Pereira Scalabrin	Professor de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Ulysses Guimarães	VV Eronildes O. Pinto, disp. AEE	20/02/2014 a 19/12/2014
Silvana Maria Pereira Machado	Auxiliar de Creche e Berçário	2.1/A	40	CMEI Sininho	VV Silmara Adamczeski, lic. tratamento de saúde	12/03/2014 a 07/07/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de Março de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Lei Nº 3.099

LEI Nº 3.099, de 20 de março de 2014.

Abre crédito especial por conta de anulação de dotação orçamentária, no Orçamento Geral Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social, na importância de R\$ 319.000,00 (trezentos e dezenove mil reais):

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2.191 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica
3.1.90.00.0052 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00
3.1.91.00.0052 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 18.000,00

08.244.0005.2.192 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade
3.1.90.00.0052 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
3.1.91.00.0052 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 11.000,00
Total R\$ 319.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, na importância de R\$ 319.000,00 (trezentos e dezenove mil reais):

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2.191 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica
3.3.90.00.0052 - Aplicações Diretas R\$ 161.000,00
08.244.0005.2.192 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade
3.3.90.00.0052 - Aplicações Diretas R\$ 158.000,00
Total R\$ 319.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de março de 2014.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch
SECRETÁRIO DA FAZENDA

Lei Nº 3.100

LEI Nº 3.100, de 20 de março de 2014.

Suplementa e anula dotação orçamentária e abre crédito especial, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, na importância de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais):

02.09 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
22.661.0027.2.101 - Manutenção do Parque de Exposição
3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais):

02.01 - GABINETE DO PREFEITO
04.122.0002.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, na importância de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais):

02.08 - GABINETE DO VICE-PREFEITO

04.122.0002.2.158 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice-Prefeito

3.1.91.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

Art. 4º Para atender o disposto no artigo anterior, fica anulada a seguinte dotação orçamentária, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais):

02.08 - GABINETE DO VICE-PREFEITO

04.122.0002.2.158 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice-Prefeito

3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de março de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch
SECRETÁRIO DA FAZENDA

Lei Nº 3.101

LEI Nº 3.101, de 20 de março de 2014.

Dispõe sobre a contribuição previdenciária suplementar patronal do Município de Caçador, para a continuação do Plano de Amortização do Déficit Técnico Atuarial do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador – IPASC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica implementado o Plano de Amortização do Déficit Atuarial do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador – IPASC, com o objetivo inicial de equalizar o déficit técnico atuarial gerado pela insuficiência de alíquotas de contribuição, hipóteses atuariais ou outras causas que ocasionaram a insuficiência de ativos necessários às coberturas das reservas matemáticas previdenciárias, cujo montante deve ser revisto a cada reavaliação atuarial.

Art. 2º Por influência de fatores biométricos, demográficos e econômicos o déficit técnico atuarial deverá ser revisto anualmente ficando condicionado à realização das avaliações atuariais anuais. Parágrafo único. A reavaliação atuarial anual deverá ser realizada por atuário, pautado nas características dos fatores indicados no caput da população analisada, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários à garantia dos pagamentos dos benefícios previdenciários, conforme diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social, em consonância com a legislação vigente, podendo o valor ou a quantidade das parcelas serem alteradas, respeitando o limite máximo de 35 (trinta e cinco) anos.

Art. 3º Para obter o equilíbrio financeiro e atuarial nos termos do art. 1º, caput, da Lei Federal 9.717 de 1998, do art. 2º, caput da Portaria MPAS 4.992 de 1999, do art. 5º, II da Portaria MPS 204 de 2008, do art. 8º da Portaria MPS 402 de 2008 e do art. 18, § 1º da Portaria MPS 403 de 2008, o Município de Caçador, suas autarquias, fundações e o Poder Legislativo, realizarão a amortização do déficit técnico atuarial em 35 (trinta e cinco) anos, através da

aplicação da alíquota suplementar progressiva estabelecida nesta Lei, cuja quitação encontra-se prevista para ocorrer no exercício de 2043, conforme demonstrativo financeiro.

§ 1º Fica estabelecida a Lei Complementar nº 93, de 29 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 124, de 04 de abril de 2008, como marco inicial para implementação do Plano de Amortização fixado no prazo máximo de 35 (trinta e cinco) anos.

§ 2º Em decorrência das revisões do Plano de Amortização do Déficit Técnico Atuarial realizadas pelas Leis Complementares nºs 124 de 2008 e 175 de 2010. Fica estabelecido como prazo máximo remanescente para equacionamento o período de 29 (vinte e nove) anos, a contar do exercício de 2014 e previsto para quitação no exercício de 2043.

Art. 4º Para a amortização do déficit técnico atuarial, o Município, juntamente com suas autarquias, fundações e o Poder Legislativo, arcarão com aplicação de alíquota de contribuição suplementar incidente sobre a mesma base de cálculo das contribuições previdenciárias dos servidores ativos efetivos vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social de Caçador, inclusive sobre a gratificação natalina, a ser repassada ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, mensalmente, de forma progressiva, nos seguintes percentuais:

I - para o exercício de 2014, alíquota de contribuição suplementar de 22,00% (vinte e dois inteiros por cento);

II - para o exercício de 2015, alíquota de contribuição suplementar de 23,60% (vinte e três inteiros e sessenta centésimos por cento);

III - para o exercício de 2016, alíquota de contribuição suplementar de 25,20% (vinte e cinco inteiros e vinte centésimos por cento);

IV - para o exercício de 2017, alíquota de contribuição suplementar de 26,80% (vinte e seis inteiros e oitenta centésimos por cento);

V - para o exercício de 2018, alíquota de contribuição suplementar de 28,40% (vinte e oito inteiros e quarenta centésimos por cento);

VI - para o exercício de 2019, alíquota de contribuição suplementar de 30,00% (trinta inteiros por cento);

VII - para o exercício de 2020, alíquota de contribuição suplementar de 32,00% (trinta e dois inteiros por cento);

VIII - para o exercício de 2021, alíquota de contribuição suplementar de 34,00% (trinta e quatro inteiros por cento);

IX - para o exercício de 2022, alíquota de contribuição suplementar de 36,00% (trinta e seis inteiros por cento);

X - para os exercícios de 2023 a 2043, a alíquota de contribuição suplementar de 38,00% (trinta e oito inteiros por cento).

Art. 5º O valor do déficit técnico atuarial para a definição das alíquotas suplementares estabelecidas neste Plano de Amortização é o resultado da reavaliação atuarial de 2013, que fica fazendo parte integrante desta Lei.

Parágrafo único. Fica homologada a Nota Técnica nº 2.487 de 2013 com resultado da reavaliação atuarial, que fica fazendo parte integrante desta Lei.

Art. 6º O planejamento estabelecido nesta Lei poderá ser revisto nas reavaliações atuariais anuais futuras, respeitando sempre o período remanescente para equacionamento, contado a partir do marco inicial estabelecido pelo Plano de Amortização do Déficit Atuarial.

Art. 7º A municipalidade obriga-se a consignar nos orçamentos, nas leis de diretrizes orçamentárias e nos planos plurianuais do Município as dotações e previsões específicas para suportar os encargos advindos desta Lei, bem como lhe compete comunicar expressamente ao IPASC cada pagamento e o recolhimento de quaisquer contribuições previdenciárias, patronal e funcional, incidentes sobre a remuneração dos servidores titulares de cargos efetivos, em conformidade com as alíquotas ou aportes periódicos vigentes, através dos seguintes documentos:

I - demonstrativo previdenciário;

II - demonstrativo financeiro;

III - comprovante de repasse;

IV - outros documentos pertinentes, se for o caso.

Parágrafo único. O Instituto de Previdência Social dos Servidores

Públicos Municipais de Caçador - IPASC não está obrigado a providenciar qualquer notificação ou interpelação para constituir seus devedores em mora pelo não pagamento de quaisquer das parcelas decorrentes da presente Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de março de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo ao Contrato 49-2013 - FMS

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 49/13 - FMS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2013 PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2013 - PRORROGA PRAZO E CONCEDE REAJUSTE, OBJETO - AQUISIÇÃO DE BILHETES DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS, CONTRATADA: REUNIDAS TURISMO SA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.176.082/0001-80, com sede nesta cidade de Florianópolis, SC, Este aditamento contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 49/2013, datado de 01 de abril de 2013. Findando em 31 de dezembro 2014. As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade Os preços unitários que passam a vigorar a partir da assinatura do presente instrumento são:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$
01	bilhete	Bilhetes de passagens Caçador x Blumenau - Saída	80,03
02	bilhete	Bilhetes de passagens Blumenau x Caçador - Retorno	82,91
03	bilhete	Bilhetes de passagens Caçador x Balneário Camboriú - Saída	94,08
04	bilhete	Bilhetes de passagens Balneário Camboriú x Caçador - Retorno	97,32
05	bilhete	Bilhetes de passagens Caçador x Florianópolis - Saída	113,22
06	bilhete	Bilhetes de passagens Florianópolis x Caçador - Retorno	114,60
07	bilhete	Bilhetes de passagens Caçador x Campos Novos - Saída	43,00
08	bilhete	Bilhetes de passagens Campos Novos x Caçador - Retorno	42,09
09	bilhete	Bilhetes de passagens Caçador x Chapecó - Saída	68,83
10	bilhete	Bilhetes de passagens Chapecó x Caçador - Retorno	69,31
11	bilhete	Bilhetes de passagens Caçador x Concórdia - Saída	48,41
12	bilhete	Bilhetes de passagens Concórdia x Caçador - Retorno	54,23
13	bilhete	Bilhetes de passagens Caçador x Curitiba - Saída	46,72
14	bilhete	Bilhetes de passagens Curitiba x Caçador - Retorno	50,20
15	bilhete	Bilhetes de passagens Caçador x Curitibaanos - Saída	43,34
16	bilhete	Bilhetes de passagens Curitibaanos x Caçador - Retorno	43,06
17	bilhetes	Bilhetes de passagens Caçador x Joaçaba - Saída	29,47
18	bilhetes	Bilhetes de passagens Joaçaba x Caçador - Retorno	29,75

19	bilhetes	Bilhetes de passagens Caçador x Joinville - Saída	85,29
20	bilhetes	Bilhetes de passagens Joinville x Caçador - Retorno	87,27
21	bilhetes	Bilhetes de passagens Caçador x Lages - Saída	55,86
22	bilhetes	Bilhetes de passagens Lages x Caçador - Retorno	58,06
23	bilhetes	Bilhetes de passagens Caçador x Passo Fundo - Saída	48,52
24	bilhetes	Bilhetes de passagens Passo Fundo x Curitiba x Caçador - Retorno	113,88
25	bilhetes	Bilhetes de passagens Caçador x Videira - Saída	11,16
26	bilhetes	Bilhetes de passagens Videira x Caçador - Retorno	11,14
27	bilhetes	Bilhetes de passagens Caçador x Xanxerê - Saída	53,48
28	bilhetes	Bilhetes de passagens Xanxerê x Caçador - Retorno	53,50

Lei Nº 3.102

LEI Nº 3.102, de 20 de março de 2014.

Autoriza a transferir recursos financeiros, a título de contribuições correntes, ao Caçador Jeep Clube.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador autorizado a transferir recursos financeiros, a título de contribuições correntes, ao Caçador Jeep Clube, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.122.989/0001-67, estabelecida na Rua Alfredo Gioppo, nº 1200, neste Município de Caçador, na importância de 35.739,00 (trinta e cinco mil e setecentos e trinta e nove reais), a serem pagos em uma única parcela, após a aprovação desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos transferidos nos termos da presente Lei destinam-se a custear despesas com o Projeto "Enduro Rally de Regularidade".

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

12.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

27.812.0031.2.149 - Contribuições Financeiras às Entidades Desportivas Organizadas do Município

3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 35.739,00

Art. 3º A Entidade prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas expedidas pela Secretaria Municipal da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de março de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL

Lei Nº 3.104

LEI Nº 3.104, de 20 de março de 2014.

Suplementa e anula dotações orçamentárias e abre crédito especial, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, na importância de R\$ 445.000,00 (quatrocentos e quarenta e cinco mil reais):

14.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

18.541.0024.2.171 - Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente

3.3.90.00.0080 - Aplicações Diretas . R\$ 445.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância de R\$ 445.000,00 (quatrocentos e quarenta e cinco mil reais):

14.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

15.452.0036.2.076 - Manutenção do Cemitério Municipal

3.3.90.00.0080 - Aplicações Diretas . R\$ 60.000,00

14.05 - DIVISÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO - FUNSAN

17.512.0024.2.040 - Ampliação e Manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário

3.3.90.00.0080 - Aplicações Diretas . R\$ 25.000,00

17.512.0024.2.040 - Ampliação e Manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário

4.4.90.00.0080 - Aplicações Diretas . R\$ 100.000,00

17.512.0024.2.041 - Manutenção, Ampliação e Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água

3.3.90.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

4.4.90.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

14.06 - DIVISÃO DE LIMPEZA DE PRAÇAS E RUAS

15.452.0037.2.780 - Manutenção do Terminal Rodoviário Municipal

3.3.90.00.0080 - Aplicações Diretas . R\$ 60.000,00

Total R\$ 445.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial pelo superávit do exercício de 2013 (Recurso 24 - Transferências de Convênios), no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância de R\$ 94.429,73 (noventa e quatro mil, quatrocentos e vinte e nove reais e setenta e três centavos), conforme segue:

14.03 - DIVISÃO DE PROTEÇÃO, PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

18.541.0024.2.036 - Manutenção das Atividades e Programas de Preservação

3.3.90.00.0324 - Aplicações Diretas . R\$ 46.781,73

4.4.90.00.0324 - Aplicações Diretas . R\$ 47.648,00
Total R\$ 94.429,73

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial por conta do Convênio através do Fundo Socioambiental CAIXA - Plano de Trabalho do Projeto de Recuperação, Preservação Florestal de Nascentes e Áreas que Margeiam o Manancial de Abastecimento Público do Município de Caçador, no Orçamento Geral do Município de Caçador, na importância de R\$ 93.890,23 (noventa e três mil, oitocentos e noventa reais e vinte e três centavos), conforme segue:

14.03 - DIVISÃO DE PROTEÇÃO, PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

18.541.0024.2.036 - Manutenção das Atividades e Programas de Preservação

3.3.90.00.0024 - Aplicações Diretas . R\$ 93.890,23

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar pelo superávit do exercício de 2013 (Recurso 99 - FUNSAN), no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância de R\$ 629.753,26 (seiscentos e vinte e nove mil, setecentos e cinquenta e três reais e vinte e seis centavos), conforme segue:

14.05 - DIVISÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO - FUNSAN

17.512.0024.2.040 - Ampliação e Manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário

3.3.90.00.0399 - Aplicações Diretas R\$ 629.753,26

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de março de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch

SECRETÁRIO DA FAZENDA

Lei Nº 3.105

LEI Nº 3.105, de 20 de março de 2014.

Declara de Utilidade Pública a ONG Superação Assistencial dos Doentes Crônicos de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a ONG Superação Assistencial dos Doentes Crônicos de Caçador, entidade sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.530.760/0001-03, com sede na Rodovia Municipal Osvaldo Olsen, nº 200, Bairro Gioppo, nesta cidade de Caçador.

Art. 2º Ficam asseguradas a Associação, todas as vantagens, benefícios e prerrogativas previstas na legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de março de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº 5.933

DECRETO nº 5.933, de 20 de março de 2014.

Nomeia Comissão Especial para pré-qualificação técnica e emissão de Certificado de Aprovação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as Servidoras Públicas Municipais Dila Marchi Gonçalves Bridi, Irene Aparecida Macedo, Ivonete Ruppel Mello e Luiz Carlos Balatka, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão para pré-qualificação técnica e emissão do Certificado de Aprovação, referente ao PR 24-2014 - Registro de preços para aquisição de material de limpeza e gêneros alimentícios.

Parágrafo único. A conclusão da análise de amostras deverá ocorrer até às 16:00 horas do dia 31 (trinta e um) de março de 2014.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de março de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº 5.939

DECRETO nº 5.939, de 21 de março de 2014.

Nomeia Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Especial para elaboração do Edital de Chamada Pública referente aos serviços, programas e projetos socioassistenciais das entidades e organizações do direito privado sem fins lucrativos para o financiamento através do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS:

I – Andréia Terezinha de Almeida;

II – Janete Aparecida Zaccaron Thomazi;

III – Marilene Ruppel Mantovani;

IV – Terezinha Aparecida Wames Coelho de Souza;

V – Caroline Rocha de Paula;

VI – Luciana Marques;

VII – Maria Aparecida Boscatto;

VIII – Francimara Roaris da Rocha.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de março de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Decreto Nº 5.941

DECRETO Nº 5.941, de 21 de março de 2014.

Dá nova redação ao caput do art. 7º, do Decreto nº 5143/2012, que regulamenta a concessão de auxílios, contribuições e subvenções sociais consignados no orçamento do município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O caput do art. 7º do Decreto nº 5.143, de 07 de fevereiro de 2012, que regulamenta a concessão de auxílios, contribuições e subvenções sociais consignados no orçamento do município e dá outras providências, alterado pelos Decretos nºs 5.468, de 15 de fevereiro de 2013, 5.583, de 12 de junho de 2013 e 5652, de 25 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º A prestação de contas deverá ser entregue dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de acordo com a finalidade da despesa e no valor da parcela, contendo os seguintes documentos, em consonância no que couber, com a legislação pertinente:” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de março de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito Municipal.

Decreto Nº 5.942

DECRETO Nº 5.942, de 25 de março de 2014.

Dispõe sobre os atos administrativos para cumprimento da decisão judicial que anulou o Edital SEMEC nº 01, de 13 de outubro de 2003 - Seleção para Lotação e Remoção aos ocupantes do cargo de Professor, Auxiliar de Biblioteca e Secretário Escolar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município, art. 37 da Constituição Federal e com amparo na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, e

Considerando a decisão judicial nos autos da Ação de Anulação de Ato Administrativo n. 012.04.005474-0 da 1ª Vara Cível da Comarca de Caçador, transitada em julgado que declarou nulo o ato contido no Edital SEMEC nº 01, de 13 de outubro de 2003, bem como todos os atos administrativos dele decorrentes;

DECRETA:

Art. 1º Ficam sem efeitos desde a data de sua publicação as disposições do Edital SEMEC nº 01, de 13 de outubro de 2003 de seleção para Lotação e Remoção aos ocupantes do cargo de Professor, Auxiliar de Biblioteca e Secretário Escolar e todos os atos dele decorrentes, por ter sido declarado nulo por decisão judicial transitada em julgado.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Educação, no prazo de 30 (trinta) dias, adotará as providências e medidas necessárias à expedição

das portarias que tornam sem efeito todos os atos decorrentes do processo de seleção para Lotação e Remoção a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 25 de março de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

Decreto Nº 5.943

DECRETO nº 5.943, de 25 de março de 2014.
Nomeia Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais PEDRO ANTÔNIO MASIERO, EMERSON SCHMITT E RAQUEL GOMES ALMEIDA, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Julgamento do Processo de Licitação - Convite nº 01/2014, cujo objeto é contratação de empresa prestadora de serviços técnicos profissionais especializados, para execução de avaliação do comportamento das variáveis hidráulicas por software de simulação, dimensionamento e elaboração de projeto básico de engenharia para o sistema de distribuição (redes, elevatórias, adutoras de água tratada e reservatórios) do abastecimento de água da cidade de Caçador/SC.

Parágrafo único. A Comissão reunir-se-á a partir das 16h05 do dia 04/04/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 25 de março de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Decreto Nº 5.945

DECRETO nº 5.945, de 26 de março de 2014.
Substitui membros nomeados pelo Decreto nº 5.657/13, para comporem o Conselho Municipal do Idoso.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os membros das entidades abaixo relacionadas, nomeados pelo Decreto nº 5.657, de 06 de agosto de 2013, para comporem o Conselho Municipal do Idoso, pelos nomes subsequentes, na forma que segue:

Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Susana Ribeiro

Suplente: .

Associação de Psicólogos de Caçador e Região – APSIC
Titular: Maria Aparecida Dal Bosco Baseggio

Suplente: Genéia Lucas dos Santos

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de março de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Decreto Nº 5.946

DECRETO nº 5.946, de 26 de março de 2014.
Substitui membros nomeados pelo Decreto nº 5.673/13, para comporem o Conselho Municipal dos Direitos de Mulher.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os membros da entidade abaixo relacionada, nomeados pelo Decreto nº 5.673, de 20 de agosto de 2013, para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, pelos nomes subsequentes, na forma que segue:

1) Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Pamela Maccari Trindade
Suplente: Adriana de Lourdes Busato dos Santos

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de março de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Lei Complementar Nº 273

LEI COMPLEMENTAR Nº 273, de 20 de março de 2014.
Autoriza a concessão de direito real de uso de imóveis pertencentes ao Patrimônio Público Municipal, ao Lions Clube Caçador Universidade, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder ao Lions Clube Caçador Universidade, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.321.851/0001-35, o direito real de uso de uma área de terreno urbano com 1.717,42m² (um mil, setecentos e dezessete metros e quarenta e dois decímetros quadrados), constituída pelos lotes nºs 17 e 18, da Quadra 11-A, do Loteamento Reichmann, pertencente ao Patrimônio Público Municipal, conforme abaixo discriminado e

mapa que integra esta Lei:

I - lote nº 17, com área de 1.042,42m² (um mil, quarenta e dois metros e quarenta e dois decímetros quadrados), situado na Rua Pedro João Balena, Loteamento Reichmann, devidamente matriculado sob o nº 3/12873;

II - lote nº 18, com área de 675,00m² (seiscentos e setenta e cinco metros quadrados), situado na Rua Pedro João Balena, Loteamento Reichmann, devidamente matriculado sob o nº 3/12873.

Parágrafo único. A concessão tem por objetivo a construção da sede do Lions Clube Caçador Universidade, visando o atendimento de suas atividades, devendo a obra ser iniciada no prazo de 24 (vinte e quatro) meses e concluída no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) meses.

Art. 2º A presente concessão de direito real de uso será pelo prazo de 30 (trinta) anos, podendo ser renovada de acordo com o interesse da administração municipal.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão, bem como vindo o Município a necessitar dos imóveis para uso próprio, os mesmos reverterão ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo de concessão, os imóveis e suas benfeitorias passam ao domínio do Município, sem direito a indenização ao concessionário, face à gratuidade da concessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade do concessionário os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução do objetivo desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de direito real de uso.

Art. 6º O concessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não pode:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão;

II - oferecer os imóveis como garantia de obrigação;

III - desviar a finalidade ou exercer atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão, o concessionário defenderá os imóveis contra entulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei, disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do concedente e do concessionário.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de março de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BENS IMÓVEIS

Por este instrumento de concessão de direito real de uso, com

base no art. 118, da Lei Orgânica Municipal, de um lado o MUNICÍPIO DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com seu órgão representativo a PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR, inscrita no CNPJ sob o nº 83.074.302/0001-31, estabelecida à Avenida Santa Catarina, nº 195, nesta cidade de Caçador/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. GILBERTO AMARO COMAZZETTO, brasileiro, divorciado, empresário, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador/SC, de ora em diante denominado CONCEDENTE; e de outro o LIONS CLUBE CAÇADOR UNIVERSIDADE, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 75.321.851/0001-35, estabelecido à Rua Manoel Francio, nº 94, neste Município de Caçador, neste ato representado pela Presidente Sra. SUELI MENEGAZZO FAVERO, residente e domiciliada em Caçador-SC, de ora em diante denominada CONCESSIONÁRIO, tem entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O MUNICÍPIO DE CAÇADOR, sendo Senhor e legítimo possuidor de um área de terreno urbano com superfície de 1.717,42m² (um mil, setecentos e dezessete metros e quarenta e dois decímetros quadrados), constituída pelos lotes nºs 17 e 18, da quadra 11-A, do Loteamento Reichmann, de propriedade do Município de Caçador, cede-a para uso do CONCESSIONÁRIO, que a utilizará para a construção de sua sede. A concessão será pelo prazo de 30 (trinta) anos, podendo ser renovada de acordo com o interesse da administração municipal e tem por objetivo a construção da sede do Lions Clube Caçador Universidade, visando o atendimento de suas atividades. A obra deve ser iniciada no prazo de 24 (vinte e quatro) meses e concluída no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica expressamente proibida a cessão ou transferência deste instrumento a terceiros, por parte do CONCESSIONÁRIO, sem anuência prévia do CONCEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo de concessão, os imóveis e suas benfeitorias passam ao domínio do Município, sem direito a indenização ao concessionário, face à gratuidade da concessão. Serão de responsabilidade do concessionário os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução do objetivo desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de direito real de uso.

CLÁUSULA QUARTA

O concessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não pode transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão; oferecer os imóveis como garantia de obrigação; desviar a finalidade ou exercer atividades contrárias ao interesse público. Enquanto durar a concessão, o concessionário defenderá os imóveis contra entulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos.

CLÁUSULA QUINTA

Fica eleito o Foro da Comarca de Caçador para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem certos e ajustados, assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para o mesmo fim.

Caçador, 20 de março de 2014.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Sueli Menegazzo Favero,
PRESIDENTE DO LIONS CAÇADOR UNIVERSIDADE.

TESTEMUNHA

NOME _____

CPF _____

TESTEMUNHA

NOME _____

CPF _____

Lei Complementar Nº 274

LEI COMPLEMENTAR Nº 274, de 20 de março de 2014.

Autoriza a concessão de direito real de uso de imóveis pertencentes ao Patrimônio Público Municipal, ao Lions Clube Caçador Centro, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder ao Lions Clube Caçador Centro, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.218.891/0001-84, o direito real de uso de uma área de terreno urbano com 1.350,00m² (um mil trezentos e cinquenta metros quadrados), constituída pelos lotes nºs 19 e 20, da Quadra 11-A, do Loteamento Reichmann, pertencente ao Patrimônio Público Municipal, conforme abaixo discriminado e mapa que integra esta Lei:

I - lote nº 19, com área de 675,00m² (seiscentos e setenta e cinco metros quadrados), situado na Rua Pedro João Balena, Loteamento Reichmann, devidamente matriculado sob o nº 3/12873;

II - lote nº 20, com área de 675,00m² (seiscentos e setenta e cinco metros quadrados), situado na Rua Pedro João Balena, Loteamento Reichmann, devidamente matriculado sob o nº 3/12873.

Parágrafo único. A concessão tem por objetivo a construção da sede do Lions Clube Caçador Centro, visando o atendimento de suas atividades, devendo a obra ser iniciada no prazo de 24 (vinte e quatro) meses e concluída no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) meses.

Art. 2º A presente concessão de direito real de uso será pelo prazo de 30 (trinta) anos, podendo ser renovada de acordo com o interesse da administração municipal.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão, bem como vindo o Município a necessitar dos imóveis para uso próprio, os mesmos reverterão ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo de concessão, os imóveis e suas benfeitorias passam ao domínio do Município, sem direito a indenização ao concessionário, face à gratuidade da concessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade do concessionário os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução do objetivo desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de direito real de uso.

Art. 6º O concessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não pode:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta

concessão;

II - oferecer os imóveis como garantia de obrigação;

III - desviar a finalidade ou exercer atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão, o concessionário defenderá os imóveis contra entulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei, disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do concedente e do concessionário.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de março de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BENS IMÓVEIS

Por este instrumento de concessão de direito real de uso, com base no art. 118, da Lei Orgânica Municipal, de um lado o MUNICÍPIO DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com seu órgão representativo a PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR, inscrita no CNPJ sob o nº 83.074.302/0001-31, estabelecida à Avenida Santa Catarina, nº 195, nesta cidade de Caçador/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. GILBERTO AMARO COMAZZETTO, brasileiro, divorciado, empresário, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador/SC, de ora em diante denominado CONCEDENTE; e de outro o LIONS CLUBE CAÇADOR CENTRO, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 83.218.891/0001-84, estabelecido à Avenida Barão do Rio Branco, nº 1.110, sala 04, neste Município de Caçador, neste ato representado pelo Presidente Sr. GILBERTO LUIZ BARZOTTO, residente e domiciliado em Caçador-SC, de ora em diante denominado CONCESSIONÁRIO, tem entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O MUNICÍPIO DE CAÇADOR, sendo Senhor e legítimo possuidor de um área de terreno urbano com superfície de 1.350,00m² (um mil trezentos e cinquenta metros quadrados), constituída pelos lotes nºs 19 e 20, da quadra 11-A, do Loteamento Reichmann, de propriedade do Município de Caçador, cede-a para uso do CONCESSIONÁRIO, que a utilizará para a construção de sua sede. A concessão será pelo prazo de 30 (trinta) anos, podendo ser renovada de acordo com o interesse da administração municipal e tem por objetivo a construção da sede do Lions Clube Caçador Centro, visando o atendimento de suas atividades. A obra deve ser iniciada no prazo de 24 (vinte e quatro) meses e concluída no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica expressamente proibida a cessão ou transferência deste instrumento a terceiros, por parte do CONCESSIONÁRIO, sem anuência prévia do CONCEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo de concessão, os imóveis e suas benfeitorias passam ao domínio do Município, sem direito a indenização ao concessionário, face à gratuidade da concessão. Serão de responsabilidade do concessionário os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários

à execução do objetivo desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de direito real de uso.

CLÁUSULA QUARTA

O concessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não pode transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão; oferecer os imóveis como garantia de obrigação; desviar a finalidade ou exercer atividades contrárias ao interesse público. Enquanto durar a concessão, o concessionário defenderá os imóveis contra entulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos.

CLÁUSULA QUINTA

Fica eleito o Foro da Comarca de Caçador para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem certos e ajustados, assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para o mesmo fim.

Caçador, 20 de março de 2014.

Gilberto Amaro Comazetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Gilberto Luiz Barzotto,
PRESIDENTE DO LIONS CAÇADOR CENTRO.

TESTEMUNHA

NOME _____
CPF _____

TESTEMUNHA

NOME _____
CPF _____

IPASC

Portaria N.º 691, de 14 de Março de 2014.

PORTARIA n.º 691, de 14 de março de 2014.

Nomeia DIALA MARCHI GONÇALVES BRIDI.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador – IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, nos termos do art. 5º da Lei Complementar n.º 56, de 20/12/2004 e Edital de Concurso Público n.º 001, de 31/05/2010,

RESOLVEM:

Art. 1º Nomear DIALA MARCHI GONÇALVES BRIDI, para ocupar o cargo de Advogado, do Grupo Ocupacional Superior do IPASC – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, vencimento mensal de R\$ 2.596,54 (dois mil, quinhentos e noventa e seis reais e cinquenta e quatro centavos), com a posse e o exercício a iniciar dentro do prazo de trinta dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 14 de março de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Alcedir Ferlin
DIRETOR PRESIDENTE.

Eliete Catarina D'Agostini
DIRETORA ADMINISTRATIVA.

Portaria N.º 693, de 25 de Março de 2014.

PORTARIA n.º 693, de 25 de março de 2014.

Dá posse a DIALA MARCHI GONÇALVES BRIDI.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador – IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, nos termos dos arts. 18, 19, 23 e 24 da Lei Complementar n.º 56, de 20/12/2004 e Edital de Concurso Público n.º 001, de 31/05/2010,

RESOLVEM:

Art. 1º Dar a posse à Servidora DIALA MARCHI GONÇALVES BRIDI, no cargo de Advogado, do Grupo Ocupacional Superior do IPASC – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, nomeada pela Portaria n.º 691, de 14 de março de 2014, com a posse e a entrada no exercício do cargo, nesta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 25 de março de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Alcedir Ferlin
DIRETOR PRESIDENTE.

Eliete Catarina D'Agostini
DIRETORA ADMINISTRATIVA.

Contrato Nº 04/2014 - Data do Processo: 25/03/2014. Processo de Licitação 02/2014 – Dispensa de Licitação 02/2014.

Contrato nº 04/2014 - Data do processo: 25/03/2014. Processo de Licitação 02/2014 – Dispensa de Licitação 02/2014.

Objeto: Contratação de empresa especializada para efetuar Cálculo Atuarial 2014, data-base 31/12/2013, dos segurados do IPASC, e apresentar Nota Técnica e DRAA, com uma visita técnica ao Município. Contratada: DATA CONSULTORIA S/S LTDA VALOR: R\$ 2.950,00. PRAZO: 90 DIAS. Caçador, 25/03/2014. Alcedir Ferlin, Diretor Presidente do IPASC. Dijalma Martins, DATA Consultoria S/S Ltda.

Camboriú

PREFEITURA

Lei N.º 2.667/2014

LEI N.º 2.667/2014

Altera a Lei Municipal n.º 2.436, de 19 de março de 2012.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescido o § 4º ao artigo 7º da Lei n.º 2.436/2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º (.)
(.)

§ 4º A fim de conferir maior agilidade e eficiência na gestão do Fundo, o Presidente do Conselho Gestor do FMHIS poderá delegar a servidores específicos do Departamento de Contabilidade da Prefeitura, por meio de portaria, a realização de movimentações eletrônicas bancárias, dentre elas:

- I - ordens de pagamentos para fornecedores;
- II - abrir contas depósito;
- III - autorizar aplicação em fundos de investimento;
- IV - autorizar aplicações financeiras;
- V - autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;
- VI - autorizar cancelamento de agendamento de resgate;
- VII - autorizar cobrança;
- VIII - autorizar débito em conta relativo a operações;
- IX - autorizar outros débitos;
- X - autorizar resgate de aplicações em fundos de investimentos;
- XI - autorizar resgate de aplicações financeiras;
- XII - baixar cheques;
- XIII - cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- XIV - cancelar cheques;
- XV - consultar contas/aplicações, programas, repasses e recursos;
- XVI - consultar depósitos judiciais via internet;
- XVII - efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- XVIII - efetuar resgates/aplicações financeiras;
- XIX - efetuar transferências por meio eletrônico;
- XX - efetuar transferências/pagamentos, por qualquer ME 06/01/2004;
- XXI - endossar cheque;
- XXII - receber ordens de pagamento;
- XXIII - receber, passar recibo e dar quitação;
- XXIV - retirar cheques devolvidos;
- XXV - solicitar saldos e extratos;
- XXVI - sustar/contrordenar cheques.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 26 de março de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.668/2014

LEI N.º 2.668/2014

Autoriza a Chefe do Poder Executivo Municipal a executar despesas com o XXXII Congresso Internacional de Missões - Gideões Missionários da Última Hora.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a custear as despesas de infra-estrutura de apoio para realização do evento "XXXII Congresso Internacional de Missões - Gideões Missionários da Última Hora", que será realizado neste Município, no período de 26 de abril a 05 de maio de 2014.

Art. 2º Os recursos referidos no artigo 1º desta Lei correrão por conta de dotação pertencente à Prefeitura Municipal de Camboriú – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Projeto/Atividade 2.017/69 – Manutenção dos Eventos Turísticos e de Lazer do Município, no montante de até R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 26 de março de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.669/2014

LEI N.º 2.669/2014

Dispõe sobre a autorização de repasse de recursos financeiros ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camboriú e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a repassar recursos financeiros ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camboriú, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.550.558/0001-78, com sede na Rua José Francisco Bernardes, n.º 144, Centro, Camboriú/SC, no valor de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Art. 2º O repasse de recursos financeiros previsto no artigo 1º desta Lei será destinado ao custeio das despesas com a realização da exposição agrícola junto ao evento Exporural Camboriú, que ocorrerá entre os dias 04 a 06 de abril de 2014, com a finalidade de comemorar o aniversário do Município de Camboriú.

Art. 3º O valor autorizado no artigo 1º desta Lei é proveniente de dotação orçamentária pertencente ao orçamento vigente do Município de Camboriú.

Art. 4º O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camboriú deverá prestar contas das despesas realizadas com os valores aprovados por meio da presente Lei no prazo máximo de 40 (quarenta) dias, a contar da data de recebimento do recurso.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 26 de março de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Resumo Ata de Registro de Preços 011/2014 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 022/2014 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 011/2014 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS A REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 28/03/2015
1ª Publicação.

Campo Alegre

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 01/2014 FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2014 FMAS

Objeto: aquisição de combustível (gasolina comum), para os veículos da Assistência Social, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial nº. 2/2013.

Dotação orçamentária: Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 92.00 – Fundo Municipal de Assistência Social de Campo Alegre; Unidade: 92.01 – Manutenção das Atividades de Sociais; Função: 08 – Assistência Social; Subfunção: 244 – Assistência Comunitária; Programa: 0061 – Manut. Das Ativid. Administrativas da Assistência Social; Projeto: 2.121 – Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social; Elemento de Despesa: 3.3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo; Recursos Ordinários.

Vigência: 06/01/2014 a 31/12/2014.

Do valor total: R\$ 8.604,00 (oito mil seiscentos e quatro reais)
Contratado: AUTO POSTO JK LTDA
Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial nº. 2/2013 - Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

Carolina da Costa Telma
Gestora

Aditivo Contratual Nº 02/2014 FMAS

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 02/2014.

Considerando a prorrogação do Contrato nº. 03/2010, estimam-se os gastos para o exercício 2014 e prevê a reserva orçamentária.

DÉCIMO PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PREVISÃO DE GASTOS PARA 2014
Previsão de gastos para os meses de janeiro, fevereiro e março de 2014 (em decorrência a prorrogação do contrato nº. 03/2010):

Qtde	Und.	Descrição	Valor Unitário Mensal	Valor Total
03	Mês	Contabilidade Pública	R\$ 148,51	R\$ 445,53
03	Mês	Compras e Licitações	R\$ 86,36	R\$ 259,89
VALOR TOTAL			R\$ 234,87	R\$ 705,42

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício 2014: 92.01.2.121.3.3.90.39.00.00.00.00.102 (10) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social, Manutenção das Atividades Sociais, Fundo Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta alteração se faz conforme disposto no inciso II do Art. 57, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contrato nº. 03/2010 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 06 de janeiro de 2014.
CAROLINA DA COSTA TELMA
Gestora

BETHA SISTEMAS LTDA
Contratada

Extrato de Contrato Nº 04/2014 FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2014 FMAS

Objeto: Aquisição pelo CONTRATANTE de 220 (duzentos e vinte cestas) cestas básicas para doação a famílias em vulnerabilidade social, cadastradas no Serviço Social do Município, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial nº. 1/2014.

Dotação orçamentária: - 92.01.2.032.3.3.90.32.00.00.00.0104, Material de Distribuição Gratuita, Fornecimento de Benefícios Sociais, Manutenção das Atividades Sociais, Fundo Municipal de Assistência Social.

Vigência: 12/02/2014 a 31/12/2014.

Do valor total: R\$ 16.550,00 (dezesesseis mil, quinhentos e cinquenta reais)

Contratado: EKO SUPERMERCADO LTDA

Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial nº. 1/2014 - Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

Carolina da Costa Telma
Gestora

Extrato de Contrato Nº 01/2014 - Iprecal

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – IPRECAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2014 - IPRECAL

Objeto: Serviços técnicos especializados em assessoria jurídica, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo Licitatório, modalidade Dispensa de Licitação II, nº. 4/2014.

Dotação orçamentária: 3.3.90.36.00.00.00.00 – MANUTENÇÃO E COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES – PESSOA FÍSICA

Vigência: 06/01/2014 a 31/12/2014.

Do valor total: R\$ 8.604,00 (oito mil seiscentos e quatro reais)

Contratado: TAÍS CRISTINA HEYSE

Processo Licitatório, modalidade Dispensa de Licitação II, nº. 4/2014 - Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

Jefferson Jean Duvoisin
Gestor

Extrato de Contrato Nº 02/2014 - Iprecal

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – IPRECAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2014 - IPRECAL

Objeto: – Prestação de serviços de consultoria financeira para carteira de ativos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre - IPRECAL, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo Licitatório, modalidade Dispensa de Licitação II, nº. 5/2014.

Dotação orçamentária: 3.3.90.36.00.00.00.00 – MANUTENÇÃO E COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES – PESSOA FÍSICA

Vigência: 06/01/2014 a 31/12/2014.

Do valor total: R\$ 7.560,00 (sete mil, quinhentos e sessenta reais).

Contratado: DI MATTEO CONSULTORIA FINANCEIRA

Processo Licitatório, modalidade Dispensa de Licitação II, nº. 5/2014 - Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

Jefferson Jean Duvoisin
Gestor

Extrato de Contrato Nº 03/2014 - Iprecal

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – IPRECAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2014 - IPRECAL

Objeto: Concessão da licença de uso do SISTEMA DE COMPUTADOR de propriedade da CONTRATADA, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo Licitatório, modalidade Dispensa de Licitação II, nº. 6/2014.

Dotação orçamentária: 3.3.90.39.00.00.00.00 – MANUTENÇÃO E COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES – PESSOA JURÍDICA

Vigência: 06/01/2014 a 31/12/2014.

Do valor total: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

Contratado: DATA A TECNOLOGIA LTDA

Processo Licitatório, modalidade Dispensa de Licitação II, nº. 6/2014 - Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

Jefferson Jean Duvoisin
Gestor

Aditivo Contratual Nº 4/2014 - Iprecal

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 4/2014

Considerando a prorrogação do Contrato nº. 6/2010, estimam-se os gastos para o exercício 2014 e prevê a reserva orçamentária.

DÉCIMO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMÁTICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – IPRECAL E DE OUTRO LADO A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – IPRECAL, e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PREVISÃO DE GASTOS PARA 2014

Previsão de gastos para os meses de janeiro, fevereiro e março de 2014 (em decorrência a prorrogação do contrato nº. 6/2010):

Qtde	Und.	Descrição	Valor Unitário Mensal	Valor Total
03	Mês	Contabilidade Pública	R\$ 222,78	R\$ 668,34
03	Mês	Compras e Licitações	R\$ 148,51	R\$ 445,53
03	Mês	Folha de Pagamento	R\$ 86,63	R\$ 259,89
VALOR TOTAL			R\$ 457,92	R\$ 1.373,76

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício 2014: 03.01.2.102.3.3.90.39.00.00.00.00.0896 (29) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Administração, Serviço de Administração, Secretaria Municipal de Administração.

Esta alteração se faz nos moldes do Inciso II do Art.57, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contrato 6/2010 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 06 de janeiro de 2014.

JEFFERSON JEAN DUVOISIN Diretor Executivo do IPRECAL Contratante	BETHA SISTEMAS LTDA Contratada
--	-----------------------------------

TAÍS CRISTINA HEYSE
Assessora Jurídica
OAB/SC 13.692

Pregão 28/2014

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (eletrônico) Nº 28/2014

O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, torna público que está instaurando licitação, através do presente instrumento, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e ainda, do Decreto Municipal nº 4.116 de 21 de março de 2006, que Regulamento o Sistema de Registro de Preços no Município de Campo Alegre, na modalidade PREGÃO (Eletrônico) como Registro de Preços, tipo MENOR PREÇO, segundo as condições estabelecidas no presente Edital, nos seus Anexos, cujos termos, igualmente, o integram.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal 10.520/2002, do Decreto Municipal nº 4.792 de 03 de julho de 2007, Decreto Federal nº 6.204/2007, Lei Complementar 123/2006 e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 08h do dia 31/03/2014, às 09h45min do dia 11/04/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 11/04/2014 no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF.

A licitação tem como objeto a o Registro de Preços para a aquisição de gêneros alimentícios (não perecíveis) destinados a alimentação escolar, para Ensino Infantil, Infantil - Pré e Fundamental, conforme tabela abaixo:

Item	Quant	Unid.	Descrição	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	300	Pcte	Açúcar, tipo Branco, refinado, pacote de 5 Kg, produzido com matéria-prima selecionada. Recomendado para adoçar bebidas em geral e preparar receitas culinárias. ENTREGA MENSAL, conforme cronograma.	R\$ 11,49	R\$ 3.447,00
2	400	Pcte	Arroz, tipo 1 Branco, parboilizado, com grãos inteiros, isentos de sujidades e materiais estranhos. Deve possuir validade mínima de 4 meses contados a partir da data de entrega do produto. Acondicionados em pacotes de 5Kg. ENTREGA MENSAL, conforme cronograma.	R\$ 11,68	R\$ 4.672,00

3	100	Cx	Amido de Milho, tipo de farináceo derivado do milho, utilizado como espessante, em mingaus e cremes, para ser usado em processos culinários como ligante. Embalado em caixas de 500g e com validade superior a 4 meses a partir da data de entrega do produto. ENTREGA SEMESTRAL, conforme cronograma.	R\$ 5,00	R\$ 500,00
4	300	Pcte	Farinha de Mandioca, tipo especial, de primeira qualidade, fina, seca, ligeiramente torrada e peneirada. Isenta de sujidades, parasitas e larvas. Validade mínima de 7 meses contados a partir da data de entrega, acondicionados em embalagem de plástico de 1 Kg e atóxico.	R\$ 4,98	R\$ 1.494,00
5	400	Pcte	Farinha de Trigo - tipo Especial, branca, de primeira qualidade, enriquecida com ferro e ácido fólico, em pacotes de 5 Kg. Validade mínima de 3 meses a partir da entrega.	R\$ 11,59	R\$ 4.636,00
6	1000	Pcte	Farinha de Milho (polenta) - tipo especial, fina, sem grânulos e pré-cozida (tipo polenta). Armazenada em pacotes de 500g e com data de validade mínima de 3 meses contados a partir da entrega.	R\$ 2,65	R\$ 2.650,00
7	1000	pct	Molho de tomate, natural com pedaços de tomate e temperos básicos, tais como alho, sal, salsinha e cebolinha. Em embalagem longa vida de 340g a 400g. ENTREGA MENSAL, conforme cronograma.	R\$ 2,63	R\$ 2.630,00
8	600	Lts	Extrato de tomate, tipo concentrado, acondicionado em embalagem de 800g, limpa, sem ferrugens, sem amassados, íntegra e provida de informações nutricionais e data de validade mínima de 4 meses a partir da entrega do produto. ENTREGA MENSAL, conforme cronograma.	R\$ 5,93	R\$ 3.558,00
9	50	Pcte	Fermento biológico, em pó, embalagem de 400g, à vácuo. ENTREGA MENSAL.	R\$ 10,40	R\$ 520,00
10	200	Pote	Fermento químico, em pó, branco, embalados em potes de 100g. ENTREGA MENSAL.	R\$ 2,10	R\$ 420,00
11	500	Pote	Margarina, de 60% a 80% de lipídios e 0% de gordura trans. De origem vegetal, cremosa, sem sal, em embalagem de 500g e com data de validade não inferior a 4 meses a partir da entrega do produto. ENTREGA MENSAL, conforme cronograma.	R\$ 3,97	R\$ 1.985,00

12	800	Lta ou frs	Óleo de Soja, óleo comestível de soja, obtido de espécie vegetal, isenta de ranço e substâncias estranhas, com validade mínima de 10 meses a contar a data de entrega do produto, em embalagem plástica (frasco) ou em lata de 900 ml. ENTREGA MENSAL, conforme cronograma.	R\$ 3,57	R\$ 2.856,00
13	350	Pcte	Sal, refinado e iodado na dosagem mínima de 10mg de iodo não tóxico e máxima de 15mg por quilo de sal – de acordo com legislação federal específica – em embalagem de 1 Kg. ENTREGA MENSAL, conforme cronograma.	R\$ 1,43	R\$ 500,50
14	300	Frs	Vinagre, tipo AGRIN, branco, feito por até 90 de fermentados acéticos e 10% de outros ingredientes, tais como maçã, limão, acerola, arroz ou cana de açúcar. Embalado em frasco íntegro, transparente e com conteúdo de 750ml. O rótulo deve conter a validade do produto (não inferior a 6 meses a partir da entrega) bem como dados da procedência e do fabricante. ENTREGA conforme cronograma.	R\$ 1,20	R\$ 360,00
15	500	Lata/emb	Milho - enlatado ou em embalagem longa vida, tipo milho verde, em conserva ou enlatado, com peso líquido de 300g e peso drenado de 200g. Sem conservantes. Sem perfurações e sujidades na embalagem. Validade superior a 5 meses.	R\$ 1,77	R\$ 885,00
16	400	Lata/emb	Ervilha, enlatado ou em embalagem longa vida, ervilha reidratada em conserva ou enlatado, com peso líquido de 300g e peso drenado de 200g. Sem conservantes. Sem perfurações e sujidades na embalagem. Validade superior a 5 meses	R\$ 1,77	R\$ 708,00
17	800	pote	Requeijão, cremoso, em embalagem plástica e conteúdo de 200g até 250g. Limpa, íntegra, sem violações do lacre ou do pote em si, limpa e com validade mínima de 3 meses a partir da data de entrega. ENTREGA MENSAL, conforme cronograma.	R\$ 3,83	R\$ 3.064,00
18	1500	Cx	Gelatina em pó, embalado em caixa de 85g, íntegra e limpa, nos sabores variados. Prazo de validade não inferior a 180 dias contados a partir da data de entrega do produto. ENTREGA MENSAL, conforme cronograma.	R\$ 0,97	R\$ 1.455,00

19	400	pct	Café, torrado e moído, grãos selecionados, torrados em suspensão que proporciona mais aroma e sabor ao café, moídos e embalados a vácuo, com selo de pureza ABIC, 500 g	R\$ 8,24	R\$ 3.296,00
20	80	Lata	Cereal Pré-Cozido de ARROZ E AVEIA infantil, cereal tipo farináceo utilizado na alimentação infantil (de 0 a 3 anos) como enriquecedor, contendo farinha de arroz e farinha de aveia, minerais e 9 vitaminas. Embalado em latas de 400g, apresentando validade de 12 meses. ENTREGA MENSAL, conforme cronograma.	R\$ 10,73	R\$ 858,40
21	80	Lata	Farinha láctea, Em pó, instantânea, em pacotes de 400g, enriquecido com minerais e vitaminas. Validade mínima de 12 meses contados a partir da data de entrega. Rótulo contendo as informações nutricionais. ENTREGA MENSAL, conforme cronograma.	R\$ 10,69	R\$ 855,20
22	1000	Pcte	Achocolatado, em pó, instantâneo, em pacotes de 400g, elaborado com cacau em pó, baixo teor de açúcar e de sal, contendo minerais e vitaminas. Validade mínima de 12 meses contados a partir da data de entrega. Rótulo contendo as informações nutricionais. ENTREGA MENSAL, conforme cronograma.	R\$ 3,60	R\$ 3.600,00
23	600	Pcte	Macarrão, tipo talharim – massa com ovos, acondicionados em embalagem de 500g, íntegra e sem perfurações. Produto fisicamente bem conservado, não triturado pelo manuseio excessivo, com data de validade não inferior a 3 meses a partir da entrega do produto. ENTREGA MENSAL, conforme cronograma.	R\$ 4,30	R\$ 2.580,00
24	800	Pcte	Macarrão, tipo Parafuso de massa Integral – massa feita de farináceos integrais, escuros, com ovos, acondicionada em embalagens de 500g, de forma íntegra e sem perfurações. Produto fisicamente bem conservado, não triturado pelo manuseio excessivo, com data de validade não inferior a 3 meses a partir da entrega do produto. ENTREGA MENSAL, conforme cronograma.	R\$ 2,68	R\$ 2.144,00

25	600	Pcte	Macarrão, tipo Aletria (com as letrinhas do alfabeto); massa com ovos, acondicionados em embalagem de 400 a 500g, de forma íntegra e sem perfurações. Produto fisicamente bem conservado, não triturado pelo manuseio excessivo, com data de validade não inferior a 3 meses a partir da entrega do produto. ENTREGA MENSAL, conforme cronograma.	R\$ 3,58	R\$ 2.148,00
26	800	Pcte	Macarrão espaguete, massa com ovos, acondicionados em embalagem de 500g, íntegra e sem perfurações. Produto fisicamente bem conservado, não triturado pelo manuseio excessivo, com data de validade não inferior a 3 meses a partir da entrega do produto. ENTREGA MENSAL, conforme cronograma.	R\$ 2,83	R\$ 2.264,00
27	1000	Pcte	Biscoito salgado tipo "cream cracker" ou água e sal, crocante, com zero % de gordura trans, dupla embalagem, mínimo 375 gramas, prazo de validade mínimo de 5 meses a partir da data de entrega	R\$ 3,50	R\$ 3.500,00
28	1300	Pcte	Biscoito doce, sabor leite - crocante, com embalagem dupla, mínimo 800 gramas, zero gordura trans com prazo de validade mínimo de 5 meses a partir da data de entrega.	R\$ 7,98	R\$ 10.374,00
29	700	emb.	Leite de vaca - tipo Integral, processado em UHT, em embalagem longa vida de 1 litro. Deve conter a tabela de informação nutricional, selo de inspeção e prazo de validade não inferior a 3 meses a partir da data de entrega.	R\$ 2,65	R\$ 1.855,00
30	800	dz	Ovos - de galinha, tipo caipira, de coloração vermelha, classe A, armazenados em embalagem própria, com carimbo de inspeção SIF, pesando aproximadamente 60g a unidade e 720g a dúzia.	R\$ 3,99	R\$ 3.192,00
31	36	Litro	Leite de vaca 0% lactose, tipo Integral, processado em UHT, em embalagem longa vida de 1 litro. Deve conter a tabela de informação nutricional, selo de inspeção e prazo de validade não inferior a 3 meses a partir da data de entrega. Sem Lactose	R\$ 5,33	R\$ 191,88
32	30	pct	Rosquinhas de Polvilho - salgado - Biscoito de polvilho, sem glúten.	R\$ 4,58	R\$ 137,40

33	40	pct	Biscoito de polvilho doce sem glúten - Biscoito tipo sequilhos sem glúten. Embalagens de 200g. validade superior a 3 meses contados a partir da data de entrega. Não conter glúten.	R\$ 4,98	R\$ 199,20
34	10	pct	Farinha de Arroz branco - , tipo especial, de primeira qualidade, fina, seca, ligeiramente torrada e peneirada. De sabor neutro, indicada para celíacos. Isenta de sujidades, parasitas e larvas. Validade mínima de 7 meses contados a partir da data de entrega, acondicionados em embalagem de plástico de 1 Kg e atóxico. Não conter glúten.	R\$ 5,64	R\$ 56,40
35	10	Pct	Fécua de batata - , tipo de farináceo derivado da batata, utilizado em mingaus, bolo, tortas, biscoito. Embalado em caixas de 500g e com validade superior a 4 meses a partir da data de entrega do produto. Sem Glúten.	R\$ 6,33	R\$ 63,30
36	10	Pct	Crema de Arroz - , tipo de farináceo, amido de arroz. Produto utilizado em preparações como mingau e para celíacos. Não contém Glúten. Embalagens de 500g e com validade superior a 4 meses a partir da data de entrega do produto. Não conter glúten.	R\$ 7,70	R\$ 77,00
37	10	Pct	Polvilho doce - , tipo de farináceo derivado da fécula de mandioca. Produto amiláceo extraído da mandioca. Embalagens de 500g e com validade superior a 4 meses a partir da data de entrega do produto. Não conter glúten.	R\$ 4,55	R\$ 45,50
38	10	Pct	Polvilho Azedo - Produto amiláceo extraído da mandioca. Embalagens de 500g e com validade superior a 4 meses a partir da data de entrega do produto. Com teor de acidez que o classifique como azedo. Não conter glúten.	R\$ 4,75	R\$ 47,50
39	20	Pct	Coco Ralado (sem glúten) - polpa de coco ralado desidratado e parcialmente desengordurado. Não acrescido de açúcar. Embalagens de 100g. Validade superior a 3 meses contando da data de entrega. Não conter glúten.	R\$ 3,70	R\$ 74,00

40	10	pct	Macarrão sem Glúten com ovos - Massa alimentícia de arroz com ovos massa feita a partir do arroz, com ovos, acondicionados em embalagem de 400 a 500g, de forma íntegra e sem perfurações. Produto fisicamente bem conservado, não triturado pelo manuseio excessivo, com data de validade não inferior a 3 meses a partir da entrega do produto. Formato parafuso, penne ou fusilli. Não conter glúten.	R\$ 4,75	R\$ 47,50
41	10	Pct	Macarrão sem Glúten sem ovos - Massa alimentícia de arroz sem ovos massa feita a partir do arroz, sem ovos, acondicionados em embalagem de 400 a 500g, de forma íntegra e sem perfurações. Produto fisicamente bem conservado, não triturado pelo manuseio excessivo, com data de validade não inferior a 3 meses a partir da entrega do produto. Formato parafuso, penne ou fusilli. Não conter glúten.	R\$ 4,70	R\$ 47,00
42	10	pote	Emulsificante Emustab - emulsificante e estabilizante neutro. Utilizado na fabricação de sorvete e em receitas para celíacos. Pasta utilizada como ligante em preparações sem glúten. Validade mínima de 3 meses. Frascos de 200g. Não conter glúten.	R\$ 5,83	R\$ 58,30
43	200	pote	Doce de frutas cremoso, tipo muss, com polpa de frutas, embalagem com 400g, íntegra, provida de informações nutricionais, com data de validade mínima de 04 meses a partir da data de entrega. Entrega de acordo com cronograma.	R\$ 3,25	R\$ 650,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 74.702,08	

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.
Recebimento das Propostas: das 08h do dia 31/03/2014, às 9h45min do dia 11/04/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 11/04/2014 no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.05 – Serviço de Controle da Merenda Escolar; Função: 12 – Educação; Subfunção: 306 – Alimentação e Nutrição; Programa: 12 – Merenda Escolar; Projeto: 2.015 – Merenda Escolar; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo; Recurso: 0519

– Recursos Ordinários - Receitas Impostos e Transf. de Impostos;

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC, através do telefone/fax nº. (47) 3632-2266, Setor de Licitações, acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 31 de março de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

Ata Pregão 19/2014

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 19/2014)

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak, Pregoeira Municipal, Viviane Inês Fernandes Caldas Schiavenin e Irineu Woitskovski Junior, membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 19/2014, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto Aquisição de cloro gás para uso no tratamento da água. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: Hidromar Industria Química Ltda. A licitante não credenciou representante na sessão. A empresa licitante apresentou a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e comprovou o enquadramento como empresa de pequeno porte. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR ITEM Para o único item (gás cloro) a licitante apresentou proposta inicial com o valor de R\$ 7.540, não houve desconto, fechando o valor do item em R\$ 7.540,00. Após, abriu-se o envelope de documentos da licitante classificada, estando de acordo com o exigido no edital. Considerando a classificação e habilitação da empresa Hidromar Industria Química Ltda, a Pregoeira Adjudica sua proposta declarando-a vencedora, com o valor l de R\$ 7.540,00. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Portaria Nº 10.893 de 28 de Março de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 10.893 DE 28 DE MARÇO DE 2014

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela

CAESP em data de 04 de outubro de 2012, parte integrante desta Portaria, considerando-se aprovado no Estágio Probatório o Servidor Público Municipal, SIDNEI DELA MEÄ, Matrícula Funcional nº 000524, Registro no Sistema Sob nº 954622, ocupante do cargo público de Motorista, exercendo a função de Motorista.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de fevereiro de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 28 de março de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 28/03/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

Decreto Nº 6.981/14 Nomeia Membros do Conselho Municipal de Habitação de Campos Novos, CmhcN, E Dá Outras Providências

DECRETO Nº 6.981/14 DE 27/03/14

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE CAMPOS NOVOS, CMHCN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas as pessoas abaixo, para comporem o Conselho Municipal de Habitação de Campos Novos – CMHCN.

I – Representantes do Poder Público

Titular: Diógenes Zoldan

Suplente: Cristiano R. Peixoto

Titular: Ivonete Trombeta

Suplente: Geraldo Mafioletti

Titular: Laides Laidnes

Suplente: Carlito Luiz Durlí

II – Representantes das Associações de Bairros:

Titular: Ivori Antonio Trombeta

Suplente: Simone Terezinha Tavoriol

Titular: Antonio Freitas Primo

Suplente: Pedrinho Cruz

III – Representantes da Sociedade Civil

Titular: Juliana Aisi Berger Cenci

Suplente: Afonso Rosseto

Art. 2º. O mandato dos membros do Conselho Municipal de Habitação será de 3 (três) anos a partir da data da expedição deste decreto.

Parágrafo único. A possibilidade de recondução dos membros do CMHCN, será estabelecida no Regimento Próprio.

Art. 3º. A função dos Membros nomeados conforme Artigo 1º, não será remunerada, e sua participação será considerada de relevante interesse público.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário em especial o Decreto Nº 6.703/13 de 27/03/2013.

Campos Novos, 27 de março de 2014.

Nelson Cruz
Prefeito Municipal

Lei Nº 4.015/14 Abre Crédito Adicional Especial No Orçamento do Fundo Municipal da Infância E da Adolescência - FIA

LEI Nº 4.015/2014 DE 27/03/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA – FIA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência - FIA, no exercício de 2014, no valor de R\$ 74.740,80 (setenta e quatro mil setecentos e quarenta reais e oitenta centavos), a ser aplicado na seguinte classificação orçamentária.

ÓRGÃO: 34 – FIA – FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA
UNIDADE: 01 – FIA – FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA
PROJ./ATIV: 1.034 – Reequipamento do Fundo Mun. da Infância e da Adolescência

Elemento Desp: 5 – 4.4.50.00.00.00.00.00.03.0043.000000 - Aplicações Diretas R\$ 74.740,80

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior – Recursos Instituições Privadas.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos 27 de março de 2014.

Nelson Cruz
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.980/14 Regulamenta Lei Nº 4.015/14 Abre Crédito Adicional Especial No Orçamento do Fundo Municipal da Infância E da Adolescência - FIA
DECRETO Nº 6.980/14 DE 27/03/2014
REGULAMENTA LEI Nº 4.015/14 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA – FIA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.015/14 de 27/03/2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência - FIA, no exercício de 2014, no valor de R\$ 74.740,80 (setenta e quatro mil setecentos e quarenta reais e oitenta centavos), a ser aplicado na seguinte classificação orçamentária:
ÓRGÃO: 34 – FIA – FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

UNIDADE: 01 – FIA – FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

PROJ./ATIV: 1.034 – Reequipamento do Fundo Mun. da Infância e da Adolescência

Elemento Desp: 5 – 4.4.50.00.00.00.00.00.03.0043.000000 - Aplicações Diretas R\$ 74.740,80

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior – Recursos Instituições Privadas.
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 27 de março de 2014.
Nelson Cruz
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.979/14 Regulamenta Lei Nº 6.979/14 Abre Crédito Adicional Especial No Orçamento do Fundo Rotativo Habitacional
DECRETO Nº 6.979/14 DE 27/03/2014
REGULAMENTA LEI Nº 4.014/14 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.014/14 de 27/03/14,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do Fundo Rotativo Habitacional, no exercício de 2014, no valor de R\$ 94.225,50 (noventa e quatro mil duzentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos), a ser aplicado na seguinte classificação orçamentária.

ÓRGÃO: 37 – FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

UNIDADE: 02 – CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS A TERCEIROS

PROJ./ATIV: 1.033 – Financiamento e Empréstimos para

construção e reforma de habitação

Elemento Desp: 7 – 4.5.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas . R\$ 94.225,50

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos próprios, provenientes do superávit financeiro do exercício anterior.
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 27 de março de 2014.
Nelson Cruz
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.978/14 Regulamenta Lei Nº 4.012/14 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município
DECRETO Nº 6.978/14 DE 27/03/2014
REGULAMENTA LEI Nº 4.012/14 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.012/14 de 27/03/2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento geral do município, no valor de R\$ 3.890.000,00 (três milhões oitocentos e noventa mil reais) no projeto e na atividade abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 04 – DEP. DE TRIBUTAÇÃO, ARRECAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
PROJETO/ATIVIDADE: 2.044 – Manutenção do Departamento de Tributação, Arrecadação e Fiscalização
Elementos de despesa: 19 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 13.500,00
UNIDADE: 06 – DEPARTAMENTO PESSOAL
PROJETO/ATIVIDADE: 0.001 – Manutenção do Pagamento de Inativos e Pensionistas - Prefeitura
Elementos de despesa: 24 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
PROJETO/ATIVIDADE: 2.006 – Manutenção do Departamento Pessoal
Elementos de despesa: 22 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Elementos de despesa: 23 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 9.500,00
UNIDADE: 07 – DEPARTAMENTO DE COMPRAS
PROJETO/ATIVIDADE: 2.007 – Manutenção do Departamento de Compras
Elementos de despesa: 25 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
UNIDADE: 08 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROJETO/ATIVIDADE: 0.004 – Manutenção dos Serviços da Dívida Fundada Interna - Prefeitura
Elementos de despesa: 32 – 3.2.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 600.000,00
ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO
UNIDADE: 14 – DEP. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA

GERENCIAS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.022– Manutenção do Departamento de Assistência Social e da Família - Gerencias

Elementos de despesa: 76 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.00000 – Aplicações Diretas R\$ 223.500,00

Elementos de despesa: 77 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00000 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

UNIDADE: 17 – DEP. DE PROJETOS PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.025– Manutenção do Dep. de Projetos para Geração de Emprego e Renda

Elementos de despesa: 85 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.00000 – Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 19 – DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA – GERÊNCIA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.028 – Manutenção do Departamento da Agricultura - Gerência

Elementos de despesa: 90 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.00000 – Aplicações Diretas R\$ 170.000,00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 23 – DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.033 – Manutenção do Departamento de Engenharia

Elementos de despesa: 108 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 230.000,00 Elementos de despesa: 109 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

UNIDADE: 25 – DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.036 – Manutenção do Departamento de Manutenção e Apoio Operacional

Elementos de despesa: 117 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.00000 – Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Elementos de despesa: 118 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00000 – Aplicações Diretas R\$ 100.500,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.037 – Manutenção do Departamento de Estradas e Rodagem

Elementos de despesa: 125 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.00000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

Elementos de despesa: 127 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00000 – Aplicações Diretas R\$ 744.000,00

ÓRGÃO: 09 – SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

UNIDADE: 27 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES – GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.039 – Manutenção do Departamento de Esportes

Elementos de despesa: 137 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.00000 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Elementos de despesa: 138 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00000 – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

UNIDADE: 28 – DEPARTAMENTO DA JUVENTUDE E LAZER

PROJETO/ATIVIDADE: 2.040 – Manutenção do Departamento da Juventude e Lazer

Elementos de despesa: 141 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00000 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 01 – GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.000 – Reequipamento do Gabinete do Prefeito – Veículos e Equipamentos

Elementos de despesa: 1 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.00000 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.000 – Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal

Elementos de despesa: 2 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.00000 – Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 09 – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.019 – Reequipamento do Ensino Fundamental

Elementos de despesa: 42 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.00000 – Aplicações Diretas R\$ 640.000,00

UNIDADE: 10 – DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 1.013 – Construções, Ampliações e Reforma do Ensino Infantil

Elementos de despesa: 46 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.00000 – Aplicações Diretas R\$ 490.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 1.014 – Construções, Ampliações e Reforma nas Creches

Elementos de despesa: 47 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.00000 – Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 1.016 – Reequipamento das Creches

Elementos de despesa: 48 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.00000 – Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 1.017 – Reequipamento do Ensino Infantil

Elementos de despesa: 49 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0010.00000 – Aplicações Diretas R\$ 490.000,00

UNIDADE: 12 – DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.015 – Construções, Ampliações e Reforma no Ensino Fundamental

Elementos de despesa: 59 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.00000 – Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 14 – DEP. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA GERENCIAS

PROJETO/ATIVIDADE: 1.006 – Reequipamento da Secretaria do Desenv. Social Família e Trabalho

Elementos de despesa: 74 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.00000 – Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

UNIDADE: 16 – DEPARTAMENTO HABITACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.007 – Implantação de Projetos Habitacionais

Elementos de despesa: 83 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.00000 – Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 27 de março de 2014.

Nelson Cruz

Prefeito Municipal

Lei Nº 4.014/14 Abre Crédito Adicional Especial No Orçamento do Fundo Rotativo Habitacional

LEI Nº 4.014/2014 DE 27/03/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do Fundo Rotativo Habitacional, no exercício de 2014, no valor de R\$ 94.225,50 (noventa e quatro mil duzentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos), a ser aplicado na seguinte classificação orçamentária.

ÓRGÃO: 37 – FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

UNIDADE: 02 – CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS A TERCEIROS

PROJ./ATIV: 1.033 – Financiamento e Empréstimos para construção e reforma de habitação

Elemento Desp: 7 – 4.5.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas . R\$ 94.225,50

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos próprios, provenientes do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos 27 de março de 2014.

Nelson Cruz

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.976/14 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município

DECRETO Nº 6.976/14 DE 25/03/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) no projeto e atividade abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 09 – SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

UNIDADE: 27 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES – GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.039 – Manutenção do Departamento de Esportes

Elementos de despesa: 138 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão

utilizados recursos do Excesso de Arrecadação de Recursos Próprios no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 25 de março de 2014.

Nelson Cruz

Prefeito Municipal

Lei Nº 4.012/14 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município

LEI Nº 4.012/2014 DE 27/03/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento geral do município, no valor de R\$ 3.890.000,00 (três milhões oitocentos e noventa mil reais) no projeto e na atividade abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 04 – DEP. DE TRIBUTAÇÃO, ARRECAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.044 – Manutenção do Departamento de Tributação, Arrecadação e Fiscalização

Elementos de despesa: 19 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 13.500,00

UNIDADE: 06 – DEPARTAMENTO PESSOAL

PROJETO/ATIVIDADE: 0.001 – Manutenção do Pagamento de Inativos e Pensionistas - Prefeitura

Elementos de despesa: 24 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.006 – Manutenção do Departamento Pessoal

Elementos de despesa: 22 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Elementos de despesa: 23 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 9.500,00

UNIDADE: 07 – DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.007 – Manutenção do Departamento de Compras

Elementos de despesa: 25 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

UNIDADE: 08 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO/ATIVIDADE: 0.004 – Manutenção dos Serviços da Dívida Fundada Interna - Prefeitura

Elementos de despesa: 32 – 3.2.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 14 – DEP. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA GERÊNCIAS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.022 – Manutenção do Departamento de Assistência Social e da Família - Gerências

Elementos de despesa: 76 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
0000 – Aplicações Diretas R\$ 223.500,00

Elementos de despesa: 77 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
0000 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

UNIDADE: 17 – DEP. DE PROJETOS PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.025 – Manutenção do Dep. de Projetos para Geração de Emprego e Renda

Elementos de despesa: 85 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
0000 – Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 19 – DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA – GERÊNCIA
PROJETO/ATIVIDADE: 2.028 – Manutenção do Departamento da Agricultura - Gerência

Elementos de despesa: 90 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
0000 – Aplicações Diretas R\$ 170.000,00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 23 – DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.033 – Manutenção do Departamento de Engenharia

Elementos de despesa: 108 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
000000 – Aplicações Diretas R\$ 230.000,00

Elementos de despesa: 109 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

UNIDADE: 25 – DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.036 – Manutenção do Departamento de Manutenção e Apoio Operacional

Elementos de despesa: 117 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
00000 – Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Elementos de despesa: 118 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
00000 – Aplicações Diretas R\$ 100.500,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.037 – Manutenção do Departamento de Estradas e Rodagem

Elementos de despesa: 125 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
00000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

Elementos de despesa: 127 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
00000 – Aplicações Diretas R\$ 744.000,00

ÓRGÃO: 09 – SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

UNIDADE: 27 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES – GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.039 – Manutenção do Departamento de Esportes

Elementos de despesa: 137 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
00000 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Elementos de despesa: 138 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
00000 – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

UNIDADE: 28 – DEPARTAMENTO DA JUVENTUDE E LAZER

PROJETO/ATIVIDADE: 2.040 – Manutenção do Departamento da Juventude e Lazer

Elementos de despesa: 141 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
00000 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 01 – GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.000 – Reequipamento do Gabinete do Prefeito – Veículos e Equipamentos

Elementos de despesa: 1 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000

000 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.000 – Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal

Elementos de despesa: 2 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
000 – Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 09 – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.019 – Reequipamento do Ensino Fundamental

Elementos de despesa: 42 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.00
0000 – Aplicações Diretas R\$ 640.000,00

UNIDADE: 10 – DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 1.013 – Construções, Ampliações e Reforma do Ensino Infantil

Elementos de despesa: 46 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.00
0000 – Aplicações Diretas R\$ 490.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 1.014 – Construções, Ampliações e Reforma nas Creches

Elementos de despesa: 47 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
000 – Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 1.016 – Reequipamento das Creches

Elementos de despesa: 48 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
000 – Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 1.017 – Reequipamento do Ensino Infantil

Elementos de despesa: 49 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.001.000
000 – Aplicações Diretas R\$ 490.000,00

UNIDADE: 12 – DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.015 – Construções, Ampliações e Reforma no Ensino Fundamental

Elementos de despesa: 59 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.00
0000 – Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 14 – DEP. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA GERÊNCIAS

PROJETO/ATIVIDADE: 1.006 – Reequipamento da Secretaria do Desenv. Social Família e Trabalho

Elementos de despesa: 74 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
0000 – Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

UNIDADE: 16 – DEPARTAMENTO HABITACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.007 – Implantação de Projetos Habitacionais

Elementos de despesa: 83 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
0000 – Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 27 de março de 2014.

Nelson Cruz

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PP 34/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2014

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 11 de abril de 2014 às 14h30min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do tipo maior desconto por lote, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM A APLICAÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS DA SECRETARIA DE OBRAS. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 08h30min às 11 horas, e das 13h30min e 17 horas diariamente.

Campos Novos, 31 de março de 2014.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

SAMAE

Ext Ct10/2014

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA
TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO CNO 08/2014
CONTRATO Nº. 01/2014

DATA DE ASSINATURA: 18 de março de 2014
OBJETO: Recuperação por transformação Tecnológica de hidrometros domiciliares
CONTRATADA: Itron Soluções para Energia e Água Ltda.
OBJETO: Redução de RS 15.000,00 (quinze mil reais), passando para 163.000,00 (cento e sessenta e tres mil reais) do contrato original e cancelamento do item 02 do contrato.

Campos Novos – SC., 18 de março de 2014.
JOEL FRANCISCO FAGUNDES
Diretor do SAMAE

Ext Ct112014

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA
CONTRATO Nº. 11/2014
PROCESSO 10/2013

DATA DE ASSINATURA: 18 de Março de 2014
OBJETO: Termo do terceiro aditivo ao contrato cno nº. 16/2013 referente a Execução de rede coletora de esgoto e instalações domiciliares, incluindo todos os serviços de escavação, detonação e toda a parte civil constante do projeto no distrito de Barra do Leão.

CONTRATADA: Crivelatti Engenharia Ltda.
Prazo: Prorroga-se por 20 dias a vigencia do contrato original

Campos Novos – SC., 18 de Março de 2014.
JOEL FRANCISCO FAGUNDES
Diretor do SAMAE

Ext Pp052014

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844
AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 10.520/2002, Decreto 5.411/2005 e subsidiariamente com a Lei 8.666/1993, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 09/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2014, tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

2-objeto: Registro de preços refere-se à futura aquisição de massa alfática.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 14:00hs do dia 14/04/2014, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua: Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, nos seguintes horários das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites www.samaecn.com.br e www.camposnovos.sc.gov.br

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

Ext. Contrato Temp. 001/2014

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA
TERMO DE CONTRATO CNO- 001/2014
PROTOCOLO Nº 068/2014
PROCESSO Nº 057/2014

DATA DE ASSINATURA: 24 de Março de 2014
OBJETO: Contratação Temporária de funcionário para ocupar o cargo de Operador de Máquina.
CONTRATADO: José Domingos Delfes
VALOR: R\$ 1.570,43 (Um mil, quinhentos e setenta reais e quarenta e três centavos), por 200 (duzentas) horas mensais.

PRAZO: 24.03.2014 à 23.03.2015

Campos Novos – SC, 24 de Março de 2014.
JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

Ext. Contrato Temp. 002/2014

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA
TERMO DE CONTRATO CNO- 002/2014
PROTOCOLO Nº 070/2014
PROCESSO Nº 059/2014

DATA DE ASSINATURA: 24 de Março de 2014
OBJETO: Contratação Temporária de funcionária para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.
CONTRATADA: Camila Berwig
VALOR: R\$ 808,41 (Oitocentos e oito reais e quarenta e um centavos), por 200 (duzentas) horas mensais.

PRAZO: 24.03.2014 à 23.03.2015

Campos Novos – SC, 24 de Março de 2014.
JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

Editais Nº. 012/2014 - Convoca Candidatos Aprovados No Processo Seletivo Previsto No Edital Nº. 02/Smdr/2013

EDITAL Nº. 012/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº. 02/SMDR/2013.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo previsto no Edital nº. 02/SMDR/2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº. 288/2013; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo previsto no Edital nº. 02/SMDR/2013, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº. 10, Centro, Canoinhas, SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação do ORIGINAL e CÓPIA AUTENTICADA dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;

Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;

Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;

Declaração de bens que constituem seu patrimônio;

Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;

Cédula de Identidade (RG);

CPF (Cadastro de Pessoas Físicas);

Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br;

i) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações

eleitorais;

j) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso;

k) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso;

l) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino;

m) Número de inscrição no PIS/PASEP;

n) 1 Fotografia 3X4 recente;

o) Comprovante de residência atual;

p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do processo o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo.

3.2. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração Finanças e Orçamento, e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 26 de março de 2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 012/2014

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO

MARCELLI JOSLIN

Publicação da Homologação E Adjudicação do Processo de Licitação N. PMC 40/2014

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 40/2014
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 06/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna pública a homologação da Licitação nº PMC 40/2014 e, adjudica seu objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A REFORMA DO GALPÃO DE GASTRONOMIA DO PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE. Empresa vencedora: J. LUMA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ: 08.969.679/0001-33. Valor: R\$ 199.601,43 (Cento e noventa e nove mil, seiscentos e um reais e quarenta e três centavos).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

Publicação do Termo de Contrato N. PMC 23/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 23/2014
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 40/2014
TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 06/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 23/2014. Data de assinatura: 28/03/2014. Contratada: J. LUMA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ n.º 08.969.679/0001-33. Objeto Contratado: EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA À REFORMA DO GALPÃO DE GASTRONOMIA DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIO. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 199.601,43 (Cento e noventa e nove mil, seiscentos e um reais e quarenta e três centavos). Vigência: 28/03/2014 à 06/11/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Publicação do Edital de Pregão Eletrônico N. PMC 30/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 47/2014
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PMC 30/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 17/04/2014, às 09h00min, Pregão Eletrônico para AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS DESTINADOS AO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL RURAL DE SANTA BÁRBARA. Recebimento de propostas até as 08h00min do dia 17/04/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Edital de Notificação Nº 07/2014 - Contribuição de Melhoria**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA**
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 07/2014
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, **LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA** e o Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento **ARGOS JOSÉ BURGARDT**, no exercício de suas atribuições e, **CONSIDERANDO** o previsto na **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988** e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados: **CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);** **LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);** **LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);** **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan** **LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal);** **LEI MUNICIPAL nº 5.211/2013 (Institui e autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências)**

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº 5.211, de 12/11/2013, localizados na **Rua Hilda Ostroski**, no trecho entre a Rua Emilio Scholtz e a Rua Bernardo Olsen, localizada no Bairro Jardim Esperança, com extensão de 204,34 metros lineares, neste município de Canoinhas que, nesta data **TORNA PÚBLICO** que o Poder Público Municipal, a partir da publicação deste **EDITAL**, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e demais obras complementares.

1. DADOS FISCAIS E FINANCEIROS DA OBRA

1.1 ORÇAMENTO/CUSTO ESTIMADO DA OBRA: O custo total/orçamento estimado para a consecução da obra pública de que trata este Edital com previsão na Lei Municipal nº 5.211, de 12/11/2013, corresponde ao quantum de **R\$234.660,26 (duzentos e trinta e quatro mil, seiscentos e sessenta reais e vinte e seis centavos)** conforme ANEXO I, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.2. FONTE DE RECURSO: Para execução desta obra pública o Poder Executivo contará com valores obtidos através do Governo do Estado de Santa Catarina por meio do FUNDAM – Fundo de Apoio dos Municípios e mediante aplicação de recursos próprios do Município de Canoinhas.

1.3. PARCELA DE CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA: Limite global da despesa realizada com a obra, mediante apuração do custo real aplicado após a finalização do serviço, ocasião em que serão promovidos os atos necessários à publicação de Edital constando os dados e informações necessárias ao lançamento fiscal, prazo e forma para eventuais impugnações, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.211/2013.

1.4. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA: A zona de influência do benefício direto da obra é aquela correspondente à extensão da **Rua Hilda Ostroski**, no trecho entre a Rua Emilio Scholtz e a Rua Bernardo Olsen, localizada no Bairro Jardim Esperança, com extensão de 204,34 metros lineares, neste município de Canoinhas, nela compreendendo a relação de todos os imóveis descritos individualmente no ANEXO II, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.5. FATOR DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA (art.4º e seus §§, da Lei Municipal nº 5.211/2013):

1.5.1. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita no presente Edital, em função dos fatores individuais,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

sendo que para a apuração do valor individual do tributo será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto na Lei Municipal nº 5.211/2013, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº 8/2005 (Código Tributário Municipal).

1.5.2. A apuração far-se-á levando em conta:

I – a situação do terreno na zona de influência;

II – sua testada e área;

III – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

1.5.3. A Contribuição de Melhoria de que trata este Edital terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

1.5.4. Estão incluídos nos orçamentos de custo da obra todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

1.5.5. Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria de que trata este Edital, conforme previsão na Lei Municipal nº 5.211/2013, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

1.5.6. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005), sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema, o que será analisado pela Autoridade Administrativa, de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido em lei e mediante requerimento administrativo para os demais casos.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DA OBRA:

2.1. DO OBJETO:

2.1.1. Execução dos serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, obras arte corrente, sinalização viária e obras complementares da **Rua Hilda Ostroski**, no trecho entre a Rua Emilio Scholtz e a Rua Bernardo Olsen, localizada no Bairro Jardim Esperança, com extensão de 204,34 metros lineares, neste município de Canoinhas.

2.1.2. Os trabalhos serão executados conforme os projetos previamente aprovados e serão realizados conforme especificações constantes das Normas Técnicas do DEINFRA e do DNIT. Todos os detalhes e dimensões serão executados conforme projeto, que se encontra à disposição dos interessados junto à Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Canoinhas.

2.1.3. Serão rigorosamente observados os procedimentos técnicos e equipamentos exigidos pelas normas técnicas da ABNT, Normas Complementares do DEINFRA e DNIT, sob fiscalização da Prefeitura do Município de Canoinhas.

2.2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA PÚBLICA DEFINIDA NA LEI MUNICIPAL nº 5.211/2013:

a) Terraplenagem

Este serviço compreende cortes e aterros executados de acordo com a especificação do DNIT, além de regularização e compactação do sub-leito da superfície a pavimentar.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

b) Pavimentação Asfáltica

Este serviço compreende a execução da sub-base com rachão/macadame seco e na base com brita graduada compreendendo o fornecimento, espalhamento, estabilização e acabamento de solos e agregados naturais, com espessuras definidas em projeto. Após será aplicado uma película de pintura de ligação e imprimação com material asfáltico líquido sobre a base. E por fim será aplicado o CAUQ (concreto asfáltico usinado a quente) com espessura dimensionada em Projeto.

c) Drenagem Pluvial e Obras de Arte Correntes

Este serviço compreende a drenagem de águas pluviais, aí incluída a colocação de tubos de concreto e execução de caixas coletoras de alvenaria em blocos de concreto.

d) Sinalização Viária

Os serviços de sinalização viária serão executados de acordo com o Projeto, o qual obedece as Especificações e Normas do "Manual de Sinalização Rodoviária" - DNIT, sendo empregadas as formas de sinalização horizontal e vertical, que compreendem a pintura de faixas, colocação de placas e execução de lombadas.

e) Obras Complementares

Compreendem os serviços de colocação de meio-fio de concreto, regularização, compactação de aterro e execução de passeio em concreto e limpeza geral.

3. DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO (art. 3º e seus §§, da Lei Municipal nº 5.211/2013).

3.1.1. A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no presente Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto ao Departamento de Leis e Decretos da Prefeitura de Canoinhas, dirigido ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, observando-se as seguintes disposições:

3.1.2. O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos neste Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

3.1.3. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração, Finanças e Orçamento o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será realizada por um dos seguintes meios:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III – Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

3.1.4. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, no que couber e lhe forem aplicáveis as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Decreto-lei nº. 195/1967.

3.1.5. Para os fins da aplicação deste Edital e da Lei 5.211/2013, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro efetivo da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada em estrita observância à Legislação indicada neste Edital.

3.1.6. Os prazos fixados neste Edital, em consonância ao previsto na Lei Municipal nº 5.211/2013 c/c Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento, sendo que os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.


3.1.7. Os anexos a que se refere o presente Edital (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos para viabilização da obra pública, os quais se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 24 de março de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

<div></div> <div>FUNDA FUNDO DE APOIO AOS MUNICÍPIOS</div>			PLANILHA DE ORÇAMENTO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA				PLANILHA A 1	
MUNICÍPIO: CANOINHAS							FOLHA Nº 1	
PROJETO:			PAVIMENTAÇÃO DE ASFALTO				DATA :	01/10/2013
LOCALIZAÇÃO:			RUA HILDA OSTROSK - Extensão 204,35m					
Data de referência dos custos: SINAPI - Dezembro 2013 / SICRO - Novembro 2013								
ITEM	CÓDIGO (SINAPI / SICRO)	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	BDI (%)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO DO SERVIÇO
1		SERVIÇOS PREELIMINARES						R\$ 1.100,38
	74209/001	Placa De Obra Em Chapa De Aco Galvanizado	m2	2,50	360,78	22,00%	R\$ 440,15	R\$ 1.100,38
2		TERRAPLENAGEM						R\$ 21.192,73
2.1	72829	Escavacao, Carga E Transporte De Material De 1A Categoria, Servico Revestimento Primario, Com Escavadeira Hidraulica E Caminhao Basculante 6 M3, Dmt 800 Ate 1.000 M	m3	988,53	4,45	22,00%	R\$ 5,43	R\$ 5.367,72
2.2	5 S 02 907 00	Remoção Mecanizada Material De Baixa Capac.Suporte	m3	613,05	5,40	22,00%	R\$ 6,59	R\$ 4.040,00
2.3	2 S 01 100 14	Esc. Carga Tr. Mat 1ª C. Dmt 1000 A 1200M C/Carreg	m3	898,30	7,25	22,00%	R\$ 8,85	R\$ 7.949,96
2.4	41722	Compactacao Mecanica A 100% Do Proctor Normal - Pavimentacao Urbana	m3	691,00	4,55	22,00%	R\$ 5,55	R\$ 3.835,05
3		PAVIMENTAÇÃO						R\$ 148.147,86
3.1	72961	Regularização E Compactação De Subleito Ate 20 Cm De Espessura	m2	2.502,20	1,34	22,00%	R\$ 1,63	R\$ 4.078,59
3.2	2 S 02 231 50	Base De Macadame Seco Bc com Transportes	m3	418,43	86,33	22,00%	R\$ 105,32	R\$ 44.069,05
3.3	2 S 02 230 50	Base De Brita Graduada Bc com Transportes	m3	305,36	95,64	22,00%	R\$ 116,68	R\$ 35.629,40
3.4	72945	Imprimacao De Base De Pavimentacao Com Emulsao Cm-30	m2	2.297,85	2,99	22,00%	R\$ 3,65	R\$ 8.387,15
3.5	72943	Pintura De Ligacao Com Emulsao Rr-2C	m2	2.297,85	1,14	22,00%	R\$ 1,39	R\$ 3.194,01
3.6	72965	Fabricação E Aplicação De Concreto Betuminoso Usinado A Quente(Cbuq),Cap 50/70, com Transporte	t	229,79	188,30	22,00%	R\$ 229,73	R\$ 52.789,66

5			SINALIZAÇÃO										R\$ 4.502,02
5.1	72947		Sinalização Horizontal Com Tinta Retrorefletiva A Base De Resina Acrilica Com Microesferas De Vidro (Cor Branca)	m2	93,90	17,37	22,00%				R\$ 21,19		R\$ 1.989,74
5.2	72947		Sinalização Horizontal Com Tinta Retrorefletiva A Base De Resina Acrilica Com Microesferas De Vidro (Cor Amarela)	m2	29,38	17,37	22,00%				R\$ 21,19		R\$ 622,56
5.3	4 S 06 202 11		Confeção Placa Sinalização Tot.Refletiva	m2	2,14	279,36	22,00%				R\$ 340,82		R\$ 729,35
5.4	21022		Tubo Aco Preto C/ Costura din 2440/NBR 5580 Classe Media DN 50mm	m	15,00	23,83	22,00%				R\$ 29,07		R\$ 436,05
5.5	CUSTO EM ANEXO		Placa Esmaltada Para Identificação De Rua 30X60 Cm, Conforme O Projeto	un	3,00	197,90	22,00%				R\$ 241,44		R\$ 724,32
											VALOR TOTAL R\$		R\$ 225.454,16
DATA: 01/10/2013		NOME: RAMON M. KNABEN		ASSINATURA:									
		Nº CREA / CAU: 095870-8											

Observações:

- 1 - A verificação e aprovação dos orçamentos, a cargo do BRDE, serão efetuadas observando-se os valores nos aspectos quantitativos e de custos, mediante comparativo com as composições dos custos unitários previstos no Sistema Nacional de Pesquisa e Custos (SINAPI) e, no caso de obras e serviços rodoviários, na tabela do Sistema de Custos Rodoviários (SICRO). Dessa forma sugere-se a composição da planilha orçamentário utilizando-se os referidos parâmetros, citando o código do item correspondente no campo destinado na planilha.
- 2 - Para os itens que não se encontram nas tabelas de referências citadas ou em caso de itens não convencionais, deverá ser apresentada a composição do custo unitário em documento separado como forma de facilitar tanto a elaboração quanto a análise do orçamento.
- 3 - A parcela de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) não poderá ser superior ao divulgado pelo Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA).

ANEXO II PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS COMISSÃO DE AVALIAÇÃO AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA														
OBRAS/SERVIÇO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL														
LOCAL: RUA Hilda Ostroski - Lei Municipal nº 5.211 de 12/11/2013														
EXTENSÃO: 204,34 metros														
VALOR TOTAL: R\$ 234.660,26														
ANEXO II														
Nome do Contribuinte	Nome da Rua	Margem da Rua	Inscrição Imobiliária	Medida de Testada (m)	Área Total (m²)	Valor Inicial (m²)	Área construída (m²)	Valor Venal	Valor de Mercado por m² (R\$)				Valor Total da Área (R\$)	
									Esquina (+)	Comércio (+)	Topografia (-)	Profundidade (-)		
Trecho entre a Rua Bernardo Olsen e a Rua Emilio Scholtz														
Francine Aparecida Lufka e Outro	Hilda Ostroski	Esquerda	01.01.106.0358	42,00	561,36	200,00	140,40	17.020,93	20,00	0,00	0,00	0,00	123.499,20	140.520,13
Julio Barra	Hilda Ostroski	Esquerda	01.01.106.0380	23,00	1382,77	200,00	252,44	46.974,84	0,00	0,00	0,00	0,00	322.528,84	322.528,84
Antônio Crestani	Hilda Ostroski	Esquerda	01.01.106.0402	21,00	926,96	200,00	175,26	52.925,11	0,00	0,00	0,00	0,00	185.392,00	238.317,11
Jose Laudelino de Carvalho	Hilda Ostroski	Esquerda	01.01.106.0422	20,00	596,11	200,00	186,15	61.206,81	0,00	0,00	0,00	0,00	119.222,00	119.222,00
Arlido Atner	Hilda Ostroski	Esquerda	01.01.106.0441	20,00	743,95	200,00	186,93	32.956,85	0,00	0,00	0,00	0,00	148.790,00	148.790,00
Orivaldo Cava	Hilda Ostroski	Esquerda	01.01.106.0461	19,00	619,40	200,00	106,80	21.245,94	0,00	0,00	0,00	0,00	123.880,00	145.25.94
Edson Luiz Budant	Hilda Ostroski	Esquerda	01.01.106.0481	23,00	625,24	200,00	221,28	26.603,99	0,00	0,00	0,00	0,00	125.048,00	151.651,99
Haroldo Machado	Hilda Ostroski	Esquerda	01.01.106.0494	13,00	326,35	200,00	134,71	20.561,41	0,00	20,00	0,00	0,00	92.358,41	92.358,41
Diogo Antonowicz	Hilda Ostroski	Esquerda	01.01.106.0534	20,00	440,88	200,00	109,20	30.135,92	20,00	0,00	0,00	0,00	127.151,52	127.151,52
Trecho entre a Rua Manoel de Almeida e a Rua Manoel de Almeida														
Marco Moreira de Almeida	Hilda Ostroski	Direita	01.01.105.0077	17,35	400,00	200,00	62,50	19.312,26	20,00	0,00	0,00	0,00	88.000,00	107.312,26
Samara Letícia Jung e Anderson Rodolfo Pinto de Almeida	Hilda Ostroski	Direita	01.01.105.0026	15,00	498,14	200,00	137,80	31.716,40	0,00	0,00	0,00	0,00	99.628,00	99.628,00
João Maria Treia	Hilda Ostroski	Direita	01.01.105.0029	8,00	394,00	200,00	142,00	46.690,12	0,00	0,00	0,00	0,00	106.800,00	106.800,00
Karin Noether Holler	Hilda Ostroski	Direita	01.01.105.0032	8,00	394,00	200,00	142,00	46.690,12	0,00	0,00	0,00	0,00	106.800,00	106.800,00
Milton Ferreira de Lima	Hilda Ostroski	Direita	01.01.104.0119	20,00	800,00	200,00	230,23	60.958,37	0,00	0,00	0,00	0,00	220.058,37	220.058,37
Monica Kerpas Bueno	Hilda Ostroski	Direita	01.01.104.0119	20,00	788,00	200,00	286,44	53.499,64	0,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00	213.499,64
Alvino Gravi Gonçalves	Hilda Ostroski	Direita	01.01.104.0099	20,00	788,00	200,00	286,44	100.990,91	0,00	0,00	0,00	0,00	157.600,00	258.590,91
Leila F. Vieira e Pedro Vieira	Hilda Ostroski	Direita	01.01.104.0079	10,00	407,40	200,00	312,13	31.213,43	0,00	0,00	0,00	0,00	81.480,00	112.693,43
Hilário König	Hilda Ostroski	Direita	01.01.104.0069	12,00	461,72	200,00	123,97	13.657,54	0,00	0,00	0,00	0,00	92.344,00	106.001,54
Yago Pantoja Nunes Bueira	Hilda Ostroski	Direita	01.01.104.0058	15,00	570,00	200,00	120,75	34.786,33	0,00	0,00	0,00	0,00	114.000,00	148.288,33
Charles Fernando Colodel Schumacher	Hilda Ostroski	Direita	01.01.104.0043	13,00	523,23	200,00	110,00	31.573,02	0,00	0,00	0,00	0,00	94.650,00	114.650,00
Charles Fernando Colodel Schumacher	Hilda Ostroski	Direita	01.01.104.0020	21,00	400,00	200,00	159,46	51.650,22	20,00	0,00	0,00	0,00	88.000,00	139.650,22

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor a presente avaliação.

Canoinhas SC, 20 de março de 2014.

Comissão de Avaliação:

Jorge Luiz Borba
Supervisor I

Bruna Grisang
Auditora Fiscal

Vanessa Langer
Contadora

José Marcos Carvalho
Agente Administrativo

Diogo Carlos Seidel
Administrador

Simone Mery Adur
Agente Administrativo

Fernando Tokarski
Fotógrafo

Dorval Padilha Junior
Assistente Téc em Topografia

Felipe Pflanzner
Auxiliar Administrativo

ANEXO I

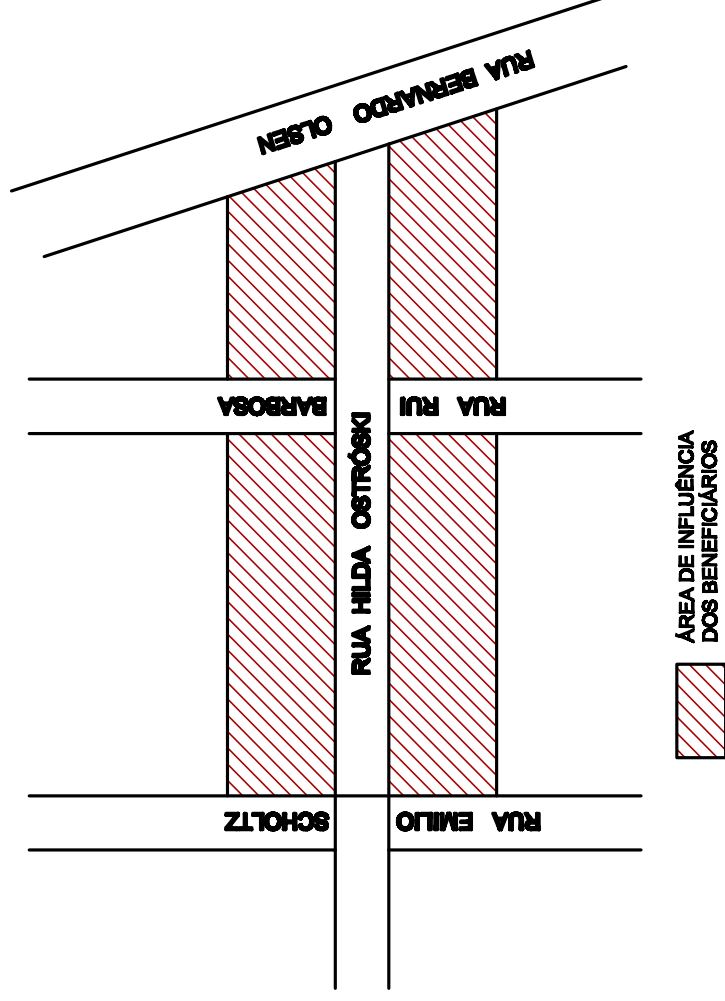
OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL

EXTENSÃO: 204,34m

LOCAL: RUA HILDA OSTRÓSKI

BAIRRO: JARDIM ESPERANÇA

MUNICÍPIO: CANOINHAS/SC



Edital de Notificação Nº 08/2014 - Contribuição de Melhoria**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA**
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 08/2014
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, **LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA** e o Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento **ARGOS JOSÉ BURGARDT**, no exercício de suas atribuições e, **CONSIDERANDO** o previsto na **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988** e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados: **CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966); LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade); LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal); LEI MUNICIPAL nº 5.211/2013 (Institui e autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências)**

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº 5.211, de 12/11/2013, localizados na **Rua João Allage**, no trecho entre a Rua Rui Barbosa e a Rua Saulo de Carvalho, localizada no Bairro Sossego, com extensão de 758,97 metros lineares, neste município de Canoinhas que, nesta data **TORNA PÚBLICO** que o Poder Público Municipal, a partir da publicação deste **EDITAL**, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e demais obras complementares.

1. DADOS FISCAIS E FINANCEIROS DA OBRA

1.1 ORÇAMENTO/CUSTO ESTIMADO DA OBRA: O custo total/orçamento estimado para a consecução da obra pública de que trata este Edital com previsão na Lei Municipal nº 5.211, de 12/11/2013, corresponde ao quantum de **R\$809.567,78 (oitocentos e nove mil, quinhentos e sessenta e sete reais e setenta e oito centavos)** conforme ANEXO I, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.2. FONTE DE RECURSO: Para execução desta obra pública o Poder Executivo contará com valores obtidos através do Governo do Estado de Santa Catarina por meio do FUNDAM – Fundo de Apoio dos Municípios e mediante aplicação de recursos próprios do Município de Canoinhas.

1.3. PARCELA DE CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA: Limite global da despesa realizada com a obra, mediante apuração do custo real aplicado após a finalização do serviço, ocasião em que serão promovidos os atos necessários à publicação de Edital constando os dados e informações necessárias ao lançamento fiscal, prazo e forma para eventuais impugnações, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.211/2013.

1.4. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA: A zona de influência do benefício direto da obra é aquela correspondente à extensão da **Rua João Allage**, no trecho entre a Rua Rui Barbosa e a Rua Saulo de Carvalho, localizada no Bairro Sossego, com extensão de 758,97 metros lineares, neste município de Canoinhas, nela compreendendo a relação de todos os imóveis descritos individualmente no ANEXO II, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.5. FATOR DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA (art.4º e seus §§, da Lei Municipal nº 5.211/2013):

1.5.1. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita no presente Edital, em função dos fatores individuais,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

sendo que para a apuração do valor individual do tributo será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto na Lei Municipal nº 5.211/2013, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº 8/2005 (Código Tributário Municipal).

1.5.2. A apuração far-se-á levando em conta:

I – a situação do terreno na zona de influência;

II – sua testada e área;

III – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

1.5.3. A Contribuição de Melhoria de que trata este Edital terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

1.5.4. Estão incluídos nos orçamentos de custo da obra todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

1.5.5. Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria de que trata este Edital, conforme previsão na Lei Municipal nº 5.211/2013, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

1.5.6. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005), sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema, o que será analisado pela Autoridade Administrativa, de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido em lei e mediante requerimento administrativo para os demais casos.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DA OBRA:

2.1. DO OBJETO:

2.1.1. Execução dos serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, obras arte corrente, sinalização viária e obras complementares da **Rua João Allage**, no trecho entre a Rua Rui Barbosa e a Rua Saulo de Carvalho, localizada no Bairro Sossego, com extensão de 758,97 metros lineares, neste município de Canoinhas.

2.1.2. Os trabalhos serão executados conforme os projetos previamente aprovados e serão realizados conforme especificações constantes das Normas Técnicas do DEINFRA e do DNIT. Todos os detalhes e dimensões serão executados conforme projeto, que se encontra à disposição dos interessados junto à Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Canoinhas.

2.1.3. Serão rigorosamente observados os procedimentos técnicos e equipamentos exigidos pelas normas técnicas da ABNT, Normas Complementares do DEINFRA e DNIT, sob fiscalização da Prefeitura do Município de Canoinhas.

2.2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA PÚBLICA DEFINIDA NA LEI MUNICIPAL nº 5.211/2013:

a) Terraplenagem

Este serviço compreende cortes e aterros executados de acordo com a especificação do DNIT, além de regularização e compactação do sub-leito da superfície a pavimentar.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

b) Pavimentação Asfáltica

Este serviço compreende a execução da sub-base com rachão/macadame seco e na base com brita graduada compreendendo o fornecimento, espalhamento, estabilização e acabamento de solos e agregados naturais, com espessuras definidas em projeto. Após será aplicado uma película de pintura de ligação e imprimação com material asfáltico líquido sobre a base. E por fim será aplicado o CAUQ (concreto asfáltico usinado a quente) com espessura dimensionada em Projeto.

c) Drenagem Pluvial e Obras de Arte Correntes

Este serviço compreende a drenagem de águas pluviais, aí incluída a colocação de tubos de concreto e execução de caixas coletoras de alvenaria em blocos de concreto.

d) Sinalização Viária

Os serviços de sinalização viária serão executados de acordo com o Projeto, o qual obedece as Especificações e Normas do "Manual de Sinalização Rodoviária" - DNIT, sendo empregadas as formas de sinalização horizontal e vertical, que compreendem a pintura de faixas, colocação de placas e execução de lombadas.

e) Obras Complementares

Compreendem os serviços de colocação de meio-fio de concreto, regularização, compactação de aterro e execução de passeio em concreto e limpeza geral.

3. DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO (art. 3º e seus §§, da Lei Municipal nº 5.211/2013).

3.1.1. A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no presente Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto ao Departamento de Leis e Decretos da Prefeitura de Canoinhas, dirigido ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, observando-se as seguintes disposições:

3.1.2. O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos neste Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

3.1.3. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração, Finanças e Orçamento o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será realizada por um dos seguintes meios:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III – Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

3.1.4. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, no que couber e lhe forem aplicáveis as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Decreto-lei nº. 195/1967.

3.1.5. Para os fins da aplicação deste Edital e da Lei 5.211/2013, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro efetivo da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada em estrita observância à Legislação indicada neste Edital.

3.1.6. Os prazos fixados neste Edital, em consonância ao previsto na Lei Municipal nº 5.211/2013 c/c Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento, sendo que os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.



3.1.7. Os anexos a que se refere o presente Edital (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos para viabilização da obra pública, os quais se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 24 de março de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

<div><div></div><div></div><div>FUNDO DE APOIO AOS MUNICÍPIOS</div></div>				PLANILHA A 1				
PLANILHA DE ORÇAMENTO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA								
MUNICÍPIO: CANOINHAS								
PROJETO:	PAVIMENTAÇÃO DE ASFALTO				FOLHA Nº 1			
					DATA : 01/10/2013			
LOCALIZAÇÃO: RUA JOÃO ALLAGE - Extensão 758,97 m								
Data de referência dos custos: SINAPI - Dezembro 2013 / SICRO - Novembro 2013								
ITEM	CÓDIGO (SINAPI / SICRO)	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	BDI (%)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO DO SERVIÇO
1		OBRAS PRELIMINARES						R\$ 1.100,38
1.1	74209/001	Placa De Obra Em Chapa De Aco Galvanizado	m2	2,50	360,78	22,00%	R\$ 440,15	R\$ 1.100,38
2		TERRAPLENAGEM						R\$ 76.186,02
2.1	72829	Escavacao, Carga E Transporte De Material De 1A Categoria, Servico Revestimento Primario, Com Escavadeira Hidraulica E Caminhao B Caminho Deasculante 6 M3, Dmt 800 Ate 1.000 M	m3	8.196,47	4,45	22,00%	R\$ 5,43	R\$ 44.506,83
2.2	5 S 02 907 00	Remocao Mecanizada Material De Baixa Capac.Suporte	m3	1.214,35	5,40	22,00%	R\$ 6,59	R\$ 8.002,57
2.3	2 S 01 100 14	Esc. Carga Tr. Mat 1ª C. Dmt 1000 A 1200M C/Carreg	m3	1.806,10	7,25	22,00%	R\$ 8,84	R\$ 15.965,95
2.4	41722	Compactacao Mecanica A 100% Do Proctor Normal - Pavimentacao Urbana	m3	1.389,31	4,55	22,00%	R\$ 5,55	R\$ 7.710,67
3		PAVIMENTAÇÃO						R\$ 545.660,63
3.1	72961	Regularização E Compactação De Subleito Ate 20 Cm De Espessura	m2	9.204,84	1,34	22,00%	R\$ 1,63	R\$ 15.003,89
3.2	2 S 02 231 50	Base De Macadame Seco	m3	1.539,80	86,33	22,00%	R\$ 105,32	R\$ 162.171,74
3.3	2 S 02 230 50	Base De Brita Graduada Bc	m3	1.124,86	95,64	22,00%	R\$ 116,68	R\$ 131.248,66
3.4	72945	Imprimacao De Base De Pavimentacao Com Emulsao Cm-30	m2	8.468,77	2,99	22,00%	R\$ 3,65	R\$ 30.911,01
3.5	72943	Pintura De Ligacao Com Emulsao Rr-2C	m2	8.468,77	1,14	22,00%	R\$ 1,39	R\$ 11.771,59
3.6	72965	Fabricação E Aplicação De Concreto Betuminoso Usinado A Quente(Cbuq),Cap 50/70, Com Transporte	t	846,88	188,30	22,00%	R\$ 229,73	R\$ 194.553,74

4		DRENAGEM								R\$ 148.175,50
4.1	3061	Escavacao Mec Vala N Escor Mat 1A Cat C/Retroescav Ale 1.50M Excl Esgotamento	m3	1.025,70	5,43	22,00%		R\$ 6,62		R\$ 6.790,13
4.2	1 A 00 002 91	Transporte Comercial C/ Basc. 10M3 Rod. Pav. DMT- 4,00km densid.1,60	tkm	6.564,48	0,34	22,00%		R\$ 0,41		R\$ 2.691,44
4.3	73964/005	Reaterro De Vala/Cava Sem Controle De Compactação , Utilizando Retro-Escavadeira E Compactador Vibratorio Com Material Reaproveitado	m3	848,82	6,91	22,00%		R\$ 8,43		R\$ 7.155,55
4.4	72829	Escavacao, Carga E Transporte De Material De 1A Categoria, Servico Revestimento Primario, Com Escavadeira Hidraulica E Caminhao B Caminho Deasculante 6 M3, Dmt 800 Ale 1.000 M	m3	848,82	4,45	22,00%		R\$ 5,43		R\$ 4.609,09
4.5	74206/001	Caixa Coileira, 1,04X1,04X1,50M, Com Fundo E Tampa De Concreto E Paredes Em Alvenaria	un	36,00	940,50	22,00%		R\$ 1.147,41		R\$ 41.306,76
4.6	83450	Caixa De Passagem 80X80X62 Fundo Brita Com Tampa	un	13,00	318,36	22,00%		R\$ 388,40		R\$ 5.049,20
4.7	73730	Assentamento De Tubos De Concreto Diametro = 300Mm, Simples Ou Armado, Destocamento E Limpeza Do Terreno, Utilizando Trator De Esteiras. (Encarregado Incluso)	m	12,00	10,36	22,00%		R\$ 12,64		R\$ 151,68
4.8	73724	Assentamento De Tubos De Concreto Diametro = 400Mm, Simples Ou Armado, Junta Em Argamassa 1:3 Cimento:Areia	m	654,00	14,74	22,00%		R\$ 17,98		R\$ 11.758,92
4.9	73723	Assentamento De Tubos De Concreto Diametro = 500Mm, Simples Ou Armado, Junta Em Argamassa 1:3 Cimento:Areia	m	80,00	22,32	22,00%		R\$ 27,23		R\$ 2.178,40
4.10	7796	Tubo Concreto Simples Classe Ps1, Pb Nbr- 8890 Dn 300Mm P/Aguas Pluviais	m	12,00	18,57	22,00%		R\$ 22,66		R\$ 271,92
4.11	7781	Tubo Concreto Simples Classe -Ps1 Pb Nbr- 8890 Dn 400 Mm P/Aguas Pluviais	m	654,00	23,70	22,00%		R\$ 28,91		R\$ 18.907,14
4.12	7795	Tubo Concreto Simples Classe - Ps1, Pb Nbr- 8890 Dn 500Mm P/Aguas Pluviais	m	80,00	36,11	22,00%		R\$ 44,05		R\$ 3.524,00
4.13	72967	Meio-Fio De Concreto Pre-Moldado 12 X 30 Cm, Sobre Base De Concreto Simples E Rejuntado Com Argamassa Traco 1:3 (Cimento E Areia)	m	1.421,19	23,48	22,00%		R\$ 28,65		R\$ 40.717,09
4.14	79488	Reaterro Manual Com Apiloamento Mecanico	m3	567,44	4,43	22,00%		R\$ 5,40		R\$ 3.064,18

5	SINALIZAÇÃO											R\$ 17.187,18
5.1	72947	Sinalização Horizontal Com Tinta Retrorefletiva A Base De Resina Acrilica Com Microesferas De Vidro (Cor Branca)					m2	378,30	17,37	22,00%	R\$ 21,19	R\$ 8.016,18
5.2	72947	Sinalização Horizontal Com Tinta Retrorefletiva A Base De Resina Acrilica Com Microesferas De Vidro (Cor Anarela)					m2	111,67	17,37	22,00%	R\$ 21,19	R\$ 2.366,29
5.3	4 S 06 202 11	Confecção Placa Sinalização Tot Refletiva					m2	5,57	279,36	22,00%	R\$ 340,82	R\$ 1.898,37
5.4	21022	Tubo Aco Preto C/ Costura din 2440/NBR 5580 Classe Media DN 50mm					m	52,50	23,83	22,00%	R\$ 29,07	R\$ 1.526,18
5.5	CUSTO EM ANEXO	Placa Esmaltada Para Identificação De Rua 30X60 Cm, Conforme O Projeto					un	14,00	197,90	22,00%	R\$ 241,44	R\$ 3.380,16
										VALOR TOTAL R\$		R\$ 788.309,71
DATA: 01/10/2013		NOME: RAMON M. KNABEN					ASSINATURA:					
		Nº CREA / CAU: 095870-8										

Observações:

- 1 - A verificação e aprovação dos orçamentos, a cargo do BRDE, serão efetuadas observando-se os valores nos aspectos quantitativos e de custos, mediante comparativo com as composições dos custos unitários previstos no Sistema Nacional de Pesquisa e Custos (SINAPI) e, no caso de obras e serviços rodoviários, na tabela do Sistema de Custos Rodoviários (SICRO). Dessa forma sugere-se a composição da planilha orçamentária utilizando-se os referidos parâmetros, citando o código do item correspondente no campo destinado na planilha.
- 2 - Para os itens que não se encontram nas tabelas de referências citadas ou em caso de itens não convencionais, deverá ser apresentada a composição do custo unitário em documento separado como forma de facilitar tanto a elaboração quanto a análise do orçamento.
- 3 - A parcela de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) não poderá ser superior ao divulgado pelo Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA).

ANEXO II PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS COMISSÃO DE AVALIAÇÃO AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA												
OBRA: SERVIÇO: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM PLUVIAL												
LOCAL: RUA João Allage - Lei Municipal nº: 5.211 de 12/11/2013												
VALOR TOTAL: R\$ 809.567,78												
ANEXO II												
Nome do Contribuinte	Nome da Rua	Margem da Rua	Inscrição Imobiliária	Descrição do Terreno		Valor Inicial (m²)	Área construída (m²)	Valor Venal	Valor de Mercado por m² (R\$)			Valor Total da Área (R\$)
				Medida de Testada (m)	Área Total (m²)				Esquina (+)	Comércio (+)	Topografia (-)	
Trecho entre a Rua Rui Barbosa e Rua Emílio Scholtz												
Otilio de Oliveira	João Allage	Esquerda	01.01.050.0171	18,00	373,19	220,00	191,27	44.023,20	22,00	0,00	0,00	90.311,98
João de Oliveira	João Allage	Esquerda	01.01.050.0128	14,00	281,03	220,00	147,51	48.001,83	0,00	0,00	0,00	61.826,60
Antonio Carlos Beilotti	João Allage	Esquerda	01.01.050.0116	15,00	517,50	220,00	299,16	59.116,60	0,00	0,00	0,00	113.850,00
Osório Carlos Fonseca e Outra	João Allage	Esquerda	01.01.050.0101	30,00	958,50	220,00	386,60	119.082,08	0,00	0,00	0,00	210.870,00
Saulo J Petrini e Marilene R T	João Allage	Esquerda	01.01.050.0067	15,00	435,19	220,00	267,62	65.090,09	0,00	0,00	0,00	95.741,80
Adilson J Simarone Fontana	João Allage	Esquerda	01.01.050.0051	18,00	475,00	220,00	102,80	33.735,26	0,00	0,00	0,00	104.900,00
Vádir Krolsch	João Allage	Esquerda	01.01.050.0033	30,00	1056,36	220,00	119,90	20.112,71	22,00	0,00	0,00	273.893,65
Ivo Joao Suchek												
João Allage	João Allage	Direita	01.01.051.0302	30,00	570,00	220,00	-	-	22,00	0,00	0,00	137.940,00
Prefeitura Municipal de Canoinhas	João Allage	Direita	01.01.051.0317	15,00	849,00	220,00	-	-	0,00	0,00	0,00	186.780,00
Prefeitura Municipal de Canoinhas	João Allage	Direita	01.01.051.0332	15,00	847,00	220,00	-	-	0,00	0,00	0,00	186.780,00
Prefeitura Municipal de Canoinhas	João Allage	Direita	01.01.051.0347	15,00	846,00	220,00	-	-	0,00	0,00	0,00	186.780,00
Prefeitura Municipal de Canoinhas	João Allage	Direita	01.01.051.0362	15,00	849,00	220,00	142,00	9.447,41	0,00	0,00	0,00	203.311,21
Basíllia de Souza Sanchuti	João Allage	Direita	01.01.051.0382	20,00	1.119,50	220,00	80,82	15.447,61	0,00	0,00	0,00	246.290,00
Arbete Pecheski	João Allage	Direita	01.01.051.0381	20,00	596,08	220,00	152,10	44.599,24	0,00	0,00	0,00	131.137,60
Arbete Pecheski	João Allage	Direita	01.01.051.0402	17,00	596,08	220,00	152,10	44.599,24	0,00	0,00	0,00	131.137,60
João de Souza	João Allage	Direita	01.01.051.0444	22,00	516,79	220,00	237,16	62.936,42	22,00	0,00	0,00	125.863,18
Trecho entre a Rua Emílio Scholtz e a Rua João Tomachutz												
Augusto Enílio Haensch	João Allage	Esquerda	01.02.055.0095	39,00	468,00	220,00	315,15	59.489,98	22,00	22,00	0,00	123.552,00
Adilson Fernandes I	João Allage	Esquerda	01.02.055.0045	20,00	400,00	220,00	69,30	19.883,73	0,00	0,00	0,00	88.000,00
Amairi Fernandes	João Allage	Esquerda	01.02.055.0025	23,00	560,00	220,00	270,32	57.862,91	22,00	0,00	0,00	121.000,00
Paulo Schumacher e Flavia Schumacher												
Paulo Schumacher	João Allage	Direita	01.02.054.0436	20,00	465,95	220,00	253,80	68.333,32	22,00	0,00	0,00	112.759,90
Acido Muller Ribeiro	João Allage	Direita	01.02.054.0456	18,00	451,99	220,00	105,22	27.841,58	0,00	0,00	0,00	99.437,80
Maria Clara Morant Gomes	João Allage	Direita	01.02.054.0466	10,00	200,00	220,00	100,33	28.725,03	0,00	0,00	0,00	44.000,00
Simone Sinaio Pinto	João Allage	Direita	01.02.054.0481	15,00	300,00	220,00	128,00	37.016,16	0,00	0,00	0,00	66.000,00
Jean Carlo Franz e Viviane Durau Padilha	João Allage	Direita	01.02.054.0521	21,00	400,00	220,00	66,00	18.716,51	22,00	0,00	0,00	96.800,00
Trecho entre a Rua João Tomachutz e a Rua Otto Friedrich												
Janir Jose de Castro e Maria de Lourdes C. dos Santos	João Allage	Esquerda	01.02.043.0100	11,00	213,35	220,00	133,00	15.148,34	22,00	0,00	0,00	51.630,70
Jacir Antônio de Castro	João Allage	Esquerda	01.02.043.0070	11,00	212,05	220,00	93,00	18.826,19	0,00	0,00	0,00	46.651,00
Luiz Rogério Crestani	João Allage	Esquerda	01.02.043.0060	20,00	383,12	220,00	65,82	8.688,03	0,00	0,00	0,00	84.286,40
Maestade Guimarães Ltda	João Allage	Esquerda	01.02.043.0040	20,00	400,00	220,00	110,50	14.985,65	0,00	0,00	0,00	88.000,00
Luiz Franco	João Allage	Esquerda	01.02.043.0020	19,00	400,00	220,00	91,87	21.145,03	22,00	0,00	0,00	96.800,00
Clarice Rita Zimmermann												
Clarice Rita Zimmermann	João Allage	Direita	01.02.044.0443	20,00	400,00	220,00	181,74	48.897,30	22,00	0,00	0,00	96.800,00
Marcelo Haensch	João Allage	Direita	01.02.044.0463	20,00	400,00	220,00	158,40	44.862,35	0,00	0,00	0,00	88.000,00
Joana Vieira Farias e Outro	João Allage	Direita	01.02.044.0483	20,00	400,00	220,00	146,34	39.739,04	0,00	0,00	0,00	88.000,00
Amarildo Farias de Souza	João Allage	Direita	01.02.044.0523	20,00	400,00	220,00	162,23	44.685,61	22,00	0,00	0,00	96.800,00
Trecho entre a Rua Otto Friedrich e a Rua Basílio Humenbuk												
Primo Schumacher e Flavia Schumacher	João Allage	Esquerda	01.02.034.0090	30,00	200,00	220,00	-	-	22,00	0,00	0,00	48.000,00
Primo Schumacher e Flavia Schumacher	João Allage	Esquerda	01.02.034.0060	21,00	400,00	220,00	39,00	8.976,34	0,00	0,00	0,00	88.000,00
Marcos Vinícius Sabatte	João Allage	Esquerda	01.02.034.0040	19,00	200,00	220,00	272,16	57.517,67	0,00	0,00	0,00	44.000,00
Vilma Soares de Miranda	João Allage	Esquerda	01.02.034.0020	20,00	400,00	220,00	64,20	7.726,47	22,00	0,00	0,00	96.800,00
Reny Scholtz												
Reny Scholtz	João Allage	Direita	01.02.033.0464	41,00	800,00	220,00	-	-	22,00	0,00	0,00	193.600,00
Evilasio Jarschel	João Allage	Direita	01.02.033.0484	20,00	400,00	220,00	114,62	23.727,43	0,00	0,00	0,00	88.000,00
Leonar Cesar Drezevski Junior	João Allage	Direita	01.02.033.0524	20,00	399,96	220,00	178,00	60.808,97	22,00	0,00	0,00	96.790,32
Trecho entre a Rua Basílio Humenbuk e a Rua Willibaldo A. Hoffmann												
Fernando Luiz de Oliveira	João Allage	Esquerda	01.02.021.0099	26,00	540,00	220,00	185,40	53.538,74	22,00	0,00	0,00	130.680,00
Otilio de Oliveira Neto	João Allage	Esquerda	01.02.021.0053	13,00	260,63	220,00	111,29	34.388,19	0,00	0,00	0,00	57.318,60
Maria Goreti Groskopf	João Allage	Esquerda	01.02.021.0040	9,00	200,00	220,00	121,80	28.033,80	0,00	0,00	0,00	44.000,00
Vamir Groskopf	João Allage	Esquerda	01.02.021.0030	10,00	200,00	220,00	-	-	0,00	0,00	0,00	44.000,00
Antônio Athair Amaral	João Allage	Esquerda	01.02.021.0021	21,00	400,00	220,00	161,64	44.974,28	22,00	0,00	0,00	96.800,00

Fracisco de Amorim	Jólio Allage	Direita	01.02.022.0441	30,00	400,00	220,00	254,00	71.171,89	22,00	0,00	0,00	96.800,00	152.971,89
Antonio Carlos Oliveira Filho	Jólio Allage	Direita	01.02.022.0461	19,00	366,21	220,00	311,33	83.136,27	22,00	0,00	0,00	80.568,40	164.405,67
Jair Dübena	Jólio Allage	Direita	01.02.022.0482	21,00	410,00	220,00	135,34	29.184,77	0,00	0,00	0,00	90.200,00	110.384,77
Vanderley Moises de Andrade	Jólio Allage	Direita	01.02.022.0522	19,00	366,96	220,00	246,37	59.440,01	22,00	0,00	0,00	88.804,32	148.244,33
Trecho entre a Rua Willibaldo A. Hoffmann e a Rua Alfredo Bach													
Charles Ricardo Voigt	Jólio Allage	Esquerda	01.02.016.0100	39,00	800,00	220,00	310,71	90.908,79	22,00	0,00	0,00	193.600,00	284.508,79
Charles Ricardo Voigt	Jólio Allage	Esquerda	01.02.016.0140	40,00	800,00	220,00	-	-	22,00	0,00	0,00	193.600,00	193.600,00
Rosimari Stein Paulitzky	Jólio Allage	Direita	01.02.015.0463	38,00	748,41	220,00	224,57	67.643,11	22,00	0,00	0,00	181.115,22	248.758,33
Nercy Czarni e Ludovico Czarni	Jólio Allage	Direita	01.02.015.0483	20,00	400,00	220,00	70,00	16.111,38	0,00	0,00	0,00	88.000,00	104.111,38
Otacílio Todt	Jólio Allage	Direita	01.02.015.0523	20,00	400,00	220,00	187,36	38.812,93	22,00	0,00	0,00	96.800,00	135.612,93
Trecho entre a Rua Alfredo Bach e a Rua Sulo de Carvalho													
Cooperativa Agropecuária de Canoíñas	Jólio Allage	Esquerda	01.02.003.0445	81,00	1.150,75	220,00	6.447,92	1.617.430,86	22,00	22,00	0,00	2.784.975,50	4.402.306,96
Odeiro Ferreira Torres	Jólio Allage	Direita	01.02.004.0443	15,00	448,75	220,00	168,04	23.661,62	22,00	0,00	0,00	108.597,50	132.259,12
Cooperativa Agropecuária de Canoíñas	Jólio Allage	Direita	01.02.004.0618	67,00	533,31	220,00	2.981,71	535.117,36	22,00	22,00	0,00	1.407.993,84	1.943.111,20

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor a presente avaliação.

Canoíñas SC, 20 de março de 2014.

Comissão de Avaliação:

Jorge Luiz Borba
Superior 1

Simone Mery Adur
Agente Administrativo

Edson Luiz Budant
Fiscal de Tributos

Bruna Grising
Auditora Fiscal

Vanessa Langer
Contadora

José Marcos Carvalho
Agente Administrativo

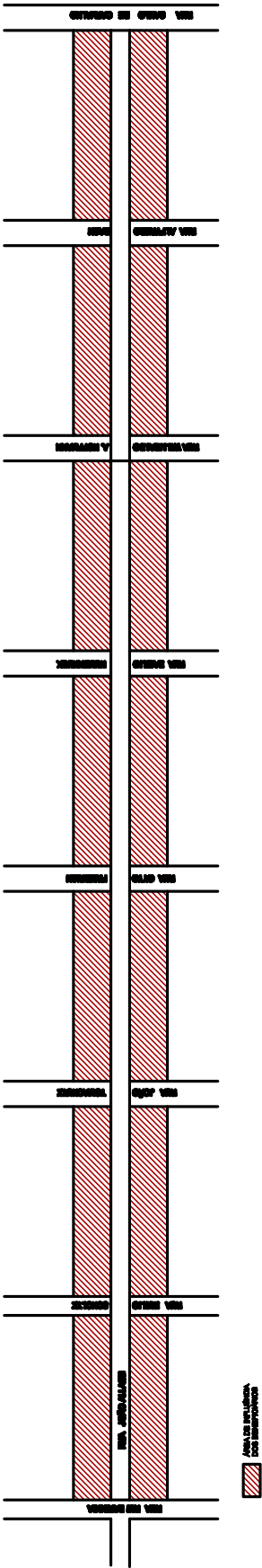
Diogo Carlos Seidel
Administrador

Fernando Tokarski
Fotógrafo

Dorval Padilha Junior
Assistente Téc em Topografia

Felipe Pflanzner
Auxiliar Administrativo

ANEXO I
CRONOGRAMA DE OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DA
AVENIDA DE APOLO
INTERMIO 1000
INTERMIO 2000
INTERMIO 3000
INTERMIO 4000



Edital de Notificação Nº 09/2014 - Contribuição de Melhoria**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA**
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 09/2014
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, **LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA** e o Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento **ARGOS JOSÉ BURGARDT**, no exercício de suas atribuições e, **CONSIDERANDO** o previsto na **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988** e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados: **CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);** **LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);** **LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);** **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan** **LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal);** **LEI MUNICIPAL nº 5.211/2013 (Institui e autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências)**

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº 5.211, de 12/11/2013, localizados na **Rua Lázaro Bastos**, no trecho entre a Rua Emilio Scholtz e a Rua Almeida Cardoso, localizada no Centro, com extensão de 282,70 metros lineares, neste município de Canoinhas que, nesta data **TORNA PÚBLICO** que o Poder Público Municipal, a partir da publicação deste **EDITAL**, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e demais obras complementares.

1. DADOS FISCAIS E FINANCEIROS DA OBRA

1.1 ORÇAMENTO/CUSTO ESTIMADO DA OBRA: O custo total/orçamento estimado para a consecução da obra pública de que trata este Edital com previsão na Lei Municipal nº 5.211, de 12/11/2013, corresponde ao quantum de **R\$ 274.293,82 (duzentos e setenta e quatro mil, duzentos e noventa e três reais e oitenta e dois centavos)** conforme ANEXO I, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.2. FONTE DE RECURSO: Para execução desta obra pública o Poder Executivo contará com valores obtidos através do Governo do Estado de Santa Catarina por meio do FUNDAM – Fundo de Apoio dos Municípios e mediante aplicação de recursos próprios do Município de Canoinhas.

1.3. PARCELA DE CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA: Limite global da despesa realizada com a obra, mediante apuração do custo real aplicado após a finalização do serviço, ocasião em que serão promovidos os atos necessários à publicação de Edital constando os dados e informações necessárias ao lançamento fiscal, prazo e forma para eventuais impugnações, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.211/2013.

1.4. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA: A zona de influência do benefício direto da obra é aquela correspondente à extensão da **Rua Lázaro Bastos**, no trecho entre a Rua Emilio Scholtz e a Rua Almeida Cardoso, localizada no Centro, com extensão de 282,70 metros lineares, neste município de Canoinhas, nela compreendendo a relação de todos os imóveis descritos individualmente no ANEXO II, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.5. FATOR DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA (art.4º e seus §§, da Lei Municipal nº 5.211/2013):

1.5.1. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita no presente Edital, em função dos fatores individuais,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

sendo que para a apuração do valor individual do tributo será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto na Lei Municipal nº 5.211/2013, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº 8/2005 (Código Tributário Municipal).

1.5.2. A apuração far-se-á levando em conta:

I – a situação do terreno na zona de influência;

II – sua testada e área;

III – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

1.5.3. A Contribuição de Melhoria de que trata este Edital terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

1.5.4. Estão incluídos nos orçamentos de custo da obra todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

1.5.5. Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria de que trata este Edital, conforme previsão na Lei Municipal nº 5.211/2013, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

1.5.6. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005), sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema, o que será analisado pela Autoridade Administrativa, de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido em lei e mediante requerimento administrativo para os demais casos.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DA OBRA:

2.1. DO OBJETO:

2.1.1. Execução dos serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, obras arte corrente, sinalização viária e obras complementares da **Rua Lázaro Bastos**, no trecho entre a Rua Emilio Scholtz e a Rua Almeida Cardoso, localizada no Centro, com extensão de 282,70 metros lineares, neste município de Canoinhas.

2.1.2. Os trabalhos serão executados conforme os projetos previamente aprovados e serão realizados conforme especificações constantes das Normas Técnicas do DEINFRA e do DNIT. Todos os detalhes e dimensões serão executados conforme projeto, que se encontra à disposição dos interessados junto à Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Canoinhas.

2.1.3. Serão rigorosamente observados os procedimentos técnicos e equipamentos exigidos pelas normas técnicas da ABNT, Normas Complementares do DEINFRA e DNIT, sob fiscalização da Prefeitura do Município de Canoinhas.

2.2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA PÚBLICA DEFINIDA NA LEI MUNICIPAL nº 5.211/2013:

a) Terraplenagem

Este serviço compreende cortes e aterros executados de acordo com a especificação do DNIT, além de regularização e compactação do sub-leito da superfície a pavimentar.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

b) Pavimentação Asfáltica

Este serviço compreende a execução da sub-base com rachão/macadame seco e na base com brita graduada compreendendo o fornecimento, espalhamento, estabilização e acabamento de solos e agregados naturais, com espessuras definidas em projeto. Após será aplicado uma película de pintura de ligação e imprimação com material asfáltico líquido sobre a base. E por fim será aplicado o CAUQ (concreto asfáltico usinado a quente) com espessura dimensionada em Projeto.

c) Drenagem Pluvial e Obras de Arte Correntes

Este serviço compreende a drenagem de águas pluviais, aí incluída a colocação de tubos de concreto e execução de caixas coletoras de alvenaria em blocos de concreto.

d) Sinalização Viária

Os serviços de sinalização viária serão executados de acordo com o Projeto, o qual obedece as Especificações e Normas do "Manual de Sinalização Rodoviária" - DNIT, sendo empregadas as formas de sinalização horizontal e vertical, que compreendem a pintura de faixas, colocação de placas e execução de lombadas.

e) Obras Complementares

Compreendem os serviços de colocação de meio-fio de concreto, regularização, compactação de aterro e execução de passeio em concreto e limpeza geral.

3. DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO (art. 3º e seus §§, da Lei Municipal nº 5.211/2013).

3.1.1. A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no presente Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto ao Departamento de Leis e Decretos da Prefeitura de Canoinhas, dirigido ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, observando-se as seguintes disposições:

3.1.2. O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos neste Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

3.1.3. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração, Finanças e Orçamento o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será realizada por um dos seguintes meios:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III – Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

3.1.4. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, no que couber e lhe forem aplicáveis as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Decreto-lei nº. 195/1967.

3.1.5. Para os fins da aplicação deste Edital e da Lei 5.211/2013, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro efetivo da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada em estrita observância à Legislação indicada neste Edital.

3.1.6. Os prazos fixados neste Edital, em consonância ao previsto na Lei Municipal nº 5.211/2013 c/c Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento, sendo que os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

3.1.7. Os anexos a que se refere o presente Edital (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos para viabilização da obra pública, os quais se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 24 de março de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

FUNDAÇÃO DE APOIO AOS MUNICÍPIOS				PLANILHA DE ORÇAMENTO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA				PLANILHA A 1
MUNICÍPIO: CANOINHAS								
PROJETO:		PAVIMENTAÇÃO DE ASFALTO					FOLHA Nº 1	
							DATA : 01/10/2013	
LOCALIZAÇÃO: RUA LÁZARO BASTOS - 282,70 m								
Data de referência dos custos: SINAPI - Dezembro 2013 / SICRO - Novembro 2013								
ITEM	CÓDIGO (SINAPI / SICRO)	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	BDI (%)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO DO SERVIÇO
1		OBRAS PRELIMINARES						R\$ 1.100,38
1.1	74209/001	Placa De Obra Em Chapa De Aco Galvanizado	m2	2,50	360,78	22,00%	R\$ 440,15	R\$ 1.100,38
2		TERRAPLENAGEM						R\$ 8.510,43
2.1	72829	Escavacao, Carga E Transporte De Material De 1ª Categoria, Servico Revestimento Primario, Com Escavadeira Hidraulica E Caminhao Basculante 6 M3, Dmt 800 Ate 1.000 M	m3	1.311,68	4,45	22,00%	R\$ 5,43	R\$ 7.122,42
2.2	2 S 01 100 14	Esc. Carga Tr. Mat 1ª C. Dmt 1000 A 1200M C/Carreg	m3	106,55	7,25	22,00%	R\$ 8,85	R\$ 942,97
2.3	41722	Compactacao Mecanica A 100% Do Proctor Normal - Pavimentacao Urbana	m3	81,96	4,45	22,00%	R\$ 5,43	R\$ 445,04
3		PAVIMENTAÇÃO						R\$ 207.132,40
3.1	72961	Regularização E Compactação De Subleito Ate 20 Cm De Espessura	m2	3.496,40	1,34	22,00%	R\$ 1,63	R\$ 5.699,13
3.2	2 S 02 231 50	Base De Macadame Seco	m3	584,78	86,33	22,00%	R\$ 105,32	R\$ 61.589,03
3.3	2 S 02 230 50	Base De Brita Graduada Bc	m3	426,97	95,64	22,00%	R\$ 116,68	R\$ 49.818,86
3.4	72945	Imprimacao De Base De Pavimentacao Com Emulsao Cm-30	m2	3.213,70	2,99	22,00%	R\$ 3,65	R\$ 11.730,01
3.5	72943	Pintura De Ligacao Com Emulsao Rr-2C	m2	3.213,70	1,14	22,00%	R\$ 1,39	R\$ 4.467,04
3.6	72965	Fabricação E Aplicação De Concreto Betuminoso Usinado A Quente(Cbuq),Cap 50/70, com Transporte	t	321,37	188,30	22,00%	R\$ 229,73	R\$ 73.828,33

5		SINALIZAÇÃO								R\$ 5.643,62
5.1	72947	Sinalização Horizontal Com Tinta Retrorefletiva A Base De Resina Acrilica Com Microesferas De Vidro (Cor Branca)	m2	119,69	17,37	22,00%			R\$ 21,19	R\$ 2.536,23
5.2	72947	Sinalização Horizontal Com Tinta Retrorefletiva A Base De Resina Acrilica Com Microesferas De Vidro (Cor Amarela)	m2	40,28	17,37	22,00%			R\$ 21,19	R\$ 853,53
5.3	4 S 06 202 11	Confeção Placa Sinalização Tot Refletiva	m2	2,50	279,36	22,00%			R\$ 340,82	R\$ 852,05
5.4	21022	Tubo Aco Preto C/ Costura din 2440/NBR 5580	m	15,00	23,83	22,00%			R\$ 29,07	R\$ 436,05
5.5	CUSTO EM ANEXO	Placa Esmaltada Para Identificação De Rua 30X60 Cm, Conforme O Projeto	Un	4,00	197,90	22,00%			R\$ 241,44	R\$ 965,76
VALOR TOTAL R\$										R\$ 279.764,06

DATA: 01/10/2013	NOME: RAMON M. KNABBen	ASSINATURA:
	Nº CREA / CAU: 095870-8	

Observações:

- 1 - A verificação e aprovação dos orçamentos, a cargo do BRDE, serão efetuadas observando-se os valores nos aspectos quantitativos e de custos, mediante comparativo com as composições dos custos unitários previstos no Sistema Nacional de Pesquisa e Custos (SINAPI) e, no caso de obras e serviços rodoviários, na tabela do Sistema de Custos Rodoviários (SICRO). Dessa forma sugere-se a composição da planilha orçamentária utilizando-se os referidos parâmetros, citando o código do item correspondente no campo destinado na planilha.
- 2 - Para os itens que não se encontram nas tabelas de referências citadas ou em caso de itens não convencionais, deverá ser apresentada a composição do custo unitário em documento separado como forma de facilitar tanto a elaboração quanto a análise do orçamento.
- 3 - A parcela de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) não poderá ser superior ao divulgado pelo Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA).

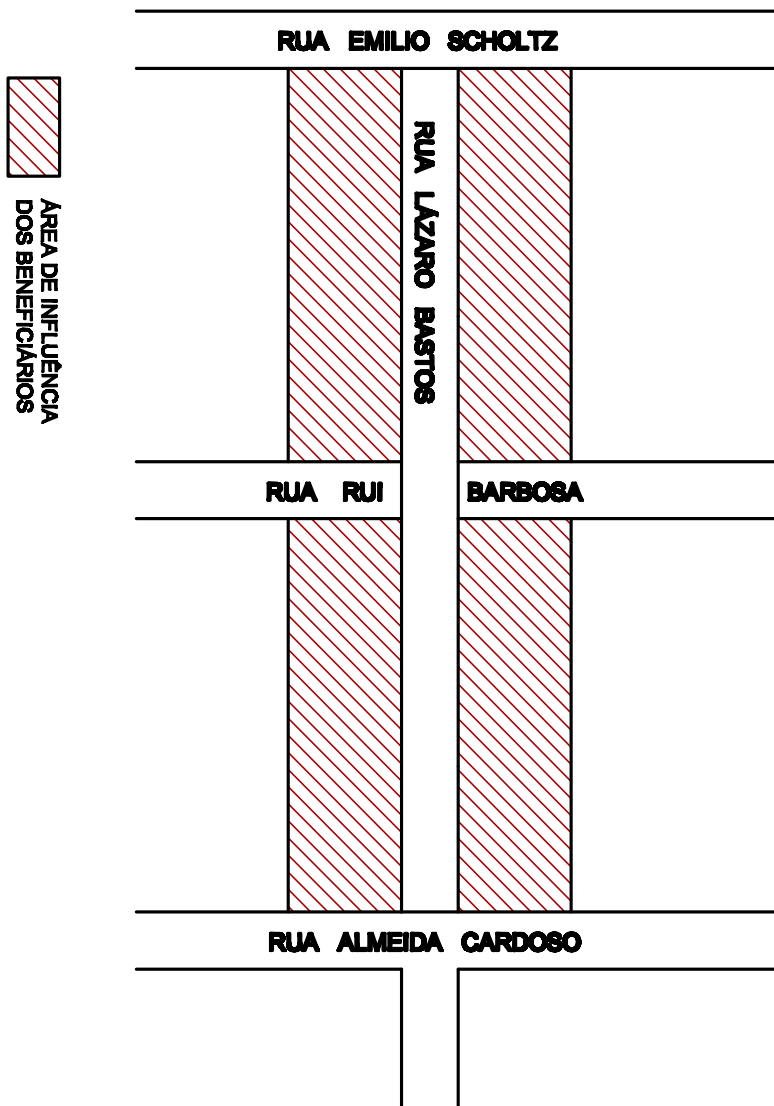
ANEXO II PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS COMISSÃO DE AVALIAÇÃO AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA														
OBRA/SERVIÇO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL LOCAL: RUA Lázaro Bastos - Lei Municipal nº5. 211 de 12/11/2013 EXTENSÃO: 282,70 metros VALOR TOTAL: R\$ 274.293,82														
ANEXO II														
Nome do Contribuinte	Nome da Rua	Margem da Rua	Inscrição Imobiliária	Descrição do Terreno	Área Total (m²)	Valor Inicial (m³)	Área construída (m³)	Valor de Mercado por m² (R\$)				Valor Final (m²)	Valor Total da Área (R\$)	
								Esquina (+)	Comércio (+)	Topografia (-)	Profundidade (-)			
Techo entre a Rua Almeida Cardoso e a Rua Emílio Scholtz														
Fernando Afonso de Lima	Lázaro Bastos	Esquerda	01.01.015.0142	25,00	369,42	300,00	179,48	44.793,52	30,00	0,00	0,00	121.908,60	166.702,12	0,00
Gilberto dos Passos	Lázaro Bastos	Esquerda	01.01.015.0102	17,00	246,58	300,00	130,78	24.660,78	0,00	0,00	0,00	73.974,00	98.634,78	0,00
Donato de Mello	Lázaro Bastos	Esquerda	01.01.015.0085	22,00	1233,80	300,00	350,86	158.451,85	0,00	0,00	0,00	370.140,00	528.991,85	0,00
Adilson Machado	Lázaro Bastos	Esquerda	01.01.015.0062	22,00	1195,56	300,00	278,09	117.656,31	0,00	0,00	0,00	358.668,00	476.324,31	0,00
Sandra Machado Zanotto e Elect	Lázaro Bastos	Esquerda	01.01.015.0040	38,00	764,21	300,00	414,17	173.261,14	30,00	0,00	0,00	252.189,30	425.450,44	0,00
Grupo Escolar J J S Cabral	Lázaro Bastos	Esquerda	01.01.014.0422	126,00	8785,46	300,00	2.999,68	653.576,20	30,00	0,00	0,00	2.899.201,80	3.552.778,00	0,00
Antonioh Ineier														
Cristiane Davet Cavalet	Lázaro Bastos	Direita	01.01.049.0280	27,00	460,45	300,00	243,56	90.696,89	30,00	0,00	0,00	151.948,50	242.645,39	0,00
Luis Cesar Fuck	Lázaro Bastos	Direita	01.01.049.0289	13,00	449,20	300,00	151,21	46.181,97	0,00	0,00	0,00	134.760,00	179.941,97	0,00
A Scultetus Engenharia Civil Ltda	Lázaro Bastos	Direita	01.01.049.0306	16,00	835,54	300,00	362,68	136.491,57	0,00	0,00	0,00	250.650,00	387.141,57	0,00
Jorge Luiz Gaerner	Lázaro Bastos	Direita	01.01.049.0323	18,00	754,32	300,00	292,67	88.590,24	0,00	0,00	0,00	226.296,00	314.796,24	0,00
Jose de Oliveira Braz	Lázaro Bastos	Direita	01.01.049.0391	35,40	627,30	300,00	203,11	21.685,18	30,00	0,00	0,00	207.089,00	228.694,18	0,00
Rodrigue Kuchler Souza	Lázaro Bastos	Direita	01.01.050.0249	19,00	374,80	300,00	113,51	22.270,14	30,00	0,00	0,00	123.684,00	145.954,14	0,00
Jaqueline Sohn Kuni	Lázaro Bastos	Direita	01.01.050.0259	10,00	214,67	300,00	106,88	24.303,39	0,00	0,00	0,00	64.401,00	88.704,39	0,00
Nestor Correa de Oliveira	Lázaro Bastos	Direita	01.01.050.0274	15,00	525,00	300,00	196,30	68.432,37	0,00	0,00	0,00	157.500,00	225.932,37	0,00
Sabrina Paul Carraro e Anderso	Lázaro Bastos	Direita	01.01.050.0289	15,00	503,75	300,00	117,00	26.929,02	0,00	0,00	0,00	151.125,00	178.054,02	0,00
Udo Kuhl	Lázaro Bastos	Direita	01.01.050.0304	15,00	480,50	300,00	145,20	47.742,29	0,00	0,00	0,00	141.150,00	191.892,29	0,00
Eduardo Pedro Fabris	Lázaro Bastos	Direita	01.01.050.0319	15,00	471,82	300,00	107,06	2.968,82	0,00	0,00	0,00	141.546,00	144.512,82	0,00
	Lázaro Bastos	Direita	01.01.050.0334	15,00	469,90	300,00	166,38	30.912,38	0,00	0,00	0,00	140.970,00	171.882,38	0,00
	Lázaro Bastos	Direita	01.01.050.0381	23,00	586,02	300,00	174,34	39.597,94	30,00	0,00	0,00	203.767,20	243.365,14	0,00

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor a presente avaliação.

Canoinhas SC, 20 de março de 2014.

Comissão de Avaliação:

Jorge Luiz Borba Supervisor I	Bruna Giesang Auditora Fiscal	Fernando Tokarski Fotógrafo
Simone Merry Adur Agente Administrativo	Vanessa Langer Contadora	Dorval Padilha Junior Assistente T.E. em Topografia
Edson Luiz Budant Fiscal de Tributos	José Marcos Carvalho Agente Administrativo	Felipe Pflanzner Auxiliar Administrativo
	Diogo Carlos Seidel Administrador	

ANEXO I**OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL****EXTENSÃO: 282,71m****LOCAL: RUA LAZARO BASTOS****BAIRRO: CENTRO****MUNICÍPIO: CANOINHAS/SC**

**ÁREA DE INFLUÊNCIA
DOS BENEFICIÁRIOS**

Edital de Notificação Nº 10/2014 - Contribuição de Melhoria**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA**
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 10/2014
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, **LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA** e o Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento **ARGOS JOSÉ BURGARDT**, no exercício de suas atribuições e, **CONSIDERANDO** o previsto na **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988** e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados: **CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);** **LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);** **LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);** **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan** **LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal);** **LEI MUNICIPAL nº 5.211/2013 (Institui e autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências)**

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº 5.211, de 12/11/2013, localizados na **Rua Rolando Lourenço Malucelli**, no trecho entre a Rua Rui Barbosa e a Rua Emilio Scholtz, localizada no Bairro Sossego, com extensão de 158,43 metros lineares, neste município de Canoinhas que, nesta data **TORNA PÚBLICO** que o Poder Público Municipal, a partir da publicação deste **EDITAL**, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e demais obras complementares.

1. DADOS FISCAIS E FINANCEIROS DA OBRA

1.1 ORÇAMENTO/CUSTO ESTIMADO DA OBRA: O custo total/orçamento estimado para a consecução da obra pública de que trata este Edital com previsão na Lei Municipal nº 5.211, de 12/11/2013, corresponde ao quantum de **R\$ 141.125,41 (cento e quarenta e um mil, cento e vinte e cinco reais e quarenta e um centavos)** conforme ANEXO I, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.2. FONTE DE RECURSO: Para execução desta obra pública o Poder Executivo contará com valores obtidos através do Governo do Estado de Santa Catarina por meio do FUNDAM – Fundo de Apoio dos Municípios e mediante aplicação de recursos próprios do Município de Canoinhas.

1.3. PARCELA DE CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA: Limite global da despesa realizada com a obra, mediante apuração do custo real aplicado após a finalização do serviço, ocasião em que serão promovidos os atos necessários à publicação de Edital constando os dados e informações necessárias ao lançamento fiscal, prazo e forma para eventuais impugnações, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.211/2013.

1.4. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA: A zona de influência do benefício direto da obra é aquela correspondente à extensão da **Rua Rolando Lourenço Malucelli**, no trecho entre a Rua Rui Barbosa e a Rua Emilio Scholtz, localizada no Bairro Sossego, com extensão de 158,43 metros lineares, neste município de Canoinhas, nela compreendendo a relação de todos os imóveis descritos individualmente no ANEXO II, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.5. FATOR DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA (art.4º e seus §§, da Lei Municipal nº 5.211/2013):

1.5.1. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita no presente Edital, em função dos fatores individuais,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

sendo que para a apuração do valor individual do tributo será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto na Lei Municipal nº 5.211/2013, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº 8/2005 (Código Tributário Municipal).

1.5.2. A apuração far-se-á levando em conta:

I – a situação do terreno na zona de influência;

II – sua testada e área;

III – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

1.5.3. A Contribuição de Melhoria de que trata este Edital terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

1.5.4. Estão incluídos nos orçamentos de custo da obra todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

1.5.5. Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria de que trata este Edital, conforme previsão na Lei Municipal nº 5.211/2013, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

1.5.6. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005), sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema, o que será analisado pela Autoridade Administrativa, de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido em lei e mediante requerimento administrativo para os demais casos.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DA OBRA:

2.1. DO OBJETO:

2.1.1. Execução dos serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, obras arte corrente, sinalização viária e obras complementares da **Rua Rolando Lourenço Malucelli**, no trecho entre a Rua Rui Barbosa e a Rua Emilio Scholtz, localizada no Bairro Sossego, com extensão de 158,43 metros lineares, neste município de Canoinhas.

2.1.2. Os trabalhos serão executados conforme os projetos previamente aprovados e serão realizados conforme especificações constantes das Normas Técnicas do DEINFRA e do DNIT. Todos os detalhes e dimensões serão executados conforme projeto, que se encontra à disposição dos interessados junto à Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Canoinhas.

2.1.3. Serão rigorosamente observados os procedimentos técnicos e equipamentos exigidos pelas normas técnicas da ABNT, Normas Complementares do DEINFRA e DNIT, sob fiscalização da Prefeitura do Município de Canoinhas.

2.2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA PÚBLICA DEFINIDA NA LEI MUNICIPAL nº 5.211/2013:

a) Terraplenagem

Este serviço compreende cortes e aterros executados de acordo com a especificação do DNIT, além de regularização e compactação do sub-leito da superfície a pavimentar.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

b) Pavimentação Asfáltica

Este serviço compreende a execução da sub-base com rachão/macadame seco e na base com brita graduada compreendendo o fornecimento, espalhamento, estabilização e acabamento de solos e agregados naturais, com espessuras definidas em projeto. Após será aplicado uma película de pintura de ligação e imprimação com material asfáltico líquido sobre a base. E por fim será aplicado o CAUQ (concreto asfáltico usinado a quente) com espessura dimensionada em Projeto.

c) Drenagem Pluvial e Obras de Arte Correntes

Este serviço compreende a drenagem de águas pluviais, aí incluída a colocação de tubos de concreto e execução de caixas coletoras de alvenaria em blocos de concreto.

d) Sinalização Viária

Os serviços de sinalização viária serão executados de acordo com o Projeto, o qual obedece as Especificações e Normas do "Manual de Sinalização Rodoviária" - DNIT, sendo empregadas as formas de sinalização horizontal e vertical, que compreendem a pintura de faixas, colocação de placas e execução de lombadas.

e) Obras Complementares

Compreendem os serviços de colocação de meio-fio de concreto, regularização, compactação de aterro e execução de passeio em concreto e limpeza geral.

3. DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO (art. 3º e seus §§, da Lei Municipal nº 5.211/2013).

3.1.1. A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no presente Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto ao Departamento de Leis e Decretos da Prefeitura de Canoinhas, dirigido ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, observando-se as seguintes disposições:

3.1.2. O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos neste Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

3.1.3. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração, Finanças e Orçamento o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será realizada por um dos seguintes meios:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III – Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

3.1.4. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, no que couber e lhe forem aplicáveis as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Decreto-lei nº. 195/1967.

3.1.5. Para os fins da aplicação deste Edital e da Lei 5.211/2013, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro efetivo da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada em estrita observância à Legislação indicada neste Edital.

3.1.6. Os prazos fixados neste Edital, em consonância ao previsto na Lei Municipal nº 5.211/2013 c/c Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento, sendo que os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.


3.1.7. Os anexos a que se refere o presente Edital (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos para viabilização da obra pública, os quais se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 24 de março de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

		PLANILHA DE ORÇAMENTO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA			PLANILHA A 1				
MUNICÍPIO: CANOINHAS									
PROJETO:		PAVIMENTAÇÃO DE ASFALTO			FOLHA Nº 1				
					DATA : 01/10/2013				
LOCALIZAÇÃO: RUA LOURENÇO ROLANDO MALUCELLI - Extensão 158,43m									
Data de referência dos custos: SINAPI - Dezembro 2013 / SICRO - Novembro 2013									
ITEM	CODIGO (SINAPI / SICRO)	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	BDI (%)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO DO SERVIÇO	
1		OBRAS PRELIMINARES						R\$ 1.100,38	
1.1	74209/001	Placa De Obra Em Chapa De Aço Galvanizado	m2	2,50	360,78	22,00%	R\$ 440,15	R\$ 1.100,38	
2		TERRAPLENAGEM						R\$ 8.790,93	
2.1	72829	Escavacao, Carga E Transporte De Material De 1A Categoria, Servico Revestimento Primário, Com Escavadeira Hidraulica E Caminhao Basculante 6 M3, Dmt 800 Ate 1.000 M	m3	710,88	4,45	22,00%	R\$ 5,43	R\$ 3.860,08	
2.2	5 S 02 907 00	Remoção Mecanizada Material De Baixa Capac.Suporte	m3	190,12	5,40	22,00%	R\$ 6,59	R\$ 1.252,89	
2.3	2 S 01 100 14	Esc. Carga Tr. Mat 1ª C. Dmt 1000 A 1200M C/Carreg	m3	280,35	7,25	22,00%	R\$ 8,85	R\$ 2.481,10	
2.4	41722	Compactacao Mecanica A 100% Do Proctor Normal - Pavimentacao Urbana	m3	215,65	4,55	22,00%	R\$ 5,55	R\$ 1.196,86	
3		PAVIMENTAÇÃO						R\$ 103.994,64	
3.1	72961	Regularização E Compactação De Subleito Ate 20 Cm De Espessura	m2	1.766,73	1,34	22,00%	R\$ 1,63	R\$ 2.879,77	
3.2	2 S 02 231 50	Base De Macadame Seco	m3	294,96	86,33	22,00%	R\$ 105,32	R\$ 31.065,19	
3.3	2 S 02 230 50	Base De Brita Graduada Bc	m3	214,23	95,64	22,00%	R\$ 116,68	R\$ 24.996,36	
3.4	72945	Imprimacao De Base De Pavimentacao Com Emulsao Cm-30	m2	1.608,30	2,99	22,00%	R\$ 3,65	R\$ 5.870,30	
3.5	72943	Pintura De Ligacao Com Emulsao Rt-2C	m2	1.608,30	1,14	22,00%	R\$ 1,39	R\$ 2.235,54	
3.6	72965	Fabricação E Aplicação De Concreto Betuminoso Usinado A Quente(Cbuq).Cap 50/70, com Transporte	t	160,83	188,30	22,00%	R\$ 229,73	R\$ 36.947,48	

5			SINALIZAÇÃO									R\$ 3.002,99
5.1	72947		Sinalização Horizontal Com Tinta Retrorefletiva A Base De Resina Acrilica Com Microesferas De Vidro (Cor Branca)	m2	58,56	17,37	22,00%			R\$ 21,19		R\$ 1.240,89
5.2	72947		Sinalização Horizontal Com Tinta Retrorefletiva A Base De Resina Acrilica Com Microesferas De Vidro (Cor Amarela)	m2	21,45	17,37	22,00%			R\$ 21,19		R\$ 454,53
5.3	4 S 06 202 11		Confeção Placa Sinalização Tot.Refletiva	m2	1,78	279,36	22,00%			R\$ 340,82		R\$ 606,66
5.4	21022		Tubo Aco Preto C/ Costura din 2440/NBR 5580 Classe Media DN 50mm	m2	7,50	23,83	22,00%			R\$ 29,07		R\$ 218,03
5.5	CUSTO EM ANEXO		Placa Esmaltada Para Identificação De Rua 30X60 Cm, Conforme O Projeto	Un	2,00	197,90	22,00%			R\$ 241,44		R\$ 482,88
VALOR TOTAL R\$												R\$ 148.123,11

DATA: 01/10/2013	NOME: RAMON M. KNABBen	ASSINATURA:
	Nº CREA / CAU: 095870-8	

Observações:

- 1 - A verificação e aprovação dos orçamentos, a cargo do BRDE, serão efetuadas observando-se os valores nos aspectos quantitativos e de custos, mediante comparativo com as composições dos custos unitários previstos no Sistema Nacional de Pesquisa e Custos (SINAPI) e, no caso de obras e serviços rodoviários, na tabela do Sistema de Custos Rodoviários (SICRO). Dessa forma sugere-se a composição da planilha orçamentário utilizando-se os referidos parâmetros, citando o código do item correspondente no campo destinado na planilha.
- 2 - Para os itens que não se encontram nas tabelas de referências citadas ou em caso de itens não convencionais, deverá ser apresentada a composição do custo unitário em documento separado como forma de facilitar tanto a elaboração quanto a análise do orçamento.
- 3 - A parcela de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) não poderá ser superior ao divulgado pelo Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA).

ANEXO II PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS													
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO													
AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA													
OBRAS/SERVIÇOS: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL													
LOCAL: Centro Municipal - Lei Municipal nº 5.211 de 12/11/2013													
EXTENSÃO: 158,43 metros													
VALOR TOTAL: R\$ 141.125,41													
ANEXO II													
Nome do Contribuinte	Nome da Rua	Margem da Rua	Inscrição Imobiliária	Descrição do Terreno	Área Total (m²)	Valor Inicial (m²)	Área construída (m²)	Valor Venal	Valor de Mercado por m² (R\$)				Valor Total da Área (R\$)
									Esquinas (+)	Comércio (+)	Topografia (-)	Profundidade (-)	
Techo entre a Rua Rui Barbosa e Rua Emílio Steitz													
Ivan Floresvaldo da Silva	Rolando L. Malucelli	Esquerda	01.01.051.0190	15,00	352,86	350,00	245,50	75.858,58	35,00	35,00	0,00	148.201,20	224.059,78
Mário Aurelio Steilen	Rolando L. Malucelli	Esquerda	01.01.051.0152	23,00	868,46	350,00	345,10	111.266,69	0,00	0,00	0,00	303.961,00	415.227,69
Elias Granemann	Rolando L. Malucelli	Esquerda	01.01.051.0128	17,00	646,86	350,00	63,75	14.672,86	0,00	0,00	0,00	276.401,00	241.073,86
Jocelio Correa	Rolando L. Malucelli	Esquerda	01.01.051.0111	15,00	565,61	350,00	227,52	74.809,42	0,00	0,00	0,00	197.963,50	272.772,92
Meleia Theodorovic Popadiuk	Rolando L. Malucelli	Esquerda	01.01.051.0092	16,00	694,23	350,00	87,12	9.618,37	0,00	0,00	0,00	211.480,50	223.086,87
Rafaela Korolova e Taniuni K Maie	Rolando L. Malucelli	Esquerda	01.01.051.0076	19,00	726,65	350,00	194,64	24.899,66	0,00	0,00	0,00	294.327,50	337.045,16
Shinro Rocha	Rolando L. Malucelli	Esquerda	01.01.051.0057	39,00	665,13	350,00	283,70	81.779,63	35,00	0,00	0,00	255.365,00	337.084,07
Kaneharu Kurawa	Rolando L. Malucelli	Direita	01.01.054.0511	28,00	1361,17	350,00	205,25	36.453,72	35,00	35,00	0,00	571.691,40	608.145,12
Sebastião Romeu Peres Cordeiro	Rolando L. Malucelli	Direita	01.01.054.0526	15,00	414,05	350,00	151,87	46.834,08	0,00	0,00	0,00	144.917,50	190.751,38
Michiele Canine Stadel	Rolando L. Malucelli	Direita	01.01.054.0571	46,00	1861,11	350,00	-	-	0,00	0,00	0,00	651.388,50	651.388,50
Edson Osalm Pereira	Rolando L. Malucelli	Direita	01.01.054.0586	15,00	624,85	350,00	-	-	0,00	0,00	0,00	218.697,50	218.697,50
Marina Julia Endler	Rolando L. Malucelli	Direita	01.01.054.0601	15,00	622,62	350,00	372,63	111.214,52	0,00	35,00	0,00	243.598,70	354.732,22
Roberto Luiz de Souza	Rolando L. Malucelli	Direita	01.01.054.0602	15,00	624,85	350,00	372,63	111.214,52	0,00	35,00	0,00	243.598,70	354.732,22
Adri Carlos Donda	Rolando L. Malucelli	Direita	01.01.054.0651	14,00	300,00	350,00	870,80	164.793,94	35,00	0,00	0,00	115.500,00	280.329,94

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor a presente avaliação.

Canoinhas SC, 20 de março de 2014.

Comissão de Avaliação:

Jorge Luiz Borba
Supervisor I

Simone Mery Adur
Agente Administrativo

Edison Luiz Budant
Fiscal de Tributos

Bruna Grisang
Auditora Fiscal

Vanessa Langer
Contadora

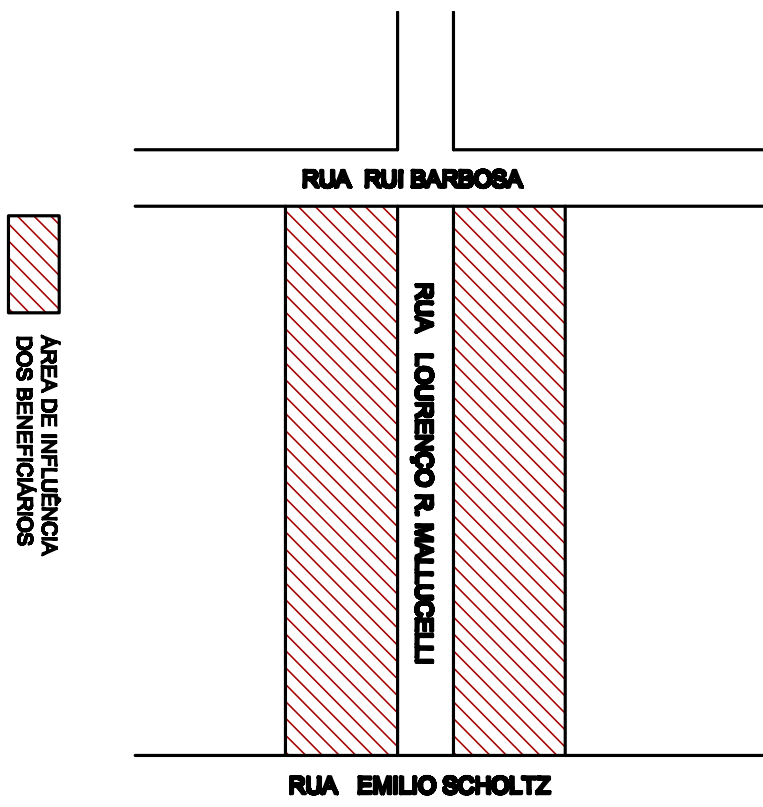
José Marcos Carvalho
Agente Administrativo

Diogo Carlos Seidel
Administrador

Fernando Tokarski
Fotógrafo

Dorval Padilha Junior
Assistente Tec em Topografia

Felipe Pflanzner
Auxiliar Administrativo

ANEXO I**OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM PLUVIAL****EXTENSÃO: 168,43m****LOCAL: RUA LOURENÇO ROLANDO MALLUCCELLI****BAIRRO: SOSSEGO****MUNICÍPIO: CANOINHAS/SC**

Edital de Notificação Nº 11/2014 - Contribuição de Melhoria**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA**
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 11/2014
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, **LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA** e o Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento **ARGOS JOSÉ BURGARDT**, no exercício de suas atribuições e, **CONSIDERANDO** o previsto na **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988** e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados: **CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);** **LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);** **LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);** **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan** **LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal);** **LEI MUNICIPAL nº 5.211/2013 (Institui e autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências)**

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº 5.211, de 12/11/2013, localizados na **Rua Otavio Tabalipa**, no trecho entre a Avenida Expedicionários e a Rua Carlos Wagner, localizada no Bairro Campo da Água Verde, com extensão de 380,00 metros lineares, neste município de Canoinhas que, nesta data **TORNA PÚBLICO** que o Poder Público Municipal, a partir da publicação deste **EDITAL**, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e demais obras complementares.

1. DADOS FISCAIS E FINANCEIROS DA OBRA

1.1 ORÇAMENTO/CUSTO ESTIMADO DA OBRA: O custo total/orçamento estimado para a consecução da obra pública de que trata este Edital com previsão na Lei Municipal nº 5.211, de 12/11/2013, corresponde ao quantum de **R\$ 517.781,01 (quinhentos e dezessete mil, setecentos e oitenta e um reais e um centavo)** conforme ANEXO I, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.2. FONTE DE RECURSO: Para execução desta obra pública o Poder Executivo contará com valores obtidos através do Governo do Estado de Santa Catarina por meio do FUNDAM – Fundo de Apoio dos Municípios e mediante aplicação de recursos próprios do Município de Canoinhas.

1.3. PARCELA DE CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA: Limite global da despesa realizada com a obra, mediante apuração do custo real aplicado após a finalização do serviço, ocasião em que serão promovidos os atos necessários à publicação de Edital constando os dados e informações necessárias ao lançamento fiscal, prazo e forma para eventuais impugnações, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.211/2013.

1.4. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA: A zona de influência do benefício direto da obra é aquela correspondente à extensão da **Rua Otavio Tabalipa**, no trecho entre a Avenida Expedicionários e a Rua Carlos Wagner, localizada no Bairro Campo da Água Verde, com extensão de 380,00 metros lineares, neste município de Canoinhas, nela compreendendo a relação de todos os imóveis descritos individualmente no ANEXO II, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.5. FATOR DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA (art.4º e seus §§, da Lei Municipal nº 5.211/2013):

1.5.1. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita no presente Edital, em função dos fatores individuais,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

sendo que para a apuração do valor individual do tributo será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto na Lei Municipal nº 5.211/2013, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº 8/2005 (Código Tributário Municipal).

1.5.2. A apuração far-se-á levando em conta:

I – a situação do terreno na zona de influência;

II – sua testada e área;

III – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

1.5.3. A Contribuição de Melhoria de que trata este Edital terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

1.5.4. Estão incluídos nos orçamentos de custo da obra todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

1.5.5. Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria de que trata este Edital, conforme previsão na Lei Municipal nº 5.211/2013, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

1.5.6. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005), sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema, o que será analisado pela Autoridade Administrativa, de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido em lei e mediante requerimento administrativo para os demais casos.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DA OBRA:

2.1. DO OBJETO:

2.1.1. Execução dos serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, obras arte corrente, sinalização viária e obras complementares da **Rua Otávio Tabalipa**, no trecho entre a Avenida Expedicionários e a Rua Carlos Wagner, localizada no Bairro Campo da Água Verde, com extensão de 380,00 metros lineares, neste município de Canoinhas.

2.1.2. Os trabalhos serão executados conforme os projetos previamente aprovados e serão realizados conforme especificações constantes das Normas Técnicas do DEINFRA e do DNIT. Todos os detalhes e dimensões serão executados conforme projeto, que se encontra à disposição dos interessados junto à Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Canoinhas.

2.1.3. Serão rigorosamente observados os procedimentos técnicos e equipamentos exigidos pelas normas técnicas da ABNT, Normas Complementares do DEINFRA e DNIT, sob fiscalização da Prefeitura do Município de Canoinhas.

2.2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA PÚBLICA DEFINIDA NA LEI MUNICIPAL nº 5.211/2013:

a) Terraplenagem

Este serviço compreende cortes e aterros executados de acordo com a especificação do DNIT, além de regularização e compactação do sub-leito da superfície a pavimentar.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

b) Pavimentação Asfáltica

Este serviço compreende a execução da sub-base com rachão/macadame seco e na base com brita graduada compreendendo o fornecimento, espalhamento, estabilização e acabamento de solos e agregados naturais, com espessuras definidas em projeto. Após será aplicado uma película de pintura de ligação e imprimação com material asfáltico líquido sobre a base. E por fim será aplicado o CAUQ (concreto asfáltico usinado a quente) com espessura dimensionada em Projeto.

c) Drenagem Pluvial e Obras de Arte Correntes

Este serviço compreende a drenagem de águas pluviais, aí incluída a colocação de tubos de concreto e execução de caixas coletoras de alvenaria em blocos de concreto.

d) Sinalização Viária

Os serviços de sinalização viária serão executados de acordo com o Projeto, o qual obedece as Especificações e Normas do "Manual de Sinalização Rodoviária" - DNIT, sendo empregadas as formas de sinalização horizontal e vertical, que compreendem a pintura de faixas, colocação de placas e execução de lombadas.

e) Obras Complementares

Compreendem os serviços de colocação de meio-fio de concreto, regularização, compactação de aterro e execução de passeio em concreto e limpeza geral.

3. DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO (art. 3º e seus §§, da Lei Municipal nº 5.211/2013).

3.1.1. A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no presente Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto ao Departamento de Leis e Decretos da Prefeitura de Canoinhas, dirigido ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, observando-se as seguintes disposições:

3.1.2. O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos neste Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

3.1.3. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração, Finanças e Orçamento o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será realizada por um dos seguintes meios:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III – Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

3.1.4. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, no que couber e lhe forem aplicáveis as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Decreto-lei nº. 195/1967.

3.1.5. Para os fins da aplicação deste Edital e da Lei 5.211/2013, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro efetivo da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada em estrita observância à Legislação indicada neste Edital.

3.1.6. Os prazos fixados neste Edital, em consonância ao previsto na Lei Municipal nº 5.211/2013 c/c Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento, sendo que os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

3.1.7. Os anexos a que se refere o presente Edital (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos para viabilização da obra pública, os quais se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 24 de março de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

FUNDAÇÃO DE APOIO AOS MUNICÍPIOS					PLANILHA DE ORÇAMENTO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA				PLANILHA A 1		
MUNICÍPIO: CANOINHAS										FOLHA Nº 1	
PAVIMENTAÇÃO DE ASFALTO										DATA: 01/10/2013	
LOCALIZAÇÃO: RUA OTAVIO TABALIPA - Extensão 380,00 m											
Data de referência dos custos: SINAPI - Dezembro 2013 / SICRO - Novembro 2013											
ITEM	CÓDIGO (SINAPI / SICRO)	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	BDI (%)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO DO SERVIÇO			
1		OBRAS PRELIMINARES						R\$ 1.100,38			
1.1	74209/001	Placa De Obra Em Chapa De Aco Galvanizado	m2	2,50	360,78	22,00%	R\$ 440,15	R\$ 1.100,38			
2		TERRAPLENAGEM						R\$ 59.110,59			
2.1	72829	Escavacao, Carga E Transporte De Material De 1A Categoria, Servico Revestimento Primario, Com Escavadeira Hidraulica E Caminhao Basculante 6 M3, Dmt 800 Ate 1.000 M	m3	475,03	4,45	22,00%	R\$ 5,43	R\$ 2.579,41			
2.2	5 S 02 907 00	Remocao Mecanizada Material De Baixa Capac.Suporte	m3	2.112,00	5,40	22,00%	R\$ 6,59	R\$ 13.918,08			
2.3	2 S 01 100 14	Esc. Carga Tr. Mat 1º C. Dmt 1000 A 1200M C/Carreg	m3	3.248,14	7,25	22,00%	R\$ 8,85	R\$ 28.746,04			
2.4	41722	Compactacao Mecanica A 100% Do Proctor Normal - Pavimentacao Urbana	m3	2.498,57	4,55	22,00%	R\$ 5,55	R\$ 13.867,06			
3		PAVIMENTAÇÃO						R\$ 289.222,71			
3.1	72961	Regularização E Compactação De Subleito Ate 20 Cm De Espessura	m2	4.872,00	1,34	22,00%	R\$ 1,63	R\$ 7.941,36			
3.2	2 S 02 231 50	Base De Macadame Seco	m3	815,32	86,33	22,00%	R\$ 105,32	R\$ 85.869,50			
3.3	2 S 02 230 50	Base De Brita Graduada Bc	m3	596,31	95,64	22,00%	R\$ 116,68	R\$ 69.577,45			
3.4	72945	Imprimacao De Base De Pavimentacao Com Emulsao Cm-30	m2	4.492,00	2,99	22,00%	R\$ 3,65	R\$ 16.395,80			
3.5	72943	Pintura De Ligacao Com Emulsao Rr-2C	m2	4.492,00	1,14	22,00%	R\$ 1,39	R\$ 6.243,88			
3.6	72965	Fabricação E Aplicação De Concreto Asfáltico Usinado A Quente(Cauç).Cap 50/70, com Transporte	t	449,20	188,30	22,00%	R\$ 229,73	R\$ 103.194,72			

ANEXO II PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA PATRIMÔNIO PÚBLICO													
ORÇ. SERVIÇO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL EXTENSÃO: 380,00 metros em 12/03/2013 nº 2411 de 12/11/2013													
VALOR TOTAL: R\$ 517.781,01													
ANEXO I													
Nome do Contribuinte	Nome da Rua	Margem da Rua	Inscrição Imobiliária	Medida de Testada (m)	Área Total (m²)	Valor Inicial (m²)	Área construída (m²)	Valor Venal	Valor de Mercado por m² (R\$)			Valor Final (m²)	Valor Total da Área (R\$)
									Esquina	Condomínio	Topografia		
Trecho entre a Avenida Esplanadouras e Rua Frederico Kohler													
Pedro Giovanni Leociriz	Olimpio Traballa	Esquerda	01.03.061.0264	36,50	637,62	150,00	253,45	80.198,77	15,00	15,00	0,00	114.771,60	194.930,37
Jefferson de Lacerda	Olimpio Traballa	Esquerda	01.03.061.0265	18,00	637,62	150,00	253,45	80.198,77	15,00	15,00	0,00	114.771,60	194.930,37
Devil de Fatima Lima	Olimpio Traballa	Esquerda	01.03.061.0190	19,00	647,51	150,00	253,45	80.198,77	15,00	15,00	0,00	114.771,60	194.930,37
Trecho entre a Rua Frederico Kohler e Rua Alfredo Paul													
Jair Gontarf	Olimpio Traballa	Direita	01.03.071.0305	36,70	725,21	150,00	402,92	95.509,00	15,00	15,00	0,00	130.537,50	162.487,10
Guilherme Sampaio	Olimpio Traballa	Direita	01.03.071.0325	19,00	714,55	150,00	94,00	9.235,66	0,00	0,00	0,00	107.182,50	116.418,16
Almeida Pereira	Olimpio Traballa	Direita	01.03.071.0338	20,00	727,73	150,00	94,00	41.967,47	15,00	15,00	0,00	136.386,00	178.353,47
Trecho entre a Rua Frederico Kohler e a Rua Alfredo Paul													
Carles R. Zaqueu e Rodens da Silva	Olimpio Traballa	Esquerda	01.03.060.0136	21,00	635,44	150,00	93,00	5.562,72	15,00	0,00	15,00	95.316,00	100.878,72
Pedro de Jesus Sampaio	Olimpio Traballa	Esquerda	01.03.060.0116	18,00	476,10	150,00	111,62	22.834,25	0,00	0,00	0,00	71.415,00	94.249,25
Antonio Aparecido Bueno	Olimpio Traballa	Esquerda	01.03.060.0299	14,00	656,87	150,00	115,50	11.889,85	0,00	0,00	0,00	98.385,00	110.375,35
João Benetto Solerinho	Olimpio Traballa	Esquerda	01.03.060.0265	16,00	131,36	150,00	138,18	17.498,89	0,00	0,00	0,00	202.704,00	220.132,89
João Benetto Solerinho	Olimpio Traballa	Esquerda	01.03.060.0266	16,00	131,36	150,00	138,18	17.498,89	0,00	0,00	0,00	202.704,00	220.132,89
Jefferson Pereira Chaves	Olimpio Traballa	Esquerda	01.03.060.0222	13,30	217,60	150,00	175,50	30.924,02	0,00	0,00	0,00	350.421,50	381.345,52
Frida Zach	Olimpio Traballa	Esquerda	01.03.060.0194	29,50	721,03	150,00	179,84	17.966,32	15,00	0,00	0,00	129.855,40	147.781,72
Ercilia Cristiane de Souza	Olimpio Traballa	Direita	01.03.072.0279	18,00	673,75	150,00	221,27	48.899,88	15,00	0,00	0,00	111.168,75	160.068,63
Genil da Silva	Olimpio Traballa	Direita	01.03.072.0299	20,00	629,50	150,00	103,71	9.099,15	0,00	0,00	0,00	124.525,00	133.484,15
Maria Endler de Souza	Olimpio Traballa	Direita	01.03.072.0318	20,00	1.157,01	150,00	149,56	25.720,25	0,00	0,00	0,00	178.836,00	184.556,25
Roberto Pires	Olimpio Traballa	Direita	01.03.072.0319	20,00	1.192,44	150,00	149,56	25.720,25	0,00	0,00	0,00	178.836,00	184.556,25
Francisco Massimilino	Olimpio Traballa	Direita	01.03.072.0338	20,00	853,10	150,00	149,56	25.720,25	0,00	0,00	0,00	178.836,00	184.556,25
Antonio Benetto Solerinho	Olimpio Traballa	Direita	01.03.072.0014	15,00	281,50	150,00	36,00	3.094,71	15,00	0,00	0,00	46.447,50	49.542,21
Adrião Alir da Silveira	Olimpio Traballa	Direita	01.03.072.0014	15,00	931,03	150,00	74,42	9.599,21	0,00	0,00	0,00	153.039,95	163.179,16
Paula Johanson Moises e outros	Olimpio Traballa	Direita	01.03.072.0486	31,00	530,24	150,00	87,61	9.790,67	15,00	0,00	0,00	87.556,01	97.346,67
Trecho entre a Rua Alfredo Paul e a Rua Carlos Wagner													
Sebastião Benito Furtado e Alina Lúcia de Almeida Furtado	Olimpio Traballa	Esquerda	01.03.059.0255.001	37,50	562,50	50,00	76,39	21.026,84	5,00	0,00	0,00	30.937,50	54.884,34
Caixa Econômica Federal	Olimpio Traballa	Esquerda	01.03.059.0255.002	37,50	562,50	50,00	76,39	21.026,84	5,00	0,00	0,00	30.937,50	54.884,34
Caixa Econômica Federal	Olimpio Traballa	Esquerda	01.03.059.0255.003	37,50	562,50	50,00	76,39	21.026,84	5,00	0,00	0,00	30.937,50	54.884,34
Adriano Gomes de Deus	Olimpio Traballa	Esquerda	01.03.059.0255.004	37,50	562,50	50,00	76,39	21.026,84	5,00	0,00	0,00	30.937,50	54.884,34
Brigadeiro Lúcio Nunes de Lima	Olimpio Traballa	Esquerda	01.03.059.0194	11,00	205,25	50,00	69,98	21.546,13	0,00	0,00	0,00	10.262,50	31.808,63
Jose. Kristeu de Lima e Ana Lucia Nunes de Lima	Olimpio Traballa	Esquerda	01.03.059.0193	11,00	186,00	50,00	-	-	0,00	0,00	0,00	9.300,00	9.300,00
Ana Lucia Nunes de Lima	Olimpio Traballa	Esquerda	01.03.059.0192	16,50	205,00	50,00	48,75	11.230,42	5,00	0,00	0,00	11.275,00	22.495,42
Celio Castano de Souza	Olimpio Traballa	Direita	01.03.072.0599	12,00	335,87	50,00	93,41	11.529,32	5,00	0,00	0,00	20.152,20	32.681,52
Haroldo Onegowski	Olimpio Traballa	Direita	01.03.101.0198	35,00	613,50	50,00	101,00	39.744,25	0,00	0,00	0,00	30.675,00	41.469,25
Antonio Benetto Solerinho	Olimpio Traballa	Direita	01.03.101.0213	15,00	450,00	50,00	141,40	31.386,46	0,00	0,00	0,00	24.750,00	29.484,25
Romelia Doredeck Bone	Olimpio Traballa	Direita	01.03.101.0230	15,00	450,00	50,00	141,40	31.386,46	0,00	0,00	0,00	24.750,00	29.484,25
Antonio Benetto Solerinho	Olimpio Traballa	Direita	01.03.101.0230	15,00	450,00	50,00	141,40	31.386,46	0,00	0,00	0,00	24.750,00	29.484,25

Por ser expressão da verdade, firmamos em duas vias de igual teor a presente avaliação.

Canoinhas SC, 20 de março de 2014.

Comissão de Avaliação:

Jorge Luiz Borba
Supervisor I

Bruna Gleisang
Auditor Fiscal

Fernando Tokarski
Fotógrafo

Simone Mary Adur
Agente Administrativo

Vanessa Langer
Contadora

Dorival Pridilha Junior
Assistente Téc em Topografia

Edson Luiz Budant
Fiscal de Tributos

José Marcos Carvalho
Agente Administrativo

Felipe Planzer
Auxiliar Administrativo

Diego Carlos Seidel
Administrador

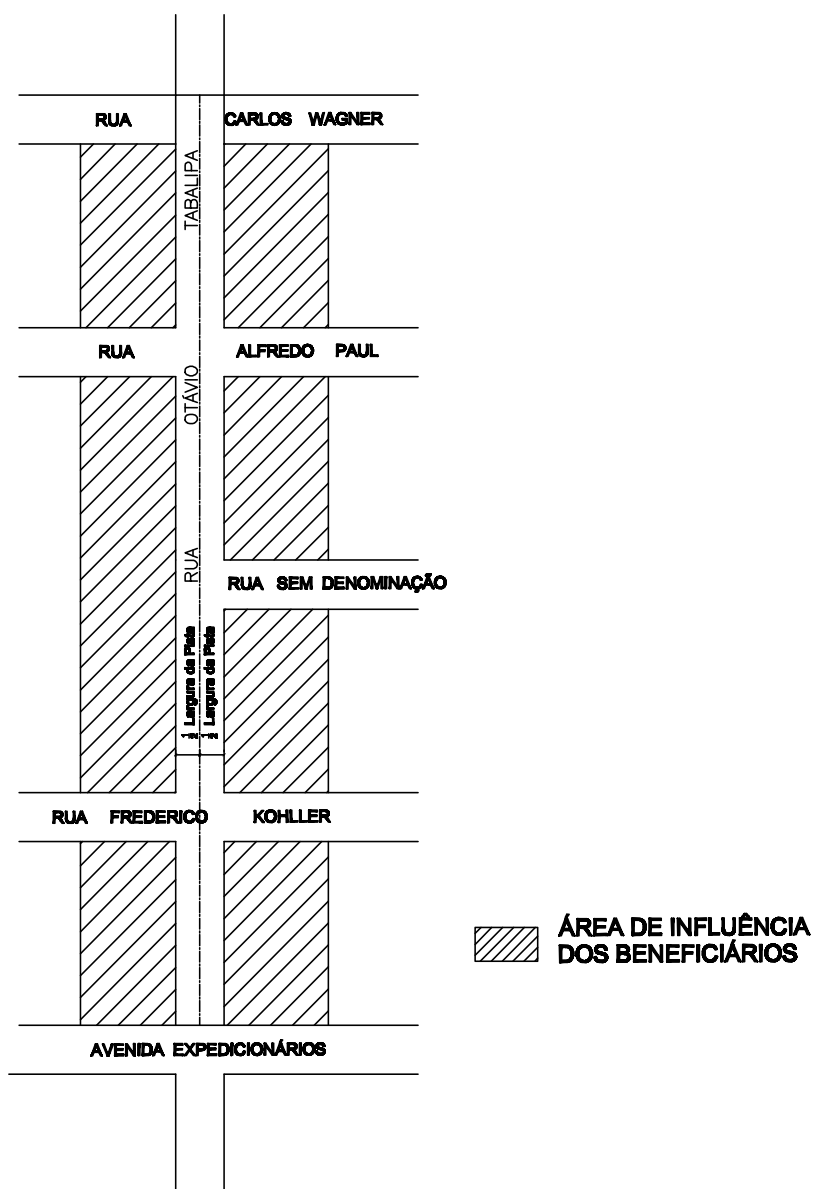
ANEXO I

OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL

EXTENSÃO: 380,00m

LOCAL: RUA OTÁVIO TABALIPA - BAIRRO CAMPO DA ÁGUA VERDE

MUNICÍPIO: CANOINHAS/SC



Edital de Notificação Nº 12/2014 - Contribuição de Melhoria**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA**
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 12/2014
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, **LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA** e o Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento **ARGOS JOSÉ BURGARDT**, no exercício de suas atribuições e, **CONSIDERANDO** o previsto na **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988** e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados: **CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966); LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade); LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal); LEI MUNICIPAL nº 5.211/2013 (Institui e autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências)**

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº 5.211, de 12/11/2013, localizados na **Rua Vergílio Trevisani**, no trecho entre a Rua Otto Friedrich e a Rua Bernardo Olsen, localizada no Bairro Jardim Esperança, com extensão de 428,45 metros lineares, neste município de Canoinhas que, nesta data **TORNA PÚBLICO** que o Poder Público Municipal, a partir da publicação deste **EDITAL**, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e demais obras complementares.

1. DADOS FISCAIS E FINANCEIROS DA OBRA

1.1 ORÇAMENTO/CUSTO ESTIMADO DA OBRA: O custo total/orçamento estimado para a consecução da obra pública de que trata este Edital com previsão na Lei Municipal nº 5.211, de 12/11/2013, corresponde ao quantum de **R\$ 418.276,03 (quatrocentos e dezoito mil, duzentos e setenta e seis reais e três centavos)** conforme ANEXO I, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.2. FONTE DE RECURSO: Para execução desta obra pública o Poder Executivo contará com valores obtidos através do Governo do Estado de Santa Catarina por meio do FUNDAM – Fundo de Apoio dos Municípios e mediante aplicação de recursos próprios do Município de Canoinhas.

1.3. PARCELA DE CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA: Limite global da despesa realizada com a obra, mediante apuração do custo real aplicado após a finalização do serviço, ocasião em que serão promovidos os atos necessários à publicação de Edital constando os dados e informações necessárias ao lançamento fiscal, prazo e forma para eventuais impugnações, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.211/2013.

1.4. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA: A zona de influência do benefício direto da obra é aquela correspondente à extensão da **Rua Vergílio Trevisani**, no trecho entre a Rua Otto Friedrich e a Rua Bernardo Olsen, localizada no Bairro Jardim Esperança, com extensão de 428,45 metros lineares, neste município de Canoinhas, nela compreendendo a relação de todos os imóveis descritos individualmente no ANEXO II, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.5. FATOR DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA (art.4º e seus §§, da Lei Municipal nº 5.211/2013):

1.5.1. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita no presente Edital, em função dos fatores individuais,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

sendo que para a apuração do valor individual do tributo será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto na Lei Municipal nº 5.211/2013, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº 8/2005 (Código Tributário Municipal).

1.5.2. A apuração far-se-á levando em conta:

I – a situação do terreno na zona de influência;

II – sua testada e área;

III – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

1.5.3. A Contribuição de Melhoria de que trata este Edital terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

1.5.4. Estão incluídos nos orçamentos de custo da obra todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

1.5.5. Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria de que trata este Edital, conforme previsão na Lei Municipal nº 5.211/2013, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

1.5.6. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005), sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema, o que será analisado pela Autoridade Administrativa, de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido em lei e mediante requerimento administrativo para os demais casos.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DA OBRA:

2.1. DO OBJETO:

2.1.1. Execução dos serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, obras arte corrente, sinalização viária e obras complementares da **Rua Vergílio Trevisani**, no trecho entre a Rua Otto Friedrich e a Rua Bernardo Olsen, localizada no Bairro Jardim Esperança, com extensão de 428,45 metros lineares, neste município de Canoinhas.

2.1.2. Os trabalhos serão executados conforme os projetos previamente aprovados e serão realizados conforme especificações constantes das Normas Técnicas do DEINFRA e do DNIT. Todos os detalhes e dimensões serão executados conforme projeto, que se encontra à disposição dos interessados junto à Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Canoinhas.

2.1.3. Serão rigorosamente observados os procedimentos técnicos e equipamentos exigidos pelas normas técnicas da ABNT, Normas Complementares do DEINFRA e DNIT, sob fiscalização da Prefeitura do Município de Canoinhas.

2.2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA PÚBLICA DEFINIDA NA LEI MUNICIPAL nº 5.211/2013:

a) Terraplenagem

Este serviço compreende cortes e aterros executados de acordo com a especificação do DNIT, além de regularização e compactação do sub-leito da superfície a pavimentar.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

b) Pavimentação Asfáltica

Este serviço compreende a execução da sub-base com rachão/macadame seco e na base com brita graduada compreendendo o fornecimento, espalhamento, estabilização e acabamento de solos e agregados naturais, com espessuras definidas em projeto. Após será aplicado uma película de pintura de ligação e imprimação com material asfáltico líquido sobre a base. E por fim será aplicado o CAUQ (concreto asfáltico usinado a quente) com espessura dimensionada em Projeto.

c) Drenagem Pluvial e Obras de Arte Correntes

Este serviço compreende a drenagem de águas pluviais, aí incluída a colocação de tubos de concreto e execução de caixas coletoras de alvenaria em blocos de concreto.

d) Sinalização Viária

Os serviços de sinalização viária serão executados de acordo com o Projeto, o qual obedece as Especificações e Normas do "Manual de Sinalização Rodoviária" - DNIT, sendo empregadas as formas de sinalização horizontal e vertical, que compreendem a pintura de faixas, colocação de placas e execução de lombadas.

e) Obras Complementares

Compreendem os serviços de colocação de meio-fio de concreto, regularização, compactação de aterro e execução de passeio em concreto e limpeza geral.

3. DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO (art. 3º e seus §§, da Lei Municipal nº 5.211/2013).

3.1.1. A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no presente Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto ao Departamento de Leis e Decretos da Prefeitura de Canoinhas, dirigido ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, observando-se as seguintes disposições:

3.1.2. O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos neste Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

3.1.3. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração, Finanças e Orçamento o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será realizada por um dos seguintes meios:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III – Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

3.1.4. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, no que couber e lhe forem aplicáveis as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Decreto-lei nº. 195/1967.

3.1.5. Para os fins da aplicação deste Edital e da Lei 5.211/2013, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro efetivo da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada em estrita observância à Legislação indicada neste Edital.

3.1.6. Os prazos fixados neste Edital, em consonância ao previsto na Lei Municipal nº 5.211/2013 c/c Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento, sendo que os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

3.1.7. Os anexos a que se refere o presente Edital (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos para viabilização da obra pública, os quais se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 24 de março de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

FUNDAÇÃO DE APOIO AOS MUNICÍPIOS				PLANILHA DE ORÇAMENTO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA				PLANILHA A 1	
MUNICÍPIO: CANOINHAS								FOLHA Nº 1	
PROJETO:		PAVIMENTAÇÃO DE ASFALTO						DATA : 01/10/2013	
LOCALIZAÇÃO:		RUA VERGÍLIO TREVISANI - Estensão 428,45m							
Data de referência dos custos: SINAPI - Dezembro 2013 / SICRO - Novembro 2013									
ITEM	CÓDIGO (SINAPI / SICRO)	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	BDI (%)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO DO SERVIÇO	
1		SERVIÇOS PRELIMINARES						R\$ 1.100,38	
1.1	74209/001	Placa De Obra Em Chapa De Aco Galvanizado	m2	2,50	360,78	22,00%	R\$ 440,15	R\$ 1.100,38	
2		TERRAPLENAGEM						R\$ 37.895,47	
2.1	72829	Escavacao, Carga E Transporte De Material De 1A Categoria, Servico Revestimento Primario, Com Escavadeira Hidraulica E Caminhao Basculante 6 M3, Dmt 800 Ate 1.000 M	m3	1.939,91	4,45	22,00%	R\$ 5,43	R\$ 10.533,71	
2.2	5 S 02 907 00	Capac.Suporte	m3	1.028,28	5,40	22,00%	R\$ 6,59	R\$ 6.776,37	
2.3	2 S 01 100 14	Esc. Carga Tr. Mat 1ª C. Dmt 1000 A 1200M C/Carreg	m3	1.569,10	7,25	22,00%	R\$ 8,85	R\$ 13.886,54	
2.4	41722	Compactacao Mecanica A 100% Do Proctor Normal - Pavimentacao Urbana	m3	1.207,00	4,55	22,00%	R\$ 5,55	R\$ 6.698,85	
3		PAVIMENTAÇÃO						R\$ 289.236,80	
3.1	72961	Regularização E Compactação De Subleito Ate 20 Cm De Espessura	m2	4.905,40	1,34	22,00%	R\$ 1,63	R\$ 7.995,80	
3.2	2 S 02 231 50	Base De Macadame Seco	m3	819,35	86,33	22,00%	R\$ 105,32	R\$ 86.293,94	
3.3	2 S 02 230 50	Base De Brita Graduada Bc	m3	595,93	95,64	22,00%	R\$ 116,68	R\$ 69.533,11	
3.4	72945	Imprimacao De Base De Pavimentacao Com Emulsao Cm-30	m2	4.476,95	2,99	22,00%	R\$ 3,65	R\$ 16.340,87	
3.5	72943	Pintura De Ligacao Com Emulsao Rr-2C	m2	4.476,95	1,14	22,00%	R\$ 1,39	R\$ 6.222,96	
3.6	72965	Fabricação E Aplicação De Concreto Asfáltico Usinado A Quente(Caug),Cap 50/70, com Transporte	t	447,70	188,30	22,00%	R\$ 229,73	R\$ 102.850,12	

4			DRENAGEM								R\$ 65.535,25
4.1	3061		Escavacao Mec Vaia N Escor Mat 1A Cat C/Retroescav Ate 1,50M Excl Esgotamento	m3	240,75	5,43	22,00%		R\$ 6,62		R\$ 1.593,77
4.2	1 A 00 002 91		Transporte Comercial C/ Basc. 10M3 Rod. Pav. DMT-4,00km densid.1,60	tkm	1.540,80	0,34	22,00%		R\$ 0,41		R\$ 631,73
4.3	73964/005		Reaterro De Vaia/Cava Sem Controle De Compactação, Utilizando Retro-Escavadeira E Compactador Vibratorio Com Material Bota fora	m3	140,81	6,91	22,00%		R\$ 8,43		R\$ 1.187,03
4.4			Escavacao, Carga E Transporte De Material De 1A Categoria, Servico Revestimento Primario, Com Escavadeira Hidraulica E Caminhao Basculante 6 M3, Dmt 800 Ate 1.000 M	m3	140,81	4,45	22,00%		R\$ 5,43		R\$ 764,60
4.5	74206/001		Caixa Coletora, 1,04X1,04X1,50M, Com Fundo E Tampa De Concreto E Paredes Em Alvenaria	un	23,00	940,50	22,00%		R\$ 1.147,41		R\$ 26.390,43
4.6	83450		Caixa De Passagem 80X80X62 Fundo Brita Com Tampa	un	4,00	318,36	22,00%		R\$ 388,40		R\$ 1.553,60
4.7			Assentamento De Tubos De Concreto Diametro = 300Mm, Simples Ou Armado, Destocamento E Limpeza Do Terreno, Utilizando Trator De Esteiras, (Encarregado Incluso)	m	8,00	10,36	22,00%		R\$ 12,64		R\$ 101,12
4.8	73730		Assentamento De Tubos De Concreto Diametro = 400Mm, Simples Ou Armado, Junta Em Argamassa 1:3 Cimento:Areia	m	173,00	14,74	22,00%		R\$ 17,98		R\$ 3.110,54
4.9	73724		Tubo Concreto Simples Classe Ps1, Pb Nbr-8890	m	8,00	18,57	22,00%		R\$ 22,66		R\$ 181,28
4.10	7796		Dn 300Mm P/Aguas Pluviais	m	173,00	23,70	22,00%		R\$ 28,91		R\$ 5.001,43
4.11	7781		Tubo Concreto Simples Classe -Ps1 Pb Nbr-8890	m	811,90	23,48	22,00%		R\$ 28,65		R\$ 23.260,94
4.12	72967		Meio-Fio De Concreto Pre-Moldado 12 X 30 Cm, Sobre Base De Concreto Simples E Rejuntado Com Argamassa Traco 1:3 (Cimento E Areia)	m	325,70	4,43	22,00%		R\$ 5,40		R\$ 1.758,78
	79488		Reaterro Manual Com Apiloamento Mecanico	m3							

ANEXO II PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS COMISSÃO DE AVALIAÇÃO AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PLATA														
OBRA: SERVIÇO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL LOCAL: RUA Nereide Trevisan - 1ª Municipal nº 5.211 de 12/11/2013														
VALOR TOTAL: R\$ 418.276,03														
ANEXO I														
Nome do Contribuinte		Nome da Rua	Margem da Rua	Inscrição Imobiliária	Medida de Tercos (m)	Área Total (m²)	Valor Inicial (m²)	Área construída (m²)	Valor da Metragem por m² (R\$)			Valor Total da Área (R\$)		
									Equilíbrio (C)	Condição (C)	Topografia (C)	Valor Final (m²)		
Trecho entre a Rua Otto Friedrich e a Rua João Toméchitz														
Waldemar Antier		Vermejo Trevisan	Esquerda	01.02.101.0262	38,00	777,15	150,00	150,00	45.285,34	0,00	0,00	0,00	138.279,25	
		Vermejo Trevisan	Esquerda	01.02.101.0194	36,00	732,72	150,00	150,00	45.285,36	0,00	0,00	0,00	138.898,80	
João Gonçalves Kohler		Vermejo Trevisan	Direita	01.02.046.0039	37,00	858,30	150,00	150,00	37.745,81	15,00	0,00	0,00	145.494,00	
Alfonso Cavallotto Kohler		Vermejo Trevisan	Direita	01.02.046.0052	13,00	302,19	150,00	150,00	24.741,44	0,00	0,00	0,00	45.408,00	
		Vermejo Trevisan	Direita	01.02.046.0055	13,00	302,19	150,00	150,00	24.741,44	0,00	0,00	0,00	45.408,00	
Luiza Ador		Vermejo Trevisan	Direita	01.02.046.0100	15,00	315,07	150,00	150,00	41.027,31	15,00	0,00	0,00	91.089,75	
Trecho entre a Rua João Toméchitz e a Rua Emílio Scholtz														
Nelson Trevisan Filho		Vermejo Trevisan	Esquerda	01.02.051.0084	14,00	403,04	150,00	150,00	42.048,43	15,00	0,00	0,00	81.345,00	
		Vermejo Trevisan	Esquerda	01.02.051.0036	14,00	404,00	150,00	144,00	38.494,35	0,00	0,00	0,00	66.300,00	
Orestes Thais Neumann		Vermejo Trevisan	Esquerda	01.02.051.0013	14,00	405,48	150,00	153,25	43.849,32	0,00	0,00	0,00	107.746,25	
		Vermejo Trevisan	Esquerda	01.02.051.0014	14,00	405,48	150,00	153,25	43.849,32	0,00	0,00	0,00	107.746,25	
Miguel Vank		Vermejo Trevisan	Esquerda	01.02.051.0089	21,00	409,46	150,00	148,00	38.829,13	15,00	0,00	0,00	120.000,00	
		Vermejo Trevisan	Esquerda	01.02.051.0090	21,00	409,46	150,00	148,00	38.829,13	15,00	0,00	0,00	120.000,00	
Odilon Ferreira das Chagas		Vermejo Trevisan	Direita	01.02.052.0040	41,00	850,10	150,00	25,91	7.030,08	15,00	0,00	0,00	140.250,00	
Orestes Thais		Vermejo Trevisan	Direita	01.02.052.0103	30,00	659,04	150,00	219,72	7.030,08	15,00	0,00	0,00	158.235,39	
Trecho entre a Rua Emílio Scholtz e a Rua Rui Barbosa														
Francisco Griesle		Vermejo Trevisan	Esquerda	01.01.104.0240	31,00	1.270,00	200,00	642,00	27.493,38	20,00	0,00	0,00	279.400,00	
		Vermejo Trevisan	Esquerda	01.01.104.0259	20,00	817,00	200,00	107,00	17.071,46	0,00	0,00	0,00	163.400,00	
Ricardo Wessler		Vermejo Trevisan	Esquerda	01.01.104.0309	8,00	266,54	200,00	211,84	62.293,23	0,00	0,00	0,00	65.308,00	
		Vermejo Trevisan	Esquerda	01.01.104.0310	8,00	266,54	200,00	211,84	62.293,23	0,00	0,00	0,00	65.308,00	
Silvio Konek		Vermejo Trevisan	Esquerda	01.01.104.0279	21,00	851,36	200,00	136,56	42.101,38	0,00	0,00	0,00	170.772,00	
		Vermejo Trevisan	Esquerda	01.01.104.0280	20,00	850,00	200,00	154,00	33.388,62	0,00	0,00	0,00	160.000,00	
Renato Sebastião Antunes Gonçalves		Vermejo Trevisan	Esquerda	01.01.104.0259	20,00	850,00	200,00	154,00	33.388,62	0,00	0,00	0,00	160.000,00	
Nelson Trevisan Junior e Rogério M S		Vermejo Trevisan	Direita	01.01.101.0020	19,00	532,00	200,00	235,00	29,00	0,00	0,00	0,00	117.040,00	
Natalina Trevisan Junior		Vermejo Trevisan	Direita	01.01.101.0041	21,00	569,59	200,00	220,49	61.298,08	0,00	0,00	0,00	112.518,00	
		Vermejo Trevisan	Direita	01.01.101.0056	20,00	464,15	200,00	70,00	7.338,05	0,00	0,00	0,00	92.830,00	
Alfredo Heck da Souza Radick		Vermejo Trevisan	Direita	01.01.101.0138	20,00	319,44	200,00	509,93	10.834,87	0,00	0,00	0,00	568.653,20	
		Vermejo Trevisan	Direita	01.01.101.0096	15,00	405,17	200,00	145,96	29.729,72	0,00	0,00	0,00	81.034,00	
Hélio Michel		Vermejo Trevisan	Direita	01.01.101.0138	20,00	319,44	200,00	509,93	10.834,87	0,00	0,00	0,00	568.653,20	
		Vermejo Trevisan	Direita	01.01.101.0096	15,00	405,17	200,00	145,96	29.729,72	0,00	0,00	0,00	81.034,00	
Sandro Stelahn		Vermejo Trevisan	Direita	01.01.101.0153	39,00	757,10	200,00	167,00	45.794,82	20,00	0,00	0,00	166.952,00	
Albino de Jesus Rincón		Vermejo Trevisan	Direita	01.01.101.0153	39,00	757,10	200,00	167,00	45.794,82	20,00	0,00	0,00	166.952,00	
Trecho entre a Rua Rui Barbosa e a Rua Bernardo Olsen														
Francisco Heider		Vermejo Trevisan	Esquerda	01.01.105.0225	30,00	510,00	200,00	124,70	41.001,82	20,00	0,00	0,00	112.000,00	
		Vermejo Trevisan	Esquerda	01.01.105.0177	37,00	800,00	200,00	207,41	41.001,84	20,00	0,00	0,00	176.000,00	
Uís Neil Borges Pinheiro		Vermejo Trevisan	Direita	01.01.102.0020	20,00	800,00	200,00	392,26	105.533,33	20,00	0,00	0,00	176.000,00	
Orestes Thais		Vermejo Trevisan	Direita	01.01.102.0055	15,00	370,00	200,00	145,88	45.597,65	20,00	0,00	0,00	81.400,00	
Orestes Thais		Vermejo Trevisan	Direita	01.01.102.0055	21,00	721,86	200,00	207,25	68.831,84	0,00	0,00	0,00	154.122,00	
		Vermejo Trevisan	Direita	01.01.102.0055	21,00	721,86	200,00	207,25	68.831,84	0,00	0,00	0,00	154.122,00	
Orestes Thais		Vermejo Trevisan	Direita	01.01.102.0055	19,00	370,00	200,00	141,60	45.597,65	20,00	0,00	0,00	81.400,00	
Sofia Pawlowskytch		Vermejo Trevisan	Esquerda	01.01.102.0092	19,00	370,00	200,00	141,60	45.597,65	20,00	0,00	0,00	81.400,00	

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor a presente avaliação.

Canoinhas, SC, 20 de março de 2014.

Comissão de Avaliação:

Jorge Luiz Borba
Supervisor 1

Simone Mary Ador
Agente Administrativo

Edson Luiz Budort
Fiscal de Tributos

Bruna Graiang
Auditora Fiscal

Vanessa Lange
Contadora

João Marcos Canaliho
Agente Administrativo

Fernando Tolanski
Topógrafo

Dorival Padilha Junior
Assistente de Topografia

Felipe Pfanner
Auditor Administrativo

ANEXO I

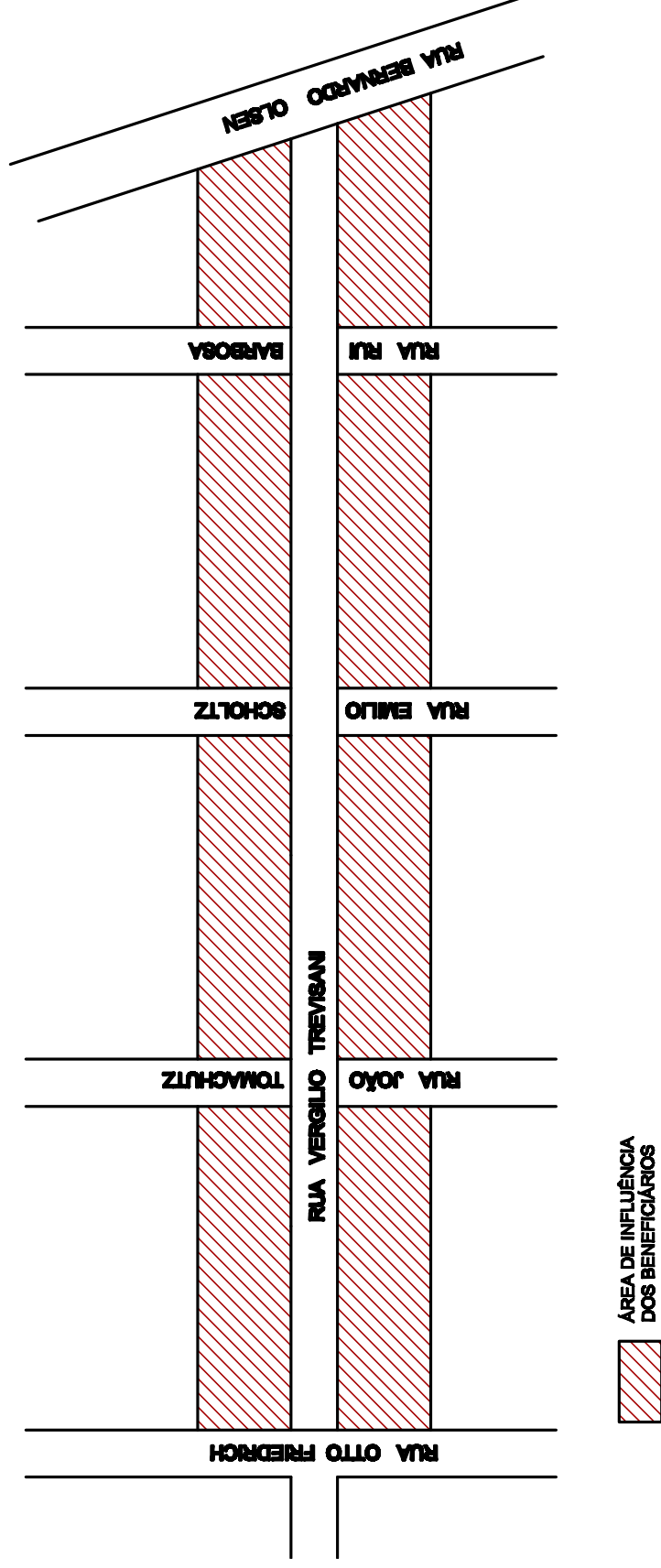
OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL

EXTENSÃO: 428,46m

LOCAL: RUA VERGÍLIO TREVISANI

BAIRRO: JARDIM ESPERANÇA

MUNICÍPIO: CANOINHAS/SC



Edital de Notificação Nº 13/2014 - Contribuição de Melhoria**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA**
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 13/2014
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, **LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA** e o Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento **ARGOS JOSÉ BURGARDT**, no exercício de suas atribuições e, **CONSIDERANDO** o previsto na **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988** e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados: **CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966); LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade); LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal); LEI MUNICIPAL nº 5.211/2013 (Institui e autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências)**

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº 5.211, de 12/11/2013, localizados na **Rua Kurt Mendes**, no trecho entre a Rua Almeida Cardoso e a Rua Major Vieira, localizada no Centro, com extensão de 383,46 metros lineares, neste município de Canoinhas que, nesta data **TORNA PÚBLICO** que o Poder Público Municipal, a partir da publicação deste **EDITAL**, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e demais obras complementares.

1. DADOS FISCAIS E FINANCEIROS DA OBRA

1.1 ORÇAMENTO/CUSTO ESTIMADO DA OBRA: O custo total/orçamento estimado para a consecução da obra pública de que trata este Edital com previsão na Lei Municipal nº 5.211, de 12/11/2013, corresponde ao quantum de **R\$ 427.536,81 (quatrocentos e vinte e sete mil, quinhentos e trinta e seis reais e oitenta e um centavos)** conforme ANEXO I, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.2. FONTE DE RECURSO: Para execução desta obra pública o Poder Executivo contará com valores obtidos através do Governo do Estado de Santa Catarina por meio do FUNDAM – Fundo de Apoio dos Municípios e mediante aplicação de recursos próprios do Município de Canoinhas.

1.3. PARCELA DE CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA: Limite global da despesa realizada com a obra, mediante apuração do custo real aplicado após a finalização do serviço, ocasião em que serão promovidos os atos necessários à publicação de Edital constando os dados e informações necessárias ao lançamento fiscal, prazo e forma para eventuais impugnações, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.211/2013.

1.4. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA: A zona de influência do benefício direto da obra é aquela correspondente à extensão da **Rua Kurt Mendes**, no trecho entre a Rua Almeida Cardoso e a Rua Major Vieira, localizada no Centro, com extensão de 383,46 metros lineares, neste município de Canoinhas, nela compreendendo a relação de todos os imóveis descritos individualmente no ANEXO II, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.5. FATOR DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA (art.4º e seus §§, da Lei Municipal nº 5.211/2013):

1.5.1. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita no presente Edital, em função dos fatores individuais,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

sendo que para a apuração do valor individual do tributo será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto na Lei Municipal nº 5.211/2013, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº 8/2005 (Código Tributário Municipal).

1.5.2. A apuração far-se-á levando em conta:

I – a situação do terreno na zona de influência;

II – sua testada e área;

III – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

1.5.3. A Contribuição de Melhoria de que trata este Edital terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

1.5.4. Estão incluídos nos orçamentos de custo da obra todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

1.5.5. Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria de que trata este Edital, conforme previsão na Lei Municipal nº 5.211/2013, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

1.5.6. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005), sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema, o que será analisado pela Autoridade Administrativa, de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido em lei e mediante requerimento administrativo para os demais casos.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DA OBRA:

2.1. DO OBJETO:

2.1.1. Execução dos serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, obras arte corrente, sinalização viária e obras complementares da **Rua Kurt Mendes**, no trecho entre a Rua Almeida Cardoso e a Rua Major Vieira, localizada no Centro, com extensão de 383,46 metros lineares, neste município de Canoinhas.

2.1.2. Os trabalhos serão executados conforme os projetos previamente aprovados e serão realizados conforme especificações constantes das Normas Técnicas do DEINFRA e do DNIT. Todos os detalhes e dimensões serão executados conforme projeto, que se encontra à disposição dos interessados junto à Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Canoinhas.

2.1.3. Serão rigorosamente observados os procedimentos técnicos e equipamentos exigidos pelas normas técnicas da ABNT, Normas Complementares do DEINFRA e DNIT, sob fiscalização da Prefeitura do Município de Canoinhas.

2.2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA PÚBLICA DEFINIDA NA LEI MUNICIPAL nº 5.211/2013:

a) Terraplenagem

Este serviço compreende cortes e aterros executados de acordo com a especificação do DNIT, além de regularização e compactação do sub-leito da superfície a pavimentar.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

b) Pavimentação Asfáltica

Este serviço compreende a execução da sub-base com rachão/macadame seco e na base com brita graduada compreendendo o fornecimento, espalhamento, estabilização e acabamento de solos e agregados naturais, com espessuras definidas em projeto. Após será aplicado uma película de pintura de ligação e imprimação com material asfáltico líquido sobre a base. E por fim será aplicado o CAUQ (concreto asfáltico usinado a quente) com espessura dimensionada em Projeto.

c) Drenagem Pluvial e Obras de Arte Correntes

Este serviço compreende a drenagem de águas pluviais, aí incluída a colocação de tubos de concreto e execução de caixas coletoras de alvenaria em blocos de concreto.

d) Sinalização Viária

Os serviços de sinalização viária serão executados de acordo com o Projeto, o qual obedece as Especificações e Normas do "Manual de Sinalização Rodoviária" - DNIT, sendo empregadas as formas de sinalização horizontal e vertical, que compreendem a pintura de faixas, colocação de placas e execução de lombadas.

e) Obras Complementares

Compreendem os serviços de colocação de meio-fio de concreto, regularização, compactação de aterro e execução de passeio em concreto e limpeza geral.

3. DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO (art. 3º e seus §§, da Lei Municipal nº 5.211/2013).

3.1.1. A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no presente Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto ao Departamento de Leis e Decretos da Prefeitura de Canoinhas, dirigido ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, observando-se as seguintes disposições:

3.1.2. O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos neste Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

3.1.3. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração, Finanças e Orçamento o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será realizada por um dos seguintes meios:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III – Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

3.1.4. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, no que couber e lhe forem aplicáveis as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Decreto-lei nº. 195/1967.

3.1.5. Para os fins da aplicação deste Edital e da Lei 5.211/2013, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro efetivo da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada em estrita observância à Legislação indicada neste Edital.

3.1.6. Os prazos fixados neste Edital, em consonância ao previsto na Lei Municipal nº 5.211/2013 c/c Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento, sendo que os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.



3.1.7. Os anexos a que se refere o presente Edital (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos para viabilização da obra pública, os quais se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 24 de março de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

								PLANILHA	
PLANILHA DE ORÇAMENTO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA								A 1	
MUNICÍPIO: CANOINHAS								FOLHA Nº 1	
PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE ASFALTO								DATA: 01/10/2013	
LOCALIZAÇÃO: RUA KURT MENDES - Extensão 383,46 m									
Data de referência dos custos: SINAPI - Dezembro 2013 / SICRO - Novembro 2013									
ITEM	CÓDIGO (SINAPI / SICRO)	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	BDI (%)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO DO SERVIÇO	
1		SERVIÇOS PRELIMINARES						R\$ 1.100,38	
1.1	74209/001	Placa De Obra Em Chapa De Aço Galvanizado	m2	2,50	360,78	22,00%	R\$ 440,15	R\$ 1.100,38	
2		TERRAPLENAGEM						R\$ 30.093,28	
2.1	72829	Escavacao, Carga E Transporte De Material De 1ª Categoria, Serviço Revestimento Primario, Com Escavadeira Hidraulica E Caminhao Basculante 6 M3, Dmt 800 Ate 1.000 M	m3	2.382,09	4,45	22,00%	R\$ 5,43	R\$ 12.934,75	
2.2	5 S 02 907 00	Remoção Mecanizada Material De Baixa Capac.Suporte	m3	613,54	5,40	22,00%	R\$ 6,59	R\$ 4.043,23	
2.3	2 S 01 100 14	Esc. Carga Tr. Mat 1ª C. Dmt 1000 A 1200M C/Carreg	m3	999,70	7,25	22,00%	R\$ 8,85	R\$ 8.847,35	
2.4	41722	Compactacao Mecanica A 100% Do Proctor Normal - Pavimentacao Urbana	m3	769,00	4,55	22,00%	R\$ 5,55	R\$ 4.267,95	
3		PAVIMENTAÇÃO						R\$ 271.120,42	
3.1	72961	Regularização E Compactação De Subleito Ate 20 Cm De Espessura	m2	4.572,24	1,34	22,00%	R\$ 1,63	R\$ 7.452,75	
3.2	2 S 02 231 50	Base De Macadame Seco	m3	764,91	86,33	22,00%	R\$ 105,32	R\$ 80.560,32	
3.3	2 S 02 230 50	Base De Brita Graduada Bc	m3	558,92	95,64	22,00%	R\$ 116,68	R\$ 65.214,75	
3.4	72945	Imprimacao De Base De Pavimentacao Com Emulsao Cm-30	m2	4.208,47	2,99	22,00%	R\$ 3,65	R\$ 15.360,92	
3.5	72943	Pintura De Ligacao Com Emulsao Rr-2C	m2	4.208,47	1,14	22,00%	R\$ 1,39	R\$ 5.849,75	
3.6	72965	Fabricação E Aplicação De Concreto Asfáltico Usinado A Quente(Cauc),Cap 50/70, com Transporte	t	420,85	188,30	22,00%	R\$ 229,73	R\$ 96.681,87	

ANEXO II																		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS																		
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO																		
ANÁLISE PARA IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA																		
CUBRA SERVIÇO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL																		
LOCAL: RUA Kurt Mendes - Lei Municipal nº 8.211 de 12/11/2013																		
EXTENSÃO: 383,46 metros																		
VALOR TOTAL: R\$ 472.539,81																		
ANEXO II:																		
Nome do Contribuinte		Nome da Rua		Margem da Rua	Descrição do Terreno			Valor de Mercado por m² (R\$)					Valor Total da Área					
					Inscrição Imobiliária	Medida do Terreno (m)	Área Total (m²)	Valor Inicial (m²)	Área com oclusão	Valor Venal	Esquina (+)	Comércio (+)	Topografia (-)	Profundidade (-)	Valor Final (m²)	Total da Área (R\$)		
Tracço entre a Rua Almeida Cardes e a Rua Duque de Caxias		Kurt Mendes	Esquerda	01.02.066.0248	20,00	538,931	155,00	-	173,38	17.146,93	15,00	0,00	0,00	15,90	0,00	76.292,50	93.089,43	
		Alameda Marcondes Pires	Esquerda	01.02.066.0249	11,00	238,866	150,00	-	-	63,35	11.924,38	0,00	0,00	0,00	15,90	0,00	32.246,10	44.180,48
		Diana Sara Balseiro	Esquerda	01.02.066.0251	13,50	245,20	150,00	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.430,00	38.430,00
		Prefeitura do Município de Canoinhas	Esquerda	01.02.066.0879	11,00	244,37	150,00	-	-	83,75	7.197,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.655,50	43.853,28
		Sergio Jordano de Moura e Cout	Esquerda	01.02.066.0888	10,00	219,33	150,00	-	-	98,50	41.555,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.750,00	64.305,54
		Darcy Domingos Platto e Ant Domingos Photo	Esquerda	01.02.066.0848	10,00	211,50	150,00	-	-	98,00	12.746,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.725,00	42.710,46
		Celestina Maria Pires	Esquerda	01.02.066.0838	10,00	212,50	150,00	-	-	124,29	37.460,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.295,39	64.702,46
		Maria Goreti Bauer	Esquerda	01.02.066.0828	10,00	212,50	150,00	-	-	134,66	27.896,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.875,50	69.771,75
		Segio Luiz Da Ro	Esquerda	01.02.066.0808	10,00	218,79	150,00	-	-	113,07	37.177,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.818,50	69.996,33
		Nestorimar Perilli	Esquerda	01.02.066.0798	10,00	225,16	150,00	-	-	869,44	55.712,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.774,00	89.486,50
		Clementina Parfi Kopp	Esquerda	01.02.066.0788	14,00	303,80	240,00	-	-	240,00	78.912,89	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00	129.039,89	150.127,00
		Mapelup Regulares e Equipamentos Ltda		Kurt Mendes	Direita	01.02.069.0529	142,00	1.286,75	150,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.116.413,75	2.291.328,84
				Kurt Mendes	Esquerda	01.02.069.0521	40,00	540,00	200,00	-	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	184.800,00	184.800,00
				José Ricardo Trevisan	Esquerda	01.02.069.0300	40,00	160,932	200,00	-	675,39	20.488,07	20,00	0,00	0,00	0,00	352.202,40	555.700,47
				Daniela Padilha Emme e filhos	Esquerda	01.02.067.0021	21,00	441,37	200,00	-	175,60	53.108,13	20,00	0,00	0,00	0,00	57.101,40	150.269,53
		Erikson Neres Schwimer		Direita	01.02.067.0059	19,00	411,84	200,00	-	-	45.238,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.568,00	127.607,02
Kurt Mendes	Direita			01.02.067.0100	20,00	383,13	200,00	-	200,13	63.941,42	20,00	0,00	0,00	0,00	84.288,60	147.950,02		
Tracço entre a Rua Marechal Rondon e a Rua Major Vieira				Kurt Mendes	Esquerda	01.02.072.0434	52,00	438,300	200,00	-	376,75	112.327,97	20,00	0,00	0,00	984.260,00	1.076.587,97	
				José Ricardo Fick	Esquerda	01.02.072.0310	50,25	1921,78	200,00	-	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	427.910,60	427.910,60
Luz Adalina Schwaben - Espelo		Kurt Mendes	Direita	01.02.068.0650	38,40	769,75	200,00	-	91,65	11.016,68	20,00	0,00	0,00	0,00	168.897,20	179.913,88		
		Oskar Kretzschmar	Direita	01.02.073.0019	20,80	646,62	200,00	-	-	11.901,59	0,00	0,00	0,00	0,00	33.240,00	45.142,59		
		Václav Ester Juretsch Britski	Kurt Mendes	01.02.073.0036	18,00	340,91	200,00	-	320,41	33.758,66	0,00	0,00	0,00	0,00	75.000,20	128.758,86		
		Václav Ester Juretsch Britski	Direita	01.02.073.0072	20,00	350,52	200,00	-	-	148,62	25.964,17	20,00	0,00	0,00	0,00	25.964,17	51.928,17	

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor a presente avaliação

Canoinhas SC, 20 de março de 2014.

Comissão de Avaliação:

Jorge Luiz Borba
Supervisor I

Bruna Grisang
Auditora Fiscal

Fernando Tokarski
Fotógrafo

Simone Mery Adur
Agente Administrativo

Vanessa Langer
Contadora

Dorval Padilha Junior
Assistente Téc em Topografia

Edson Luiz Budant
Fiscal de Tributos

José Marcos Carvalho
Agente Administrativo

Felipe Pflanze
Auxiliar Administrativo

Diogo Carlos Seidel
Administrador

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

ANEXO I

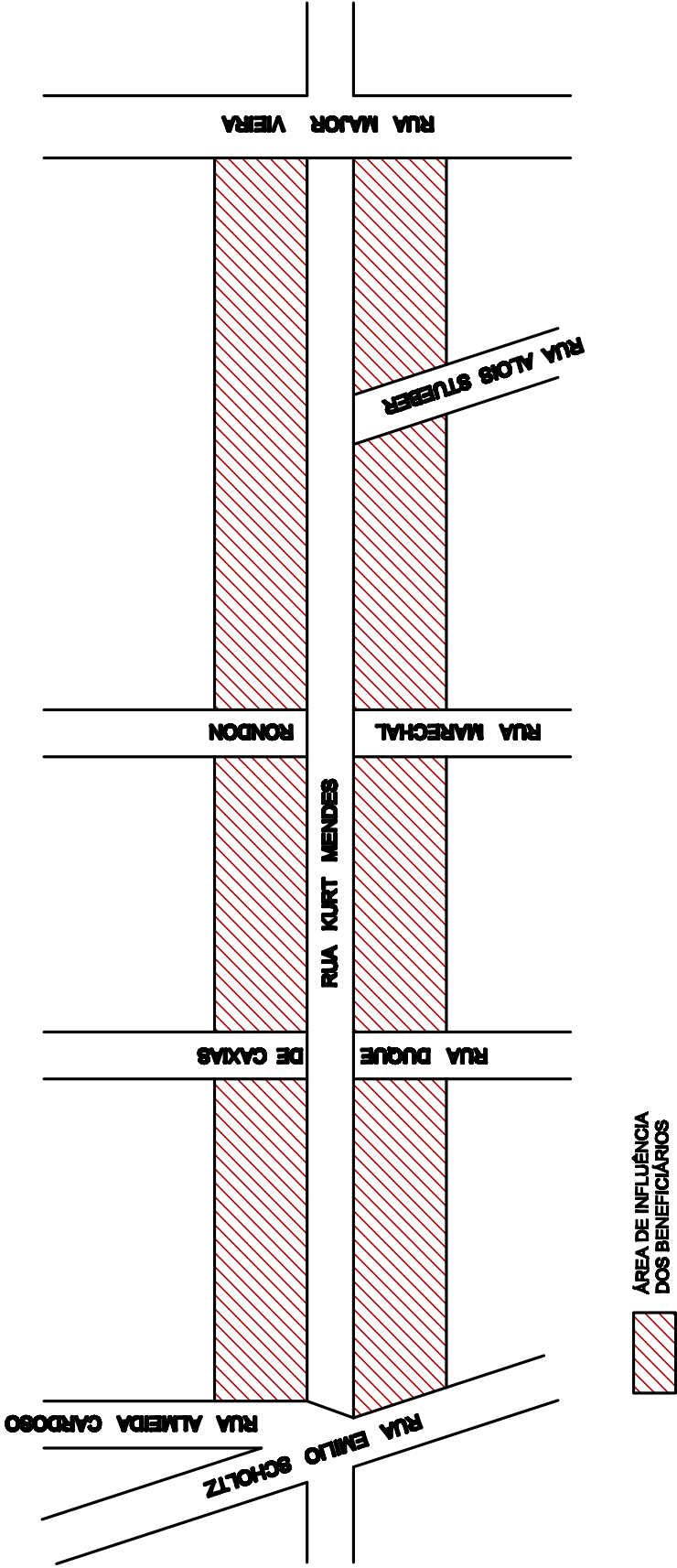
OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL

EXTENSÃO: 383,46m

LOCAL: RUA KURT MENDES

BAIRRO: CENTRO

MUNICÍPIO: CANOINHAS/SC



Capinzal

PREFEITURA

Portarias

PORTARIA Nº 031, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria da Saúde com o pedido de contratação de servidores em caráter emergencial para que os serviços de saúde não sejam interrompidos, até que seja realizado o Processo Seletivo para contratação de servidores;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 007/2014, emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Capinzal, que diz ser favorável à contratação emergencial de tais servidores;

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratada, em caráter emergencial, até 28 de fevereiro de 2014, Rosane Lopes Duarte, matrícula nº 332895/04, para exercer as funções do cargo de Enfermeiro, nível 377, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014

Capinzal - SC, em 02 de janeiro de 2014

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA

Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 011, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 02 a 31 de janeiro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Monica Marta Stiirmer, matrícula nº 332100/04, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar no Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando meu Espaço.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 02 a 31 de janeiro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014.

Capinzal – SC, em 02 de janeiro de 2014.

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA

Secretário da Administração e Finanças, interino

RREO 1º Bimestre de 2014

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	69.875.517,95	69.875.517,95	9.362.303,71	13,40	9.362.303,71	13,40
RECEITAS CORRENTES	68.307.822,95	68.307.822,95	9.362.303,71	13,71	9.362.303,71	13,71
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.730.166,92	4.730.166,92	383.552,49	8,11	383.552,49	8,11
IMPOSTOS	3.286.257,40	3.286.257,40	338.613,28	10,30	338.613,28	10,30
TAXAS	429.778,84	429.778,84	44.939,21	10,46	44.939,21	10,46
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.014.130,68	1.014.130,68	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	785.939,13	785.939,13	129.609,10	16,49	129.609,10	16,49
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	15.049,13	15.049,13	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	770.890,00	770.890,00	129.609,10	16,81	129.609,10	16,81
RECEITA PATRIMONIAL	647.035,19	647.035,19	74.362,20	11,49	74.362,20	11,49
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	38.988,86	38.988,86	1.108,03	2,84	1.108,03	2,84
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	606.623,85	606.623,85	68.482,11	11,29	68.482,11	11,29
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	614,52	614,52	4.772,06	776,55	4.772,06	776,55
Outras Receitas Patrimoniais	807,96	807,96	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	73.846,93	73.846,93	20.870,45	28,26	20.870,45	28,26
Receita da Produção Vegetal	737,43	737,43	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	68,26	68,26	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	73.041,24	73.041,24	20.870,45	28,57	20.870,45	28,57
RECEITA INDUSTRIAL	682,82	682,82	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	682,82	682,82	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	5.098.679,40	5.098.679,40	775.935,06	15,22	775.935,06	15,22
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	53.990.411,59	53.990.411,59	7.338.068,10	13,59	7.338.068,10	13,59
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	45.702.392,49	45.702.392,49	7.236.345,27	15,83	7.236.345,27	15,83
Transf. de Instituições Privadas	20.340,00	20.340,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Pessoas	4.225,00	4.225,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Conv.	8.263.454,10	8.263.454,10	101.722,83	1,23	101.722,83	1,23
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.981.060,97	2.981.060,97	639.906,31	21,47	639.906,31	21,47
Multas e Juros de Mora	408.630,92	408.630,92	34.832,43	8,52	34.832,43	8,52
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	165.214,25	165.214,25	3.083,68	1,87	3.083,68	1,87
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	679.500,67	679.500,67	185.967,47	27,37	185.967,47	27,37
RECEITAS DIVERSAS	1.727.715,13	1.727.715,13	416.022,73	24,08	416.022,73	24,08
RECEITAS DE CAPITAL	1.567.695,00	1.567.695,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	155.695,00	155.695,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	128.029,18	128.029,18	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	69.875.517,95	69.875.517,95	9.362.303,71	13,40	9.362.303,71	13,40
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	27.665,82	27.665,82	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	512.000,00	512.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	512.000,00	512.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	69.875.517,95	69.875.517,95	9.362.303,71	13,40	9.362.303,71	13,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	69.875.517,95	69.875.517,95	9.362.303,71	13,40	9.362.303,71	13,40
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	69.875.517,95	69.875.517,95	9.362.303,71	13,40	9.362.303,71	13,40
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	64.517,35	—	—	64.517,35	—
Superávit Financeiro	—	64.517,35	—	—	64.517,35	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	69.875.517,95	116.565,02	69.992.082,97	8.014.115,15	8.014.115,15	6.809.935,75	6.809.935,75	9,73
DESPESAS CORRENTES	48.121.538,72	52.681,38	48.174.220,10	7.620.554,32	7.620.554,32	6.416.374,92	6.416.374,92	13,32
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.764.393,68	8.873,80	25.773.267,48	4.317.197,11	4.317.197,11	4.289.936,37	4.289.936,37	16,64
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	304.000,00	0,00	304.000,00	53.403,49	53.403,49	53.403,49	53.403,49	17,57

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	69.875.517,95	116.565,02	69.992.082,97	8.014.115,15	8.014.115,15	6.809.935,75	6.809.935,75	9,73
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.053.145,04	43.807,58	22.096.952,62	3.249.953,72	3.249.953,72	2.073.035,06	2.073.035,06	9,38
DESPESAS DE CAPITAL	21.728.979,23	63.883,64	21.792.862,87	393.560,83	393.560,83	393.560,83	393.560,83	1,81
INVESTIMENTOS	20.521.555,23	63.883,64	20.585.438,87	192.233,00	192.233,00	192.233,00	192.233,00	0,93
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.207.424,00	0,00	1.207.424,00	201.327,83	201.327,83	201.327,83	201.327,83	16,67
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	69.875.517,95	116.565,02	69.992.082,97	8.014.115,15	8.014.115,15	6.809.935,75	6.809.935,75	9,73
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	69.875.517,95	116.565,02	69.992.082,97	8.014.115,15	8.014.115,15	6.809.935,75	6.809.935,75	9,73
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.552.367,96	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	69.875.517,95	116.565,02	69.992.082,97	8.014.115,15	8.014.115,15	6.809.935,75	9.362.303,71	9,73

FONTE:

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	69.875.517,95	69.992.082,97	8.014.115,15	8.014.115,15	6.809.935,75	6.809.935,75	100,00	9,73
Legislativa	3.032.500,00	3.032.500,00	197.605,74	197.605,74	197.605,74	197.605,74	2,90	6,52
Ação Legislativa	3.032.500,00	3.032.500,00	197.605,74	197.605,74	197.605,74	197.605,74	2,90	6,52
Administração	9.332.414,00	9.396.931,35	1.378.971,95	1.378.971,95	1.198.766,54	1.198.766,54	17,60	12,76
Administração Geral	9.332.414,00	9.396.931,35	1.378.971,95	1.378.971,95	1.198.766,54	1.198.766,54	17,60	12,76
Segurança Pública	875.584,00	875.584,00	64.731,50	64.731,50	64.731,50	64.731,50	0,95	7,39
Policimento	462.200,00	462.200,00	15.109,34	15.109,34	15.109,34	15.109,34	0,22	3,27
Defesa Civil	413.384,00	413.384,00	49.622,16	49.622,16	49.622,16	49.622,16	0,73	12,00
Assistência Social	1.392.528,00	1.392.528,00	26.459,09	26.459,09	26.459,09	26.459,09	0,39	1,90
Assistência ao Idoso	91.360,00	91.360,00	1.038,25	1.038,25	1.038,25	1.038,25	0,02	1,14
Assistência à Criança e ao Adolescente	803.624,00	803.624,00	18.540,76	18.540,76	18.540,76	18.540,76	0,27	2,31
Assistência Comunitária	497.544,00	497.544,00	6.880,08	6.880,08	6.880,08	6.880,08	0,10	1,38
Saúde	12.021.687,32	12.021.687,32	1.487.815,21	1.487.815,21	1.487.815,21	1.487.815,21	21,85	12,38
Atenção Básica	10.584.811,52	10.584.811,52	1.476.211,61	1.476.211,61	1.476.211,61	1.476.211,61	21,68	13,95
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	97.440,00	97.440,00	2.649,60	2.649,60	2.649,60	2.649,60	0,04	2,72
Suporte Profilático e Terapêutico	774.243,80	774.243,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	22.272,00	22.272,00	1.006,00	1.006,00	1.006,00	1.006,00	0,01	4,52
Vigilância Epidemiológica	63.000,00	63.000,00	7.948,00	7.948,00	7.948,00	7.948,00	0,12	12,62
Alimentação e Nutrição	479.920,00	479.920,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	15.195.204,20	15.195.204,20	1.925.042,04	1.925.042,04	1.924.812,04	1.924.812,04	28,26	12,67
Ensino Fundamental	11.902.620,20	11.902.620,20	1.603.247,36	1.603.247,36	1.603.017,36	1.603.017,36	23,54	13,47
Ensino Médio	39.904,00	39.904,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	46.400,00	46.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação de Jovens e Adultos	3.057.560,00	3.057.560,00	321.794,68	321.794,68	321.794,68	321.794,68	4,73	10,52
Educação Especial	106.960,00	106.960,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	1.176.756,00	1.176.756,00	45.621,14	45.621,14	45.621,14	45.621,14	0,67	3,88
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diffusão Cultural	1.156.756,00	1.156.756,00	45.621,14	45.621,14	45.621,14	45.621,14	0,67	3,94

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Urbanismo	69.875.517,95	69.992.082,97	8.014.115,15	8.014.115,15	6.809.935,75	6.809.935,75	100,00	9,73
Infra-Estrutura Urbana	12.603.724,92	12.603.724,92	907.192,32	907.192,32	907.192,32	907.192,32	13,32	7,20
Serviços Urbanos	4.687.618,09	4.687.618,09	4.772,64	4.772,64	4.772,64	4.772,64	0,07	0,10
Transportes Coletivos Urbanos	6.823.386,83	6.823.386,83	778.435,53	778.435,53	778.435,53	778.435,53	11,43	11,41
Habituação	1.092.720,00	1.092.720,00	123.984,15	123.984,15	123.984,15	123.984,15	1,82	11,35
Habituação Urbana	623.015,00	623.015,00	465,00	465,00	465,00	465,00	0,01	0,07
Saneamento	623.015,00	623.015,00	465,00	465,00	465,00	465,00	0,01	0,07
Saneamento Básico Rural	5.087.431,19	5.139.478,86	1.257.043,00	1.257.043,00	277.398,78	277.398,78	4,07	5,40
Saneamento Básico Urbano	145.056,00	145.056,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	4.942.375,19	4.994.422,86	1.257.043,00	1.257.043,00	277.398,78	277.398,78	4,07	5,55
Preservação e Conservação Ambiental	89.520,00	89.520,00	805,00	805,00	805,00	805,00	0,01	0,90
Recuperação de Áreas Degradadas	58.896,00	58.896,00	750,00	750,00	750,00	750,00	0,01	1,27
Recursos Hídricos	16.704,00	16.704,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	13.920,00	13.920,00	55,00	55,00	55,00	55,00	0,00	0,40
Vigilância Sanitária	1.235.815,96	1.235.815,96	68.205,25	68.205,25	68.205,25	68.205,25	1,00	5,52
Promoção da Produção Vegetal	44.544,00	44.544,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Animal	1.030.727,96	1.030.727,96	61.390,05	61.390,05	61.390,05	61.390,05	0,90	5,96
Defesa Sanitária Animal	46.400,00	46.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	55.680,00	55.680,00	6.815,20	6.815,20	6.815,20	6.815,20	0,10	12,24
Comércio e Serviços	58.464,00	58.464,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	496.600,00	496.600,00	41.749,57	41.749,57	41.749,57	41.749,57	0,61	8,41
Turismo	419.560,00	419.560,00	16.504,57	16.504,57	16.504,57	16.504,57	0,24	3,93
Comunicações	77.040,00	77.040,00	25.245,00	25.245,00	25.245,00	25.245,00	0,37	32,77
Telecomunicações	221.000,00	221.000,00	2.647,85	2.647,85	2.647,85	2.647,85	0,04	1,20
Transporte	221.000,00	221.000,00	2.647,85	2.647,85	2.647,85	2.647,85	0,04	1,20
Transporte Rodoviário	2.216.420,00	2.216.420,00	43.936,95	43.936,95	43.936,95	43.936,95	0,65	1,98
Desporto e Lazer	2.216.420,00	2.216.420,00	43.936,95	43.936,95	43.936,95	43.936,95	0,65	1,98
Desporto Comunitário	1.349.188,00	1.349.188,00	49.011,17	49.011,17	49.011,17	49.011,17	0,72	3,63
Encargos Especiais	1.349.188,00	1.349.188,00	49.011,17	49.011,17	49.011,17	49.011,17	0,72	3,63
Administração Geral	2.901.129,36	2.901.129,36	516.812,37	516.812,37	472.712,60	472.712,60	6,94	16,29
	2.901.129,36	2.901.129,36	516.812,37	516.812,37	472.712,60	472.712,60	6,94	16,29

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES/UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	69.875.517,95	69.992.082,97	8.014.115,15	8.014.115,15	6.809.935,75	6.809.935,75	100,00	9,73	63.182.147,22
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	69.875.517,95	69.992.082,97	8.014.115,15	8.014.115,15	6.809.935,75	6.809.935,75	100,00	9,73	63.182.147,22

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Capitão - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2013 A FEVEREIRO/2014

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Agô/2013	Set/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	4.707.696,11	4.609.666,74	6.345.360,72	4.594.560,69	4.976.742,33	4.703.738,23	4.735.976,05	4.776.373,56	5.090.731,96	6.022.046,31	5.055.115,64	5.465.362,41	61.103.599,75
RECEITA TRIBUTÁRIA	210.033,94	398.699,61	1.076.941,01	337.938,10	409.792,07	395.537,29	251.975,88	232.433,63	266.897,76	692.162,44	131.214,05	252.338,44	4.730.166,92
L.P.T.U.	0,00	134.396,34	744.166,05	112.862,59	84.200,83	111.364,46	11.075,77	18.168,94	6.704,42	10.796,93	87,87	0,20	1.165.147,95
I.R.R.F.	16.192,52	23.261,72	27.993,91	37.526,68	28.771,68	55.818,28	40.705,39	17.027,26	64.121,40	41.186,37	75.934,45	4.338,08	735.538,59
I.S.S.	114.971,49	110.284,38	133.442,82	114.399,89	98.732,04	93.522,17	118.189,59	129.935,81	116.807,57	148.179,05	63.044,45	148.663,31	1.190.297,40
I.T.B.I.	40.418,29	48.877,94	155.068,11	48.940,53	184.923,99	85.176,32	65.172,32	59.105,29	47.644,47	66.069,06	33.784,09	81.160,99	438.275,59
Outras Receitas Tributárias	38.451,64	71.679,23	13.270,12	23.808,41	13.163,53	10.666,05	16.835,51	8.195,45	31.609,90	42.251,03	28.763,35	18.175,86	315.660,37
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	61.716,05	63.507,39	61.635,91	55.182,38	49.841,70	55.794,17	54.769,08	62.970,51	63.134,72	61.277,17	66.469,53	63.119,57	719.390,18
RECEITA PATRIMONIAL	43.336,68	32.702,88	22.525,33	37.477,92	43.296,27	65.307,19	47.496,41	55.027,79	37.024,31	66.854,42	24.975,14	46.887,06	647.055,19
RECEITA AGROPECUÁRIA	7.276,30	11.072,63	14.345,46	15.455,90	16.824,14	8.890,15	19.196,67	11.420,34	19.093,32	8.471,39	11.118,76	9.751,69	73.846,93
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	692,82
RECEITA DE SERVIÇOS	439.932,93	460.301,64	445.337,42	415.026,92	437.757,43	426.427,12	430.243,28	446.049,84	426.648,12	446.192,37	354.539,04	421.396,02	5.152.072,33
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.843.795,69	3.570.404,28	4.844.269,13	3.641.001,93	3.445.758,83	3.702.835,42	3.827.800,03	3.870.791,55	4.153.692,70	4.491.154,23	4.300.541,32	4.225.701,12	47.718.096,23
Cota-Parte do FPM	711.627,93	763.590,72	1.097.132,56	915.329,87	651.831,69	892.259,51	705.356,58	705.367,41	981.151,74	1.480.182,79	1.189.692,73	1.270.365,79	11.323.849,72
Cota-Parte do LC/MS	1.510.246,73	1.541.304,42	1.532.306,59	1.435.289,31	1.424.753,37	1.493.816,53	1.587.153,44	1.545.066,81	1.717.045,70	1.711.304,09	1.647.788,56	1.523.897,19	18.698.596,16
Cota-Parte do IPI/VA	146.022,00	161.510,16	155.997,99	162.522,59	196.395,30	158.446,63	161.787,66	158.666,56	86.712,94	53.628,11	87.753,10	118.731,54	1.651.184,58
Cota-Parte do ITR	27,62	927,10	1.415,52	139,97	13,46	133,66	3.883,31	19.275,89	300,81	59,47	41.587,83	110,14	57.873,78
Outras Transferências Correntes	833.779,26	335.916,46	1.092.861,53	391.758,56	474.254,13	445.071,08	612.920,38	715.107,37	539.697,17	419.190,77	428.795,52	431.008,73	6.695.371,96
Transferências de LC 61/1989	18.082,12	16.580,27	22.295,40	23.221,25	22.875,52	24.474,81	22.263,01	23.799,31	26.396,62	28.215,50	25.763,23	21.679,90	275.947,94
Transferências de LC 87/1996	0,00	28.055,75	7.013,94	7.013,94	7.013,94	7.013,94	7.013,94	7.013,94	7.013,94	7.013,94	6.766,85	6.766,85	97.700,97
Transferências do FUNDEB	616.997,03	721.948,40	762.292,20	705.726,44	668.613,42	721.619,26	727.416,71	666.464,26	795.666,78	791.590,56	872.442,08	853.120,98	7.789.650,23
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	101.602,52	82.778,11	76.294,46	82.768,54	573.471,89	88.006,89	104.488,70	95.618,90	123.944,03	262.934,29	166.537,80	473.368,51	2.293.895,64
DEDUÇÕES (II)	477.276,31	502.507,45	563.830,86	508.703,19	460.576,05	507.228,77	487.492,35	491.443,74	583.725,54	562.441,29	599.860,28	588.314,06	6.323.399,89
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	477.276,31	502.507,45	563.830,86	508.703,19	460.576,05	507.228,77	497.492,35	491.443,74	583.725,54	562.441,29	599.860,28	588.314,06	6.323.399,89
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (II) = (I - II)	4.230.409,80	4.107.159,29	5.781.529,86	4.076.147,50	4.516.166,28	4.196.309,46	4.238.483,70	4.284.888,82	4.507.006,42	5.459.605,02	4.455.255,36	4.807.048,35	54.780.199,86

FONTE:

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF- Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)				
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Capinzal - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
Valor				0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Capinzal - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atual	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)	900.000,00	0,00		900.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	21.792.862,87	393.560,83	0,00	21.399.302,04
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	21.792.862,87	393.560,83	0,00	21.399.302,04
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-20.892.862,87	-393.560,83		-20.499.302,04

FONTE:

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 28 Fev 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.858.370,85	2.858.370,85	2.657.043,02
DEDUÇÕES (II)	4.529.093,74	4.529.093,74	7.382.215,08
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.533.280,99	4.533.280,99	7.809.072,91
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	158.698,85
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	4.187,25	4.187,25	585.556,68
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.670.722,89	-1.670.722,89	-4.725.172,06
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.670.722,89	-1.670.722,89	-4.725.172,06

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2014 (C - A)
VALOR	-3.054.449,17	-3.054.449,17

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-152.017,93

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 28 Fev 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	67.702.479,61	9.293.877,80	9.293.877,80	8.542.907,90
Receita Tributária	4.730.166,92	383.552,49	383.552,49	444.345,84
I.P.T.U.	1.165.147,95	88,07	88,07	2.636,95
I.S.S.	1.190.297,40	211.707,76	211.707,76	275.585,16
I.T.B.I.	438.275,59	114.945,07	114.945,07	84.491,65
I.R.R.F.	492.536,46	11.872,38	11.872,38	43.649,32
Outras Receitas Tributárias	1.443.909,52	44.939,21	44.939,21	37.982,76
Receita de Contribuição	785.939,13	129.609,10	129.609,10	127.175,06
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	785.939,13	129.609,10	129.609,10	127.175,06
Receita Patrimonial Líquida	41.691,85	5.936,29	5.936,29	8.452,35
Receita Patrimonial	647.035,19	74.362,20	74.362,20	77.871,56
(-) Aplicações Financeiras	605.343,34	68.425,91	68.425,91	69.419,21
Transferências Correntes	53.990.411,59	7.338.068,10	7.338.068,10	6.911.116,05
F.P.M.	13.515.507,86	1.968.038,88	1.968.038,88	1.723.228,83
I.C.M.S.	17.980.071,16	2.537.333,15	2.537.333,15	2.287.312,37
Convênios	8.263.454,10	101.722,83	101.722,83	672.900,64
Outras Transferências Correntes	14.231.378,47	2.730.973,24	2.730.973,24	2.227.674,21
Demais Receitas Correntes	8.154.270,12	1.436.711,82	1.436.711,82	1.051.818,60
Dívida Ativa	679.500,67	185.967,47	185.967,47	204.315,75
Diversas Receitas Correntes	7.474.769,45	1.250.744,35	1.250.744,35	847.502,85
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.567.695,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	900.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	155.695,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	512.000,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	512.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	512.000,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	68.214.479,61	9.293.877,80	9.293.877,80	8.542.907,90

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	48.174.220,10	6.416.374,92	6.416.374,92	5.087.853,85
Pessoal e Encargos Sociais	25.773.267,48	4.289.936,37	4.289.936,37	3.268.629,36
Juros e Encargos da Dívida (IX)	304.000,00	53.403,49	53.403,49	82.636,50
Outras Despesas Correntes	22.096.952,62	2.073.035,06	2.073.035,06	1.736.587,99
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	47.870.220,10	6.362.971,43	6.362.971,43	5.005.217,35
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	21.792.862,87	393.560,83	393.560,83	542.626,14
Investimentos	20.585.438,87	192.233,00	192.233,00	481.656,21
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.207.424,00	201.327,83	201.327,83	60.969,93
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	20.585.438,87	192.233,00	192.233,00	481.656,21

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	25.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	68.480.658,97	6.555.204,43	6.555.204,43	5.486.873,56
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-266.179,36	2.738.673,37	2.738.673,37	3.056.034,34
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	64.517,35	0,00
Superávit Financeiro	-	-	64.517,35	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-149.614,34

FONTE:

Capinzal, 27/03/2014

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS			
	Inscritos	Inscritos			Inscritos	Inscritos		
	Em Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2013	Saldo
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	4.187,25	-	-	4.187,25	115.999,61	672.100,29	196.983,29
EXECUTIVO								
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	4.187,25	0,00	0,00	4.187,25	115.999,61	300.000,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIP.CORPO DE BOMBEIR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL	0,00	980,75	0,00	0,00	980,75	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANCAS	0,00	3.206,50	0,00	0,00	3.206,50	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA SAUDE E DESENVOLVIMENTO SC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115.999,61	0,00	0,00
Sindec	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	372.100,29	196.983,29
SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	372.100,29	196.983,29
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	4.187,25	0,00	0,00	4.187,25	115.999,61	672.100,29	196.983,29
Saldo								588.761,41

FONTE:

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	3.712.788,29	3.712.788,29	376.374,51	376.374,51	10,14
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.440.865,39	1.440.865,39	18.748,59	18.748,59	1,30
1.1.1- IPTU	1.165.147,95	1.165.147,95	88,07	88,07	0,01
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	69.530,57	69.530,57	4.643,78	4.643,78	6,68
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	206.186,87	206.186,87	14.016,74	14.016,74	6,80
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	512.075,59	512.075,59	114.945,07	114.945,07	22,45
1.2.1- ITBI	438.275,59	438.275,59	114.945,07	114.945,07	26,23
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	13.800,00	13.800,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.267.310,85	1.267.310,85	230.808,47	230.808,47	18,21
1.3.1- ISS	1.190.297,40	1.190.297,40	211.707,76	211.707,76	17,79
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	25.013,45	25.013,45	4.959,92	4.959,92	19,83
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	52.000,00	52.000,00	14.140,79	14.140,79	27,19
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	492.536,46	492.536,46	11.872,38	11.872,38	2,41
1.4.1- IRRF	492.536,46	492.536,46	11.872,38	11.872,38	2,41
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	41.468.251,21	41.468.251,21	5.940.874,13	5.940.874,13	14,33
2.1- Cota-Parte FPM	16.894.384,82	16.894.384,82	2.460.048,52	2.460.048,52	14,56
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	16.894.384,82	16.894.384,82	2.460.048,52	2.460.048,52	14,56
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	22.475.088,95	22.475.088,95	3.171.666,17	3.171.666,17	14,11
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº67/1996	93.170,87	93.170,87	13.533,70	13.533,70	14,53
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	350.118,93	350.118,93	47.443,13	47.443,13	13,55
2.5- Cota-Parte ITR	57.874,57	57.874,57	41.697,97	41.697,97	72,05
2.6- Cota-Parte IPVA	1.597.613,07	1.597.613,07	206.484,64	206.484,64	12,92
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	45.181.039,50	45.181.039,50	6.317.248,64	6.317.248,64	13,98
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	812.897,96	812.897,96	152.340,02	152.340,02	18,74
5.1- Transferências do Salário-Educação	716.213,88	716.213,88	150.583,77	150.583,77	21,02
5.2- Transferências Diretas - PDDE	4.700,00	4.700,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	91.984,08	91.984,08	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	1.756,25	1.756,25	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	306.432,37	306.432,37	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	306.432,37	306.432,37	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	474.282,64	474.282,64	73.145,61	73.145,61	15,42
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.593.612,97	1.593.612,97	225.485,63	225.485,63	14,15
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	8.293.650,23	8.293.650,23	1.188.174,34	1.188.174,34	14,33
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.378.876,96	3.378.876,96	492.009,64	492.009,64	14,56
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	4.495.017,79	4.495.017,79	634.333,02	634.333,02	14,11
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	18.634,17	18.634,17	2.706,74	2.706,74	14,53
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	70.023,79	70.023,79	9.488,62	9.488,62	13,55
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	11.574,91	11.574,91	8.339,58	8.339,58	72,05
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	319.522,61	319.522,61	41.296,74	41.296,74	12,92
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	7.818.599,83	7.818.599,83	1.727.912,24	1.727.912,24	22,10
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	7.789.650,23	7.789.650,23	1.725.563,06	1.725.563,06	22,15
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	28.949,60	28.949,60	2.349,18	2.349,18	8,11
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-504.000,00	-504.000,00	537.388,72	537.388,72	-108,62
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	4.691.159,90	4.691.159,90	1.098.607,96	1.098.607,96	23,42
13.1- Com Educação Infantil	763.600,00	763.600,00	313.088,18	313.088,18	41,00
13.2- Com Ensino Fundamental	3.927.559,90	3.927.559,90	785.519,78	785.519,78	20,00
14- OUTRAS DESPESAS	3.127.439,93	3.127.439,93	281.736,41	281.736,41	9,01
14.1- Com Educação Infantil	764.000,00	764.000,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	2.363.439,93	2.363.439,93	281.736,41	281.736,41	11,92
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	7.818.599,83	7.818.599,83	1.380.344,37	1.380.344,37	17,65
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.380.344,37
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					63,58
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					16,31
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					20,11
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					79.149,40
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	11.295.259,88	11.295.259,88	1.579.312,16	1.579.312,16	13,98
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.358.360,00	2.358.360,00	321.203,68	321.203,68	13,62
23.1- Creche	2.358.360,00	2.358.360,00	321.203,68	321.203,68	13,62
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.527.600,00	1.527.600,00	313.088,18	313.088,18	20,50
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	830.760,00	830.760,00	8.115,50	8.115,50	0,98
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	10.898.969,87	10.898.969,87	1.601.686,56	1.601.686,56	14,70
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	6.290.999,83	6.290.999,83	1.067.256,19	1.067.256,19	16,96
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	4.607.970,04	4.607.970,04	534.430,37	534.430,37	11,60
25- ENSINO MÉDIO	23.200,00	23.200,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	6.960,00	6.960,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	13.287.489,87	13.287.489,87	1.922.890,24	1.922.890,24	14,47
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					537.388,72
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					2.349,18
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					539.737,90
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					1.383.152,34
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					21,89
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	716.213,88	716.213,88	1.921,80	1.921,80	0,27
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	986.636,45	986.636,45	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.702.850,33	1.702.850,33	1.921,80	1.921,80	0,11
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	14.990.340,20	14.990.340,20	1.924.812,04	1.924.812,04	12,84

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	81.057,90	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.725.563,06	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.460.396,78	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	1.460.396,78	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.349,18	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	348.573,36	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 27/03/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JANEIRO 2014/MÊS JANEIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	155.695,00	0,00	155.695,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	27.665,82	0,00	27.665,82
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	128.029,18	0,00	128.029,18
TOTAL	155.695,00	0,00	155.695,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Mês		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	139.195,00	0,00	0,00	139.195,00
Investimentos	139.195,00	0,00	0,00	139.195,00
TOTAL	139.195,00	0,00	0,00	139.195,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	8.607,64	0,00	8.607,64

FONTE:

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (e)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	3.673.800,29	3.673.800,29	367.364,97	10,00
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.165.147,95	1.165.147,95	88,07	0,01
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	438.275,59	438.275,59	114.945,07	26,23
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.190.297,40	1.190.297,40	211.707,76	17,79
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	453.548,46	453.548,46	2.862,84	0,63
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	108.344,02	108.344,02	9.603,70	8,86
Dívida Ativa dos Impostos	318.186,87	318.186,87	28.157,53	8,85
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	41.468.251,21	41.468.251,21	5.940.874,13	14,33
Cota-Parte FPM	16.894.384,82	16.894.384,82	2.460.048,52	14,56
Cota-Parte ITR	57.874,57	57.874,57	41.697,97	72,05
Cota-Parte IPVA	1.597.613,07	1.597.613,07	206.484,64	12,92
Cota-Parte ICMS	22.475.088,95	22.475.088,95	3.171.666,17	14,11
Cota-Parte IP-Estação	350.118,93	350.118,93	47.443,13	13,55
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	93.170,87	93.170,87	13.533,70	14,53
Desoneração ICMS (LC 87/96)	93.170,87	93.170,87	13.533,70	14,53
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	45.142.051,50	45.142.051,50	6.308.239,10	13,97

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.708.949,61	1.708.949,61	328.786,87	19,24
Provenientes da União	1.335.108,37	1.335.108,37	263.771,93	19,76
Provenientes dos Estados	373.841,24	373.841,24	65.013,94	17,39
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	58.820,22	58.820,22	459,54	0,78
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.767.769,83	1.767.769,83	329.245,41	18,62

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	8.741.919,38	8.741.919,38	1.309.437,21	14,98	1.309.437,21	14,98
Pessoal e Encargos Sociais	3.734.707,62	3.734.707,62	736.953,04	19,73	736.953,04	19,73
Outras Despesas Correntes	5.007.211,76	5.007.211,76	572.484,17	11,43	572.484,17	11,43
DESPESAS DE CAPITAL	880.960,00	880.960,00	9.378,00	1,06	9.378,00	1,06
Investimentos	880.960,00	880.960,00	9.378,00	1,06	9.378,00	1,06

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL		880.960,00	880.960,00	9.378,00	1,06	9.378,00	1,06
Investimentos		880.960,00	880.960,00	9.378,00	1,06	9.378,00	1,06
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)		9.622.879,38	9.622.879,38	1.318.815,21	13,70	1.318.815,21	13,70
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (h)	% (h/IV)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA A SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS		2.220.949,61	2.220.949,61	52.187,26	3,96	52.187,26	3,96
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS		2.220.949,61	2.220.949,61	52.187,26	3,96	52.187,26	3,96
Recursos de Operações de Crédito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹		-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)		2.220.949,61	2.220.949,61	52.187,26	3,96	52.187,26	3,96
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)		7.401.929,77	7.401.929,77	1.266.627,95	9,75	1.266.627,95	9,75
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS							
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5							
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI - (15 x IIIb)/100]⁶							
320.392,09							

Continua 2/4

Município de Capinzal - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	0,00	0,00			0,00	
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00			0,00	
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	-	-			-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
	8.186.003,58	8.186.003,58	1.307.211,61	99,12	1.307.211,61	99,12
	97.440,00	97.440,00	2.649,60	0,20	2.649,60	0,20
	774.243,80	774.243,80	0,00	0,00	0,00	0,00
	22.272,00	22.272,00	1.006,00	0,08	1.006,00	0,08
	63.000,00	63.000,00	7.948,00	0,60	7.948,00	0,60
	479.920,00	479.920,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	9.622.879,38	9.622.879,38	1.318.815,21	100,00	1.318.815,21	100,00
	TOTAL					

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
² O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
³ O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4

Município de Capinzal - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

⁶No último bimestre, será utilizada a fórmula $V(f+h) - (15 \times IIb)/100]$

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADAA DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADAA DECLARAR

FONTE:

Capinzal, 27/03/2014

Município de Capinzal - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	69.875.517,95	
Previsão Atualizada		—	69.875.517,95	
Receitas Realizadas		9.362.303,71	9.362.303,71	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	64.517,35	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	69.875.517,95	
Créditos Adicionais		—	116.565,02	
Dotação Atualizada		—	69.992.082,97	
Despesas Empenhadas		8.014.115,15	8.014.115,15	
Despesas Liquidadas		6.809.935,75	6.809.935,75	
Superavit Orçamentário		—	2.552.367,96	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		8.014.115,15	8.014.115,15	
Despesas Liquidadas		6.809.935,75	6.809.935,75	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			54.780.189,86	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-152.017,93	-3.054.449,17	2.009,27
Resultado Primário		-149.614,34	2.738.673,37	-1.830,49
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	4.187,25	0,00	0,00	4.187,25
EXECUTIVO	4.187,25	0,00	0,00	4.187,25
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	788.099,90	1.355,20	196.983,29	589.761,41
EXECUTIVO	788.099,90	1.355,20	196.983,29	589.761,41
TOTAL:	792.287,15	1.355,20	196.983,29	593.948,66
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.383.152,34	25%	21,89
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.098.607,96	60%	63,58
Liquidadas		1.922.890,24		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	900.000,00	
Despesa de Capital Líquida		393.560,83	21.399.302,04	

Continua 1/2

Município de Capinzal - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	155.695,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	139.195,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre		Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.266.627,95		15,00	20,08
Liquidadas	1.266.627,95			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

RGF 1º Bimestre 2014

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2013 A FEVEREIRO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	26.760.967,36	0,00
Pessoal Ativo	25.368.264,29	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	796.893,05	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	595.810,02	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	877,49	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	877,49	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	26.760.089,87	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	26.760.089,87	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		54.780.189,86
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		48,85
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%		29.581.302,52
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%		28.102.237,40
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%		26.623.172,27
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
		Até o Mês
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.858.370,85	2.657.043,02
Dívida Mobiliária	0,00	0,00
Dívida Contratual	2.858.370,85	2.657.043,02
Interna	2.858.370,85	2.657.043,02
Externa	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	4.529.093,74	7.382.215,08
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.533.280,99	7.809.072,91
Demais Haveres Financeiros	0,00	158.698,85
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	4.187,25	585.556,68
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.670.722,89	-4.725.172,06
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	54.030.213,26	54.780.189,86
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	5,29%	4,85%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-3,09%	-8,63%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	64.836.255,91	65.736.227,83
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	58.352.630,32	59.162.605,05

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
		Até o Mês
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	2.858.370,85	2.657.043,02
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	2.858.370,85	2.657.043,02

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
		Até o Mês
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00
DEPÓSITOS	3.861,00	342.898,82
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	788.099,90	1.793.940,81
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
		Até o Mês
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO		
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
		Até o Mês
Investimentos	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Bimestre de referência	Até o Bimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	54.780.189,86	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	8.764.830,38	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	7.888.347,34	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.834.613,29	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

Catanduvas

PREFEITURA

Aviso de Licitação: Processo Licitatório Nº 0036/2014 - Pregão Nº 0029/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0036/2014

PREGÃO Nº 0029/2014

Objeto: Aquisição de Escavadeira Hidráulica, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Infraestrutura.

Abertura das Propostas: 09h15min, do dia 10 de abril de 2014.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 28 de março de 2014, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, ramal 229.

Catanduvas – SC, 28 de março de 2014.

Gisa Aparecida Giacomini

Prefeita Municipal

Lei Nº 2.444/2014, de 26 de Março de 2014

LEI Nº 2.444/2014 DE 26 DE MARÇO DE 2014.

"AUTORIZA ANULAÇÃO PARCIAL E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA."

GISA APARECIDA GIACOMINI, Prefeita Municipal de Catanduvas SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 238.322,50 (Duzentos e trinta e oito mil, trezentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos), das seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA		
UNID. ORÇ.	0601	SERVIÇOS URBANOS		
	451	INFRA-ESTRUTURA URBANA		
		Pavimentação de Ruas, Estradas e Passeios		
		DESPESAS DE CAPITAL (4490) Recursos Próprios	R\$	80.000,00
UNID. ORÇ.	0602	DIVISÃO DOS TRANSPORTES		
	782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO		
		Aquisição de Máquinas, Equipamentos, Veículos e Mobiliários em Geral		
		DESPESAS DE CAPITAL (4490) Recursos Próprios	R\$	40.000,00

		Conservação Reparo de Bens Móveis e Imóveis		
		DESPESAS DE CAPITAL (4490) Recursos Próprios	R\$	38.322,50

UNID. ORÇ.	0605	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL		
	606	EXTENSÃO RURAL		
		Manutenção das Atividades Agropecuárias		
		OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) Recursos Próprios	R\$	80.000,00

Art. 2º - Com os recursos oriundos da anulação mencionados no artigo primeiro fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 238.322,50 (Duzentos e trinta e oito mil, trezentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos), no orçamento vigente da Prefeitura, nas seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO	03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
UNID. ORÇ.	0301	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
	122	ADMINISTRAÇÃO		
		Contribuição a Entidades e Associações		
		DESPESAS DE CAPITAL (4450) – Recursos Próprios	R\$	108.322,50

ÓRGÃO	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA		
UNID. ORÇ.	0605	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL		
	606	EXTENSÃO RURAL		
		Aquisição de Bens Móveis		
		DESPESAS DE CAPITAL (4490) – Recursos Próprios	R\$	130.000,00

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO por conta de imperativa de Convênio junto a Secretaria de Estado da Agricultura, através da SDR – Secretaria de Desenvolvimento Regional de Joaçaba, na importância de 120.000,00 (cento e vinte mil reais), na seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA		
UNID. ORÇ.	0605	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL		
	606	EXTENSÃO RURAL		
		Aquisição de Bens Móveis		
		DESPESAS DE CAPITAL (4490) – Recursos Convênio	R\$	120.000,00

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 26 de março de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Sec. Municipal de Administração.

Registrada e Publicada por esta Secretaria em 26/03/2014.

Lei Nº 2.443/2014, de 26 de Março de 2014

LEI Nº 2.443/2014, de 26 de março de 2014.

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO EM BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO DE 2013 VINCULADOS AOS RECURSOS DO FUNDEB"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura de crédito adicional suplementar na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO		
UNID. ORÇ.	0401	EDUCAÇÃO		
	361	ENSINO FUNDAMENTAL		
		Manutenção do Ensino Fundamental		
		DESPESAS CORRENTES(3190)– Recursos		
	318	FUNDEB	R\$	168.647,41

Art. 2º - Constituem recursos para abertura do crédito adicional suplementar de que trata esta Lei, o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2013, de acordo com o saldo verificado nas fontes de recursos vinculadas ao FUNDEB (018 e 019), no valor de R\$ 168.647,41 (cento e sessenta e oito mil, seiscentos e quarenta e sete reais e quarenta e um centavos).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Catanduvas SC, 26 de Março de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Sec. Municipal de Administração

Registrada e Publicada por esta Secretaria em 26/03/2014.

Decreto Nº 1.972, de 26 de Março de 2014

DECRETO Nº 1.972/2014 DE 26 DE MARÇO DE 2014.

"AUTORIZA ANULAÇÃO PARCIAL E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA."

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 2.444/14 de 26 de março de 2014 e Lei Federal nº 4.350/64.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil, autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 238.322,50 (Duzentos e trinta e oito mil, trezentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos), das seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA		
UNID. ORÇ.	0601	SERVIÇOS URBANOS		
	451	INFRA-ESTRUTURA URBANA		
		Pavimentação de Ruas, Estradas e Passeios		

	100	DESPESAS DE CAPITAL (4490) Recursos Próprios	R\$	80.000,00
--	-----	--	-----	-----------

UNID. ORÇ.	0602	DIVISÃO DOS TRANSPORTES		
	782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO		
		Aquisição de Máquinas, Equipamentos, Veículos e Mobiliários em Geral		
	100	DESPESAS DE CAPITAL (4490) Recursos Próprios	R\$	40.000,00

		Conservação Reparo de Bens Móveis e Imóveis		
	100	DESPESAS DE CAPITAL (4490) Recursos Próprios	R\$	38.322,50

UNID. ORÇ.	0605	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL		
	606	EXTENSÃO RURAL		
		Manutenção das Atividades Agropecuárias		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) Recursos Próprios	R\$	80.000,00

Art. 2º - Com os recursos oriundos da anulação mencionados no artigo primeiro fica o Setor Contábil, autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 238.322,50 (Duzentos e trinta e oito mil, trezentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos), no orçamento vigente da Prefeitura, nas seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO	03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
UNID. ORÇ.	0301	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
	122	ADMINISTRAÇÃO		
		Contribuição a Entidades e Associações		
	100	DESPESAS DE CAPITAL (4450) – Recursos Próprios	R\$	108.322,50

ÓRGÃO	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA		
UNID. ORÇ.	0605	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL		
	606	EXTENSÃO RURAL		
		Aquisição de Bens Móveis		
	100	DESPESAS DE CAPITAL (4490) – Recursos Próprios	R\$	130.000,00

Art. 3º - Fica o Setor Contábil, autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO por conta de imperativa de Convênio junto a Secretaria de Estado da Agricultura, através da SDR – Secretaria de Desenvolvimento Regional de Joaçaba, na importância de 120.000,00 (cento e vinte mil reais), na seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA		
UNID. ORÇ.	0605	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL		
	606	EXTENSÃO RURAL		
		Aquisição de Bens Móveis		
	124	DESPESAS DE CAPITAL (4490) – Recursos Convênio	R\$	120.000,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 26 de março de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Sec. Municipal de Administração.

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 26/03/2014.

Decreto Nº 1.973, de 26 de Março de 2014

DECRETO Nº 1.973/2014, de 26 de março de 2014.

“AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO EM BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO DE 2013 VINCULADOS AOS RECURSOS DO FUNDEB”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 2.443/14 de 26 de março de 2014 e Lei Federal nº 4.350/64.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil, autorizado a proceder a abertura de crédito adicional suplementar na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO		
UNID. ORÇ.	0401	EDUCAÇÃO		
	361	ENSINO FUNDAMENTAL		
		Manutenção do Ensino Fundamental		
		DESPESAS CORRENTES(3190)– Recursos		
	318	FUNDEB	R\$	168.647,41

Art. 2º - Constituem recursos para abertura do crédito adicional suplementar de que trata esta Lei, o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2013, de acordo com o saldo verificado nas fontes de recursos vinculadas ao FUNDEB (018 e 019), no valor de R\$ 168.647,41 (cento e sessenta e oito mil, seiscentos e quarenta e sete reais e quarenta e um centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Catanduvas SC, 26 de Março de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Sec. Municipal de Administração

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 26/03/2014.

Aviso de Licitação: Processo Licitatório Nº 0029/2014 - Pregão Nº 0022/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0029/2014
PREGÃO Nº 0022/2014

Objeto: Contratação de serviços de lavagem dos veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Catanduvas, visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto, de Infraestrutura e de Saúde, Assistência Social e Conselho

Tutelar.

Abertura das Propostas: 09h00min, do dia 15 de abril de 2014.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 28 de março de 2014, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, ramal 229.

Catanduvas – SC, 28 de março de 2014.

Gisa Aparecida Giacomini
Prefeita Municipal

Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - 1º Bimestre de 2014

PÁGINA: 1 DE 4
28/03/2014 14:15

Município de Catanduvas-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro- Fevereiro

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)								R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR	
			No Bimestre (b)	%(b/a)	Até o Bimestre (c)	%(c/a)		
								(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	24.900.000,00	24.900.000,00	3.781.668,91	15,19	3.781.668,91	15,19	21.118.331,09	
Recetas Correntes	23.740.000,00	23.740.000,00	3.749.668,91	15,79	3.749.668,91	15,79	19.990.331,09	
Receta Tributária	3.021.500,00	3.021.500,00	227.943,71	7,54	227.943,71	7,54	2.793.556,29	
Impostos	2.410.000,00	2.410.000,00	190.810,05	7,92	190.810,05	7,92	2.219.189,99	
Taxas	561.500,00	561.500,00	31.605,56	5,63	31.605,56	5,63	529.894,44	
Contribuição de Melhoria	50.000,00	50.000,00	5.528,10	11,06	5.528,10	11,06	44.471,90	
Receta De Contribuiçõ s	510.000,00	510.000,00	54.661,34	10,72	54.661,34	10,72	455.338,66	
Contribuiçõ s Economicas	510.000,00	510.000,00	54.661,34	10,72	54.661,34	10,72	455.338,66	
Receta Patrimonial	153.100,00	153.100,00	22.771,92	14,87	22.771,92	14,87	130.328,08	
Recetas Imobiliarias	45.000,00	45.000,00	3.913,13	8,70	3.913,13	8,70	41.086,87	
Recetas De Valores Mobiliarios	108.100,00	108.100,00	18.858,79	17,45	18.858,79	17,45	89.241,21	
Receta Agropecuaria	1.000,00	1.000,00	-	-	-	-	1.000,00	
Receta Da Producao Vegetal	1.000,00	1.000,00	-	-	-	-	1.000,00	
Receta De Serviços	52.000,00	52.000,00	3.706,57	7,13	3.706,57	7,13	48.293,43	
Transferencias Correntes	19.754.600,00	19.754.600,00	3.380.788,53	17,11	3.380.788,53	17,11	16.373.811,47	
Transferencias Intergovernamentais	19.325.600,00	19.325.600,00	3.350.147,08	17,34	3.350.147,08	17,34	15.975.452,92	
Transferencias De Convenios	429.000,00	429.000,00	30.641,45	7,14	30.641,45	7,14	398.358,55	
Outras Recetas Correntes	247.800,00	247.800,00	59.796,84	24,13	59.796,84	24,13	188.003,16	
Multas E Juros De Mora	64.500,00	64.500,00	10.105,33	15,67	10.105,33	15,67	54.394,67	
Indenizacõ s E Restituicõ s	22.300,00	22.300,00	8,37	0,04	8,37	0,04	22.291,63	
Receta Da Dívida Ativa	152.000,00	152.000,00	5.827,42	3,83	5.827,42	3,83	146.172,58	
Recetas Correntes Diversas	9.000,00	9.000,00	43.855,72	487,29	43.855,72	487,29	-34.855,72	
Recetas De Capital	1.160.000,00	1.160.000,00	32.000,00	2,76	32.000,00	2,76	1.128.000,00	
Operacõ s De Credito	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	200.000,00	
Operacõ s De Credito Internas	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	200.000,00	

PÁGINA: 2 DE 4
28/03/2014 14:15

Município de Catanduvas-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

R\$ 1,0							
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)			
					% (b/a)	% (c/a)	
Alienação De Bens	55.000,00	55.000,00	-	-	-	-	55.000,00
Alienação De Bens Móveis	54.000,00	54.000,00	-	-	-	-	54.000,00
Alienação De Bens Imóveis	1.000,00	1.000,00	-	-	-	-	1.000,00
Transferências De Capital	905.000,00	905.000,00	32.000,00	3,54	32.000,00	3,54	873.000,00
Transferências de Convênios	905.000,00	905.000,00	32.000,00	3,54	32.000,00	3,54	873.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS(III)=(I+II)	24.900.000,00	24.900.000,00	3.781.668,91	15,19	3.781.668,91	15,19	21.118.331,09
OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO(IV)							
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(II+IV)	24.900.000,00	24.900.000,00	3.781.668,91	15,19	3.781.668,91	15,19	21.118.331,09
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(VII)=(V+VI)	24.900.000,00	24.900.000,00	3.781.668,91	15,19	3.781.668,91	15,19	21.118.331,09
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)							
Superávit Financeiro	-	-	-	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-

PÁGINA: 3 DE 4
28/03/2014 14:15

Município de Catanduvas-SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanco Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

R\$ 1,00

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f-g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	
								% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VII)	24.900.000,00	70.000,00	24.970.000,00	5.713.652,29	5.713.652,29	3.281.851,70	3.281.851,70	13,14
Despesas Correntes	21.293.500,00	-260.000,00	21.033.500,00	5.446.438,87	5.446.438,87	3.025.347,78	3.025.347,78	14,38
Pessoal E Encargos Sociais	12.198.400,00	-	12.198.400,00	1.869.651,25	1.869.651,25	1.869.651,25	1.869.651,25	15,33
Juros E Encargos Da Dívida	300.000,00	-100.000,00	200.000,00	16.750,89	16.750,89	16.750,89	16.750,89	8,38
Outras Despesas Correntes	8.795.100,00	-160.000,00	8.635.100,00	3.560.036,73	3.560.036,73	1.138.945,64	1.138.945,64	13,19
Despesas De Capital	3.586.500,00	330.000,00	3.916.500,00	267.213,42	267.213,42	256.503,92	256.503,92	6,55
Investimentos	3.286.500,00	430.000,00	3.716.500,00	250.280,78	250.280,78	242.427,45	242.427,45	6,52
Amortizacao/Refinanciamento Da Dívida	300.000,00	-100.000,00	200.000,00	16.932,64	16.932,64	14.076,47	14.076,47	7,04
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	-	20.000,00	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)(VIII+X)	24.900.000,00	70.000,00	24.970.000,00	5.713.652,29	5.713.652,29	3.281.851,70	3.281.851,70	13,14
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO(XII)=(X+XI)	24.900.000,00	70.000,00	24.970.000,00	5.713.652,29	5.713.652,29	3.281.851,70	3.281.851,70	13,14
SUPERÁVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	499.817,21	-
TOTAL(XIV)=(XII+XIII)	24.900.000,00	70.000,00	24.970.000,00	5.713.652,29	5.713.652,29	3.281.851,70	3.781.668,91	15,14

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 28/Mar/2014, 08h e 22m.

PÁGINA: 4 DE 4
28/03/2014 14:15

Município de Catanduvas-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) RS 1,00

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

DAVI PECINATO
CRC 13.325 Contador

PÁGINA: 1 DE 1
28/03/2014 14:21

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência social dos
Servidores Públicos
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
2014 a 2014

LRF, Art.53, § 1º, inciso II - Anexo X

R\$ 1,00

	RECEITAS	DESPESAS	RESULTADO	SALDO FINANCEIRO
RC	PREVIDENCIÁRIAS	PREVIDENCIÁRIAS	PREVIDENCIÁRIO	DO EXERCÍCIO
	(a)	(b)	(c)=(a-b)	(d) = ("d"exercício anterior)+(c))

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 28/Mar/2014, 08h e 36m.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

DAVI PECINATO
C.R.C.: SC-23.325 Contador

PÁGINA: 1 DE 1
28/03/2014 14:22

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro/2014

LRF, Art.53, § 1º, inciso III - Anexo XI

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c)=(a-b)
Receitas De Capital - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	55.000,00	-	55.000,00
Alienacao De Bens Moveis	54.000,00	-	54.000,00
Alienacao De Bens Imoveis	1.000,00	-	1.000,00
TOTAL	55.000,00	-	55.000,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)				
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Invers s Financeiras	-	-	-	-
Amortizacao/Refinanciamento Da Divida	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-	-
Regime Geral da Previdência Social	-	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2013 (h)	2014 (i)=(b)-(e+f)	SALDO ATUAL (j)=(h+i)
		-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 28/Mar/2014, 08h e 37m.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

DAVI PECINATO
C.R.C.: 13.325 Contador

PÁGINA: 1 DE 3
28/03/2014 14:22

Município de Catanduvas-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Feveireiro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.545.100,00	2.545.100,00	197.231,63	7,74
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	830.000,00	830.000,00	10.260,05	1,23
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	250.000,00	250.000,00	26.961,17	10,78
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.000.000,00	1.000.000,00	151.738,70	15,17
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	330.000,00	330.000,00	1.850,13	0,56
Imposto Territorial Rural - ITR	-	-	-	-
Multa, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	3.100,00	3.100,00	657,24	21,20
Dívida Ativa dos Impostos	107.000,00	107.000,00	4.972,12	4,64
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	25.000,00	25.000,00	792,22	3,16
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	16.687.000,00	16.687.000,00	2.860.247,02	17,14
Cota-Parte FPM	6.300.000,00	6.300.000,00	1.230.024,26	19,52
Cota-Parte ITR	2.000,00	2.000,00	46,35	2,31
Cota-Parte IPVA	1.300.000,00	1.300.000,00	120.733,71	9,28
Cota-Parte ICMS	8.900.000,00	8.900.000,00	1.481.140,92	16,64
Cota-Parte IPI-Exportação	125.000,00	125.000,00	22.004,16	17,60
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	60.000,00	60.000,00	6.297,62	10,49
Desoneração ICMS (LC 87/96)	60.000,00	60.000,00	6.297,62	10,49
Outras	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	19.232.100,00	19.232.100,00	3.057.478,65	15,89

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	5.092.000,00	5.092.000,00	839.426,49	16,48
Provenientes da União	1.392.000,00	1.392.000,00	204.725,95	14,70
Provenientes dos Estados	-	-	-	-
Provenientes de Outros Municípios	3.700.000,00	3.700.000,00	634.700,54	17,15
Outras Receitas do SUS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	-	-	-	-
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	5.092.000,00	5.092.000,00	839.426,49	16,48

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	5.644.000,00	5.644.000,00	1.128.497,54	19,99	839.557,01	14,87
Pessoal e Encargos Sociais	3.605.000,00	3.605.000,00	624.206,20	17,31	624.206,20	17,31
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.039.000,00	2.039.000,00	504.291,34	24,73	215.350,81	10,56
DESPESAS DE CAPITAL	182.000,00	182.000,00	5.309,00	2,91	5.309,00	2,91
Investimentos	182.000,00	182.000,00	5.309,00	2,91	5.309,00	2,91
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	5.826.000,00	5.826.000,00	1.133.806,54	19,46	844.866,01	14,50

PÁGINA: 2 DE 3
28/03/2014 14:22

Município de Catanduvas-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV f) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV g) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	-	-	-	-	-	-
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	-	-	-	-	-	-
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos	-	-	-	-	-	-
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	5.826.000,00	5.826.000,00	1.133.806,54	100,00	844.866,01	100,00
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5					27,63	
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb) / 100]6					386.244,21	
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Total		-	-	-	-	-
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º e 2º		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
		Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)		Saldo Final (não aplicado)	
Total (VIII)		-	-		-	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26		LIMITE NÃO CUMPRIDO				
		Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)		Saldo Final (não aplicado)	
Total (IX)		-	-		-	

PÁGINA: 3 DE 3
28/03/2014 14:22

Município de Catanduvas-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/ Total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) x 100
Atenção Básica	5.784.000,00	5.784.000,00	1.133.239,57	99,95	844.299,04	99,93
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	-	-	-	-	-	-
Suporte Profilático e Terapêutico	-	-	-	-	-	-
Vigilância Sanitária	42.000,00	42.000,00	566,97	0,05	566,97	0,07
Vigilância Epidemiológica	-	-	-	-	-	-
Alimentação e Nutrição	-	-	-	-	-	-
Outras Subfunções	-	-	-	-	-	-
TOTAL	5.826.000,00	5.826.000,00	1.133.806,54	100,00	844.866,01	100,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 28/Mar/2014, 08h e 39m.

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[VI(h+i) - (15 \times IIb)/100]$.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

DAVI PECINATO
CRC- 13.325 / Contador

PÁGINA: 1 DE 1
28/03/2014 14:23

Município de Catanduvas-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Despesas de Caráter Continuado Derivadas das Parcerias Público-Privadas
Contratadas
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro/2014

Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28 - Anexo XIII										R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014				SALDO TOTAL					
		2014		(c)=(a+b)							
		No bimestre	Até o Bimestre (b)								
TOTAL DE ATIVOS											
Direitos Futuros											
Ativos Contabilizados na SPE											
Contrapartida para Provisões de PPP											
TOTAL DE PASSIVOS(I)											
Obrigações Não Relacionadas a Serviços											
Contrapartida para Ativos da SPE											
Provisões de PPP											
GABARITOS DE PPP (II)											
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III)=(I-II)											
PASSIVOS CONTINGENTES											
Contraprestações Futuras											
Riscos Não Provisionados											
Outros Passivos Contingentes											
ATIVOS CONTINGENTES											
Serviços Futuros											
Outros Ativos Contingentes											
DESPESAS											
De PPP											
Do Ente Federado											
Das Entidades Não-Dependentes											
TOTAL DAS DESPESAS											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)											
TOTAL DAS DESPESAS/(RCL)(%)											

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 28/Mar/2014, 08h e 40m.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

DAVI PECINATO
C.R.C.: 13.325 - Contador

PÁGINA: 1 DE 2
28/03/2014 14:24

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

LRF, Art. 48 - Anexo XIV		R\$ 1,00		
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No bimestre	Até o bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial da Receita	-		24.900.000,00	
Previsão Atualizada da Receita	-		24.900.000,00	
Receitas Realizadas	3.781.692,92		3.781.692,92	
Déficit Orçamentário			-	
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)	-		0,00	
DESPESAS				
Dotação Inicial	-		24.900.000,00	
Créditos Adicionais	-		70.000,00	
Dotação Atualizada	-		24.970.000,00	
Despesas Empenhadas	5.713.652,29		5.713.652,29	
Despesas Liquidadas	3.281.851,70		3.281.851,70	
Superávit Orçamentário			499.841,22	
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		No bimestre	Até o bimestre	
Despesas Empenhadas	5.713.652,29		5.713.652,29	
Despesas Liquidadas	3.281.851,70		3.281.851,70	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o bimestre	
Receita Corrente Líquida			22.277.327,67	
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No bimestre	Até o bimestre	
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	0,00		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)	0,00		0,00	
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)	0,00		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal	-50.000,00		-416.656,33	833,31
Resultado Primário	236.900,00		511.785,78	216,03
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.275.370,57		0,00	771.691,57 503.679,00
Poder Executivo	1.275.370,57		0,00	771.691,57 503.679,00
Poder Legislativo	0,00		0,00	0,00 0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	359,00		0,00	0,00 359,00
Poder Executivo	359,00		0,00	0,00 359,00
Poder Legislativo	0,00		0,00	0,00 0,00
TOTAL	1.275.729,57		0,00	771.691,57 504.038,00

PÁGINA: 2 DE 2
28/03/2014 14:24

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

LRF, Art. 48 - Anexo XIV				R\$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No bimestre		Até o bimestre	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
MÍNIMO ANUAL DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	-62.651,48	25%	-2,05	
MÍNIMO ANUAL DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	60%	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre		Saldo Não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito	0,00		200.000,00	
Despesa de Capital Líquida	256.503,92		3.659.996,08	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre		Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00		55.000,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	844.866,01		27,63	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas/RCL (%)				

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 28/Mar/2014, 08h e 42m.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

DAVI PECINATO
C.R.C.: 13.325 Contador

PÁGINA: 1 DE 3
28/03/2014 14:16

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Saldo	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre		
		(a)				(b)	(b/Total b)	(a-b)
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	24.900.000,00	24.970.000,00	5.713.652,29	5.713.652,29	3.281.851,70	3.281.851,70	100,00	21.688.148,30
Legislativa	1.140.000,00	1.140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.140.000,00
Ação Legislativa	1.140.000,00	1.140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.140.000,00
Administração	2.501.000,00	2.471.000,00	851.973,57	851.973,57	381.637,82	381.637,82	11,63	2.089.362,18
Administração Geral	2.301.000,00	2.271.000,00	790.553,65	790.553,65	353.119,94	353.119,94	10,76	1.917.880,06
Defesa Civil	200.000,00	200.000,00	61.419,92	61.419,92	28.517,88	28.517,88	0,87	171.482,12
Segurança Pública	117.000,00	117.000,00	22.318,40	22.318,40	20.290,35	20.290,35	0,62	96.709,65
Policimento	117.000,00	117.000,00	22.318,40	22.318,40	20.290,35	20.290,35	0,62	96.709,65
Assistência Social	894.000,00	894.000,00	131.495,55	131.495,55	76.668,66	76.668,66	2,34	817.331,34
Assistência à Criança e ao Adolescente	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
Assistência Comunitária	885.000,00	885.000,00	131.495,55	131.495,55	76.668,66	76.668,66	2,34	808.331,34
Saúde	5.826.000,00	5.826.000,00	1.133.806,54	1.133.806,54	844.866,01	844.866,01	25,74	4.981.133,99
Atenção Básica	5.784.000,00	5.784.000,00	1.133.239,57	1.133.239,57	844.299,04	844.299,04	25,73	4.935.700,96
Vigilância Sanitária	42.000,00	42.000,00	566,97	566,97	566,97	566,97	0,02	41.433,03
Trabalho	145.000,00	85.000,00	20.456,96	20.456,96	20.456,96	20.456,96	0,62	64.543,04
Fomento ao Trabalho	145.000,00	85.000,00	20.456,96	20.456,96	20.456,96	20.456,96	0,62	64.543,04
Educação	7.193.000,00	7.263.000,00	1.597.293,89	1.597.293,89	1.173.224,45	1.173.224,45	35,75	6.089.775,55
Alimentação e Nutrição	190.000,00	190.000,00	17.092,22	17.092,22	7.835,40	7.835,40	0,24	182.164,60
Ensino Fundamental	5.082.000,00	5.082.000,00	1.157.274,70	1.157.274,70	816.812,00	816.812,00	24,89	4.265.188,00
Ensino Superior	200.000,00	200.000,00	8.829,10	8.829,10	8.829,10	8.829,10	0,27	191.170,90
Educação Infantil	1.656.000,00	1.726.000,00	411.877,87	411.877,87	337.527,95	337.527,95	10,28	1.388.472,05
Educação de Jovens e Adultos	65.000,00	65.000,00	2.220,00	2.220,00	2.220,00	2.220,00	0,07	62.780,00
Cultura	75.000,00	75.000,00	30.221,00	30.221,00	9.305,07	9.305,07	0,28	65.694,93
Diffusão Cultural	75.000,00	75.000,00	30.221,00	30.221,00	9.305,07	9.305,07	0,28	65.694,93
Urbanismo	1.169.000,00	1.059.000,00	160.488,69	160.488,69	73.384,34	73.384,34	2,24	985.615,66
Infra-Estrutura Urbana	579.000,00	519.000,00	12.677,74	12.677,74	12.677,74	12.677,74	0,39	506.322,26
Serviços Urbanos	590.000,00	540.000,00	147.810,95	147.810,95	60.706,60	60.706,60	1,85	479.293,40

PÁGINA: 2 DE 3
28/03/2014 14:16

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')		R\$ 1,00									
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		%		%		Saldo (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)					
Habituação	20.000,00	420.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	420.000,00
Habituação Urbana	20.000,00	420.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	420.000,00
Saneamento	680.000,00	680.000,00	378.481,55	378.481,55	73.121,36	73.121,36	2,23	10,75	2,23	10,75	606.878,64
Defesa Civil	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00
Saneamento Básico Urbano	659.000,00	659.000,00	378.481,55	378.481,55	73.121,36	73.121,36	2,23	11,10	2,23	11,10	585.878,64
Gestão Ambiental	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00
Controle Ambiental	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00
Agricultura	633.000,00	633.000,00	85.150,00	85.150,00	29.276,45	29.276,45	0,89	4,63	0,89	4,63	603.723,55
Extensão Rural	633.000,00	633.000,00	85.150,00	85.150,00	29.276,45	29.276,45	0,89	4,63	0,89	4,63	603.723,55
Comunicações	30.000,00	30.000,00	9.300,00	9.300,00	2.332,15	2.332,15	0,07	7,77	0,07	7,77	27.667,85
Telecomunicações	30.000,00	30.000,00	9.300,00	9.300,00	2.332,15	2.332,15	0,07	7,77	0,07	7,77	27.667,85
Transporte	2.783.000,00	2.783.000,00	870.972,06	870.972,06	374.410,80	374.410,80	11,41	13,45	11,41	13,45	2.408.589,20
Transporte Rodoviário	2.783.000,00	2.783.000,00	870.972,06	870.972,06	374.410,80	374.410,80	11,41	13,45	11,41	13,45	2.408.589,20
Desporto e Lazer	244.000,00	244.000,00	60.203,54	60.203,54	22.773,27	22.773,27	0,69	9,33	0,69	9,33	221.226,73
Desporto Comunitário	244.000,00	244.000,00	60.203,54	60.203,54	22.773,27	22.773,27	0,69	9,33	0,69	9,33	221.226,73
Encargos Especiais	1.409.000,00	1.209.000,00	361.490,54	361.490,54	180.104,01	180.104,01	5,49	14,90	5,49	14,90	1.028.895,99
Administração Geral	809.000,00	809.000,00	327.807,01	327.807,01	149.276,65	149.276,65	4,55	18,45	4,55	18,45	659.723,35
Serviço da Dívida Interna	600.000,00	400.000,00	33.683,53	33.683,53	30.827,36	30.827,36	0,94	7,71	0,94	7,71	369.172,64
Reserva de Contingência	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Reserva de Contingência	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III)=(I+II)	24.900.000,00	24.970.000,00	5.713.652,29	5.713.652,29	3.281.851,70	3.281.851,70	100,00	13,14	100,00	13,14	21.688.148,30

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 28/Mar/2014, 08h e 23m.

PÁGINA: 1 DE 3
28/03/2014 14:17

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Março/2013 a Fevereiro/2014

R\$ 1,00												Previsão	
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES											Total (Últimos 12 Meses)	Atualizada 2014
	Março/2013	Abril/2013	Maió/2013	Junho/2013	Julho/2013	Agosto/2013							
	Setembro/2013	Outubro/2013	Novembro/2013	Dezembro/2013	Janeiro/2014	Fevereiro/2014							
RECEITAS CORRENTES (I)	2.442.402,75	1.745.895,14	2.100.278,73	2.020.302,79	2.033.159,87	1.917.056,39						25.334.845,76	27.077.400,00
Receita Tributária	1.964.645,80	1.929.004,75	2.120.403,35	2.739.978,22	2.180.709,22	2.141.008,75						2580.675,44	3.021.500,00
	826.034,34	143.116,17	163.075,60	82.245,70	44.938,56	283.726,00						762.849,24	830.000,00
IPTU	106.587,82	122.387,87	132.461,23	448.158,44	113.456,38	114.487,33							
	574.055,64	39.798,69	33.290,20	4.704,44	-	40.614,79							
ISS	12.601,01	11.194,25	8.792,46	27.537,71	5.779,27	4.480,78							
	53.195,78	53.211,50	55.853,30	32.048,87	26.194,25	138.939,23							
ITBI	57.259,69	73.369,52	90.265,09	96.976,63	81.794,64	69.944,06							
	16.847,17	11.575,00	10.814,69	18.823,89	-	57.942,86							
IRRF	16.812,22	16.603,97	14.921,07	42.342,09	10.661,67	16.299,50							
	33.869,44	11.591,87	12.296,21	14.619,00	13.452,27	14.468,19							
Outras Receitas Tributárias	1.075,72	882,60	-	260.333,15	1.191,42	658,71							
	148.066,31	26.939,11	50.821,20	12.049,50	5.292,04	31.760,93							
Receita De Contribuições	18.839,18	20.337,53	18.482,61	20.968,86	14.029,38	23.104,28							
	38.992,61	38.393,24	42.781,06	35.038,22	34.377,65	35.502,94							
Receita Patrimonial	34.115,45	37.434,39	41.217,85	38.785,32	-	54.661,34							
	12.385,08	10.984,51	10.068,51	10.281,05	8.681,39	7.704,65							
Receita Agropecuária	16.011,92	4.862,02	14.436,70	63.837,87	13.882,26	8.889,66							
	-	-	-	-	-	-							
Receita De Serviços	3.914,12	3.771,61	5.311,08	-	3.868,65	3.827,14							
	2.699,35	7.422,05	907,80	5.715,16	1.368,63	2.337,94							
Transferências Correntes	1.543.762,45	1.531.652,03	1.853.395,76	1.814.881,12	1.816.512,96	1.723.625,53							
	1.784.312,09	1.747.167,74	1.907.486,32	2.154.761,61	2.003.888,78	1.948.948,81							
Cota-Parte do PPM	355.813,96	381.780,35	548.566,47	457.664,94	325.915,82	426.129,77							
	352.678,29	352.683,71	490.575,88	740.091,40	594.831,36	635.192,90							
Cota-Parte do ICMS	584.606,41	704.905,96	700.519,52	656.165,17	817.569,36	682.921,84							

PÁGINA: 2 DE 3
28/03/2014 14:17

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Março/2013 a Fevereiro/2014

RREO - ANEXO III(LRF, Art.53, inciso I)											R\$ 1,0	
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES										Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2014
	Março/2013	Abril/2013	Maio/2013	Junho/2013	Julho/2013	Agosto/2013						
	Setembro/2013	Outubro/2013	Novembro/2013	Dezembro/2013	Janeiro/2014	Fevereiro/2014						
	725.594,55	705.451,08	784.976,39	782.349,70	760.916,88	720.224,04					8.626.200,90	8.900.000,00
Cota-Parte do IPVA	116.574,88	96.686,74	92.919,10	82.521,58	123.549,40	105.832,60						
	110.315,84	105.676,44	60.664,57	27.069,74	43.808,91	76.924,80					1.042.544,60	1.300.000,00
Cota-Parte do ITR	144,66	-	538,50	249,91	-	48,54						
	6.158,18	5.035,24	53,10	15,99	46,35	-					12.290,47	2.000,00
Transferências da LC 87/1996	-	12.826,13	3.206,53	3.206,53	3.206,53	3.206,53						
	3.206,53	3.206,53	3.206,53	3.206,53	3.148,81	3.148,81					44.775,99	60.000,00
Transferências da LC 61/1989	8.266,51	8.275,06	10.192,69	10.615,96	10.456,98	11.189,06						
	10.177,89	10.880,22	12.069,01	12.899,16	11.915,88	10.088,28					127.026,70	125.000,00
Transferências do FUNDEB	234.735,78	273.777,36	293.254,74	324.941,58	263.349,92	284.227,68						
	286.511,09	278.408,71	313.393,10	311.775,79	321.221,29	313.479,25					3.499.076,29	3.700.000,00
Outras Transferências Correntes	243.620,25	53.400,43	204.198,21	279.515,45	272.464,95	210.069,51						
	289.669,72	285.825,81	242.547,74	277.353,30	267.999,30	189.890,73					2.816.555,40	2.705.000,00
Outras Receitas Correntes	17.314,15	17.977,58	25.646,72	77.856,70	124.780,66	-137.329,87						
	20.919,17	9.730,68	23.893,45	28.719,82	48.113,17	11.683,67					269.305,90	247.800,00
DEDUÇÕES (II)	213.081,09	240.894,62	271.188,36	242.084,60	256.139,39	245.865,47						
	241.626,02	236.586,38	271.720,35	266.306,76	282.933,46	289.115,60					3.057.542,10	3.337.400,00
Dedução de Receitas para Formação do FUNDEB	213.081,09	240.894,62	271.188,36	242.084,60	256.139,39	245.865,47						
	241.626,02	236.586,38	271.720,35	266.306,76	282.933,46	289.115,60					3.057.542,10	3.337.400,00
RECITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	2.229.321,66	1.505.000,52	1.829.090,37	1.778.218,19	1.777.020,48	1.671.190,92					22.277.303,66	23.740.000,00
	1.723.019,78	1.692.418,37	1.848.683,00	2.473.671,46	1.897.775,76	1.851.893,15						

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 28/Mar/2014, 08h e 24m.

GISA APARECIDA GIACOMIN

DAVI PECINATO

PÁGINA: 3 DE 3
28/03/2014 14:17

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Março/2013 a Fevereiro/2014

RREO - ANEXO III(LRF, Art.53, inciso I)										R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES								Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2014	
	Março/2013	Abril/2013	Maio/2013	Junho/2013	Julho/2013	Agosto/2013					
	Setembro/2013	Outubro/2013	Novembro/2013	Dezembro/2013	Janeiro/2014	Fevereiro/2014					
Prefeita Municipal											

CRC 13.325 Contador

PÁGINA: 1 DE 3
28/03/2014 14:17

Município de Catanduvas-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
RECEITAS PREV. - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Contribuições	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-
(-)DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III)=(I+II)	-	-	-	-	-

PÁGINA: 2 DE 3
28/03/2014 14:17

Município de Catanduvas-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-
PREVIDÊNCIA	-	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-	-
Reformas	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (VI)=(IV+V)	-	-	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII)=(III-VI)	-	-	-	-	-

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS			-	-	-
Plano Financeiro			-	-	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			-	-	-
Recursos para Formação de Reserva			-	-	-
Outros Aportes para o RPPS			-	-	-
Plano Previdenciário			-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			-	-	-
Outros Aportes para o RPPS			-	-	-

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	-

BENS E DIREITOS DO RPPS DO RPPS	jan/14	PERÍODO DE REFERENCIA	
		2014	2013

PÁGINA: 3 DE 3
28/03/2014 14:17

Município de Catanduvas-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Feveireiro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS		
	INICIAL	ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
RECEITAS CORRENTES (VIII)	-	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-	-
Patronal	-	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-	-
Para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-	-	-
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI)=(VIII+IX-X)	-	-	-	-	-

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS-RPPS	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS LIQUIDADAS		
	INICIAL	ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
ADMINISTRAÇÃO (XII)	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII)=(XII)	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 28/Mar/2014, 08h e 25m.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

DAVI PECINATO
CRC 13.325 Contador

PÁGINA: 1 DE 2
28/03/2014 14:18

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Nominal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO V(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013 (a)	Em 31/Dez/2013 (b)	Em 28/Fev/2014 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	-	-	-
DEDUÇÕES(II)	1.417.608,64	1.417.608,64	1.854.726,35
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.692.979,21	2.692.979,21	3.359.990,97
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.275.370,57	1.275.370,57	1.505.264,62
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(III)=(I-II)	-1.417.608,64	-1.417.608,64	-1.854.726,35
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES(IV)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(VI)=(III+IV-V)	-1.417.608,64	-1.417.608,64	-1.854.726,35

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-437.117,71	-437.117,71

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS	
DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-50.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013	Em 31/Dez/2013	Em 28/Fev/2014
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA(VII)	-	-	-
Passivo Atuarial	-	-	-
Demais Dívidas	-	-	-
DEDUÇÕES(VIII)	-	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(IX)=(VII-VIII)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(X)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(XI)=(IX-X)	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 28/Mar/2014, 08h e 27m.

GISA APARECIDA GIACOMIN

DAVI PECINATO

PÁGINA: 2 DE 2
28/03/2014 14:18

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Nominal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO V(LRF, art. 53, inciso III)		R\$ 1,00		
		SALDO		
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA		Em 31/Dez/2013	Em 31/Dez/2013	Em 28/Fev/2014
Prefeita Municipal	CRC 13.325 Contador			

PÁGINA: 1 DE 2
28/03/2014 14:18

Município de Catanduvas-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES(I)	23.631.900,00	3.730.810,12	3.730.810,12	3.364.293,12
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.021.500,00	227.943,71	227.943,71	225.224,81
IPTU	830.000,00	10.260,05	10.260,05	177,45
ISS	1.000.000,00	151.738,70	151.738,70	123.863,14
ITBI	250.000,00	26.961,17	26.961,17	16.671,77
IRRF	330.000,00	1.850,13	1.850,13	986,91
Outras Receitas Tributárias	611.500,00	37.133,66	37.133,66	83.525,54
Receita de Contribuição	510.000,00	54.661,34	54.661,34	78.838,18
Receita Previdenciária	-	-	-	-
Outras Contribuições	510.000,00	54.661,34	54.661,34	78.838,18
Receita Patrimonial Líquida	45.000,00	3.913,13	3.913,13	2.751,04
Receita Patrimonial	153.100,00	22.795,93	22.795,93	30.116,80
(-)Aplicações Financeiras	108.100,00	18.882,80	18.882,80	27.365,76
Transferências Correntes	19.754.600,00	3.380.788,53	3.380.788,53	3.027.321,55
FPM	5.040.000,00	984.019,48	984.019,48	861.614,43
ICMS	7.120.000,00	1.185.111,66	1.185.111,66	1.046.465,41
Convênios	-	-	-	-
Outras Transferências Correntes	7.594.600,00	1.211.657,39	1.211.657,39	1.119.241,71
Demais Receitas Correntes	300.800,00	63.503,41	63.503,41	30.157,54
Dívida Ativa	152.000,00	5.827,42	5.827,42	15.916,41
Diversas Receitas Correntes	148.800,00	57.675,99	57.675,99	14.241,13
RECEITAS DE CAPITAL(II)	1.160.000,00	32.000,00	32.000,00	354.784,47
Operações de Crédito(III)	200.000,00	-	-	-
Amortização de Empréstimos(IV)	-	-	-	-
Alienação de Bens(V)	55.000,00	-	-	-
Transferências de Capital	905.000,00	32.000,00	32.000,00	354.784,47
Convênios	905.000,00	32.000,00	32.000,00	354.784,47
Outras Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(VI)=(II-III-IV-V)	905.000,00	32.000,00	32.000,00	354.784,47
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(VII)=(I+VI)	24.536.900,00	3.762.810,12	3.762.810,12	3.719.077,59

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
DESPESAS CORRENTES(VIII)	21.033.500,00	3.025.347,78	3.025.347,78	2.787.820,07

PÁGINA: 2 DE 2
28/03/2014 14:18

Município de Catanduvas-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
Pessoal e Encargos Sociais	12.198.400,00	1.869.651,25	1.869.651,25	1.716.627,48
Juros e Encargos da Dívida(IX)	200.000,00	16.750,89	16.750,89	60.240,87
Outras Despesas Correntes	8.635.100,00	1.138.945,64	1.138.945,64	1.010.951,72
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES(X)=(VIII-IX)	20.833.500,00	3.008.596,89	3.008.596,89	2.727.579,20
DESPESAS DE CAPITAL(XI)	3.916.500,00	256.503,92	256.503,92	295.088,04
Investimentos	3.716.500,00	242.427,45	242.427,45	235.387,20
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos(XII)	-	-	-	-
Aquisição Título de Capital Integralizado(XIII)	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida(XIV)	200.000,00	14.076,47	14.076,47	59.700,84
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	3.716.500,00	242.427,45	242.427,45	235.387,20
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(XVI)	20.000,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS(XVII)	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL(XVIII)=(X+XV+XVI+XVII)	24.570.000,00	3.251.024,34	3.251.024,34	2.962.966,40
RESULTADO PRIMÁRIO(XIX)=(VII-XVIII)	-33.100,00	511.785,78	511.785,78	756.111,19
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			-	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL		VALOR CORRENTE		
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O		236.900,00		
EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 28/Mar/2014, 08h e 29m.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

DAVI PECINATO
CRC 13.325 Contador

PÁGINA: 1 DE 1
28/03/2014 14:19

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Região
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

PODER/ÓRGÃO		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo
		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)(I)												
EXECUTIVO												
GABINETE PREFEITO E VICE		21,00	11.588,81	6.344,82	-	5.264,99	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO GERAL		3.044,50	141.949,37	80.971,13	-	64.022,74	300,00	-	-	-	-	300,00
EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO		6.841,65	249.982,47	165.768,95	-	91.055,17	59,00	-	-	-	-	59,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA		-	337.795,69	160.222,25	-	177.573,44	-	-	-	-	-	-
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		729,94	3.899,48	763,50	-	3.865,92	-	-	-	-	-	-
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE		260,52	94.603,56	88.567,56	-	6.296,52	-	-	-	-	-	-
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS		-	341.940,31	221.246,74	-	120.693,57	-	-	-	-	-	-
Fundo Municipal de Saude de Catanduvas		7,84	-	-	-	7,84	-	-	-	-	-	-
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS		69,50	-	-	-	69,50	-	-	-	-	-	-
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		678,00	81.957,93	47.806,62	-	34.829,31	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL		11.652,95	1.263.717,62	771.691,57	-	503.679,00	359,00	-	-	-	-	359,00
LEGISLATIVO												
Órgão não cadastrado		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(I)		11.652,95	1.263.717,62	771.691,57	-	503.679,00	359,00	-	-	-	-	359,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal. 28/Mar/2014, 08h e 30m.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

DAVI PECINATO
CRC13.325 Contador

PÁGINA: 1 DE 7
28/03/2014 14:19

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro- Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					RECEITAS REALIZADAS		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)					No Bimestre	Até o Bimestre	% (c)=(b)/a)x100
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA				(b)	(c)=(b)/a)x100
1-RECEITAS DE IMPOSTOS	2.545.100,00	2.545.100,00			197.231,63	197.231,63	7,75
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	942.100,00	942.100,00			16.207,69	16.207,69	1,72
1.1.1-IPTU	830.000,00	830.000,00			10.260,05	10.260,05	1,24
1.1.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.100,00	2.100,00			266,88	266,88	12,71
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	91.000,00	91.000,00			4.895,62	4.895,62	5,38
1.1.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	19.000,00	19.000,00			785,14	785,14	4,13
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	-	-			-	-	-
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	250.000,00	250.000,00			26.961,17	26.961,17	10,78
1.2.1-ITBI	250.000,00	250.000,00			26.961,17	26.961,17	10,78
1.2.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	-			-	-	-
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	-	-			-	-	-
1.2.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	-			-	-	-
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	-	-			-	-	-
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.023.000,00	1.023.000,00			152.212,64	152.212,64	14,88
1.3.1-ISS	1.000.000,00	1.000.000,00			151.738,70	151.738,70	15,17
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.000,00	1.000,00			399,76	399,76	39,98
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	16.000,00	16.000,00			76,50	76,50	0,48
1.3.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	6.000,00	6.000,00			7,08	7,08	0,12
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	-	-			9,40	9,40	-
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	330.000,00	330.000,00			1.850,13	1.850,13	0,56
1.4.1-IRRF	330.000,00	330.000,00			1.850,13	1.850,13	0,56
1.4.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	-			-	-	-
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	-	-			-	-	-
1.4.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	-			-	-	-
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	-	-			-	-	-
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153 §4º, inciso III)	-	-			-	-	-
1.5.1-ITR	-	-			-	-	-
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	-			-	-	-
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	-	-			-	-	-
1.5.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	-			-	-	-
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	-	-			-	-	-

PÁGINA: 2 DE 7
28/03/2014 14:19

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro- Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	16.687.000,00	16.687.000,00	2.860.247,02	2.860.247,02	17,14
2.1-Cota-Parte FPM	6.300.000,00	6.300.000,00	1.230.024,26	1.230.024,26	19,52
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.300.000,00	6.300.000,00	1.230.024,26	1.230.024,26	19,52
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	-	-	-	-
2.2-Cota-Parte ICMS	8.900.000,00	8.900.000,00	1.481.140,92	1.481.140,92	16,64
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	60.000,00	60.000,00	6.297,62	6.297,62	10,50
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	125.000,00	125.000,00	22.004,16	22.004,16	17,60
2.5-Cota-Parte ITR	2.000,00	2.000,00	46,35	46,35	2,32
2.6-Cota-Parte IPVA	1.300.000,00	1.300.000,00	120.733,71	120.733,71	9,29
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	-	-	-	-	-
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	19.232.100,00	19.232.100,00	3.057.478,65	3.057.478,65	15,90

PÁGINA: 3 DE 7
28/03/2014 14:19

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro- Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	-	-	-	-	-
5.1 - Transferências do Salário-Educação	-	-	-	-	-
5.2 - Outras Transferências do FNDE	-	-	-	-	-
5.3 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	-	-	-	-
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	-	-	-	-
6.1 - Transferências de Convênios	-	-	-	-	-
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	-	-	-	-
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-	-	-	-
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	-	-	-	-	-

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.337.400,00	3.337.400,00	572.049,06	572.049,06	17,14
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.1.1)	1.260.000,00	1.260.000,00	246.004,78	246.004,78	19,52
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.2)	1.780.000,00	1.780.000,00	296.029,26	296.029,26	16,63
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.3)	12.000,00	12.000,00	1.259,52	1.259,52	10,50
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.4)	25.000,00	25.000,00	4.400,84	4.400,84	17,60
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB-(0% de (1.5 + 2.5)	400,00	400,00	9,27	9,27	2,32
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.6)	260.000,00	260.000,00	24.345,39	24.345,39	9,36
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.700.000,00	3.700.000,00	634.700,54	634.700,54	17,15
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	3.700.000,00	3.700.000,00	634.700,54	634.700,54	17,15
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-	-	-
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	-
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10)¹	362.600,00	362.600,00	62.651,48	62.651,48	17,28

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

PÁGINA: 4 DE 7
28/03/2014 14:19

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro- Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	
					(f)=(e)/d)x100
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	-	-	-	-	-
13.1-Com Educação Infantil	-	-	-	-	-
13.2-Com Ensino Fundamental	-	-	-	-	-
14-OUTRAS DESPESAS	-	-	-	-	-
14.1-Com Educação Infantil	-	-	-	-	-
14.2-Com Ensino Fundamental	-	-	-	-	-
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)	-	-	-	-	-
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					
			VALOR		
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					-
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB					-
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)					-
19-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL' ((13-18)/(11)x100)%					-
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					
			VALOR		
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					-99.030,32
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					

PÁGINA: 5 DE 7
28/03/2014 14:19

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro- Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72) R\$ 1,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		%	
			No Bimestre	Até o Bimestre		
		(a)		(b)	(c)=(b)/a)x100	
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS A MDE (25% de 3) ³	4.808.025,00	4.808.025,00	764.369,66	764.369,66	15,90	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		%	
			No Bimestre	Até o Bimestre		
		(d)		(e)	(f)=(e)/d)x100	
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	-	-	-	-	-	
23.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	-	
23.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	-	-	-	-	-	
24-ENSINO FUNDAMENTAL	-	-	-	-	-	
24.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	-	
24.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	-	-	-	-	-	
25-ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-	
26-ENSINO SUPERIOR	-	-	-	-	-	
27-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-	-	
28-OUTRAS	-	-	-	-	-	
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	-	-	-	-	-	

PÁGINA : 6 DE 7
28/03/2014 14:19

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)	R\$ 1,00
DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	62.651,48
31-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	-
32-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	-
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	-
34-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	-
35-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4	-
36-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)	-
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)	62.651,48
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23+24) - (37))	-62.651,48
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE 5 ((38)/(3)x100)%	-2,05

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	(f)=(e/d)x100
41-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	-	-	-	-	
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	
43-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-	-	-	
44-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	-	-	-	-	
45-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	-	-	-	-	
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2014 (g)		
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	-	-	-	-	-

PÁGINA: 7 DE 7
28/03/2014 14:19

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro- Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

	FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		-	
48-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		634.700,54	
49-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		99.030,32	
50-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		-	
51-(-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		535.670,22	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 28/Mar/2014, 08h e 32m.

¹Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

²Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³Caput do artigo 212 da CF/1988.

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art.121, V.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

DAVI PECINATO
CRC 13.325 Contador

PÁGINA: 1 DE 1
28/03/2014 14:20

Município de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

LRF, art.53, § 1º, Inciso I Anexo IX

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c)=(a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	200.000,00	-	200.000,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	3.916.500,00	256.503,92		3.659.996,08
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte				
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras				
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	3.916.500,00	256.503,92		3.659.996,08
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(I-II)	-3.716.500,00	-256.503,92		-3.459.996,08

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 28/Mar/2014, 08h e 35m.

1

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

DAVI PECINATO
C.R.C.: SC 13.325 -Contador

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria Nº PL/50/2014 de 28 de Março de 2014**

PORTARIA Nº PL/50/2014 de 28 de março de 2014.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL À SERVIDORA SIMONE VIEIRA DOS SANTOS DE MARTINI.

ODAIR JOSE GABRIELLI, Presidente do Poder Legislativo Municipal de Catanduvas, no uso das suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa Legislativa,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão funcional à Simone Vieira dos Santos De Martini, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Contabilidade, Nível 07, Classe "A", para dar-lhe ascensão ao cargo Nível 7, Classe "B", em razão de progressão por desempenho funcional, com base na Lei nº 2.408/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Odair José Gabrielli
Presidente

Registra-se e Publica-se em 28 de março de 2014.

Odair José Gabrielli
Presidente

Saete Ribeiro Chiarello
1º Secretária

Portaria Nº PL/51/2014 de 28 de Março de 2014.

PORTARIA Nº PL/51/2014 de 28 de março de 2014.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL À SERVIDORA NEUSA REGINA CHINATO.

ODAIR JOSE GABRIELLI, Presidente do Poder Legislativo Municipal de Catanduvas, no uso das suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa Legislativa,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão funcional à Neusa Regina Chinato, ocupante do cargo de provimento efetivo de Secretária, Nível 15, Classe "D", para dar-lhe ascensão ao Nível 15, Classe "E", em razão de progressão por desempenho funcional, com base na Lei nº 2.408/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Odair José Gabrielli
Presidente

Registra-se e Publica-se em 28 de março de 2014.

Odair José Gabrielli
Presidente

Saete Ribeiro Chiarello
1º Secretária

Chapadão do Lageado**PREFEITURA****Extrato do Contrato Nº 39/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 039/2014

Nº. do Contrato Administrativo: 039/2014.

Vigência: 31/03/2014 à 31/12/2014

Processo Licitatório nº 38/2014

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: Adelmo Lemhkul e Cia Ltda.

Valor: R\$ 3.928,00 (Três Mil, Novecentos e Vinte e Oito Reais).

Objeto: O Contrato tem por objeto à aquisição de gêneros alimentícios para composição das refeições servidas ao grupo da Terceira Idade do Município de Chapadão do Lageado, que deverá ser distribuído/entregue pelo licitante vencedor no Centro de Multiuso Sebastião Rode, localizado na Rua Bernardo Henrique Hillenshein, Centro de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada
1	Couve Flor - unidades de tamanho médio, tonalidade branca ou creme, íntegros, não murchos, em perfeita condições de apresentação (cultivo agroecológico)	Un	100
2	FERMENTO DE PÃO 250 g	Un	15
3	FERMENTO QUIMICO DE BOLO EMBALAGEM 250 GRAMAS	Un	15
4	LINGUIÇA CALABRESA	Kg	60
5	MASSA CASEIRA FRESCA (TIPO ALETRIA) COM OVOS	Kg	30
6	MELANCIA	Un	70
8	OREGANO, EMBALAGEM DE 100 GRAMAS	Un	20
9	QUEIJO / QUALHO FATIADO	Kg	50

DATA DA ASSINATURA: 31 de março de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 40/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 040/2014

Nº. do Contrato Administrativo: 040/2014.

Vigência: 31/03/2014 à 31/12/2014

Processo Licitatório nº 38/2014

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: Schuhmacher e Shuhmacher Exportação e Importação.

Valor: R\$ 106,00 (Cento e seis reais).

Objeto: O Contrato tem por objeto à aquisição de gêneros alimentícios para composição das refeições servidas ao grupo da Terceira Idade do Município de Chapadão do Lageado, que deverá ser distribuído/entregue pelo licitante vencedor no Centro de Multiuso Sebastião Rode, localizado na Rua Bernardo Henrique Hillenshein, Centro de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com

as quantidades e especificações relacionadas:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada
7	MUSSE	Kg	20

DATA DA ASSINATURA: 31 de março de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 141 de 28.03.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIANº 141/2014

- CONSIDERANDO que o servidor designado, é lotado na Administração Central, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos - 40 horas;
- CONSIDERANDO a necessidade e o interesse público na manutenção dos procedimentos administrativos de rotina da Secretaria Municipal da Saúde;
- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, Inciso VII e pelo art. 70, inciso II alínea "g" da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,
RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho do Servidor Público, AMILTON CARLOS WESTPHAL, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos - 40 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, para exercer suas atividades junto a Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 31.04.2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 28 de abril de 2014.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 017/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
DECRETO Nº 017/2014
"ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, I e § 1º, II da Lei Nº 0598, de 20.12.2013,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 116 (transferência de convênios - outros) no valor de R\$ 610.500,00 (seiscentos e dez mil e quinhentos reais), fica aberto um Crédito Suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

08 – Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços

03 – Divisão de Obras

26 – Transporte

12 – Estradas Vicinais

782 – Transporte Rodoviário

116 – Transferência de convênios - Outros

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

1091 - Aquisição de Maquinas, Equipamentos, Implementos Agrícolas e Veículos de Transporte de Carga . R\$ 365.000,00

03 – Secretaria de Administração e Planejamento

03 – Secretaria de Administração e Planejamento

04 – Administração

05 – Administração Geral

122 – Administração Geral

116 – Transferência de convênios - Outros

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

1006 - Aquisição de Moveis, Equipamentos e Veículos . R\$ 245.500,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 28 de março de 2014.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 018/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
DECRETO Nº 018/2014
"ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NAS DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, VII, da Lei Nº 0598, de 20.12.2013,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 107 (transferência de convênios – saúde), no valor de R\$ 250.540,00 (duzentos e cinquenta mil e quinhentos e quarenta reais), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

06 – Secretaria de Saúde

01 – Divisão do Fundo de Saúde

10 – Saúde

09 – Saúde para todos

301 – Atenção Básica

107 – Transferência de Convênios - Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

1006 – Aquisição de Moveis, Equipamentos e Veículos . R\$ 250.540,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 28 de março de 2014.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº. 19/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2014 DA PMCS. Processo Administrativo nº. 15/PMCS/2014. Pregão Presencial nº. 10/2014. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul. CONTRATADA: SUPER LIDER ALIMENTOS LTDA. ASSINATURA: 28/03/2014. VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 3.3.90.30.07(60) (61) OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios(merenda escolar) no atendimento ao Município de Cocal do Sul. VALOR: R\$ 7.777.60(sete mil setecentos e setenta e sete reais e sessenta centavos).

Extrato de Contrato Nº. 05.2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2014 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/FMS. Processo Administrativo nº. 02/FMS/2014. Dispensa de Licitação nº. 01/2014. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul - Fundo Municipal de Saúde. CONTRATADA: ELEVADORES CASTELO LTDA. ASSINATURA: 28/03/2014. VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 3.3.90.00.00.00.00(11). OBJETO: serviços de manutenção preventiva, uma vez por mês no elevador instalado na sede de Secretaria de Saúde Pública do Município de Cocal do Sul. VALOR: R\$ 3.058,00(três mil e cinquenta e oito reais).

Concórdia

PREFEITURA

Extrato 1º TA Contrato Nº 112/2014 - PMC

Contrato Nº: 112/2014

Aditivo Nº: 1 TA/2014

Tipo Aditivo: Prazo

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: ALA COMERCIO LTDA ME

Licitação: Pregão Presencial 13/2014

Objeto: contratação de empresa para a confecção e instalação de móveis sob medida em regime de empreitada por preço máximo unitário (material e mão de obra), para o Centro Municipal de Educação Infantil - Bairro Imigrantes, conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência: Início: 20/03/2014 Término: 19/07/2014

Assinatura: 20/03/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação: 74 - 06.004.2018.344905242000000.01580000

Extrato 2º TA Contrato Nº 181/2012 - PMC

Contrato Nº: 181/2012/2012

Aditivo Nº: 2 TA/2014

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: INVIOSAT SERVIÇOS LTDA EPP

Licitação: Pregão Eletrônico 3/2012

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO NOS CENTROS DE BEM ESTAR SOCIAL, UNIDADES ADMINISTRATIVAS E ESCOLARES DE ENSINO FUNDAMENTAL E DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DESTA MUNICÍPIO.

Vigência: Início: 20/03/2014 Término: 24/03/2015

Assinatura: 20/03/2014

Valor R\$: 25.846,08 (Vinte e Cinco Mil, Oitocentos e Quarenta e Seis Reais e Oito Centavos)

Dotação: 51 - 06.002.2013.333903977000000.01010000

Dotação: 63 - 06.002.2017.333903977000000.01010000

Dotação: 86 - 07.001.2022.333903977000000.01000001

Dotação: 132 - 09.001.2032.333903977000000.01000001

Dotação: 190 - 12.001.2043.333903977000000.01550000

Dotação: 262 - 16.001.2401.333903977000000.01000001

Extrato 4º TA Contrato Nº 104/2011 - PMC

Contrato Nº: 104/2011/2011

Aditivo Nº: 4 TA/2014

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: LOTUS SEGURANÇA PRIVADA LTDA

Licitação: Pregão Eletrônico 2/2011

Objeto: Vigilância ostensiva e monitoramento eletrônico

Vigência: Início: 20/03/2014 Término: 21/03/2015

Assinatura: 20/03/2014

Valor R\$: 63.504,00 (Sessenta e Três Mil e Quinhentos e Quatro Reais)

Dotação: 23 - 04.001.2007.333903401000000.01000001

Dotação: 28 - 04.002.2045.333903977000000.01000002

Extrato 3º TA Contrato Nº 103/2011 - PMC

Contrato Nº: 103/2011/2011

Aditivo Nº: 3 TA/2014

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: INVIOSAT SEGURANÇA LTDA

Licitação: Pregão Eletrônico 2/2011

Objeto: Vigilância ostensiva e monitoramento eletrônico

Vigência: Início: 20/03/2014 Término: 21/03/2015

Assinatura: 20/03/2014

Valor R\$: 31.386,48 (Trinta e Um Mil, Trezentos e Oitenta e Seis Reais e Quarenta e Oito Centavos)

Dotação: 23 - 04.001.2007.333903401000000.01000001

Dotação: 28 - 04.002.2045.333903977000000.01000002

Extrato 6º TA Contrato Nº 137/2009 - PMC

Contrato Nº: 137/2009/2009

Aditivo Nº: 6 TA/2014

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: IMOBILIÁRIA CONCÓRDIA LTDA

Licitação: Dispensa para Compras e Serviços 5/2009

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL CONSTITUÍDO POR TRÊS SALAS, SITUADA NA RUA MARECHAL DEODORO, N 658, CENTRO QUE ABRIGARA AS INSTALAÇÕES DO ARQUIVO PERMANENTE MUNICIPAL E A SALA DE AUDIÊNCIAS.

Vigência: Início: 21/03/2014 Término: 21/06/2014

Assinatura: 21/03/2014

Valor R\$: 9.719,34 (Nove Mil, Setecentos e Dezenove Reais e Trinta e Quatro Centavos)

Dotação: 23 - 04.001.2007.333903902000000.01000001

Dotação: 23 - 04.001.2007.333903910000000.01000001

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 33/2014 – PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2014 – PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição durante o ano de 2014 de ladrilho hidráulico pigmentado, com sinalização podotátil de condução (modelo "barra"), e com sinalização podotátil de alerta (modelo "bolinha"), para aplicação em passeios públicos, em vários locais do município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 16/04/2014.

Abertura: dia 17/04/2014, às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 28 de março de 2014.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Comunicação de Interposição Recursal - Pregão Presencial Nº 22/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria técnico-pedagógica por área de conhecimento, para

incentivar a profissionalização docente para atuar com os alunos das Escolas da Rede Municipal, capacitar os professores de modo a fortalecer o trabalho nos anos/séries que trabalham, a partir de conteúdos específicos de Ensino conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL

Para fins do disposto no § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, comunicamos ao seguinte licitante: FUNDAÇÃO ADOLPHO BOSIO DE EDUCAÇÃO NO TRANSPORTE que a licitante: ASSCON-PP, interpôs, na data de 26 de março de 2014, recurso administrativo pugnando pela revisão do julgamento da fase de classificação final do certame. Desejando, V. Sª poderá impugná-lo, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data da publicação deste aviso, estando os autos abertos à consulta desde já.

Concórdia, SC, 28 de março de 2014.

ANGELO BENINI FANTIN

Pregoeiro

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 34/2014 – PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2014 – PMC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta, transporte e destinação de resíduos líquidos classe I sólidos e lodos, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 16/04/2014.

Abertura: dia 17/04/2014, às 14h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 28 de março de 2014.

ANTONIO COLUSSI

Secretário Municipal de Transportes

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 16/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2014

Secretário Municipal de Assistência Social, Cidadania e Habitação, torna público que ratificou o ato da Senhora Noeli Woloszyn Brum de Oliveira, Diretora de Ação Social, que dispensou a licitação, nos termos do Inciso IV, do Artigo 24, homologada em 26 de março de 2014, para despesas com telefonia móvel, para o mês de abril de 2014, em favor das empresas: TIM CELULAR S.A., no valor total estimado de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais); CLARO S.A., no valor total estimado de R\$ 100,00 (cem reais); e VIVO S.A., no valor total estimado de R\$ 200,00 (duzentos reais).

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Assistência Social, Cidadania e Habitação

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Editais Convocação Audiência Pública - Ldo EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, nos termos do § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, c/c com o § 1º do art. 166 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, convida os integrantes da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento do Poder Legislativo do Município e demais integrantes do Poder Legislativo e a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA que será realizada no dia 03 de Abril de 2014, às 10:00 horas, tendo como local o Auditório do Centro Administrativo Municipal, para estabelecer as metas fiscais e investimentos para elaboração da LDO para o exercício de 2015.

Cordilheira Alta SC, 27 Março de 2014
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Decreto N 169/2014

DECRETO Nº169 /2014, DE 27 DE MARÇO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 067/2010,

DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, ao Servidor Municipal, Sr. VALDEMAR NECKER DE MOURA, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 27 de março de 2014.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N 170/2014

DECRETO Nº170 /2014, DE 27 DE MARÇO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 067/2010,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, à Servidora Municipal, Sra. JOSIANI SARA HANEL, ocupante do

cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 27 de março de 2014.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LRF - 1º Bimestre 2014

Município de Cordilheira Alta - SC
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.188.720,00	14.188.720,00	112.894,03	0,80	2.783.501,68	19,62
RECEITAS CORRENTES	13.959.720,00	13.959.720,00	109.869,65	0,79	2.768.897,36	19,83
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.015.500,00	1.015.500,00	42.160,98	4,15	216.588,19	21,33
IMPOSTOS	837.000,00	837.000,00	21.832,01	2,61	150.833,69	18,02
TAXAS	176.500,00	176.500,00	19.482,23	11,04	63.332,13	35,88
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	2.000,00	2.000,00	846,74	42,34	2.422,37	121,12
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	146.000,00	146.000,00	2.463,15	1,69	23.000,22	15,75
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	146.000,00	146.000,00	2.463,15	1,69	23.000,22	15,75
RECEITA PATRIMONIAL	83.500,00	83.500,00	0,00	0,00	21.548,61	25,81
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	83.500,00	83.500,00	0,00	0,00	21.548,61	25,81
RECEITA DE SERVIÇOS	428.000,00	428.000,00	7.007,74	1,64	91.573,95	21,40
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.215.800,00	12.215.800,00	55.187,05	0,45	2.386.059,54	19,53
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	11.964.800,00	11.964.800,00	55.187,05	0,46	2.386.059,54	19,94
Transf. de Conv.	251.000,00	251.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	70.920,00	70.920,00	3.050,73	4,30	30.126,85	42,48
Multas e Juros de Mora	28.620,00	28.620,00	1.181,72	4,13	7.926,50	27,70
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	34.600,00	34.600,00	1.680,04	4,86	21.613,19	62,47
RECEITAS DIVERSAS	7.700,00	7.700,00	188,97	2,45	587,16	7,63
RECEITAS DE CAPITAL	229.000,00	229.000,00	3.024,38	1,32	14.604,32	6,38
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	58.000,00	58.000,00	3.024,38	5,21	14.604,32	25,18
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.188.720,00	14.188.720,00	112.894,03	0,80	2.783.501,68	19,62
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Cordilheira Alta - SC
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual						
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.188.720,00	14.188.720,00	112.894,03	0,80	2.783.501,68	19,62
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.188.720,00	14.188.720,00	112.894,03	0,80	2.783.501,68	19,62
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	288.135,99	—	—	187.069,12	—
Superávit Financeiro	—	288.135,99	—	—	187.069,12	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO ALIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	10.895.038,20	709.385,99	11.604.424,19	99.496,05	3.492.130,35	85.726,06	1.549.012,99	13,35
DESPESAS CORRENTES	9.016.177,70	122.395,99	9.138.573,69	99.111,05	2.625.504,71	84.514,56	1.425.537,05	15,60
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.770.909,40	21.245,99	3.792.155,39	0,00	716.224,38	0,00	687.934,42	18,14
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	53.200,00	0,00	9.800,35	4,90
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.045.268,30	101.150,00	5.146.418,30	99.111,05	1.856.080,33	83.890,35	727.802,28	14,14
DESPESAS DE CAPITAL	1.798.860,50	586.990,00	2.385.850,50	385,00	866.625,64	1.211,50	123.475,94	5,18
INVESTIMENTOS	1.048.860,50	586.990,00	1.635.850,50	385,00	581.959,00	0,00	75.397,00	4,61
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	750.000,00	0,00	750.000,00	0,00	284.666,64	0,00	48.078,94	6,41
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	80.000,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	10.895.038,20	709.385,99	11.604.424,19	99.496,05	3.492.130,35	85.726,06	1.549.012,99	13,35

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Cordilheira Alta - SC
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	10.895.038,20	709.385,99	11.604.424,19	99.496,05	3.492.130,35	85.726,06	1.549.012,99	13,35
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.234.488,69	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	10.895.038,20	709.385,99	11.604.424,19	99.496,05	3.492.130,35	85.726,06	2.783.501,68	13,35

FONTE:

Cordilheira Alta, 11/03/2014

ALCEU MAZZIONI PREFEITO MUNICIPAL	ADRIANA DE CEZARO CONTADORA - CRC/SC 025753/O-0	SILVANA MAGIONI FAVERO TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO
--------------------------------------	--	---

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO
 Entidade: MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	60.000,00	0,00	60.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	10.000,00	0,00	10.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	50.000,00	0,00	50.000,00
TOTAL	60.000,00	0,00	60.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Cordilheira Alta, 11/03/2014

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

ADRIANA DE CEZARO
CONTADORA - CRC/SC 025753/O-0

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Cordilheira Alta, 11/03/2014

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

ADRIANA DE CEZARO
CONTADORA - CRC/SC 025753/O-0

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	14.770.555,00	
Previsão Atualizada		—	14.770.555,00	
Receitas Realizadas		2.746.870,69	2.746.870,69	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	137.084,75	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	14.720.555,00	
Créditos Adicionais		—	933.730,75	
Dotação Atualizada		—	15.654.285,75	
Despesas Empenhadas		4.705.611,65	4.705.611,65	
Despesas Liquidadas		1.949.062,17	1.949.062,17	
Superávit Orçamentário		—	797.808,52	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		4.705.611,65	4.705.611,65	
Despesas Liquidadas		1.949.062,17	1.949.062,17	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			15.497.750,53	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-866.995,78	0,00
Resultado Primário		0,00	817.918,21	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	23.009,25	0,00	0,00	23.009,25
EXECUTIVO	23.009,25	0,00	0,00	23.009,25
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	7.485,00	0,00	7.416,34	68,66
EXECUTIVO	7.485,00	0,00	7.416,34	68,66
TOTAL:	30.494,25	0,00	7.416,34	23.077,91
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		262.336,26	25%	9,90
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%	0,00
Liquidadas		0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	1.000,00	
Despesa de Capital Líquida		124.488,44	2.580.540,19	

Continua 1/2

Município de Cordilheira Alta - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	60.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		334.762,93	15,00	0,00
Liquidadas		334.762,93		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Cordilheira Alta, 11/03/2014

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

ADRIANA DE CEZARO
CONTADORA - CRC/SC 025753/O-0

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (0)	14.720.555,00	15.671.931,74	125.769,10	4.831.380,75	137.958,23	2.087.020,40	100,00	13,32
Legislativa	652.500,00	652.500,00	0,00	163.706,64	0,00	86.946,91	4,17	13,33
Ação Legislativa	652.500,00	652.500,00	0,00	163.706,64	0,00	86.946,91	4,17	13,33
Administração	1.828.750,00	1.873.500,00	23.695,10	800.120,06	34.365,82	347.270,04	16,64	18,54
Administração Geral	1.828.750,00	1.873.500,00	23.695,10	800.120,06	34.365,82	347.270,04	16,64	18,54
Assistência Social	372.250,00	372.250,00	4.251,11	56.948,73	4.141,11	45.968,53	2,20	12,35
Assistência à Criança e ao Adolescente	12.500,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Comunitária	359.750,00	359.750,00	4.251,11	56.948,73	4.141,11	45.968,53	2,20	12,78
Saúde	3.173.016,80	3.415.007,55	26.273,05	1.175.543,76	52.232,17	451.060,50	21,61	13,21
Atenção Básica	3.137.407,06	3.379.397,81	26.273,05	1.172.863,76	52.232,17	448.380,50	21,48	13,27
Vigilância Sanitária	35.609,74	35.609,74	0,00	2.680,00	0,00	2.680,00	0,13	7,53
Educação	2.929.509,40	3.007.155,39	21.052,25	382.321,10	3.330,45	265.858,38	12,74	8,84
Ensino Médio	2.500,00	287.500,00	9.342,60	19.017,60	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	210.250,00	210.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Básica	2.714.259,40	2.526.905,39	11.709,65	363.303,50	3.330,45	265.858,38	12,74	10,52
Cultura	174.750,00	174.750,00	0,00	2.671,00	0,00	2.671,00	0,13	1,53
Difusão Cultural	174.750,00	174.750,00	0,00	2.671,00	0,00	2.671,00	0,13	1,53
Urbanismo	2.506.400,00	2.702.140,00	4.055,02	990.572,09	41.247,55	521.896,69	25,01	19,31
Serviços Urbanos	2.506.400,00	2.702.140,00	4.055,02	990.572,09	41.247,55	521.896,69	25,01	19,31
Habituação	36.000,00	36.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Rural	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.507.378,80	1.898.628,80	44.478,57	701.115,75	729,07	245.777,18	11,78	12,94
Extensão Rural	1.507.378,80	1.898.628,80	44.478,57	701.115,75	729,07	245.777,18	11,78	12,94
Comércio e Serviços	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	299.000,00	299.000,00	1.964,00	46.745,10	0,00	27.487,15	1,32	9,19
Desporto Comunitário	299.000,00	299.000,00	1.964,00	46.745,10	0,00	27.487,15	1,32	9,19
Encargos Especiais	1.240.000,00	1.240.000,00	0,00	511.636,52	1.912,06	92.084,02	4,41	7,43
Administração Geral	25.000,00	25.000,00	0,00	3.569,88	0,00	2.379,92	0,11	9,52
Refinanciamento da Dívida Interna	950.000,00	950.000,00	0,00	337.866,64	1.835,71	57.879,29	2,77	6,09

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.720.555,00	15.671.931,74	125.769,10	4.831.380,75	137.958,23	2.087.020,40	100,00	13,32
Encargos Especiais	1.240.000,00	1.240.000,00	0,00	511.636,52	1.912,06	92.084,02	4,41	7,43
Serviço da Dívida Interna	265.000,00	265.000,00	0,00	170.200,00	76,35	31.824,81	1,52	12,01
TOTAL (III) = (I + II)	14.720.555,00	15.671.931,74	125.769,10	4.831.380,75	137.958,23	2.087.020,40	100,00	13,32

FONTE:

Cordilheira Alta, 11/03/2014

ALCEU MAZZIONI	ADRIANA DE CEZARO	SILVANA MAGIONI FAVERO
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA - CRO/SC 025753/O	TÉCNICO EM CONTROLE INTERI

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (0)	14.720.555,00	15.671.931,74	125.769,10	4.831.380,75	137.958,23	2.087.020,40	100,00	13,32
Legislativa	652.500,00	652.500,00	0,00	163.706,64	0,00	86.946,91	4,17	13,33
Ação Legislativa	652.500,00	652.500,00	0,00	163.706,64	0,00	86.946,91	4,17	13,33
Administração	1.828.750,00	1.873.500,00	23.695,10	800.120,06	34.365,82	347.270,04	16,64	18,54
Administração Geral	1.828.750,00	1.873.500,00	23.695,10	800.120,06	34.365,82	347.270,04	16,64	18,54
Assistência Social	372.250,00	372.250,00	4.251,11	56.948,73	4.141,11	45.968,53	2,20	12,35
Assistência à Criança e ao Adolescente	12.500,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Comunitária	359.750,00	359.750,00	4.251,11	56.948,73	4.141,11	45.968,53	2,20	12,78
Saúde	3.173.016,80	3.415.007,55	26.273,05	1.175.543,76	52.232,17	451.060,50	21,61	13,21
Atenção Básica	3.137.407,06	3.379.397,81	26.273,05	1.172.863,76	52.232,17	448.380,50	21,48	13,27
Vigilância Sanitária	35.609,74	35.609,74	0,00	2.680,00	0,00	2.680,00	0,13	7,53
Educação	2.929.509,40	3.007.155,39	21.052,25	382.321,10	3.330,45	265.858,38	12,74	8,84
Ensino Médio	2.500,00	287.500,00	9.342,60	19.017,60	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	210.250,00	210.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Básica	2.714.259,40	2.526.905,39	11.709,65	363.303,50	3.330,45	265.858,38	12,74	10,52
Cultura	174.750,00	174.750,00	0,00	2.671,00	0,00	2.671,00	0,13	1,53
Difusão Cultural	174.750,00	174.750,00	0,00	2.671,00	0,00	2.671,00	0,13	1,53
Urbanismo	2.506.400,00	2.702.140,00	4.055,02	990.572,09	41.247,55	521.896,69	25,01	19,31
Serviços Urbanos	2.506.400,00	2.702.140,00	4.055,02	990.572,09	41.247,55	521.896,69	25,01	19,31
Habituação	36.000,00	36.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Rural	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.507.378,80	1.898.628,80	44.478,57	701.115,75	729,07	245.777,18	11,78	12,94
Extensão Rural	1.507.378,80	1.898.628,80	44.478,57	701.115,75	729,07	245.777,18	11,78	12,94
Comércio e Serviços	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	299.000,00	299.000,00	1.964,00	46.745,10	0,00	27.487,15	1,32	9,19
Desporto Comunitário	299.000,00	299.000,00	1.964,00	46.745,10	0,00	27.487,15	1,32	9,19
Encargos Especiais	1.240.000,00	1.240.000,00	0,00	511.636,52	1.912,06	92.084,02	4,41	7,43
Administração Geral	25.000,00	25.000,00	0,00	3.569,88	0,00	2.379,92	0,11	9,52
Refinanciamento da Dívida Interna	950.000,00	950.000,00	0,00	337.866,64	1.835,71	57.879,29	2,77	6,09

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.720.555,00	15.671.931,74	125.769,10	4.831.380,75	137.958,23	2.087.020,40	100,00	13,32
Encargos Especiais	1.240.000,00	1.240.000,00	0,00	511.636,52	1.912,06	92.084,02	4,41	7,43
Serviço da Dívida Interna	265.000,00	265.000,00	0,00	170.200,00	76,35	31.824,81	1,52	12,01
TOTAL (III) = (I + II)	14.720.555,00	15.671.931,74	125.769,10	4.831.380,75	137.958,23	2.087.020,40	100,00	13,32

FONTE:

Cordilheira Alta, 11/03/2014

ALCEU MAZZIONI	ADRIANA DE CEZARO	SILVANA MAGIONI FAVERO
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA - CRO/SC 025753/O	TÉCNICO EM CONTROLE INTERI

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO 2013 A FEVEREIRO 2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													RS 1,00
ESPECIFICAÇÃO		Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Agro/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	TOTAL (ULT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
RECEITAS CORRENTES (I)		1.590.856,21	1.371.902,71	1.529.039,49	1.450.230,11	1.272.515,68	1.390.465,60	1.559.437,18	1.394.435,33	1.464.247,66	1.789.094,18	1.611.841,39	1.626.549,53	18.060.585,67	17.019.055,00
RECEITA TRIBUTÁRIA		488.741,08	82.456,53	111.977,42	129.743,45	81.591,05	62.230,33	170.171,74	84.527,43	38.946,64	126.053,81	64.901,94	109.525,27	1.550.586,69	1.015.500,00
IPTU		186.641,61	16.662,68	14.767,95	20.138,72	15.163,53	5.446,68	1.557,12	6.165,82	3.028,91	2.155,14	0,00	11.597,66	285.336,07	236.000,00
I.R.R.F.		6.599,64	10.138,74	12.718,47	16.894,34	11.327,25	11.293,80	9.529,20	12.896,67	33.373,86	52.945,90	327,84	14.848,00	174.579,71	153.000,00
I.S.S.		29.714,63	31.054,56	35.692,45	30.367,23	34.156,06	33.832,90	59.725,58	43.065,74	33.373,05	53.397,92	37.653,54	46.674,64	465.650,30	399.000,00
I.T.E.L		224.660,00	11.820,00	37.759,77	47.144,00	4.790,00	2.100,00	92.350,00	12.100,00	-16.908,00	7.217,50	4.500,00	13.400,00	44.013,27	45.000,00
Outras Receitas Tributárias		56.165,20	13.790,55	11.098,78	15.249,16	16.142,21	9.613,70	10.010,84	10.389,20	5.864,82	10.367,35	22.420,56	23.004,97	204.107,34	178.500,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		29.862,88	11.480,56	11.957,93	13.598,76	9.809,60	10.865,91	9.726,67	10.160,10	10.936,54	13.454,17	10.230,37	10.305,70	152.360,19	146.000,00
RECEITA PATRIMONIAL		5.747,25	6.625,60	7.121,50	7.568,93	9.263,04	8.366,04	8.756,82	10.678,43	9.812,52	12.341,96	11.311,94	13.042,01	111.228,24	86.034,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		19.269,60	21.431,57	24.998,40	28.971,86	50.386,42	43.672,36	46.597,92	38.730,65	40.390,39	42.131,52	38.326,11	45.240,10	440.106,90	426.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.040.000,63	1.241.679,78	1.361.436,24	1.255.090,85	1.100.989,60	1.236.196,31	1.283.722,71	1.199.878,39	1.358.813,76	1.690.591,09	1.471.561,54	1.435.741,46	15.595.634,46	15.269.601,00
Cota-Parte do FPM		355.613,96	381.780,35	548.956,47	457.694,94	325.916,82	426.193,77	352.678,29	392.683,71	490.575,88	740.091,40	594.831,36	635.192,90	5.661.934,85	5.527.000,00
Cota-Parte do LCMS		470.399,23	590.337,65	556.650,78	521.593,02	517.764,22	542.862,20	576.783,22	590.770,99	615.603,39	613.198,09	613.714,72	594.074,76	6.794.158,27	6.610.000,00
Cota-Parte do IPIVA		39.825,43	60.757,15	43.214,11	34.653,71	46.634,32	46.318,73	44.476,49	42.894,98	21.442,19	12.494,86	16.864,52	47.595,46	499.861,55	498.000,00
Cota-Parte do ITR		48,34	0,00	46,30	21,68	239,55	43,40	405,01	4.305,59	29,25	11,45	117,99	0,00	5.298,95	5.300,00
Outras Transferências Correntes		76.667,99	116.628,02	90.591,82	128.673,64	101.944,30	101.030,99	192.523,73	124.813,02	102.631,97	86.379,88	112.015,21	39.020,83	1.273.111,40	1.232.301,00
Transferências de LC 61/1989		6.571,16	6.025,38	8.102,30	8.438,77	8.312,39	8.894,32	8.090,52	6.648,64	9.593,81	10.233,70	9.814,76	8.309,42	101.055,37	103.000,00
Transferências de LC 87/1996		0,00	10.169,63	2.548,91	2.548,91	2.548,91	2.548,91	2.548,91	2.548,91	2.548,91	2.548,91	2.593,58	2.593,58	35.774,07	31.000,00
Transferências do FUNDEB		90.674,52	105.755,60	111.525,65	101.466,18	97.630,09	103.699,99	103.216,54	103.212,75	116.182,36	115.592,80	121.600,40	118.954,51	1.294.390,39	1.260.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		7.294,77	8.028,47	11.577,90	14.896,26	20.485,97	28.110,65	41.471,32	50.470,83	5.847,81	14.541,63	14.509,49	12.693,99	230.689,19	70.920,00
DEDUÇÕES (II)		174.531,43	203.819,01	231.865,59	204.584,01	180.282,79	205.987,89	195.996,26	194.370,32	227.995,68	228.897,99	247.547,13	255.553,04	2.552.835,14	2.550.500,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		174.531,43	203.819,01	231.865,59	204.584,01	180.282,79	205.987,89	195.996,26	194.370,32	227.995,68	228.897,99	247.547,13	255.553,04	2.552.835,14	2.550.500,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)		1.416.324,78	1.168.083,70	1.297.173,90	1.245.246,10	1.092.232,89	1.184.467,71	1.363.440,92	1.200.065,61	1.236.247,98	1.560.196,19	1.364.294,26	1.370.996,49	15.497.750,53	14.468.555,00
FONTE:															
Cordilheira Alta, 11/03/2014															

ALCEU MAZZONI
PREFEITO MUNICIPALADRIANA DE CEZARIO
CONTADOR - CRC/SC 025763-0-0SILVANA MACIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
				Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)				
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
				Até o Bimestre/2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)				
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
				Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
PREVIDÊNCIA SOCIAL				Até o Bimestre/2013
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atual	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor				0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS				
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS CORRENTES (VIII)				Até o Bimestre/2013
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Cordilheira Alta, 11/03/2014

ALCEU MAZZIONI PREFEITO MUNICIPAL	ADRIANA DE CEZARO CONTADORA - CRC/SC 025753/O-0	SILVANA MAGIONI FAVERO TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO
--------------------------------------	--	---

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 28 Fev 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	32.377,43	32.377,43	29.954,43
DEDUÇÕES (II)	1.829.690,39	1.829.690,39	2.694.263,17
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.852.643,44	1.852.643,44	2.950.561,59
Demais Haveres Financeiros	56,20	56,20	67,44
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	23.009,25	23.009,25	256.365,86
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.797.312,96	-1.797.312,96	-2.664.308,74
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.797.312,96	-1.797.312,96	-2.664.308,74

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2014 (C - A)
VALOR	-866.995,78	-866.995,78

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 28 Fev 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Cordilheira Alta, 11/03/2014

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

ADRIANA DE CEZARO
CONTADORA - CRC/SC 025753/O-0

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	14.440.521,00	2.710.936,80	2.710.936,80	2.324.913,29
Receita Tributária	1.015.500,00	174.427,21	174.427,21	145.858,48
I.P.T.U.	236.000,00	11.597,66	11.597,66	13.226,04
I.S.S.	399.000,00	84.328,18	84.328,18	58.508,92
I.T.B.I.	49.000,00	17.900,00	17.900,00	16.940,00
I.R.R.F.	153.000,00	15.175,84	15.175,84	9.158,49
Outras Receitas Tributárias	178.500,00	45.425,53	45.425,53	48.025,03
Receita de Contribuição	146.000,00	20.537,07	20.537,07	20.332,88
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	146.000,00	20.537,07	20.537,07	20.332,88
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	89.034,00	24.353,95	24.353,95	5.719,13
(-) Aplicações Financeiras	89.034,00	24.353,95	24.353,95	5.719,13
Transferências Correntes	12.780.101,00	2.404.202,83	2.404.202,83	2.103.907,11
F.P.M.	4.427.000,00	984.019,48	984.019,48	861.614,43
I.C.M.S.	5.288.000,00	958.231,75	958.231,75	846.651,52
Convênios	251.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	2.814.101,00	461.951,60	461.951,60	395.641,16
Demais Receitas Correntes	498.920,00	111.769,69	111.769,69	54.814,82
Dívida Ativa	34.600,00	19.933,15	19.933,15	11.766,10
Diversas Receitas Correntes	464.320,00	91.836,54	91.836,54	43.048,72
RECEITAS DE CAPITAL (II)	241.000,00	11.579,94	11.579,94	8.402,62
Operações de Crédito (III)	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	58.000,00	11.579,94	11.579,94	8.402,62
Alienação de Ativos (V)	60.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	122.000,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	80.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	42.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	122.000,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	14.562.521,00	2.710.936,80	2.710.936,80	2.324.913,29

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	12.869.257,12	1.824.573,73	1.824.573,73	1.196.684,50
Pessoal e Encargos Sociais	5.773.253,34	993.327,71	993.327,71	765.867,66
Juros e Encargos da Dívida (IX)	200.000,00	9.176,14	9.176,14	19.486,76
Outras Despesas Correntes	6.896.003,78	822.069,88	822.069,88	411.330,08
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	12.669.257,12	1.815.397,59	1.815.397,59	1.177.197,74
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.705.028,63	124.488,44	124.488,44	130.228,26
Investimentos	1.955.028,63	77.621,00	77.621,00	16.890,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	750.000,00	46.867,44	46.867,44	113.338,26
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.955.028,63	77.621,00	77.621,00	16.890,00

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	80.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	14.704.285,75	1.893.018,59	1.893.018,59	1.194.087,74
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-141.764,75	817.918,21	817.918,21	1.130.825,55
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	137.084,75	0,00
Superávit Financeiro	-	-	137.084,75	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

FONTE:

Cordilheira Alta, 11/03/2014

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

ADRIANA DE CEZARO
CONTADORA - CRC/SC 025753/O-0

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	14.440.521,00	2.710.936,80	2.710.936,80	2.324.913,29
Receita Tributária	1.015.500,00	174.427,21	174.427,21	145.858,48
I.P.T.U.	236.000,00	11.597,66	11.597,66	13.226,04
I.S.S.	399.000,00	84.328,18	84.328,18	58.508,92
I.T.B.I.	49.000,00	17.900,00	17.900,00	16.940,00
I.R.R.F.	153.000,00	15.175,84	15.175,84	9.158,49
Outras Receitas Tributárias	178.500,00	45.425,53	45.425,53	48.025,03
Receita de Contribuição	146.000,00	20.537,07	20.537,07	20.332,88
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	146.000,00	20.537,07	20.537,07	20.332,88
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	89.034,00	24.353,95	24.353,95	5.719,13
(-) Aplicações Financeiras	89.034,00	24.353,95	24.353,95	5.719,13
Transferências Correntes	12.780.101,00	2.404.202,83	2.404.202,83	2.103.907,11
F.P.M.	4.427.000,00	984.019,48	984.019,48	861.614,43
I.C.M.S.	5.288.000,00	958.231,75	958.231,75	846.651,52
Convênios	251.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	2.814.101,00	461.951,60	461.951,60	395.641,16
Demais Receitas Correntes	498.920,00	111.769,69	111.769,69	54.814,82
Dívida Ativa	34.600,00	19.933,15	19.933,15	11.766,10
Diversas Receitas Correntes	464.320,00	91.836,54	91.836,54	43.048,72
RECEITAS DE CAPITAL (II)	241.000,00	11.579,94	11.579,94	8.402,62
Operações de Crédito (III)	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	58.000,00	11.579,94	11.579,94	8.402,62
Alienação de Ativos (V)	60.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	122.000,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	80.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	42.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	122.000,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	14.562.521,00	2.710.936,80	2.710.936,80	2.324.913,29

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	12.869.257,12	1.824.573,73	1.824.573,73	1.196.684,50
Pessoal e Encargos Sociais	5.773.253,34	993.327,71	993.327,71	765.867,66
Juros e Encargos da Dívida (IX)	200.000,00	9.176,14	9.176,14	19.486,76
Outras Despesas Correntes	6.896.003,78	822.069,88	822.069,88	411.330,08
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	12.669.257,12	1.815.397,59	1.815.397,59	1.177.197,74
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.705.028,63	124.488,44	124.488,44	130.228,26
Investimentos	1.955.028,63	77.621,00	77.621,00	16.890,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	750.000,00	46.867,44	46.867,44	113.338,26
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.955.028,63	77.621,00	77.621,00	16.890,00

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	80.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	14.704.285,75	1.893.018,59	1.893.018,59	1.194.087,74
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-141.764,75	817.918,21	817.918,21	1.130.825,55
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	137.084,75	0,00
Superávit Financeiro	-	-	137.084,75	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

FONTE:

Cordilheira Alta, 11/03/2014

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

ADRIANA DE CEZARO
CONTADORA - CRC/SC 025753/O-0

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS			
	Inscritos	Inscritos			Inscritos	Inscritos		
	Em Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2013	Saldo
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	23.009,25	-	-	23.009,25	-	7.416,34	58,66
EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.416,34	58,66
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.416,34	58,66
Sec. Munic. da Infra-Estrutura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.416,34	58,66
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA AL	0,00	23.009,25	0,00	0,00	23.009,25	0,00	0,00	0,00
Fundo Municipal de Saúde	0,00	23.009,25	0,00	0,00	23.009,25	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	23.009,25	0,00	0,00	23.009,25	0,00	7.416,34	58,66

FONTE:

Cordilheira Alta, 11/03/2014

ALCEU MAZZIONI	ADRIANA DE CEZARO	SILVANA MAGIONI FAVERO
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA - CRC/SC 025753/O-0	TÉCNICO EM CONTROLE INTERNC

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)	1.000,00	0,00		1.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	2.705.028,63	124.488,44	0,00	2.580.540,19
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	2.705.028,63	124.488,44	0,00	2.580.540,19
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.704.028,63	-124.488,44		-2.579.540,19

FONTE:

Cordilheira Alta, 11/03/2014

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

ADRIANA DE CEZARO
CONTADORA - CRC/SC 025753/O-0

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Coronel Martins

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Coronel Martins

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS
ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO PM N. 017/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PM N. 008/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital Pregão Presencial PM n. 008/2014, até às 08:15 horas do dia de 11 de Abril de 2014, e farão abertura das mesmas às 08:45 horas do mesmo dia. Constitui-se do objeto da presente licitação seleção de propostas para contratação de companhia seguradora para cobertura total dos veículos deste município, para o exercício de 2014. tipo menor preço por item, de acordo com as regras do Edital, conforme dispõe as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, e no que couber a legislação aplicável. A íntegra o Edital e de mais documentos poderão ser obtidos pessoalmente junto à sede do Município de Coronel Martins - SC, sito à Rua Porto Alegre n. 47, Telefone (49) 3459-0011.

Coronel Martins - SC, 31 de Março de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Correia Pinto

PREFEITURA

Processo Seleção de Projetos - FIA 001/2014

EDITAL Nº 001/2014

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Correia Pinto - SC, criado pela Lei Municipal nº 501/93 de 22 de junho de 1993, regulamentado pelo decreto municipal nº 0049/93 de 25 de outubro de 1993, Lei promulgada nº 1632/2010 de novembro de 2010; com sede na Avenida Vitória Régia nº 500, bairro Pró-Flor, Município de Correia Pinto, no uso de suas atribuições, considerando a Lei Federal n. 8.069/90, bem como as diretrizes e propostas priorizadas na Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizada em julho/2011, torna pública a abertura do processo de seleção de projetos voltados à área da infância e adolescência para organizações governamentais e não governamentais registradas no CMDCA do Município de Correia Pinto - SC.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Os projetos aprovados serão firmados mediante Convênio, auxílio ou subvenção com recursos do Fundo da Infância e Adolescência - FIA, devendo a entidade proponente apresentar projeto e plano de trabalho, expondo como a organização atuará, conforme o presente edital.

1.2. Fazem parte deste edital:

1.2.1. Anexo I – Ficha Cadastral;

1.2.2. Anexo II - Documentos exigidos para assinatura do convênio/subvenção;

1.2.3. Anexo III – Declarações;

1.2.4. Anexo IV – Termo de Referência (para entidades governamentais);

1.2.5. Anexo V – Formato/Roteiro do projeto;

1.2.6. Anexo VI – Plano de Trabalho;

1.2.7. Anexo VII – Relação de Políticas Públicas.

2. OBJETO

2.1. O presente instrumento visa regulamentar e tornar público o procedimento de inscrição e seleção de projetos por entidades governamentais e não governamentais voltadas à promoção e defesa dos direitos da infância e da adolescência, que serão considerados aptos a receber financiamento com os recursos do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), conforme o disposto nas deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Correia Pinto, Resolução n. 01 do CMDCA emitida em 8.8.2012.

3. DO OBJETIVO

3.1. Disponibilizar recursos para o desenvolvimento de ações que estejam voltadas para a criação e implementação dos serviços e estruturas, previstas na Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, visando o cumprimento da Política de Proteção Integral da Criança e do Adolescente; sendo que os projetos selecionados serão de cunho social, novos, com o objetivo de incentivar, apoiar, promover, atender, valorizar e dar visibilidade a práticas das entidades governamentais e não governamentais registradas no CMDCA e que contribuam para a promoção, garantia, defesa, atendimento de crianças e adolescentes.

4. DO PÚBLICO ALVO

4.1. Crianças e adolescentes, e se necessário suas respectivas famílias, que estejam em situação de: vulnerabilidade, risco social e pessoal, violência, abandono, deficiência física e/ou mental, atraso no desenvolvimento, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de Medidas Socioeducativas, adolescentes gestantes.

5. DO RECURSO FINANCEIRO

5.1. Os projetos serão financiados de acordo com a disponibilidade de recursos na conta do FIA, baseado na Lei de Diretrizes Orçamentárias do CMDCA 2012/2013; sendo que a dotação Orçamentária disponível no FIA para os projetos de 2014 é de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).

5.2. Cada projeto deverá ter valor de até R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais). Até o limite deste valor, a entidade poderá apresentar mais de um projeto e em diferentes linhas de atuação da política pública aqui definida, porém a prioridade é contemplar um projeto por entidade, ficando os demais projetos, se necessário, em banco de projetos para financiamento futuro.

5.3. O apoio financeiro será formalizado por Convênio entre a Prefeitura e as entidades proponentes selecionadas; sendo os recursos financeiros repassados do FIA diretamente para a conta bancária específica indicada pela organização.

5.4. O financiamento não cobrirá despesas com:

5.4.1. Cerimonial (Exemplos: coffee-break, coquetéis, ornamentação, mestre de cerimônia, etc.);

5.4.2. Custos administrativos de manutenção e funcionamento da instituição proponente (Exemplos: luz, água, telefone, aluguel de imóvel, etc.);

5.4.3. Realização de despesas a título de taxa de administração, gerência ou similar;

5.4.4. Gratificação, consultoria, assistência técnica, coordenação ou qualquer espécie de remuneração a servidores públicos estaduais e/ou municipais integrantes da administração direta ou indireta;

5.4.5. Pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive aquelas decorrentes de pagamento ou recolhimento fora do prazo.

5.5. Não serão financiados projetos de políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo próprio

e ainda; pagamento de funcionários e equipamentos para o setor administrativo da entidade bem como aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e adolescência, de acordo com o Art. 16, parágrafo único, da Resolução 137/2010 do Conanda.

5.6. O financiamento só poderá cobrir despesas que estiverem especificadas no plano de trabalho, e que atendam ao objetivo proposto no projeto, devidamente justificadas.

5.7. Não serão financiados projetos com prazo de execução superior a seis meses.

6. DOS EIXOS

6.1. O presente processo de seleção pública será regido, no que couber, pelos princípios: legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, motivação e supremacia do interesse público; posto que será observado o procedimento formal, a publicidade dos atos, a isonomia entre os proponentes participantes, o sigilo na apresentação das propostas, a vinculação ao edital, e um julgamento objetivo.

6.2. Os projetos a serem apresentados para este Edital devem estar pautados nos Direitos Fundamentais da Política de Proteção Integral da Criança e do Adolescente, conforme a Lei n. 8.069/90, devendo contemplar, cumulativamente ou não, aspectos que envolvam necessariamente ações relacionadas a uma das políticas públicas, dispostas no Anexo VII.

6.3. Todos os projetos devem estar direcionados para o Município de Correia Pinto.

7. DO TERMO DE COMPROMISSO

7.1. A entidade proponente, aceita as condições estabelecidas por este Edital e responsabiliza-se por todas as informações contidas na sua proposta e no seu cadastramento, comprometendo-se a comprovar a veracidade destas quando for solicitada.

7.2. A entidade deverá utilizar placa fornecida pelo Conselho Municipal indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA.

7.3. A não observância destas condições implica em cancelamento automático da proposta e na exclusão do proponente de qualquer solicitação futura pelo prazo de cinco (5) anos, estando também sujeita às penalidades previstas em lei.

8. DA REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL

8.1. A qualquer tempo o presente Edital poderá ser revogado ou anulado, por motivo de interesse público, no todo ou em parte, sem que isso implique o direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

9. DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

9.1. Poderão participar desta seleção de projetos sociais as instituições governamentais e não governamentais, desde que estejam com sua regularidade administrativa vigente;

9.1.1. Para comprovar a sua regularidade administrativa as organizações devem apresentar os seguintes documentos:

9.1.1.1. Ficha cadastral devidamente preenchida (ANEXO I);

9.1.1.2. Cópia da ata do mandato da diretoria em exercício;

9.1.1.3. Cópia de exemplar dos estatutos;

9.1.1.4. Declaração de funcionamento regular da instituição atestado pelo Município;

9.1.1.5. Cópia do CNPJ atualizado;

9.1.1.6. Cópia do CPF e da Carteira de Identidade do Presidente da entidade ou cargo equivalente;

9.1.1.7. Cópia da lei municipal que dispõe sobre a declaração de utilidade pública, quando for o caso;

9.1.1.8. Certidão Negativa de Débito Municipal, Estadual e Federal;

9.1.1.9. Se já houver projeto aprovado deve estar com a prestação de contas aprovada.

10. DA INSCRIÇÃO

10.1. As entidades interessadas em participar do processo de seleção deverão protocolar por ofício seus projetos na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA), sito à Avenida Vitória Régia, 500, bairro Pró-Flor, Município de Correia Pinto, no horário de segunda a sexta-feira, das 13:00h às 19:00h, no período de 07 a 30 de abril de 2014, devendo atender:

10.1.1. Enviar o Projeto no formato estabelecido no Anexo V em uma (01) via impressa, estando todas as suas páginas numeradas, rubricadas e a última assinada; e em meio digital através do e-mail cmascp@yahoo.com.br;

10.1.2. Apresentar três (03) orçamentos para cada objeto/profissionais a ser adquirido/contratados, com CNPJ/CPF, nome, papel timbrado e/ou carimbo da empresa/pessoa física;

10.1.3. Para as entidades governamentais: deverão ainda apresentar Termo de Referência estabelecido no Anexo IV e prever custos de publicação da licitação, caso contrário será arcado pela secretaria/fundação proponente.

10.2. Não serão aceitos documentos e projetos enviados por fax ou somente correio eletrônico, projetos com itens e/ou componentes incompletos, e projetos elaborados em formulários diferentes daqueles divulgados para esta seleção.

10.3. No ato da inscrição, não será necessário anexar os documentos discriminados no Anexo II – “Documentos exigidos para assinatura do convenio/subvenção”.

10.4. Não haverá cobrança de taxa de inscrição e não serão aceitas inscrições via fax ou por correio.

10.5. Em caso de necessidade de diligências, quando as inscrições suscitarem dúvidas ou contiverem informações incompletas, os interessados terão prazo de quarenta e oito horas para o envio das respostas necessárias ao esclarecimento de dúvidas ou complementação de informações, sob pena de desclassificação automática.

10.6. Com a inscrição do projeto, a entidade autoriza desde já, sem quaisquer ônus, a utilização do nome, imagem e voz dos dirigentes e demais profissionais envolvidos com a prática, bem como o projeto no todo ou em parte, seja para fins de pesquisa ou divulgação em qualquer meio de comunicação, por prazo indeterminado.

10.7. CABERÁ AO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE fornecer a declaração de responsabilidade pelo recebimento da documentação e da prestação de contas dos recursos financeiros do responsável pelo projeto.

11. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO

11.1. Os projetos serão avaliados pelo CMDCA, através da Comissão de Avaliação e Planejamento de Projetos, composta de três (03) conselheiros governamentais e três (03) conselheiros não governamentais.

11.2. A Comissão Especial do CMDCA analisará o atendimento dos critérios de elegibilidade das proponentes e o enquadramento dos projetos nas normas deste Edital. A seleção será desenvolvida nas seguintes etapas:

11.2.1. Habilitação com abertura das propostas e seleção dos projetos entre os dias 02 a 09 de maio de 2014, de modo a verificar os requisitos deste edital;

11.2.2. Visitas de campo, caso necessário, que ratificarão as informações prestadas e coletarão dados adicionais, se for o caso;

11.2.3. Os projetos habilitados passarão por deliberação em reunião plenária do CMDCA, até 15/05/2014, de forma a garantir a adequação dos projetos inscritos aos objetivos deste Edital.

11.3. Em havendo projeto de alguma entidade que constitui o Conselho, o representante desta ficará impedido de votar sobre o seu projeto.

11.4. Os projetos aprovados pelo CMDCA serão encaminhados a SMAS que procederá a tramitação burocrática do termo de convenio/subvenção.

11.5. Os critérios de avaliação são:

11.5.1. Cumprimento dos objetivos: adequação ao tema; qualidade

técnica do Projeto, metodologia aplicada – clareza, pertinência e exequibilidade dos objetivos, atividades e resultados esperados – 30 pontos;

11.5.2. Impacto social da iniciativa: benefícios gerados com a implantação do projeto, a contribuição para o fortalecimento da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e benefícios sociais gerados para o público diretamente ou indiretamente envolvido, e a participação da comunidade – 45 pontos;

11.5.3. Caráter econômico: benefícios econômicos gerados para a comunidade – 10 pontos;

11.5.4. Inovação Criatividade: práticas inovadoras que promovam a garantia de direitos – 15 pontos;

11.6. A pontuação total será de 0 a 100 (zero a cem) e serão escolhidos os projetos com maior pontuação.

11.7. O critério de desempate serão os elencados no item acima na ordem em que se encontram. Em persistindo o empate, será vencedora a instituição mais antiga.

12. DO ROTEIRO OBRIGATÓRIO DO PROJETO

12.1. O projeto deve ser apresentado no modelo fornecido no Anexo V denominado "Formato/Roteiro do Projeto", deste Edital.

13. DO ACOMPANHAMENTO

13.1. O CMDCA, se necessário, realizará o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas organizações conveniadas, através do monitoramento e avaliação de relatórios, visitas em qualquer fase do desenvolvimento das atividades e reuniões com as organizações.

14. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

14.1. O resultado da seleção estará disponível na página da Prefeitura www.correiapinto.sc.gov.br, e no mural da Prefeitura e da Secretaria Municipal de Assistência Social após aprovação em reunião plenária do CMDCA.

14.2. A entidade também será notificada por e-mail sobre a aprovação de seu projeto (salientando que será utilizado o e-mail informado no projeto).

14.3. Os projetos/instituições vencedoras receberão a importância a eles destinada de acordo com o cronograma de desembolso de cada um, ou seja, o desembolso poderá ser em parcelas.

15. DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA ASSINATURA DO CONVÊNIO/SUBVENÇÃO

15.1. A partir da divulgação da aprovação do projeto, impreterivelmente a entidade terá até quinze dias úteis, para protocolar a seguinte documentação por ofício, na Secretaria Municipal de Assistência Social – Avenida Vitória Régia, n. 500, bairro Pró-Flor, Município de Correia Pinto, no horário de segunda a sexta-feira, das 13:00h às 19:00h:

15.1.1. Documentação completa discriminada no Anexo II, em duas vias e atualizada;

15.1.2. Plano de Trabalho estabelecido no Anexo VI, a ser entregue em uma via digital e será assinado quando solicitado pela SMAS;

15.1.3. Declarações estabelecidas no Anexo III, devidamente assinadas e em papel timbrado da instituição;

15.2. As entidades que não cumprirem a entrega da documentação completa no prazo aqui estabelecido perderão automaticamente o direito de recebimento do recurso no ano calendário deste Edital, salvo justificativa fundamentada e aprovada pelo Conselho Municipal.

15.3. Se houver necessidade nova documentação poderá ser requerida a entidade.

16. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

16.1. Os projetos/entidades selecionados devem prestar contas, com toda a documentação comprobatória das alegações, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (SMAS) sito a Avenida Vitória Régia, n. 500, bairro Pró-Flor, Município de

Correia Pinto, no horário de segunda a sexta-feira, das 13:00h às 19:00h, até trinta dias após a conclusão de cada etapa, sendo que o repasse de nova parcela estará condicionada a aprovação da penúltima parcela.

16.2. A prestação de contas será analisada em conjunto com o CMDCA.

16.3. Quando da prestação de contas, no caso de aquisição de materiais de consumo para a execução do projeto, deverá ser apresentada a nota fiscal original que relacione os bens adquiridos contendo marca, quantidade, preço unitário e preço total de cada item.

16.4. No caso de cursos e palestras deverá ser apresentada lista de presença dos participantes com número do RG ou CPF, fotos do evento além de outros documentos comprobatórios que a entidade julgar pertinente apresentar para comprovar a realização do evento.

16.5. Ressalta-se que na conta bancária exclusiva não será admitida nenhuma movimentação financeira que não seja do projeto. E ainda a prestação de contas deve obedecer a instrução normativa 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Lei 8.666/1993 e outras da Controladoria do Município.

17. DAS PENALIDADES

17.1. O descumprimento, total ou parcial, das obrigações assumidas acarretará a aplicação, a juízo do Plenário do CMDCA, das seguintes sanções, individuais e/ou cumulativas, independentemente da rescisão do Convênio, assegurando-se a defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias contados da data de ciência:

17.1.1. Advertência;

17.1.2. Suspensão do convênio;

17.1.3. Suspensão temporária do direito de apresentar projetos junto ao CMDCA;

17.1.4. Nos casos apurados de má utilização dos recursos e/ou de desvio de finalidade, será obrigatória a devolução dos valores liberados, sem prejuízos das sanções criminais, cíveis e administrativas pertinentes;

17.1.5. Demais penalidades previstas em lei.

18. DO CRONOGRAMA

18.1. Lançamento do Edital: 31/03/2014.

18.2. Apresentação dos projetos: até o dia 30/04/2014.

18.3. Análise pela Comissão Especial: até o dia 14/05/2014.

18.4. Aprovação em reunião plenária do CMDCA: até 15/05/2014.

18.5. Divulgação dos resultados/projetos escolhidos: Até 23/05/2014.

18.6. Entrega da documentação do convênio/subvenção: 15 (quinze) dias úteis após a publicação da aprovação pelo CMDCA.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Para os projetos aprovados neste edital, suas respectivas organizações terão prazo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis para efetuarem a solicitação e assinatura dos convênios junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, ficando sujeito ao não recebimento do convênio.

19.2. A liberação da primeira parcela do recurso deverá acontecer até 15 (quinze) dias após a assinatura do convênio.

19.3. O descumprimento de qualquer uma das regras que regulamentam o presente edital acarretará a desclassificação da entidade.

19.4. Os casos omissos serão resolvidos pelo CMDCA, bem como as decisões sobre seleção dos projetos serão irrecorríveis.

19.5. A qualquer momento durante a execução do projeto, este poderá ser fiscalizado pelos Conselheiros do CMDCA.

19.6. A publicidade dos atos decorrentes do presente edital se dará por meio da internet, no site www.correiapinto.sc.gov.br, e nos murais da Prefeitura Municipal de Correia Pinto e da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Correia Pinto/SC, 27 de março de 2014.

ELEANE MARIA FOGAÇA CORREA PINHEIRO
Gestora do Fundo da Infância e Adolescência
Secretária Municipal de Assistência Social

MARINES TEIXEIRA
Coordenadora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

ANEXO I

FICHA CADASTRAL DAS ENTIDADES PROPONENTES

Entidade Receptora:

CNPJ n.

Endereço:

CEP:

Bairro:

Cidade:

Estado:

Telefone para contato:

Endereço eletrônico (email):

Dirigente da Entidade:

Cargo que ocupa na Entidade:

CPF n.

Identidade(n./data/Órgão expedidor):

Endereço Residencial:

CEP:

Bairro:

Cidade:

Estado:

Telefone para contato:

Endereço eletrônico (email):

Endereço Profissional:

CEP:

Bairro:

Cidade:

Estado:

Telefone para contato:

Assinatura do Coordenador Proponente
Correia Pinto,

ANEXO II

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA SOLICITAÇÃO DE CONVÊNIO OU SUBVENÇÃO:

Providenciar 2 (duas) cópias desta documentação, atualizada.

1. Ofício de entrega da documentação, em papel timbrado da Entidade, à Secretaria Municipal de Assistência Social;
2. Plano de Trabalho preenchido, a ser enviado de forma digital, constante no Anexo VI (enviar também para o e-mail: cmascp@yahoo.com.br). Este plano posteriormente deverá ser assinado pela entidade, quando solicitado pelo setor responsável.
3. Declarações estabelecidas no Anexo III, devidamente assinadas (Declaração de Responsabilidade, Adimplência, Contrapartida).
4. CNPJ da Entidade - original impresso (internet) www.receita.fazenda.gov.br
5. Cópia do Certificado de Inscrição no CMDCA;
6. Cópia, do Estatuto Social da Entidade, devidamente registrado em Cartório;
7. Cópia rubricada, do balancete financeiro do exercício anterior devidamente aprovado pelo Conselho Fiscal da Instituição;
8. Relatório de atividades a serem realizadas no período do convênio (plano de ação) com assinatura do presidente;

9. Cópia da lei de utilidade pública municipal ou Certidão da Câmara de Vereadores que reconheça a utilidade pública (quando aplicável);
10. Cópia da ata de Posse da atual Diretoria da entidade;
11. Cópia, do RG e CPF do presidente da Instituição;
12. Comprovante de residência do presidente da Entidade
13. Certificado de Regularidade do FGTS – original impresso (internet) www.caixa.gov.br;
14. Certidão Negativa de Débitos do INSS – original impressa (internet);
15. Certidão Negativa de Débito Municipal;
16. Declaração de funcionamento regular da entidade à 2 (dois) anos, expedida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município;
17. Certidão de regularidade da Secretaria da Receita Federal (SRF) e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que pode ser obtida via internet, através do endereço <http://receita.fazenda.gov.br>;
18. Certidão de regularidade as Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), que pode ser obtida via internet, através do endereço <http://www.sef.sc.gov.br>; (CND)
19. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, que pode ser obtida via Internet, através do endereço <http://www.tst.jus.br>;
20. Declaração de responsabilidade pelo recebimento, aplicação na forma do avençado e prestação de contas dos recursos públicos;
21. Cópia atualizada do Alvará Sanitário da unidade executora;
22. Cópia atualizada do Alvará de localização da unidade executora;
23. Certidão Negativa de Débito de Prestação de Contas a ser solicitado no órgão responsável pelo recebimento e análise das prestações de contas (Secretaria Municipal de Finanças);
24. Comprovante de abertura de Conta Corrente (específica p/ convênio/Subvenção), (Banco do Brasil).

ANEXO III DECLARAÇÕES (PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO) DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Na qualidade de representante legal do (a) _____, estabelecido(a) _____, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o n.º _____, declaramos para os devidos fins que nos comprometemos a receber, aplicar e prestar contas dos recursos que nos forem concedidos pelo Governo Municipal/Secretaria Municipal de Assistência Social, na forma de Convênio/Subvenções.

Para maior clareza, firmamos a presente declaração.

Correia Pinto (SC), _____ de _____ de 2014.

Nome, cargo e assinatura do Presidente da Instituição.

(PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO) DECLARAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA

O _____ (nome e cargo do responsável), inscrito no CPF n.º _____, declara, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que não se encontra em mora e nem em débito junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

Correia Pinto (SC), _____ de _____ de 2014.

Nome, cargo e assinatura do Presidente da Instituição.

(PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO)
DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA

(nome e cargo do responsável pela Entidade), declara, que a _____ (entidade), dispõe de recursos próprios, no valor de R\$ _____, relativos à contrapartida no convênio a ser celebrado com o Município/SMAS/FIA, visando atender o _____ (projeto/programa), neste Município.

Correia Pinto (SC), _____ de _____ de 2014.

Nome, cargo e assinatura do Presidente da Instituição.

ANEXO IV

TERMO DE REFERÊNCIA – SOMENTE PARA ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

TERMO DE REFERÊNCIA (deve conter os seguintes Elementos):
1. Indicação do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização;
2. Critério de aceitação do objeto;
3. Justificativa da necessidade da contratação;
4. Estimativa do custo, diante de orçamento detalhado juntados aos autos, considerando os preços praticados no mercado;
5. Definição dos métodos e estratégia de suprimento;
6. Prazo de execução do objeto da licitação. Cronograma físico-financeiro, se for o caso;
7. Deveres do contratado e do contratante;
8. Procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato;
9. Sanções por inadimplemento.

ANEXO V
FORMATO/ROTEIRO DO PROJETO

Redação: Conforme norma da ABNT.

1. RESUMO DO PROJETO (deve estar sozinho na primeira pagina)

Entidade	Razão Social completa
Endereço	Rua, número, bairro
Telefone	Número
Responsável pelo projeto/fone/e-mail (deve conter 2 pessoas)	Nome completo
Nome do Projeto	Nome completo
Objetivo geral	Desenvolver a criatividade das crianças. (exemplo)
Objeto a ser financiado	Material pedagógico e lúdico (exemplo)
Público alvo/faixa etária	Crianças de 7 a 14 anos (exemplo)
Quantidade de atendimento	55 crianças (exemplo)
Horário de funcionamento do projeto	Matutino, vespertino ou noturno
Valor solicitado ao CMDCA	R\$1206,50 (exemplo)
Valor Total do Projeto	R\$2.000,00 (exemplo)

1.1. DADOS INSTITUCIONAIS

1. Nome do projeto / Título
2. Instituição responsável e logotipo - se houver.
3. Endereço
4. Telefone
5. Ano de fundação da organização.
6. Missão da organização.
7. Diretoria.

8. Pessoas responsáveis pelo projeto.

Nome	Função	Telefone/ e-mail
Fulana de tal	Coordenação (exemplo)	3422 2222 - ppta@ig.com
Fulano	Orientadora	3422.2222 - bneve@entidade.org.br

2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A entidade diz quem é e o que faz. Descreve as suas atividades. É um breve histórico.

3. APRESENTAÇÃO COM JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O solicitante do recurso deve apresentar de uma forma clara, sucinta e objetiva o seu projeto para o financiador entendê-lo. O solicitante do recurso deve explicar e responder às questões: por que e para que executar o projeto? Deve descrever as demandas verificadas no contexto que levaram à elaboração deste projeto. Mencione dados específicos para justificar tais demandas.

3.1. OBJETO A SER FINANCIADO

Descrição do que será o objeto do financiamento. Isso deve estar claro, objetivo e especificando o tipo ("atendimento", aquisição de equipamento) desde que esteja de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Atenção objeto é o que será comprado o que diferente de objetivo que significa o que pretende atender, o resultado esperado com o projeto.

4. PÚBLICO ALVO

Quem direta e indiretamente serão os beneficiários deste projeto. Quantos recebem 100% de gratuidade e quantos são os beneficiários diretos pagantes parcial ou integralmente (quando for o caso). De preferência deve quantificar os beneficiários diretos e indiretos. Enviar em anexo relação com os nomes e o percentual de desconto (gratuidade) da mensalidade recebido por cada beneficiário.

	Nº de atendimento direto	Nº de atendimentos indireto	Quantidade de atendimentos gratuitos	Quantidade de atendimentos com gratuidade parcial	Quantidade de atendimentos com pagamento integral
População					
Crianças					
Adolescentes					
Jovens (18 a 25 anos)					
Adultos					
Famílias (se houver)					
Técnicos/profissionais					
Total					

5. OBJETIVOS

5.1. GERAL

Qual o impacto, mudança de contexto, que este projeto visa causar?

5.2. ESPECIFICOS

Informe quais são as condições/situações que serão contempladas devido à realização das ações propostas neste projeto. Os objetivos específicos devem ser claros e mensuráveis. O que vai ser feito para atingir o objetivo geral.

6. ATIVIDADES EXECUTADAS:

Objetivo	Resultados Esperados		Atividades Principais	Período
	Quantitativos	Qualitativos		

7. METODOLOGIA

Descrever detalhadamente, passo a passo, a metodologia que será utilizada para realização das ações planejadas.

8. INDICADORES DE RESULTADOS

Para cada atividade principal, preencha a tabela abaixo informando quais são os indicadores que serão verificados para determinar o cumprimento dos objetivos específicos do projeto.

Os indicadores são verificações, acontecimentos, ocorrências ou dados mensuráveis que comprovam que o projeto teve efeitos e causou mudanças no grupo beneficiário. Por exemplo: Para mostrar que houve fortalecimento comunitário, um indicador possível é o aumento do número de associados na Associação da comunidade. Todo indicador precisa ser mensurável.

Atividade	Indicadores de Progresso	Meios de verificação

9. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Exemplo

Atividade	Período											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Aquisição de violão	X											
Contratar professor	X											
Aulas	X	X	X	X	X							

10. EQUIPE TECNICA DA ENTIDADE

Devem constar os nomes, formação e funções das pessoas envolvidas na elaboração do projeto. Se os profissionais são contratados com registro ou voluntários e a carga horária de cada um.

Nome	Formação	Função	Carga horária semanal	Vínculo empregatício

11. DESCRIÇÃO DA CONTRAPARTIDA

Descreva quais os recursos materiais, humanos e tecnológicos, espaço físico e parcerias com que a organização já conta e que serão utilizados na execução deste projeto.

11.1 Contrapartida

Caso existir a contrapartida deve ser mencionado. Deve ser real e pode ser financeira ou não. Por exemplo: sala de aula para execução de curso...

11.2 Parceiros

Também deve mencionar outras parcerias estabelecidas para execução do projeto, fontes de apoio e de financiamento – caso existam, especificando as funções de cada uma.

Organização	Principais funções no projeto
Nome completo	
Nome completo	

12. SUSTENTABILIDADE

Descreva os elementos abaixo e outros que favoreçam a continuidade do projeto e de seus resultados em longo prazo.

13. FINANCEIRO

Presença de outras fontes de financiamento ou empreendimento de autofinanciamento. Deve constar os nomes.

13.1 TÉCNICO

Recursos humanos.

13.2 COMUNITÁRIO

Apropriação do projeto pela comunidade.

14. COMUNICAÇÃO DO PROJETO

Como a entidade solicitante de recursos irá divulgar suas ações aos parceiros, líderes, autoridades governamentais, público interno, sociedade em geral e formadores de opinião nos assuntos relacionados à criança e ao adolescente em Correia Pinto.

É obrigação da entidade divulgar o recebimento de recursos do FIA por meio de comunicação visual (placa, "banner",...) fornecido pelo CMDCA ou confeccionada pela entidade conforme modelo fornecido pelo CMDCA.

Por exemplo:

Tipo de Mídia	Quantidade
1. Folders, panfletos e outros impressos	XXXX
2. Mala direta	XXXX
3. Página na internet	XXXX

15. ORÇAMENTO

O orçamento deve conter os itens que serão adquiridos e os respectivos preços, se possível com descrição de marcas pesquisadas. Para cumprir as exigências legais, Lei 8.666/93, é importante que seja apresentado, em anexo, orçamentos de três fornecedores para cada produto a ser adquirido, em papel timbrado do fornecedor.

O orçamento deve estar de acordo com o preço de mercado porque o CMDCA analisa os custos reais da solicitação e, valores subfaturados ou superfaturados podem fazer com que o projeto não seja aprovado.

Ex.1:

Objeto	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
Palestrante	30 h	50,00	1.500,00
Apostila	40 um	30,00	1.200,00
Total			2.700,00

Ex.2:

Objeto	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
TV 29"	1un	599,00	599,00
DVD	1un	200,00	200,00
Instalar equipamento multimídia e revisar instalação elétrica	10 h eletricista	15,00	150,00
Fio 10mm	100 m	4,00	400,00
TOTAL R\$			1.349,00

16. CRONOGRAMA

Desenvolver quadro sintético e de fácil visualização das etapas do projeto; definir o calendário com margem de segurança, representando capacidade física, organizacional e financeira da entidade.

Exemplo :

NATUR- REZA DA DESPESA	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	TOTAL 1o SEM
1. CUSTOS FIXOS							R\$
TOTAL GERAL R\$							

17. VALOR DO PROJETO

Deve constar o valor solicitado ao CMDCA para execução do projeto.

Ex:

Valor solicitado ao CMDCA: R\$

Valor da contrapartida: R\$ _____

Valor total do projeto: R\$

Correia Pinto, _____, _____ de 20__

Assinatura do responsável / Cargo

18. ANEXOS

Os anexos podem ser: relação de crianças e adolescentes atendidas; cópia dos orçamentos de fornecedores utilizados para elaborar o custo do projeto incluindo quantidades e as marcas orçadas, fotos, etc...

Obs.: Exemplos foram citados de forma fictícia

ANEXO VI

PLANO DE TRABALHO

Entregar em via digital.

Plano de Trabalho / Atendimento

1 – Dados Cadastrais

Órgão Entidade Concedente NÃO PREENCHER			CNPJ
Prefeitura Municipal de Correia Pinto/FIA			75.438.6550001-45
Endereço			
Av. Duque de Caxias, 1569 – Centro			
Cidade Cor- reia Pinto	UF SC	CEP 88535-000	DDD Telefone (049) 32431150
Esfera Administrativa Municipal			
Nome do Responsável		Função	CPF
Vânio Forster		Prefeito	664.496.859-72
Endereço			
Rua Presidente Kennedy – Centro, Correia Pinto (SC)			CEP 88535-000

Órgão / Entidade Proponente - NOME DA ENTIDADE	CNPJ 00.000.000/000-00
Endereço Rua xxxxxx, Nº 000 – Bairro xxxxx	

Cidade	UF	CEP	DDD / Telefone	Entidade Filantrópica Sem Fins Lucrativos
Conta corrente	Banco		Agência	Praça de Pagamento Correia Pinto
Nome do Responsável NOME DO PRESIDENTE				CPF 000.000.000-00
Cédula de Identidade / Órgão Expedidor 000.000 -SSP-SC				Função Presidente
Endereço Do representante legal Rua xxxxx, Nº 000 – Bairro xxxx				CEP 89201-835

2 – Descrição

Título: do Projeto	Período de Execução	
	Início – APE	Término – 8M APE

Objeto:

Justificativa:

APE – após a publicação do Extrato

3 – Metas

N.º	Descrição por tipo de atendimento	Quantidade
01	Crianças e Adolescentes entre 7 e 14 anos (Exemplo)	20

4 - Cronograma de Execução

Etapa	Especificação	Qtde	1º mês R\$	2º, 3º, 4º, 5º e 6º mês R\$	Total R\$	Início	Término
	TOTAL						

5 - Plano de Aplicação

Natureza da Despesa		Concedente	Proponente	Valor Total
Código	Especificação	R\$	R\$	R\$
	NÃO PREEN- CHER			

6 - Cronograma de Desembolso Concedente

Meta	1o Mês	2o Mês	3o Mês	4o Mês	5o Mês	6o Mês
Meta	7o Mês	8o Mês	9o Mês	10o Mês	11o Mês	12o Mês
	---	---	---	---	---	---

7 – Declaração

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto à Prefeitura Municipal de Correia Pinto, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistirá qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Municipal ou quaisquer órgãos ou entidade da Administração Pública Municipal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Município, na forma deste Plano de Trabalho/Atendimento.

PEDE DEFERIMENTO.

Local e data: Correia Pinto, de de 2014.

Proponente:

FULANO DE TAL,
Presidente do XXXXX.

8 - Aprovado pelo Concedente

Local e data: Correia Pinto, de de 2014.

Concedente:

Nome do Prefeito,
Prefeito Municipal.
Nome do Secretário,
Secretária Municipal de Assistência Social e Gestora do FIA.

ANEXO VII

RELAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

QUADRO SÍNTESE DAS DELIBERAÇÕES DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

EIXO 1 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Diretriz 01 – Promoção da cultura do respeito e da garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes no âmbito da família, da sociedade e do Estado, considerada as condições de pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade e de opção política.

Objetivo 1 - Planejar e desenvolver cursos técnicos profissionalizantes, e atividades integradas (com cunho educativo, cultural, esportivo e recreativo) envolvendo a comunidade, aos finais de semana, no mínimo uma vez ao mês;

Objetivo 2 - Divulgar os programas, projetos e serviços da Política de Assistência Social, voltado às crianças e adolescentes e famílias. Fomentar a implantação de transporte coletivo público voltado, com acessibilidade.

Diretriz 02 – Universalização do acesso a políticas públicas de qualidade que garantam os direitos humanos de crianças, adolescentes e suas famílias e contemplem a superação das desigualdades, afirmação da diversidade com promoção da equidade e inclusão social.

Objetivo 1 - Ampliar as políticas de segurança alimentar e nutricional para erradicar a fome e assegurar a alimentação adequada de crianças, adolescentes, gestantes e lactantes.

Objetivo 2 – Maior atuação dos Conselheiros Tutelar na orientação/prevenção familiar e não somente após a violação dos direitos da criança e do adolescente.

MOBILIZAÇÃO: Mobilizar todos os segmentos da sociedade.

IMPLEMENTAÇÃO: Através de palestras, encontros educativos, cursos de orientação, material de divulgação.

MONITORAMENTO: Montar uma comissão envolvendo pais, adolescentes, conselheiros e gestores.

EIXO 2 – PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS

Diretriz 03 – Proteção especial a crianças e adolescentes com seus direitos ameaçados ou violados, consideradas as condições de pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade e de opção política.

Objetivo 1 – Implementar mais programas voltados para a criança e o adolescente com o intuito de não deixá-los desassistidos, nem ociosos.

Objetivo 2 – Maior atuação das Políticas Públicas voltadas para a defesa e garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

Diretriz 04 – Universalização e fortalecimento dos conselhos tutelares, objetivando a sua atuação qualificada.

Objetivo 1 - Informatizar o Conselho Tutelar e CMDCA, instalando o SIPIA WEB e divulgando-o para acesso dos atendimentos realizados, interligando as políticas públicas.

Objetivo 2 – Treinar conselheiros na ética profissional e prepará-los para a função, através de cursos de capacitação.

MOBILIZAÇÃO: Rádios, panfletos, mobilizando todos os segmentos da sociedade.

IMPLEMENTAÇÃO: Promover cursos, participação em capacitações, orientações através de palestras e debates.

MONITORAMENTO: Acompanhamento e cobrança das ações, dos programas, e dos recursos por parte de uma Comissão e do próprio Conselho de Direitos.

EIXO 3 – Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes

Diretriz 06 – Fomento de estratégias e mecanismos que facilitem a participação organizada e a expressão livre de crianças e adolescentes, em especial sobre os assuntos a eles relacionados, considerando sua condição peculiar de desenvolvimento, pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, nacionalidade e opção política.

Objetivo 1 – Promover o protagonismo e a participação de crianças e adolescentes nos espaços de convivência e de construção da cidadania, inclusive nos processos de formulação, deliberação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

Objetivo 2 – Ampliar o acesso de crianças e adolescentes, na sua diversidade, aos meios de comunicação para expressão e manifestação de suas opiniões.

Diretriz 05 – Universalização, em igualdade de condições, do acesso de crianças e adolescentes aos sistemas de justiça e segurança pública para a efetivação dos seus direitos.

Objetivo 1 – Universalizar o acesso de crianças e adolescentes a programas de esporte e lazer, levando em consideração as capacidades e limitações de cada um.

Objetivo 2 - Ampliar a divulgação das competências do Conselho Tutelar dentro da escola e demais instituições envolvidas com a criança e o adolescente. Parcerias com o Ministério Público e Instituto Paternidade Responsável.

MOBILIZAÇÃO: Mobilizar as Secretarias de Educação, Esporte, Cultura e Lazer, também os Poderes Legislativo e Judiciário.

IMPLEMENTAÇÃO: Promover a participação de crianças e adolescentes em competições esportivas, apresentações culturais, festivas e também em seções do Legislativo.

MONITORAMENTO: Participação de adolescentes nos Conselhos municipais e órgãos de fiscalização, para que cobrem as ações supracitadas das Secretarias envolvidas.

EIXO 4 – Controle Social da Efetivação dos Direitos

Diretriz 07 – Fortalecimento de espaços democráticos de participação e controle social, priorizando os conselhos de direitos da criança e do adolescente e assegurando seu caráter paritário, deliberativo, controlador e a natureza vinculante de suas decisões.

Objetivo 1 – Universalizar os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, qualificando suas atribuições de formular, acompanhar e avaliar as políticas públicas para crianças e adolescentes e de mobilizar a sociedade.

Objetivo 2 – Apoiar a participação da sociedade civil organizada em fóruns, movimentos, comitês e redes, bem como sua articulação nacional e internacional para a incidência e controle social das políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes e dos compromissos multilaterais assumidos.

Diretriz 11 – Aperfeiçoamento de mecanismos e instrumentos de monitoramento e avaliação da Política e do Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, facilitado pela articulação de sistemas de informação.

Objetivo 1 - Desenvolver metodologias e criar mecanismos institucionais de monitoramento e avaliação da política Nacional e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e do seu respectivo orçamento.

Objetivo 2 - Universalizar o Sistema de Informação para Infância e Adolescência – SIPIA, mediante a corresponsabilidade do poder público, em articulação com outras bases de dados nacionais sobre crianças e adolescentes.

MOBILIZAÇÃO: Mobilizar os meios de comunicação para esclarecer a comunidade o real papel do Conselho Tutelar e do Conselho de Direitos.

IMPLEMENTAÇÃO: Através das Escolas, implantar projetos para pais e filhos, que os conscientize e os incentive na participação para construção da cidadania.

MONITORAMENTO: Montar uma comissão que tenha representantes de todas as áreas envolvidas, que cobre a implantação e continuidade dos projetos.

EIXO 5 – Gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

Diretriz 08 – Fomento e aprimoramento de estratégias de gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes fundamentais nos princípios da indivisibilidade dos direitos, descentralização, intersetorialidade, participação, continuidade e corresponsabilidade dos três níveis de governo.

Objetivo 1 - Estabelecer mecanismos e instâncias para a articulação, coordenação e pactuação das responsabilidades de cada esfera de governo na gestão do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

Objetivo 2 - Formular e implementar uma política de formação continuada, segundo diretrizes estabelecidas pelo CONANDA, para atuação dos operadores do sistema de garantias de direitos, que leve em conta a diversidade regional, cultural e étnico-racial.

Diretriz 10 – Qualificação permanente de profissionais para atuarem na rede de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Objetivo 1 - Identificar, apoiar e difundir práticas inovadoras no campo da promoção, proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, visando o intercâmbio de experiências para o aperfeiçoamento de políticas públicas.

Objetivo 2 - Formular e implementar uma política de formação continuada, segundo diretrizes estabelecidas pelo CONANDA, para atuação dos operadores do sistema de garantias de direitos, que leve em conta a diversidade regional, cultural e étnico-racial.

MOBILIZAÇÃO: Universalizar o sistema de informação para crianças e adolescentes e demais cidadãos.

IMPLEMENTAÇÃO: Os governantes devem tomar medidas que introduzam a tecnologia na Educação, promover programas de incentivo ao estudo, levando em conta a diversidade de cada região.

MONITORAMENTO: Acompanhar constantemente as decisões tomadas no município com relação à criança e ao adolescente e também as formas de gerenciamento dos Projetos destinados a esse público.

Pregão Presencial - Processo 23/2014 Pmcp

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PREGÃO PRESENCIAL 23/2014 – PREFEITURA

Objeto: AQUISIÇÃO DE ASSENTOS ESPORTIVOS PARA O GINÁSIO DE ESPORTES ADEMAR GARRINCHA, CONFORME CONVÊNIO Nº 2013TR004574, ATRAVÉS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – LAGES E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO. Tipo: Menor preço por ITEM. Entrega dos envelopes: 10/04/2014 às 14:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 31 de março de 2014.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES

Presidente da Comissão de Licitação

Pregoeiro Municipal

Corupá

PREFEITURA

Pregão Eletrônico 002/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 002/14

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 02 VEÍCULOS, para que seja oferecido um atendimento de maior qualidade e segurança no atendimento prestado pelos profissionais da Equipe da Estratégia de Saúde da Família aos Municípios, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA e demais anexos que fazem parte integrante deste Processo.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 31/03/2014, às 09h00min do dia 10/04/2014.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 10/04/2014.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: O Edital está disponível no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br) e <http://www.bll.org.br>.

Horário: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 29 de Março de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Curitibanos

PREFEITURA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO
Contratado: FUNDAÇÃO UNIV. DO CONTESTATO – UNC/MAFRA
CNPJ: 83.395.921/0001-28
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/COMPRAS E SERVIÇOS
Número da Licitação: 55/2013 Número do Processo: 5/2013
Número do Contrato: 28/2014
Fundamento Legal:

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA 276 INSCRIÇÕES DO CURSO DE CAPACITAÇÃO NO II SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO PARA OS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL, QUE SE REALIZARA NOS DIAS 06 E 07 DE FEVEREIRO, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO E ART. 24, INCISO XIII E ART. 26 DA LEI 8.666/93, SENDO QUE O ASSUNTO ABORDADO CONDIZ COM O PLANEJAMENTO ELABORADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, TENDO EM VISTA O BAIXO CUSTO DE INSCRIÇÃO E POR SER PRESENTADO NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, NÃO GERANDO CUSTO ADICIONAL.

Data da Assinatura: 05/02/2014
Vigência: 05/02/2014 a 31/03/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:

Valor: 41.400,00
Forma de pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME
CNPJ: 11.305.920/0001-34
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 78/2014 Número do Processo: 78/2014
Número do Contrato: 29/2014
Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2014.

Data da Assinatura: 07/02/2014
Vigência: 07/02/2014 a 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:

Valor: 60.316,00
Forma de pagamento: CFE KM RODADO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: SUELI TERESINHA PETRIS ME
CNPJ: 13.005.896/0001-43
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 78/2014 Número do Processo: 78/2014
Número do Contrato: 30/2014
Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2014.

Data da Assinatura: 07/02/2014
Vigência: 07/02/2014 a 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:

Valor: 64.260,00

Forma de pagamento: CFE KM RODADO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME

CNPJ: 11.369.896/0001-05

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 78/2014 Número do Processo: 78/2014

Número do Contrato: 31/2014

Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2014.

Data da Assinatura: 07/02/2014

Vigência: 07/02/2014 a 31/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 168.042,00

Forma de pagamento: CFE KM RODADO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI

CNPJ: 19.364.324/0001-37

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 78/2014 Número do Processo: 78/2014

Número do Contrato: 32/2014

Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2014.

Data da Assinatura: 07/02/2014

Vigência: 07/02/2014 a 31/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 36.540,00

Forma de pagamento: CFE KM RODADO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA

CNPJ: 10.514.195/0001-41

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 78/2014 Número do Processo: 78/2014

Número do Contrato: 33/2014

Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2014.

Data da Assinatura: 07/02/2014

Vigência: 07/02/2014 a 31/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 178.248,00

Forma de pagamento: CFE KM RODADO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME

CNPJ: 14.781.415/0001-54

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 78/2014 Número do Processo: 78/2014

Número do Contrato: 34/2014

Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2014.

Data da Assinatura: 07/02/2014

Vigência: 07/02/2014 a 31/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 139.965,00

Forma de pagamento: CFE KM RODADO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: JOSÉ AURI DA SILVA SANTOS

CNPJ: 919.884.389-34

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 78/2013 Número do Processo: 78/2013

Número do Contrato: 35/2014

Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2014.

Data da Assinatura: 07/02/2014

Vigência: 07/02/2014 a 31/03/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 49.980,00

Forma de pagamento: CFE KM RODADO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO**

Contratado: AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA

CNPJ: 08.717.181/0001-83

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 78/2014 Número do Processo: 78/2014

Número do Contrato: 36/2014

Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2014.

Data da Assinatura: 07/02/2014

Vigência: 07/02/2014 a 31/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 121.020,90

Forma de pagamento: CFE KM RODADO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO**

Contratado: EDGAR ALVES DOS SANTOS

CNPJ: 12.588.518/0001-77

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 78/2014 Número do Processo: 78/2014

Número do Contrato: 37/2014

Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2014.

Data da Assinatura: 07/02/2014

Vigência: 07/02/2014 a 31/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 59.976,00

Forma de pagamento: CFE KM RODADO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO**

Contratado: TRANSPORTE MIRIM LTDA

CNPJ: 09.494.542/0001-32

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 78/2014 Número do Processo: 78/2014

Número do Contrato: 38/2014

Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2014.

Data da Assinatura: 07/02/2014

Vigência: 07/02/2014 a 31/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 172.116,00

Forma de pagamento: CFE KM RODADO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO**

Contratado: VIOLATUR TRANSPORTES ESCOLAR LTDA

CNPJ: 13.012.393/0001-03

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 78/2014 Número do Processo: 78/2014

Número do Contrato: 39/2014

Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2014.

Data da Assinatura: 07/02/2014

Vigência: 07/02/2014 a 31/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 45.183,60

Forma de pagamento: CFE KM RODADO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: SONIA DE FATIMA VIEIRA ME

CNPJ: 10.559.712/0001-07

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 78/2014 Número do Processo: 78/2014

Número do Contrato: 40/2014

Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2014.

Data da Assinatura: 07/02/2014

Vigência: 07/02/2014 a 31/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 69.846,00

Forma de pagamento: CFE KM RODADO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: ALCEU DE MELO ME

CNPJ: 14.795.424/0001-02

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 78/2014 Número do Processo: 78/2014

Número do Contrato: 41/2014

Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2014.

Data da Assinatura: 07/02/2014

Vigência: 07/02/2014 a 31/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 54.425,70

Forma de pagamento: CFE KM RODADO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: NELCI SCOLARO GUETTEN

CNPJ: 035.801.379/80

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 78/2014 Número do Processo: 78/2014

Número do Contrato: 42/2014

Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2014.

Data da Assinatura: 07/02/2014

Vigência: 07/02/2014 a 31/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 18.564,00

Forma de pagamento: CFE KM RODADO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: NERI DE JESUS

CNPJ: 17.010.952/0001-99

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 78/2014 Número do Processo: 78/2014

Número do Contrato: 43/2014

Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2014.

Data da Assinatura: 07/02/2014

Vigência: 07/02/2014 a 31/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 56.889,00

Forma de pagamento: CFE KM RODADO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA

CNPJ: 665.607.489-87

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 78/2014 Número do Processo: 78/2014

Número do Contrato: 44/2014

Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2014.

Data da Assinatura: 07/02/2014

Vigência: 07/02/2014 a 31/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 23.310,00

Forma de pagamento: CFE KM RODADO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO**

Contratado: MARCELO FOGAÇA DA ROCHA

CNPJ: 16.771.038/0001-06

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 78/2014 Número do Processo: 78/2014

Número do Contrato: 45/2014

Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2014.

Data da Assinatura: 07/02/2014

Vigência: 07/02/2014 a 31/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 25.536,00

Forma de pagamento: CFE KM RODADO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO**

Contratado: ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA

CNPJ: 11.433.181/0001-66

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 78/2014 Número do Processo: 78/2014

Número do Contrato: 46/2014

Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2014.

Data da Assinatura: 07/02/2014

Vigência: 07/02/2014 a 31/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 47.187,00

Forma de pagamento: CFE KM RODADO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO**

Contratado: TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME

CNPJ: 11.358.321/0001-89

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 78/2014 Número do Processo: 78/2014

Número do Contrato: 47/2014

Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2014.

Data da Assinatura: 07/02/2014

Vigência: 07/02/2014 a 31/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 23.940,00

Forma de pagamento: CFE KM RODADO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO**

Contratado: JOSÉ RONALDO ORTIZ

CNPJ: 17.011.463/0001-51

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 78/2014 Número do Processo: 78/2014

Número do Contrato: 48/2014

Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2014.

Data da Assinatura: 07/02/2014

Vigência: 07/02/2014 a 31/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 35.280,00

Forma de pagamento: CFE KM RODADO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: ANTONIO CARLOS RIBEIRO

CNPJ: 13.069.412/0001-20

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 78/2014 Número do Processo: 78/2014

Número do Contrato: 49/2014

Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2014.

Data da Assinatura: 07/02/2014

Vigência: 07/02/2014 a 31/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 98.000,00

Forma de pagamento: CFE KM RODADO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: CONTRUTORA MACIEL LTDA.

CNPJ: 05.533.384/0001-21

Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ COMPRAS E SERVIÇOS

Número da Licitação: 1/2014 Número do Processo: 1/2014

Número do Contrato: 50/2014

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONCRETO ARMADO E FECHAMENTO DE ALVENARIA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SÃO FRANCISCO, CONFORME ANEXO I E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 07/02/2014

Vigência: 07/02/2014 a 07/05/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 98.000,00

Forma de pagamento: CFE MEDIÇÃO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: COMACO CONSTRUTORA E INCORPORADORA DE IMÓVEIS LTDA

CNPJ: 10.637.480/0001-50

Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ COMPRAS E SERVIÇOS

Número da Licitação: 66/2013 Número do Processo: 66/2013

Número do Contrato: 53/2014

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE PRAZO PERÍODO DE 11/02/2014 A 1/04/2014, REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE REVESTIMENTO CERÂMICO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 11/02/2014

Vigência: 11/02/2014 a 11/04/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 0,00

Forma de pagamento: CFE KM RODADO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: COMACO CONSTRUTORA E INCORPORADORA DE IMÓVEIS LTDA

CNPJ: 10.637.480/0001-50

Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ COMPRAS E SERVIÇOS

Número da Licitação: 67/2013 Número do Processo: 67/2013

Número do Contrato: 54/2014

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE PRAZO PERÍODO DE 11/02/2014 A 12/04/2014, REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE REVESTIMENTO CERÂMICO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 12/02/2014

Vigência: 12/02/2014 a 12/04/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 0,00

Forma de pagamento: CFE KM RODADO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: AUTO VIAÇÃO CURITIBANOS LTDA

CNPJ: 04.311.380/0001-36

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS

Número da Licitação: 8/2013 Número do Processo: 8/2013

Número do Contrato: 66/2014

Fundamento Legal:

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE ESCOLAR EM FACE DO AUMENTO IMPREVISTO DO NÚMERO DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL, COM BASE NO ART 24, IV DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 19/02/2014

Vigência: 19/02/2014 a 19/03/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 3.234,00

Forma de pagamento: MENSALMENTE APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NF

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: PEARSON EDUCATION DO BRASIL LTDA

CNPJ: 01.404.158/0001-90

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 6/2013 Número do Processo: 6/2013

Número do Contrato: 77/2014

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE 1308 CONJUNTOS DE MATERIAL DIDÁTICO PARA USO DOS ALUNOS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL. O MATERIAL DEVE SEGUIR AS ORIENTAÇÃO DO REFERENCIAL CIRCULAR NACIONAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME TERMO DE REFERENCIAL E ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 26/02/2014

Vigência: 26/02/2014 a 31/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 306.072,00

Forma de pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: BOQUINHAS APRENDIZAGEM E ASSESSORIA LTDA ME

CNPJ: 09.508.047/0001-35

Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Número da Licitação: 9/2014 Número do Processo: 9/2014

Número do Contrato: 78/2014

Fundamento Legal:

Objeto: INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CURSO DE CAPACITAÇÃO, METODO DE APRENDIZAGEM BOQUINHAS, PARA PROFESSORES DE 1º A 4º SÉRIES DOS NÚCLEOS MUNICIPAIS, QUE SERÁ UTILIZADO COMO FERRAMENTA

PEDAGÓGICA DE ALFABETIZAÇÃO USADO PELO APOIO ESCOLAR, SERÁ REALIZADO NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NOS DIAS 13 E 14 DE MARÇO DE 2014, COM BASE NA LEI 8.666/93, ART. 25, INCISO II E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 28/02/2014

Vigência: 28/02/2014 a 31/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 6.283,00

Forma de pagamento: À VISTA

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

Convocação Concurso 01/2014

CONVOCAÇÃO 001/2014

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira (SC), em exercício, no uso de suas atribuições, e nos termos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e da Lei 3665/2006, Lei Complementar 4.252/2013, em conformidade com a classificação e homologação do resultado do Concurso Público Edital de 01/2014 convoca os candidatos abaixo relacionados para ocupar os cargos, no prazo de 30 (trinta) dias, para sua devida contratação.

VIGIA

Luiz Mário Paim de Moraes Osório

TÉCNICA EM ENFERMAGEM

Elisiane Cristina Rysdyd

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

Angela Maria Oliveira

MONITORA DE CRECHE

Gabriela Stahl

Adriana A. R. de Andrade

Marivone Teresinha Leorato

Eliane Rodrigues Freire

Cleureci G. Fortes Siqueira

Catiane Assunção de Camargo

Janete Teresinha Righi

FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

Diogo Fabris

FISCAL DE TRIBUTOS

Claudemir Jose Alves Borges

FISCAL DE NOTA E PRODUTOR RURAL E MOVIMENTO ECONÔMICO

Geovane Ruschel

Dionísio Cerqueira -SC, 27de março de 2014.

ALTAIR CARDOSO RITTES

PREFEITO MUNICIPAL

Convocação Emprego Publico 02/2014

CONVOCAÇÃO 002/2014

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira (SC), em exercício, no uso de suas atribuições, e nos termos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e da Lei Complementar 4.253/2013 e Lei 4.263/2013, em conformidade com a classificação e homologação do resultado do Concurso para emprego Público, Edital de 02/2014 convoca os candidatos abaixo relacionados para ocupar os cargos, no prazo de 30 (trinta) dias, para sua devida contratação.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - AREA 1

Priscila Mirian Mosen Bertagnoli
Regiane de Lima Sacramento
Rosângela F. Machado de Oliveira

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - AREA 2

Alexandre Roque de Moraes
Carla Jucemara dos Santos

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - AREA 3

Cheila Patrícia Dias Cabral

ASSISTENTE SOCIAL - NASF

Elsa Salete de Paula dos Santos

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - CAPS

Lurdes Rodrigues Weis Gonçalves

COZINHEIRA - CAPS

Mirian de Souza

FARMACEUTICO - NASF

Daniela Marques da Silva

FISIOTERAPEUTA - NASF

Janaina Cuchi

MÉDICO PSIQUIATRA - CAPS

Alexey Wander Moura Gonçalves

NUTRICIONISTA - NASF

Gabriela Regina Pinto

PSICOLOGO - NASF

Dayane Boufleur

TÉCNICO EM ENFERMAGEM - CAPS

Claudia Ferreira da Silva

TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SAMU

Giovana Dallemole Paloschi
Marcia Barbosa Ferderle Britz
Simone Bach Muller
Rozenilda Pinheiro

MOTORISTA - CAPS

Marcos Alexandre Lemos Skittberg

MOTORISTA - SAMU

Maicon Jacoski
Fabio Junior Kafer
João Carlos Schneider
Paulo Sergio Zenatti

Dionísio Cerqueira -SC, 27 de março de 2014.

ALTAIR CARDOSO RITTES

PREFEITO MUNICIPAL

Convocação Teste Seletivo 03/2014

CONVOCAÇÃO

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira (SC), em exercício, no uso de suas atribuições, e nos termos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e da Lei Complementar 4.254/2013 e Lei 4.300/2013, em conformidade com a classificação e homologação do resultado do Teste Seletivo Edital de 01/2014 convoca os candidatos abaixo relacionados para ocupar os cargos, no prazo de 30 (trinta) dias, para sua devida contratação.

ENFERMEIRA PADRÃO ASSISTENCIAL

Luana Regina Canei
Dilvani Alves dos Santos
Marcia Bueno dos Santos
Charles Antonio Popiolek
Deived Junior Levinski

FARMACEUTICO

Elio Antonio Nedel

TÉCNICA EM ENFERMAGEM

Ana Claudia Ventura
Katia Raquel Sberse Meotti
Marcia Barbosa Ferderle Britz
Luciana Barbosa

Dionísio Cerqueira -SC, 27 de março de 2014.

ALTAIR CARDOSO RITTES

PREFEITO MUNICIPAL

Ermo**PREFEITURA****Portaria Nº. 054, de 25 de Março de 2014.**

PORTARIA Nº. 054, de 25 de março de 2014.

Admite em Caráter Temporário (ACT), Professora Municipal.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, IV da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir FABRICIA GIASSI FURLANETTO, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Professora com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 25 de março de 2014 encerrando-se em 19 de dezembro de 2014.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 021, de 10 de fevereiro de 2014.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 25 de março de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças interina

RREO 1 Bim de 2014

Município de ERMO - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	9.686.799,25
Previsão Atualizada		—	9.686.799,25
Receitas Realizadas		1.926.758,46	1.926.758,46
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	0,00
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	9.206.799,25
Créditos Adicionais		—	1.171.312,23
Dotação Atualizada		—	10.378.111,48
Despesas Empenhadas		2.935.051,00	2.935.051,00
Despesas Liquidadas		1.448.414,09	1.448.414,09
Superavit Orçamentário		—	478.344,37
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		2.935.051,00	2.935.051,00
Despesas Liquidadas		1.448.414,09	1.448.414,09
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			9.352.504,15
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		0,00	-708.905,00
Resultado Primário		0,00	488.970,44
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	656.218,69	25%	142,83
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	54.478,90	60%	50,43
Liquidadas	400.230,47		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		22.796,15	3.139.328,41
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			2047
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2



Município de ERMO - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	87.935,18
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	87.935,18
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	343.874,95	15,00	0,00
Liquidadas	343.874,95		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ERMO, 28/03/2014

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ

Contadora CRC/SC026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO

Responsável p/ controle interno

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

Extrato de Edital_reg Preços Mat Didático Educação

Estado de Santa Catarina
Município de Faxinal dos Guedes

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Registro de Preços
Modalidade: Pregão Presencial nº: 0019/2014
Processo licitatório nº: 0037/2014
Objeto: Aquisição de forma parcelada de material didático e pedagógico a serem utilizados nas atividades escolares da rede municipal de ensino e secretaria de educação.
Data do Recebimento: 15/04/2014 às 09h00 min.

Data da abertura: 15/04/2014 às 09h15 min.
Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e

Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida

Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.

Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 28 de março de 2014.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Contrato_ Coop. Sabor Colonial - Agricultura Familiar

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0056/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: Cooperativa Centra Sabor Colonial
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor rural objetivando a composição da merenda escolar.
Valor: R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais)
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93 suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0014/2014, na Modalidade Dispensa de Licitação nº 0004/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 27 de março de 2014.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Contrato_ Diversos - Mat. Hig. E Limpeza Educação

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0057/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Adeval Bike Papelaria E Bazar Ltda Epp
Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais de higiene, limpeza e outros destinados a secretaria de educação e rede municipal de ensino.
Valor: R\$ 1.737,48 (mil setecentos e trinta e sete reais e quarentas e oito centavos).
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0026/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0013/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 27 de março de 2014.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0058/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: AP Oeste Distr. E Com. de Alimentos Ltda
Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais de higiene, limpeza e outros destinados a secretaria de educação e rede municipal de ensino.
Valor: R\$ 4.740,00 (quatro mil setecentos e quarenta reais).
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0026/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0013/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 27 de março de 2014.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0059/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Jandira Capellaro Rodrigues e Cia Ltda Me

Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais de higiene, limpeza e outros destinados a secretaria de educação e rede municipal de ensino.
Valor: R\$ 5.085,00 (cinco mil e oitenta e cinco reais).
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0026/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0013/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 27 de março de 2014.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0060/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Marcelo Canello Me.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais de higiene, limpeza e outros destinados a secretaria de educação e rede

municipal de ensino.

Valor: R\$ 491,40 (quatrocentos e noventa e um reais e quarenta centavos).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0026/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0013/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 27 de março de 2014.

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0061/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Mercado Kaeka Ltda Me.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais de higiene, limpeza e outros destinados a secretaria de educação e rede municipal de ensino.

Valor: R\$ 792,00 (setecentos e noventa e dois reais).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0026/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0013/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 27 de março de 2014.

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0062/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Nutri SC Com. de Alimentos Ltda Me

Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais de higiene, limpeza e outros destinados a secretaria de educação e rede municipal de ensino.

Valor: R\$ 4.267,20 (quatro mil duzentos e sessenta e sete reais e vinte centavos).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0026/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0013/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 27 de março de 2014.

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0063/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Rosecler Justina Feo Me.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais de higiene, limpeza e outros destinados a secretaria de educação e rede municipal de ensino.

Valor: R\$ 2.808,00 (dois mil oitocentos e oito reais).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0026/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0013/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 27 de março de 2014.

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0064/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Siprolimp – Simionato Prod. De Limp. Ltda

Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais de higiene, limpeza e outros destinados a secretaria de educação e rede municipal de ensino.

Valor: R\$ 2.994,00 (dois mil novecentos e noventa e quatro reais).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0026/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0013/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 27 de março de 2014.

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Contrato 00652014 - Porto Seguro - Seguros Veículos

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0065/2014

Contratante: O Município de Faxinal dos Guedes

Contratada: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

Objeto: Contratação de seguro total para os veículos da prefeitura de Faxinal dos Guedes.

Valor: R\$67.886,39 (sessenta e sete mil oitocentos e oitenta e seis reais e trinta e nove centavos).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0033/2014, na Modalidade Carta Convite nº 0008/2014

Faxinal dos Guedes, SC, em 27 de março de 2014

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Contrato 00552014 - Porto Seguro - Seguro Veículos Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0055/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde do Município de Faxinal dos Guedes

Contratada: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
Objeto: Contratação de seguro total para os veículos do Fundo Municipal de Saúde.

Valor: R\$ 22.601,07 (vinte e dois mil seiscentos e um reais e sete centavos)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0026/2014, na Modalidade Carta Convite nº 0006/2014

Faxinal dos Guedes, SC, em 27 de março de 2014

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

Lo - 2.326 - Aliena Veículos

LEI nº 2.326/2014

AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado nos termos desta Lei, desafetar do interesse público e alienar os seguintes bens móveis:

I – FIAT FIORINO IE, ano 1999/2000, placas MBJ 5672, Patrimônio nº 2954.

II – FIAT UNO MILLE FIRE FLEX, ano 2007/2008, placas MFF 7668, Patrimônio nº 4584.

III – FIAT UNO MILLE SMART, ano 2000/2001, placas MAV 2495, Patrimônio 3221.

IV – FIAT UNO MILLE SMART, ano 2001/2001, placas MBI 2961, Patrimônio 2956.

V – FIAT STRADA WORKING, ano 2000/2001, placas MBL 3311, Patrimônio 8451.

Parágrafo único. Para alienação será observado o procedimento estabelecido pela Lei nº 8.666/93, levando em consideração o maior lance.

Art. 2º. Fica o chefe do poder executivo municipal autorizado a utilizar os recursos do excesso de arrecadação da alienação de bens no pagamento do regime geral de previdência social, conforme prevê o art. 44 da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de Março de 2014.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

Lo - 2.327 - Agro

LEI nº 2.327/2014

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO AGRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado nos termos desta lei, efetuar transferência financeira na ordem de até R\$-850,00 (oitocentos e cinquenta reais) mensais, à Associação Comunitária Amigos do Agro, inscrita no CNPJ sob o nº 18.111.502/0001-55, para o auxílio no transporte dos alunos para a frequência da Escola Técnica Agrícola no município de Xanxerê, SC.

Art. 2º. A entidade beneficiada deverá prestar contas dos recursos transferidos de acordo com as normas do Tribunal de Contas do Estado, Contabilidade e Auditoria da Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes.

Art. 3º. As despesas decorrentes com a execução da presente lei, correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei 2.283 de 21 de maio de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de Março de 2014.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

Forquilha

PREFEITURA

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 96/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 96/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 09/2013

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – ROMUALDO LINO PATRÍCIO ME

DO OBJETO – serviços de manutenção corretiva e preventiva dos semáforos localizados na Avenida 25 de julho, Centro, Forquilha/SC, durante o exercício de 2013.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual de 31/12/2013 para 30/03/2014.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 27 de dezembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 13/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 13/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 251/2013

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA

DO VALOR – Fica acrescido o valor de R\$ 9.040,46 (nove mil quarenta reais e quarenta e seis centavos) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, devido a serviços adicionais por necessidade da obra, conforme solicitação.

DO PRAZO – Em razão das adequações supracitadas, fica acrescido 30 (trinta) dias no prazo de execução do contrato 251/PMF/2013 de 27/02/2014 para 29/03/2014 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 27/06/2014.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.
DATA DA ASSINATURA – 24 de fevereiro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 48/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 48/2014
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO – ALPHA LASER COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI
OBJETO – O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresa especializada para locação de máquinas copiadoras em bom estado de conservação e uso, para atender as necessidades das diversas secretarias municipais de Forquilha/SC.
VALOR – R\$ 33.005,40 (trinta e três mil cinco reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA – 31/12/2014.
DOTAÇÃO - 0401.2010.3390 (29), 0501.2015.3390 (75), 0803.2019.3390 (152) – PMF.
FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 40/PMF/2014.
DATA DA ASSINATURA – 07 de março de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS Nº. 29/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 29/2014
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO – ALPHA LASER COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI
OBJETO – O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresa especializada para locação de máquinas copiadoras em bom estado de conservação e uso, para atender as necessidades da secretária de saúde do município de Forquilha/SC.
VALOR – R\$ 7.152,70 (sete mil cento e cinquenta e dois reais e setenta centavos).
VIGÊNCIA – 31/12/2014.
DOTAÇÃO - 1701.2050.3390 (32) – FMS.
FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 40/PMF/2014.
DATA DA ASSINATURA – 07 de março de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo FMS Nº 03/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 03/2014
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 100/2013
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADA – COMUNICAÇÃO VISUAL LONGARETTI LTDA
DO OBJETO – Aquisição de totens (comunicação visual) para atendimento as unidades básicas de saúde, por meio do Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC, por meio do Fundo Municipal de Saúde.
DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº. 100/FMS/2013 de 28/02/2014 para 31/03/2014.
DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.
DATA DA ASSINATURA – 24 de fevereiro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Errata - Retificação do Edital

ERRATA - RETIFICAÇÃO DO EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 58/PMF/2014

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar o Edital de Pregão Presencial Nº. 58/PMF/2014 que tem por objetivo a aquisição de brinquedos modulados para atendimento aos Centros de Educação Infantil da rede de ensino do Município de Forquilha/SC. A alteração do edital se dá na inclusão do seguinte texto:

“6.1.9. Apresentar prospecto, folder ou folheto identificando o modelo e especificações do objeto licitado.”

Em virtude desta alteração não alterar a formulação da proposta de preço, mantém-se a data de abertura do presente processo licitatório para: 04 de abril de 2014 às 14:00 horas.
Edital alterado e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal “26 de Abril” Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou por email: processos@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha/SC, 28 de março de 2014.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI
Pregoeira

Fraiburgo

PREFEITURA

Extrato 001

CONTRATO N.º: 001/2014.
PORTARIA N.º: 472/2014.
CONTRATANTE: AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO- SANEFRAI
CONTRATADO: FERNANDO GOMES DAS ALMAS
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA: 10 de fevereiro de 2014 até 09 de abril de 2014.
AMPARO LEGAL: Lei Municipal n.º 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO: AGENTE OPERACIONAL
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
VENCIMENTO: 783,07 (Setecentos e oitenta e três reais e sete centavos).

Extrato 002

CONTRATO N.º: 002/2014.
PORTARIA N.º: 528/2014.
CONTRATANTE: AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO- SANEFRAI
CONTRATADO: FERNANDO IARENCHUKI GOMES
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
VIGÊNCIA: 13 de fevereiro de 2014 até 11 de abril de 2014.
AMPARO LEGAL: Lei Municipal n.º. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.
FUNÇÃO: AGENTE OPERACIONAL
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

VENCIMENTO: 783,07 (Setecentos e oitenta e três reais e sete centavos).

Extrato 003

CONTRATO N.º: 003/2014.

PORTARIA N.º: 473/2014.

CONTRATANTE: AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO- SANEFRAI

CONTRATADO: PEDRO ESTEVÃO CHRIST

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA: 10 de fevereiro de 2014 até 09 de abril de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei Municipal n.º. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE OPERACIONAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

VENCIMENTO: 783,07 (Setecentos e oitenta e três reais e sete centavos).

Decreto Nº 0101/2014

DECRETO Nº 0101, DE 28 DE MARÇO DE 2014.

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a necessidade de ampliação do cemitério público municipal;

Considerando o disposto no Decreto Municipal n. 053/2002, que declarou de utilidade pública para fins de desapropriação áreas de terras urbanas;

Considerando o disposto na Lei Municipal n. 1655/2002, que autorizou o Chefe do Poder Executivo municipal a promover a desapropriação dos imóveis especificados;

Considerando que a avaliação dos imóveis realizada por comissão especial nomeada através da Portaria n. 045/2002, se deu em 08 de julho de 2002, ou seja, a mais de 11 anos, sendo necessária a reavaliação;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão Especial para reavaliação dos imóveis identificados pelos lotes 022 e 023, ambos da quadra 048, que será constituída pelos seguintes membros, sendo presidida pelo primeiro:

I – João Carlos Padilha - Presidente;

II – Flávio André de Oliveira - Membro;

III - Silvano Pelissaro - Membro;

IV - Wigand Leonhardt - Membro;

V – Daniel Dresch - Membro.

Art. 2º. A Comissão Especial terá por competência e atribuição a reavaliação dos imóveis descritos no artigo 1º, para fins de desapropriação, observadas as disposições legais.

Art. 3º. A Comissão Especial poderá requisitar auxílio de profissionais do quadro de servidores do município, necessários para realização de suas atribuições, bem como solicitar pareceres técnicos de empresas, entidades e profissionais particulares.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 28 DE MARÇO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Extrato de Contrato Nº Ct14pmf57

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT14PMF57

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: I. SILVEIRA E CIA LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE GINÁSTICA PARA INSTALAÇÃO DE ACADEMIA DE SAÚDE AO AR LIVRE JUNTO AO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA MELHOR IDADE "FLOR DE MAÇÃ", NESTA CIDADE. VALOR TOTAL: R\$ 15.900,00 (QUINZE MIL E NOVECENTOS REAIS). DATA DO CONTRATO: 28.03.2014. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 28.03.2014 A 30.11.2014. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0037/2014 – PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0023/2014. RECURSOS: 167 (1.200) SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E 272 (9.503) CONVÊNIO TR3747 – PROCESSO SDR09 2660/2013 CONVÊNIO TR3747 – PROCESSO Nº SDR09 2960/2013, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – VIDEIRA.

FRAIBURGO (SC), 28 DE MARÇO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

Portaria Nº 0832/2014

PORTARIA Nº 832, DE 28 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004, de 02 de janeiro de 2014, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 032/2014, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ANTONIO GERMANO DE SOUZA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 458.532.319-87, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de abril de 2014 até 31 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0833/2014

PORTARIA N.º 833, DE 28 DE MARÇO DE 2014.
Retifica e Ratifica a Portaria n.º 808/2014

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 1º da portaria n.º 808, de 25 de março de 2014, que nomeou IARA CAMPAGNARO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 083.209.929-58, alterando a função para COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, a partir de 01 de abril de 2014

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria n.º 808, de 25 de março de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0834/2014

PORTARIA N.º 834, DE 28 DE MARÇO DE 2014.
Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar Municipal n.º 109, de 03 de março de 2010 e conforme Processo Administrativo n.º 2620, de 25 de março de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, com consequente redução de remuneração, a carga horária da servidora ANDRESSA REZADORI BARBOSA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 063.730.599-01, nomeada no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, no período de 01 de abril de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0835/2014

PORTARIA Nº 835, DE 28 DE MARÇO DE 2014.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0019, de 12 de março de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 26/2014, do Departamento de Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SÉRGIO DOMINGUES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 040.809.269-60, na função de TÉCNICO EM MÚSICA, com carga horária de 30 horas semanais, no período de 01 de abril de 2014 até 31 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Resultado do Julgamento das Propostas de Preços - Tomada de Preços Nº 0001/2014-Sf

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS
TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2014 – SANEFRAI

O Presidente da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa especializada para fornecer Licença de uso de software de um Sistema Integrado de Gestão, incluindo os serviços de instalação e migração de dados, treinamento, manutenção corretiva, atualização de versões e suporte técnico para a Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS, após decorrido in albis o prazo Recursal previsto no art. 109, I, “a”, da Lei nº 8.666/93, restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora, a seguinte licitante: LAUTERT DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA, no Valor Global: R\$ 16.200,00 (dezesesseis mil e duzentos reais), ficando esta valor abaixo do valor Máximo Global estipulado pelo Município no item 2.3 do Edital, cumprindo regularmente com todas as condições Editalícias

Fraiburgo (SC), 28 de março de 2014.

Eloi Regalin
Presidente da SANEFRAI

CÂMARA MUNICIPAL

Inexigibilidade de Licitação 001/2014

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 001/2014

Contratada: RADIO FRAIBURGO LTDA. Objeto: Serviços de produção, entrevista, veiculação, de programa informativo semanal do Poder Legislativo Municipal. Data: 02/01/2014 Vigência: 01/02/2014 a 31/12/2014. Fundamento: Artigo 25, caput, da Lei 8.666/93.

JOSE DARCY SOARES FRANÇA
PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

Extrato do Contrato Ct0001/2014

EXTRATO DO CONTRATO CT0001/2014

Contratada: RADIO FRAIBURGO LTDA Objeto: Serviços de assessoria de imprensa. Data: 02/01/2014. Vigência: 01/02/2014 a 31/12/2014. Valor: R\$ 18.180,00 (dezoito mil cento e oitenta reais).

JOSE DARCY SOARES FRANÇA
PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

Extrato do Contrato Ct0002/2014

EXTRATO DO CONTRATO CT0002/2014

Contratada: ITACIR RODRIGUES DOS SANTOS ME. Objeto: Serviços de monitoramento eletrônico. Data: 02/01/2014. Vigência: 02/01/2014 a 31/12/2014. Valor: R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscientos reais).

JOSE DARCY SOARES FRANÇA
PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

Extrato do Contrato Ct0003/2014

EXTRATO DO CONTRATO CT0003/2014

Contratada: LANCER SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA Objeto: Fornecimento de Softwares. Data: 02/01/2014. Vigência: 02/01/2014 a 31/12/2014. Valor: R\$ 4.462,80 (quatro mil quatrocentos sessenta e dois reais e oitenta centavos).

JOSE DARCY SOARES FRANÇA
PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

Extrato do Contrato Ct0004/2014

EXTRATO DO CONTRATO CT0004/2014

Contratada: LANCER SOLUÇÕES EM INFORMATICA LTDA. Objeto: Fornecimento de Softwares. Data: 02/01/2014. Vigência: 02/01/2014 a 31/12/2014. Valor: R\$ 1.711,20 (um mil setecentos e onze reais e vinte centavos).

JOSE DARCY SOARES FRANÇA
PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

Extrato do Contrato Ct0005/2014

EXTRATO DO CONTRATO CT0005/2014

Contratada: SULPORTAL WEB LTDA. ME. Objeto: Suporte técnico em informática. Data: 02/01/2014. Vigência: 02/01/2014 a 31/12/2014. Valor: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

JOSE DARCY SOARES FRANÇA
PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

Extrato do Contrato Ct0006/2014

EXTRATO DO CONTRATO CT0006/2014

Contratada: CRICINET WEB SITE E HOSPEDAGEM LTDA. ME. Objeto: Manutenção de Web Site. Data: 02/01/2014. Vigência: 02/01/2014 a 31/12/2014. Valor: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscientos reais).

JOSE DARCY SOARES FRANÇA
PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

Extrato do Contrato Ct0007/2014

EXTRATO DO CONTRATO CT0007/2014

Contratada: AGENOR GOBBI 55200583934. Objeto: Serviços de sonorização. Data: 02/01/2014. Vigência: 02/01/2014 a 31/12/2014. Valor: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

JOSE DARCY SOARES FRANÇA
PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

Extrato do Contrato Ct0008/2014

EXTRATO DO CONTRATO CT0008/2014

Contratada: ADELITA THIBES DE MEIRA 030477003965. Objeto: Serviços de jardinagem. Data: 02/01/2014. Vigência: 02/01/2014 a 31/12/2014. Valor: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

JOSE DARCY SOARES FRANÇA
PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

Extrato do Contrato Ct0009/2014

EXTRATO DO CONTRATO CT0009/2014

Contratada: HBINFO PROVEDOR LTDA. ME. Objeto: Serviços de Internet. Data: 02/01/2014. Vigência: 02/01/2014 a 31/12/2014. Valor: R\$ 2.988,00 (dois mil novecentos e oitenta e oito reais).

JOSE DARCY SOARES FRANÇA
PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

Garopaba**PREFEITURA****Portaria N.º 283/2014.**

PORTARIA N.º 283, DE 19 DE MARÇO DE 2014.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, LUIZ ANTONIO DE CAMPOS, CPF n.º 771.993.409-15, das funções comissionadas do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, da Prefeitura Municipal de Garopaba, em 31 de março de 2014.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de março de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 31/03/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 284/2014.

PORTARIA N.º 284, DE 19 DE MARÇO DE 2014.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, MICHELINE ARANHA DE ARAÚJO LUIZ, CPF n.º 023.699.059-48, das funções comissionadas do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, da Prefeitura Municipal de Garopaba, em 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de janeiro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 31/03/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 285/2014.

PORTARIA N.º 285, DE 19 DE MARÇO DE 2014.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e Lei Municipal n.º 1.701/2013,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, MICHELINE ARANHA DE ARAÚJO LUIZ, CPF n.º 023.699.059-48, para exercer as funções do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, da Prefeitura Municipal de Garopaba, a partir de 01 de abril de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de março de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 31/03/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Lei N.º 1.792/2014

LEI N.º 1.792 DE 28 DE MARÇO DE 2014.

Autoriza A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 72.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais) no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA 72.000,00
15451311.036 - Construção e Remodelação de Praças, Passeios, Passarelas 69.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 29.000,00
4.4.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas 40.000,00
26782311.042 - Pavimentação, Drenagem, Remodelagem Ruas/Obras Art Esp. 3.000,00
4.4.90.0.1.00.001101 - Aplicações Diretas 2.000,00
4.4.90.0.1.24.001016 - Aplicações Diretas 1.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA 3.000,00
15451311.036 - Construção, Remodelação de Praças, Passeios, Passarelas 1.000,00

4.4.90.0.1.90.001101 - Aplicações Diretas 1.000,00

15451311.037 - Construção, Ref., Ampliação do Cemitério Municipal 1.000,00

4.4.90.0.1.90.001101 - Aplicações Diretas 1.000,00

26782311.047 - Empreendimentos de Infra-Estrutura 1.000,00

4.4.90.0.1.24.001016 - Aplicações Diretas 1.000,00

13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO 69.000,00

23695511.061 - Const., Reforma e Apar. Do Centro de Convenções 10.000,00

4.4.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas 10.000,00

23695512.063 - Funcionamento e Manut. Do Setor Turismo 10.000,00

3.3.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas 5.000,00

4.4.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas 5.000,00

23695512.064 - Garopaba 04 Estação 20.000,00

3.3.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas 10.000,00

4.4.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas 10.000,00

27812512.066 - Incentivo ao Esporte Amador 29.000,00

3.3.50.0.1.00.000000 - Transf. A Instituições Privadas s/Fins Lucrativos 29.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas às disposições em contrário.

Garopaba, 28 de março de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 31/03/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO LUIZ
Secretária de Administração

Lei N.º 1.793/2014

LEI N.º 1.793 DE 28 DE MARÇO DE 2014.

ALTERA A LEI N.º 1.791 DE 21 DE MARÇO DE 2014 QUE DISPÕE SOBRE A reformulação / reestruturação DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, REVOGA A LEI N.º 1.334 DE 26 DE AGOSTO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 5º da Lei N.º 1.791 de 21 de março de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º O Conselho Municipal de Cultura compor-se-á de representantes de 8 (oito) membros titulares e cada titular corresponderá um suplente, sendo composto paritariamente pelos seguintes representantes:

I - Um (1) representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

II – Um (1) Representante da Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Desenvolvimento;

III – Um (1) Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

IV - Um (1) Representante da Associação Comercial e Industrial de Garopaba – ACIG;

V – Um (1) Representante da Entidade representativa da sociedade Civil na área da Cultura;

VI – Dois (2) Representantes dos produtores culturais, artistas plásticos, de dança, artesanato, educação, folclore, letras, cinema, fotografia e vídeo, música e teatro;

VII – Um (1) Representante das Associações Culturais;”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de março de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 31/03/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO LUIZ
Secretária de Administração

Lei N.º 1.794/2014

LEI N.º 1.794 DE 28 DE MARÇO DE 2014.

Autoriza O PODER EXECUTIVO A DECLARAR DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE PERMUTA POR POTENCIAL CONSTRUTIVO TRANSFERIDO O TERRENO URBANO COM 750,00 M², POSTERIORMENTE CEDER AO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública para fins de permuta por potencial construtivo transferido, através de escritura pública, nos termos da Lei nº 1.682, de 28 de dezembro de 2012, o terreno urbano de 750,00 m² (setecentos e cinquenta metros quadrados), abaixo descrito e representado na “Planta para Declaração de Utilidade Pública” e memorial descritivo correspondente, elaborados pelo Eng. Civil JOÃO MANOEL DO NASCIMENTO, devidamente anotado na ART do CREA/SC de nº 5009990-0, a ser desdobrado, por força desta Lei, do imóvel de matrícula nº 3.825, de propriedade do Espólio de Gastão Avelino Werlang:

“Um terreno urbano com forma de um quadrilátero, que inicia no ponto A, no encontro da lateral esquerda (sul) com a frente (oeste) do terreno, com coordenadas UTM referidas ao datum horizontal SIRGAS2000 (E= 729618,20, N= 6891661,48), seguindo no sentido horário em direção ao norte, numa extensão de 20,01 metros, com azimute 8º02’13”, até o ponto B, no encontro da frente com a lateral direita (norte) do terreno, com coordenadas UTM (E= 729621,00, N= 6891681,30), entestando neste segmento com o lado esquerdo da Rodovia Municipal SC-434, seguindo ainda no sentido horário em direção ao leste, numa extensão de 37,84 metros, com azimute 99º58’12”, até o ponto C, no encontro da lateral direita com fundos (leste) do terreno, com coordenadas UTM (E= 729658,26, N= 6891674,75), seguindo ainda no sentido horário em direção ao sul, numa extensão de 20,00 metros, com azimute 189º58’12”, até o ponto D, no encontro dos fundos com a lateral esquerda do terreno, com coordenadas UTM (E= 729654,80, N= 6891655,05), seguindo por fim ainda no sentido horário em direção ao oeste, numa extensão de 37,16 metros, com azimute 279º58’12”, até o ponto A, fechando assim a poligonal, confrontando nestes três segmentos com a área de uso rural remanescente na matrícula de nº 3.825, perfazendo uma área superficial de 750,00 m² (setecentos e cinquenta metros quadrados) e um perímetro de 115,01 m (cento e quinze metros e um centímetro).”

Parágrafo Único Á área remanescente de 317.390,23 m² (trezentos e dezessete mil, trezentos e noventa metros quadrados e vinte e três decímetros quadrados), de propriedade do Espólio de Gastão Avelino Werlang, continuará com o uso rural e será devidamente descrita em processo de retificação extrajudicial em andamento.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a emitir 2 (dois) Certificados de Potencial Construtivo Transferido (CPCT), nos termos do artigo 2º da Lei nº 1.682, de 28 de dezembro de 2012, acompanhados das necessárias certidões de valor venal, dispensados os requerimentos e o pagamento das correspondentes taxas,

correspondendo cada um certificado à área de 375,00 m² (trezentos e setenta e cinco metros quadrados).

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a assinar escritura pública de permuta do imóvel de 750,00 m² declarado de utilidade pública pelo Potencial Construtivo Transferido correspondente mencionado nos CPCT acima autorizados a emitir.

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a ceder o imóvel de 750,00 m² (setecentos e cinquenta metros quadrados) declarado de utilidade pública e permutado, ao Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina, para a finalidade exclusiva da construção da sede própria desta corporação no Município de Garopaba.

§ 1º A presente cessão será válida exclusivamente para a finalidade acima descrita, sendo tornada sem efeito se for dado outro uso ao imóvel, devendo então este retornar ao patrimônio público municipal.

§ 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a aprovar a(s) edificação (ões) necessárias sobre o imóvel para o uso na finalidade prevista, obedecendo aos parâmetros definidos na Ficha Particularizada correspondente ao "Setor de Comércio e Serviços da rodovia SC-434 – Setor 3" do Anexo V da Lei Complementar nº 1.465, de 28 de outubro de 2010.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de março de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 31/03/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO LUIZ

Secretária de Administração

Lei N.º 1.795/2014

LEI N.º 1.795 DE 28 DE MARÇO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO A REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, uma subvenção no limite de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pela Rede Feminina de Combate ao Câncer de Garopaba, CNPJ n.º 03.733.676/0001-82.

Art. 2º A concessão de subvenção de que trata o artigo 1º, será dividida em parcelas mensais e disciplinada, através de Convênio a ser firmado com a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Garopaba, na forma da legislação vigente.

§ 1º. O prazo para prestação de contas dos recursos recebidos será tratado no respectivo convênio.

§ 2º. A vigência do convênio supracitado será até 31 de dezembro do presente exercício.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de março de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 31/03/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO LUIZ

Secretária de Administração

Lei N.º 1.796/2014

LEI COMPLEMENTAR N.º 1.796 DE 28 DE MARÇO DE 2014.

ACRESCENTA DISPOSITIVO A LEI COMPLEMENTAR N.º 1.689 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O parágrafo primeiro do Artigo 18, da Lei Complementar n.º 1.689, de 28 de dezembro de 2012, passa a vigorar acrescido do inciso abaixo, com a seguinte redação:

"I – O contribuinte que for enquadrado nas condições estabelecidas no inciso VII deste artigo, com imóvel lançado no cadastrado municipal imobiliário, e que se encontra em débito poderá quitá-lo, a vista ou em até dez (10) parcelas mensais e fixas, com a redução prevista neste parágrafo sem a incidência de juros e multa, desde que faça opção até o dia 30 de setembro de 2014".

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de março de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei Complementar no DOM/SC em 31/03/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO LUIZ

Secretária de Administração

Garuva

PREFEITURA

Aviso de Dispensa PMG Nº 024/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo PMG nº 024/2014

Objeto: Locação de um imóvel de 284,48m², situado nesta cidade, à Av. Celso Ramos nº 1449, Centro, para a instalação das sedes do Conselho Tutelar, Junta Militar e SINE.

Locador: Januário da Rocha
CPF: 180.064.509-00
Valor Mensal: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais)
Período: 12 (doze) meses

Garuva, 28 de março de 2014.
José Chaves
Prefeito Municipal

Decreto Nº 79/2014

DECRETO Nº 079 DE 28 DE MARÇO DE 2014
"Constitui a Comissão Municipal de Acompanhamento e Avaliação do Programa Prefeito Amigo da Criança - CMAA / PPAC".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei,

DECRETA:

Art. 1º – A Comissão Municipal de Acompanhamento e Avaliação do Programa Prefeito Amigo da Criança será constituída pelos seguintes membros:

Ursula Schlogl – Presidente do CMDCA

Estela Juçara Lutke – Representante do Conselho Tutelar

Luciany Eliza Miranda Piske Boeing – Representante da Câmara de Vereadores

Mileidy Scheffen – Representante da Secretaria de Educação

Isabela Aragão Pereira – Representante da Secretaria de Saúde

Eduardo dos Santos Licetti – Representante da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação

Denise de Lima Borges – Representante da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo

Ursula Schwarz – Representante da Pastoral da Criança

Irene Vieira – Representante da Associação Nossa Senhora dos Pobres

Euclecio Schieck – Representante da Igreja Evangelica de Confissão Luterana do Brasil

Leonel dos Santos – Representante da Igreja Evangelica Assembleia de Deus

Pe Jose Aldo Mariano da Silva – Representante da Paróquia São Joao Batista
Eliane Ferreira – Representante da APAE

Ana Beatriz Moecke – Representante do Clube dos Idosos – Projeto Vô Sabe

Art. 2º – A comissão será presidida pela Presidente do CMDCA, Sra. Ursula Schlogl.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOSE CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Decreto Nº 5.884, de 26 de Março de 2014

DECRETO Nº 5.884, DE 26 DE MARÇO DE 2014.
NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2012, aprovado para o cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme seguem:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
EDUARD FISCHER	Procurador Municipal	40	6º	Procuradoria Geral

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gaspar, 26 de março de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 5.883, de 26 de Março de 2014

DECRETO Nº 5.883, DE 26 DE MARÇO DE 2014.
DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA ROSALINA PEREIRA RAIMUNDI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada, a partir de 31/03/2014, a vacância do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, da servidora ROSALINA PEREIRA RAIMUNDI, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Saúde, em virtude de aposentadoria concedida pelo INSS.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 26 de março de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 5.882, de 26 de Março de 2014

DECRETO Nº 5.882, DE 26 DE MARÇO DE 2014.
EXONERA, A PEDIDO, A SERVIDORA RAFAELLE DE OLIVEIRA FERREIRA, DO CARGO DE PROCURADORA MUNICIPAL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora RAFAELLE DE OLIVEIRA FERREIRA, ocupante do cargo efetivo de Procuradora Municipal, com 40 horas semanais, a partir de 31/03/2014, a qual foi nomeada pelo Decreto nº 5.276/2012

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 26 de março de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 3.395, de 21 de Março de 2014.

PORTARIA Nº 3.395, DE 21 DE MARÇO DE 2014.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA, A SERVIDORA MARIA MARLENE CECHINEL CORREA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no artigo 106, III, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Gaspar,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora MARIA MARLENE CECHINEL CORREA, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, no período de 20/03/2014 a 03/04/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 20/03/2014.

Gaspar, 21 de março de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 3.396, de 21 de Março de 2014.

PORTARIA Nº 3.396, DE 21 DE MARÇO DE 2014.
DISPENSA, A PEDIDO, EMPREGADO PÚBLICO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica dispensada de suas atividades, a pedido, a partir de 21 de março de 2014, a servidora Carolina Campagnollo de Melo, ocupante da função de Enfermeira ESF, a qual foi nomeada pela Portaria nº 929/2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de março de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 5.879, de 20 de Março de 2014.

DECRETO Nº 5.879, DE 20 DE MARÇO DE 2014.
EXONERA, A PEDIDO, A SERVIDORA NOELI SILVIA LOPES ADAO, DO CARGO DE EDUCADORA SOCIAL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora NOELI SILVIA LOPES ADAO, do cargo de Educadora Social, a partir de 31/03/2014, a qual foi nomeada pelo Decreto nº 4.943 /2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de março de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

SAMAE

Extrato do Contrato Nº 8/2014 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

EXTRATO CONTRATOS / 2014

Número do contrato: 8/2014
Data vigência: 01/04/2014

Data vencimento: 31/12/2014

Número da Licitação: 13/2014 - Modalidade: Dispensa

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE

SANTA CATARINA - CNPJ/CPF do contratado: 04.310.564/0001-81

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de administração de estágio para estudantes de nível superior, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Valor: R\$ 14.774,40 (quatorze mil setecentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos)

Gaspar (SC), em 28 de março de 2014.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Aviso de Retificação de Edital Pregão 29/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que retificou o Edital abaixo:

PREGÃO PRESENCIAL 029/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LEITES ESPECIAIS PARA LACTENTES E FRALDAS GERIÁTRICAS PARA ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL CADASTRADAS NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E RESIDENTES DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

NOVA DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 11/04/2014 até às 10h00min.

NOVA DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 11/04/2014 às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 28 de Março de 2014.
Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

SAMAE

Contrato de Locação

CONTRATO Nº 15/2014.

Termo de Contrato de locação de um caminhão para desentupidora de rede de esgoto sanitário, lavação de elevatórias e PV's.

A Empresa João Carlos Cardoso Junior Transportes ME, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa à Rua Jorge Marcelino Coelho, s/n, Guarda do Cubatão, Palhoça, SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 12.220.175/0001-93, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, representado neste ato por seu representante, João Carlos Cardoso Junior, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Ivo Hidelbrando Cardoso s/n, guarda do Cubatão, Palhoça, SC, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº. 5.937.481 e CPF nº. 089.593.249-06, e a Samae de Governador Celso Ramos, com sede na Av. Bela Vista sn, Calheiros, Governador Celso Ramos, SC inscrita no CNPJ sob o nº. 74.047.341.0001-59, denominada simplesmente CONTRATANTE, resolvem de comum acordo celebrar o presente contrato de locação que será regido pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

A CONTRATADA Fornecera a CONTRATANTE caminhão para

desentupidora da rede de esgoto sanitário, lavação de elevatórias e PV's.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS.

O presente contrato é celebrado com regime de fornecimento mensal entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES.

1. A Empresa CONTRATADA se responsabilizará por fornecer caminhão para desentupidora da rede de esgoto sanitário, lavação de elevatórias e PV's.

2. A CONTRATADA se responsabilizará de um Motorista e um caminhão tanque para o transporte.durante o período de vigência do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - VALOR DO CONTRATO.

A presente Locação é de R\$ 245,00 ,por cada hora trabalhada ,totalizando 200 (duzentas) hs, conforme especificação do objeto do Edital.

CLÁUSULA QUINTA - ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES.

A Contratada fica obrigada a aceitar, pelo mesmo preço e mesmas condições deste instrumento, pelo período contratual estipulado.

CLÁUSULA SEXTA - SERVIÇOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS.

Os serviços extra-orçamentários, que se fizerem necessários, serão executados pela CONTRATADA, desde que seus preços tenham sido analisados e devidamente aprovados pela CONTRATANTE, e sempre obedecendo as demais cláusulas contratuais.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE.

O valor do presente contrato não será reajustado no prazo de sua vigência. Salvo em casos fortuitos.

CLÁUSULA OITAVA - FORMA DE PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados pela Tesouraria da CONTRATANTE, mediante apresentação da nota fiscal, que será atestada pela Empresa Contratante.

CLÁUSULA NONA - PRAZO DE CONTRATO.

O prazo de vigência do presente contrato é de 01 (um) ano, contados a partir da assinatura do contrato.

§ 1º - O prazo para a conclusão do fornecimento de locação do caminhão para desentupidora da rede de esgoto sanitário, lavação de elevatórias e PV's, poderá ser alterado por iniciativa da CONTRATANTE, havendo conveniência administrativa, a critério da contratante, e será formalizado mediante lavratura de Termo Aditivo.

§ 2º - A Contratada poderá solicitar prorrogação do prazo se verificar Interrupção dos trabalhos determinando por:

- a) ato da CONTRATANTE;
- b) caso fortuito ou força maior.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES.

O atraso na execução, objeto deste Contrato, sujeitará a Contratada

ao pagamento das seguintes multas:

Por dia que exceder ao prazo da conclusão dos serviços 0,5 (meio por cento) do valor do contrato;
b) Não forem executados os serviços de acordo com as normas técnicas e exigências estabelecidas neste Contrato: 0,1 (um décimo) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA MULTA

A inadimplência por qualquer das partes, acarretará em multa no valor de 2% por cento sobre o valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO.

Este contrato poderá ser rescindido por ambas as partes desde que as partes sejam comunicadas com trinta dias de antecedência.

2. Na hipótese da empresa contratada entrar em regime de concordata, ainda que preventiva, ou falência;

3. No caso de rescisão, a contratada receberá apenas o pagamento os serviços executados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO.

Fica eleito o foro da Comarca de Biguaçu para dirimir as questões relativas ou oriundas do presente Contrato.

E por estarem acordados, declaram, ambas as partes, aceitarem as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, firmando-o em 02 (duas), vias de igual teor, na presença de duas testemunhas abaixo.

Governador Celso Ramos, 26 de Março de 2014.
CONTRATANTE: SAMAE GCR
CNPJ: 74.047.341.0001-59

CONTRATADA
JOAO CARLOS CARDOSO JUNIOR TRANSPORTES ME
CNPJ: 12.220.175/0001-93

Testemunha: _____

Guaramirim

PREFEITURA

Convenio Intramunicipal N. 03/2014

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO INTERMUNICIPAL N.º 03/2014
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO INTERMUNICIPAL N.º 03/2014

CONTRATANTE: MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
CONTRATADO: Lar da Criança Marcos Valdir Moroso

OBJETO: Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade de Acolhimento Institucional para Crianças (Lei Municipal nº. 3.723/2010) que tenham seus direitos violados e ameaçados, necessitando de proteção temporária, nos termos da Lei 8.069/90.

PREÇO: O valor total acertado é de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais)

PAGAMENTO: O pagamento até o dia 05 de cada mês.

REAJUSTE: O preço ora acertado não sofrera reajuste.

PRAZO: O presente convenio, será da data de sua assinatura até o dia 05.03.2015.

DATA: 27.03.2014

SIGNATÁRIOS: LAURO FROHLICH pelo Município de Guaramirim
LUIZ CARLOS TAMANINI pelo Município de Corupa e JAIME TEODORO DE ÁVILA e MARIA INÊS DOS SANTOS LÜBKE pela contratada.

Aviso de Licitação - Edital N. 27.2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia - 27/2014

Tipo: Menor Preço - pelo total geral

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS DE DESLOCAMENTO DE REDE DE ENERGIA ELÉTRICA PARA ADEQUAÇÃO DO TERRENO DA ESCOLA GERMANO LAFFIN.

Entrega dos Envelopes: 17/04/2014 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 17/04/2014 às 09:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 28/03/2014.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul

PREFEITURA

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUARTO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 17/2013

PROCESSO LICITATORIO Nº. 07/2013 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: GSTUR COMERCIO E TRANSPORTES LTDA

OBJETO: Fica alterado a quilometragem dos trajetos escolares, para os 179 dias letivos restantes, a partir de 01 de abril de 2014:

- Item 01 - Trajeto Escolar – Alto Arara a Baixo Arara (43 km/dia), acrescido no mesmo, 4 km/dia (R\$ 3,83) ;

- Item 02 - Trajeto Escolar – Linha Tigre, Cembrani, 13 de Maio e Coronel (81,30 km/dia) , acrescido no mesmo, 8,7 km/dia (R\$ 3,07) ;

- Item 06 – Trajeto Escolar – Baixo Arara até a sede do município de Guarujá do Sul (56 km/dia), acrescido no mesmo, 2 km/dia (R\$ 3,84) ;

- Item 07 - Trajeto Escolar – Linha Gaucha, Linha Flor, Linha São Jose, Pessegueiro e Sede (100 km/dia), acrescido no mesmo, 10,4 km/dia (R\$ 3,84).

VALOR: R\$ 16.046,45

Guarujá do Sul, SC, 27 de março de 2014.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 28/2014.
PROCESSO LICITATORIO Nº. 13/2014 – CONVITE Nº. 04/2014
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: QUARK ENGENHARIA LTDA
OBJETO: Aquisição de material para manutenção de rotina e emergência na área urbana e rural de Rede de Iluminação Publica do município de Guarujá do Sul.
VALOR: R\$ 18.011,35
VIGENCIA: 31/12/2014

Guarujá do Sul, SC, 28 de março de 2014.
Jose Carlos Foiatto.
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 29/2014.
PROCESSO LICITATORIO Nº. 13/2014 – CONVITE Nº. 04/2014
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: TISSI COM. E INST. DE MAT. ELETRICOS LTDA EPP
OBJETO: Aquisição de material para manutenção de rotina e emergência na área urbana e rural de Rede de Iluminação Publica do município de Guarujá do Sul.
VALOR: R\$ 17.900,04
VIGENCIA: 31/12/2014

Guarujá do Sul, SC, 28 de março de 2014.
Jose Carlos Foiatto.
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 30/2014.
PROCESSO LICITATORIO Nº. 14/2014 – CONVITE Nº. 05/2014
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: QUARK ENGENHARIA LTDA
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço para manutenção de rotina e emergência na área urbana e rural de Rede de Iluminação Publica do município de Guarujá do Sul.
VALOR: R\$ 32.250,00
VIGENCIA: 31/12/2014

Guarujá do Sul, SC, 28 de março de 2014.
Jose Carlos Foiatto.
Prefeito Municipal.

Aviso de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
Fundo Municipal de Assistência Social de Guarujá do Sul
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 04/2014 - Pregão Presencial Nº. 04/2014.
Objeto: Aquisição de Material de Expediente e Material de Cursos, para serem utilizados pelo CRAS- Centro de Referencia da Assistência Social, Secretaria Municipal de Assistência Social e Centro

de Convivência dos Idosos do município de Guarujá do Sul.
Propostas e Habilitação: 14/04/2014 (08:15 Documentação - 08:30 Abertura).
Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:00 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122.

Guarujá do Sul, SC, 28 de março de 2014.
Adelise de Oliveira;
Fundo Municipal de Assistência Social.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 565/2014

PORTARIA Nº 565/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 27 de Março de 2014, da servidora JOCELI ANTUNES DA SILVA PALAVECHINI (Matr. 2780), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviço Bucal, Nível – 8, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 28 de Março de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 566/2014

PORTARIA Nº 566/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora MARILU GONÇALVES (Matr. 946), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, do Nível/Referência – 3/C, 40 horas semanais, para o Nível/Referência – 3/D, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, a contar do mês de abril de 2011 á abril de 2013, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Herval d' Oeste (SC), em 28 de Março de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 567/2014

PORTARIA Nº 567/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor ALTIVIR JOÃO PARI-SOTTO (Matr. 884), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, do Nível/Referência – 7/D, 40 horas semanais, para o Nível/Referência – 7/E, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de abril de 2013, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Herval d' Oeste (SC), em 28 de Março de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

Extratos de Atas de Registro de Preço

Prefeitura Municipal de Ibiam
Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório Nº 050/2013 – PREGÃO PRESENCIAL nº 038/2013 – SRP Nº 016/2013

Extrato de ATA de SRP nº 001/2014

Município – Prefeitura Municipal de Ibiam
CNPJ: 01.612.745/0001-74
Fornecedor – SLS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA
CNPJ: 05.270.378/0001-29
OBJETO – Registrar preços visando futuras possíveis aquisições com pedidos parcelados de LOCAÇÃO DE COPIADORAS, PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, PELO PERÍODO DE DOZE MESES.
VALOR: O Município pagará ao fornecedor o valor de R\$: 0,06 (Zero virgula zero seis centavos), por folha impressa. O contratado é responsável em fornecer as copiadoras, toner e assistência técnica para as máquinas.
DATA ASSINATURA – 03/01/2014

VIGENCIA: 12 MESES.

Prefeitura Municipal de Ibiam
Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório Nº 005/2014 – PREGÃO PRESENCIAL nº 004/2014 – SRP Nº 001/2014

Extrato de ATA de SRP nº 002/2014

Município – Prefeitura Municipal de Ibiam
CNPJ: 01.612.745/0001-74
Fornecedor – MERCADO RZ LTDA EPP
CNPJ: 85.373.157/0001-15
OBJETO – Registrar preços visando futuras possíveis aquisições com pedidos parcelados de GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, E GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, PELO PERÍODO DE DOZE MESES.

VALOR TOTAL ESTIMADO PARA POSSÍVEIS AQUISIÇÕES: R\$ 30.578,29 (Trinta mil, quinhentos e setenta e oito reais e vinte e nove centavos).

DATA ASSINATURA – 13/02/2014
VIGENCIA: 12 MESES.

Prefeitura Municipal de Ibiam
Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório Nº 005/2014 – PREGÃO PRESENCIAL nº 004/2014 – SRP Nº 001/2014

Extrato de ATA de SRP nº 003/2014

Município – Prefeitura Municipal de Ibiam
CNPJ: 01.612.745/0001-74
Fornecedor – PANIFICADORA IBIAM LTDA ME
CNPJ: 04.930.512/0001-08
OBJETO – Registrar preços visando futuras possíveis aquisições com pedidos parcelados de GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, PELO PERÍODO DE DOZE MESES.

VALOR TOTAL ESTIMADO PARA POSSÍVEIS AQUISIÇÕES: R\$ 15.824,20 (Quinze mil, oitocentos e vinte e quatro reais e vinte centavos).

DATA ASSINATURA – 13/02/2014

VIGENCIA: 12 MESES.

Prefeitura Municipal de Ibiam
Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório Nº 005/2014 – PREGÃO PRESENCIAL nº 004/2014 – SRP Nº 001/2014

Extrato de ATA de SRP nº 004/2014

Município – Prefeitura Municipal de Ibiam
CNPJ: 01.612.745/0001-74
Fornecedor – RENATO MARCELO SEFRIN LUTZ ME
CNPJ: 14.633.520/0001-46
OBJETO – Registrar preços visando futuras possíveis aquisições com pedidos parcelados de GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, E AGUA EMBALAGEM C/ 20 LIVROS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, PELO PERÍODO DE DOZE MESES.

VALOR TOTAL ESTIMADO PARA POSSÍVEIS AQUISIÇÕES: R\$ 34.261,27 (Trinta e quatro mil, duzentos e sessenta e um reais e vinte e sete centavos).

DATA ASSINATURA – 13/02/2014

VIGENCIA: 12 MESES.

Prefeitura Municipal de Ibiam
Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório Nº 005/2014 – PREGÃO PRESENCIAL nº 004/2014 – SRP Nº 001/2014

Extrato de ATA de SRP nº 005/2014

Município – Prefeitura Municipal de Ibiam

CNPJ: 01.612.745/0001-74

Fornecedor – DANI E DANI LTDA ME

CNPJ: 07.933.243/0001-21

OBJETO – Registrar preços visando futuras possíveis aquisições com pedidos parcelados de GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, E GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, PELO PERÍODO DE DOZE MESES.

VALOR TOTAL ESTIMADO PARA POSSÍVEIS AQUISIÇÕES: R\$ 26.564,10 (Vinte e seis mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e dez centavos).

DATA ASSINATURA – 13/02/2014

VIGENCIA: 12 MESES.

Prefeitura Municipal de Ibiam
Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório Nº 007/2014 – PREGÃO PRESENCIAL nº 006/2014 – SRP Nº 003/2014

Extrato de ATA de SRP nº 006/2014

Município – Prefeitura Municipal de Ibiam

CNPJ: 01.612.745/0001-74

Fornecedor – COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ: 05.758.684/0001-09

OBJETO – Registrar preços visando futuras possíveis aquisições com pedidos parcelados de MATERIAL ESCOLAR, MATERIAL DE EXPEDIENTE E OUTROS PELO PERÍODO DE DOZE MESES.

VALOR TOTAL ESTIMADO PARA POSSÍVEIS AQUISIÇÕES: R\$ 46.227,60 (Quarenta e seis mil, duzentos e vinte e sete reais e sessenta centavos).

DATA ASSINATURA – 17/02/2014

VIGENCIA: 12 MESES.

Prefeitura Municipal de Ibiam
Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório Nº 007/2014 – PREGÃO PRESENCIAL nº 006/2014 – SRP Nº 003/2014

Extrato de ATA de SRP nº 007/2014

Município – Prefeitura Municipal de Ibiam

CNPJ: 01.612.745/0001-74

Fornecedor – L. A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

CNPJ: 11.924.851/0001-47

OBJETO – Registrar preços visando futuras possíveis aquisições com pedidos parcelados de MATERIAL ESCOLAR, MATERIAL DE EXPEDIENTE E OUTROS PELO PERÍODO DE DOZE MESES.

VALOR TOTAL ESTIMADO PARA POSSÍVEIS AQUISIÇÕES: R\$ 28.752,60 (Vinte e oito mil, setecentos e cinquenta e dois reais e sessenta centavos).

DATA ASSINATURA – 17/02/2014

VIGENCIA: 12 MESES.

Prefeitura Municipal de Ibiam
Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório Nº 007/2014 – PREGÃO PRESENCIAL nº 006/2014 – SRP Nº 003/2014

Extrato de ATA de SRP nº 008/2014

Município – Prefeitura Municipal de Ibiam

CNPJ: 01.612.745/0001-74

Fornecedor – GRAFICA AMÉRICA LTDA

CNPJ: 82.827.627/0001-85

OBJETO – Registrar preços visando futuras possíveis aquisições com pedidos parcelados de MATERIAL ESCOLAR, MATERIAL DE EXPEDIENTE E OUTROS PELO PERÍODO DE DOZE MESES.

VALOR TOTAL ESTIMADO PARA POSSÍVEIS AQUISIÇÕES: R\$ 10.907,26 (Dez mil, novecentos e sete reais e vinte e seis centavos).

DATA ASSINATURA – 17/02/2014

VIGENCIA: 12 MESES.

Prefeitura Municipal de Ibiam
Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório Nº 009/2014 – PREGÃO PRESENCIAL nº 008/2014 – SRP Nº 004/2014

Extrato de ATA de SRP nº 009/2014

Município – Prefeitura Municipal de Ibiam

CNPJ: 01.612.745/0001-74

Fornecedor – SETHA TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA

CNPJ: 09.304.018/0001-51

OBJETO – Registrar preços visando futuras possíveis CONTRATAÇÕES DE HORAS DE CAMINHÃO PARA DISTRIBUIÇÃO DE DEJETOS SUINOS com pedidos parcelados pelo período de doze meses. VALOR TOTAL ESTIMADO PARA POSSÍVEIS AQUISIÇÕES: R\$ 163.800,00 (Cento e sessenta e três mil e oitocentos reais).

DATA ASSINATURA – 17/02/2014

VIGENCIA: 12 MESES.

Fundo Municipal de Saúde de Ibiam
Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório Nº 012/2014 – PREGÃO PRESENCIAL nº 010/2014 – SRP Nº 005/2014

Extrato de ATA de SRP nº 001/2014

Município – Fundo Municipal de Saúde de Ibiam

CNPJ: 11.250.761/0001-18

Fornecedor – CARBONI VEÍCULOS LTDA

CNPJ: 83.525.386/0001-82

OBJETO – Registrar preços visando futuras possíveis aquisições de dois veículos, sendo uma Doblo no valor de R\$ 60.500,00, e um Palio, no valor de R\$ 34.900,00, para o FMS de Ibiam.

VALOR TOTAL ESTIMADO PARA POSSÍVEIS AQUISIÇÕES: R\$ 95.400,00(Noventa e cinco mil e quatrocentos reais) .

DATA ASSINATURA – 24/03/2014

VIGENCIA: 12 MESES.

Extratos de Contratos

Prefeitura Municipal de Ibiam
Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório Nº 057/2013 – DISPENSA nº 009/2013

Extrato de CONTRATO nº 001/2014

Contratante – Prefeitura Municipal de Ibiam

CNPJ: 01.612.745/0001-74

Contratado – GESTÃO PUBLICA ONLINE LTDA ME

CNPJ: 07.682.209/0001-21

OBJETO – Assinatura de revista eletrônica com possibilidade de encomenda de pareceres e outros.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.980,00(Sete mil, novecentos e oitenta reais) .

DATA ASSINATURA – 02/01/2014

VIGENCIA: 30/12/2014

Prefeitura Municipal de Ibiam

Estado de Santa Catarina

CONTRATO DE RATEIO

Extrato de CONTRATO nº 008/2014

Contratante – Prefeitura Municipal de Ibiam

CNPJ: 01.612.745/0001-74

Contratado – CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

CNPJ: 12.075.748/0001-32

OBJETO – RATEIO FIXO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

VALOR DO CONTRATO: R\$ 20.640,00(Vinte mil, seiscentos e quarenta reais) .

DATA ASSINATURA – 15/01/2014

VIGENCIA: 30/12/2014

Prefeitura Municipal de Ibiam

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório Nº 008/2014 – Pregão nº 007/2014

Extrato de CONTRATO nº 012/2014

Contratante – Prefeitura Municipal de Ibiam

CNPJ: 01.612.745/0001-74

Contratado – JOCIMAR CORDEIRO DOS SANTOS MEI

CNPJ: 19.442.842/0001-21

OBJETO – Transporte escolar da Linha União/Ibiam, valor por Km R\$ 2,60, Quilometragem diária 54Km

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 28.782,00(Vinte e oito mil, setecentos e oitenta e dois reais) .

DATA ASSINATURA – 19/02/2014

VIGENCIA: 30/12/2014

Prefeitura Municipal de Ibiam

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório Nº 014/2014 – Dispensa nº 001/2014

Extrato de CONTRATO nº 013/2014

Contratante – Prefeitura Municipal de Ibiam

CNPJ: 01.612.745/0001-74

Contratado – TRANSPORTES FELICETTI LTDA ME

CNPJ: 12.875.668/0001-61

OBJETO – Transporte escolar em regime de urgência até a homologação do processo Licitatório 013/2014 que esta em andamento, valor por Km R\$ 2,95, Quilometragem diária 118Km

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 5.221,50(Cinco mil, duzentos e vinte e um reais e cinquenta centavos) .

DATA ASSINATURA – 27/02/2014

De até 15 dias

Prefeitura Municipal de Ibiam

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório Nº 011/2014 – Pregão Presencial nº 009/2014

Extrato de CONTRATO nº 014/2014

Contratante – Prefeitura Municipal de Ibiam

CNPJ: 01.612.745/0001-74

Contratado – ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA EPP

CNPJ: 17.301.930/0001-88

OBJETO – Serviços de consultoria para o Setor Contábil, com vistas a implementação das novas normas de contabilidade aplicada ao setor público - NBCASP

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 46.000,00(Quarenta e seis mil reais) .

DATA ASSINATURA – 07/03/2014

Vigência: 07/03/2014 à 31/12/2014

Prefeitura Municipal de Ibiam

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório Nº 013/2014 – Pregão Presencial nº 011/2014

Extrato de CONTRATO nº 014/2014 FMS

Contratante – Prefeitura Municipal de Ibiam

CNPJ: 01.612.745/0001-74

Contratado – TRANSPORTES FELICETTI LTDA ME

CNPJ: 12.875.668/0001-61

OBJETO – Contratação de serviços de Transporte Escolar da Linha Santo Alécio/Vista Alegre/Ibiam, Manhã e tarde, quilometragem diária de 118 km. Valor por KM R\$ 2,95

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 71.360,50(Setenta e um mil, trezentos e sessenta reais e cinquenta centavos) .

DATA ASSINATURA – 12/03/2014

Vigência: 12/03/2014 até 31/12/2014

Prefeitura Municipal de Ibiam
Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório Nº 010/2014 – Tomada de Preço nº 002/2014

Extrato de CONTRATO nº 016/2014

Contratante – Prefeitura Municipal de Ibiam
CNPJ: 01.612.745/0001-74
Contratado – VT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 76.323.633/0001-00

OBJETO – Serviços de coleta, transporte e destino final do lixo urbano do Município de Ibiam
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 52.900,00(Cinquenta e dois mil e Novecentos Reais). Valor mensal R\$ 5.290,00(Cinco mil, duzentos e noventa reais)

DATA ASSINATURA – 14/03/2014

Vigência: 14/03/2014 à 31/12/2014

Prefeitura Municipal de Ibiam
Estado de Santa Catarina

CONTRATO DE RATEIO

Extrato de CONTRATO nº 009/2014

Contratante – Prefeitura Municipal de Ibiam
CNPJ: 01.612.745/0001-74
Contratado – CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

CNPJ: 12.075.748/0001-32

OBJETO – RATEIO VARIÁVEL DAS DESPESAS COM A ILUMINAÇÃO PÚBLICA - MIP
VALOR DO CONTRATO: R\$ 20.000,00(Vinte mil reais) .

DATA ASSINATURA – 15/01/2014

VIGENCIA: 30/12/2014

Fundo Municipal de Saúde de Ibiam
Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório Nº 016/2014 – Inexigibilidade nº 001/2014

Edital de Credenciamento nº 001/20014

Extrato de CONTRATO nº 008/2014 FMS

Contratante – Fundo Municipal de Saúde
CNPJ: 11.250.761/0001-18
Contratado – G. PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLÓGICAS LTDA
CNPJ: 78.491.172/0001-00
OBJETO – Serviços de coleta, e realização de exames de laboratório, para o ano de 2014, em decorrência do Edital de Credenciamento 001/2014 do FMS de Ibiam. O valor pago por cada tipo de exame é conforme estabelecido no Decreto Municipal 2600/2014. VALOR ESTIMADO PARA O ANO DE 2014 R\$ 70.000,00(Setenta Mil Reais). DATA ASSINATURA – 11/03/2014

Vigência: 11/03/2014 à 30/12/2014

Termo Aditivo

TERMO ADITIVO Nº 001/2014
CONTRATO Nº. 012/2014
PROCESSO LICITATÓRIO N. 008/2014
PREGÃO N. 007/2014

Termo aditivo ao contrato público administrativo 012/2014, que celebram, O MUNICÍPIO DE IBIAM, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Clovis José Busatto, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, denominado neste instrumento de CONTRATANTE e a empresa JOCIMAR CORDEIRO DOS SANTOS MEI, CNPJ: 19.442.842/0001-21, estabelecida na Rua Avenida 20 de Julho, Centro, na cidade de Ibiam, representada neste ato por seu Sócio Administrador o Sr. Jocimar Cordeiro dos Santos, CPF: 058.886.849-37, CI. 4507369, denominado neste instrumento particular como CONTRATADO, pactuam o presente termo aditivo de ampliação de quilometragem percorrida para execução do objeto do contrato 012/2014, com amparo na Cláusula Décima Quarta do contrato original, c/c item 19.9 do respectivo edital, e conforme parágrafo primeiro do Art. 65 da Lei 8666/93; e considerando a solicitação da Secretária de Educação, e após aferição constatou-se que o pedido procede e o fornecedor esta percorrendo a mais do que indicado no contrato original uma quilometragem diária de 13 km, pelas razões indicadas resolvem pactuar este termo aditivo pelas cláusulas e condições a seguir:

Clausula Primeira: Fica ampliada em mais 13(treze) Km dia, o percurso da linha Nossa União /Ibiam e vice versa passando de 54(Cinquenta e quatro) km diários, para é de 67(Sessenta e sete) km diários. Este aditivo entra em vigor na data de sua assinatura.

Cláusula Segunda: As demais cláusulas e condições do Contrato original permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam o presente Aditivo em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 19 de Fevereiro de 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

JOCIMAR CORDEIRO DOS SANTOS MEI
CNPJ: 19.442.842/0001-21
Gerente: Jocimar Cordeiro dos Santos
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:
Lucila Ciarnoschi Luciana T. Balem
CPF: 438.843.349-72 CPF: 042.307.839-90

Melzi Cavazzola
Advogado – OAB/SC 3.076

Termo Aditivo

TERMO ADITIVO Nº 001/2014
CONTRATO Nº 010/2014
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 054/2013
PREGÃO PRESENCIAL No 041/2013

Termo aditivo ao Contrato nº 010/2014, que entre si celebram

a Prefeitura Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro de Ibiã, inscrito no CGC/MF sob nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 de CONTRATANTE e SAFRA DIESEL LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 76.578.202/0001-87, com sede no Acesso SC 480 Nº 941 Chapecó -SC CEP 89.801-970, neste ato representado por seu Gerente o Sr. RENI PERIZZOLO, CPF:097.840.980-91, CI:5.581.909-SSP-SC, de ora em diante denominado de Contratada, celebram o presente, com amparo no Art. 65,"d" da Lei 8666/93, pactuam este Aditivo nas seguintes condições:

Cláusula Primeira – Conforme pedido do contratado com a devida comprovação, e mediante o de acordo do Prefeito Municipal fica reajustado o valor pago por litro do óleo S10 em mais 2%, e o diesel comum em mais 2,2%, conforme notas fiscais anexas a solicitação do contratado, conforme segue tabela a baixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE L. LICITADA	VALOR POR LITRO CONF. CONTRATO	VALOR UN. COM ADITIVO
2	Óleo diesel S10	30.000	2,53	2,58
3	Óleo diesel comum	85.000	2,28	2,33

Cláusula Segunda - Este Aditivo terá sua vigência com início em 11/02/2014, e término em 31/12/2014.

Cláusula Terceira – As demais Cláusulas e condições do contrato 010/2014 permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam este aditivo, em quatro vias de igual teor e forma, que será assinado na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiã, 11 de Fevereiro de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

SAFRA DIESEL LTDA
CNPJ: 76.578.202/0001-87
Gerente: RENI PERIZZOLO
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Laelcio A. Gasaniga
CPF – 807.451.729-20

Gelson L. Trevisol
CPF: 674.951.179-15

Melzi Cavazzola
Advogado- OAB/SC 3.076

Termo de Rescisão Contratual

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 013/2014.
PROCESSO LICITATÓRIO N. 014/2014
DISPENSA N. 001/2014

Termo de Rescisão de Contrato Público Administrativo de prestação de serviços de transporte escolar que celebram o Município de Ibiã – SC, CNPJ 01.612.745/0001-74, representado neste ato por seu Prefeito Municipal o Sr. Clovis José Busatto, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, denominado neste instrumento de CONTRATANTE e a empresa TRANSPORTES FELICETTI LTDA ME, CNPJ: 12.875.668/0001-61, estabelecida na Linha Santo Alécio,

Interior da cidade de Ibiã, representada neste ato por seu Sócio Administrador o Sr. Ivan Felicetti, CPF: 907.323.919-20, CI. 11/R 3.156.301, denominada neste instrumento de CONTRATADA, celebram o presente termo de rescisão de contrato, de acordo com o disposto na Lei 8.666/93 com alterações subsequentes, mediante as seguintes Cláusulas:

Cláusula Primeira: As partes acordam, amparados no Art. 79 II da Lei 8666/93, e Cláusula Primeira do Contrato 013/2014, resolvem rescindir o presente contrato, amigavelmente, em razão de ter sido aberto o processo licitatório 013/2014, dando-se mutuamente por quitados.

Ibiã, 11 de Março de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

TRANSPORTES FELICETTI LTDA ME
CNPJ: 12.875.668/0001-61
Sócio Adm: Ivan Felicetti
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Lucila Ciarnoschi
CPF: 438.843.349-72

Luciana T. Balem
CPF: 042.307.839-90

Melzi Cavazzola
Advogado – OAB/SC 3.076

Aviso de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2014

A Prefeitura Municipal de Ibiã/SC torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para contratação de serviços de Transporte Escolar para o ano letivo de 2014.
Entrega dos envelopes: 11/04/2014 até às 08:00 horas

Abertura dos envelopes: 11/04/2014 às 08:15 horas

Tipo de Avaliação: Menor Unitário
Base legal: lei 10.520, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiã, em dias úteis, de Segunda a Sexta – feira, das 07:00 às 13:00 horas na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044.

Ibiã, 28 de Março de 2014.

Clovis José Busatto
Prefeito Municipal de Ibiã

Termo Aditivo

TERMO ADITIVO Nº 001/2014
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 005/2014
PROCESSO LICITATÓRIO N. 005/2014.
PREGÃO PRESENCIAL N. 004/2014
SRP Nº 001/2014

Termo aditivo a Ata de Registro de Preços nº 005/2014, que celebram, O MUNICÍPIO DE IBIAM, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiã, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Clovis José Busatto, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49

e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, e a empresa SUPERMERCADO DANI E DANI LTDA ME, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ: 07.933.243/0001-21, com sede na AV.20 DE JULHO, Nº 56, Sala 01, Centro, CEP:89652-000 IBIAM-SC, neste ato representado por seu Sócia Administradora a Sra. Tatiana Maria Romanatto Dani, CPF: 053.360.339-01, CI: 25R.4.260.852, pactuam o presente termo aditivo de revisão de valores, considerando a solicitação da empresa Dani e Dani Ltda, devidamente comprovada mediante apresentação de notas fiscais; com amparo no Art. 65, alínea "d", inciso II da Lei 8666/93, e Item 2, letra "a" da Ata de Registro de Preços 005/2014; e mediante o de acordo do Senhor Prefeito, resolvem pactuar este termo aditivo pelas cláusulas e condições a seguir:

Clausula Primeira: Fica reajustado o valor do litro do leite em 20%(Vinte por cento), conforme segue:

Item	Valor registrado	Valor a partir do aditivo	
93	2,00	2,40	LEITE INTEGRAL, EMBALAGEM TETRAPACK, CONTENDO 1 LITRO. Validade mínima de 4 meses.

Cláusula Segunda: As demais cláusulas e condições do Contrato original permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam o presente Aditivo em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 28 de Março de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

SUPERMERCADO DANI E DANI LTDA ME
CNPJ: 07.933.243/0001-21
Sócio Adm: Tatiana Maria Romanatto
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Lucila Ciarnoschi
CPF: 438.843.349-72

Luciana T. Balem
CPF: 042.307.839-90

Melzi Cavazzola
Advogado – OAB/SC 3.076

Termo Aditivo

TERMO ADITIVO Nº 001/2014
CONTRATO Nº 005/2013
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 001/2013
PREGÃO PRESENCIAL No 001/2013

Termo aditivo ao Contrato nº 005/2014, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro de Ibiam, inscrito no CGC/MF sob nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Clovis José Busatto, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 00.456.865/0001-67, com sede na Rua João Pessoa, 134, 10º Andar, Centro, Criciúma/SC, neste por Procuração o Sr. Ernesto

Muniz de Souza Junior, CPF: 004.770.259-19, celebram o presente termo aditivo de reajuste de valores, com amparo no Art. 65 da Lei 8666/93 e Conforme Cláusula Terceira do contrato original. Resolvem pactuar este termo aditivo pelas cláusulas e condições a seguir:

Clausula Primeira: Ficam reajustados pelo índice do IGPM dos últimos doze meses correspondente a 5,52%(cinco ponto cinquenta e dois por cento), passando a partir desta data a ter os seguintes valores:

Descrição da nota	Valor conforme Proposta Vencedora	Valor reajustado
Alug. Sist. Compras P/ Fundo Assistência Social	R\$ 170,00	R\$ 179,39
Alug. Sist. Compras P/ Fundo Saúde	R\$ 170,00	R\$ 179,39
Alug. Sist. Contab. P/ Fundo Assistência Social	R\$ 220,00	R\$ 232,16
Alug. Sist. Contab. P/ Fundo Saúde	R\$ 220,00	R\$ 232,16
Alug. Sist. Contabilização Pública	R\$ 625,00	R\$ 659,54
Alug. Sist. Controle de Frotas	R\$ 220,00	R\$ 232,16
Alug. Sist. Fly Protocolo	R\$ 190,00	R\$ 200,50
Alug. Sist. Fly Saúde	R\$ 530,00	R\$ 559,29
Alug. Sist. Fly Transparência	R\$ 180,00	R\$ 189,95
Alug. Sist. Folha de Pagamento	R\$ 460,00	R\$ 485,42
Alug. Sist. Licitações e Compras	R\$ 390,00	R\$ 411,55
Alug. Sist. Patrimônio Público	R\$ 220,00	R\$ 232,16
Alug. Sist. Planejamento	R\$ 255,00	R\$ 269,09
Alug. Sist. RH	R\$ 330,00	R\$ 348,23
Alug. Sist. Tributação	R\$ 460,00	R\$ 485,42

Horas técnicas	Valor atual	Valor reajustado
Implantação	R\$ 17.740,00	R\$ 18.720,26
Suporte	R\$ 75,00	R\$ 79,14

Deslocamento e estadia	Valor atual	Valor reajustado
Deslocamento	R\$ 0,70	R\$ 0,74
Estadia	R\$ 120,00	R\$ 126,63

Cláusula Segunda - Este Aditivo entra em vigor na data de sua assinatura, com término previsto em 31/12/2014.

Cláusula Terceira – As demais Cláusulas do contrato 005/2013 permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam este aditivo, em quatro vias de igual teor e forma, que será assinado na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 03 de Março de 2014.

Clovis José Busatto
Prefeito Municipal
Contratante

BETHA SISTEMAS LTDA
CNPJ:00.456.865/0001-67
P/P: Ernesto M. de Souza Junior
Contratada

Testemunhas
Laelcio Antônio Gasaniga
CPF: 807.451.729-20

Gelson Luiz Trevisol
CPF: 674.951.179-15

MELZI CAVAZZOLA
Advogado – OAB/SC 3.076

Imbituba

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria CMI Nº 09/2014

Estado de Santa Catarina
Câmara Municipal de Imbituba
"Concede Férias a Servidora Ana Clélia Machado".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder, a Sra. Ana Clélia Machado, Coordenadora de Cerimonial e Eventos, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, sendo que 10 (dez) dias será revertido em pecúnia a ser recebido no mês de Março de 2014, referentes ao período aquisitivo de 01/04/2013 à 31/03/2014, a ser gozada no período de 01/04/2014 a 20/04/2014, com retorno ao trabalho programado para o dia 21/04/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba (SC), 26 de Março de 2014.
Luís Antônio Dutra
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.
Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 26/03/2014.

Portaria CMI Nº 10/2014

Estado de Santa Catarina
Câmara Municipal de Imbituba
PORTARIA CMI nº 10/2014
"Concede promoção funcional por antiguidade"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Promover por antiguidade, nos termos do Art. 9º, inciso XXII, do Art. 12, §2º e do Art. 13, §1º, da Lei Complementar 1.145/91, o servidor Emerson Pacheco Custodio, ocupante do cargo de Analista Legislativo, pelo período aquisitivo de 21/01/2012 à 20/01/2014, com efeitos financeiros retroativos desde 21/01/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de Março de 2014.
Luís Antônio Dutra
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.
Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 26/03/2014.

Iomerê

PREFEITURA

Decreto 1513/2014

DECRETO Nº. 1513 DE 28 DE MARÇO DE 2014.
Autoriza desmembramento de área.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o Município de Iomerê, pessoa jurídica de direito público, a desmembrar os lotes abaixo discriminados, pertencente ao perímetro urbano, da área total de 9.001,49m² (nove mil e um metros e quarenta e nove centímetros quadrados) registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 12.721:

Área: 01 (Remanescente)

Quadra: 50

Inscrição Imobiliária: 01.50.01.01

Área Remanescente: 7.407,79m² (sete mil, quatrocentos e sete metros e setenta e nove centímetros quadrados)

Confrontações: Área 01

NORTE	Confronta-se com área a desmembrar 03, distância de 40,00m e com Avelino Faccin, distância de 104,33m;
SUL	Confronta-se com Nilton Rogério de Souza, distância de 74,88m, com Prefeitura Municipal de Iomerê, distância de 59,63m e área a desmembrar 02, distância de 10,00m;
LESTE	Confronta-se com Nilton Rogério de Souza em dois planos distintos, um com 144,36m e outro com 20,00m;
OESTE	Confronta-se com a Estrada Municipal Iomerê/ Pinheiro Preto em dois planos distintos, um com 6,82m, e outro com 53,18m, com a área a desmembrar 03 com distância de 20,00m e com Nilton Rogério de Souza com 60,00m.

Área: 02 (a desmembrar)

Quadra: 50

Inscrição Imobiliária: 01.50.01.01

Área à desmembrar: 796,85 m² (setecentos e noventa e seis metros e oitenta e cinco centímetros quadrados)

Confrontações: Área 02

NORTE	Confronta-se com Nilton Rogério de Souza, distância de 30,00m + 10,00m com área remanescente 01;
SUL	Confronta-se com área remanescente 01, distância de 40,00m;
LESTE	Confronta-se com área remanescente 01, distância de 20,00m;
OESTE	Confronta-se com Estrada Municipal Iomerê/Pinheiro Preto, com distância de 20,00m.

Área: 03 (a desmembrar)

Quadra: 50

Inscrição Imobiliária: 01.50.01.01

Área à desmembrar: 796,85 m² (setecentos e noventa e seis metros e oitenta e cinco centímetros quadrados)

Confrontações: Área 03

NORTE	Confronta-se com área a desmembrar 01, distância de 40,00;
SUL	Confronta-se com área remanescente 01, distância de 40,00m;
LESTE	Confronta-se com área remanescente 01, distância de 20,00m;
OESTE	Confronta-se com Estrada Municipal Iomerê/Pinheiro Preto, com distância de 20,00m.

Art. 2º. Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 28 de março de 2014.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim

PREFEITURA

Portaria Nº. 178/2014 de 27 de Março de 2014.

CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A ALINE FALABRETTI, matrícula 1876-7, férias de 15 dias, relativas ao período aquisitivo de 18/10/2012 a 17/10/2013 e gozo de 27/03/2014 a 10/04/2014 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01/04/2014.

Ipumirim - SC, 27 de março de 2014.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Processo de Licitação Nº 25/2014, Tomada de Preços Nº 2/2014/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM
Estado de Santa Catarina
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2014
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 25/2014

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, com entrega dos envelopes fixada para às 08:30:00 horas do dia 16/04/2014 para os

interessados com certificado cadastral vigente e às 17:00 horas do dia 13/04/2014 ou dia útil imediatamente anterior para os interessados que não possuírem cadastro ou estiverem com o cadastro de fornecedor vencido. A abertura dos envelopes contendo a documentação é prevista para às 09:00:00 do dia 16/04/2014. Objeto da licitação: Contratação de empresa para execução de obras de pavimentação asfáltica (mão de obra + material) a ser executado com recursos oriundos do FUNDAN, proposta nº 11.542, conforme especificações anexas ao edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 27/03/2014
VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº. 2048/2014 de 27 de Março de 2014

NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL DE ESTATÍSTICAS E AGROPECUÁRIA – COMEA.

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim – SC, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados os cidadãos abaixo elencados para comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DE ESTATÍSTICA E AGROPECUÁRIA – COMEA:

A – Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Sergio Luiz Bernardi
Gerson Wildner
Gilmar da Rosa

B – Representante da Epagri;
Nedio Patzlaff

C – Representante da Defesa Civil;
Osmar Boelter

D – Representante do Banco do Brasil/BB Besc;
Jose Antonio Ecco
Osvaldo Zanini

E – Representante do Banco SICOOB / CREDIAUC
Fabio Ronan Colossi

F – Representante da Cooperativa de Produção e Consumo;
Driane Muraro

G – Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Claudiomiro Cerutti

H - Representante Lojas Agropecuárias
Andrei Techio

I – Representante da Secretaria Municipal de Educação:
Adriana Giombelli Bordinhon

J – Representante da Fundação Cultura:
Marilei Salete Frigeri Carpinelli

K - Representante da CIDASC:
Titular: Franciele Gado
Suplente: Dirce Rossi

L - Representante da CRESOL
Titular: Maritania Ongaratto Neis
Suplente: Wilson Mosele

M - Representante da SULCOOPER
Cleiton Alessi
Valdecir Klein

N - Representante da Ervateira Eko Feliz
Sedenir Arend
Nélio Mertins

Art. 2º - A referida Comissão tem por objetivo de coletar informações relativas a atividade agropecuária, previsão de safra, notadamente aquelas relacionadas ao acompanhamento e desenvolvimento da safra agrícola municipal.

Art. 3º - Os membros da referida comissão desempenharão suas funções gratuitamente como serviço de relevância pública.

Art.4º - Revogada as disposições em contrário em especial o decreto 2009/2013 de 16 de Outubro de 2013. O presente DECRETO entrará em vigor na data de 27 de Março de 2014.

Ipumirim - SC, 27 de Março de 2.014
VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2.049 de 28 de Março de 2.014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 82.500,00

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do artigo 34 da Lei 1.725 de 15 de outubro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 – LDO e dá outras providências e combinado com o inciso I do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e inciso II do § 4º do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.729 de 12 de dezembro de 2.013, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.014 – LOA,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Código reduzido 121, Projeto 1.024 - Estruturação e Modernização das Ações da Agropecuária, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.3.0000, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 82.500,00.

TOTAL GERAL R\$ 82.500,00

Art. 2º O crédito suplementar constante no artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recursos:

Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0000, utilizando-se no presente ato o montante de

R\$ 82.500,00

TOTAL GERAL R\$ 82.500,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 28 de março de 2.014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 28 de março de 2.014
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Irineópolis

PREFEITURA

Extrato Processo 18/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 18/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º 14/2014

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 14 de abril de 2014, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando aquisição de equipamentos para premiação, conforme lei nº 1749 de 13 de novembro de 2013. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 28 de março de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Lei Nº. 1.784/2014

LEI Nº 1.784/2014, de 26 de Março de 2014. – REPUBLICAÇÃO. AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PAGAR AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E AUXÍLIO MORADIA PARA MÉDICO VINCULADO AO “PROGRAMA MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL”, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica o Município de Irineópolis autorizado a pagar em forma de abono, Auxílio Alimentação e Auxílio Moradia ao profissional médico vinculado ao “Programa Mais Médicos para o Brasil”, em atividade no Município.

Art. 2º O Auxílio Alimentação e Moradia para os médicos participantes do “Programa Mais Médicos para o Brasil”, disponibilizados pelo Ministério da Saúde para atuar no Município de Irineópolis fica fixado nos seguintes valores:

I. R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) a título de Auxílio

Alimentação;

II. R\$ 1.000,00 (um mil reais) a título de Auxílio Moradia.

Art. 3º Ficam excluídos do direito ao Auxílio Moradia e Alimentação, criados por esta Lei, os médicos participantes do "Programa Mais Médicos para o Brasil", domiciliados no Município de Irineópolis no momento da alocação do profissional pelo Ministério da Saúde no SUS Municipal.

Art. 4º O abono instituído por esta Lei não caracteriza pagamento por contraprestação de serviço prestado do Município de Irineópolis, e dispensa, portanto, prestação de contas por parte do médico beneficiado.

Art. 5º Os valores serão reajustados conforme estabelecido no programa do Governo Federal.

Art. 6º Os referidos valores não serão base para fins de contribuição previdenciária.

Art. 7º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações consignadas no Orçamento Municipal, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais e suplementares, se necessário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis (SC), 26 de Março de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N º 158/2014

PORTARIA N º. 158/2014.

Designa membros para compor a Comissão de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe conferem os itens VII e IX, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e no que dispõe o artigo 105, inciso II da Lei Complementar n º 007/2001, de 15/10/2001,

R E S O L V E:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores a seguir relacionados, para compor a Comissão de Educação Permanente em Saúde, com a finalidade da transformação das práticas profissionais e organização do trabalho, baseado em um processo pedagógico, que contempla aquisição/atualização de conhecimentos e habilidades:

I. Kátia Schefer;

II. Cristiane Krüger;

III. Daniela Aparecida Fritzen Randig; e

IV. Isac José de Souza Neto.

Art. 2º. Os membros ora designados são responsáveis pela elaboração de um programa de ações em saúde e seu gerenciamento, zelando pelo bom cumprimento das atividades desenvolvidas pelos servidores da Saúde na Atenção Básica, SAMU e Hospitalar.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis (SC), 24 de Março de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Lei Nº 1785/2014

LEI Nº 1.785/14, DE 28 DE MARÇO 2014.

"AUTORIZA FIRMAR CONTRATO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S. A. – EPAGRI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara aprovou e Eu saciono o seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar convênio de Cooperação Técnica com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S. A. - EPAGRI, no valor global de R\$ 53.304,75 (cinquenta e três mil, trezentos e quatro reais e setenta e cinco centavos), a serem repassados em 09 (nove) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 5.922,75 (cinco mil, novecentos e vinte e dois reais e setenta e cinco centavos), no período de abril à dezembro de 2014.

Art. 2º - Os valores repassados, serão destinados a estabelecer ações básicas de cooperação técnica entre a EPAGRI e o Município de Irineópolis, para a execução de trabalhos de Pesquisa Agropecuária e de Assistência Técnica e Extensão Rural, definidos pelo Plano Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 3º - Os recursos a serem repassados serão contabilizados na dotação 2014 (87) – 3.3.90.00.00.00.00.0100 – Aplicações Diretas.

Art. 4 - A entidade beneficiada firmará com o Município Termo de Contrato, estabelecendo normas e critérios para a aplicação dos respectivos recursos.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis/SC, 28 de março de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Extrato de Processo 19/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 19/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2014

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 14 de abril de 2014, às 14:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para REGISTRO DE PREÇOS, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02 e Lei 9.666/93, visando a AQUISIÇÃO DE 500 TONELADAS DE CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE), COM CAP, PARA MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS E RURAIS DO MUNICÍPIO. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 28 de março de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

2º Termo Aditivo Costa Sul

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

CONTRATO Nº 21/2014

2º Termo aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços no Transporte Escolar que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Michael Kobilanski Neves ME – Costa Sul Transporte Coletivo. CLÁUSULA PRIMEIRA – Os valores definidos na Cláusula Primeira do Contrato de Prestação de Serviços n.º 01/2013 - Processo de Licitação n.º 73/2012, Pregão Presencial n.º 41/2012, Clausula Primeira do Primeiro Termo Aditivo – Contrato nº 161/2013, conforme faculta a alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, consolidada, e de acordo com Pareceres Contábil e Jurídico, passam a ser a partir da data da assinatura deste, o valor por km rodado de R\$ 4,00 (quatro reais). Parágrafo Primeiro – O Transporte de Alunos do Ensino Fundamental, perfaz 1.417,14 km diários, sendo já percorridos 38.120,938 km, restando a serem percorridos 245.307,07km, sendo o valor reajustado de R\$ 122.653,54 (cento e vinte dois mil, seiscentos cinquenta três reais e cinquenta quatro centavos): $(245.307,07 \text{ km} \times \text{R\$ } 3,50 - \text{valor anterior} = 858.574,74 \text{ e } 245.307,07 \text{ km} \times \text{R\$ } 4,00 - \text{valor atual} = \text{R\$ } 981.228,28 = \text{valor reajustado de R\$ } 122.653,54)$. Assim sendo, o valor total do presente Termo Aditivo é de R\$ 122.653,54 (cento e vinte dois mil seiscentos cinquenta três reais e cinquenta quatro centavos). CLÁUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento. CLAUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento. E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 26 de março de 2014.

Juliano Pozzi Pereira

Município de Irineópolis

Prefeito Municipal

Contratante

Michael Kobilanski Neves ME – Costa Sul Transporte Coletivo

Michael Kobilanski Neves

Contratada

Extrato 1º Termo Aditivo 150/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

CONTRATO Nº 22/2014

1º Termo Aditivo ao Contrato 150/2013, de prestação de serviços para reforma e ampliação, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa MK Construções Ltda. EPP. CLÁUSULA PRIMEIRA - Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b, c/c § 1º da Lei n.º 8.666/93, consolidada, Cláusula Sétima do Contrato n.º 150/2013 e ofício nº 081/2014/SME, das Senhoras Karina Juraszek – Diretora do Departamento de Ensino Fundamental e da Sra. Sezinanda Aparecida dos Santos – Diretora do Departamento de Ensino Infantil, e deferido pelo Sr. Juliano Pozzi Pereira – Prefeito Municipal, fica alterado o valor, em um acréscimo de 1,61%, para substituição da estrutura de madeira por estrutura metálica, conforme Justificativa Técnica do Sr. Jose Alfredo Pinto

– Engenheiro da Prefeitura Municipal. CLÁUSULA SEGUNDA - Pelos serviços prestados a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 5.398,88 (Cinco mil trezentos e noventa oito reais e oitenta oito centavos). CLAUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento. E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 26 de março de 2014.

Município de Irineópolis

Juliano Pozzi Pereira

Contratante

MK Construções Ltda. EPP

Renato Moecke

Contratada

Itá

PREFEITURA

Ct 052 CIGA

CONTRATO DE RATEIO Nº. 052/2014.

Contrato de Rateio relativo ao Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina celebrado entre o Município de Itá e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para o exercício de 2014.

Pelo presente instrumento de contrato de rateio, relativo à prestação de serviços de tecnologia da informação que celebram entre si o Município de Itá, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.024.240/0001-53, com sede administrativa na Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal LEIDE MARA BENDER, e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo do CIGA, Sr. Gilsoni Lunardi Albino.

Das disposições gerais

Cláusula primeira – Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, da Lei Municipal nº 2.265 de 07/05/2013, bem como as cláusulas do Contrato de Programa do CIGA nº. 121/2013.

Cláusula segunda – É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

Do objeto

Cláusula terceira – Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Itá ao CIGA para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº. 121/2013.

Do rateio

Cláusula quarta – Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 336,00 (Trezentos e Trinta e Seis Reais) totalizando R\$ 3.360,00 (Três Mil Trezentos e Sessenta Reais).

Cláusula quinta – Fica o CIGA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no último dia útil de cada mês da conta ICMS do Município o valor mensal estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

Da rubrica orçamentária

Cláusula sexta – A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.1.71.70 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais), nº 3.3.71.70 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas correntes) e 4.4.71.70 (transferência a consórcio público para investimentos), previstas no orçamento do Município para o exercício de 2014, nos termos da Lei Municipal nº. 2.302 de 17 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual).

Parágrafo único. A despesa total deverá ser alocada nas dotações orçamentárias informadas no caput na seguinte razão:

Despesas correntes:

60% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 3.1.71.70

30% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 3.3.71.70

Despesas de capital:

10% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 4.4.71.70
Da prestação de contas

Cláusula sétima – Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

Cláusula oitava – Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

Das penalidades

Cláusula nona – O consorciado inadimplente com o CIGA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Da vigência

Cláusula décima segunda – O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Do foro

Cláusula décima terceira – Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato

Das disposições finais

Cláusula décima quarta – Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Itá - SC, 27 de Março de 2014.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal de Itá

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Testemunhas:

01. _____

Nome: Ronei Trevisol

CPF: 579.630.619-72

02. _____

Nome: Nereo Norberto Rostirolla

CPF: 370.098.420-00

Aviso de Processo Licitatório Nº 007/2014 FMS, Credenciamento Nº 001/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº007/2014 - FMS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2014 – FMS
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2014

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Itá - SC torna público que fará realizar licitação na modalidade Inexigibilidade de Licitação para Credenciamento Universal a partir de 31 de março de 2014, para prestação de serviços de saúde, conforme especialidade, com a finalidade de prestar atendimento aos municípios. Art. 25, "caput" da Lei nº. 8.666/93.

Itá SC, 28 de março de 2014.
LUIZ CARLOS SALVI
Responsável do Fundo Municipal de Saúde

Itapiranga

PREFEITURA

Decreto Nº 49, de 26 de Março de 2014.

DECRETO Nº 49, DE 26 DE MARÇO DE 2014.
Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta do "Superávit Financeiro" verificado no exercício anterior e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta do "Superávit Financeiro" verificado no exercício anterior, na seguinte fonte de recurso: 151 – Recursos Tesouro do Exercício Anterior – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 87.500,00 (oitenta e sete mil e quinhentos reais):

03.03 – Secret. Munic. Adm. Obras, Serv. Urbanos - Urbanismo
15.451.0076.1006 – Constr. e Manut. de asfalto, Calçamento, Passeios Públicos
44.90.00.00.00.00.0151 – Aplicações Diretas
R\$ 87.500,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 26 de março de 2014.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

SERGIO LUIS KESSLER
Secretario Municipal de Administração.

Decreto Nº 50, de 28 de Março de 2014

DECRETO Nº 50, DE 28 DE MARÇO DE 2014.

Designa Comissão Especial para análise da documentação e julgamento das propostas referente o Processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 43/2014, de 11/03/2014 da Prefeitura Municipal de Itapiranga e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

Decreta:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto designados os senhores NELSON ARENHARDT, ADRIANO KARAL e ADEMIR ROHDEN para, sob a presidência do primeiro designado, compor a Comissão Especial de Análise e Julgamento na realização da abertura e apreciação do conteúdo dos envelopes "documentação"; bem como efetuar a abertura, apreciação e julgamento do conteúdo dos envelopes "proposta" referente Processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 43/2014, de 11/03/2014, da Prefeitura Municipal de Itapiranga, às 09h00min do dia 31/03/2014, conforme Edital.

Parágrafo único. As designações constantes no "caput" do presente artigo não contam ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 28 de março de 2014.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

SÉRGIO LUÍS KESSLER
Secretario Municipal de Administração

Extrato do Contrato Nº 35/2014/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 35/2014/RH
PARTES: Município de Itapiranga e ANI BEATRIZ OSTGEN KIPPER.
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.
Nível salarial: 545
Classe - Referência: B-01
VIGÊNCIA: 04/02/2014 até 12/12/2014.

Itapiranga – SC.04 de fevereiro de 2014
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 41/2014/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 41/2014/RH
PARTES: Município de Itapiranga e SUZANE BUSS.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: B-01

VIGÊNCIA: 10/02/2014 até 12/12/2014.

Itapiranga – SC.10 de fevereiro de 2014

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Extratos do Contrato Nº 39/2014/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2014/RH

PARTES: Município de Itapiranga e FRANCINNE ALVES LUTZ WERNER.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: B-01

VIGÊNCIA: 04/02/2014 até 12/12/2014.

Itapiranga – SC. 04 de fevereiro de 2014

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 45/2014/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 45/2014/RH

PARTES: Município de Itapiranga e TATIANA MEES.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Matemática.

Nível salarial: 573

Classe - Referência: B-01

VIGÊNCIA: 10/02/2014 até 12/12/2014.

Itapiranga – SC.10 de fevereiro de 2014

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

Termo Aditivo N.º 10/2014 Que Visa Prorrogar O Contrato Administrativo N.º 13/2013. (5º Aditivo)

TERMO ADITIVO N.º 10/2014 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 13/2013. (5º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 960, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representada pela Secretária de Educação, a Sra. TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA, portadora do CI.RG nº 2090978 SSP/PR e do CNPF/MF nº 355.669.909-59, e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e, de outro lado a Empresa SOLO ENGENHARIA LTDA ME, com sede á Rua Bracatinga, nº 25, Bairro: Lageado na cidade de Campo Alegre/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 08.743.714/0001-00 e Inscrição Estadual n.º 255.378.181, representada neste ato por sócio, o Sr. TIAGO LUY, portador do CNPF/MF nº 045.957.13975 e do CI.RG nº 4.358.867 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar o objeto da Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção de quadra coberta com vestiário na EMEF Ayrton Senna, com área total de 980,40 m², conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, parte integrante do edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO N.º 21/2012 – PROCESSO Nº 92/2012, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do contrato administrativo n.º 13/2013, contados a partir do dia 21/03/2014, a 21/06/2014, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 13/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 13/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 17 de março de 2014.

CONTRATANTE

MUNICIPIO DE ITAPOÁ

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

SOLO ENGENHARIA LTDA ME

TIAGO LUY

CONTRATANTE

TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Testemunhas:

Nome:

CNPJ/MF:

Nome:

CNPJ/MF:

Ata de Sessão Pública Pregão 18/2014

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2014 –

ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 28/03/2014, a partir das 09:30 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira Oficial do Município, a Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros VALERIO PACHECO, JULIANA CRISTINA SOARES SPECK, nomeados pelo DECRETO Nº 1896/2013, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 000018/2014, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE 30.000M³ DE SAIBRO DE ROCHA BRITADA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes (Credenciadas)

BRITAGEM VOGELSANGER LTDA

RUDNICK MINERIOS LTDA

EMPREITEIRA FORTUNATO LTDA

Representantes (Credenciados)

ROGÉRIO GARCIA

EDSON ROBERTO RUDNICK

ADRIANA LORENZI CAMACHO

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos, chegando-se aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	EMPREITEIRA FORTUNATO LTDA	40,0000	0,0000

Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de documentação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital,

onde foi constatado que a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora, portanto, a empresa citada abaixo:

Vencedor	Vlr Total
EMPREITEIRA FORTUNATO LTDA	1.200.000,0000

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) – A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) – A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supraindicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 28/03/2014.

FERNANDA CRISTINA ROSA

Pregoeira Oficial do Município

Equipe de Apoio

VALERIO PACHECO

JULIANA CRISTINA SOARES SPECK

Assinantes	
Representantes	Assinatura
BRITAGEM VOGELSANGER LTDA	
RUDNICK MINERIOS LTDA	
EMPREITEIRA FORTUNATO LTDA	

Extrato de Pregão Nº 14/2014

Prefeitura Municipal de Itapoá

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DE PREGÃO Nº 14/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Licitação: PREGÃO 14/2014 - PROCESSO Nº 23/2014

Objeto: Contratação de empresa para Aquisição de materiais esportivos para escolinha de rendimento da Secretaria de Esporte Lazer, conforme especificações constantes no Anexo V do edital.

VALOR R\$: 9.592,42 (nove mil quinhentos e noventa e dois reais e quarenta e dois centavos).

DATA DA ASSINATURA: 28/03/2014.

Itapoá, 28 de março de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

Ata de Sessão Pública Para Julgamento de Sessão-Convite Nº 06.2014**ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO**

Data	27/03/2014	Horário: 09h:30min
Licitação /Modalidade	CONVITE PROCESSO	Nº 06/2014 Nº 24/2014

OBJETO:

Aquisição de troféus e Medalhas para uso da Secretaria de Esporte e Juventude nos eventos que serão realizados nos meses de março à dezembro de 2014, conforme especificações do Anexo I do Edital.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1897/2013 com o objetivo de retificar a Ata de Sessão Pública Para Abertura de Envelopes de Habilitação e Proposta realizada no dia 24/03/2014 às 12:00h, visto que a empresa FENICIA IND. COM. TROFEUS E MEDALHAS LTDA foi precipitadamente considerada INABILITADA em razão da apresentação de certidão vencida (item 2.2.2 - Certidão de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). Contudo, a empresa citada protocolou nova certidão, desta vez válida, dentro do prazo previsto para a interposição de recurso. Atentando para tal fato, a CPL recorreu novamente à documentação de habilitação da respectiva empresa verificando que a mesma juntou os documentos exigidos no item 2.2.9 (Declaração de Enquadramento como Microempresa/Empresa de Pequeno Porte e Certidão da Junta Comercial), fato que lhe assegurou a possibilidade de postergar a comprovação da regularidade fiscal em até dois dias úteis. Assim a CPL reconsiderou sua decisão julgando HABILITADA para o certame a empresa FENICIA IND. COM. TROFEUS E MEDALHAS LTDA HABILITADA. Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e aberto o prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	FERNANDA CRISTINA ROSA VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
VALÉRIO PACHECO MEMBRO	

Joaçaba

IMPRES

Relatorio Investimento Fevereiro/2014 IMPRES



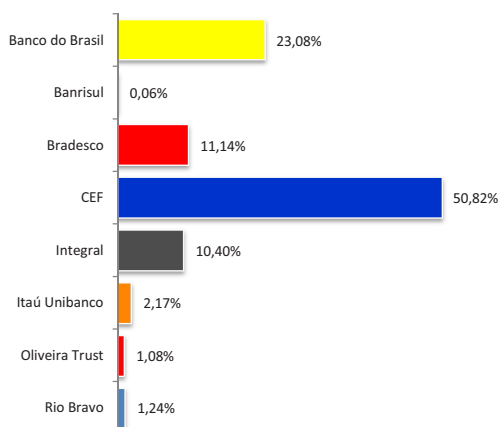
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de
Joaçaba - SC

Relatório da Carteira de Investimentos

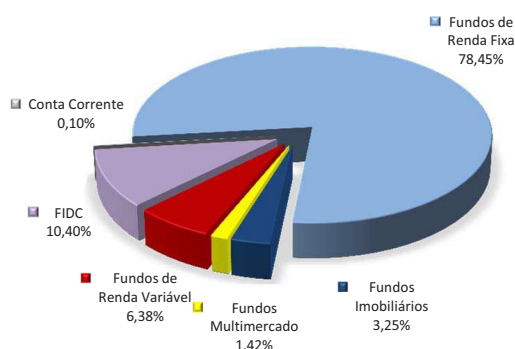
FEVEREIRO

Os recursos do IMPRES são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência. A diretoria do Instituto, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos. Neste mês a carteira de investimentos está distribuída da seguinte forma:

Distribuição da Carteira por Instituição Financeira



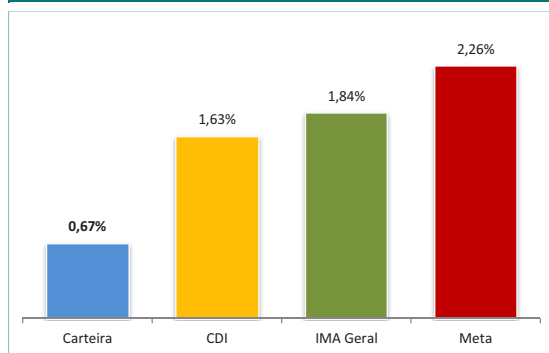
Distribuição da Carteira por Segmento



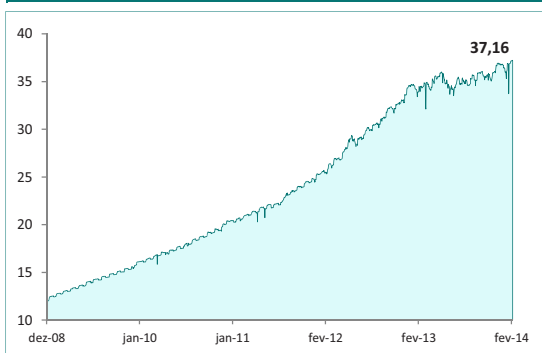
HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

COMPARATIVO	NOMÊS	NO ANO	EM 252 DIAS ÚTEIS
IMPRES	2,34%	0,67%	-4,47%
CDI	0,78%	1,63%	8,56%
IMA Geral	2,74%	1,84%	-0,15%
Meta Atuarial (INPC + 6%)	1,13%	2,26%	11,50%

Carteira x Indicadores em 2014



Evolução do Patrimônio (em R\$ Milhões)



Análise de Desempenho: A carteira do IMPRES tem como principal objetivo superar a Meta Atuarial.



Análise Macroeconômica

O mês de fevereiro foi o primeiro mês em que uma mulher esteve a frente do Banco Central mais importante do mundo. Janet Yellen assumiu o cargo de presidente do Federal Reserve (o BC americano), após o período de liderança de Ben Bernanke. E qual será o efeito prático desta mudança para a economia mundial? Na verdade, ao que tudo indica, nenhum. A troca de presidência não deve levar a mudanças na política do Banco Central americano, pois nem a comunicação, nem a postura do Fed perante o mercado foram alteradas. Embora não seja explicitamente admitido pelo Federal Reserve, já estava definido que o Tapering (processo de normalização da política monetária, isto é, de redução das compras de ativos) seria realizado neste ano e, nem mesmo os sinais de atividade ruins - por enquanto atribuídos ao frio - parecem levar o BC americano a alterar o rumo de sua política monetária. A ata da reunião do FOMC de janeiro, divulgada em fevereiro, deixou claro que o Fed espera que haja uma desaceleração da atividade, pois entende que o ritmo de crescimento alcançado no segundo semestre de 2013 seja o ritmo natural da economia americana. Desta forma, mantemos nossa visão quanto ao Tapering: o total de compras será reduzido em 10 bilhões de dólares por reunião até o mês de outubro, quando o processo se encerra completamente.

A Europa também não traria grandes novidades, não fossem os eventos geopolíticos ocorridos na Ucrânia. A atividade e o emprego na Zona do Euro seguem bastante fracos e cada vez mais são esperadas novas medidas de estímulos por parte do Banco Central Europeu. Por enquanto o BC europeu manteve sua política monetária inalterada, com a taxa de juros em 0,25% a.a. A partir do momento que a taxa de juros por lá for zerada, passará a existir um processo de monetização de dívida pública - o equivalente à emissão de dinheiro para comprar a dívida dos países pertencentes à Zona do Euro. Este processo depende do aceite por parte da Alemanha, que atualmente é contra. Neste momento, a Alemanha é o país com maior taxa de crescimento dentro da eurozona. O problema é que seu crescimento vem sendo sustentado principalmente pelas exportações de bens e serviços a outros países, o que acaba por reforçar a interdependência entre os membros do bloco.

Na China, o destaque do mês de fevereiro foi a notícia de um evento de crédito de uma empresa produtora de painéis solares. A grande dificuldade, quando se trata de China, é a confiabilidade dos dados. Dados relativos à PIB, inflação, balança comercial, nível de emprego, estoque de crédito são de qualidade duvidosa. A consequência disso é que o default da empresa chinesa gerou um stress muito forte no mercado. Tratava-se apenas de um evento "ruim", mas que foi recebido como resultado de um problema sistêmico de crédito corporativo. O grande problema é que não se sabe quantas empresas podem deixar de pagar suas dívidas, nem qual seria o impacto disso sobre a atividade econômica. Por enquanto, é necessário aguardar novos dados e avaliar se estão em linha com a situação chinesa.

Na economia brasileira, o destaque do mês foi a divulgação da meta de superávit primário por parte do Ministro da Fazenda, Guido Mantega. A meta divulgada foi de 1,9% do PIB, com um contingenciamento de despesas de 44 bilhões de reais. A primeira vista, a notícia pareceu muito boa, mas quando se abrem as rubricas da composição da meta, é possível notar que houve, no mínimo, um excesso de otimismo por parte da equipe econômica do Governo. Por exemplo, uma das premissas é de um crescimento do PIB de 2,5%, o que está muito acima das projeções de economistas de casas privadas - o teto das estimativas não ultrapassa os 2%. Além disso, as premissas parecem subestimar os gastos com previdência em algo em torno de R\$10 bilhões, além de não haver espaço para novos subsídios à conta de energia elétrica das famílias. Neste contexto, embora seja muito importante o comprometimento do Governo Federal em atingir sua meta de superávit, não é possível enxergar seu atingimento. Além de agravar o problema de falta de credibilidade que o Governo vem enfrentando, o não cumprimento desta meta gera mais pressão inflacionária e não contribui de forma eficiente para o crescimento do PIB. Assim, a questão do controle inflacionário acaba dependendo quase exclusivamente da condução da política monetária por parte do Banco Central do Brasil. Na reunião de fevereiro, o Comitê de Política Monetária optou por uma elevação adicional da meta da Taxa Selic em 0,25 p.p., de 10,50% a.a. para 10,75% a.a. A Ata desta reunião mostrou que o BC continua preocupado com a resistência da inflação e, em nossa visão, indica que haverá mais um ajuste de 0,25 p.p. na meta da Selic na reunião de abril, encerrando o ciclo de aperto da política monetária, e levando a meta da Selic para 11% a.a.



Renda Fixa

Os principais índices do segmento de renda fixa apresentaram recuperação em fevereiro após o mal desempenho de janeiro. Apesar do descrédito do governo, o anúncio do contingenciamento do orçamento de 2014 reverteu o movimento de alta nas taxas de juros dos contratos futuros. Como ilustração, o contrato com vencimento em janeiro de 2015 encerrou o ano de 2013 sendo negociado a 10,58% a.a., chegou a 11,74% a.a. em 03/02/2014, encerrando fevereiro a 11,07% a.a. O movimento de queda acabou interrompido com o anúncio decepcionante do superávit primário de janeiro em 28/02, mas não foi suficiente para prejudicar o bom resultado dos índices em fevereiro.

Como consequência, o IMA-B, subíndice da família IMA que expressa a rentabilidade dos ativos atrelados à inflação (NTNs-B), assinalou variação de 4,40% no mês. O IMA-B 5, subíndice que expressa a variação dos títulos com vencimento em menos de 5 anos, assinalou variação de 2,87% no mês, enquanto o IMA B 5+, subíndice que expressa a variação dos títulos longos (com cinco anos ou mais), assinalou variação de 5,59%. O IRF-M, subíndice da família IMA que expressa o retorno dos ativos prefixados (LTNs e NTNs-F), assinalou variação de 2,18% no mês. O IRF-M 1, subíndice que expressa a variação dos títulos prefixados com menos de um ano, assinalou variação de 1,06%, ao passo que o IRF-M 1+ assinalou variação de 2,85%. O IMA Geral, índice construído pela média ponderada dos subíndices da família IMA, assinalou variação de 2,74% no mês de fevereiro de 2014. Por fim, o CDI (Certificado de Depósito Interbancário) assinalou variação de 0,78% no mês de fevereiro.

Renda Variável

No mês de fevereiro o mercado brasileiro continuou a defrontar-se com um cenário adverso. Entretanto, houve a divulgação do PIB do 4º trimestre de 2013 e do fechamento do ano, em 0,7% e 2,3% respectivamente, acima das expectativas. Com a decisão do Copom pelo aumento de 0,25% na Selic e a publicação da Ata, a partir de agora, fica mais evidente o fim do ciclo do aperto monetário em abril, o que é positivo para o mercado acionário. Ainda no mercado doméstico, os principais fatores de risco continuam a deterioração da situação fiscal (confirmada pela última divulgação do resultado primário) e um possível racionamento de energia em 2014 (afetaria as grandes empresas intensivas em energia). No ambiente externo, o que mais impactou o Ibovespa foram os indicadores chineses. Os principais dados de atividade econômica aumentam as preocupações com a desaceleração da China. Os dados referentes aos EUA e Zona do Euro não mudam o cenário de forma significativa. Desta forma, após a análise dos dois meses do ano, nossa estratégia para o semestre é alocar em empresas de maior previsibilidade de resultados (menos correlacionados ao desempenho do PIB), demanda mais constante, possíveis ganhos com o elevado nível de juros, valorização do dólar e inflação elevada. Consideramos opções para o portfólio dentro dos setores de bebidas/alimentos, varejo, transmissão de energia e bens de capital.

PLASS**Resolução Nº. 01/2014/PLASS**

PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) – PLASS

Av. XV de Novembro, 378 – Centro

89600-000 - Joaçaba – SC

Fone/Fax: 49 – 3527 8804

E-mail – plassjba@gmail.com

RESOLUÇÃO N.º 01/2014

“FIXA VALOR DE PROCEDIMENTOS HOSPITALARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A Presidente do Conselho de Administração do PLASS, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de acordo com a deliberação ocorrida na reunião ordinária do dia 24 de março de 2014, conforme ATA nº 307/2014.

RESOLVE:

Art. 1º Adotar a seguinte TABELA PARA PROCEDIMENTOS HOSPITALARES a serem praticados pelo PLASS a partir de 01 de abril de 2014.

PROCEDIMENTOS	VALOR
DIÁRIA	
Diária - Quarto com Banheiro	113,40
Diária – Quarto com banheiro, fracionada na saída do paciente.	41,22
Diária de U.T.I. – Unidade de Terapia Intensiva.	250,53
Diária Acompanhante – Pernoite com café da manhã	38,94
Diária acompanhante completa	69,18
Hospital Dia	68,31
Berço Aquecido – por dia	16,98
Plantão 12 horas – UTI	117,17
SALA DE CIRURGIA OU PARTO	
Porte 0 - Uso	33,68
Porte 1 - Uso	59,72
Porte 2 - Uso	93,41
Porte 3 - Uso	160,79
Porte 4 - Uso	220,50
Porte 5 - Uso	258,80
Porte 6 - Uso	283,48
Porte 7 - Uso	330,50
SALA DE OBSERVAÇÃO	
Ambulatório/Pronto-Socorro até 6 horas	24,49
Sala de Gesso	24,49
SALA DE RECUPERAÇÃO PÓS ANESTESIA CENTRO CIRÚRGICO	
Local - Uso	4,29
Sedação - Uso	8,33
Bloqueio de Plexos - Uso	12,71
Peridural e/ou Raquiana - Uso	16,84
Geral - Uso	21,13
TAXAS DIVERSAS	
Curativo pequeno – unidade	9,04
Curativo médio – unidade	16,37
Curativo grande – unidade	20,67
Curativo especial – unidade	26,03

Nebulização	6,50
Taxa de monitor por dia – UTI	32,00
Taxa de monitor por Uso – centro cirúrgico	27,25
Taxa de bisturi	13,61
OXIGÊNIO	
UTI, Centro Cirúrgico, Quarto e Ambulatório litros/minuto, conforme consumo.	0,02
Ozoto (gás anestésico), cód. 04.00.006 litro/minuto, conforme consumo.	0,16
Intensificador de imagens – nas cirurgias	95,01

DIÁRIAS

Estão incluídos no preço da diária:

- Aposentos;
- Os registros hospitalares;
- Dieta normal progressiva (líquida, branda e normal) de acordo com o cardápio.

Não estão incluídos no preço da diária

- Refeições de acompanhantes e pedidos extras;
- Sangue, medicamentos, materiais descartáveis e outros;
- Uso de salas especiais cirúrgicas, obstétricas;
- Honorários médicos;
- Exames complementares de diagnósticos e terapêuticos;
- Ligações telefônicas;
- Outros serviços extras.

1. A diária vence às 12:00 horas do dia seguinte ao internamento.

2. No caso de transferência do paciente para UTI ou CTI, os familiares que optarem pelo uso continuado da unidade normal de internação deverão fazê-lo formalmente, responsabilizando-se pelo pagamento, o qual será efetuado em separado.

MEDICAMENTOS/ MATERIAIS

1. Os medicamentos utilizados serão cobrados conforme Brasíndice, preço máximo ao consumidor.

2. Os materiais descartáveis, preço Brasíndice.

3. Órtese, Próteses e materiais especiais, com prévia autorização do PLASS, conforme lista de preços no mercado, mediante a apresentação da Nota Fiscal de aquisição ou negociados e pagos diretamente aos fornecedores.

HONORÁRIOS MÉDICOS

Os honorários médicos serão pagos diretamente aos médicos conveniados e/ou ao hospital, de acordo com a tabela AMB/PLASS.

PRAZO

As contas serão entregues mensalmente, até o dia 18, com os valores expressos em reais.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/04/2014.

Joaçaba - SC, 24 de março de 2014.

JULIANA DARTORA BESBATI

Presidente

SIMAE**Pregão Presencial PP 0015/2014 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0021/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0015/2014

PROTOCOLO JHL 0834/2014

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0015/2014 – Licitação 0021/2014, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Aquisição de Tubos de PVC para execução de sistemas enterrados de condução de esgotos a serem realizados pelo SIMAE no exercício 2014.

Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 11/04/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 11/04/2014 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 31/03/2014 a 11/04/2014.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 31 de Março de 2014.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE

Portaria JHL 053/2014

PORTARIA SIMAE JHL – Nº 53/2014 DE 27.03.2014

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições,

Considerando o art. 175, inciso III da Constituição Federal, o Art.2º da Lei nº 2.193 de 12 de dezembro de 1994, da Prefeitura Municipal de Joaçaba-SC, o art. 2º da Lei nº 1.545 de 23 de fevereiro de 1995, da Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste e Art. 3º da Lei nº 250 de 27 de Novembro de 2000 da Prefeitura Municipal de Luzerna,

RESOLVE:

Art. 1º Reajustar em 5,38% as Tarifas de Água e Esgoto e demais taxas do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto – SIMAE de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna, de acordo com os valores constantes nas tabelas em anexo, a partir da competência Maio/2014.

Art. 2º Os anexos VI e VII dos Decretos n 1.874 de 24/06/1998 de Joaçaba e nº 1.161 de 15/07/1998 de Herval D'oeste permanecem inalterados.

Joaçaba-SC, 27 de março de 2014.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente

ANEXO I							
SIMAE DE JOAÇABA, HERVAL d'OESTE E LUZERNA - SC							
ANEXO DO DO DECRETO Nº 1.874 DE 24/06/98 ALTERADO PELO DECRETO 2.154/01 DE JOAÇABA							
ANEXO DO DO DECRETO Nº 1.161 DE 15/07/98 ALTERADO PELO DECRETO 1.245/99 DE HERVAL d'OESTE							
DECRETO 264 DE 02/01/01 DE LUZERNA							
ANEXO DA PORTARIA Nº JHL 53/2014, DE 27 DE MARÇO DE 2014.							
A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2014							
LIGAÇÃO DE ÁGUA							
	Até 25mm						
	CONDIÇÕES	PRES-TAÇÕES			TOTAL		
	A VISTA				R\$ 322,87		
2	pagamentos	R\$ 164,66			R\$ 329,32		
3	pagamentos	R\$ 111,97			R\$ 335,91		
4	pagamentos	R\$ 85,66			R\$ 342,64		
5	pagamentos	R\$ 69,90			R\$ 349,50		
6	pagamentos	R\$ 59,41			R\$ 356,46		
	OBS:						
1 . Com diâmetro acima de 25mm, será feito orçamento prévio, de acordo com o diâmetro a instalar.							
LIGAÇÃO DE ESGOTO							
	Até 100mm						
	CONDIÇÕES	PRES-TAÇÕES			TOTAL		
	A VISTA				R\$ 221,42		
2	pagamentos	R\$ 112,92			R\$ 225,84		
3	pagamentos	R\$ 76,79			R\$ 230,37		
4	pagamentos	R\$ 58,74			R\$ 234,96		
5	pagamentos	R\$ 47,93			R\$ 239,65		
6	pagamentos	R\$ 40,74			R\$ 244,44		
	OBS:						
1. Com diâmetro acima de 100mm, será feito orçamento prévio, de acordo com o diâmetro a instalar.							
2. O primeiro pagamento deverá ser efetuado na ocasião do pedido de ligação.							
ANEXO II							
TARIFAS DE ÁGUA							
CATEGORIA "A" - RESIDENCIAL							
FAIXA DE CONSUMO		VALORES TARIFÁRIOS					
	Até 10 m³	R\$ 21,96					
	De 11 a 15m³	R\$ 21,96	+	R\$ 3,22	p/m³ excedente de 10m³		
	De 16 a 20m³	R\$ 38,06	+	R\$ 3,71	p/m³ excedente de 15m³		
	De 21 a 30m³	R\$ 56,61	+	R\$ 4,13	p/m³ excedente de 20m³		

	De 31 a 40m³	R\$ 97,91	+	R\$ 4,49	p/m³ excedente de 30m³		
	Acima de 40m³	R\$ 142,81	+	R\$ 3,68	p/m³ excedente de 40m³		
CATEGORIA "B" - COMERCIAL E PODERES PÚBLICOS							
FAIXA DE CONSUMO	VALORES TARIFÁRIOS						
Até 10m³	R\$ 36,40						
De 11 a 30m³	R\$ 36,40	+	R\$ 4,71	p/m³ excedente de 10m³			
De 31 a 100m³	R\$ 130,60	+	R\$ 5,17	p/m³ excedente de 30m³			
Acima de 100m³	R\$ 492,50	+	R\$ 4,05	p/m³ excedente de 100m³			
CATEGORIA INDUSTRIAL							
FAIXA DE CONSUMO	VALORES TARIFÁRIOS						
Até 10m³	R\$ 38,46						
De 11 a 30m³	R\$ 38,46	+	R\$ 4,93	p/m³ excedente de 10m³			
De 31 a 100m³	R\$ 137,06	+	R\$ 5,45	p/m³ excedente de 30m³			
Acima de 100m³	R\$ 518,56	+	R\$ 4,19	p/m³ excedente de 100m³			
OBSERVAÇÕES:							
1 . A tarifa referente à prestação do serviço de esgoto sanitário corresponderá 80%							
(oitenta por cento) do valor do consumo de água respectivo, ressalvado os consumidores							
com sistemas próprios de abastecimento de água, para os quais, o cálculo da cobrança							
será efetuado observando o disposto no Parágrafo Único do Art.81 do Regulamento.							
2 . Para efeito da cobrança das tarifas, as ligações provisórias ou temporárias, tais como							
para construções de qualquer natureza, feiras, circos, exposições, e similares,							
equiparam-se às da Categoria Comercial.							
ANEXO III							
ITEM	OUTROS SERVIÇOS				VALOR		
1	RESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA:						
	No cavalete por falta de pagamento				R\$ 24,70		
	No cavalete por falta de pagamento c/lacre violado				R\$ 133,21		
2	AFERIÇÃO DE HIDRÔMETROS:						
	Por solicitação do usuário, até ¾"				R\$ 41,03		
	Por solicitação do usuário, acima de 1"				R\$ 55,11		
3	DESLIGAÇÃO:						
	Por solicitação do usuário- temporária (Art. 72 Inciso VII)				R\$ 23,69		
	Por solicitação do usuário- definitiva				R\$ 45,65		
4	VISTORIA NA INSTALAÇÃO PREDIAL:						
	Por solicitação do usuário até 2 pavimentos				R\$ 48,92		
	Por solicitação do usuário, por pavimento excedente a 2				R\$ 26,07		
5	CONSUMO DE ÁGUA POR CIRCOS, PARQUES E OUTROS:						
	Custo fixo de consumo até 15 dias				R\$ 298,93		
	Custo fixo mensal período superior a 15 dias				R\$ 512,89		
6	CUSTO POR HORA DE MÃO DE OBRA:						
	De encanador				R\$ 16,48		

		De auxiliar				R\$	10,64		
7	DESLOCAMENTO DO CAVALETE:								
	Por solicitação do usuário (conforme material e tempo empregado,mais taxa de deslocamento veículo).								
8	AVISO DE INTERRUÇÃO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTOS								
	(suprimido conforme Decreto 2651/2005)								
	(art. 72)								
9	EXPE-DIEN-TE:								
	Emissão de 2ª via, extrato, alteração cadastral, e outros					R\$	2,32		
10	ANÁLISE DE ÁGUA:								
	Físico-Químico					R\$	70,93		
	Bacte-riologia					R\$	81,87		
	Nitro-gênio Total					R\$	94,93		
	DQO e DBO					R\$	114,67		
	Fosfato					R\$	62,92		
11	HIDRÔMETRO DANIFICADO PELO USUÁRIO:								
	*-(Valor das peças empregadas, taxas de aferição, mais taxa de deslocamento de								
	veículo)								
12	HIDRÔMETRO ROUBADO:								
	* - (Valor das peças, mão-de-obra, deslocamento de veículo, hidrômetro e taxa de								
	expe-diente)								
13	PREÇO DO METRO DE TUBO EXCEDENTE								
	Empregado em ligações de água até 25mm					R\$	2,73		
14	TAXA DE DESLOCAMENTO DE VEÍCULO,								
	Será cobrada em caso de visita improdutiva e na composição do					R\$	13,07		
	custo dos itens 07, 11, 12 e 16 deste anexo								
15	DESENTUPIMENTO RAMAL DOMICILIAR DE ESGOTO SANITÁRIO					R\$	76,63		
16	ALTERAÇÃO DO NÚMERO DE ECONOMIAS								
	a pedido do usuário (Uma taxa de expediente e uma taxa					R\$	15,39		
	deslocamento de veículo)								
	OBS.:								
	*Valor a ser cobrado conforme orçamento.								
ANEXO IV									
SERVIÇO NÃO MEDIDO									
CATEGORIA							VALOR		
RESIDENCIAL - R1		10				R\$	21,96		
R2		18				R\$	49,22		
R3		25				R\$	77,33		
R4		40				R\$	142,93		
R1 - Com área até 40m²									
R2 - Com área de 41 a 80 m²									
R3 - Com área de 81 a 120 m²									
R4 - Com área acima de 120 m²									

O Consumo estimado para as demais categorias será de acordo com a área e utilização do imóvel, observado o seguinte:						
Quando a água for utilizada apenas para fins higiênicos: 10 litros por m² de área útil/dia;						
Quando além dos fins higiênicos, ainda for utilizada na produção de bens e serviços: 40 litros por m² da área útil/dia;						
Para cálculo dos valores tarifários será aplicado o contido no anexo II.						
ANEXO V						
ITEM					VALOR	
I	intervenção de qualquer modo nas instalações dos serviços públicos de água e de esgoto;				R\$ 191,65	
II	ligações clandestinas de qualquer canalização à rede distribuidora de água e coletora de esgotos;				15 vezes a tarifa correspondente ao consumo básico da categoria econômica da ligação	
III	violação ou retirada de hidrômetro ou de limitador de consumo;				R\$ 229,50	
IV	interconexão da instalação com canalizações alimentadas com água não procedente do abastecimento público;				R\$ 191,65	
V	utilização de canalização ou coletor de uma instalação predial para abastecimento de água ou coleta de esgoto de outro imóvel ou economia;				R\$ 64,02	
VI	uso de dispositivos, tais como bombas ou ejetores, na rede distribuidora ou ramal predial;				R\$ 383,37	
VII	lançamento de águas pluviais na instalação de esgoto do prédio;				R\$ 191,65	
VIII	lançamento de despejos "in natura", que por suas características exijam tratamento prévio, na rede coletora de esgoto;				R\$ 383,37	
IX	início da obra de instalação de água e de esgoto em loteamentos ou agrupamentos de edificações, sem prévia autorização do SIMAE;				R\$ 1.915,84	
X	alteração de projeto de instalações de água e de esgoto em loteamentos ou agrupamentos de edificações, sem prévia autorização do SIMAE;				R\$ 767,11	
XI	inobservância das normas e/ou instalações do SIMAE na execução de obras e serviços de água e esgoto;				R\$ 383,37	
XII	Qualquer impedimento para acesso ao hidrômetro, para realização de leitura, suspensão de fornecimento de água ou manutenção do hidrômetro;				R\$ 95,14	
XIII	Intervenção e/ou utilização de hidrantes para fins não autorizados pelo SIMAE;				R\$ 518,49	
XIV	Construção sobre redes de distribuição de água e rede coletora de esgotos;				R\$ 191,65	
XV	Impontualidade no pagamento de tarifas devidas ao SIMAE (Alterado pela Lei 2961 de 2007 Joaçaba)(Decreto 2.259 de 2007 Herval d'Oeste)(Decreto Nº 839 de 2007 Luzerna)				Multa de 2,0% (dois por cento). Juros de Mora calculados à taxa referencial do Sistema de Liquidação e Custódia, SELIC, acumulada	

www.diariomunicipal.sc.gov.br

	Acima de 40m³	R\$ 123,78	+	R\$ 3,68	p/m³ excedente de 40m³		
	ANEXO X						
TARIFAS DE ÁGUA COMERCIAL II							
CATEGORIA "B" - COMERCIAL							
	FAIXA DE CONSUMO	VALORES TARIFÁRIOS					
	Até 10m³	R\$ 21,96					
	De 11 a 30m³	R\$ 21,96	+	R\$ 4,71	p/m³ excedente de 10m³		
	De 31 a 100m³	R\$ 116,16	+	R\$ 5,17	p/m³ excedente de 30m³		
	Acima de 100m³	R\$ 478,06	+	R\$ 4,05	p/m³ excedente de 100m³		
ELISABET M. Z. SARTORI							
DIRETORA - PRESIDENTE DO SIMAE							

Lages

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº017/2014 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 017/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: CCL CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º, 78.355.104/0001-06, com sede à Rodovia BR 282, nº 46 – São Sebastião – CEP: 88520-305 – Lages /SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Reperfilagem das Ruas Paraíba, América do Sul, Amapá, Benjamin Constant, João de Castro e Manoel Thiago de Castro, nesta cidade, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes deste Edital, assim identificadas:

- Lote 01 – Ruas Paraíba, América do Sul e Amapá;

- Lote 02 – Ruas Benjamin Constant, João de Castro e Manoel Thiago de Castro.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, em até 90 (noventa) dias, a contar da data da assinatura da Ordem de Serviço;

2.3 De Entrega, em até 05 (cinco) dias da conclusão dos serviços, mediante Termo Circunstanciado endereçado à Secretaria de Infraestrutura, aos cuidados do Responsável Técnico pelo acompanhamento e fiscalização.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 624.118,11 (seiscentos e vinte e quatro mil, cento e dezoito reais e onze centavos).

Lages, 17 de Março de 2014.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages.

Extrato de Contrato Nº02/2014 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 02/2014

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC. CONTRATADA:, MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 04.151.335/0001-61, com sede à Rua Carlos Essfelder 1665 – Boqueirão, CEP: 81650-090, Curitiba/PR, telefone (41) 3016-0408.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Manutenção de Rede de Água, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. – SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos.

3 CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s), Em até 30 (trinta) dias a contar da data da solicitação da ETA – Estação de Tratamento de Água, na, Av 1º de Maio, nº 1700, B: Popular.

4 CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 233.766,98 (duzentos e trinta e três mil, setecentos e sessenta e seis reais e noventa e oito centavos)

Lages, 11 de Fevereiro de 2014.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages, SC

Extrato de Contrato Nº05/2014 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 05/2014

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC. CONTRATADA: H.D.S COMERCIAL HIDRÁULICA E SANEAMENTO LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 05.582.844/0001-01, com sede à Av. Ângelo Franzini 2.530 – Bairro Residencial Bosque de Versalles – Araras/SP.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Manutenção de Rede de Água, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. – SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos.

3 CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s), Em até 30 (trinta) dias a contar da data da solicitação da ETA – Estação de Tratamento de Água, na, Av 1º de Maio, nº 1700, B: Popular.

4 CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Lages, 17 de Fevereiro de 2014.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages, SC

Extrato de Contrato Nº06/2014 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 06/2014

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC. CONTRATADA: MICHELE G. DA SILVADOS SANTOS – COMERCIAL HIDRÁULICA/CONEXPAR, inscrita no CNPJ sob n.º 11.230.004/0001-31, com sede à Rua Capitão Leônidas Marques, 1.031 – Bairro Uberaba – Curitiba/PR.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Manutenção de Rede de Água, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. – SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos.

3 CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s), Em até 30 (trinta) dias a contar da data da solicitação da ETA – Estação de Tratamento de Água, na, Av 1º de Maio, nº 1700, B: Popular.

4 CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 70.550,00 (setenta mil e quinhentos e cinquenta reais)

Lages, 17 de Fevereiro de 2014.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages, SC

Extrato de Contrato Nº07/2014 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 07/2014

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC. CONTRATADA: MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 04.151.335/0001-61, com sede à Rua Carlos Essenfelder, 1665 – Bairro Boqueirão – Curitiba/PR.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Manutenção de Rede de Água, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. – SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos.

3 CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s), Em até 30 (trinta) dias a contar da data da solicitação da ETA – Estação de Tratamento de Água, na, Av 1º de Maio, nº 1700, B: Popular.

4 CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 233.766,98 (duzentos e trinta e três mil, setecentos e sessenta e seis reais e noventa e oito centavos).

Lages, 17 de Fevereiro de 2014.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages, SC

Extrato de Contrato Nº08/2014 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 08/2014

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC. CONTRATADA: BUGATTI BRASIL VÁLVULAS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 00.469.688/0001-53, com sede à Estrada Velha de Sorocaba, 1201- Granja Viana – Cotia/SP.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Manutenção de Rede de Água, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. – SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos.

3 CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s), Em até 30 (trinta) dias a contar da data da solicitação da ETA – Estação de Tratamento de Água, na, Av 1º de Maio, nº 1700, B: Popular.

4 CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO.

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 962,35 (novecentos e sessenta e dois reais e trinta e cinco centavos).

Lages, 17 de Fevereiro de 2014.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages, SC

Extrato de Contrato Nº09/2014 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 09/2014

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC. CONTRATADA: DANIEL FRIAS NOVAIS- PRODUTOS PARA SANEAMENTOS - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 09.565.740/0001-40, com sede à Av. Brasil, 214 – Térreo Jd Barueri - Barueri/SP.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

Aquisição de Materiais para Manutenção de Rede de Água, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. – SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos.

3 CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s), Em até 30 (trinta) dias a contar da data da solicitação da ETA – Estação de Tratamento de Água, na, Av 1º de Maio, nº 1700, B: Popular.

4 CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO.

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 4.250,00 (quatro mil, duzentos e cinquenta reais).

Lages, 17 de Fevereiro de 2014.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages, SC

Extrato de Contrato Nº10/2014 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 10/2014

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC. CONTRATADA: AFER INDUSTRIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 03.992.516/0001-58, com sede à Rodovia BR 494 Km 85,90 – nº50 Dist. Ind. Jaci Bernardes, Carmo da Mata/MG.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

Aquisição de Materiais para Manutenção de Rede de Água, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. – SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos.

3 CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s), Em até 30 (trinta) dias a contar da data da solicitação da ETA – Estação de Tratamento de Água, na, Av 1º de

Maio, nº 1700, B: Popular.

4 CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO.

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 10.900,00 (dez mil e novecentos reais).

Lages, 17 de Fevereiro de 2014.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages, SC

Extrato de Contrato Nº11/2014 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 11/2014

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC. CONTRATADA: VIA D' ÁGUA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE MEDIÇÃO, HIDRÁULICA E SANEAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 16.637.264/0001-90, com sede à Rua Marques de Olinda, 935 – Costa e Silva, na cidade de Joinville/SC.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

Aquisição de Materiais para Manutenção de Rede de Água, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. – SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos.

3 CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s), Em até 30 (trinta) dias a contar da data da solicitação da ETA – Estação de Tratamento de Água, na, Av 1º de Maio, nº 1700, B: Popular.

4 CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO.

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 4.345,00 (quatro mil trezentos e quarenta e cinco reais).

Lages, 17 de Fevereiro de 2014.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages, SC

Extrato de Contrato Nº12/2014 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 12/2014

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC. CONTRATADA: SANEAX COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 10.443.998/0001-52, com sede à Rua São Luiz, 433 – sala 02 – Parque Olinda- Gravataí/RS

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

Aquisição de Materiais para Manutenção de Rede de Água, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. – SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos.

3 CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s), Em até 30 (trinta) dias a contar da data da solicitação da ETA – Estação de Tratamento de Água, na, Av 1º de Maio, nº 1700, B: Popular.

4 CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO.

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 29.500,00 (vinte e nove mil e quinhentos reais).

Lages, 17 de Fevereiro de 2014.
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages, SC

Extrato de Contrato Nº13/2014 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 13/2014

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC. CONTRATADA: ALVESFLEX DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 12.427.648/0001-28, com sede à Rua Albino Momberger, 741 – Cj 01 Bairro Canudos, na cidade de Novo Hamburgo/RS.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

Aquisição de Materiais para Manutenção de Rede de Água, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. – SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos.

3 CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s), Em até 30 (trinta) dias a contar da data da solicitação da ETA – Estação de Tratamento de Água, na, Av 1º de Maio, nº 1700, B: Popular.

4 CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO.

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 9.664,96 (nove mil seiscentos e sessenta e quatro reais e noventa e seis centavos).

Lages, 17 de Fevereiro de 2014.
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages, SC

Extrato de Contrato Nº14/2014 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 14/2014

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC. CONTRATADA, CONCREBLOC INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO, inscrita no CNPJ sob n.º 76.367.473/0001-93, com sede à Dr. João Pedro Arruda, s/n.-Área Industrial – Lages/SC.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

Aquisição de Artefatos de Concreto, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. – SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos.

3 CLÁUSULA SEGUNDA: DO(S) PRAZO(S).

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s), Em até 30 (trinta) dias a contar da data da solicitação da ETA – Estação de Tratamento de Água, na, Av 1º de Maio, nº 1700, B: Popular.

4 CLÁUSULA TERCEIRA: DO(S) PREÇO(S).

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 58.205,00 (cinquenta e oito mil duzentos e cinco reais).

Lages, 21 de Fevereiro de 2014.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages, SC

Extrato de Contrato Nº15/2014 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 15/2014

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC. CONTRATADA, MARCIA DA CUNHA VENTURA -ME, inscrita no CNPJ sob n.º 04.498.706/0001-86, com sede à Rua Juscelino Kubitschek, 2510 B: Maria Luiza – Lages/SC.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

Aquisição de Artefatos de Concreto, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. – SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos.

3 CLÁUSULA SEGUNDA: DO(S) PRAZO(S).

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s), Em até 30 (trinta) dias a contar da data da solicitação da ETA – Estação de Tratamento de Água, na, Av 1º de Maio, nº 1700, B: Popular.

4 CLÁUSULA TERCEIRA: DO(S) PREÇO(S).

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 107.750,00 (cento e sete mil setecentos e cinquenta reais).

Lages, 21 de Fevereiro de 2014.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages, SC

Extrato de Contrato Nº16/2014 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 16/2014

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA, MBC SERVIÇOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 15.357.495/0001-88, com sede à Rua Vergílio Godinho, 496 –Bairro Brusque - Lages/SC.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

Contratação de Empresa de

Engenharia, para Instalação, Substituição e Deslocamento de Hidrômetros, para – SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos.

3 CLÁUSULA SEGUNDA: DO(S) PRAZO(S).

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução do Serviço Solicitado, 12 (doze) meses a contar da data(s) da assinatura da ordem de Serviços.

5.3 De Entrega: Os serviços serão medidos conforme sua execução e sempre de acordo com as condições prescritas no Edital e demais documentos que o constituem;

4 CLÁUSULA TERCEIRA: DO(S) PREÇO(S).

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 608.100,00 (seiscentos e oito mil e cem reais).

Lages, 10 de Fevereiro de 2014.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages, SC

Extrato de Contrato Nº 002/2014 FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: CONTRATO 002/2014 FMAS

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC – CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: MARIA DA GRAÇA GONÇAVES E SOUZA, inscrita no CPF sob o n.º 179.173.529-00, RG nº 255.667 com sede à Rua Estrada Manoel Leôncio de Souza Brito nº 4.657 – Bairro Vargem Pequena – Florianópolis/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a locação de um Imóvel sito a Rua Frei Gabriel, 848 – Centro na cidade de Lages, que servirá para o Centro POP e Serviço de Acolhimento para pessoas em Situação de Rua, com terreno de 708m² e 31 cômodos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

O prazo e vigência do contrato serão pelo período de 26/02/2014 a 31/12/2014, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O valor da locação será R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensais, durante o prazo do contrato.

Lages, 26 de Fevereiro de 2014.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

CÂMARA MUNICIPAL**Editais Nº 005/2014**

EDITAL Nº. 005/2014

Anilton Freitas, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 2545/1999, fará realizar Audiência Pública, conforme segue:

Data: 10/04/2013 (quinta-feira)

Horário: 19:00 horas

Pauta: DISCUSSÃO SOBRE PISTA DO ARRANCADÃO

Local: Plenário Nereu Ramos (Câmara Vereadores Lages)

Inscrições: até o início dos trabalhos.

Obs.: Maiores informações na secretaria da casa ou no site

www.camaralages.sc.gov.br.

Lages, 25 de março de 2014.

ANILTON FREITAS

Presidente

Lauro Muller**PREFEITURA****Retificação de Publicação Edital de Pregão Presencial Nº41/2014 - Pmlm**

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº41/2014 - PMLM

PROCESSO Nº41/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.º 10.520/02 e demais legislações competentes, que houveram alteração no presente edital reverente ao item 8.3, que vira a ser realizado no dia 8 de abril de 2014 às 13:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, se reunirá com a finalidade de receber propostas para a contratação de empresa do ramo pertinente, para prestação de serviços jurídicos para efetuar levantamentos de dados, auditá-los, apontar com precisão os possíveis valores pagos indevidamente e consequentemente proceder a compensação com tributos da mesma espécie, em que o Município paga mensalmente ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, em conformidade com as Leis 10.520/02, 8.666/93 e alterações posteriores, disposições deste instrumento. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 28 de março de 2014.

ALAN CROSETTA

Pregoeiro Municipal

Decreto Nº 031/2014

DECRETO Nº 031/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Lauro Muller, e em conformidade ao art. 1º, §3º, inc. IV, da Lei Municipal nº 1.748/2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a tarifa pelo serviço de remoção, guarda e depósito dos veículos automotores apreendidos e retirados de circulação por infração à legislação de trânsito, nas vias públicas abertas e de livre circulação deste Município, na forma da tabela abaixo:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE DE COBRANÇA
Diária pela estadia de motocicletas, em depósito.	02 UFRM*
Diária pela estadia de automóveis, em depósito.	02 UFRM*
Diária pela estadia de utilitários e caminhonetes, em depósito.	03 UFRM*
Diária pela estadia de ônibus, caminhões e/ou veículos de grande porte, em depósito.	03 UFRM*

Serviço de remoção por guincho (motocicletas; automóveis; utilitários; caminhonetes e/ou outros veículos de pequeno porte)	9,26 UFRM*
- deslocamento, até 10 (dez) quilômetros	0,27 UFRM* por km rodado
- deslocamento acima de 10 (dez) quilômetros	*Caso o guincho precise ficar parado executando o serviço será cobrado 18,52 UFRM/hora
Serviço de remoção por guincho (ônibus, caminhões e/ou outros veículos de grande porte)	55,56 UFRM*
- deslocamento, até 10 (dez) quilômetros	0,74 UFRM* por km rodado
- deslocamento acima de 10 (dez) quilômetros	*Caso o guincho precise ficar parado executando o serviço será cobrado 22,25 UFRM/hora

* Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM. Valor da UFRM para março/2014 - R\$ 5,399133.

Art. 2º - Os valores máximos a serem cobrados dos proprietários/usuários, exclusivamente na rede bancária, pelos serviços de remoção, guarda e depósito dos veículos, são os constantes do artigo anterior, que serão reajustados mensalmente em conformidade com o praticado para a UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal), de acordo com a legislação municipal aplicável.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 27 DE MARÇO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO PRESENCIAL Nº12/2014 - FMS

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO PRESENCIAL Nº12/2014 - FMS
PROCESSO Nº12/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 24 de abril de 2014 às 10:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, se reunirá com a finalidade de receber propostas para contratação de empresas do ramo pertinente, contratação de empresas do ramo pertinente para execução das obras de REFORMA Unidade de Saúde da Família Antônio Leopoldino no distrito de Guatá, no Município de LAURO MULLER/SC, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas nas planilhas orçamentárias e memoriais descritivos, em conformidade com as Leis 10.520/02, 8.666/93 e alterações posteriores, disposições deste instrumento. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 28 de março de 2014.

ALAN CROSETTA

Pregoeiro Municipal

Lebon Régis

PREFEITURA

Aviso de Licitação

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO 19/2014

O Município de Lebon Régis-SC torna público que às 14:10h do dia 14/04/2014 realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial, para contratação de empresa especializada para implantação, capacitação e fornecimento de licença de uso temporária de sistema de gestão pública com acesso simultâneo para usuários da administração que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e serviços técnicos correlatos, descritos no edital. Maiores informações no Setor de Compras e Licitações ou pelo e-mail: licitações@lebonregis.sc.gov.br ou fone (49) 3247 0188.

ADAIR DA SILVA MATTOS

Pregoeiro.

Lebon Régis, 28 de março de 2014.

Edital de Credenciamento

Edital de Credenciamento Nº01/2014

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEBON RÉGIS

Processo de Inexigibilidade de Licitação n. 01/2013

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Lebon Régis/SC, representado por seu Gestor torna público que está aberto o CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas interessadas na prestação de serviços médicos, na área de Obstetrícia/ginecologia, pediatria, ortopedia e fonoaudiologia, para os pacientes que necessitarem. Demais informações conforme edital. O credenciamento poderá ser realizado no decorrer do ano de 2014, a qualquer momento e desde que atendidas às exigências do Edital. Obtenção do edital no site da prefeitura: www.lebonregis.sc.gov.br ou diretamente no Setor de Licitações da Prefeitura em horário de expediente. Maiores informações pelo fone/fax: (49) 3247-0188.

Lebon Régis, 28 de março de 2014.

FRANCISCO JUCELINO RIBEIRO

Secretário de Saúde.

Leoberto Leal

PREFEITURA

Decreto N.º 028/2014

DECRETO Nº 028, DE 27 DE MARÇO DE 2014.

Acrescenta Representante da Sociedade Civil no Artigo 1º inciso II do Decreto Nº 007 de 29 de Janeiro de 2014 do Conselho Municipal de Acompanhamento e Avaliação do Programa Prefeito Amigo da Criança.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, que se faz necessário mais um representante da Sociedade Civil, para o Conselho Municipal de Acompanhamento e Avaliação do Programa Prefeito Amigo da Criança;

DECRETA:

Art. 1º O Artigo 1º inciso II do Decreto Nº 007 de 29 de Janeiro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

II– Representantes da Sociedade Civil:

Cricila Aparecida Hilleshenn – Conselho Tutelar (Cargo: Conselheira Tutelar);

Andréia Aparecida Eger Hamm – Câmara Municipal de Vereadores (Cargo: Secretária Executiva);

Lauro Rocha de Aguiar – Escola de Educação Básica Bertino Silva (Cargo: Membro da APP da Escola);

Renata Schumhacher Muller – Escola de Educação Básica Bertino Silva (Cargo: Professora);

Eliza Henckel Kreusch – Conselho Tutelar (Cargo: Conselheira Tutelar);

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal/SC, 27 de Março de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Resultado da Fase de Habilitação - Tomada de Preços 03/2014

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2014

RESULTADO DA FASE DE HABILITAÇÃO

Após análise da documentação apresentada, as proponentes Asscon-PP Assessoria Pública e Privada EIRELI, e Fábio da Rosa Castanho & Cia Ltda, foram declaradas habilitadas, pois atenderam a todos os requisitos exigidos no edital para a fase de habilitação. Tendo em vista que nenhuma das licitantes, apresentou termo de renúncia do direito de interpor recurso, contra a decisão da comissão permanente de licitações, que julgou os documentos de habilitação, fica aberto o prazo de cinco dias úteis, a contar desta publicação, para a eventual interposição de recurso pelas empresas

participantes. Não havendo a interposição de nenhum recurso, fica desde já, marcada para o dia 07 de abril de dois mil e quatorze, às quatorze horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, a sessão pública para abertura e julgamento dos envelopes nº 02 – proposta técnica, das licitantes habilitadas. Neste mesmo local, no horário de expediente, poderão ser obtidas demais informações, ou pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 28 de março de 2014.

Comissão Permanente de Licitações

Luzerna

PREFEITURA

Decreto 1775

DECRETO Nº 1775 de 28 de março de 2014.

"NOMEIA A COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE LUZERNA/COMEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 4º da Lei nº 053 de 22.08.1997,

DECRETA:

Art.1º- A COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE LUZERNA/COMEL, na forma do art. 5º da Lei nº 053 de 22.08.97, fica assim constituída:

VANDERLEI STOFFEL

SÉRGIO SCHEURMANN

NELCINDO KRUG

LUIS VALNIR BERKEMBROCK

EVERTON KRUG

Art.2º-As atividades exercidas pelos membros da Comissão não serão remuneradas em razão de sua relevância social.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 28 de março de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Mafra

PREFEITURA

Reabertura do Edital de Credenciamento Nº 001/2013

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2013

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando reabertura dos prazos para CREDENCIAMENTO de estabelecimentos prestadores de serviços especializados na área de saúde para realização de exames laboratoriais de análises clínicas, ao preço Tabela SUS, destinados as Unidades de Saúde, de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS). Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos de 18 de março de 2014 até o dia 17 de abril de 2014, no Departamento de Licitações. Base legal: Lei Federal nº 8.666/93. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 28 de março de 2014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 022/2014

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de pneus para viaturas da Polícia Militar, com recursos do FUMMPOM, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 11/04/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 28 de março de 2014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE FABIANO MAURÍCIO KALIL
Prefeito Municipal Pregoeiro Municipal

Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 030/2014

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de peças e contratação de mão de obra mecânica e elétrica, destinadas ao conserto do veículo Palio week trekking placas MLV-1759 e Motocicletas de placas MIE-1213 e MIE-2023 da Polícia Militar, com recursos do FUM-POM, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14:00hr do dia 11/04/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 28 de março de 2014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE FABIANO MAURÍCIO KALIL
Prefeito Municipal Pregoeiro Municipal

Edital de Pregão Presencial Nº 041/2014

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de peças destinadas a reativação da Usina de Asfalto Municipal, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14:00hr do dia 14/04/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 28 de março de 2014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE FABIANO MAURÍCIO KALIL
Prefeito Municipal Pregoeiro Municipal

Nova Data de Abertura - Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 032/2014

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2014
(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao Departamento de Saúde Mental, através do Fundo Municipal de Saúde, com recursos da C.C. 21900-2 BB, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA, pelo período de 12 meses. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 15/04/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e

suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafrá (SC), 28 de março de 2014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE JÉSSICA SCHMITZ
Prefeito Municipal Pregoeira Municipal

Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 045/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada para serviço de sonorização em eventos, através da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14:00hr do dia 15/04/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafrá (SC), 28 de março de 2014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE FABIANO MAURÍCIO KALIL
Prefeito Municipal Pregoeiro Municipal

Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 048/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de Água Mineral, destinados para realização dos Eventos Esportivos, Através da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 16/04/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafrá (SC), 28 de março de 2014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE JÉSSICA SCHMITZ
Prefeito Municipal Pregoeira Municipal

Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 034/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de Medalhas e Troféus, destinado a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14:00hr do dia 16/04/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafrá (SC), 28 de março de 2014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE FABIANO MAURÍCIO KALIL
Prefeito Municipal Pregoeiro Municipal

Edital de Pregão Presencial Nº 037/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para contratação de serviços especializados de auditoria nos Recursos Humanos (folha de pagamento), objetivando análise de conformidade na gestão de pessoal da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Mafrá e das Entidades Autárquicas e Fundacionais, nos anos de 2011 a 2013, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 17/04/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafrá (SC), 28 de março de 2014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE FABIANO MAURÍCIO KALIL
Prefeito Municipal Pregoeiro Municipal

Editais de Pregão Presencial Nº 040/2014

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de Equipamento para Demarcação Viária Horizontal, destinado ao Departamento de Trânsito, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 22/04/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 28 de março de 2014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE FABIANO MAURÍCIO KALIL
Prefeito Municipal Pregoeiro Municipal

Editais de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 047/2014

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de filtros e elementos filtrantes, destinados aos veículos e maquinários pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14:00hr do dia 22/04/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 28 de março de 2014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE FABIANO MAURÍCIO KALIL
Prefeito Municipal Pregoeiro Municipal

Editais de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 035/2014

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para contratação de serviços de mão de obra

mecânica e elétrica para manutenção de viaturas, destinado ao Corpo de Bombeiros Militar, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 23/04/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 28 de março de 2014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE FABIANO MAURÍCIO KALIL
Prefeito Municipal Pregoeiro Municipal

Editais de Pregão Presencial Nº 039/2014

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de veículo STATION WAGON 0 KM, destinado a equipe de topografia e cartografia, através COMSAB com recursos do FUNSAB, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14:00hr do dia 23/04/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 28 de março de 2014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE JÉSSICA SCHMITZ
Prefeito Municipal Pregoeira Municipal

Editais de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 038/2014

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de veículos 0 km destinados a Vigilância Sanitária, CAPS e Atenção Básica dos Programas da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal da Saúde, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 24/04/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de

funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 28 de março de 2014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE FABIANO MAURÍCIO KALIL
Prefeito Municipal Pregoeiro Municipal

Sala das Sessões, em 26 de março de 2014.
VER. JOÃO ACIR PETTERS PADILHA
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 04/2014

RESOLUÇÃO Nº 04/2014

26 de março de 2014

ALTERA O ART. 33, O §3º AO ART. 29 E ACRESCE O ART. 213-A DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA.

O Vereador João Acir Petters Padilha, Presidente da Câmara de Vereadores de Maфра, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 32, inciso II da Lei Orgânica do Município de Maфра e demais atribuições regimentais,

Art. 1º - O §3º do art. 29 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Maфра, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29 - [...]

§ 3º - Os membros das Comissões Permanentes exercerão suas funções até o término de cada ano da Legislatura para o qual tenham sido eleitos.

Art. 2º - O art. 33 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 33 - A constituição das Comissões Permanentes far-se-á na fase destinada à Ordem do Dia da primeira Reunião Ordinária do ano”.

Art. 3º - Fica acrescido o art. 213-A ao Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Maфра com a seguinte redação:

“Art. 213-A. No ano de 2014 as Comissões Permanentes serão definidas por votação ou indicação em reunião ordinária no dia 31 de março de 2014, com validade até 31 de dezembro de 2014.”

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de março de 2014.

VER. JOÃO ACIR PETTERS PADILHA
Presidente

Emenda À Lei Orgânica Municipal Nº 01/2014

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 01/2014

26 de março de 2014

ALTERA O ART. 24 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE MAFRA

VEREADOR JOÃO ACIR PETTERS PADILHA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Emenda à Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º - A Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 24 - A sessão legislativa anual desenvolve-se de 2 de fevereiro a 17 de julho, e de 1º de agosto a 17 de dezembro, independentemente de convocação”.

Art. 2º - Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maravilha

PREFEITURA

Anexos LRF

PÁGINA: 1 DE 7
28/03/2014 17:01

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO						
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			%
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(c)=(b/a)x100	
1-RECEITAS DE IMPOSTOS	7.280.000,00	7.280.000,00	1.216.849,99	1.216.849,99	16,71	
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.520.000,00	1.520.000,00	214.965,04	214.965,04	14,14	
1.1.1-IPTU	1.400.000,00	1.400.000,00	222.354,79	222.354,79	15,88	
1.1.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	-	-	-	-	-	
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	120.000,00	120.000,00	24.853,53	24.853,53	20,71	
1.1.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	-	-	-	-	-	
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	-	-	32.243,28	32.243,28	-	
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.800.000,00	1.800.000,00	237.912,19	237.912,19	13,22	
1.2.1-ITBI	1.800.000,00	1.800.000,00	237.912,19	237.912,19	13,22	
1.2.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	-	-	-	-	
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-	-	
1.2.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-	-	
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	-	-	-	-	-	
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.060.000,00	3.060.000,00	614.704,37	614.704,37	20,09	
1.3.1-ISS	3.000.000,00	3.000.000,00	606.458,04	606.458,04	20,22	
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	-	-	-	-	
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	60.000,00	60.000,00	9.993,91	9.993,91	16,66	
1.3.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	-	-	-	-	
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	-	-	1.747,58	1.747,58	-	
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	900.000,00	900.000,00	149.268,39	149.268,39	16,59	
1.4.1-IRRF	900.000,00	900.000,00	149.268,39	149.268,39	16,59	
1.4.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	-	-	-	-	
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-	-	
1.4.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-	-	
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	-	-	-	-	-	
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153 §4º, inciso III)	-	-	-	-	-	
1.5.1-ITR	-	-	-	-	-	
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	-	-	-	-	
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-	-	
1.5.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-	-	
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	-	-	-	-	-	

PÁGINA: 2 DE 7
28/03/2014 17:01

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)						R\$ 1,00
	RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
2.1-Cota-Parte FPM						
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b						
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d						
2.2-Cota-Parte ICMS						
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996						
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação						
2.5-Cota-Parte ITR						
2.6-Cota-Parte IPVA						
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro						
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)		37.352.000,00	37.352.000,00	6.445.791,60	6.445.791,60	17,26

PÁGINA: 3 DE 7
28/03/2014 17:01

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-	-
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.425.000,00	1.425.000,00	165.535,95	165.535,95	11,62	-
5.1 - Transferências do Salário-Educação	1.000.000,00	1.000.000,00	125.330,27	125.330,27	12,53	-
5.2 - Outras Transferências do FNDE	425.000,00	425.000,00	40.205,68	40.205,68	9,46	-
5.3 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	-	-	-	-	-
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	-	-	-	-	-
6.1 - Transferências de Convênios	-	-	-	-	-	-
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	-	-	-	-	-
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-	-
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	300.000,00	300.000,00	-	-	-	-
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	1.725.000,00	1.725.000,00	165.535,95	165.535,95	9,60	-

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	6.014.400,00	6.014.400,00	1.044.168,85	1.044.168,85	17,36	-
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.1.1)	2.600.000,00	2.600.000,00	492.009,64	492.009,64	18,92	-
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.2)	2.800.000,00	2.800.000,00	481.101,35	481.101,35	17,18	-
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.3)	14.000,00	14.000,00	2.045,60	2.045,60	14,61	-
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.4)	40.000,00	40.000,00	4.458,53	4.458,53	11,15	-
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecado Destinados ao FUNDEB-(0% de 2.5)	400,00	400,00	13,22	13,22	3,31	-
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.6)	560.000,00	560.000,00	64.540,51	64.540,51	11,53	-
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	8.000.000,00	8.000.000,00	1.350.530,83	1.350.530,83	16,88	-
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	8.000.000,00	8.000.000,00	1.350.530,83	1.350.530,83	16,88	-
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-	-	-	-
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	-	-
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10)¹	1.985.600,00	1.985.600,00	306.361,98	306.361,98	15,43	-

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	
					(f)=(e/d)x100
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	7.600.000,00	7.600.000,00	1.154.634,84	1.154.634,84	15,19
13.1-Com Educação Infantil	3.600.000,00	3.600.000,00	578.660,95	578.660,95	16,07
13.2-Com Ensino Fundamental	4.000.000,00	4.000.000,00	575.973,89	575.973,89	14,40
14-OUTRAS DESPESAS	400.000,00	400.000,00	21.737,06	21.737,06	5,43
14.1-Com Educação Infantil	200.000,00	200.000,00	-	-	-
14.2-Com Ensino Fundamental	200.000,00	200.000,00	21.737,06	21.737,06	10,87
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)	8.000.000,00	8.000.000,00	1.176.371,90	1.176.371,90	14,70
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					
					VALOR
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					-
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB					-
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)					-
19-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL¹ ((13-18)/(11)x100)%					85,49
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					
					VALOR
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					-713,00
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014²					

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	9.338.000,00	9.338.000,00	1.611.447,90	1.611.447,90	17,26
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	6.093.360,00	6.093.360,00	799.459,52	799.459,52	13,12
23.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.800.000,00	3.800.000,00	578.660,95	578.660,95	15,23
23.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.293.360,00	2.293.360,00	220.798,57	220.798,57	9,63
24-ENSINO FUNDAMENTAL	5.960.000,00	5.960.000,00	878.507,72	878.507,72	14,74
24.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.200.000,00	4.200.000,00	597.710,95	597.710,95	14,23
24.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.760.000,00	1.760.000,00	280.796,77	280.796,77	15,95
25-ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-
26-ENSINO SUPERIOR	-	-	-	-	-
27-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-	-
28-OUTRAS	-	-	-	-	-
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	12.053.360,00	12.053.360,00	1.677.967,24	1.677.967,24	13,92

PÁGINA: 6 DE 7
28/03/2014 17:01

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)	DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	R\$ 1,00
	VALOR	
30-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	306.361,98	
31-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	-	
32-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	-	
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	-	
34-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	-	
35-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4	-	
36-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)	-	
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)	306.361,98	
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23+24) - (37))	1.371.605,26	
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE 5 ((38)/(3)*100)%	21,28	

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	
					(f)=(e/d)*100
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	
41-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	1.000.000,00	1.000.000,00	62.268,46	62.268,46	6,23
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	
43-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	375.000,00	375.000,00	200,90	200,90	0,05
44-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	1.375.000,00	1.375.000,00	62.469,36	62.469,36	4,54
45-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	13.428.360,00	13.428.360,00	1.740.436,60	1.740.436,60	12,96
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2014 (g)		
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	-	-	-	-	-

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)		R\$ 1,00	
	FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
		FUNDEF	FUNDEF
		(h)	
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		-	
48-(+)INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.350.530,83	
49-(-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		1.097.916,15	
50-(+)RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		-	
51-(-)SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		252.614,68	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 28/Mar/2014, 17h e 00m.

¹Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

²Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³Caput do artigo 212 da CF/1988.

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 121.V.

ROSIMAR WALDANER CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI ADRIANA DIAS
Prefeita Municipal Contador CRC/SC 22.406/O-0 Controle Interno

Massaranduba

PREFEITURA

Editais de Pregão Presencial Nº. 04/2014 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 08/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2014 - FMS

TIPO: REGISTRO DE PREÇO - POR ITEM

1 - PREÂMBULO:

1.1. O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela Portaria nº. 346/2014, em 10 de fevereiro de 2014, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, com adjudicação por item, visando o fornecimento de diversos materiais odontológicos, equipamentos e descartáveis destinados para atendimento de pacientes nos consultórios odontológicos dos Postos de Saúde do Município de Massaranduba (SC).

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Documentação e os Anexos V - Credenciamento e VI - Modelo de Declaração para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo, a saber:

a) Data: 15/04/2014

b) Local: Prefeitura Municipal de Massaranduba, sito à Rua 11 de Novembro, 2765 – Bairro Centro - Massaranduba (SC)

c) Horário para a entrega dos envelopes (Habilitação e Propostas): até às 08:00 horas, no Setor de Licitações

d) Horário para credenciamento e abertura dos envelopes: às 08:30 horas na sala de reuniões anexa ao Gabinete do Prefeito.

2 - OBJETO:

2.1. Constitui objeto desta licitação, a seleção de propostas, visando o fornecimento de diversos materiais odontológicos, equipamentos e descartáveis destinados para atendimento de pacientes nos consultórios odontológicos dos Postos de Saúde do Município de Massaranduba (SC), conforme especificações, quantidades e data de entrega estipulados no ANEXO II, deste edital.

E para que ninguém alegue desconhecimento, é o presente Edital publicado em resumo no DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios de SC, no Mural Público e Site da Prefeitura, e ainda disponibilizado na íntegra no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Massaranduba - SC.

Massaranduba (SC), em 25 de Março de 2014.

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

ANNA KARINE REINKE FRANZ

Gestora dos Fundos Municipais

Meleiro

PREFEITURA

Portaria Nº 117/2014

PORTARIA nº 117/2014

TRATA DA EXONERAÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei 1488/2011, de 16 de Fevereiro de 2011, Lei nº 1505/2011, de 20 Julho de 2011, e Lei 1517/2011, de 06 Outubro de 2011, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido, a Senhora MARILÉIA VITORINO, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, exercendo suas atividades no CMD-CA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 390/2011.

Meleiro, 28 de Março de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria Nº 118/2014

PORTARIA nº 118/2014

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº. 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita MARIANA BORTOLUZZI PORTO, ocupante do cargo de Agente Administrativa, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias nº 164/2013 e nº 363/2013.

Meleiro, 28 de Março de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria Nº 119/2014

PORTARIA n.º 119/2014

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da Licença saúde, a servidora ANDREIA DUARTE DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 29/03/2014.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 005/2014.

Meleiro, 28 de Março de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo**PREFEITURA****Extrato de Contrato**

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Contrato Administrativo n. 015/2014

Contratado>Comércio de Bebidas Frandoloso - EPP

Valor: R\$6.334,50

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato administrativo n. 015/2014, com o objetivo na aquisição de mercadorias para a administração Municipal no Município de Modelo – SC, no período de 01 de abril a 31 de dezembro de 2014.

Modelo (SC), 28 de março de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Portaria Nº 062/2014

PORTARIA Nº 062/2014 de 28.03.2014

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADO NO PROCESSO SELETIVO EDITAL 001/2014, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei 1.513/2002 e Edital de Processo Seletivo 001/2014 do Município de Modelo – SC, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocado para contratação e posse no cargo de Motorista, o Sr. GELSON SIMAO, aprovado no Processo Seletivo nº 001/2014 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo com a respectiva carga horária de 40 Horas semanais, observadas as determinações legais do cargo.

Art. 2º - O aprovado citado nesta Portaria e obedecida à ordem de classificação, deverá apresentar-se no prazo de 05 (cinco) dias a contar de 31.03.2014 para manifestação de interesse.

Art. 3º - Não havendo interesse, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, sendo que este poderá requerer a colocação ao final da lista dos aprovados ou manifestar a desistência da vaga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 28 de março de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

CHEFE DE SETOR

Ciente em: ____ / ____ / ____ .

GELSON SIMAO

Decreto Nº 075/2014

DECRETO Nº 075/2014 DE 05.03.2014.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.513/2002, 1.386/99, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.079/2013, em especial em atendimento as disposições do art. 2º, § 1º da Lei Municipal 1.386/99, e ainda:

Considerando o Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal de Educação a Professora, na forma e nas condições abaixo relacionado:

SERVIDORA: MARIANE DALA CORTI BAUERMANN	
CPF: 050.620.259-31 RG nº 7.196.752	
CARGO	Professora Ensino Superior – ACT – Admitida em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público
LOTAÇÃO	ERM Profª Griseldi Maria Muller
TURMA	1º, 2º e 3º Ano
CARGA HORÁRIA	20 horas semanais
TURNO	Matutino e Vespertino

NÍVEL	Nível 4 Letra "A"
JUSTIFICATIVA E ORIGEM DA VAGA	Professora titular no cargo requereu exoneração. Garantia da hora atividade do Professor Regente, conforme Art. 47 da Lei Municipal nº 1.347/1998. Vaga Excedente.
VIGÊNCIA CONTRATO	05.03.2014 a 19.12.2014

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 05 de março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

Decreto Nº 076/2014

DECRETO Nº 076/2014 DE 05.03.2014.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR ACT - ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.513/2002, 1.386/99, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.079/2013, em especial em atendimento as disposições do art. 2º, § 1º da Lei Municipal 1.386/99, e ainda:

Considerando o Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratado, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal de Educação, o Professor, na forma e nas condições abaixo relacionado:

SERVIDOR: TIAGO ANTONIO WAGNER	
CPF: 071.086.939-84 RG nº 4.653.348	
CARGO	Professor Ensino Superior – ACT – Admitido em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público
LOTAÇÃO	Centro de Educação Infantil Pequeno Lar
TURMA	Berçário I a Maternal II
CARGA HORÁRIA	20 horas semanais
TURNO	Vespertino
NÍVEL	Nível 4 Letra "A"
JUSTIFICATIVA E ORIGEM DA VAGA	Professora titular no cargo Viviane Cunico Carneiro está afastada em Licença Gestante de 19.02.2014 a 17.08.2014. Vaga Vinculada.
VIGÊNCIA CONTRATO	05.03.2014 a 17.08.2014

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 05 de março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

Decreto Nº 077/2014

DECRETO Nº 077/2014 DE 05.03.2014.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.513/2002, 1.386/99, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.079/2013, em especial em atendimento as disposições do art. 2º, § 1º da Lei Municipal 1.386/99, e ainda:

Considerando o Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal de Educação a Professora, na forma e nas condições abaixo relacionado:

SERVIDORA: SIRLEI MARINS DA COSTA	
CPF: 030.952.899-28 RG nº 3.238.369	
CARGO	Professora Ensino Superior – ACT – Admitida em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público
LOTAÇÃO	Centro de Educação Infantil Pequeno Lar
TURMA	Maternal I 1
CARGA HORÁRIA	20 horas semanais
TURNO	Vespertino
NÍVEL	Nível 4 Letra "A"
JUSTIFICATIVA E ORIGEM DA VAGA	Professora titular no cargo Ione Trevisan designada para Cargo em Comissão. Vaga Excedente.
VIGÊNCIA CONTRATO	05.03.2014 a 19.12.2014

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 05 de março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

Decreto Nº 078/2014

DECRETO Nº 078/2014 DE 05.03.2014.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.513/2002, 1.386/99, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.079/2013, em especial em atendimento as disposições do art. 2º, § 1º da Lei Municipal 1.386/99, e ainda:

Considerando o Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal de Educação a Professora, na forma e nas condições abaixo relacionado:

SERVIDORA: MAGALI CARMEN SIGNOR CPF: 767.615.509-63 RG nº 1.835.842-0	
CARGO	Professora Ensino Superior – ACT – Admitida em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público
LOTAÇÃO	Centro de Educação Infantil Pequeno Lar
TURMA	Maternal I 1
CARGA HORÁRIA	20 horas semanais
TURNO	Matutino
NÍVEL	Nível 4 Letra "A"
JUSTIFICATIVA E ORIGEM DA VAGA	Professora titular no cargo Lovani Baron designada para coordenação da Educação Infantil. Vaga Vinculada.
VIGÊNCIA CONTRATO	05.03.2014 a 19.12.2014

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 05 de março de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

Decreto Nº 079/2014

DECRETO Nº 079/2014 DE 05.03.2014.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.513/2002, 1.386/99, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.079/2013, em especial em atendimento as disposições do art. 2º, § 1º da Lei Municipal

1.386/99, e ainda:

Considerando o Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal de Educação a Professora, na forma e nas condições abaixo relacionado:

SERVIDORA: VIVIANE BALDIN CPF: 021.592.809-17 RG nº 12C 3.372.916	
CARGO	Professora Ensino Superior – ACT – Admitida em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público
LOTAÇÃO	Centro de Educação Infantil Pequeno Lar
TURMA	Maternal II 2
CARGA HORÁRIA	20 horas semanais
TURNO	Vespertino
NÍVEL	Nível 4 Letra "A"
JUSTIFICATIVA E ORIGEM DA VAGA	Professora titular no cargo Maristella Barro requereu exoneração. Vaga aberta até ocorrer novo Concurso Público - Excedente.
VIGÊNCIA CONTRATO	05.03.2014 a 19.12.2014

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 05 de março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

Decreto Nº 080/2014

DECRETO Nº 080/2014 DE 05.03.2014.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.513/2002, 1.386/99, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.079/2013, em especial em atendimento as disposições do art. 2º, § 1º da Lei Municipal 1.386/99, e ainda:

Considerando o Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal de Educação a Professora, na forma e nas condições abaixo relacionado:

SERVIDORA: ROSANE CRISTINA JACOBY CPF: 005.372.739-80 RG nº 3.921.720	
CARGO	Professora Ensino Superior – ACT – Admitida em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público
LOTAÇÃO	Jardim de Infância Cantinho Alegre
TURMA	Maternal III 2
CARGA HORÁRIA	20 horas semanais
TURNO	Vespertino
NÍVEL	Nível 4 Letra "A"
JUSTIFICATIVA E ORIGEM DA VAGA	Professora titular no cargo Lovani Baron designada para coordenação da Educação Infantil. Vaga Excedente.
VIGÊNCIA CONTRATO	05.03.2014 a 19.12.2014

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 05 de março de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

Decreto Nº 081/2014

DECRETO Nº 081/2014 DE 05.03.2014.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.513/2002, 1.386/99, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.079/2013, em especial em atendimento as disposições do art. 2º, § 1º da Lei Municipal 1.386/99, e ainda:

Considerando o Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal de Educação a Professora, na forma e nas condições abaixo relacionado:

SERVIDORA: MARLI LIANE KRAEMER HASLINGER CPF: 767.618.519-04 RG nº 2.432.020	
CARGO	Professora Ensino Superior – ACT – Admitida em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público
LOTAÇÃO	Centro de Educação Infantil Pequeno Lar
TURMA	Maternal II 2
CARGA HORÁRIA	20 horas semanais
TURNO	Matutino

NÍVEL	Nível 4 Letra "A"
JUSTIFICATIVA E ORIGEM DA VAGA	Professora titular no cargo Maristella Barro requereu exoneração. Vaga aberta até ocorrer novo Concurso Público - Excedente.
VIGÊNCIA CONTRATO	05.03.2014 a 19.12.2014

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 05 de março de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

Decreto Nº 082/2014

DECRETO Nº 082/2014 DE 06.03.2014.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.513/2002, 1.386/99, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.079/2013, em especial em atendimento as disposições do art. 2º, § 1º da Lei Municipal 1.386/99, e ainda:

Considerando o Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal de Educação a Professora, na forma e nas condições abaixo relacionado:

SERVIDORA: MARIANE DALA CORTI BAUERMANN CPF: 050.620.259-31 RG nº 7.196.752	
CARGO	Professora Ensino Superior – ACT – Admitida em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público
LOTAÇÃO	Centro de Educação Infantil Pequeno Lar
TURMA	Berçário a Maternal
CARGA HORÁRIA	10 horas semanais
TURNO	Matutino e Vespertino
NÍVEL	Nível 4 Letra "A"
JUSTIFICATIVA E ORIGEM DA VAGA	Garantia da hora atividade do Professor Regente, conforme Art. 47 da Lei Municipal nº 1.347/1998. Vaga Excedente.
VIGÊNCIA CONTRATO	06.03.2014 a 19.12.2014

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 06 de março de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Chefe de Setor

Decreto Nº 083/2014

DECRETO Nº 083/2014 de 06.03.2014.

DISPÕE SOBRE A READAPTAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, KATIA REGINA SCHLOSSER, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei 971/90 e Reforma Administrativa, e em especial com o disposto na Seção VII da Lei Municipal 1.513/2002, e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando os requerimentos/atestados efetuados pelos médicos especialistas à Servidora solicitando readaptação por um prazo de 12 (Doze) meses,

DECRETA:

Art.1º - Fica readaptada temporariamente, por motivo de saúde, a Sra. KATIA REGINA SCHLOSSER ocupante do cargo de Professora Ensino Superior, lotada no Departamento Municipal de Educação, a partir de 05.03.2014 até 31.12.2014 para auxiliar nas tarefas administrativas, trabalhos manuais e de decoração e demais atividades necessárias no atendimento do interesse público que não exijam o uso constante da voz.

Parágrafo Único: Fica assegurado à servidora o vencimento correspondente ao cargo de Professora que ocupava.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05.03.2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 06 de março de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na Data Supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Chefe de Setor

Decreto Nº 087/2014

DECRETO Nº 087/2014 DE 11.03.2014.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.513/2002, 1.386/99, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.079/2013, em especial em

atendimento as disposições do art. 2º, § 1º da Lei Municipal 1.386/99, e ainda:

Considerando o Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal de Educação a Professora, na forma e nas condições abaixo relacionado:

SERVIDORA: ELIZANDRA KOMINKIEWICZ

CPF: 061.172.179-19 RG nº 4.971.671-9

CARGO	Professora Ensino Superior – ACT – Admitida em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público
LOTAÇÃO	Jardim de Infância Cantinho Alegre
TURMA	Maternal, Pré I, Pré II
CARGA HORÁRIA	20 horas semanais
TURNO	Matutino
NÍVEL	Nível 4 Letra "A"
JUSTIFICATIVA E ORIGEM DA VAGA	Professora titular no cargo readaptada por motivo de saúde. Vaga Vinculada.
VIGÊNCIA CONTRATO	11.03.2014 a 19.06.2014

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 11 de março de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Chefe de Setor

Decreto Nº 088/2014

DECRETO Nº 088/2014 DE 11.03.2014.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.513/2002, 1.386/99, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.079/2013, em especial em atendimento as disposições do art. 2º, § 1º da Lei Municipal 1.386/99, e ainda:

Considerando o Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal de Educação a Professora, na forma e nas condições abaixo relacionado:

SERVIDORA: CRISTIANE FUZINATO CPF: 040.079.799-28 RG nº 4.910.750-0	
CARGO	Professora Ensino Superior – ACT – Admitida em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público
LOTAÇÃO	Jardim de Infância Cantinho Alegre
TURMA	Maternal, Pré I, Pré II
CARGA HORÁRIA	20 horas semanais
TURNO	Vespertino
NÍVEL	Nível 4 Letra "A"
JUSTIFICATIVA E ORIGEM DA VAGA	Professora titular no cargo readaptada por motivo de saúde. Vaga Vinculada.
VIGÊNCIA CONTRATO	11.03.2014 a 19.12.2014

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 11 de março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

Decreto Nº 089/2014

DECRETO Nº 089/2014 DE 11.03.2014.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.513/2002, 1.386/99, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.079/2013, em especial em atendimento as disposições do art. 2º, § 1º da Lei Municipal 1.386/99, e ainda:

Considerando o Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal de Educação a Professora, na forma e nas condições abaixo relacionado:

SERVIDORA: GIOMAR DOS SANTOS MEIRA CPF: 007.492.829-59 RG nº 3.220.175	
CARGO	Professora Ensino Superior – ACT – Admitida em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público
LOTAÇÃO	ERM Professora Griseldi Maria Muller
TURMA	4ª 42
CARGA HORÁRIA	20 horas semanais
TURNO	Vespertino
NÍVEL	Nível 4 Letra "A"

JUSTIFICATIVA E ORIGEM DA VAGA	Professora titular no cargo designada para coordenação do PNAIC. Vaga Vinculada.
VIGÊNCIA CONTRATO	11.03.2014 a 19.12.2014

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 11 de março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

Decreto Nº 090/2014

DECRETO Nº 090/2014 DE 11.03.2014

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SANDRA ZAMBONI PARA O CARGO DE PSICÓLOGA PSF ACT – ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, APROVADA NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, em especial de conformidade com a Lei Municipal 1.468/2001 e alterações subsequentes e demais normas relativas ao Programa de Saúde da Família – PSF/ACT – Admissão em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público e igualmente as leis municipais 971/90; 1.513/2002; 1.593/2005; 1.960/2010; e 2.079/2013, em especial Processo Seletivo nº 001/2014, Considerando a necessidade de manutenção do PSF – Programa Saúde da Família, no Município de Modelo – SC, conforme convênio com o Ministério da Saúde, havendo assim a necessidade do atendimento psicológico no quadro funcional,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. SANDRA ZAMBONI, portadora do CPF nº 549.865.670-04, RG nº 1045700943, no cargo de PSICÓLOGA – ACT/PSF – PROGRAMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, Admitida em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, com lotação no Departamento Municipal de Saúde, com designação para atendimento dos Municípios nas dependências do Centro de Saúde Municipal, conforme determinações do Programa, percebendo os vencimentos previstos em Lei Municipal.

Parágrafo Único – A Jornada de Trabalho será de 20 (vinte) horas semanais e será estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Saúde.

Art. 2º - A nomeação de que trata este decreto, poderá ser rescindida a qualquer tempo por iniciativa do Município e/ou do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais e não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressalvadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional.

Art. 3º - A vigência deste contrato é de 11.03.2014 a 19.12.2014, podendo ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 11 de março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:
FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

SANDRA ZAMBONI
Contratada

Decreto Nº 091/2014

Estado de Santa Catarina

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE GILSON HISTER PARA O CARGO DE MOTORISTA – ACT – ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, em especial de conformidade com a Lei Municipal 1.468/2001 e alterações subsequentes e demais normas relativas ao Programa de Saúde da Família – PSF/ACT – Admissão em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público e igualmente as leis municipais 971/90; 1.513/2002; 1.960/2010; e 2.079/2013, em especial Processo Seletivo nº 001/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratado o Sr. GILSON HISTER, portador do CPF nº 075.125.099-60, RG nº 4.843.034-0, no cargo de MOTORISTA, Admitido em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, com lotação no Departamento Municipal de Saúde, percebendo os vencimentos previstos em Lei Municipal.

Parágrafo Único – A Jornada de Trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais e será estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Saúde.

Art. 2º - A nomeação de que trata este decreto, poderá ser rescindida a qualquer tempo por iniciativa do Município e/ou do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais e não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressalvadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional.

Art. 3º - A vigência deste contrato é de 12.03.2014 a 19.12.2014, podendo ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 12 de março de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:
FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

GILSON HISTER
Contratado

Decreto Nº 103/2014

DECRETO Nº 0103/2014 DE 18.03.2014.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.513/2002, 1.386/99, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.079/2013, em especial em atendimento as disposições do art. 2º, § 1º da Lei Municipal 1.386/99, e ainda:

Considerando não haver aprovados no Processo Seletivo nº 001/2014 para o cargo de Professor Ensino Superior Informática Educativa,

Considerando a necessidade de atendimento aos alunos no Departamento Municipal de Educação,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal de Educação a Professora, na forma e nas condições abaixo relacionado:

SERVIDORA: ELIANE FATIMA HANAUER CHAVES CPF: 017.628.089-86 RG nº 2.997.570-0	
CARGO	Professora Ensino Superior - Informática Educativa – ACT – Admitida em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público
LOTAÇÃO	ERM Professora Griseldi Maria Muller
TURMA	1º ao 5º Ano
CARGA HORÁRIA	20 horas semanais
TURNO	Matutino/Vespertino
NÍVEL	Nível 4 Letra "A"
JUSTIFICATIVA E ORIGEM DA VAGA	Sem aprovados no Concurso Público. Vaga aberta até ocorrer novo Concurso. Garantia de hora atividade de Professor Regente, conforme Art. 47 da Lei Municipal nº 1.347/1998.
VIGÊNCIA CONTRATO	18.03.2014 a 19.12.2014

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 18 de março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:
FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

Decreto Nº 106/2014

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DE CONTRATO ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.513/2002, 1.386/99, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.079/2013, em especial em atendimento as disposições do art. 2º, § 1º da Lei Municipal 1.386/99, e ainda:

Considerando o pedido de rescisão do contrato apresentado pela Servidora,

DECRETA:

Art. 1º - Fica rescindido, a pedido, o contrato ACT – Admissão em Caráter Temporário, da Sra. MARLI LIANE KRAEMER HASLINGER, portadora do CPF nº 767.618.519-04, RG nº 2.432.020, das funções do cargo de Professor Ensino Superior deste município de Modelo/SC, a partir desta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, aos 21 de março de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

Decreto Nº 107/2014

DECRETO Nº 0107/2014 DE 21.03.2014.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.513/2002, 1.386/99, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.079/2013, em especial em atendimento as disposições do art. 2º, § 1º da Lei Municipal 1.386/99, e ainda:

Considerando o Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal de Educação a Professora, na forma e nas condições abaixo relacionado:

SERVIDORA: MICHELI CRISTIANE DA VEIGA KRIESER

CPF: 039.711.359-51 RG nº 4.402.953

CARGO

Professora Ensino Superior – ACT –
Admitida em Caráter Temporário de
Excepcional Interesse Público

LOTAÇÃO	Centro de Educação Infantil Pequeno Lar
TURMA	Maternal II 2
CARGA HORÁRIA	20 horas semanais
TURNO	Matutino
NÍVEL	Nível 4 Letra "A"
JUSTIFICATIVA E ORIGEM DA VAGA	Professora titular no cargo Maristella Barro requereu exoneração, na sequência a professora ACT Marli Haslinger requereu rescisão desta vaga. Vaga aberta até ocorrer novo Concurso Público - Excedente.
VIGÊNCIA CONTRATO	24.03.2014 a 19.12.2014

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 24.03.2014.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 21 de março de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

Monte Carlo

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº 22/2014

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO 22/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2014
REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Registro de preços para SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE MÁQUINAS PESADAS, conforme especificações constantes no Edital.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: até as 08:45 horas do dia 14/abril/2014;

ABERTURA: às 09:00 horas do dia 14/abril/2014.

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM – JULGAMENTO POR LOTE.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 25, nº 1551 – Centro HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-Mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 28 de Março de 2014
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal.

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Registro de Preços 044/2014

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 044/2014. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E GESTÃO EM TELECOMUNICAÇÕES PARA A PREFEITURA. Data: 04/04/2014 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município..

MICHEL ANTÔNIO MACCARI
Secretário de Finanças.

Extrato da Homologação do Pregão Presencial Para Registro de Preços 019/2014

Município de Morro da Fumaça. Extrato da homologação do Pregão Presencial para Registro de Preços 019/2014. A empresa Macromaq Equip. Rod. E Inds.ltda venceu o item 1: Pá Carregadeira no valor de R\$ 340.000,00,. Homologada em 05/02/2014.

MICHEL ANTÔNIO MACCARI
Secretário de Finanças.

Navegantes

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão Presencial 54/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2014 PMN
----RETIFICADO 28/032014----

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO, MELHORIAS E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Nova data da entrega dos envelopes: 10/04/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 10/04/2014 às 9:00 hs. Retificado: exigência de certificado Celesc, etc. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 28 de março de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

Aviso de Licitação Concorrência Nº 10/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
CONCORRENCIA Nº 10/2014 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES COM FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E TREINAMENTO OPERACIONAL PARA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, LOCALIZADA NO BAIRRO GRAVATÁ, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 30/04/2014 até às 8:50 hs. Abertura envelopes: 30/04/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 28 de março de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

Dispensa de Licitação 066/2014 - Retificado

Dispensa de Licitação 066/2014 – Retificado.
PROCESSO Nº 66/2014.

HOMOLOGAÇÃO: 10/03/2014.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.
OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM INFORMÁTICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM LICENÇA DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA ADMINISTRATIVA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

VALOR: R\$ 120.719,34 (cento e vinte mil setecentos e dezenove reais e trinta e quatro centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

Extrato Contratual 078/2014.

Extrato Contratual nº 078/2014.

Contrato Nº.: 078/2014..

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA.

Vigência : Início: 10/03/2014 Término: 08/07/2014.

Valor....: R\$ 120.719,34 (cento e vinte mil setecentos e dezenove reais e trinta e quatro centavos)

Licitação : DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 66/2014

Recursos : Dotação: 2.016 3.3.90.00.0000.00.

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM INFORMÁTICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM LICENÇA DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA ADMINISTRATIVA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, CONFORME DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 066/2014.

Extrato Contratual FMS 080/2014.

Extrato Contratual FMS nº 080/2014.

Contrato Nº.: 080/2014.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.

Contratada...: YCATU ENGENHERIA E SANEAMENTO S.A.

Vigência : Início: 17/03/2014 Término: 14/08/2014.

Valor....: R\$ 194.680,00 (cento e noventa e quatro mil seiscentos e oitenta reais).

Licitação : Concorrência FMS 61/2013.

Recursos : Dotação: 2.093 3.3.90.00.00.

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTOS DE EFLUENTES COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E TREINAMENTO OPERACIONAL PARA O HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, CONFORME CONCORRÊNCIA 61/213.

Extrato Ata de Registro de Preços 010/2014.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2014.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 010/2014, relativa ao Pregão Presencial nº 010/2014 - contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDIMENTO À PREFEITURA MUNICIPAL, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Fornecedor: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INFO. E ESCRI.LTDA.

Valor: R\$ 109.000,00 (cento e nove mil reais).

Fornecedor: DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI – EPP.

Valor: R\$ 2.658,50 (dois mil seiscentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos).

Fornecedor: ALEXANDRA DOS PASSOS – ME.

Valor: R\$ 14.718,00 (quatorze mil setecentos e dezoito reais).

Fornecedor: LINEAR IND. E COMÉRCIO LTDA EPP

Valor: R\$ 161.640,90 (cento e sessenta e um mil seiscentos e quarenta reais e noventa centavos).

Fornecedor: ELMO PAPELARIA LTDA - ME

Valor: R\$ 31.692,60 (trinta e um mil seiscentos e noventa e dois reais e sessenta centavos).

Vigência: 05/03/2015.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Extrato Ata de Registro de Preços FMS 058/2013

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 058/2013

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços FMS nº 058/2013, relativa ao Pregão Presencial FMS nº 058/2013 - contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:

Fornecedor: TAF DISTRIBUIDORA LTDA

Valor: R\$ 20.540,00 (vinte mil quinhentos e quarenta reais).

Fornecedor: TECNOAL COMERCIAL DISTRIBUIDORA LTDA – EPP.

Valor: R\$ 235.873,50 (duzentos e trinta e cinco mil oitocentos e setenta e três reais e cinquenta centavos)

Fornecedor: JULIA CRISTINA MEURER DE SOUZA ME.

Valor: R\$ 55.010,00 (cinquenta e cinco mil e dez reais)

Fornecedor: COMERCIAL MULTIVILLE LTDA

Valor: R\$ 108.300,00 (cento e oito mil trezentos reais)

Fornecedor: JP DE LIMA COMÉRCIO DE PROD. DE LIMPEZA LTDA - EPP

Valor: R\$ 46.662,00 (quarenta e seis mil seiscentos e sessenta e dois reais).

Fornecedor: PKB PRODUTOS QUIMICOS LTDA EPP

Valor: R\$ 67.935,00 (sessenta e sete mil novecentos e trinta e cinco reais).

Vigência: 29/01/2015.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Extrato Ata de Registro de Preços FMS 004/2014.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 004/2014.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços FMS nº 004/2014, relativa ao Pregão Presencial FMS nº 004/2014 - contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:

Fornecedor: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA. - EPP

Valor: R\$ 49.470,00 (quarenta e nove mil quatrocentos e setenta reais).

Fornecedor: ADL COMERCIAL EIRELI.

Valor: R\$ 9.406,00 (nove mil quatrocentos e seis reais).

Fornecedor: LINEAR IND. E COMÉRCIO LTDA EPP.

Valor: R\$ 200.589,30 (duzentos mil quinhentos e oitenta e nove reais e trinta centavos)

Vigência: 17/02/2015.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Extrato Ata de Registro de Preços FMS 064/2014.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 064/2014

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços FMS nº 064/2014, relativa ao Pregão Presencial FMS nº 064/2014 - contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:

FORNECEDOR: ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.

VALOR: R\$ 49.959,57 (quarenta e nove mil novecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e sete centavos).

FORNECEDOR: PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA.

VALOR: R\$ 166.545,00 (cento e sessenta e seis mil quinhentos e quarenta e cinco reais).

FORNECEDOR: CIRÚRGICA JAW COM. DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR.

VALOR: R\$ 60.315,00 (sessenta mil trezentos e quinze reais)

FORNECEDOR: NUNESFARMA DISTRIB. DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA

VALOR: R\$ 84.280,00 (oitenta e quatro mil duzentos e oitenta reais).

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS

HOSPITALARES LTDA.

VALOR: R\$ 160.143,00 (cento e sessenta mil cento e quarenta e três reais)

FORNECEDOR: DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA.

VALOR: R\$ 234.044,20 (duzentos e trinta e quatro mil e quarenta e quatro reais e vinte centavos)

FORNECEDOR: DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

VALOR: R\$ 60.475,00 (sessenta mil quatrocentos e setenta e cinco reais).

FORNECEDOR: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

VALOR: R\$ 24.657,04 (vinte e quatro mil seiscentos e cinquenta e sete reais e quatro centavos).

FORNECEDOR: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

VALOR: R\$ 49.800,00 (quarenta e nove mil e oitocentos reais).

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

VALOR: R\$ 215.361,00 (duzentos e quinze mil trezentos e sessenta e um reais).

FORNECEDOR: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOSFARMACÊUTICOS LTDA

VALOR: R\$ 258.256,00 (duzentos e cinquenta e oito mil duzentos e cinquenta e seis reais).

FORNECEDOR: VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

VALOR: R\$ 17.620,00 (dezessete mil seiscentos e vinte reais).

FORNECEDOR: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

VALOR: R\$ 67.159,80 (sessenta e sete mil cento e cinquenta e nove reais e oitenta centavos).

FORNECEDOR: M.M. - MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS.

VALOR: R\$ 140.282,00 (cento e quarenta mil duzentos e oitenta e dois reais).

FORNECEDOR: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP.

VALOR: R\$ 27.396,00 (vinte e sete mil trezentos e noventa e seis reais) .

FORNECEDOR: 1000MEDIC DISTR. IMP. E EXP. DE MEDICAMENTOS LTDA.

VALOR: R\$ 9.541,19 (nove mil quinhentos e quarenta e um reais e dezenove centavos).

FORNECEDOR: ANDROMEDA DISTRIBUIDORA LTDA-ME

VALOR: R\$ 40.999,80 (quarenta mil novecentos e noventa e nove reais e oitenta centavos).

FORNECEDOR: DALBEXCOMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI.

VALOR: R\$ 6.663,00 (seis mil seiscentos e sessenta e três reais).

FORNECEDOR: ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

VALOR: R\$ 93.630,00 (noventa e três mil seiscentos e trinta reais).

Vigência: 28/02/2015.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Extrato Ata de Registro de Preços Fmv 001/2014.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMV 001/2014

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços FMV nº 001/2014, relativa ao Pregão Presencial FMV 001/2014 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇOS DE PINTURA MECANIZADA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

FORNECEDOR: SINALBLU INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ: 05.433.422/0001-74.

VALOR: R\$ 562.000,00 (quinhentos e sessenta e dois mil reais).

Vigência: 17/03/2015.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Nova Trento

PREFEITURA

Contrato Nº 059/2014

CONTRATO Nº 059/2014

Origem: Processo Licitatório nº 016/2014. Modalidade: Tomada de Preços nº 001/2014. Homologação: 31/03/2014. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: ARAÚJO CONSTRUÇÕES LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 76.599.059/0001-00, estabelecida na Rua Lourenço Zanette, nº 567, Bairro Santo Antonio, CEP 88809-470, cidade de Criciúma/SC. Objeto do Contrato: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa para execução de serviços com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos necessários para reforma estrutural e aumento da pista da Ponte Ivo Silveira no Centro do Município de Nova Trento, conforme os anexos integrantes do Processo Licitatório n. 16/2014 – Tomada de Preços n. 001/2014, termo de referência (Projeto Básico), planilhas e minuta contratual. O valor total é de: R\$ 447.372,81 (quatrocentos e quarenta e sete e trezentos e setenta e dois mil e oitenta e um reais).

Prazo de execução: 150 (cento e cinquenta) dias.

Vigência: 31/12/2014.

Nova Trento, 31 de março de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Resultado Final E Homologação – Tomada de Preços Nº 001/2014

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2014

HOMOLOGAÇÃO: 31/03/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a execução de serviços com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos necessários para reforma estrutural e aumento da pista da Ponte Ivo Silveira no Centro do Município de Nova Trento, conforme os anexos integrantes do Processo Licitatório n. 16/2014 – Tomada de Preços n. 001/2014, termo de referência (Projeto Básico), planilhas e minuta contratual.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESA VENCEDORA:

ARAÚJO CONSTRUÇÕES LTDA EPP (CNPJ Nº 76.599.059/0001-00) – Valor Total: R\$ 447.372,81 (quatrocentos e quarenta e sete e trezentos e setenta e dois mil e oitenta e um reais).

Nova Trento/SC, 31 de março de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 047/2014

CONTRATO Nº 047/2014

Origem: Chamada Pública nº 001/2014. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça Del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: Sonia Venske Krauze, casada, brasileira, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 029.006.239-01 com sede na cidade de Nova Trento na Rua Guilherme Venske, Claraíba. Objeto do Contrato: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar. O valor total deste contrato é de R\$ 2.696,50 (dois mil seiscentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos) anuais. Validade do Contrato: Terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2014.

Nova Trento, 11 de março de 2014.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito

Contrato Nº 048/2014

CONTRATO Nº 048/2014

Origem: Chamada Pública nº 001/2014. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça Del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: Genésio Bernardo Battisti, casado, brasileiro, pessoa física, inscrito no CPF sob nº 095.872.849-68, com sede na cidade de Nova Trento na Estrada Geral de Baixo Pitanga. Objeto do Contrato: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar. O valor total deste contrato é de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) anuais. Validade do Contrato: Terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2014.

Nova Trento, 11 de março de 2014.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito

Contrato Nº 049/2014

CONTRATO Nº 049/2014

Origem: Chamada Pública nº 001/2014. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça Del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: Giliardi Batisti, solteiro, brasileiro, pessoa física, inscrito no CPF sob nº 061.237.869-11, com sede na cidade de Nova Trento na Estrada Geral de Claraíba. Objeto do Contrato: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar. O valor total deste contrato é de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais) anuais. Validade do Contrato: Terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2014.

Nova Trento, 11 de março de 2014.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito

Contrato Nº 050/2014

CONTRATO Nº 050/2014

Origem: Chamada Pública nº 001/2014. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça Del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: CO-OPERTRENTO – Cooperativa de Agricultura Familiar do Vale do

Rio Tijucas e Rio Itajaí-Mirim, situada a Rua Nereu Ramos, 255, Centro, Sala 02, na cidade de Nova Trento. Objeto do Contrato: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar. O valor total deste contrato é de R\$ 41.882,10 (quarenta e um mil oitocentos e oitenta e dois reais e dez centavos) anuais. Validade do Contrato: Terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2014.

Nova Trento, 11 de março de 2014.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito

Decreto Nº 054/2014

DECRETO Nº 054 / 2014

Proíbe a venda, o porte e a ingestão de bebida alcoólica no percurso do Morro da Cruz, (Santuário de Nossa Senhora do Bom Socorro) na Quinta e Sexta Feira Santa e dá outras providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento,

Considerando que a subida, a pé, do Morro da Cruz, no período pascal, trata-se de um evento religioso, onde a Paixão e Morte de Jesus Cristo é motivo de concentração, caminhadas, reflexões e orações e vem se constituindo autêntica tradição este evento; cumpre ao Poder Público Municipal enviar os esforços necessários para garantir a integridade física dos penitentes e visitantes que fazem o percurso da subida do Morro da Cruz, tornando-se de interesse público a realização do evento e a manutenção da ordem e tranquilidade de todos e que o Poder de Polícia " faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da comunidade ou do próprio Estado" (Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro, 27ª edição, p.127), usando da competência que lhe confere os incisos VIII e XXVII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam proibidos a venda, o porte e a ingestão de bebida alcoólica, no trajeto compreendido entre o Posto Repsol (Nova Itália), até o Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro e todas as suas dependências, no dia 17 de abril de 2014 (Quinta Feira Santa), no horário compreendido entre às 18h. desse dia, até às 7 horas do dia 18 de abril de 2014, (Sexta Feira Santa).

Parágrafo Único – Fica proibido também a venda ambulante de bebida alcoólica e a presença de carros com som em alto volume, no trajeto da Rua Santo Inácio, desde o início (Ponte Governador Ivo Silveira), incluindo a Rua Nicolau Bado, até o Auto Posto Nova Trento, Rua Nereu Ramos em toda a sua extensão e parte da Rua dos Imigrantes, até entroncamento com a Rua Cristóvão Gessele, incluindo esta e também as Ruas Pe. Afonso Kurzo, José Erbs e entornos, até o Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro, incluindo toda a sua área.

Art. 2º - Serão solicitados o auxílio e o reforço de efetivo da Polícia Militar, para assegurar nos horários determinados no artigo 1º e parágrafo único deste decreto, o seu cumprimento.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 28 de março de 2014.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Registrado em Livro próprio e publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO
Secretário M. Administração e Finanças

Primeiro Termo Aditivo Contrato Nº 130/2013

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 130/2013

Objeto: Contratação de mão de obra de calceteiro para pavimentação de ruas Ivo Ceccato e Otávio Piazza, sendo, 1.546,30 m² de lajotas na rua Ivo Ceccato, 944,90 m² de lajotas na rua Otávio Piazza, 558,75 ml de meio-fio na rua Ivo Ceccato e 422,50 ml na rua Otávio Piazza.

O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado por Gian Francesco Voltolini, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA. ME., estabelecida à Rua Nossa Senhora das Dores, 1586, Sala 1, Vila Santana, cidade de Santo Amaro da Imperatriz/SC, CEP 88.140-000, CNPJ Nº 17.847.183/0001-88, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato de nº 130/2013, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Sétima do Contrato nº 130/2013, para acrescer a importância de 10,53 %, visando a ampliação da pavimentação inicialmente projetada, bem como a confecção novas bocas de lobo. O valor do aditivo é de R\$ 3.548,55 (três mil, quinhentos e quarenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos), obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8666/93.

CLAUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 130/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Estando as partes de comum acordo, aceitam e outorgam as Cláusulas do Presente Instrumento, assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 06 de janeiro de 2014.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito

DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.ME
CONTRATADA

Assessoria Jurídica:

Testemunhas:

1. _____
APRIGIO JOSÉ BOTAMELI
CPF. 716.268.249-91

2. _____
CÁTIA MARIA BÚRIGO
CPF. 576.333.559-72

Primeiro Termo Aditivo Contrato Nº 086/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 086/2013

Origem: Processo Licitatório Nº 053/2013 – Modalidade: Pregão Presencial Nº 034/2013; Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: FRANNA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. ME., inscrita no CNPJ sob o Nº 08.332.974/0001-84, estabelecida na Rua Luiz Darós, 59, Bairro Bezenelo, cidade de Nova Trento/SC, CEP 88270-000. Objeto do Contrato: Primeiro aditivo de Prazo. Prorroga validade até 31/12/2014.

Nova Trento, 02 de janeiro de 2014.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito

Primeiro Termo Aditivo Contrato Nº 001/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 001/2013

Origem: Processo Licitatório Nº 094/2012 – Modalidade: Pregão Presencial Nº 058/2012; Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: JMM ELÉTRICA LTDA. ME., inscrita no CNPJ sob o Nº 13.226.152/0001-59, estabelecida na Rua Marechal Deodoro, 30, Bairro Centro, Nova Trento/SC. Objeto do Contrato: Primeiro aditivo de prazo e valor. Prorroga validade até 30/06/2014.

Valor do Aditivo: R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) por 06 (seis) meses.

Nova Trento, 06 de janeiro de 2014.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito

Primeiro Termo Aditivo Contrato Nº 069/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 069/2013

Origem: Processo Licitatório Nº 032/2013 – Modalidade: Pregão Presencial nº 020/2013; Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO TIJUCAS FM LTDA. EPP, inscrita no CNPJ nº 03.859.878/0003-37, estabelecida na Rua Nicolau Bado, 200, Sala 03, Bairro Centro, CEP 88270-000, na cidade de Nova Trento/SC. Objeto do Contrato: Primeiro aditivo de Prazo. Prorroga validade até 31/12/2014.

Nova Trento, 02 de janeiro de 2014.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito

Primeiro Termo Aditivo Contrato Nº 068/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 068/2013

Origem: Processo Licitatório Nº 032/2013 – Modalidade: Pregão Presencial nº 020/2013; Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: RÁDIO CLUBE SÃO JOÃO BATISTA LTDA.EPP, inscrita no CNPJ nº 86.151.727/0001-95, estabelecida na Rua Otaviano Dadam, 355, Bairro Centro, CEP 88240-000 na cidade de São João Batista/SC. Objeto do Contrato: Primeiro aditivo de Prazo. Prorroga validade até 31/12/2014.

Nova Trento, 02 de janeiro de 2014.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito

Contrato Nº 045/2014

CONTRATO Nº 045/2014

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 16/2013 – Registro de Preços (Governo Federal). Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: Industria de Móveis Cequipel Parana Ltda, inscrita no CNPJ nº 00.325.400/0001-77, estabelecida na Avenida Rui Barbosa, 2908, IPE, São José dos Pinhais/PR. Objeto do Contrato: O presente Contrato tem por objeto a aquisição de mobiliário escolar, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 16/2013. O valor do presente contrato é de R\$ 27.844,00 (vinte e sete mil, oitocentos e quarenta e quatro reais). Data de entrega e Recebimento do Objeto: A partir da assinatura do instrumento contratual, de acordo com o cronograma de entrega.

Nova Trento, 19 de março de 2014.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Segundo Termo Aditivo Contrato Nº 041/2012

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 041/2012

Origem: Processo Licitatório n.º 005/2012 - Modalidade: Pregão Presencial nº 004/2012; Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: COOPERATIVA DE CRÉDITO LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS NOVA TRENTA (SICOOB - TRENTOCREDI SC), inscrita no CNPJ/MF nº 02.641.969/0001-77, com sede na Rua dos Imigrantes, nº 307, Bairro Centro, CEP 88270-000. Objeto do Contrato: Segundo aditivo de Prazo e valor. Prorroga validade até 31/12/2014. Valor do Aditivo: O valor por tarifa passa a ser de R\$ 1,48 (hum real e quarenta e oito centavos).

Nova Trento, 31 de janeiro de 2014.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 037/2012

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2012

Origem: Processo Licitatório nº 004/2012 – Modalidade: Tomada de Preços nº 001/2012; Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: Recicle Catarinense de Resíduos Ltda. inscrita no CNPJ nº 95.886.735/0005-02 localizada na Rua Joaquim Zucco nº 200 Bairro Nova Brasília, na cidade de Brusque. Objeto do Contrato: Primeiro aditivo de Prazo. Prorroga validade até 31/12/2014.

Nova Trento, 02 de janeiro de 2014.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito

Quarto Termo Aditivo ao Contrato Nº 037/2012

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2012

Origem: Processo Licitatório nº 004/2012 – Modalidade: Tomada de Preços nº 001/2012; Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: Recicle Catarinense de Resíduos Ltda. inscrita no CNPJ nº 95.886.735/0005-02 localizada na Rua Joaquim Zucco nº 200 Bairro Nova Brasília, na cidade de Brusque. Objeto do Contrato: Aditivo de valor. Valor do aditivo: Reajuste (IGP-M de 5,6729%), ficando R\$ 1.094,68 (mil e noventa e quatro

reais e sessenta e oito centavos) mensais.

Nova Trento, 02 de janeiro de 2014.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato PL FMS Nº 009/2014-Pregão Presencial FMS Nº 005/2014

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Processo Licitatório FMS Nº 009/2014
PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 005/2014
Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: O objeto do presente Edital é a seleção de propostas mais vantajosa para a AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme condições constantes nos anexos do presente edital;

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 10/04/2014

O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 7:30 h as 11:30 h e 13:30h as 17:30 h, pelo fone (49) 3362-0024 e pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br.

Fundamentação legal: Lei 10.520/02, 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Novo Horizonte (SC) em 31 de Março de 2014.
TÂNIA MARA WAGNER MURARO
Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.

Orleans

PREFEITURA

Extratos Homologações Licitações

Extratos Homologações Licitações
PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/14
HOMOLOGAÇÃO: 24/03/14

CONTRATADO: UNITÁ VEICULOS LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DOIS VEICULOS OK.

VALOR DA DESPESA: R\$ 60. 000,00 (Sessenta mil reais).

26/03/2014
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito De Orleans

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/14
HOMOLOGAÇÃO: 24/03/14

CONTRATADO: PERKSON PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LAMINAS DENTES E PARAFUSOS
VALOR DA DESPESA: R\$ 33.120,00 (trinta e três mil e cento e vinte reais).

26/03/2014
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito De Orleans

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/14
HOMOLOGAÇÃO: 24/03/14

CONTRATADO: JULIO SILVESTRE FILHO ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LAMINAS DENTES E PARAFUSOS
VALOR DA DESPESA: R\$ 41.520,00(quarenta e um mil e quinhentos e vinte reais).

26/03/2014
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito De Orleans

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/14
HOMOLOGAÇÃO: 24/03/14

CONTRATADO: AGRO DG COMERCIO AGRICOLA LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE AVEIA E AZEVÉM PARA SECRETARIA DE AGRICULTURA

VALOR DA DESPESA: R\$ 50.115,00(cinquenta mil e cento e quinze reais).

26/03/2014
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito De Orleans

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/14
HOMOLOGAÇÃO: 24/03/14

CONTRATADO: ORLEANS INFORMATICA EPP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

OBJETO AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONSTRUÍDO ATRAVÉS DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE E O MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.653,45 (quatro mil seiscentos e cinquenta e três reais e quarenta e cinco centavos).

26/03/2014
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito De Orleans

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/14
HOMOLOGAÇÃO: 24/03/14

CONTRATADO: PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA EPP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

OBJETO AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONSTRUÍDO ATRAVÉS DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE E O MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.664,78 (três mil seiscentos e sessenta e quatro reais e setenta e oito centavos).

26/03/2014
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito De Orleans

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/14
HOMOLOGAÇÃO: 24/03/14

CONTRATADO: TM SCHILICKMANN E CIA LTDA ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

OBJETO AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONSTRUÍDO ATRAVÉS DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE E O MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.240,00 (seis mil e duzentos e quarenta reais).

26/03/2014
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito De Orleans

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/14
HOMOLOGAÇÃO: 24/03/14

CONTRATADO: PAULINEIA LOTTERMANN REIS - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

OBJETO AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONSTRUÍDO ATRAVÉS DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE E O MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.190,00 (dois mil cento e noventa reais).

26/03/2014
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito De Orleans

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/14
HOMOLOGAÇÃO: 24/03/14

CONTRATADO: ANDREIA LORENZI ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

OBJETO AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONSTRUÍDO ATRAVÉS DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE E O MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.774,00 (mil reais setecentos e setenta e quatro reais).

26/03/2014

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito De Orleans

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/14
HOMOLOGAÇÃO: 24/03/14

CONTRATADO: BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

OBJETO AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONSTRUÍDO ATRAVÉS DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE E O MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC
VALOR DA DESPESA: R\$ 860,00 (oitocentos e sessenta reais).

26/03/2014

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito De Orleans

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/14
HOMOLOGAÇÃO: 24/03/14

CONTRATADO: BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

OBJETO AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONSTRUÍDO ATRAVÉS DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE E O MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC
VALOR DA DESPESA: R\$ 14.153,90 (quatorze mil cento e cinquenta e três reais e noventa centavos).

26/03/2014

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito De Orleans

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/14
HOMOLOGAÇÃO: 24/03/14

CONTRATADO: HERCILIO DE MATTIA ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

OBJETO AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONSTRUÍDO ATRAVÉS DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE E O MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.622,58 (seis mil seiscentos e vinte e dois reais e cinquenta e oito centavos).

26/03/2014

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito De Orleans

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/14
HOMOLOGAÇÃO: 24/03/14

CONTRATADO: EQUIPEL COMERCIO DE MOVEIS P/ ESCRITORIO LTDA ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

OBJETO AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONSTRUÍDO ATRAVÉS DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE E O MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC
VALOR DA DESPESA: R\$ 12.999,48 (doze mil e novecentos e noventa e nove reais e quarenta e oito centavos).

26/03/2014

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito De Orleans

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/14
HOMOLOGAÇÃO: 24/03/14

CONTRATADO: SANDRO VILMAR PIRES ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

OBJETO AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONSTRUÍDO ATRAVÉS DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE E O MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.999,90 (três mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos).

26/03/2014

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito De Orleans

Extrato de Contratos Licitação
ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATO Nº 55/2014

CONTRATADO: ORLEANS INFORMATICA EPP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

VIGENCIA: IMEDIATO

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014

RECURSO: DOTAÇÃO

2.014.4490.00 - 102 - 68/2014 - Manutenção do Ensino Infantil

1.005.4490.00 - 181 - 55/2014 - Construção, Ampliação e Reforma da Rede Física - E

OBJETO AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONSTRUÍDO ATRAVÉS DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE E O MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC

26/03/2014

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito De Orleans

CONTRATO Nº 56/2014

CONTRATADO: PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA EPP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

VIGENCIA: IMEDIATO

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014

RECURSO: DOTAÇÃO

2.014.4490.00 - 102 - 68/2014 - Manutenção do Ensino Infantil

1.005.4490.00 - 181 - 55/2014 - Construção, Ampliação e Reforma da Rede Física - E

OBJETO AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONSTRUÍDO ATRAVÉS DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE E O MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC

26/03/2014

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito De Orleans

CONTRATO Nº 57/2014

CONTRATADO: T M SCHLICKMANN E CIA LTDA ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

VIGENCIA: IMEDIATO

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014

RECURSO: DOTAÇÃO

2.014.4490.00 - 102 - 68/2014 - Manutenção do Ensino Infantil

1.005.4490.00 - 181 - 55/2014 - Construção, Ampliação e Reforma da Rede Física - E

OBJETO AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONSTRUÍDO ATRAVÉS DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE E O MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC

26/03/2014

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito De Orleans

CONTRATO Nº 58/2014

CONTRATADO: PAULINEIA LOTTERMANN REIS - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

VIGENCIA: IMEDIATO

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014

RECURSO: DOTAÇÃO

2.014.4490.00 - 102 - 68/2014 - Manutenção do Ensino Infantil

1.005.4490.00 - 181 - 55/2014 - Construção, Ampliação e Reforma da Rede Física - E

OBJETO AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONSTRUÍDO ATRAVÉS DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE E O MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC

26/03/2014

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito De Orleans

CONTRATO Nº 59/2014

CONTRATADO: ANDREIA LORENZI ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

VIGENCIA: IMEDIATO

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014

RECURSO: DOTAÇÃO

2.014.4490.00 - 102 - 68/2014 - Manutenção do Ensino Infantil

1.005.4490.00 - 181 - 55/2014 - Construção, Ampliação e Reforma da Rede Física - E

OBJETO AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONSTRUÍDO ATRAVÉS DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE E O MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC

26/03/2014

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito De Orleans

CONTRATO Nº 60/2014

CONTRATADO: BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

VIGENCIA: IMEDIATO

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014

RECURSO: DOTAÇÃO

2.014.4490.00 - 102 - 68/2014 - Manutenção do Ensino Infantil

1.005.4490.00 - 181 - 55/2014 - Construção, Ampliação e Reforma da Rede Física - E

OBJETO AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONSTRUÍDO ATRAVÉS DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE E O MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC

26/03/2014

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito De Orleans

CONTRATO Nº 61/2014

CONTRATADO: BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

VIGENCIA: IMEDIATO

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014

RECURSO: DOTAÇÃO

2.014.4490.00 - 102 - 68/2014 - Manutenção do Ensino Infantil

1.005.4490.00 - 181 - 55/2014 - Construção, Ampliação e Reforma da Rede Física - E

OBJETO AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONSTRUÍDO ATRAVÉS DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE E O MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC

26/03/2014

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito De Orleans

CONTRATO Nº 62/2014

CONTRATADO: HERCILIO MATTIA ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

VIGENCIA: IMEDIATO

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014

RECURSO: DOTAÇÃO

2.014.4490.00 - 102 - 68/2014 - Manutenção do Ensino Infantil

1.005.4490.00 - 181 - 55/2014 - Construção, Ampliação e Reforma da Rede Física - E

OBJETO AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL,

CONSTRUÍDO ATRAVÉS DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE E O MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC

26/03/2014

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito De Orleans

CONTRATO Nº 63/2014

CONTRATADO: EQUIPEL COMERCIO DE MOVEIS P/ ESCRITORIO LTDA ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

VIGENCIA: IMEDIATO

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014

RECURSO: DOTAÇÃO

2.014.4490.00 - 102 - 68/2014 - Manutenção do Ensino Infantil

1.005.4490.00 - 181 - 55/2014 - Construção, Ampliação e Reforma da Rede Física - E

OBJETO AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONSTRUÍDO ATRAVÉS DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE E O MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC

26/03/2014

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito De Orleans

CONTRATO Nº 64/2014

CONTRATADO: SANDRO VILMAR PIRES ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

VIGENCIA: IMEDIATO

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014

RECURSO: DOTAÇÃO

2.014.4490.00 - 102 - 68/2014 - Manutenção do Ensino Infantil

1.005.4490.00 - 181 - 55/2014 - Construção, Ampliação e Reforma da Rede Física - E

OBJETO AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONSTRUÍDO ATRAVÉS DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE E O MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC

26/03/2014

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito De Orleans

CONTRATO Nº 65/14

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/14

CONTRATADO: AGRO DG COMERCIO AGRICOLA LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

VIGENCIA: 26/03/2014 á 31/12/2014
HOMOLOGAÇÃO: 24/03/14

OBJETO: AQUISIÇÃO DE AVEIA E AZEVÉM PARA SECRETARIA DE AGRICULTURA
VALOR DA DESPESA: R\$ 50.115,00(cinquenta mil e cento e quinze reais).

26/03/2014
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito De Orleans

CONTRATO Nº 66/14
PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/14

CONTRATADO: UNITÁ VEICULOS LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
VIGENCIA: IMEDIATO

HOMOLOGAÇÃO: 24/03/14

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DOIS VEICULOS OK.

VALOR DA DESPESA: R\$ 60. 000,00 (Sessenta mil reais).

26/03/2014
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito De Orleans

CONTRATO Nº 67/14
PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/14

CONTRATADO: PERKSON PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
VIGENCIA: 27/03/2014 á 31/12/2014.

DOTAÇÃO 2.020.3390.00 - 101 - 88/2014 - Abertura e Conservação de Estrada
HOMOLOGAÇÃO: 24/03/14

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LAMINAS DENTES E PARAFUSOS
VALOR DA DESPESA: R\$ 33.120,00 (trinta e três mil e cento e vinte reais).

26/03/2014
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito De Orleans

Edital de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN – DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 84 /991/2014.
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO,
INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE
TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PRO-
PRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AU-
TUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS
PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRE-
SENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL
CONDUTOR,CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7
DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998
DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO
VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS

SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
AAH0510	55036160E	6599/2	27/02/2014	230*V
BMV7630	54442099E	6920/0	03/02/2014	233
BOP1291	05532822E	6637/2	14/01/2014	230*IX
IJK6504	55034270E	5010/0	23/02/2014	162*I
INT7753	05532887E	6912/0	25/01/2014	232
LYJ9903	55036154E	7340/0	26/02/2014	252*IV
MBW1348	05532789E	6920/0	03/02/2014	233
MCV6919	55034262E	6599/2	21/02/2014	230*V
MDN2318	05532784E	6599/2	31/01/2014	230*V
MJP6698	54442092E	6700/0	22/01/2014	230*XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

ORLEANS/SC, 28 DE MARÇO DE 2014.
ULISSES GABRIEL
DELEGADO DE POLÍCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN – DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 84 /992/2014.
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO,
INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE
TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PRO-
PRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AU-
TUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS
PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRE-
SENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL
CONDUTOR,CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7
DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998
DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO
VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS
SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
CKM7010	05532986E	6122/0	05/02/2014	214*I
DFM0852	55035260E	5509/0	24/02/2014	181*XIII
IQT0567	55034258E	5185/1	20/02/2014	167
LXQ7020	05532832E	5185/1	17/01/2014	167
LXT2319	55034273E	5185/1	23/02/2014	167
LYW9799	55034257E	5185/1	20/02/2014	167
LZA3370	55034268E	5185/1	21/02/2014	167
MAH5818	55034254E	5185/1	20/02/2014	167
MBM6836	05533144E	5185/1	04/02/2014	167
MBW6335	54442232E	5509/0	20/02/2014	181*XIII
MCS5197	0553322E	5185/1	21/02/2014	167
MCX8222	54440499E	7366/2	22/02/2014	252*VI

MDP1680	05533009E	5380/0	15/01/2014	181*I
MEB3536	05533207E	5738/0	09/02/2014	186*II
MET1522	55034275E	5185/1	23/02/2014	167
MFC0268	05532876E	5509/0	20/01/2014	181*XIII
MGD1496	55036152E	5452/5	21/02/2014	181*VIII
MGK6915	05532880E	5185/1	23/01/2014	167
MGN2248	55033456E	5207/0	04/02/2014	169
MHI5842	55034274E	5185/1	23/02/2014	167
MHV9787	55034284E	5185/1	25/02/2014	167
MJM4505	55034561E	5185/1	28/02/2014	167
MKN2896	05533157E	5185/1	07/02/2014	167
MKR3904	55036156E	5185/1	26/02/2014	167
MKV6830	05532975E	5509/0	21/01/2014	181*XIII
MLG9080	55034293E	5185/1	25/02/2014	167
MMF1545	55036151E	5207/0	21/02/2014	169
NCI7690	54442234E	7366/2	23/02/2014	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 28 DE MARÇO DE 2014.
ULISSES GABRIEL
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN – DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 84 /993/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/ Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABG2565	54441069E	6599/2	11/10/2013	R\$191,53	230*V
BTY5257	54442287E	6599/2	16/10/2013	R\$191,53	230*V
CCL6659	55718888D	6599/2	06/10/2013	R\$191,53	230*V
CCL6659	55718889D	5010/0	06/10/2013	R\$574,61	162*I
FLY4949	54440409E	6912/0	18/10/2013	R\$53,20	232
IIH5129	54442281E	5010/0	16/10/2013	R\$574,61	162*I
LXJ0508	54440782E	6912/0	29/10/2013	R\$53,20	232
LXV5024	54440402E	6599/2	15/10/2013	R\$191,53	230*V
LXV5024	54440403E	5010/0	15/10/2013	R\$574,61	162*I
LXV5024	54440404E	5118/0	15/10/2013	R\$574,61	164 c/c 162*I
LYD0687	54440771E	6599/2	14/10/2013	R\$191,53	230*V

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/ Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZI1081	54440967E	6599/2	28/10/2013	R\$191,53	230*V
MAW4776	54440674E	6599/2	10/10/2013	R\$191,53	230*V
MAW4776	54440675E	5010/0	10/10/2013	R\$574,61	162*I
MCW2051	54441630E	6700/0	12/10/2013	R\$127,69	230*XVI
MJN2921	54441067E	5169/1	25/09/2013	R\$1.915,38	165
MJZ2767	54440776E	6599/2	23/10/2013	R\$191,53	230*V
MJZ3201	54441455E	5045/0	12/10/2013	R\$191,53	162*V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 28 DE MARÇO DE 2014.
ULISSES GABRIEL
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN – DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 84 /994/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/ Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAX3488	54442164E	5509/0	03/12/2013	R\$85,12	181*XIII
MBG3705	54441698E	7030/1	24/11/2013	R\$191,53	244*I
MHR2526	54442291E	7366/2	04/11/2013	R\$85,12	252*VI
MKF7638	54440954E	5509/0	22/10/2013	R\$85,12	181*XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 28 DE MARÇO DE 2014.
VALVIRIO ROSSETI
SUPERVISOR

Paial

PREFEITURA

Carta Convite 005/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Paial torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Carta Convite, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Carta Convite 005/2014.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 020/2014 – Edital de Carta Convite 005/2014.
Objeto:

Locação de Tendas, Lonas, banheiros químicos e outros, para realização da IVª Expo Paial nos dias 11, 12 e 13 de Abril de 2014.
Data/hora Abertura da Licitação: 08/04/2014 às 09h.
Data/hora Limite Entrega dos Envelopes: 08/04/2014 às 08h45min.
Informações complementares:

O Edital completo e informações complementares poderão ser retirados junto ao Departamento de Licitações do Município de Paial, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045.

Município de Paial – SC em 28 de março de 2014

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

Portaria Nº. 650/2014.

PORTARIA Nº. 650/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR APARECIDA MARIA MARCELINO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) Escola Básica Reinaldo Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Silvia Regina Citadim, que se encontra exercendo suas funções junto a SMAS.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 651/2014.

PORTARIA Nº. 651/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR EZEQUIAS ALFREDO SCHUTZ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) Escola Básica Reinaldo Weingartner, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 07/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 652/2014.

PORTARIA Nº. 652/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR MARILEUSA FERNANDES DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 653/2014.

PORTARIA Nº. 653/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR BERNARDINA MARIA CANDIDA ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 654/2014.

PORTARIA Nº. 654/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR FABRICIO SOUZA AGOSTINHO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 655/2014.

PORTARIA Nº. 655/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR MOACIR CERQUEIRA LIMA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Espanhol, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 656/2014.

PORTARIA Nº. 656/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR MILENE THEODOROVICZ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Ciências, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 01/03/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014

a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ

DG - Expediente

PORTARIA Nº. 657/2014.

PORTARIA Nº. 657/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR JULIANO GIESLER ZAMPERETE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Português, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014

a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ

DG - Expediente

PORTARIA Nº. 658/2014.

PORTARIA Nº. 658/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ANDREIA MEDEIROS KLOPPPEL, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Professor Articulador, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 659/2014.

PORTARIA Nº. 659/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR LÍCIA GARDENIA VIANA DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Geografia, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 660/2014.

PORTARIA Nº. 660/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR SANDRA SCHMIDT WAGNER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Professor Articulador, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 661/2014.

PORTARIA Nº. 661/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR DANIELY DUTRA CARDOSO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) Grupo Escolar Frei Damião, com carga horária de 40 (quarenta)

horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Tânia Mara P. Keler, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 662/2014.

PORTARIA Nº. 662/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR DENISE PEREIRA DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina História, no (a) Grupo Escolar Frei Damião, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 663/2014.

PORTARIA Nº. 663/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR MARCIO MURILO DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Matemática, no (a) Grupo Escolar Frei Damião, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 664/2014.

PORTARIA Nº. 664/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR MARILESE SANTOS DA ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Português, no (a) Grupo Escolar Frei Damião, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 01/03/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 665/2014.

PORTARIA Nº. 665/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR PAMELA YEMANJA SANTIAGO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) Grupo Escolar Frei Damião, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 666/2014.

PORTARIA Nº. 666/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR SIMEIA FAUSTINA VICENTE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área

de Ensino Fundamental, disciplina Ciências, no (a) Grupo Escolar Frei Damião, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 667/2014.

PORTARIA Nº. 667/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR SUELI ZAMORA SONOKI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Francisca Raimunda Farias da Costa, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 06/02/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Dorazete A. Silveira, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 668/2014.

PORTARIA Nº. 668/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR JULIANO GIESLER ZAMPERETE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Português, no (a) EB Francisca Raimunda Farias da Costa, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 07/02/2014 a 01/03/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 669/2014.

PORTARIA Nº. 669/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ROSELI DE OLIVEIRA NERI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Caminho do Saber, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 670/2014.

PORTARIA Nº. 670/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ELISABETE LAURECI SENHORINHO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Caminho do Saber, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 671/2014.

PORTARIA Nº. 671/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR DORACI DA SILVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Caminho do Saber, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 672/2014.
PORTARIA Nº. 672/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR MARTA INES DINIZ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) Escola Básica Antonieta Silveira de Souza, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Andressa da Rosa, que se encontra em FEC.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 673/2014.
PORTARIA Nº. 673/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR NELI JUNCKES DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Português, no (a) Escola Básica Antonieta Silveira de Souza, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Tamara R. Delfino, que se encontra exercendo suas funções junto a SMEC.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 674/2014.
PORTARIA Nº. 674/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR MARIA EDUARDA SCHAPPO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) Escola Básica Antonieta Silveira de Souza, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de

03/02/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Stefanie Cunha, que se encontra exercendo suas funções junto a SMEC.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 675/2014.

PORTARIA Nº. 675/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR GEEDISON LUIZ PEREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Informática, no (a) Escola Básica Antonieta Silveira de Souza, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 07/02/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Everton Carlos Sotero, que se encontra em FEC.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 676/2014.

PORTARIA Nº. 676/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ROSANGELA DAS GRAÇAS LOPES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) EB Francisca Raimunda Farias da Costa, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 11/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 677/2014.

PORTARIA Nº. 677/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR NAPOLEÃO DO CARMO PORTELA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina 40, no (a) Grupo Escolar Frei Damião, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 678/2014.

PORTARIA Nº. 678/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR NAPOLEÃO DO CARMO PORTELA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) Grupo Escolar Frei Damião, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 679/2014.

PORTARIA Nº. 679/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR CARMEM LUCIA VIEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho

de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Luana M. Patrício, que se encontra em exercício.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 680/2014.

PORTARIA Nº. 680/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR SCHAYANI SILVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 681/2014.

PORTARIA Nº. 681/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ALCIMEIA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em VAGA TRANSITÓRIA, faz-se necessário tendo em vista, o desdobramento de classe.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 682/2014.

PORTARIA Nº. 682/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ROSANE MARIA GANDOLFI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 683/2014.

PORTARIA Nº. 683/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR VERA LUCIA VENTURELLE AMORIM, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) GE Maria Luzia de Souza, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Roseli M. S. Pedro, que se encontra em FEC.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 684/2014.

PORTARIA Nº. 684/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR DALVA DE FREITAS GARCIA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Bolinhas de Sabão, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 685/2014.

PORTARIA Nº. 685/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ALINE ASSING, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Bolinhas de Sabão, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 686/2014.

PORTARIA Nº. 686/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR DENIZE PEREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Bolinhas de Sabão, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 687/2014.

PORTARIA Nº. 687/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR TATIANI TEREZINHA FRANCISCO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com

Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Bolinhas de Sabão, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Maria Aparecida Martins, que se encontra exercendo suas funções junto ao COMED.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 688/2014.

PORTARIA Nº. 688/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR MARIA LUCIA DA CRUZ NASCIMENTO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vó Laura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Luciane Soares Juttel, que se encontra em FEC.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 689/2014.

PORTARIA Nº. 689/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR MILIANDER MAIARA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) Escola Básica Nossa Senhora de Fátima, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 690/2014.

PORTARIA Nº. 690/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR BARBARA SEOLIN, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) Escola Básica Nossa Senhora de Fátima, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 691/2014.

PORTARIA Nº. 691/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR KATIA REGINA DOS PASSOS SEEMANN, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) Escola Básica Nossa Senhora de Fátima, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 692/2014.

PORTARIA Nº. 692/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR JONAS CESAR DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) Escola Básica Nossa Senhora de Fátima, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 693/2014.

PORTARIA Nº. 693/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ANDRE BARBOSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) Escola Básica Nossa Senhora de Fátima, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 694/2014.

PORTARIA Nº. 694/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ARAIA MALTZ METZKER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) Escola Básica Nossa Senhora de Fátima, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Valdete Maria, que se encontra exercendo suas funções junto a EB Reinaldo Weingartner.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 695/2014.

PORTARIA Nº. 695/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR DENIS LIBERATO DELFINO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Professor Articulador, no (a) Faculdade Municipal de Palhoça, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 696/2014.

PORTARIA Nº. 696/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR CATIA REGINA SOARES DA ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Professor Articulador, no (a) Faculdade Municipal de Palhoça, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 18/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 697/2014.

PORTARIA Nº. 697/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR KAMILA COELHO NATIVADE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) Faculdade Municipal de Palhoça, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 698/2014.

PORTARIA Nº. 698/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR MARIA RAQUEL PEREIRA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SEMEC/2013, no cargo de Professor Artesão, disciplina Pintura em Tecido, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014

a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 699/2014.

PORTARIA Nº. 699/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ORIETA SOUZA PINHEIRO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SEMEC/2013, no cargo de Professor Artesão, disciplina Corte e Costura, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

Republicação Pregão 66/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE REPUBLICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2014

O Município de Palhoça torna público que, fica marcado para o dia 10 de abril de 2014, às 8:30h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL 66/2014, que consiste na Contratação de empresa para prestação de serviços de assistência à saúde para os servidores desta Prefeitura municipal. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 28 de março de 2014.
PREGOEIRA.

Ata Nº041/2014**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA REGIONAL DO SUL

ATA Nº041/2014 do PREGÃO Nº042/2014 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa POSTO DO SONHO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA. OBJETO: Aquisição de combustíveis para Secretaria Regional do Sul. REGIME DE EXECUÇÃO: Maior desconto sobre o preço/ catálogo pela ANP. DATA: 24/02/2014 A 23/02/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade
1	Gasolina comum filtrada	LT	60.000,00
2	Diesel S10	LT	40.000,00

Ata Nº042/2014**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA MUNICIPAL DO SUL

ATA Nº042/2014 do PREGÃO Nº043/2014 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA ME. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de locação de banheiros químicos, no serviço inclui-se instalação, retirada e duas manutenções diárias. VALOR: R\$ 180.000,00. DATA: 26/02/2014 A 25/02/2015.

. OBJETO: Aquisição de material de construção e ferramentas para a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
1	Locação de cabines, transporte e instalação	UN	3.000,000	180.000,00
				R\$ 180.000,00

Ata Nº043/2014**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº043/2014 do PREGÃO Nº045/2014 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de material, com implantação de placas de identificação de logradouros públicos em diversas ruas do município.. VALOR: R\$ 1.272.358,00. DATA: 12/03/2014 A 11/03/2015.

OBJETO: Aquisição de material de construção e ferramentas para a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
1	Placa de aço	UM	5.000,000	650.000,00
2	Suporte de aço galvanizado	UM	2.000,000	392.000,00
3	Fita de aço galvanizado	ROLO	34,000	2.278,00
4	Braquete em chapa de aço	UM	2.000,000	6.280,00
5	Selo de aço galvanizado	UM	2.000,000	1.300,00

6	Serviço de implantação de suportes	SV	2.000,000	184.000,00
7	Serviços de implantação de placa	SV	1.000,000	36.5000,00
				R\$ 1.272.358,00

Ata Nº044/2014**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº044/2014 do PREGÃO Nº052/2014 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa AQUIMPEL SUP. P/ESCRIT. INFOR. E PAPELAR. EIRELI. OBJETO: Aquisição de Papel A2, A3, A4 e plotter para uso administrativo das Secretarias de Administração e Infraestrutura. VALOR: R\$ 216.550,00. DATA: 13/03/2014 A 12/03/2015.

OBJETO: Aquisição de material de construção e ferramentas para a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
1	Papel A2	RSM	30,00	1.950,00
2	Papel A4	CX	2.000,00	210.000,00
3	Papel suíte A3	CX	15,00	1.800,00
4	Papel para Plotter	ROLO	50,00	2.800,00
				R\$ 216.550,00

Ata Nº045/2014**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATA Nº045/2014 do PREGÃO Nº057/2014 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa HANG EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP. OBJETO: Contratação de empresa prestadora de serviços, especializada em pequenos reparos e manutenções para atender os TERMOS DE AJUSTE DE CONDU-TA (TAC), que muitas Unidades Escolares foram notificadas pelo Ministério Público. VALOR: R\$ 335.000,00. DATA: 13/03/2014 A 12/03/2015.

. OBJETO: Aquisição de material de construção e ferramentas para a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
1	Pedreiro	HS	7.500,000	125.956,16
2	Carpinteiro	HS	1.320,000	22.168,34
3	Servente	HS	3.300,000	42.098,76
4	Pintor	HS	3.300,000	55.420,86
5	Eletricista	HS	3.300,000	59.063,07
6	Hidráulica	HS	1.320,000	30.292,81
				R\$ 335.000,00

Ata Nº046/2014

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº046/2014 do PREGÃO Nº054/2014 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa NÓ DE BAMBU INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÃO LTDA ME. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de Camisetas para utilização nos eventos da Prefeitura de Palhoça. VALOR: R\$ 47.750,00. DATA: 13/03/2014 A 12/03/2015.

. OBJETO: Aquisição de material de construção e ferramentas para a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
1	Camiseta manga curta de algodão	UM	5.000,00	47.750,00
				R\$ 47.750,00

Ata Nº047/2014

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº047/2014 do PREGÃO Nº049/2014 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa CAPRIXO CONSTRUTORA LTDA EPP. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento e execução de base para academia de lazer em vários bairros de Palhoça. VALOR: R\$ 171.000,00. DATA: 17/03/2014 A 16/03/2015.

. OBJETO: Aquisição de material de construção e ferramentas para a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
1	Construção de bases de concreto para academia	SV	30,00	171.000,00
				R\$ 171.000,00

Ata Nº048/2014

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº048/2014 do PREGÃO Nº056/2014 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa SILVEIRA & SOUZA LTDA ME. OBJETO: Aquisição de massa asfáltica usinada a quente (CBUQ), material que será utilizado na reestruturação da pavimentação asfáltica de varias ruas do município. VALOR: R\$ 396.800,00. DATA: 17/03/2014 A 16/03/2015.

. OBJETO: Aquisição de material de construção e ferramentas para a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
1	Massa asfáltica	SACA	12.800,00	396.800,00
				R\$ 396.800,00

Ata Nº049/2014

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº049/2014 do PREGÃO Nº060/2014 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa HDR SERV. COM. & TRANSP. NA CONST. CIVIL LTDA ME. OBJETO: Contratação de Arbitragem para Campeonatos municipais de futebol de realização da Prefeitura de Palhoça através da Secretaria de Esportes. VALOR: R\$ R\$ 100.200,00. DATA: 21/03/2014 A 20/03/2015.

. OBJETO: Aquisição de material de construção e ferramentas para a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
1	Serviço de arbitragem, sub 16	SV	80,00	18.400,00
2	Serviço de arbitragem, sub 10	SV	80,00	15.200,00
3	Serviço de arbitragem, veterano	SV	180,00	66.600,00
				R\$ 100.200,00

Contrato N.º068/2014

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º068/2014 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HDR SERVIÇOS E COMÉRCIO NA CONSTRUÇÃO CIVIL E COMÉRCIO LTDA. OBJETO: na prestação de serviços de organização, operacionalização, coordenação e execução de evento, com fornecimento de materiais, mobiliário, equipamentos, serviços de sonorização, filmagem, gravação, transmissão simultânea, produção fotográfica, suporte logístico, material de apoio técnico e demais instrumentos que se fizerem necessários, visando atender aos eventos do Carnaval 2014. VALOR: R\$ 80.560,00 (oitenta mil quinhentos e sessenta reais). DATA: 26/02/2014.

Contrato N.º061/2014

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º061/2014 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa XBRAMAR SOLUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA. OBJETO: locação de 2 (duas) impressoras e serviço de Out Sourcing de impressão, digitalização e fotocópias para a Faculdade Municipal com fornecimento total de assistência técnica, peças de reposição e suprimentos, instalação e treinamento nas dependências da Faculdade Municipal. VALOR: R\$ 7.920,00 (sete mil e novecentos e vinte reais). DATA: 20/02/2014.

Contrato N.º069/2014

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º069/2014 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA ME. OBJETO: na prestação de serviços de organização, operacionalização, coordenação e execução de evento, com fornecimento de materiais, mobiliário, equipamentos, serviços de sonorização, filmagem, gravação, transmissão simultânea, produção fotográfica, suporte logístico, material de apoio técnico e demais instrumentos que se fizerem necessários, visando atender aos eventos do Carnaval 2014. VALOR: R\$ 3.276,00 (três mil duzentos e setenta e seis reais). DATA: 26/02/2014.

Contrato N.º070/2014

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º070/2014 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LUIZ FABIANO SILVEIRA ME. OBJETO: contratação de empresa para construção da Capela Funerária da Enseada de Brito, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material. VALOR R\$ 108.860,31 (cento e oito mil oitocentos e sessenta reais e trinta e um centavos). DATA: 27/02/2014.

Contrato N.º077/2014

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º077/2014 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ECCL EMPRESA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. OBJETO: fornecimento de mão de obra para execução de serviços de pavimentação a lajotas, drenagem e sinalização vertical na Rua Venâncio Juvenal Vieira, localizada no Bairro da Barra do Aririu. VALOR R\$ 127.490,90 (cento e vinte e sete mil quatrocentos e noventa reais e noventa centavos). DATA: 06/03/2014.

Contrato N.º080/2014 Meio Ambiente

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º080/2014 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SOMEVAL SOCIEDADE MERCANTIL DE VEÍCULOS AUTOMORES LTDA. OBJETO: aquisição de veículos zero quilômetro para a Fundação do Meio Ambiente. VALOR R\$ 38.120,66 (trinta e oito mil cento e vinte reais e sessenta e seis). DATA: 11/03/2014.

Contrato N.º080/2014

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º080/2014 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SOMEVAL SOCIEDADE MERCANTIL DE VEÍCULOS

AUTOMORES LTDA. OBJETO: a aquisição de veículos zero quilômetro para a Secretaria de Planejamento e Infraestrutura, Secretaria de Des. Econômico e Sustentável. VALOR R\$ 133.238,01 (cento e trinta e três mil duzentos e trinta e oito reais e um centavo). DATA: 11/03/2014.

Contrato N.º082/2014

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA

FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º082/2014 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A. OBJETO: contratação de empresa para seguro de vida em grupo (250 segurados) de alunos da Faculdade Municipal de Palhoça. VALOR R\$ 4.477,50 (quatro mil quatrocentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos). DATA: 19/03/2014.

Contrato N.º083/2014

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º083/2014 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COOPERCONTESTADO – COOPERATIVA DOS ASSENTADOS DA REGIÃO DO CONTESTADO. OBJETO: aquisição de bebida láctea da agricultura familiar para alimentação escolar para atender as Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal de Palhoça. VALOR R\$ 230.939,20 (duzentos e trinta mil novecentos e trinta e nove reais e vinte centavos). DATA: 19/03/2014.

Contrato N.º084/2014

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º084/2014 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA. OBJETO: na contratação de empresa para fornecimento de material e serviços de mão de obra para execução de serviços de construção de calçadas, drenagem e pavimentação asfáltica da Rua Vinicius de Moraes – Trecho 01 no Bairro Ponte de Imaruim e execução de serviços de terraplanagem, drenagem, calçadas e pavimentação asfáltica da Avenida de ligação entre a Rua Vereador Jacob Knabebn da Silva e Avenida Atílio Pedro Pagani, localizada no Bairro Pagani. VALOR: R\$ 1.438.003,49 (um milhão quatrocentos e trinta e oito mil três reais e quarenta e nove centavos). DATA: 20/03/2014.

Contrato N.º086/2014

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º086/2014 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DECISÃO PROPAGANDA LTDA. OBJETO: contratação de Agência de Propaganda visando à prestação de serviços de publicidade para a Prefeitura Municipal de Palhoça. VALOR: R\$ 2.920.000,00 (dois milhões novecentos e vinte mil reais). DATA: 21/03/2014.

Contrato N.º087/2014

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º087/2014 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa E.S.E. CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO: contratação de empresa para a reforma do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - CAIC no Bairro Passa Vinte. VALOR: R\$ 2.140.888,48 (dois milhões cento e quarenta mil oitocentos e oitenta e oito reais e quarenta e oito centavos). DATA: 21/03/2014.

Contrato N.º088/2014

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º088/2014 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BIBLIOSHOP COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. OBJETO: suporte técnico e manutenção do Software Biblioshop, solução integrada para informação de Bibliotecas e centros de documentação para Biblioteca Municipal de Palhoça. VALOR: R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). DATA: 24/03/2014.

Contrato N.º089/2014

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º089/2014 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa E.S.E. CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO: para reforma parcial do Ginásio de Esportes Caranguejão, localizado à Av. Nelson Martins, Bairro Centro. VALOR: R\$ 146.748,76 (cento e quarenta e seis mil setecentos e quarenta e oito reais e setenta e seis centavos). DATA: 26/03/2014.

Contrato N.º090/2014 Assistência

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATO N.º090/2014 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HANG EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP. OBJETO: contratação de empresa para reforma no Abrigo Institucional de Palhoça, localizado na Rua Coronel Bernardino Machado, Bairro Centro, Reforma da calçada e pintura externa do Centro Administrativo Municipal, Localizado na Av. Hilza Terezinha Pagani, no Bairro Pagani e Construção do Muro do Cemitério Municipal, localizado no Bairro Passa Vinte, neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material. VALOR: R\$ 41.999,88 (quarenta e um mil novecentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos). DATA: 26/03/2014.

Contrato N.º090/2014

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º090/2014 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HANG EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP. OBJETO: contratação de empresa para reforma no Abrigo Institucional de Palhoça, localizado na Rua Coronel Bernardino Machado, Bairro Centro, Reforma da calçada e pintura externa do Centro Administrativo Municipal, Localizado na

Av. Hilza Terezinha Pagani, no Bairro Pagani e Construção do Muro do Cemitério Municipal, localizado no Bairro Passa Vinte, neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material. VALOR: R\$ 97.730,84 (noventa e sete mil setecentos e trinta reais e oitenta e quatro centavos). DATA: 26/03/2014.

Portaria Nº. 700/2014.

PORTARIA Nº. 700/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR LUCIANA DE BRITO DE ARAUJO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SEMEC/2013, no cargo de Professor Artesão, disciplina Tricô e Crochê, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014

a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ

DG - Expediente

PORTARIA Nº. 701/2014.

PORTARIA Nº. 701/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR VANILDA DE SOUZA PIRES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vó Laura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Vanessa da Silva, que se encontra em FEC.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 702/2014.
PORTARIA Nº. 702/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
CONTRATAR RAFAELA GOULART KUHN, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vó Laura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 703/2014.
PORTARIA Nº. 703/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533,

de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
CONTRATAR ARLETE MARIA PEREIRA DE LIMA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vó Laura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 11/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

ABERTURA PROPOSTA DE PREÇOS - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº249/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA E JULGAMENTO DO ENVELOPE Nº2 – PROPOSTA DE PREÇOS
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº249/2013

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Abertura e Julgamento do envelope Nº2 – Proposta de Preços – referente ao edital CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº249/2013, no dia 01 de abril de 2014, às 16h30min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. A CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº249/2013 tem como objeto a contratação de empresa ou consórcio de empresas de engenharia para Gestão Integrada do Sistema de Iluminação Pública do Município de Palhoça, com mão de obra e fornecimento de todo material necessário, conforme especificado no Edital e seus anexos. Para mais informações, entrar em contato com a Comissão Permanente de Licitação no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min ou pelo telefone (48) 3279-1804.

Palhoça, 28 de março de 2014.
COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

Portaria Nº. 704/2014.

PORTARIA Nº. 704/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ENI APARECIDA BITTENCOURT PRATES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vó Laura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 11/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 705/2014.

PORTARIA Nº. 705/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, RAFAEL TELES SANTANA, titular do cargo de Biblioteconomista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/03/2014.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 706/2014.

PORTARIA Nº. 706/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR CARLA PATRICIA PEREIRA DE LIZ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) Escola Reunida Olga Cerino, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 707/2014.

PORTARIA Nº. 707/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR VANDERLEI TEIXEIRA PATROCINIO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) Escola Reunida Olga Cerino, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 708/2014.

PORTARIA Nº. 708/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO KAMYLA CRISTINA CAMPOS DA SILVEIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 014/2013, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Central, da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 05/03/2014 a 05/03/2015.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 709/2014.

PORTARIA Nº. 709/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR IZABELA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Santa Marta, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 07/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 710/2014.

PORTARIA Nº. 710/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ADRYNARA MATOS DE FREITAS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Ulisses Guimarães, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 711/2014.

PORTARIA Nº. 711/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR TAMARA REGINA CARDOSO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Ulisses Guimarães, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 712/2014.

PORTARIA Nº. 712/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR MARIA DAS DORES RAMOS DE CARVALHO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Bolinhas de Sabão, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 07/02/2014 a

19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 713/2014.

PORTARIA Nº. 713/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR MARIA CELENE SILVA ASSUNÇÃO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Inês Marta, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 714/2014.

PORTARIA Nº. 714/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR JESSICA MACEDO DE MOURA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 715/2014.

PORTARIA Nº. 715/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR KATIA DE LIMA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 716/2014.

PORTARIA Nº. 716/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR MARINES DE QUEIROZ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 717/2014.

PORTARIA Nº. 717/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR EMERSON VALTER GONÇALVES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Matemática, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 718/2014.

PORTARIA Nº. 718/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR GEEDISON LUIZ PEREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Informática, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 12/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 719/2014.

PORTARIA Nº. 719/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR CAROLINA LILIANA CORDOBA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 06/02/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Zeneide Petry, que se encontra exercendo suas funções junto a SMEC.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014
a 12/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº64/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º064/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
26	6.000	Cart	Anticoncepcional trifásico - Triquilar	R\$1,24	R\$7.440,00
164	10.000	Cart	Levonorgestrel 0,15mg + Etinilestradiol 0,03mg, cartelac/21 drg.	R\$0,49	R\$4.900,00
197	60	Frs	Otosporin frasco com 10 ml	R\$7,38	R\$442,80
201	3.000	Cp	Pirimetamina 25 mg (CEAP)	R\$0,10	R\$300,00
208	200.000	Comp.	Propatilnitrato 10 mg	R\$0,26	R\$52.000,00
259	600	Cx	Vitamina B1 100mg + B6 100mg + B12 5000mcg solução injetável IM, IV ampola 1 ml, caixa com 3 ampolas (CENTRI)	R\$7,45	R\$4.470,00
					R\$69.552,80

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº65/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º65/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
1	1.800.000	Comp	AAS 100 mg	R\$0,09	R\$16.200,00
61	400.000	Comp	CEFALEXINA 500 MG	R\$0,117	R\$46.800,00
121	2.000	Amp.	Fenitoina injetável 50 mg/ml, amp. c/ 5 ml (01-	R\$0,64	R\$1.280,00
154	100.000	Comp	Isossorbida, dinitrato 5mg sublingual	R\$0,0618	R\$6.180,00
200	5.000	Amp.	Petidina 50mg/ml solução injetável com 2 ml	R\$1,449	R\$7.245,00
232	400	Amp.	Succinil colin 100mg injetável (01-02-1180) Centri	R\$7,4386	R\$2.975,44
244	1.000	Fr	Tiabendazol 50mg/mL c/ 60mL	R\$11,5088	R\$11.508,80
261	60.000	Comp	Vitaminas+Sais Minerais (01-02-0075)	R\$0,087	R\$5.220,00
266	60	Cx	Anestésico injetável mepivacaína s/ vaso constritor a 3 %, tubetes c/ 1,8 ml, cx. c/ 50 unid.	R\$48,2246	R\$2.893,48
					R\$100.302,72

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº66/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º66/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
2	20.000	Comp	AAS 500 mg	R\$0,025	R\$500,00
25	600.000	Comp	ANLÓDIPINO 5MG	R\$0,0199	R\$11.940,00
32	1.200.000	Comp	Atenolol 50mg	R\$0,0209	R\$25.080,00
50	3000	Amp.	Butilbrometo de escopolamina 20 mg, ampola c/ 1 ml	R\$0,6209	R\$1.862,70
60	6.000	Frs	Cefalexina 250 mg/5ml 60 ml.	R\$1,7333	R\$10.399,80
87	1.500	Amp.	Deslanosídeo 0,2mg/mL IM, IV c/2mL- CENTRI	R\$1,1199	R\$1.679,85

90	4.000	Amp.	Dexametasona, acetato 4mg + cianocobalamina 2,5mg + tiamina 50 mg + piridoxina 50 mg/ml c/3 ml	R\$1,40	R\$5.600,00
94	4.000	Frs	Diclofenaco resinato 44,94mg/ml, gotas com 20ml	R\$1,499	R\$5.996,00
103	20.000	Frs	Dipirona 50% sol. Oral gotas. Frasco com 10 ml	R\$0,434	R\$8.680,00
175	30.000	Comp	Mebendazol 100mg	R\$0,0267	R\$801,00
179	200.000	Comp	Metildopa 500mg.	R\$0,1449	R\$28.980,00
265	500	Bisn	Diclofenaco dietilamônio gel, bisnaga com 60 gramas	R\$1,749	R\$874,50
					R\$102.393,85

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº67/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º67/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ASLI COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
36	60	Fr	Azopt 1%	R\$31,05	R\$1.863,00
105	50	Frs	Duo-travatan 5+0,04 mg/ml, oftal 2,5 ml	R\$63,65	R\$3.182,50
					R\$5.045,50

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº68/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º68/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
20	5.500	Frs	Amoxilina+Ac. Clavulamico 250+62,5mg/5ml susp. 75 ml	R\$3,89	R\$21.395,00
34	50.000	Comp	Azitromicina 500 mg	R\$0,28	R\$14.000,00
35	3.000	Frs	Azitromicina 600 mg suspensão	R\$1,74	R\$5.220,00
42	4.000	F/am	Benzilpenicilina procaína + potássica 300.000 UI + 100.000 U - solução injetável + diluente	R\$0,78	R\$3.120,00
55	20.000	Comp	Carbonato de cálcio 500 mg.	R\$0,033	R\$660,00
162	200.000	Comp	Levomepromazina 25mg	R\$0,20	R\$40.000,00
199	5.000	Frs	Permetrina 100mg/ml loção 60mL	R\$0,93	R\$4.650,00
209	350.000	Comp	Ranitidina 150 mg	R\$0,045	R\$15.750,00
253	6.000	Comp	Varfarina sódica 5 mg	R\$0,098	R\$588,00
					R\$105.383,00

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº69/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º69/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
58	400.000	Comp.	Carvedilol 6,25 mg	R\$0,072	R\$28.800,00
148	120	Fr	Insulina Humana Novomix Penfil 70/30 100U/ml com 3ml, caixa com 05 refs	R\$32,584	R\$3.910,08
157	200.000	Comp.	Isossorbida, monitrato 40 mg	R\$0,10	R\$20.000,00
169	250.000	Comp	Loratadina 10 mg	R\$0,043	R\$10.750,00
194	4.000	Cart	Noretisterona 0,35mg, cartela c/ 35 comp. (01-	R\$6,25	R\$25.000,00
219	40.000	Comp.	Salbutamol 2 mg	R\$0,14	R\$5.600,00
224	25	Cx	Seretide diskus 50/500mcg c/ 28 doses	R\$58,4199	R\$1.460,50
					R\$95.520,58

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº70/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º70/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CIRURGICA JAW COMERCIO MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
4	400.000	Comp	Ácido Valpróico 500mg	R\$0,40	R\$160.000,00
86	70	Cx	Depakote 250mg c/30cp	R\$22,16	R\$1.551,20
119	25	Cx	Ezetimiba 10mg, caixa com 30 comp.	R\$68,89	R\$1.722,25
213	160	Cx	Ritmonorm 300mg c/10cp	R\$15,57	R\$2.491,20
221	12	Fr	Saniskin 200mL loção, ação judicial	R\$30,00	R\$360,00
262	15	Cx	Vytorin 10/40mg c/28cp	R\$105,85	R\$1.587,75
					R\$167.712,40

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº71/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º71/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COMERCIAL CIRURGICA BRAMED LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
56	200.000	Comp	Carbonato de calcio 500mg + Vit D 200UI.	R\$0,135	R\$27.000,00
185	90	Cx	Micofenolato de Mofetila 500mg, caixa com 50 comp.	R\$53,90	R\$4.851,00
					R\$31.851,00

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº72/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º72/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
37	100	Cx	Baclofen 10mg c/20cp	R\$8,80	R\$880,00
41	3.000	F/am	Benzilpenicilina benzatina 600.000UI - pó p/ susp. injetável + diluente	R\$0,55	R\$1.650,00
49	150.000	Comp	Butilbrometo de escopolamina 10 mg	R\$0,139	R\$20.850,00
53	1.000.000	Comp	Carbamazepina 200mg	R\$0,085	R\$85.000,00
57	500.000	Comp	Carbonato de Lítio 300mg	R\$0,098	R\$49.000,00
63	12.000	Tb	Cetoconazol 30 grama (creme)	R\$1,06	R\$12.720,00
72	8.000	Frs	Cloreto de sódio 9.0mg/ml+cloreto de benzalcônio 0,1mg/ml 30 ml.	R\$0,46	R\$3.680,00
92	20.000	Amp.	Diazepam 10 mg, amp. c/ 2ml, solução injetável	R\$0,42	R\$8.400,00
96	80.000	Comp	Digoxina 0,25 mg	R\$0,026	R\$2.080,00
99	2.000	Amp.	Dimenidrinato 50mg/ml+cloridrato de piridoxina 5mg/ com 1ml (IM)	R\$1,10	R\$2.200,00
116	35.000	Comp	Estrogênio Conjugado 0,625mg	R\$0,832	R\$29.120,00
117	6.000	Cart	Etinilestradiol 0,035mg + Acetato de Ciproterona 2mg, cartela com 21 drgs	R\$1,88	R\$11.280,00
123	2.000	Frs	Fenobarbital 4% frasco com 20 ml	R\$1,70	R\$3.400,00
124	3.000	Amp.	Fentanil 78,5 mcg, ampolas 2 ml	R\$0,60	R\$1.800,00
134	100	Cx	Glimepirida 4 mg,caixa com 30 comprimidos	R\$9,90	R\$990,00
137	100.000	Comp	Hidralazina 25 mg	R\$0,225	R\$22.500,00
139	700.000	Comp	Hidroclorotiazida 50mg.	R\$0,03	R\$21.000,00
160	10.000	Comp	Levodopa + carbidopa 200/50mg.	R\$2,39	R\$23.900,00
173	700.000	Comp	Maleato de Enalapril 20mg	R\$0,042	R\$29.400,00
195	80.000	Comp	Norfloxacino 400mg.	R\$0,123	R\$9.840,00
233	400	Pote	Sulfadiazina de prata creme 10 mg/g 400 gramas	R\$13,98	R\$5.592,00
236	5.000	Frs	Sulfato ferroso 125mg frasco com 30 ml	R\$0,51	R\$2.550,00
243	8.000	Comp	Tiabendazol 500 mg (01-02-0603)	R\$1,80	R\$14.400,00
245	40	Cx	Tilatil 20mg c/10cp	R\$14,50	R\$580,00
260	5.000	Frs	Vitamina C 200mg/mL solução oral 20ml (01-02-	R\$0,82	R\$4.100,00
					R\$366.912,00

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº73/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º73/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
48	8.000	Frs	Butilbrometo de escopolamina + dipirona 6,67mg/ml + 333,4mg/ml sol	R\$1,58	R\$12.640,00
64	30	Fr	Cetoconazol Xampu	R\$30,00	R\$900,00

110	4.000	Amp.	Enantato de Noretisterona 50mg + Valerato de estradiol 5mg/ml	R\$5,26	R\$21.040,00
					R\$34.580,00

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº74/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º074/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
18	800.000	Comp.	Amitriptilina 25 mg	R\$0,0549	R\$43.920,00
33	40	Cx	Azatioprina 50mg c/50cp	R\$58,90	R\$2.356,00
70	1.800.000	Comp	Clonazepan 2 mg	R\$0,079	R\$142.200,00
74	150.000	Comp	Cloridrato de biperideno 2 mg.	R\$0,128	R\$19.200,00
78	100.000	Comp	Clorpromazina 100mg	R\$0,145	R\$14.500,00
79	60.000	Comp	Clorpromazina 25mg	R\$0,159	R\$9.540,00
93	1.100.000	Comp	Diazepan 5 mg (01-02-0996)	R\$0,0265	R\$29.150,00
100	50	Cx	Dimorf 30mg c/50cp	R\$37,55	R\$1.877,50
122	350.000	Comp	Fenobarbital 100 mg (01-02-0519)	R\$0,055	R\$19.250,00
136	3.000	Amp.	Heparina sódica 5000UI/0,25ml - subcutânea.	R\$5,47	R\$16.410,00
144	400.000	Comp	Imipramina 25mg	R\$0,10	R\$40.000,00
153	70	Tb	Kollagenase pomada 30g	R\$10,76	R\$753,20
161	200.000	Comp	Levomepromazina 100 mg.	R\$0,477	R\$95.400,00
163	2.000	Frs	Levomepromazina 40mg/ml, frs. c/ 20 ml	R\$6,38	R\$12.760,00
168	150	Frs	Lidocaína Spray 10%, frs. c/ 50ml	R\$45,90	R\$6.885,00
206	200.000	Comp	Prometazina 25mg	R\$0,052	R\$10.400,00
250	130	Cx	Tramadol, Cloridrato de 100mg c/10cp	R\$12,70	R\$1.651,00
					R\$466.252,70

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº76/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º076/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
3	300.000	Comp	Acido fólico 5 MG (01-02-0306)	R\$0,0145	R\$4.350,00
82	300.000	Comp	Complexo B	R\$0,0384	R\$11.520,00
127	600.000	Comp	Furosemida 40mg. (01-02-0240)	R\$0,0219	R\$13.140,00
132	900.000	Comp	Glibenclamida 5 mg	R\$0,0135	R\$12.150,00
138	1.500.000	Comp	Hidroclorotiazida 25 mg	R\$0,0135	R\$20.250,00

178	150.000	Comp	Metildopa 250 mg	R\$0,0827	R\$12.405,00
217	3.000	Frs	Salbutamol 0,04% solução oral-100ml	R\$0,7699	R\$2.309,70
					R\$76.124,70

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº75/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º75/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DIMASTER COMÉRCIO E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
52	2.500.000	Comp	Captopril 25 mg.	R\$0,018	R\$45.000,00
54	25.000	Comp	Carbidopa/Levodopa 25/250mg	R\$0,249	R\$6.225,00
67	250.000	Comp	Cinazina 25mg	R\$0,0879	R\$21.975,00
76	200.000	Comp	Cloridrato de verapamil 80 mg	R\$0,042	R\$8.400,00
89	25.000	Bn	Dexametasona 0,1% creme bisnaga c/ 10 mg	R\$0,499	R\$12.475,00
180	150.000	Comp	Metoclopramida 10mg.	R\$0,037	R\$5.550,00
188	20.000	Bn	Neomicina Sulfato + Bacitracina - 10gr	R\$0,70	R\$14.000,00
189	200.000	Comp	Nifedipino 20 mg	R\$0,049	R\$9.800,00
190	700.000	Comp	Nimesulida 100 mg	R\$0,028	R\$19.600,00
191	5.000	Frs	Nimesulida 50mg/ml, frasco com 15ml	R\$0,62	R\$3.100,00
218	4.000	Frs	Salbutamol 100mcg aerossol c/200 doses	R\$3,29	R\$13.160,00
226	1.000.000	Comp	Sinvastatina 10mg comprimido	R\$3,29	R\$33.000,00
227	1.200.000	Comp	Sinvastatina 20 mg	R\$0,033	R\$60.000,00
228	400.000	Cp	Sinvastatina 40mg	R\$0,05	R\$37.200,00
234	3.000	Frs	Sulfametaxazol + Trimetropina 40mg + 8mg/ml suspensão oral 50 mL	R\$0,093	R\$2.250,00
					R\$291.735,00

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº77/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º77/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GENÉSIO A. MENDES & CIA LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
15	50	Cx	Alenia 12/400mcg, caixa com 60 caps	R\$28,60	R\$1.430,00
27	100	Cx	Artrolive (cx c/90cp)	R\$37,40	R\$3.740,00
106	150	Fr	Duovent N	R\$7,23	R\$1.084,50
130	40	Cx	Gastrium 20 mg, caixa com 14 comp.	R\$2,54	R\$101,60
158	30	Frs	Label suspensão	R\$4,80	R\$144,00
165	250.000	Comp	Levotiroxina Sódica 100mcg.	R\$0,10	R\$25.000,00
166	250.000	Comp	Levotiroxina Sódica 25mcg.	R\$0,10	R\$25.000,00
167	250.000	Comp	Levotiroxina Sódica 50mcg.	R\$0,103	R\$25.750,00
203	30	Cx	Pradaxa 150 mg c/30cp	R\$75,41	R\$2.262,30
231	110	Fr	Spiriva respimat	R\$155,77	R\$17.068,70
247	8.000	Frs	Tobramicina 3mg/mLsolução oftálmica - 5ml	R\$2,63	R\$21.040,00
					R\$122.621,10

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº78/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º78/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HOSPFAR INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
14	20	Fr	Alphagan 5mL	R\$38,44	R\$768,80
91	30	Cx	Diamicron MR 60mg c/20cp	R\$29,55	R\$886,50
98	6.000	Amp.	Dimenidrinato 3mg/ml + cloridrato de piridoxina 5mg/ml+glicose 100 mg/ml + frutose 100mg/ml - 10mL EV	R\$1,43	R\$8.580,00
104	20	Cx	Donaren retard 150mg c/30cp	R\$35,01	R\$700,20
120	500	Frs	Fenilefrina 10 pcc, frasco com 5 ml	R\$5,06	R\$2.530,00
141	30	Cx	Hyperium 1mg c/30cp	R\$41,83	R\$1.254,90
174	50	Cx	Mantidan 100mg, caixa com 20 comp.	R\$6,72	R\$336,00
254	160	Cx	Venalot c/30cp	R\$6,94	R\$1.110,40
					R\$16.166,80

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº79/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º79/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LA DALLA PORTA JUNIOR. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
10	2.000	Amp.	Adrenalina injetável 01 ml	R\$1,00	R\$2.000,00
11	5.000	Frasco	Água destilada 20 ml injetável	R\$0,217	R\$1.085,00
131	8.000	Un	Gel lubrificante 5g.	R\$0,294	R\$2.352,00
172	1.600.000	Comp	Maleato de Enalapril 10mg	R\$0,039	R\$62.400,00
					R\$67.837,00

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº80/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º80/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
113	180	Fr	Eritropoetina Humana 10.000UI	R\$43,37	R\$7.806,60
					R\$7.806,60

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº81/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º81/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
40	7.000	F/am	Benzilpenicilina benzatina 1.200.000 UI - pó para suspensão injetável + diluente	R\$0,54	R\$3.780,00
80	80.000	Comp	Colchicina 0,5mg	R\$0,145	R\$11.600,00
155	200.000	Comp	Isossorbina dinitrato de 10 mg	R\$0,05	R\$10.000,00
156	200.000	Comp.	Isossorbida, monitrato 20 mg	R\$0,069	R\$13.800,00
207	800.000	Comp	Propranolol 40mg.	R\$0,0116	R\$9.280,00
246	2.000	Frs	Timolol, maleato 0,5% solução oftalmologica, 5ml.	R\$0,93	R\$1.860,00
258	10.000	Fr	Vitamina A+D gotas c/15 ml	R\$6,18	R\$61.800,00
264	60	Cx	Zolpidem 10 mg c/20cp	R\$20,40	R\$1.224,00
					R\$113.344,00

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº82/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º82/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PRATI DONADUZZI E CIA LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
13	15000	Frs	Albenzadol 40mg/ml frasco com 10 ml	R\$0,86	R\$12.900,00
16	30.000	Comp.	Alopurinol 300mg	R\$0,09	R\$2.700,00
19	20.000	Susp	Amoxilina 250 mg/5ml c/60mL	R\$1,05	R\$21.000,00
21	30.000	Comp	Ampicilina 500mg. (01-02-0224)	R\$0,09	R\$2.700,00
22	1.000	Frs	Ampicilina 50mg/ml suspensão 60 ml	R\$1,65	R\$1.650,00
62	100.000	Comp	Cetoconazol 200mg	R\$0,073	R\$7.300,00
68	120.000	Comp	Ciprofloxacino 500 mg	R\$0,125	R\$15.000,00
97	500	Frs	Digoxina elixir, frasco com 60 ml	R\$4,50	R\$2.250,00
111	4.000	Frs	Eritromicina 250mg/5ml-60ml.	R\$2,75	R\$11.000,00
112	3.000	Cp	Eritromicina 500 mg	R\$0,34	R\$1.020,00
135	1.000	Frs	HALOPERIDOL GOTAS 20 ML	R\$2,30	R\$2.300,00
143	400.000	Comp	Ibuprofeno 600 mg.	R\$0,063	R\$25.200,00
170	7000	Frs	Loratadina xpe, frs. c/ 100 ml	R\$1,19	R\$8.330,00
177	1.200.000	Comp	Metformina 500mg.	R\$0,042	R\$50.400,00
182	5.000	Tb	Metronidazol 100mg/g gel vaginal 50 gramas, com aplicador	R\$2,50	R\$12.500,00
183	90.000	Comp	Metronidazol 250mg	R\$0,059	R\$5.310,00
184	3.000	Frs	Metronidazol 4% suspensão, frasco com 100 ml.	R\$1,25	R\$3.750,00
192	8.000	Bn	Nistatina creme vaginal 25.000UI - 50gr. c/ aplicador.	R\$2,50	R\$20.000,00
193	2.000	Frs	Nistatina sup. oral 10.000 UI/ml (frasco com 50 ml)	R\$1,23	R\$2.460,00
196	2.500.000	Comp	Omeprazol 20 mg	R\$0,0349	R\$87.250,00
198	1.800.000	Comp	Paracetamol 500mg	R\$0,0365	R\$65.700,00
204	150.000	Comp.	Prednisona 5 mg	R\$0,049	R\$7.350,00
205	200.000	Comp.	Prednisona 20 mg	R\$0,085	R\$17.000,00
235	100.000	Comp	Sulfametoxazol+Trimetoprima (400mg/80mg)	R\$0,049	R\$4.900,00
237	800.000	Comp	Sulfato ferroso 40mg (01-02-0073)	R\$0,0289	R\$23.120,00
					R\$413.090,00

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº83/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º83/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PRODIET FARMACÊUTICA S/A. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
6	15	Frs	Actemra 80mg/4ml inj c/ 1frasco- 4ml	R\$445,73	R\$6.685,95
7	50	Fr/amp.	Actemra 20mg c/10mL	R\$1.114,32	R\$55.716,00
					R\$62.401,95

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº84/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º84/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
12	15.000	Comp	Albendazol 400mg. (01-02-0235)	R\$0,219	R\$3.285,00
17	70.000	Comp	Aminofilina 100 mg	R\$0,039	R\$2.730,00
24	200.000	Comp	Anlodipino 10mg	R\$0,031	R\$6.200,00
31	30	Cx	Atenolol + clortalidona 100+25 mg, caixa com 28 comprimidos	R\$16,25	R\$487,50
51	5.000	Amp.	Butilbrometo de escopolamina+dipirona sódica 5ml, injetável	R\$0,655	R\$3.275,00
95	500.000	Comp	Diclofenado sódico 50mg	R\$0,0136	R\$6.800,00
140	5.000	Frs	Hidróxido de Alumínio 100ml	R\$0,977	R\$4.885,00
142	10.000	Frs	Ibuprofeno 50mg/ml 30ml.	R\$0,67	R\$6.700,00
171	20	Cx	Maleato de Enalapril 5mg, caixa com 30 comp.	R\$7,96	R\$159,20
176	5.000	Frs	Mebendazol 20mg/ml - frs 30ml.	R\$0,59	R\$2.950,00
181	16.000	Frs	Metoclopramida gts 4mg/ml-10ml.	R\$0,409	R\$6.544,00
202	3.000	Frs	Polivitaminico 100ml.	R\$1,56	R\$4.680,00
212	22.500	Bisn	Retinol + colecalciferol + óxido de zinco, bisnaga com 45gr. (pomada de assadura)	R\$1,449	R\$32.602,50
216	35.000	Env	Sais para reidratação oral envelope com 10 gramas	R\$0,359	R\$12.565,00
					R\$93.863,20

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº85/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º85/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas

contra o Município de Palhoça.
DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
71	80.000	Comp	Clopidogrel 75mg	R\$0,264	R\$21.120,00
75	1.600.000	Comp.	Cloridrato de Fluoxetina 20 mg	R\$0,0638	R\$102.080,00
114	300.000	Comp	Espironolactona 25 mg,	R\$0,089	R\$26.700,00
248	40	Cx	Topiramato 50mg c/60cp	R\$8,00	R\$320,00
249	20	Cx	Toragesic 10 mg, caixa com 10 comp.	R\$4,00	R\$80,00
					R\$150.300,00

Passos Maia**PREFEITURA****Extrato de Contrato 0034**

EXTRATO DE CONTRATO 0034/2014

Processo Licitatório n. 0013/2014

Pregão Presencial n. 0007/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: MANOS IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA

Objeto: Aquisição de 1 (uma) carroceria caçamba sobre chassi.
Valor: R\$ 54.900,00 (cinquenta e quatro mil e novecentos reais).

As despesas decorrentes da execução do objeto da presente contrato o correrão à conta da dotação orçamentária e convênio nº 2013TR002373, Processo SDR052911/2013, para o exercício de 2014.

Vigência: O prazo de vigência do presente contrato é da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2014.

Passos Maia, SC, 27 de março de 2014.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

Paulo Lopes**PREFEITURA****Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 94/2013**

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 94/2013, de 27/12/2013 conforme Processo Licitatório 061/2013. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratado APOIO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME. CNPJ nº10.353.776/0001-49, Objeto: obra de reforma da Escola R. Profª Targina Boaventura da Costa, Bairro Ribeirão. Finalidade: prorrogar por mais 45 dias, o prazo contratual.

27 de março de 2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 95/2013

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 95/2013, de 27/12/2013 conforme Processo Licitatório 062/2013. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratado ADEGILSON RODRIGUES DA SILVA E CIA LTDA- ME. CNPJ nº10.611.460/0001-00, Objeto: obra de construção de rampa e reforma da Unidade de Saúde Inácio Manoel Pereira-Bairro Ribeirão. Finalidade: prorrogar por mais 45 dias, o prazo contratual.

27 de março de 2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

1ª ERRATA A LEI COMPLEMENTAR Nº 39/2014

ERRATA n. 01/2014

Referente Memorando n. 01/2014

LEI COMPLEMENTAR N. 39/2014- Dispõe sobre a política municipal de saneamento básico do Município de Paulo Lopes, seus instrumentos e dá outras providências.

Por falta de publicação da Lei Complementar n. 39/2014 conforme emendas modificativas devidamente aprovadas e sancionadas, onde consta:

O parágrafo único do artigo 28: leia-se:

§ Único - O Chefe do Poder Executivo ou o delegatário, por seu responsável, por meio da respectiva controladoria, enviará, mensalmente, o Balancete ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e a Câmara de Vereadores.

O parágrafo único do artigo 32: leia-se:

§ único. Serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

O caput do artigo 39: leia-se:

Art. 39. Os reajustes de tarifas de serviços públicos de saneamento básico poderão ser realizados a cada 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais, submetidos previamente às respectivas entidades reguladoras.

O caput do artigo 49: leia-se:

Art. 49 Será instituído por ato do Poder Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saneamento Básico e do Fundo Municipal de Saneamento Básico.

As demais especificações continuam inalteradas.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº39/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 39/2014.

Dispõe sobre a política municipal de saneamento básico do Município de Paulo Lopes, seus instrumentos e dá outras providências.

CAPÍTULO I**DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO****Seção I****Das Disposições Preliminares**

Art. 1º A Política Municipal de Saneamento Básico reger-se-á pelas disposições desta lei, de seus regulamentos e das normas administrativas deles decorrentes e tem por finalidade assegurar a proteção da saúde da população e a salubridade do meio ambiente urbano e rural, além de disciplinar o planejamento e a execução das ações, obras e serviços de saneamento básico do Município.

Art. 2º Para os efeitos desta lei considera-se:

I - saneamento básico: conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades,

infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

II - universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

III - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

IV - subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda;

V - localidade de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 3º. Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.

Parágrafo único. A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Art. 4º. Não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais.

Art. 5º. O lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.

Art. 6º. Para os efeitos desta Lei, o serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos é composto pelas seguintes atividades:

I - de coleta, transbordo e transporte dos resíduos relacionados na alínea "c" do inciso I do caput do art. 2º desta Lei;

II - de triagem para fins de reuso ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e de disposição final dos resíduos relacionados na alínea "c" do inciso I do caput do art. 2º desta Lei;

III - de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana.

Art. 7º Compete ao Município organizar e prestar direta ou indiretamente os serviços de saneamento básico de interesse local.

Parágrafo único. Os serviços de saneamento básico deverão integrar-se com as demais funções essenciais de competência municipal, de modo a assegurar prioridade para a segurança sanitária e o bem-estar de seus habitantes.

Art. 8º O município poderá prestar diretamente ou delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços de saneamento básico, nos termos da Constituição Federal, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, da Lei nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004 e da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

§ 1º As atividades de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico poderão ser exercidas:

I – por autarquia com esta finalidade, pertencente à própria Administração Pública;

II - por órgão ou entidade de ente da Federação que o município tenha delegado o exercício dessas competências, obedecido o disposto no art. 241 da Constituição Federal;

III - por consórcio público integrado pelos titulares dos serviços.

§ 2º No exercício das atividades de planejamento dos serviços a que se refere o § 1º deste artigo, o município poderá receber cooperação técnica da União, Estado, Funasa ou outro órgão público e basear-se em estudos fornecidos pelos prestadores.

§ 3º A prestação de serviços públicos de saneamento básico no município poderá ser realizada por:

I – órgão ou pessoa jurídica pertencente à Administração Pública municipal, na forma da legislação;

II – pessoa jurídica de direito público ou privado, desde que atendidos os requisitos da Constituição Federal e da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Seção II

Dos Princípios

Art. 9º A Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I - universalização do acesso;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e

regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII - eficiência e sustentabilidade econômica;

VIII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

IX - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

X - controle social;

XI - segurança, qualidade e regularidade;

XII - integração das infra-estruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Seção III

Dos Objetivos

Art. 10. São objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico:

I - contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades locais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;

II - priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda;

III - proporcionar condições adequadas de salubridade sanitária às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;

IV - assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade sanitária, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;

V - incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;

VI - promover alternativas de gestão que viabilizem a auto-sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação com os governos estadual e federal, bem como com entidades municipalistas;

VII - promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos, contempladas as especificidades locais;

VIII - fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico;

IX - minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde.

Seção IV

Das Diretrizes Gerais

Art. 11. A formulação, implantação, funcionamento e aplicação dos instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

I - valorização do processo de planejamento e decisão sobre medidas preventivas ao crescimento caótico de qualquer tipo, objetivando resolver problemas de dificuldade de drenagem e disposição de esgotos, poluição e a ocupação territorial sem a devida observância das normas de saneamento básico previstas nesta lei, no Plano Municipal de Saneamento Básico e demais normas municipais;

II - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

III - coordenação e integração das políticas, planos, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo;

IV - atuação integrada dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais de saneamento básico;

V - consideração às exigências e características locais, à organização social e às demandas sócio-econômicas da população;

VI - prestação dos serviços públicos de saneamento básico orientada pela busca permanente da universalidade e qualidade;

VII - ações, obras e serviços de saneamento básico planejados e executados de acordo com as normas relativas à proteção ao meio ambiente e à saúde pública, cabendo aos órgãos e entidades por elas responsáveis o licenciamento, a fiscalização e o controle dessas ações, obras e serviços, nos termos de sua competência legal;

VIII - a bacia hidrográfica deverá ser considerada como unidade de planejamento para fins de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, compatibilizando-se com o Plano Municipal de Saúde e de Meio Ambiente, com o Plano Diretor Municipal e com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da região, caso existam;

IX - incentivo ao desenvolvimento científico na área de saneamento básico, a capacitação tecnológica da área, a formação de recursos humanos e a busca de alternativas adaptadas às condições de cada local;

X - adoção de indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos e do nível de vida da população como norteadores das ações de saneamento básico;

XI - promoção de programas de educação sanitária;

XII - estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços;

XIII - garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares;

XIV - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais.

CAPÍTULO II**DO SISTEMA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO****Seção I****Da Composição**

Art. 12. A Política Municipal de Saneamento Básico contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal de Saneamento Básico.

Art. 13. O Sistema Municipal de Saneamento Básico fica definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento básico.

Art. 14. O Sistema Municipal de Saneamento Básico é composto dos seguintes instrumentos:

I - Plano Municipal de Saneamento Básico;

II - Conselho Municipal de Saneamento Básico;

III - Fundo Municipal de Saneamento Básico;

IV - Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico.

V - Conferência Municipal de Saneamento Básico

Parágrafo Único. O item previsto no inciso I é condição de validade para a celebração de contratos que tenham por objeto a delegação da prestação de serviços públicos de saneamento básico.

Seção II**Do Plano Municipal de Saneamento Básico**

Art. 15. Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico, como documento oficial destinado a execução dos serviços públicos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, em conformidade com a Lei Federal 11.445/2007, tendo como objetivo articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, com vistas ao alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental.

Art. 16. O Plano Municipal de Saneamento Básico contempla um período de 20 (vinte) anos e contém, como principais elementos:

I - diagnóstico da situação atual e seus impactos nas condições de vida, com base em sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais, socioeconômicos e apontando as principais causas das deficiências detectadas;

II - objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização, admitindo soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

III - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV - ações para emergências e contingências;

V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas;

VI - identificação dos obstáculos de natureza político-institucional, legal, econômico- financeira, administrativa, cultural e tecnológica que se interpõem à consecução dos objetivos e metas propostos, e os meios para superá-los;

Art. 17. O Plano Municipal de Saneamento Básico, dos serviços públicos de abastecimento de água coleta e tratamento de esgoto sanitário, instituído por esta lei será avaliado anualmente e revisado a cada 4 (quatro) anos.

§ 1º As alterações decorrentes da atualização do Plano Municipal de Saneamento deverão ser apreciadas pela Câmara de Vereadores.

§ 2º A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que estiver inserido, bem como será elaborado em articulação com a prestadora dos serviços.

§ 3º A delegação de serviço de saneamento básico não dispensa o cumprimento pelo prestador do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico em vigor à época da delegação.

§ 4º O Plano Municipal de Saneamento Básico engloba integralmente o território do ente do município.

Art. 18. Na avaliação e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, tomar-se-á por base o relatório sobre a salubridade ambiental do município.

Art. 19. O processo de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico dar-se-á com a participação da população.

Seção III**Do Controle Social de Saneamento Básico**

Art. 20. O Conselho Municipal de Saneamento – COMUSA é órgão colegiado autônomo, fiscalizador, de nível estratégico para o Sistema Municipal de Saneamento Básico, com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Chefe do Poder Executivo diretrizes de políticas governamentais, também responsável por fomentar as ações de controle social dos serviços públicos de saneamento básico.

§ 1º. O COMUSA é a responsável pela promoção de Conferência Municipal de Saneamento Básico, que é fórum de debate aberto a toda sociedade civil, a ser realizado de acordo com a avaliação de conveniência e oportunidade do COMUSA.

§ 2º O estatuto do COMUSA regerá o seu funcionamento.

§ 3º Os integrantes do COMUSA não farão jus à remuneração.

Art. 21. O COMUSA será constituído com representantes e respectivos suplentes:

I – do poder público, sendo:

a) O titular da secretaria municipal de turismo e meio ambiente;

b) O titular da secretaria municipal de saúde;

c) O titular da secretaria municipal de transporte, obras e serviços públicos;

d) um representante da CASAN;

e) um representante da EPAGRI;

f) um representante da Câmara Municipal de Vereadores.

g) Um representante do PROCON municipal;

h) Um representante da Fundação do Meio Ambiente – FATMA.

II- da sociedade civil, através dos usuários efetivos e potenciais do serviço, dos trabalhadores, profissionais e organizações não governamentais, ligadas ao saneamento, sendo:

a) um representante da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL);

b) um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

c) um representante do CREA;

d) um representante das empresas privadas prestadoras de serviço em saneamento no Município;

e) um representante das Associações de Desenvolvimento das Microbacias.

f) Um representante de cada região de planejamento prevista no plano diretor de desenvolvimento sustentável de Paulo Lopes;

Seção IV

Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico

Art. 22. Fica instituído Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, que possui como objetivos:

I - coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico;

III - permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.

§ 1º As informações do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico são públicas e acessíveis a todos, devendo ser publicadas por meio da internet.

§ 2º O Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico deverá ser regulamentado em até 180 dias, contados da publicação desta lei.

Seção V

Do Fundo Municipal de Saneamento Básico

Art. 23 Fica instituído o Fundo Municipal de Saneamento Básico (FUNSAB) destinado a financiar, isolada ou complementarmente, os instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico previstos nesta Lei, cujos programas tenham sido objeto de consulta pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§1º Os recursos do FUNSAB serão aplicados exclusivamente em saneamento básico no espaço geopolítico do Município, após consulta ao Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§2º A supervisão do FUNSAB será exercida na forma da legislação própria e, em especial, pelo recebimento sistemático de relatórios, balanços e informações que permitam o acompanhamento das atividades do FMS e da execução do orçamento anual e da programação financeira aprovados pelo Executivo Municipal.

Art. 24 Constitui receita do Fundo Municipal de Saneamento Básico:

I - da arrecadação total ou parcial das tarifas e taxas decorrentes da prestação dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água, de coleta e tratamento de esgotos, e serviços de drenagem urbana, bem como da arrecadação total ou parcial de multas aplicadas com base no Regulamento dos Serviços, de taxas de ligação e religação de água e esgoto e da remuneração de serviços prestados aos usuários do sistema;

II – recursos provenientes de dotações orçamentárias do Município;

III - do produto de operações de crédito contratadas para custear investimentos destinados ao saneamento básico do município;

IV - de fundos estaduais e federais, de contribuições, subvenções, auxílios e valores a fundo perdido da Administração Direta e Indireta, Federal, Estadual e Municipal;

V - de acordos, convênios, contratos e consórcios, recursos provenientes de ajuda e cooperação internacional e de acordos bilaterais entre o Município e instituições públicas e privadas;

VI - das remunerações oriundas de aplicações financeiras; x

VII - dos rendimentos de qualquer natureza, decorrentes da aplicação de seu patrimônio;

VIII - de doações, legados e contribuições que venha a receber de pessoas físicas ou jurídicas, entidades públicas ou privadas;

IX - de outras receitas que lhe venham a ser destinadas.

Parágrafo Único – Fica vedada a consignação de recursos financeiros mencionados no caput deste artigo para aplicação em ações de saneamento básico pelo município que não seja por meio do Fundo Municipal de Saneamento Básico.

Art. 25. Os recursos financeiros do Fundo serão depositados em conta exclusiva e específica, aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito, e poderão ser aplicados no mercado financeiro ou de capitais de maior rentabilidade, sendo que tanto o capital como os rendimentos somente poderão ser usados para as finalidades específicas descritas nesta lei.

Parágrafo Único – A movimentação e aplicação dos recursos serão feitas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, em conjunto com o Gestor Executivo do FUNSAB.

Art.26. Os recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico (FUNSAB) só serão aplicados na operação, manutenção, melhorias, ampliação, na elaboração de estudos e projetos referentes aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, e demais serviços relacionados com o saneamento básico do município, em especial no que às ações de emergência e contingência, bem como em outras despesas que venham a contribuir para o bom funcionamento do Fundo.

Art. 27. Todos os bens, materiais e equipamentos adquiridos com recursos do Fundo, farão parte do patrimônio do município.

Art. 28. O orçamento do Fundo Municipal de Saneamento Básico (FUNSAB) integrará o orçamento do município, em obediência ao princípio da unidade e deve atender as disposições estabelecidas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Legislação Estadual aplicável, e atender as normas baixadas pela Controladoria Municipal.

Parágrafo Único - O Chefe do Poder Executivo ou o delegatário, por seu responsável, por meio da respectiva controladoria, enviará, mensalmente, o Balancete ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e a Câmara de Vereadores.

CAPÍTULO III

DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

Art. 29. São direitos dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - a gradativa universalização dos serviços de saneamento básico e sua prestação de acordo com os padrões estabelecidos pelo órgão de regulação e fiscalização;

II - o amplo acesso às informações constantes no Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;

III - a cobrança de taxas, tarifas e preços públicos compatíveis com a qualidade e quantidade do serviço prestado;

IV - o acesso direto e facilitado ao órgão regulador e fiscalizador;

V - ao ambiente salubre;

VI - o prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

VII - a participação no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do artigo 19 desta lei;

VIII - ao acesso gratuito ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário.

Art. 30. São deveres dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - o pagamento das taxas, tarifas e preços públicos cobrados pela Administração Pública ou pelo prestador de serviços;

II - o uso racional da água e a manutenção adequada das instalações hidrosanitárias da edificação;

III - a ligação de toda edificação permanente urbana às redes públicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário disponíveis;

IV - o correto manuseio, separação, armazenamento e disposição para coleta dos resíduos sólidos, de acordo com as normas estabelecidas pelo poder público municipal;

V - primar pela retenção das águas pluviais no imóvel, visando a sua infiltração no solo ou seu reuso;

VI - colaborar com a limpeza pública, zelando pela salubridade dos bens públicos e dos imóveis sob sua responsabilidade;

VII - participar de campanhas públicas de promoção do saneamento básico.

Parágrafo Único. Nos locais não atendidos por rede coletora de esgotos, é dever do usuário a construção, implantação e manutenção de sistema individual de tratamento e disposição final de esgotos, conforme regulamentação do poder público municipal, promovendo seu reuso sempre que possível.

CAPÍTULO IV

PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 31. A prestação dos serviços de saneamento básico atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais.

Art. 32. Toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços.

§ único. Serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

Art. 33. Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

Art. 34. Os prestadores de serviços de saneamento básico deverão elaborar manual de prestação de serviço e atendimento ao usuário e assegurar amplo e gratuito acesso ao mesmo.

CAPÍTULO V

ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Art. 35. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;

II - de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;

III - de manejo de águas pluviais urbanas: na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

Parágrafo único. Observado o disposto nos incisos I a III do caput deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observará as seguintes diretrizes:

I - prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;

II - ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

III - geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;

IV - inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;

V - recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

VI - remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;

VII - estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

VIII - incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

Art. 36. Observado o disposto no art. 36 desta Lei, a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:

I - categorias de usuários, distribuídas por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;

II - padrões de uso ou de qualidade requeridos;

III - quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;

IV - custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;

V - ciclos significativos de aumento da demanda dos serviços, em períodos distintos; e

VI - capacidade de pagamento dos usuários.

Art. 37. As taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados e poderão considerar:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas;

III - o peso ou o volume médio coletado por habitante ou por domicílio.

Art. 38. A cobrança pela prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas deve levar em conta, em cada lote urbano, os percentuais de impermeabilização e a existência de dispositivos de amortecimento ou de retenção de água de chuva, bem como poderá considerar:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas.

Art. 39. Os reajustes de tarifas de serviços públicos de saneamento básico poderão ser realizados a cada 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais, submetidos previamente às respectivas entidades reguladoras.

Art. 40. As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado, ou para adequar o equilíbrio econômico-financeiro.

§ 1º As revisões tarifárias devem ser previamente submetidas às respectivas entidades reguladoras.

§ 2º Poderão ser estabelecidos mecanismos tarifários de indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços.

§ 3º Os fatores de produtividade poderão ser definidos com base em indicadores de outras empresas do setor.

§ 4º A entidade de regulação poderá autorizar o prestador de serviços a repassar aos usuários custos e encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Art. 41. As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões serem tornados públicos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias com relação à sua aplicação.

Parágrafo único. A fatura a ser entregue ao usuário final deverá obedecer a modelo estabelecido pela entidade reguladora, que definirá os itens e custos que deverão estar explicitados.

Art. 42. Os serviços de saneamento básico poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;

III - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário; e

V - inadimplemento do usuário dos serviços de saneamento básico, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º As interrupções programadas serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

§ 2º A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V do caput deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas, de acordo com as normas do órgão de regulação.

Art. 43. Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o Município, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais e, quando for o caso, observada a legislação pertinente às sociedades por ações.

§ 1º Não gerarão crédito perante o Município os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.

§ 2º Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pela entidade reguladora.

§ 3º Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos delegatários, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

CAPÍTULO VI

REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 44. A regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico serão realizados por entidade reguladora com autonomia administrativa, orçamentária e financeira.

Art. 45. São objetivos da regulação:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas, assegurando o rigoroso cumprimento dos contratos de prestação ou de delegação de prestação dos serviços de saneamento básico;

III - controlar a política tarifária, nos termos da legislação e dos contratos, conciliando o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos e o princípio da modicidade das tarifas, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

Art. 46. A entidade reguladora deverá editar normas, sempre respeitando os contratos firmados anteriormente, relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;

II - requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;

III - as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;

IV - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

V - medição, faturamento e cobrança de serviços;

VI - monitoramento dos custos;

VII - avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;

VIII - plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

IX - subsídios tarifários e não tarifários;

X - padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;

XI - medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento.

§ 1º As normas a que se refere o caput deste artigo fixarão prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

§ 2º A entidade fiscalizadora deverá receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

Art. 47. Em caso de gestão associada, compartilhada ou prestação regionalizada dos serviços, o Município poderá adotar os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação adotados para a área de abrangência da associação ou da prestação.

Art. 48. Os prestadores dos serviços de saneamento básico deverão fornecer à entidade reguladora todos os dados e informações necessárias para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

§ 1º Incluem-se entre os dados e informações a que se refere o caput deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§ 2º Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 49. Será instituído por ato do Poder Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saneamento Básico e do Fundo Municipal de Saneamento Básico.

Art. 50. Os órgãos e entidades municipais da área de saneamento básico serão reorganizadas para atender o disposto nesta lei, no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 51. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 52. Revogam-se as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei Complementar no Diário Oficial dos Municípios, em 31 de março de 2014.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

Extrato do Convênio Nº 02/2014

Extrato do Convênio nº 02/2014. Que celebram entre si a Prefeitura Municipal de Paulo Lopes e o Lar Francisco de Paula Candido Xavier, CNPJ nº13.368.388/0001-20. O presente convênio visa firmar cooperação, entre os partícipes para a execução do projeto de atendimento integral as crianças e adolescentes do Município de Paulo Lopes, que se encontram com seus direitos fundamentais ameaçados, a fim de acolhê-los, seja em decorrência de Decisão Judicial, por destituição de pátrio poder, ou por outros motivos que se fizeram convenientes para tanto. O valor repassado mensalmente para o desenvolvimento dos objetivos previstos é de 600,00 (seiscientos reais) por criança ou adolescente acolhido.

Paulo Lopes, 18 de março de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº. 012/2014

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº. 12/2014

Ata nº 12/2014; Processo nº016/2014; Objeto: O registro de preço para aquisição de toner e cartucho de tinta para uso das secretarias administradas pela Prefeitura Municipal de Paulo Lopes. Contratante: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES; Contratadas: GAZDA SUPLEMENTOS PARA ESCRITÓRIO, valor contratado: R\$ 39.340,00 (trinta e nove mil trezentos e quarenta reais) e PSV INFORMÁTICA LTDA ME, valor contratado: R\$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais).

Paulo Lopes, 19 de março de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 011/2014

Extrato do contrato nº 011/2014 conforme Processo Licitatório nº 029/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes. Contratado: Aderbal Barreiros Fortes - Me. Objeto: prestação de serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, materiais de reposição imediata (mediante ressarcimento) e quaisquer outros necessários à execução dos serviços em elevador da instalado na sede da Prefeitura de Paulo Lopes. Valor do Contrato: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) Vigência: 31/12/2014.

Extrato do Contrato Nº 012/2014

Extrato do contrato nº 012/2014 conforme Processo Licitatório nº 028/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes. Contratado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA). Objeto: Contratação da Prestação de Serviços de Publicação de atos oficiais expedidos pelos Órgãos Públicos do Município de Paulo Lopes no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC). Valor: R\$ 3.360,00 (três mil trezentos e sessenta reais). Vigência: 31/12/2014.

Extrato do Contrato Nº 013/2014

Extrato do contrato nº 013/2014 conforme Processo Licitatório nº 030/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes. Contratado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA). Objeto: a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA. Valor: R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais), pagos mensalmente. Vigência: 31/12/2014.

Pinheiro Preto**PREFEITURA****Convênio 005/2014**

(Ementa)

CONVÊNIO 005/2014

OBJETO: Pelo presente Convênio a Cooperideal, obriga-se a executar ao CONVENIENTE ações destinadas a programas de treinamento de técnicos em sistemas intensivos de produção de leite no município de PINHEIRO PRETO - SC, EMPRESA CONTRATADA: COOPERIDEAL – COOPERATIVA PARA A INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE LEITEIRA, VALOR DO CONTRATO: Na execução do convênio, o Município Conveniente contribuirá financeiramente à CONVENIADA com o valor descrito no respectivo Plano de Trabalho, item PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, a partir da execução dos respectivos Planos de Trabalho.

DATA DO CONTRATO: 26 de março de 2014

PREFEITO: Euzebio Vieceli

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria Nº 20, de 28 de Março de 2014.**

PORTARIA Nº 20, DE 28 DE MARÇO DE 2014.

HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA APTA PRISCILA BARONCELLO MAZUTTI PARA O CARGO DE SECRETARIA EXECUTIVA, CONCURSO PÚBLICO 001/2014

EDISON ANTONIO MANICA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no item 12.3 do edital de Concurso Público 001/2014;

Considerando o parecer do Laudo médico;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o exame médico Admissional e declara apta para o trabalho a candidata PRISCILA BARONCELLO MAZUTTI, número de inscrição 027, para o cargo de Secretária Executiva;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, 28 de março de 2014.

EDISON ANTONIO MÂNICA
Presidente

Retificação da Portaria Nº 18, de 10 de Fevereiro de 2014.

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 18, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDISON ANTONIO MANICA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RETIFICA:

Portaria nº 18, de 10 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina de 10 de fevereiro de 2014, Edição 1424, página 319,

Onde se lê:

Parágrafo único. A posse deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de nomeação.

Leia-se:

Parágrafo único. A posse ocorrerá na mesma data da nomeação.

SALA DAS SESSÕES DE PINHEIRO PRETO, 28 DE MARÇO DE 2014.
EDISON ANTONIO MANICA
Presidente da Câmara De Vereadores

Pomerode

PREFEITURA

Edital de Licitação Pregão Presencial N.º 002/2014 – Registro de Preços

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTES E LAZER - FUNPEEL
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2014 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 003/2014.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DESPORTIVA PARA ATENDER A DEMANDA DOS 38º JOGOS ESTUDANTIS DE POMERODE, CAMPEONATO ESCOLAR DE FUTEBOL MOLEQUE BOM DE BOLA - ETAPA MUNICIPAL, 6º FESTIVAL DE ATLETISMO DE POMERODE, 3º JOGOS DO PARADESPORTO ESCOLAR DE POMERODE - PARAJEP E PARA OS 1º JOGOS DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE POMERODE - JICOP, EVENTOS ESPORTIVOS REALIZADOS E PROMOVIDOS PELA FUNPEEL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL (TERMO DE REFERÊNCIA), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.

Entrega dos envelopes: Até as 09:00 horas do dia 11/04/2014.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 09:00 horas do dia 11/04/2014.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 28 de Março de 2014.

CÉLIO SCHLINGMANN
Presidente da FUNPEEL

Edital de Licitação Pregão Presencial N.º 002/2014 – Registro de Preços

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2014 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 009/2014.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 14/04/2014.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 14/04/2014.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 28 de Março de 2014.

WALTRAUD HINKELDEY
Secretária Municipal de Saúde

Porto União

PREFEITURA

Resolução Nº 001/2014 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 001, de 07 de março de 2014.

Dispõe sobre o Cofinanciamento Federal para Expansão Qualificada e Reordenamento de Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens de até 21anos.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Porto União, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social, em reunião realizada em 07 de março de 2014, ata de nº 143,

RESOLVE:

APROVAR O TERMO DE ACEITE PARA COFINANCIAMENTO FEDERAL PARA EXPANSÃO QUALIFICADA E REORDENAMENTO DE SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS DE ATÉ 21 ANOS.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União, 27 de março de 2014.

MARCIA MARIA BAGGIO CAUS
Presidente do CMAS

Edital de Convocação N.º 019/2014

Edital de convocação 019/2014

Concurso Público Municipal nº. 001/2013

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União – SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionada, APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/20103 a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do 29/03/2014 à 04/04/2014, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no Capítulo III do Edital 001/2013, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
- Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física – CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
- Título de Eleitor;
- Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
- Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir)
- Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Comprovante de residência atualizado;
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia)
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso; (fotocopia)
- Certidão de Nascimento dos filhos;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)
- Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.4.1, do Edital 001/2013, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo. Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

PSICOLOGO ESPECIALISTA EM SAUDE MENTAL

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
DAIANI DE FÁTIMA MOURA	02		

Porto União (SC), 28 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Decreto Nº 412/2014

DECRETO Nº 412, de 21 de março de 2014.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.155, de 08 de julho de 2013 (LDO) e 4.200, de 02 de dezembro de 2013 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento próprio do Fundo Municipal de Educação, a dotação orçamentária a seguir especificada no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2082 – Despesas não Consideradas p/ Índices de Ensino		
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	01	20.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		20.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação na Fonte 100 - Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 21 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 413/2014

DECRETO Nº 413, de 28 de março de 2014.

Dispõe sobre Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005,

DECRETA:

Art. 1º CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO com proventos integrais ao Servidor Público Municipal Sr. ESMAEL ADAM PEREIRA, portador do RG nº 787.277 SSP SC e CPF nº 249.426.699/87, no Cargo de Mecânico de Veículos Leves, vinculado à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, sob o Regime Estatutário, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 28 de março de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARGARETH FLISSAK
Presidente do IMPRESS

Decreto Nº 414/2014

DECRETO Nº 414, de 28 de março de 2014.
Dispõe sobre Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no art. 40, § 1º, inc. III, letra a, da Constituição Federal, devidamente combinado com o art. 31, inc. I, da Lei Municipal nº 2.108, de 09 de junho de 1995, com redação dada pela Lei Municipal nº 3.079, de 06 de julho de 2005, observado o disposto nos §§ 3º e 17 do art. 40, com redação dada pela Emenda Constitucional 41/2003,

DECRETA:

Art. 1º CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO com proventos proporcionais ao Servidor Público Municipal Sr. NESTOR DOMINGOS GIACOMINI, portador do RG nº 326.140 SSP SC e CPF nº 247.340.399-68, no Cargo de Motorista de Veículos Pesados, vinculado à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, sob o Regime Estatutário, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 28 de março de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARGARETH FLISSAK
Presidente do IMPRESS

Decreto Nº 415/2014

DECRETO Nº 415, de 28 de março de 2014.
Dispõe sobre Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005,

DECRETA:

Art. 1º CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO com proventos integrais ao Servidor Público

Municipal Sr. VERISSIMO OLIVEIRA DOS SANTOS, portador do RG nº 1.104.840-9 SSP SC e CPF nº 382.374.079/20, no Cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, vinculado à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, sob o Regime Estatutário, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 28 de março de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARGARETH FLISSAK
Presidente do IMPRESS

Lei Nº 4.228/2014

LEI Nº 4.228, de 26 de março de 2014.

Autoriza o Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Porto União, a filiar a Câmara Municipal e esta a contribuir mensal ou anualmente com a UVESC – União dos Vereadores de Santa Catarina, com sede na capital do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores, autorizado a filiar a Câmara Municipal e esta a contribuir mensal ou anualmente em favor da UVESC – UNIÃO DOS VEREADORES DE SANTA CATARINA, com sede na Capital do Estado Catarinense, portadora do CNPJ nº 76.875.731/0001-42.

§ 1º O valor de que trata o caput do artigo 1º é de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por mês, conforme estatuído no artigo 85, inciso I, a, b e c do Estatuto da Entidade, a serem lançados conforme a emissão de boleto de pagamento pela Entidade ou depósito em conta.

§ 2º Quando o valor da contribuição for reajustado, fica o Presidente da Câmara Municipal autorizado a ajustá-lo por ato próprio, de conformidade com o que a UVESC estabelecer e seguindo os índices de reajuste permitidos em lei.

Art. 2º A contribuição referida terá cunho exclusivamente para as atividades da Entidade, conforme prescrito em seus Estatutos, não podendo haver desvio de finalidade.

Parágrafo único. A Entidade prestará contas à Câmara Municipal de Vereadores, através de seus balanços, comprovando a aplicação dos recursos objeto do presente ato.

Art. 3º A contribuição cessará pela dissolução da Entidade ou por outro meio Estatutário, bem como por revogação da Lei Autorizadora que venha determinar sua condição de desfilado, o que será comunicado por escrito a UVESC.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão à conta em rubrica específica do orçamento do Legislativo Municipal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Porto União (SC), 26 de março de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 318/2014 - RH

PORTARIA Nº 318, de 06 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 15 de janeiro a 31 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Jessé Marcelo Guviazdecki, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar na Coordenação do Programa Campeões do Futuro de acordo com a Lei Municipal 4.104 de 13 de março de 2013.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Departamento Municipal de Esportes, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 15 de janeiro de 2014.

Porto União, SC em 06 de março de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 352/2014 - RH

PORTARIA Nº 352, de 14 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Elenice de Lima Kubiak, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 14 de março de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 350/2014 - RH

PORTARIA Nº 350, de 13 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2010, Janete Nakaliski, aprovada em 60º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, pertencente ao Grupo Ocupacional de Apoio – GA, Anexo II, com vencimentos na Classe "01" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 13 de março de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 351/2014 - RH

PORTARIA Nº 351, de 13 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 13 de março a 10 de junho de 2014, o Contrato de Trabalho nº 008/2014, do servidor Renato Anton, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição ao servidor Eusébio Kuhsler que se encontra em férias por trinta dias e posteriormente sessenta dias de Licença Prêmio.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exerce suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 13 de março de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 353/2014 - RH

PORTARIA Nº 353, de 14 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Denise Cardoso dos Santos, das funções do cargo de Médico (Clínico Geral), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 14 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 354/2014 - RH

PORTARIA Nº 354, de 19 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Eliel Aroldo Crema, do emprego público de Médico PSF, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 19 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 355/2014 - RH

PORTARIA Nº 355, de 20 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do professor efetivo Flávio Michel Doudera Zavaski, para mais 10 (dez) horas semanais, no período de 17 de março a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "C", referência "02", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para ministrar aulas na disciplina de Artes, em virtude do desdobramento de turma e em razão de não haver candidatos concursados para o cargo.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, desse município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 17 de março de 2014.

Porto União, SC em 20 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 356/2014 - RH

PORTARIA Nº 356, de 20 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Eliane Regina Gontarski de Lima, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 06 de março a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Apoio Pedagógico.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora exercerá suas atividades no Núcleo Educacional da Lança, deste Município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 06 de março de 2014.

Porto União, SC em 20 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 357/2014 - RH

PORTARIA Nº 357, de 20 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora contratada Valdiane Varmeling, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 06 de março a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Apoio Pedagógico.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que

dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora exercerá suas atividades no Núcleo Educacional São Pedro do Timbó, deste Município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 06 de março de 2014.

Porto União, SC em 20 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 358/2014 - RH

PORTARIA Nº 358, de 20 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do professor efetivo Cleiton César Schaefer, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 11 de março a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos – EJA (2º segmento), no período noturno.

Art. 2º O servidor exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 11 de março de 2014.

Porto União, SC em 20 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 359/2014 - RH

PORTARIA Nº 359, de 20 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do professor efetivo Alfredo Oscar Koch, para mais 10 (dez) horas semanais, no período de 11 de março a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "C", referência "05", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Programa Aprendendo com a Árvore – PACA, desenvolvido em parceria com a Empresa RIGESA.

Art. 2º O servidor exercerá suas atividades junto ao Núcleo

Educacional João Fernando Sobral, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 11 de março de 2014.

Porto União, SC em 20 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 360/2014 - RH

PORTARIA Nº 360, de 20 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR A PEDIDO a Portaria nº 280 de 24 de fevereiro de 2014, que altera a carga horária da professora Verônica Maina da Silva Homczinski.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 17 de março de 2014.

Porto União, SC em 20 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 361/2014 - RH

PORTARIA Nº 361, de 20 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Marla Kaline Schorr Jung, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 11 de fevereiro a 17 de dezembro de 2014 ou até a alta médica da servidora efetiva Elaine de Oliveira Carvalho que se encontra afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Lina Sander, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 11 de fevereiro de 2014.

Porto União - SC, em 20 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 363/2014 - RH

PORTARIA Nº 363, de 20 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 06 a 27 de março de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Cibele Cristina Ferreira, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora efetiva Carmen Cristine Scheramp que está afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Criança Feliz, deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 06 de março de 2014.

Porto União - SC, em 20 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 364/2014 - RH

PORTARIA Nº 364, de 20 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 11 de março a 17 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Cátia Aparecida Píala Moskvíak, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à professora contratada Denise Maria Soares dos Santos que passará a atuar junto

ao Programa AABB Comunidade, a qual estava em vaga vinculada da professora Neusa Iris Giacomini Deringer que está atuando na Coordenação do Programa Mais Educação.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 11 de março de 2014.

Porto União - SC, em 20 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 365/2014 - RH

PORTARIA Nº 365, de 20 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 10 de março a 17 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Eder Homczinski, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Ciências), com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no Apoio Pedagógico.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Jornalista Herminio Milis, deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 10 de março de 2014.

Porto União - SC, em 20 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 366/2014 - RH

PORTARIA Nº 366, de 20 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 06 de março a 02 de junho de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Daisy Caldas da Fonseca, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora efetiva Diva Soares dos Santos de Souza que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Arco Iris, deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 06 de março de 2014.

Porto União - SC, em 20 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 367/2014 - RH

PORTARIA Nº 367, de 20 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 19 de fevereiro a 17 de abril de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Flávia Gregório, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora efetiva Sirlene Raquel Zamboni Freisleben que se encontra afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Frei Deodato, deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 19 de fevereiro de 2014.

Porto União - SC, em 20 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 368/2014 - RH

PORTARIA Nº 368, de 20 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Seção I da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos;

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER POR TITULAÇÃO a servidora efetiva Ciane Giannini Drosdoski Mohr, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), para a Classe "C", Referência "01", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de março de 2014.

Porto União - SC, em 20 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 362/2014 - RH

PORTARIA Nº 362, de 20 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 26 de fevereiro a 27 de março de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Daiane França Felício, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos finais (Português), com carga horária de 10 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos – EJA 2º segmento, em substituição à servidora efetiva Carmen Cristine Scheramp que está afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 26 de fevereiro de 2014.

Porto União - SC, em 20 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 369/2014 - RH

PORTARIA Nº 369, de 20 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Seção I da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos;

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER POR TITULAÇÃO a servidora efetiva Silmara Bueno de Camargo, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, para a Classe "C", Referência "01", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de março de 2014.

Porto União - SC, em 20 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 370/2014 - RH

PORTARIA Nº 370, de 21 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Silvana Luzia de Lima Bueno da Silva, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 371/2014 - RH

PORTARIA Nº 371, de 27 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Jusara Pinto Angeli, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 27 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 372/2014 - RH

PORTARIA Nº 372, de 27 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Daiane França Felício, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Português), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 27 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 373/2014 - RH

PORTARIA Nº 373, de 27 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Cibele Cristina Ferreira, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 27 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 374/2014 - RH

PORTARIA Nº 374, de 27 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 049/2013, de Thiago Pereira da Silva, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 27 de março a 25 abril de 2014, ou até a alta médica do servidor Wilton José Michels que continua afastado para Tratamento de Saúde.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exerce suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 27 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 375/2014 - RH

PORTARIA Nº 375, de 31 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Denise Cardoso dos Santos, das funções do cargo de Médico Plantonista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 376/2014 - RH

PORTARIA Nº 376, de 31 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Cleide Rejane Finotello, das funções do cargo de Assistente Social, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 377/2014 - RH

PORTARIA Nº 377, de 31 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/05/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de Março/2014, referente ao período aquisitivo de agosto de 2006 a agosto de 2011, da servidora Janete Aparecida Valperes, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 378/2014 - RH

PORTARIA Nº 378, de 31 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/05/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de Março/2014, referente ao período aquisitivo de agosto de 2006 a agosto de 2011, da servidora Eliane Grossl Cruz, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar

de Enfermagem, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 379/2014 - RH

PORTARIA Nº 379, de 31 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/05/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Março/2014, referente ao período aquisitivo de setembro de 2006 a setembro de 2011, do servidor Miguel Lesczyk, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículos Leves, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 380/2014 - RH

PORTARIA Nº 380, de 31 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/05/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Março/2014, referente ao período aquisitivo de novembro de 2006 a novembro de 2011, da servidora Cleusa Brexi, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 381/2014 - RH

PORTARIA Nº 381, de 31 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/05/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Março/2014, referente ao período aquisitivo de junho de 2007 a junho de 2012, do servidor Vanderlei de Lima, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Rio do Sul

PREFEITURA

Portaria Nº 0345/RH

PORTARIA N. 0345/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Memorando Nº 09/2014 e demais documentos em anexo,

RESOLVE:

Art.1º Instaurar a Sindicância Administrativa n. 008/2014, a fim de apurar a falta de cones na Guarda Municipal de Rio do Sul.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0079/RH, de 30 de janeiro de 2014, para apurar tais fatos.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de março de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

Resumo do Contrato 020/2014

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 020/2014

Dispensa de Licitação nº 052/2014

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: SERRANA ENGENHARIA LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada em Engenharia Sanitária para executar serviços de remoção da quantidade estimada de 1447,68 toneladas de resíduos referentes a enchente de Setembro de 2013, com destinação em aterro Sanitário devidamente Licenciado. Conforme relatório em anexo.

Valor: R\$ 286.066,88 (duzentos e oitenta e seis mil e sessenta e seis reais e oitenta e oito centavos).

Prazo de Execução: 30 dias para ser retirada total dos resíduos

Condições de Pagamento: até 10 (dez) dias após a prestação dos serviços, mediante emissão da nota fiscal/fatura

Recurso: União

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 26 de março de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 271/2014

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 271/2014 firmado em 19/03/2014, com término previsto para 18/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ELITA DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 683.816.899-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 271/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira

O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Cozinheiro, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação – CEI Prof. Danilo Lourival Schmidt.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 20/03/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ELITA DOS SANTOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..

Nome:..

CPF:..

CPF:..

Resultado Final Homologado Concurso Público N. 001/2014

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2014

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados, o Resultado Final do Concurso Público nº. 001/2014:

CARGO: FISCAL DE OBRAS E POSTURAS											
CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	IDADE	PT	MT	CG	CE	TOTAL OBJETIVA		NOTA FINAL	RESULTADO
1	1024	RAMON THIAGO DA SILVA KISSNER	18/10/1982	1,60	0,60	0,40	4,80	7,40		7,40	APROVADO
2	1003	RODRIGO SIMON RUTZEN	27/05/1980	1,00	0,80	0,40	4,20	6,40		6,40	APROVADO
3	1046	RAMIRO DE LIZ E SOUZA	25/10/1981	1,40	0,60	0,60	3,30	5,90		5,90	REPROVADO
4	1044	CLEITON LUIS KOFAHL	10/09/1976	1,40	0,60	0,20	3,30	5,50		5,50	REPROVADO
5	1043	RODRIGO JOAO FRONZA	24/09/1984	1,40	0,60	0,60	2,70	5,30		5,30	REPROVADO
6	1057	RONALDO DA ROCHA	17/03/1965	1,00	0,20	0,40	3,60	5,20		5,20	REPROVADO
7	1097	LUIS CARLOS DO AMARAL	13/10/1983	1,40	1,00	0,40	2,40	5,20		5,20	REPROVADO
8	1017	LEONICE WITTE	18/05/1961	1,20	0,40	0,20	3,30	5,10		5,10	REPROVADO
9	1080	LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO	31/07/1989	0,80	1,00	-	3,30	5,10		5,10	REPROVADO
10	1092	SAMUEL HENRIQUE WIPPRICH	26/09/1991	0,80	1,00	-	3,30	5,10		5,10	REPROVADO
11	1078	EDSON MACANEIRO	12/11/1963	1,40	0,80	-	2,70	4,90		4,90	REPROVADO
12	1033	THOMAS HENRY GRANDBERG	15/11/1974	1,00	0,60	0,60	2,70	4,90		4,90	REPROVADO
13	1070	CASSIO OLIVEIRA	21/12/1980	1,00	0,80	0,40	2,70	4,90		4,90	REPROVADO
14	1007	EMERSON SANDRI	10/05/1988	1,40	0,80	0,20	2,40	4,80		4,80	REPROVADO
15	1038	ANDREAS NOERENBERG	21/03/1980	0,80	1,00	0,20	2,70	4,70		4,70	REPROVADO
16	1069	ROBERTO FERREIRA JUNIOR	02/08/1982	1,00	0,60	0,40	2,70	4,70		4,70	REPROVADO
17	1027	SILVIA APARECIDA BOZIO	22/09/1989	1,00	0,40	0,60	2,70	4,70		4,70	REPROVADO
18	1047	RAFAEL GORAL	01/02/1986	1,20	0,40	-	3,00	4,60		4,60	REPROVADO
19	1028	ANDRE MOACIR RIZZI	23/03/1990	0,80	0,80	0,20	2,70	4,50		4,50	REPROVADO
20	1099	GIOVANESSA BORGONOV	01/06/1985	1,00	0,20	0,40	2,70	4,30		4,30	REPROVADO
21	1075	FERNANDO WESTPHAL	20/05/1978	1,20	0,60	-	2,40	4,20		4,20	REPROVADO

22	1087	TAILLON JANIEL DA LUZ	30/03/1990	1,20	0,40	0,20	2,40	4,20	4,20	REPROVADO
23	1068	PATRICIA SOARES	27/11/1982	0,80	0,20	0,40	2,70	4,10	4,10	REPROVADO
24	1060	DIEGO DA SILVA OSSE- MER	13/08/1986	0,80	0,20	0,20	2,70	3,90	3,90	REPROVADO
25	1042	MARCO AURELIO FERRARI	06/07/1969	1,20	0,20	0,60	1,80	3,80	3,80	REPROVADO
26	1002	MARCELO VILIAM ZEMKE	17/11/1980	1,20	0,60	0,20	1,80	3,80	3,80	REPROVADO
27	1012	ALEXANDRE FORSTER	01/08/1980	0,60	0,20	0,20	2,70	3,70	3,70	REPROVADO
28	1084	MAIRA DOLZAN	16/03/1988	1,20	0,20	0,20	2,10	3,70	3,70	REPROVADO
29	1079	CARLOS GUILHERME LUTHARDT	10/10/1985	1,20	0,20	0,40	1,80	3,60	3,60	REPROVADO
30	1067	ALEXAN- DRE CESAR ROPKE	27/09/1964	0,60	0,40	0,40	2,10	3,50	3,50	REPROVADO
31	1074	JERUZA PIASSON DA CRUZ	02/06/1977	0,80	-	-	2,70	3,50	3,50	REPROVADO
32	1001	FRANCIANE DE AGUIAR CHISTER	11/03/1984	0,80	0,40	0,20	2,10	3,50	3,50	REPROVADO
33	1062	BARBARA CONTE	07/10/1989	1,00	0,40	-	2,10	3,50	3,50	REPROVADO
34	1025	FELIPE DE OLIVEIRA SANTOS	26/12/1959	0,80	0,20	0,20	2,10	3,30	3,30	REPROVADO
35	1050	SANDRA MARLI BUTTEI	17/11/1966	0,80	0,20	0,20	2,10	3,30	3,30	REPROVADO
36	1091	VANESSA LUCHTEN- BERG	03/04/1985	1,00	0,20	-	2,10	3,30	3,30	REPROVADO
37	1041	ANDRE DOS SANTOS	30/12/1985	1,00	0,20	-	2,10	3,30	3,30	REPROVADO
38	1056	WALTER RICHARD	24/11/1971	0,60	-	0,40	2,10	3,10	3,10	REPROVADO
39	1063	LEONARDO ROMEU LEDRA SEZERINO	16/05/1985	0,80	0,20	-	2,10	3,10	3,10	REPROVADO
40	1095	JUCELI- NO DOS SANTOS OLIVEIRA	05/06/1975	0,80	-	0,20	1,80	2,80	2,80	REPROVADO
41	1035	GABRIEL GIEHL	05/12/1964	0,60	-	0,20	1,80	2,60	2,60	REPROVADO
DESCLASSI- FICADO	1065	LEONARDO BASTOS PIRES	03/05/1984	-	-	-	-	-	0,00	NÃO COM- PARECEU
DESCLASSI- FICADO	1022	ANDERSON DENIS PERIN	01/03/1985	-	-	-	-	-	0,00	NÃO COM- PARECEU
DESCLASSI- FICADO	1086	LAERCIO LOPES	10/08/1985	-	-	-	-	-	0,00	NÃO COM- PARECEU
DESCLASSI- FICADO	1061	CASSIANO ROBERTO CORBANI	14/11/1986	-	-	-	-	-	0,00	NÃO COM- PARECEU

DESCLASSIFICADO	1058	LUIZ EDUARDO ARTNER	21/03/1987	-	-	-	-	-	0,00	NÃO COM-PARECEU
DESCLASSIFICADO	1076	THAYSE HELENA MROWSKO-WSKI	11/10/1988	-	-	-	-	-	0,00	NÃO COM-PARECEU
DESCLASSIFICADO	1006	FELIPE SEYFFERTH DE OLIVEIRA	04/11/1988	-	-	-	-	-	0,00	NÃO COM-PARECEU

Legendas: PT = Nota obtida em Língua Portuguesa; MT = Nota obtida em Matemática; CG = Nota obtida em Conhecimentos Gerais; CE = Nota obtida em Conhecimentos Específicos do Cargo.

Os aprovados serão convocados na ordem de classificação, sempre obedecendo ao princípio da oportunidade e conveniência, bem como, a necessidade do serviço público.

Os candidatos aprovados serão nomeados para a contratação através de ato oficial do Prefeito Municipal, obedecendo-se a ordem de classificação por cargo, de acordo com este Edital.

O candidato que não assinar o termo de posse no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação do ato de nomeação perderá a vaga.

O prazo para a assinatura do termo de posse poderá ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias, a requerimento do interessado, protocolado dentro do prazo previsto no subitem anterior.

Se a contratação não se der nos prazos estabelecidos, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo o caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no Concurso Público, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo.

Na hipótese de desistência do candidato notificado para nomeação, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga.

Somente poderá ser admitido o candidato que, após aprovado no Concurso Público, preencher os seguintes requisitos:

- a) For brasileiro nato ou naturalizado;
- b) Encontrar-se em pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
- c) Possuir o nível de escolaridade e o registro exigido para o exercício do cargo, com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional, se for o caso;
- d) Prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial;
- e) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- f) Declaração que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;
- g) Exames a serem apresentados no ato da posse, custeados pelo candidato:
 1. HEMOGRAMA COMPLETO;
 2. GLICEMIA;
 3. VDRL;
 4. RX TORAX; e
 5. ECG - 40 ANOS.
- h) Cópia dos seguintes documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:
 1. Identidade;
 2. Certificado de reservista, para candidatos do sexo masculino;
 3. CPF;
 4. Comprovante de quitação com as obrigações eleitorais;
 5. Comprovar idade mínima de 18 (dezoito) anos; e
 6. Outros documentos necessários, exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos.

O Concurso Público terá validade de 2 (dois) anos, a contar da data do ato de homologação do resultado final com a respectiva classificação para o cargo, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal de Rio do Sul.

Rio do Sul (SC), 28 de março de 2014.
 GARIBALDI ANTONIO AYROSO
 Prefeito Municipal

Portaria Nº 0337/RH
PORTARIA N. 0337/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Memorando SMA/GAB N. 120/2014 e demais documentos em anexo,

RESOLVE:

Art.1º Instaurar a Sindicância Administrativa n. 007/2014, a fim de averiguar os fatos ocorridos no CEI Adelaide Ledra, no período de setembro de 2012 a março do corrente ano, envolvendo a servidora Maria Lurdes das Almas Oliveira.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0079/RH, de 30 de janeiro de 2014, para apurar tais fatos.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de março de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria Nº 0347/RH
PORTARIA N. 0347/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar, a instauração do Processo Administrativo Disciplinar n. 004/2014, referente ao servidor VALCINEI NAZARI, matrícula n. 257133/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Operador de Equipamentos, para apurar os fatos relatados no Memorando 039/2014 de 21/03/2014, Ofício SMA n. 055/2014/ADM/RH, de 05 de março de 2014, e demais documentos em anexo.

Parágrafo único – O servidor, em tese, teria infringido o Art. 157, incisos I, II, III, IV, IX e X, e Art. 158, incisos I, XVII e XX da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010. Por decorrência, poderá lhe ser imputada a penalidade prevista no Art. 171 da lei complementar supracitada.

Art. 2º. Constituir, conforme disposto no Art. 184, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos seguintes servidores:

- a) Jose Luiz do Nascimento, matrícula n. 76074/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Tributos;
- b) Elisandra Dias, matrícula n. 165379/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro Florestal;
- c) Cristiane Aparecida Leandro de Souza, matrícula n. 74578/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. Os servidores ora designados para desempenhar as atividades inerentes à comissão farão jus à gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, conforme disposto no Art. 102, da Lei complementar supracitada.

Art. 5º. O prazo para a conclusão da instrução é de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de publicação deste ato.

Art. 6º. O prazo para a apresentação de defesa escrita é de 10 (dez) dias contados a partir do término da instrução.

Art. 7º. O prazo para apresentação do Relatório da Comissão é de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega da Defesa.

Art. 8º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de março de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

Asfj

Edital de Notificação de Contribuição de Melhoria

RIO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.

PELO PRESENTE EDITAL, FICA O CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADO DEVIDAMENTE INTIMADO DA NOTIFICAÇÃO FISCAL REFERENTE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, EM FACE DA IMPOSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº
Walmor Scoz	xxx.068.759-xx	72/2014
Alivio Zanis	xxx.732.379-xx	45/2014
Teofilo Klaumann	xxx.582.219-xx	48 e 49/2014
Rozemar Correa	xxx.911.079-xx	51/2014
Genir Terezinha Beber		
Zucatelli	xxx.665.059-xx	71/2014
João Sérgio da Luz	xxx.721.979-xx	42/2014

Rio do Sul, 28 de Março de 2014.
RUBENS AUGUSTO SCHWARZ MENSLIN
Secretário Municipal da Fazenda

JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
Depto Fiscalização Tributária

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria Nº 763/2014**

PORTARIA Nº 763, DE 27 DE MARÇO DE 2014
Exonera o Assessor Parlamentar Jean Douglas Senem

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe faculta o artigo 39, § 4º, da Lei Complementar nº 207, de 28/09/2010, resolve:

EXONERAR:

Art. 1º A partir de 01 de abril de 2014, o funcionário Jean Douglas Senem, ocupante do cargo de provimento em Comissão, Assessor Parlamentar - Padrão CC-1, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de março 2014.

JAIME SBORZ

Presidente da Mesa

Portaria Nº 764/2014

PORTARIA Nº 764, DE 27 DE MARÇO DE 2014
Nomeia a Assessora Parlamentar Jully Annye Goedert

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe faculta o Artigo 13, da Lei Complementar nº 207, de 28/09/2010, resolve:

NOMEAR:

Art. 1º A partir de 01 de abril de 2014, JULLY ANNIE GOEDERT, para ocupar o cargo de provimento em Comissão, Assessora Parlamentar - Padrão CC-1, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de março de 2014.

JAIME SBORZ

Presidente da Câmara

Santa Rosa do Sul**PREFEITURA****Edital**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL/SC
PROCESSO DE LICITAÇÃO 34/2014- PR 34/2014

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação contratação de pessoa jurídica para manutenção preventiva e corretiva de veículos leves, caminhões, ônibus, micro-ônibus e máquinas, incluindo o fornecimento de peças novas, aplicação de materiais diversos e serviços de mecânica necessários ao perfeito funcionamento dos mesmos, Durante Exercício de 2014. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 11:30horas/m do dia 10 de Abril de 2014, início da sessão de abertura dos envelopes e

julgamento às 08:30 horas do dia 11 de Abril de 2014. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113, E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Santa Terezinha do Progresso**PREFEITURA****Extrato de Edital PL 202**

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 0202/2014 na MODALIDADE: Pregão Presencial, para AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO ANO 2014 MODELO 2014, NOVO ZERO QUILOMETRO E CACAMBA BASCULANTE METALICA, CONFORME PROPOSTA TRANSFERÊNCIA 0000008288 DO PROGRAMA 2013000640 PACTO PELOS MUNICÍPIOS.. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 15:00 horas do dia 10/04/14, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 15:05 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 21/03/14.

Jacob Gilmar Junges

Prefeito Municipal.

São Bento do Sul**PREFEITURA****Aviso de Licitação - Pregão Nº 29/2014 FMS**

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2014 - FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 9:00 horas do dia 11 de abril de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA COMPRA DE LEITES E SUPLEMENTOS ALIMENTARES, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 17 de março de 2014.
DEODATO RAUL HRUSCHKA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

MAURO SIQUEIRA RAMOS
Pregoeiro

Aviso de Licitação - Pregão Nº 88/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2014

MENOR PREÇO

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 11 de abril de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE FLUIDOS ARLA 32 - GALÃO 20 LITROS E ÓLEO DIESEL S-10, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 24 de março de 2014.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração

SANDRA Mª SADOWSKI ANDRZEJEWSKI
Pregoeira

Extrato de Termo Aditivo Nº 351/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 351/2013

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 049/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CONSTRUTORA CAMPO ALEGRE LTDA ME, em 04 de FEVEREIRO de 2013, conforme Convite nº 45/2013.

Considerando o objeto do Contrato que consiste na contratação de empresa para prestação de serviços de pedreiro, carpinteiro, encanador e servente para pequenos reparos na Secretaria de Assistência Social;

Considerando que durante o contrato foram feitos vários reparos e a quantidade de horas previstas inicialmente não são suficiente até o término do contrato, faz-se necessário aditar o referido contrato em 25% (vinte e cinco por cento) conforme Cláusula Décima – das Alterações, com base no Art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93.

Fica incluso no Contrato o valor total de R\$ 2.160,80 (dois mil cento e sessenta reais e oitenta centavos) para pagamentos de acordo com o Contrato Original:

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 08 de novembro de 2013.
Ass: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

CONSTRUTORA CAMPO ALEGRE LTDA ME, como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 024/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Passagens, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa REUNIDAS TURISMO S/A.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na aquisição de passagens (vale transporte) para os Servidores Públicos Municipais de São Bento do Sul para Mafra, Rio Negrinho, Campo Alegre e Rio Preto, pelo período de Janeiro a Dezembro de 2014, de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 6/2014 de 13 de janeiro de 2014.

DO VALOR: R\$ 85.542,00 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01.01.2014

São Bento do Sul, 13 de janeiro de 2014.
ASS: ALCIONEI FRANÇA DA SILVA, como Secretário de Administração do Município.

REUNIDAS TURISMO S/A, como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 053/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 053/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Permissão de Uso de Bem Público, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PS SERVIÇOS LTDA - ME.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na permissão onerosa de 01 (uma) sala no pavimento inferior, interna, destinada a venda de passagens rodoviárias, num total de 23,92 m2 situada junto ao Terminal Rodoviário de Passageiros de São Bento do Sul – SC, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 12/2014 de 21 de janeiro de 2014.

DO VALOR: Pelo uso da área, a PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE a quantia de R\$ 756,14 (setecentos e cinquenta e seis reais e quatorze centavos), até o 15º dia do mês subsequente, sendo o valor de R\$ 378,07 (trezentos e setenta e oito reais e sete centavos) no mês de Janeiro de 2014, referente ao pagamento do uso a contar do dia 16 de janeiro à 31 de janeiro de 2014.

DA VIGÊNCIA: O prazo da presente Permissão de Uso será de 08 (oito anos) anos, a contar de 16 de janeiro de 2014 e com término em 30 de abril de 2021.

São Bento do Sul, 31 de janeiro de 2014.
ASS: ALCIONEI FRANÇA DA SILVA, pela Secretaria de Administração do Município.

PS SERVIÇOS LTDA - ME, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 224/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 224/2013

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 164/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Sra. ANDREIA MARTINS e tendo como Beneficiária a Sra. GIRLENE WAIS DE JESUS, em 26 de ABRIL de 2013, conforme Dispensa de Licitação nº 137/2013.

Considerando o objeto do Contrato nº 164/2013, que consiste no pagamento de aluguel social em caráter de emergência para abrigar a família da Sra. Girlene Wais de Jesus, em virtude de alagamento em sua residência na Rua Bertha Donbenck, nº 386, Bairro Serra Alta, Loteamento Boa Esperança, conforme Relatório de Atendimento Social nº 07/2013, e de acordo com a Lei nº 8.742/93 - Lei Orgânica da Assistência Social, que prevê a possibilidade de criação de benefícios eventuais para atender necessidades advindas de vulnerabilidade temporária e calamidade pública;

Considerando que foi realizada visita domiciliar pela Assistência Social e nesta foi verificado que a Sra Girlene já está morando de aluguel, pois sua casa foi interditada pela Defesa Civil em abril deste ano sendo afetada pela enxurrada e alagamento ocorrido devido ao aterramento do loteamento Boa Esperança que fica próximo à sua residência, a requerente declara ter entrado com processo contra a Prefeitura deste Município pelos danos materiais e morais sofridos. A EMHAB solicita que o auxílio aluguel seja renovado por mais 01 (um) mês, sendo que após este prazo a questão já estará resolvida. Diante deste, faz-se necessário aditivar o referido contrato nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 01 (um) mês, a contar de 26 de julho de 2013 e com término em 25 de agosto de 2013.

Permanece o valor mensal de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

Nada mais havendo, assinam as partes em 03 (três) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 15 de julho de 2013.

Ass: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

ANDREIA MARTINS, como Locadora.

GIRLENE WAIS DE JESUS, como Beneficiária.

Extrato de Contrato Nº 088/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 088/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato no fornecimento de material e mão de obra para execução de serviços de terraplanagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica das Ruas Ipê e Alfredo Baron, Bairro 25 de Julho, conforme Memorial Descritivo, Projetos e Contrato de Empréstimo entre Caixa Econômica Federal / Prefeitura Municipal de São Bento do Sul nº 780694/2012, conforme Concorrência Pública nº 287/2013.

DO VALOR: R\$ 786.612,54 – valor total.

DA VIGÊNCIA: de 04 (quatro) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 18 de março de 2014.

ASS: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 023/2014 FMS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 023/2014

DA ESPÉCIE: Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 009/2010 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa MULTIMAGEM S/C LTDA, conforme Edital nº 004/2009, de 13 de novembro de 2009.

DO OBJETO: Consiste na contratação da empresa para prestar serviços com Finalidade Diagnóstica por Radiologia, Ultrassonografia e Coleta de Material, em pacientes externos do Sistema Único de Saúde (SUS), o qual faz-se necessário alterar as seguintes Cláusulas do Contrato: I – Altera a Cláusula Nona do Contrato, referente a forma de pagamento, aditivando o Contrato em 10%, totalizando o valor de R\$ 16.413,00 (Dezesseis mil, quatrocentos e treze reais) devido à insuficiente cota física e financeira programada na FPO do Contrato, a qual não satisfaz o aumento da demanda dos referidos procedimentos.

II - Altera Cláusula Quinta do Contrato 009/2010: As despesas decorrentes do atendimento do objeto deste Contrato, tem o valor limite definido na Ficha de Programação Orçamentária (FPO), conforme produção dos serviços, como segue:

Código SUS	Sub-Grupo 01 – Coleta de Material	SUS	Complemento	Valor Unitário TOTAL	FPO ANUAL			
					QTDE	Valor SUS	Valor Complemento	VALOR TOTAL
02.01.01.021-6	BIOPSIA DE FIGADO POR PUNÇÃO (CORE BIOPSY)	R\$ 71,15	R\$ 372,85	R\$ 444,00	12	R\$ 853,80	R\$ 4.474,20	R\$ 5.328,00
02.01.01.041-0	BIOPSIA DE PROSTATA (CORE BIOPSY)	R\$ 92,38	R\$ 331,62	R\$ 424,00	12	R\$ 1.108,56	R\$ 3.979,44	R\$ 5.088,00
02.01.01.043-7	BIOPSIA DE RIM POR PUNÇÃO (CORE BIOPSY)	R\$ 46,19	R\$ 397,81	R\$ 444,00	12	R\$ 554,28	R\$ 4.773,72	R\$ 5.328,00
02.01.01.060-7	PUNÇÃO DE MAMA POR AGULHA GROSSA (CORE BIOPSY)	R\$ 68,43	R\$ 375,57	R\$ 444,00	1	R\$ 68,43	R\$ 375,57	R\$ 444,00
02.01.01047-0	BIOPSIA DE TIREOIDE OU PARATIREOIDE (PAAF)	R\$ 23,73	R\$ 200,27	R\$ 224,00	1	R\$ 23,73	R\$ 200,27	R\$ 224,00
02.01.01.058-5	PUNÇÃO ASPIRATIVA DE MAMA POR AGULHA FINA (PAAF)	R\$ 33,24	R\$ 190,76	R\$ 224,00	1	R\$ 33,24	R\$ 190,76	R\$ 224,00
TOTAL SUB-GRUPO								R\$ 16.636,00
CÓDIGO	Sub-Grupo 04 – Diagnóstico por Radiologia	SUS	Complemento	TOTAL	QTDE	TOTAL SUS	TOTAL COMPL	
02.04.03.003-0	MAMOGRAFIA UNILATERAL	R\$ 22,50	R\$ 9,50	R\$ 32,00	40	R\$ 900,00	R\$ 380,00	R\$ 1.280,00
02.04.03.018-8	MAMOGRAFIA BILATERAL PARA RASTREAMENTO	R\$ 45,00	R\$ 19,00	R\$ 64,00	1080	R\$ 48.600,00	R\$ 20.520,00	R\$ 69.120,00
02.04.05.006-5	HISTEROSSALPINGOGRAFIA	R\$ 45,34	R\$ 101,66	R\$ 147,00	12	R\$ 544,08	R\$ 1.219,92	R\$ 1.764,00
02.04.02.010-7	RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO-LOMBAR	R\$ 9,73	R\$ 48,27	R\$ 58,00	48	R\$ 467,04	R\$ 2.316,96	R\$ 2.784,00
02.04.06.003-6	ESCANOMETRIA	R\$ 7,77	R\$ 50,23	R\$ 58,00	96	R\$ 745,92	R\$ 4.822,08	R\$ 5.568,00
TOTAL SUB-GRUPO								R\$ 80.516,00
CÓDIGO	Sub-Grupo 05 – Diagnóstico por Ultra-sonografia	SUS	Complemento	TOTAL	QTDE	TOTAL SUS	TOTAL COMPL	VALOR TOTAL
02.05.02.004-6	ULTRA-SONOGRAFIA DE ABDOMEN TOTAL	R\$ 37,95	R\$ 26,05	R\$ 64,00	240	R\$ 9.108,00	R\$ 6.252,00	R\$ 15.360,00

02.05.02.003-8	ULTRA-SONO- GRAFIA DE ABDOMEN SUPE- RIOR (FIGADO, VES)	R\$ 24,20	R\$ 19,80	R\$ 44,00				
02.05.02.005-4	ULTRA-SONO- GRAFIA DE APARELHO URINÁRIO	R\$ 24,20	R\$ 19,80	R\$ 44,00				
02.05.02.006-2	ULTRA-SONO- GRAFIA DE ARTICULAÇÃO	R\$ 24,20	R\$ 19,80	R\$ 44,00				
02.05.02.007-0	ULTRA-SONO- GRAFIA DE BOL- SA ESCROTAL	R\$ 24,20	R\$ 19,80	R\$ 44,00				
02.05.02.008-9	ULTRA-SONO- GRAFIA DE GLOBO OCULAR/ ORBITA (MO- NOC)	R\$ 24,20	R\$ 19,80	R\$ 44,00				
02.05.02.009-7	ULTRA-SONO- GRAFIA MAMA BILATERAL	R\$ 24,20	R\$ 19,80	R\$ 44,00				
02.05.02.010-0	ULTRA-SONO- GRAFIA DE PROSTATA (VIA ABDOMINAL)	R\$ 24,20	R\$ 19,80	R\$ 44,00				
02.05.02.012-7	ULTRA-SONO- GRAFIA DE TIREOIDE	R\$ 24,20	R\$ 19,80	R\$ 44,00				
02.05.02.013-5	ULTRA-SONO- GRAFIA DE TORAX (EXTRA- CARDIACA)	R\$ 24,20	R\$ 19,80	R\$ 44,00				
02.05.02.016-0	ULTRA-SONO- GRAFIA PELVICA (GINECOLÓGI- CA)	R\$ 24,20	R\$ 19,80	R\$ 44,00				
02.05.02.017-8	ULTRA-SONO- GRAFIA TRANS- FONTANELA	R\$ 24,20	R\$ 19,80	R\$ 44,00	924	R\$ 22.360,80	R\$ 18.295,20	R\$ 40.656,00
02.05.02.018-6	ULTRA-SONO- GRAFIA TRANS- VAGINAL	R\$ 24,20	R\$ 39,80	R\$ 64,00	260	R\$ 6.292,00	R\$ 10.348,00	R\$ 16.640,00
02.05.02.011-9	ULTRA-SONO- GRAFIA DE PROSTATA (VIA TRANSRETAL)	R\$ 24,20	R\$ 39,80	R\$ 64,00	60	R\$ 1.452,00	R\$ 2.388,00	R\$ 3.840,00
SUB-TOTAL								R\$ 76.496,00
TOTAL GERAL								R\$ 173.648,00

III - Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 009/2010 para o período, com base em sua Cláusula Sétima, de 01/04/2014 a 31/12/2014.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 11 de março de 2014.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

ALESSANDRO BORINELLI LENZI, pela Empresa Contratada.

Extrato de Contrato Nº 004/2014 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Passes, que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa NIVALDO STOEBERL - TRANSPORTES COLETIVOS.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste no fornecimento de 74.800 (setenta e quatro mil e oitocentos) passes (vale transporte), para o Fundo Municipal de Saúde, pelo período de janeiro a dezembro de 2014, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 6/2014 de 17 de janeiro de 2014.

DO VALOR: R\$ 216.920,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01.01.14.

São Bento do Sul, 17 de janeiro de 2014.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

NIVALDO STOEBERL - TRANSPORTES COLETIVOS, como Contrada.

Lei Nº 3333/2014

LEI Nº 3333, DE 25 DE MARÇO DE 2014.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 466.322,00 (quatrocentos e sessenta e seis mil e trezentos e vinte e dois reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.024 – Transporte Escolar – Ensino Fundamental

3.3.90.32.00.00.00 001 – Material de Distribuição Gratuita R\$ 9.000,00

3.3.90.32.00.00.00 161 – Material de Distribuição Gratuita R\$ 443.522,00

Atividade: 4.024 – Transporte Escolar – Educação Infantil

3.3.90.32.00.00.00 001 – Material de Distribuição Gratuita R\$ 9.000,00

3.3.90.32.00.00.00 161 – Material de Distribuição Gratuita R\$ 4.800,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais Especiais abertos, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.024 – Transporte Escolar – Ensino Fundamental

(469) 3.3.90.39.00.00.00 001 – Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica R\$ 9.000,00

(470) 3.3.90.39.00.00.00 161 – Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica R\$ 443.522,00

Atividade: 4.024 – Transporte Escolar – Educação Infantil

(494) 3.3.90.39.00.00.00 001 – Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica R\$ 9.000,00

(495) 3.3.90.39.00.00.00 161 – Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica R\$ 4.800,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de março de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Lei Nº 3334/2014

LEI Nº 3334, DE 25 DE MARÇO DE 2014

ALTERA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 3318/2014, QUE DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS SEM PARIDADE MANTIDOS PELO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL – IPRESBS, A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. O parágrafo único do art. 1º da Lei nº 3318, de 18 de fevereiro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º (...)

“Parágrafo Único – Para os benefícios concedidos pelo IPRESBS a partir de fevereiro de 2013, o reajuste nos termos do caput dar-se-á de acordo com os percentuais indicados no Anexo Único da presente Lei.”

(...)

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2014.

São Bento do Sul, 25 de março de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO	REAJUSTE (%)
Até janeiro de 2013	5,56
em fevereiro de 2013	4,60
em março de 2013	4,06
em abril de 2013	3,44
em maio de 2013	2,83
em junho de 2013	2,47

em julho de 2013	2,19
em agosto de 2013	2,32
em setembro de 2013	2,16
em outubro de 2013	1,88
em novembro de 2013	1,26
em dezembro de 2013	0,72

Lei Nº 3335/2014

Lei nº 3335/2014 1

LEI Nº 3335, DE 25 DE MARÇO DE 2014.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A FIRMAR CONVÊNIO E A REPASSAR CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE SÃO BENTO DO SUL

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Município autorizado a firmar Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de São Bento do Sul, inscrita no CNPJ sob o nº 83.172.478/0001-26.

Parágrafo Único - O Convênio de que trata o caput deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no termo anexo, que é parte integrante desta Lei.

Art. 2º. Fica o Município autorizado a repassar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de São Bento do Sul a contribuição financeira no valor de R\$ 90.344,70 (noventa mil, trezentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos) da seguinte forma:

- 01 parcela de R\$ 18.344,70 (dezoito mil, trezentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos);
- 09 parcelas de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Parágrafo Único - O recurso, objeto deste artigo, será aplicado em despesas com manutenção da entidade – R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e compra de Uniformes – R\$ 10.344,70 (dez mil, trezentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos, conforme plano de aplicação.

Art. 3º. Na aplicação dos recursos originários desta Lei, será obedecido o que os Decretos nºs 0034/2013 e 0098/2013 que, “Estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e firmar convênio com o município de São Bento do Sul” e que “Aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos”.

Art. 4º. A entidade deverá apresentar a prestação de contas, até 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, junto ao Departamento de Controle Interno.

Art. 5º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação do orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de março de 2014

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

TERMO DE CONVÊNIO Nº

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE SÃO BENTO DO SUL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 86.051.398/0001-00, com sede e foro à Rua Jorge Lacerda, n. 75, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo seu Prefeito Municipal, FERNANDO TURECK, residente e domiciliado em São Bento do Sul/SC, CPF nº 033.667.519-40, e de outro lado a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE de São Bento do Sul, com sede na rua Henrique Schwarz, nº 294, Centro, CNPJ nº 83.172.478/0001-26, neste ato representada pela sua Presidente, Sra. Harriet Hackbarth, residente e domiciliado na rua Ernesto Pfau, nº 31, Apto 21, Bairro Schramm, CPF nº 034.912.139-75, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à manutenção com despesas da APAE no ano de 2014 e aquisição de uniformes escolares, conforme Plano de Aplicação proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 743/2014. Em contrapartida, a Associação em sua área de jurisdição, compromete-se: a promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente mental, em seus ciclos de vida; assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania; e promover e articular serviços e programas de prevenção, educação, saúde, assistências social, esporte, lazer, e outros, visando a inclusão, num todo, das pessoas especiais na sociedade.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 90.344,70 (noventa mil, trezentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos de que trata a Cláusula Segunda serão repassados pelo CONCEDENTE, em 10 (dez) parcelas, sendo: (1) uma R\$ 18.344,70 (dezoito mil, trezentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos) e 09 (nove) parcelas de R\$ 8.000,00 (oito mil reais). Os recursos serão transferidos no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação da Lei Municipal que autoriza o presente Convênio.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Terceira serão repassados mediante depósito em conta individualizada no Banco do Brasil, Agência 5223-x, Conta Corrente nº 6281-2 a favor da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de São Bento do Sul.

CLÁUSULA QUARTA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 0.049 – Auxílio Financeiro para Associações de Moradores e outras Entidades

Elemento de Despesa: 3.3.50.43 – Subvenções Sociais
Fonte de Recursos: 100 – Recursos do Tesouro – Exercício Corrente

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira e Segunda e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;

Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;

Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;

Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;

Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;

Excluir o Município de São Bento do Sul/SC de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;

Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;

Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e

Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento;
- Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos – modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados – modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;
- Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;
- Extrato bancário com movimentação completa do período;
- Conciliação bancária, quando for o caso;
- Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;

j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou

unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, _____ de março de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

HARRIET HACKBARTH

Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de São Bento do Sul

TESTEMUNHAS

Testemunhas:

1. Pedro Ivo Diener
Chefe de Gabinete

2. Cleusa Piccoli Vieira
Assessora de Gabinete

Lei Nº 3336/2014

LEI Nº 3336, DE 26 DE MARÇO DE 2014.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A RESSARCIR DANO MATERIAL EM VEÍCULO DE PROPRIEDADE DO SR. HAMILTON GRANEMANN RAUEN

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. O Município fica autorizado a ressarcir o Sr. Hamilton Granemann Rauen, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), por dano material em veículo de sua propriedade, estacionado no pátio da empresa Comércio e Indústria Breithaupt.

Art. 2º. É responsável o Município pelo dano decorrente de roçada efetuada pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, no terreno que circunda o Museu Municipal, quando, acidentalmente, uma pedra atingiu e quebrou o vidro traseiro direito do veículo do requerente.

Art. 3º. O pagamento será efetuado através de empenho, em 15 (quinze) dias após a promulgação da Lei.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de março de 2014

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Lei Nº 3337/2014

LEI Nº 3337, DE 26 DE MARÇO DE 2014.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 74.586,62 (setenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e seis reais e sessenta e dois centavos) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 – Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Projeto: 1.040 – Infraestrutura em vias públicas – Operação Tapete Preto

3.3.90.93.00.00.00 324 – Indenizações e Restituições R\$ 8.046,69

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 – Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.079 – Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade

3.3.90.93.00.00.00 352 – Indenizações e Restituições R\$ 21.266,80

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 – Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.080 – Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

3.3.90.93.00.00.00 352 – Indenizações e Restituições R\$ 45.273,13

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais especiais abertos, serão utilizados recursos provenientes do Superávit apurado no exercício anterior, nas fontes de recursos: código 0024 - Transferências de Convênios – Outros, no valor de R\$ 8.046,69 (oito mil quarenta e seis reais e sessenta e nove centavos); código 152 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social, no valor de R\$ 66.539,93 (sessenta e seis mil quinhentos e trinta e nove reais e noventa e três centavos).

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de março de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Lei Nº 3338/2014

LEI Nº 3338, DE 26 DE MARÇO DE 2014.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e

promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 293.444,66 (duzentos e noventa três mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e sessenta e seis centavos) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 02 - DETRUSBS

Atividade: 2.015 – Convênio SSO/Trânsito - PREFEITURA

3.3.90.30.00.00.00 356 – Material de Consumo R\$ 40.000,00

3.3.90.39.00.00.00 356 – Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica R\$ 100.000,00

4.4.90.52.00.00.00 356 – Equipamento e Mat. Permanente R\$ 56.224,09

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 03 –Fundo da Infância e Adolescência

Operação Especial: 0.090 – Auxílios Financeiros à Diversas Entidades - FIA

3.3.50.41.00.00.00 308 – Contribuições R\$ 39.696,38

Atividade: 2.044 – Gestão do Fundo da Infância e Adolescência - FIA

3.3.90.14.00.00.00 308 – Diárias - Civil R\$ 2.000,00

3.3.90.30.00.00.00 308 – Material de Consumo R\$ 5.524,19

3.3.90.32.00.00.00 308 – Mat. Distribuição Gratuita R\$ 8.000,00

3.3.90.36.00.00.00 308 – Outros Serv. Terceiros – Pessoa Física R\$ 5.600,00

3.3.90.39.00.00.00 308 – Outros Serv. Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 15.000,00

3.3.90.47.00.00.00 308 – Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 1.400,00

Órgão: 23 – SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 04 – SANEAMENTO GERAL

Atividade: 2.066 – Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia

3.3.90.32.00.00.00 600 – Mat. Distribuição Gratuita R\$ 20.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, nas fontes de recursos: código 108 - Fundo para a Infância e Adolescência, no valor de R\$ 77.220,47 (setenta e sete mil, duzentos e vinte reais e quarenta e sete centavos); código 156 - Convênio Trânsito – Prefeitura, no valor de R\$ 196.224,09 (cento e noventa e seis mil, duzentos e vinte e quatro reais e nove centavos) código 200 – Recursos de Outras Fontes – Exercício Corrente, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de março de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Lei Nº 3339/2014

LEI Nº 3339, DE 26 DE MARÇO DE 2014.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 482.247,56 (quatrocentos e oitenta e dois mil, duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 02 - FUNDEB

Atividade: 4.023 – Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil - FUNDEB

3.1.90.11.00.00.00 319 – Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 127.912,26

Atividade: 4.026 – Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino Fundamental - FUNDEB

3.1.90.11.00.00.00 318 – Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 354.335,30

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, nas fontes de recursos: código 18 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - 60%, no valor de R\$ 354.335,30 (trezentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e trinta e cinco reais e trinta centavos) e a anulação total da dotação orçamentária:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 02 - FUNDEB

Atividade: 4.023 – Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil - FUNDEB

3.1.90.04.00.00.00 319 – Contratação por Tempo Determinado R\$ 127.912,26

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de março de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Decreto Nº 0473/2014

DECRETO Nº 0473, DE 12 DE MARÇO DE 2014

ALTERA O DECRETO Nº 1152 DE 02 DE JULHO DE 2012 QUE NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 1152, de 02 de julho de 2012, passa a ter a seguinte redação:

"(...)

III - Representante da Polícia Civil: Valmir Silveira Soares

V - Representante do Corpo de Bombeiros de São Bento do Sul: 2º Ten BM Marcos Luciano Colla

VIII – Representante do Rotary Club de São Bento do Sul – Oxford: Mirele Guinther

X – Representante do Lions Clube de São Bento do Sul: Cleusa Piccoli Vieira

XI – Representante da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomo do Planalto Norte de Santa Catarina – AEAPLAN: Roberto Albuquerque

XVII – Representantes do Órgão Municipal de Trânsito: Arno Ottwin Heilmann

Lauro Ademar da Silva

XIX – Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL: Sandro Antonio Adriano

XX – Representante da Secretaria Municipal de Educação: Mauricio Bertotti

XXII – Representante da Associação de Transportes Especiais de São Bento do Sul – ATEBS: Leonides Pedro de Brito"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de março de 2014
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Decreto Nº 0486/2014

DECRETO Nº 0486, DE 25 DE MARÇO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3333, de 25 de março de 2014,

DECRETO

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 466.322,00 (quatrocentos e sessenta e seis mil e trezentos e vinte e dois reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.024 – Transporte Escolar – Ensino Fundamental

3.3.90.32.00.00.00 001 – Material de Distribuição Gratuita R\$ 9.000,00

3.3.90.32.00.00.00 161 – Material de Distribuição Gratuita R\$ 443.522,00

Atividade: 4.024 – Transporte Escolar – Educação Infantil

3.3.90.32.00.00.00 001 – Material de Distribuição Gratuita R\$ 9.000,00

3.3.90.32.00.00.00 161 – Material de Distribuição Gratuita R\$ 4.800,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais Especiais abertos, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.024 – Transporte Escolar – Ensino Fundamental

(469) 3.3.90.39.00.00.00 001 – Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica R\$ 9.000,00

(470) 3.3.90.39.00.00.00 161 – Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica R\$ 443.522,00

Atividade: 4.024 – Transporte Escolar – Educação Infantil

(494) 3.3.90.39.00.00.00 001 – Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica R\$ 9.000,00

(495) 3.3.90.39.00.00.00 161 – Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica R\$ 4.800,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de março de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Decreto Nº 0487/2014

DECRETO Nº 0487, DE 26 DE MARÇO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3337, de 26 de março de 2014,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 74.586,62 (setenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e seis reais e sessenta e dois centavos) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul e criará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 – Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Projeto: 1.040 – Infraestrutura em vias públicas – Operação Tapete Preto

3.3.90.93.00.00.00 324 – Indenizações e Restituições R\$ 8.046,69

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 02 – Fundo de Assistência Social
Atividade: 2.079 – Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade

3.3.90.93.00.00.00 352 – Indenizações e Restituições R\$ 21.266,80

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 – Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.080 – Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

3.3.90.93.00.00.00 352 – Indenizações e Restituições R\$ 45.273,13

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional especial aberto, serão utilizados recursos provenientes do Superávit apurado no exercício anterior, nas fontes de recursos: código 0024 - Transferências de Convênios – Outros, no valor de R\$ 8.046,69 (oito mil quarenta e seis reais e sessenta e nove centavos); código 152 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social, no valor de R\$ 66.539,93 (sessenta e seis mil quinhentos e trinta e nove reais e noventa e três centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de março de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Decreto Nº 0488/2014

DECRETO Nº 0488, DE 26 DE MARÇO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3338, de 26 de março de 2014,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 293.444,66 (duzentos e noventa três mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e sessenta e seis centavos) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 02 - DETRUSBS

Atividade: 2.015 – Convênio SSO/Trânsito - PREFEITURA
3.3.90.30.00.00.00 356 – Material de Consumo R\$ 40.000,00

3.3.90.39.00.00.00 356 – Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica R\$ 100.000,00
4.4.90.52.00.00.00 356 – Equipamento e Mat. Permanente R\$ 56.224,09

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 03 –Fundo da Infância e Adolescência
Operação Especial: 0.090 – Auxílios Financeiros à Diversas Entidades - FIA
3.3.50.41.00.00.00 308 – Contribuições R\$ 39.696,38

Atividade: 2.044 – Gestão do Fundo da Infância e Adolescência - FIA

3.3.90.14.00.00.00 308 – Diárias - Civil R\$ 2.000,00

3.3.90.30.00.00.00 308 – Material de Consumo R\$ 5.524,19

3.3.90.32.00.00.00 308 – Mat. Distribuição Gratuita R\$ 8.000,00

3.3.90.36.00.00.00 308 – Outros Serv. Terceiros – Pessoa Física
R\$ 5.600,00

3.3.90.39.00.00.00 308 – Outros Serv. Terceiros – Pessoa Jurídica
R\$ 15.000,00

3.3.90.47.00.00.00 308 – Obrigações Tributárias e Contributivas
R\$ 1.400,00

Órgão: 23 – SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 04 – SANEAMENTO GERAL

Atividade: 2.066 – Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia

3.3.90.32.00.00.00 600 – Mat. Distribuição Gratuita R\$ 20.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, nas fontes de recursos: código 108 - Fundo para a Infância e Adolescência, no valor de R\$ 77.220,47 (setenta e sete mil, duzentos e vinte reais e quarenta e sete centavos); código 156 - Convênio Trânsito – Prefeitura, no valor de R\$ 196.224,09 (cento e noventa e seis mil, duzentos e vinte e quatro reais e nove centavos) código 200 – Recursos de Outras Fontes – Exercício Corrente, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de março de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 0489/2014

DECRETO Nº 0489, DE 26 DE MARÇO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3339, de 26 de março de 2014,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 482.247,56 (quatrocentos e oitenta e dois mil, duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 02 - FUNDEB

Atividade: 4.023 – Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil - FUNDEB

3.1.90.11.00.00.00 319 – Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 127.912,26

Atividade: 4.026 – Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino Fundamental - FUNDEB

3.1.90.11.00.00.00 318 – Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 354.335,30

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, nas fontes de recursos: código 18 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - 60%, no valor de

R\$ 354.335,30 (trezentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e trinta e cinco reais e trinta centavos) e a anulação total da dotação orçamentária:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 02 - FUNDEB

Atividade: 4.023 – Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil - FUNDEB

3.1.90.04.00.00.00 319 – Contratação por Tempo Determinado R\$ 127.912,26

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de março de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Portaria Nº 4976/2014

PORTARIA Nº 4976, DE 21 DE MARÇO DE 2014

Prorroga Prazo para Posse

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 19, 1º, da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de KEILA GOMES DA MAIA, no cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação - Concurso Público nº 009/2011, conforme Processo nº 1837/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de março de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 4982/2014

PORTARIA Nº 4982, DE 24 DE MARÇO DE 2014

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor FRANCISCO INDALÉCIO DE LIMA VENCÃO, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Projetos, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais da Empresa Municipal de Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de março de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 4983/2014

PORTARIA Nº 4983, DE 24 DE MARÇO DE 2014

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor HIAGO DE SOUSA FERNANDES, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais: Corsa Classic placas MLO 1104 e Ranger XLT – 13D placas MBX 9437.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de março de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 4984/2014

PORTARIA Nº 4984, DE 24 DE MARÇO DE 2014

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor JOSÉ FERREIRA DO AMARAL, ocupante do cargo de Coordenador de Setor de Almoxarifado, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais abaixo relacionados:

- Courier, placas MDS 2627
- Courier, placas MDS 2657
- Peugeot Hoggar, placas MIO 9267
- Pick-up Corsa, placas MAU 5782

- Motocicleta, placa MCS 7067

- Gol, placas LXM 7364

- Corsa, placas MAU 5782

- Uno, placas MIK 3335

- Corsa Classic, placas MIO 1104

- Ranger XLT-13D placas MBX 9437

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de março de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Portaria Nº 4985/2014

PORTARIA Nº 4985, DE 24 DE MARÇO DE 2014

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor VILMAR GROSSKOPF, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Serviços Urbanos, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial Corsa Classic placas MLO 1104.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de março de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Extrato de Contrato Nº 031/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o INSTITUTO SANTÉ.

DO OBJETO: O presente Contrato tem como finalidade a hospedagem para os idosos, Sra. Elzira Hanel, portadora do CPF nº 944.227.539-91 e para o Sr. Antonio Belinski, portador do CPF nº 180.210.939-00, idosos referenciados no Programa "Garantindo Política do Idoso em Situação de Vulnerabilidade Social", mediante o pagamento de mensalidade pelo CONTRATANTE, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 17/2014 de 22 de janeiro de 2014.

DO VALOR: R\$ 40.224,00 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar de 01.01.2014

São Bento do Sul, 22 de janeiro de 2014.

ASS: RITA MARIA DUMS, pela Secretária de Assistência Social do Município.

INSTITUTO SANTÉ, como Locadora.

Extrato de Termo Aditivo Nº 015/2014 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 015/2014

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Passes de nº 004/2014, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa NIVALDO STOEBERL – TRANSPORTES COLETIVOS, em 17 de JANEIRO de 2014, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 6/2014.

Considerando o objeto do Contrato de nº 004/2014 que consiste no fornecimento de 74.800 (setenta e quatro mil e oitocentos) passes (vale transporte), para o Fundo Municipal de Saúde, pelo período de janeiro a dezembro de 2014, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 6/2014 de 17 de janeiro de 2014;

Considerando que o valor unitário do passe (vale transporte) foi informado erroneamente pela empresa CONTRATADA quando do orçamento;

Considerando que o Decreto nº. 0221 de 04 de julho de 2013 reduz a tarifa do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de São Bento do Sul para R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos) a partir das 00:00 (zero horas) do dia 05 de julho de 2013, faz-se necessário suprimir o valor unitário das passagens do Contrato nº. 004/2014, nos seguintes termos:

Fica suprimido o valor unitário das passagens em R\$ 0,10 (dez centavos) cada, alterando o valor de R\$ 2,90 (dois reais e noventa centavos) para R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos).

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 19 de fevereiro de 2014.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

NIVALDO STOEBERL – TRANSPORTES COLETIVOS, como Contratada.

Inexigibilidade de Licitação Nº 32/2014 FMS

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 25 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: Fornecimento de passagens (vale transporte) de São Bento do Sul, Curitiba e Jaraguá do Sul para pacientes do SUS em tratamento de saúde fora do município.

II – Contratado: EXPRESSO SÃO BENTO LTDA

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A inexigibilidade de licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela

empresa contratada ser concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal, sendo, portanto, inviável a competição.

IV- Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Expresso São Bento Ltda. é a concessionária dos serviços de transporte coletivo intermunicipal para essas cidades.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 24.960,00 (vinte e quatro mil, novecentos e sessenta reais) é compatível com os preços praticados no mercado.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Secretário Municipal de Administração.

Deodato Raul Hruschka

Secretário Municipal de Saúde

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 05 dias.

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 32/2014 FMS

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 25 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: Fornecimento de passagens (vale transporte) de São Bento do Sul, Curitiba e Jaraguá do Sul para pacientes do SUS em tratamento de saúde fora do município.

II – Contratado: EXPRESSO SÃO BENTO LTDA

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A inexigibilidade de licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela empresa contratada ser concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal, sendo, portanto, inviável a competição.

IV- Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Expresso São Bento Ltda. é a concessionária dos serviços de transporte coletivo intermunicipal para essas cidades.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 24.960,00 (vinte e quatro mil, novecentos e sessenta reais) é compatível com os preços praticados no mercado.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Secretário Municipal de Administração.

Deodato Raul Hruschka

Secretário Municipal de Saúde

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 05 dias.

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 33/2014 FMS EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 33/2014

OBJETO: Fornecimento de passagens (vale transporte) para as cidades de Porto União, Mafra, Florianópolis e Joinville; para pacientes do SUS em tratamento fora do domicílio.

CONTRATADO: REUNIDAS S.A TRANSPORTES COLETIVOS

VALOR: R\$ 48.459,50

SÃO BENTO DO SUL, 21 de março de 2014.
EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS – DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

DEODATO RAUL HRUSCHKA-SECRETÁRIO DE SAÚDE

Justificativa Inexigibilidade de Licitação Nº 33/2014 FMS JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 25 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: Fornecimento de passagens (vale transporte), para as cidades de Porto União, Mafra, Florianópolis e Joinville; para pacientes do SUS em tratamento fora do domicílio.

II – Contratado: REUNIDAS TURISMO S/A

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A inexigibilidade de licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela empresa contratada ser concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal, sendo, portanto, inviável a competição.

IV- Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada é a única a realizar as linhas de ônibus e nos horários compatíveis com o horário de consultas dos pacientes usuários das mesmas.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 48.459,50 (quarenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) é compatível com os preços praticados no mercado.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Secretário Municipal de Administração.

Deodato Raul Hruschka

Secretário Municipal de Saúde

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 05 dias.

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 99/2014 EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 99/2014

OBJETO: Capacitação para professores dos anos finais do Ensino Fundamental a ser realizada na SEMED, no dia 31 de março/14 no horário das 07:45 h às 11:45 h.

CONTRATADO: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL-SENAC

VALOR: R\$ 5.500,00

SÃO BENTO DO SUL, 27 de março de 2014.
EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS – DIRETOR DE SUPRIMENTOS
E PATRIMÔNIO

ALCIONE TERESINHA HINKE-SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Justificativa Inexigibilidade de Licitação Nº 99/2014 JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 25 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: Capacitação para professores dos anos finais do ensino fundamental a ser realizada na SEMED, no dia 31 de março/14 no horário das 07:45 h às 11:45 h.

II – Contratado: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL-SENAC.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A proposta do encontro dos profissionais da educação da rede municipal de ensino, para a parada pedagógica do primeiro bimestre, é refletir sobre a avaliação. O tema abordado é uma solicitação dos gestores e educadores para que os alunos alcancem maior sucesso escolar. Os temas abordados no encontro serão:

- 1.A Avaliação e as diferentes formas de avaliar;
2. O direito do aluno na recuperação paralela;
3. Aprovar ou reprovar – de quem é a culpa.

Observou-se que no ano de 2013, o índice de reprovação ficou acima do estimado e há necessidade de repensar a avaliação e instrumentalizar os educadores, principalmente os docentes em sala de aula, para que o aprendizado seja gratificante, produtivo, sadio e significativo para os alunos, merecedores de sentirem-se bem e viverem com qualidade. A forma como percebe-se, como entende-se, o papel e o significado que atribui-se à nossa prática docente, é que irão determinar o encantamento que os educandos perceberão em cada dia na escola. Educadores encantadores, são aqueles que escolheram trabalhar em contato com sua alma e transcendem os bloqueios e adversidades, em busca de seu melhor como Seres Humanos que são, pois o que frutifica, é o produto de todas as relações que se constrói em cada trajetória de vida.

IV- Razão da Escolha do Fornecedor: O SENAC, é uma empresa direcionada à Educação Profissional, que abrange desde a Formação Continuada, até os cursos de Pós-Graduação em todo território brasileiro. Neste sentido, o respaldo que temos de que o profissional que trabalhará o tema escolhido, é realmente de qualidade é, sem dúvida, fator decisivo para validarmos a contratação dos serviços por eles propostos.

O palestrante Vanio Cesar Seemann, é qualificado conduzir a referida palestra, para a parada pedagógica da Rede Municipal de Ensino de nosso município. O

profissional é graduado em Pedagogia, com habilitação em Orientação Educacional e especialista em alfabetização. Atuou como conselheiro titular no Conselho Municipal de Educação e no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Florianópolis.

Atualmente é conselheiro titular no Conselho Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial de Florianópolis e no Fórum Estadual de Diversidade. Acumula mais de 3.000 horas realizando

curiosos, palestras, conferências, mini-cursos e debatedor em eventos educacionais por todo o Brasil. É autor de diversos artigos na área de educação com foco no currículo, planejamento e avaliação da aprendizagem, gestão educacional, educação inclusiva, educação integral e educação e políticas públicas. Atuou como professor em cursos de graduação e pós graduação nos estados da região sul do Brasil. Presta assessoria a diferentes sistemas de ensino, público e privado.

Seu trabalho como palestrante para nossos profissionais da educação, terá um enfoque educacional voltado a qualidade e sucesso escolar

V - Justificativa do Preço: O valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), valor este compatível com os preços praticados no mercado.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Secretário Municipal de Administração.

ALCIONE TERESINHA HINKE

Secretária Municipal de Educação

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 05 dias.

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 70/2014 MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2014

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 14 de abril de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA SECRETARIA DE OBRAS, PRAÇAS, TERMINAL RODOVIÁRIO, BRITADOR, CEMITÉRIOS E

COSIP.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 26 de março de 2014.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI

Pregoeiro

Dispensa de Licitação Nº 97/2014

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 97/2014

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COM EDIFICAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA COM 194 M2 SITO A RUA CARLOS EHRL JUNIOR Nº 71 – CENTRO, PARA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EMEJA), CONFORME ART. 24, INCISO X DA LEI 8.666/93.

CONTRATADO: Lia Terezinha Machado

VALOR: R\$ 9.600,00

SÃO BENTO DO SUL, 27 de março de 2014.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS – DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

ALCIONE TERESINHA HINKE – SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Justificativa Dispensa de Licitação Nº 97/2014

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COM EDIFICAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA COM 194 M² SITO RUA: CARLOS EHRL JUNIOR, Nº 71 - CENTRO PARA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS(EMEJA),

II – Contratado: Lia Terezinha Machado

III - Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação: A Dispensa de Licitação para a referida locação se funda no inciso X do art 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos:

A Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos de São Bento do Sul, EMEJA, é uma modalidade da educação básica destinada a jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram os estudos no ensino fundamental regular. Hoje a escola atende 319 alunos, sendo que no período diurno são 166 alunos.

A escola estava localizada na Rua: João Muelbauer, 94, no bairro Serra Alta, porém seu espaço físico ficou insuficiente para atender toda a demanda. Diante disso a Secretaria reordenou o espaço

passando o imóvel para o Centro Municipal de Atendimento dos Autistas.

Já está em fase final o projeto de reforma do novo espaço para EMEJA. Para não haver prejuízo escolar a esses jovens e adultos há necessidade de, mesmo que provisoriamente, locar um espaço para a escola.

IV – Razão da Escolha do Fornecedor: A residência de Lia Terezinha Machado, localizada na Rua: Carlos Ehrl Junior, nº 71, no centro é o local apropriado para a necessidade da escola. Localiza-se próximo ao terminal urbano, facilitando o acesso a todos, pois os alunos residem nos diversos bairros do município. A casa possui ambientes suficientes para atender a demanda além de um área externa para atividades físicas e recreativas.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado total é de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais) para um período de 6 (seis) meses, sendo compatível com os praticados no mercado.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

ALCIONE TEREZINHA HINKE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

RELATÓRIO RESUMIDO EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1º BIMESTRE

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	259.074.890,69	259.074.890,69	34.439.390,33	13,29	34.439.390,33	13,29
RECEITAS CORRENTES	218.867.666,89	218.867.666,89	34.155.171,54	15,61	34.155.171,54	15,61
RECEITA TRIBUTÁRIA	32.102.079,83	32.102.079,83	2.587.655,12	8,06	2.587.655,12	8,06
IMPOSTOS	27.427.649,77	27.427.649,77	1.818.383,13	6,63	1.818.383,13	6,63
TAXAS	4.658.133,64	4.658.133,64	768.570,11	16,50	768.570,11	16,50
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	16.296,42	16.296,42	701,88	4,31	701,88	4,31
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	8.776.675,42	8.776.675,42	1.472.757,48	16,78	1.472.757,48	16,78
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	6.098.318,58	6.098.318,58	1.049.674,62	17,21	1.049.674,62	17,21
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	2.678.356,84	2.678.356,84	423.082,86	15,80	423.082,86	15,80
RECEITA PATRIMONIAL	24.503.315,79	24.503.315,79	5.839.110,88	23,83	5.839.110,88	23,83
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	113.288,63	113.288,63	18.500,94	16,33	18.500,94	16,33
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	24.377.527,16	24.377.527,16	5.819.536,14	23,87	5.819.536,14	23,87
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	12.500,00	12.500,00	1.073,80	8,59	1.073,80	8,59
RECEITA DE SERVIÇOS	16.015.317,86	16.015.317,86	2.430.508,45	15,18	2.430.508,45	15,18
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	124.471.709,10	124.471.709,10	21.132.670,08	16,98	21.132.670,08	16,98
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	124.077.301,34	124.077.301,34	21.085.577,36	16,99	21.085.577,36	16,99
Transf. de Instituições Privadas	150.000,00	150.000,00	11.183,89	7,46	11.183,89	7,46
Transf. de Pessoas	22.907,38	22.907,38	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Conv.	166.500,38	166.500,38	35.908,83	21,57	35.908,83	21,57
Transferências para o Combate à Fome	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.998.568,89	12.998.568,89	692.469,53	5,33	692.469,53	5,33
Multas e Juros de Mora	3.421.065,49	3.421.065,49	366.761,60	10,72	366.761,60	10,72
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	749.179,73	749.179,73	7.102,43	0,95	7.102,43	0,95
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	8.199.009,35	8.199.009,35	257.020,61	3,13	257.020,61	3,13
RECEITAS DIVERSAS	629.314,32	629.314,32	61.584,89	9,79	61.584,89	9,79
RECEITAS DE CAPITAL	40.207.223,80	40.207.223,80	284.218,79	0,71	284.218,79	0,71
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	16.343.518,62	16.343.518,62	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	16.343.518,62	16.343.518,62	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	1.562.095,32	1.562.095,32	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	672.095,32	672.095,32	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	259.074.890,69	259.074.890,69	34.439.390,33	13,29	34.439.390,33	13,29
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	890.000,00	890.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	74.500,00	74.500,00	11.114,79	14,92	11.114,79	14,92
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	22.227.109,86	22.227.109,86	273.104,00	1,23	273.104,00	1,23
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	19.797.543,96	19.797.543,96	273.104,00	1,38	273.104,00	1,38
Transf. de Instituições Privadas	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.259.565,90	2.259.565,90	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	12.245.184,17	12.245.184,17	2.883.729,03	23,55	2.883.729,03	23,55
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	12.200.184,17	12.200.184,17	2.876.229,03	23,58	2.876.229,03	23,58
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	88.549,40	88.549,40	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	11.892.599,45	11.892.599,45	2.643.156,14	22,23	2.643.156,14	22,23
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	11.892.599,45	11.892.599,45	2.643.156,14	22,23	2.643.156,14	22,23
Transferências dos Municípios	88.549,40	88.549,40	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	195.035,32	195.035,32	17.513,95	8,98	17.513,95	8,98
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	24.000,00	24.000,00	215.558,94	898,16	215.558,94	898,16
Multas e Juros de Mora	24.000,00	24.000,00	9.470,27	39,46	9.470,27	39,46
RECEITA DE DÍVIDA-ATIVA	0,00	0,00	206.088,67	0,00	206.088,67	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	45.000,00	45.000,00	7.500,00	16,67	7.500,00	16,67
Amortização de Empréstimos	45.000,00	45.000,00	7.500,00	16,67	7.500,00	16,67
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	271.320.074,86	271.320.074,86	37.323.119,36	13,76	37.323.119,36	13,76
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Continuação 4/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	12.230.283,85	-4.844,00	12.225.439,85	1.929.802,14	1.929.802,14	1.713.599,59	1.713.599,59	10.511.840,26
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.476.312,37	-9.844,00	11.466.468,37	1.650.867,55	1.650.867,55	1.590.699,89	1.590.699,89	9.875.768,48
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	24.000,00	0,00	24.000,00	10.870,10	10.870,10	10.870,10	10.870,10	13.129,90
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	268.249,40	5.000,00	273.249,40	169.681,57	169.681,57	13.646,68	13.646,68	259.602,72
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	461.722,08	0,00	461.722,08	98.382,92	98.382,92	98.382,92	98.382,92	363.339,16
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	271.320.074,86	5.720.142,66	277.040.217,52	39.015.678,48	39.015.678,48	24.355.375,46	24.355.375,46	252.684.842,06
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	271.320.074,86	5.720.142,66	277.040.217,52	39.015.678,48	39.015.678,48	24.355.375,46	24.355.375,46	252.684.842,06
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	12.967.743,90	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	271.320.074,86	5.720.142,66	277.040.217,52	39.015.678,48	39.015.678,48	24.355.375,46	37.323.119,36	252.684.842,06

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 7.613.337,22

FONTE:

SAO BENTO DO SUL, 28/03/2014

FERNANDO TURECK PREFEITO MUNICIPAL	AURIENE ROEPKE SECRETÁRIA DE FINANÇAS	RICARDO ANTONIO HOMECHEN Contador CRC/SC 029937/O-5
---------------------------------------	--	--

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)	Legislativa	259.089.791,01	264.814.777,67	37.085.876,34	37.085.876,34	22.641.775,87	22.641.775,87	92,96	242.173.001,80
	Ação Legislativa	2.552.500,00	2.567.500,00	1.243.444,37	1.243.444,37	343.379,68	343.379,68	1,41	2.224.120,32
	Essencial à Justiça	2.552.500,00	2.567.500,00	1.243.444,37	1.243.444,37	343.379,68	343.379,68	1,41	2.224.120,32
	Representação Judicial e Extrajudicial	2.250.420,00	2.250.420,00	111.655,00	111.655,00	107.660,85	107.660,85	0,44	2.142.759,15
	Administração	2.250.420,00	2.250.420,00	111.655,00	111.655,00	107.660,85	107.660,85	0,44	2.142.759,15
	Administração Geral	12.236.780,00	12.279.632,75	3.151.849,27	3.151.849,27	1.462.717,33	1.462.717,33	6,01	10.816.915,42
	Administração Financeira	9.392.050,00	9.392.050,00	2.651.024,52	2.651.024,52	1.179.688,45	1.179.688,45	4,84	8.212.361,55
	Normalização e Fiscalização	1.592.730,00	1.592.730,00	289.225,46	289.225,46	245.541,34	245.541,34	1,01	1.347.188,66
	Tecnologia da Informatização	18.000,00	18.000,00	8.897,85	8.897,85	1.824,28	1.824,28	0,01	16.175,72
	Formação de Recursos Humanos	23.500,00	23.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.500,00
Administração de Receitas	Administração de Receitas	7.000,00	7.000,00	1.029,50	1.029,50	689,50	689,50	0,00	6.310,50
	Administração de Concessões	198.000,00	198.000,00	160.201,92	160.201,92	33.013,76	33.013,76	0,14	164.986,24
	Comunicação Social	8.500,00	8.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.500,00
	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	932.000,00	932.000,00	37.575,92	37.575,92	1.960,00	1.960,00	0,01	930.040,00
	Segurança Pública	65.000,00	107.852,75	3.894,10	3.894,10	0,00	0,00	0,00	107.852,75
	Policimento	1.400.879,10	1.923.184,39	273.745,99	273.745,99	26.673,85	26.673,85	0,11	1.896.510,54
	Defesa Civil	753.585,96	1.006.265,49	44.484,44	44.484,44	18.349,12	18.349,12	0,08	987.916,37
	Assistência Social	647.293,14	916.918,90	229.261,55	229.261,55	8.324,73	8.324,73	0,03	908.594,17
	Administração Geral	6.434.416,54	6.564.416,54	1.045.721,37	1.045.721,37	723.185,22	723.185,22	2,97	5.841.231,32
	Assistência à Criança e ao Adolescente	4.000.710,00	3.998.710,00	804.076,97	804.076,97	584.806,50	584.806,50	2,40	3.413.903,50
Assistência Comunitária	Assistência à Criança e ao Adolescente	1.179.021,42	1.179.021,42	176.644,28	176.644,28	122.424,77	122.424,77	0,50	1.056.596,65
	Previdência Social	1.254.685,12	1.386.685,12	65.000,12	65.000,12	15.953,95	15.953,95	0,07	1.370.731,17
	Administração Geral	16.016.900,57	16.016.900,57	1.976.942,78	1.976.942,78	1.891.830,90	1.891.830,90	7,77	14.125.069,67
	Previdência do Regime Estatutário	1.347.700,57	1.347.700,57	188.329,10	188.329,10	103.441,36	103.441,36	0,42	1.244.259,21
Saúde	Previdência do Regime Estatutário	14.669.200,00	14.669.200,00	1.788.613,68	1.788.613,68	1.788.389,54	1.788.389,54	7,34	12.880.810,46
	Atenção Básica	46.398.472,02	46.798.002,02	8.415.389,84	8.415.389,84	6.498.738,18	6.498.738,18	26,68	40.299.263,84
		31.567.327,02	32.026.857,02	5.742.487,51	5.742.487,51	4.214.869,20	4.214.869,20	17,31	27.811.987,82

Continua 1/6

Continuação 2/6

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Saúde	259.089.791,01	264.814.777,67	37.085.876,34	37.085.876,34	22.641.775,87	22.641.775,87	92,96	8,55
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	46.398.472,02	46.798.002,02	8.415.389,84	8.415.389,84	6.498.738,18	6.498.738,18	26,68	13,89
Vigilância Sanitária	14.277.870,00	14.217.870,00	2.562.944,88	2.562.944,88	2.274.524,97	2.274.524,97	9,34	16,00
Vigilância Epidemiológica	51.000,00	51.000,00	8.334,01	8.334,01	5.454,01	5.454,01	0,02	10,69
Educação	502.275,00	502.275,00	101.623,64	101.623,64	3.890,00	3.890,00	0,02	0,77
Alimentação e Nutrição	50.375.788,43	51.153.467,84	6.551.975,27	6.551.975,27	5.093.801,61	5.093.801,61	20,91	9,96
Ensino Fundamental	1.718.268,93	1.720.707,70	316.440,26	316.440,26	57.348,38	57.348,38	0,24	3,33
Ensino Médio	27.387.847,85	27.387.847,85	3.474.940,16	3.474.940,16	2.752.253,17	2.752.253,17	11,30	10,05
Ensino Superior	148.435,00	148.435,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	96.800,00	96.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Básica	17.853.591,27	18.628.831,91	2.595.437,25	2.595.437,25	2.253.744,43	2.253.744,43	9,25	12,10
Cultura	3.170.845,38	3.170.845,38	165.157,60	165.157,60	30.455,63	30.455,63	0,13	0,96
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	2.567.137,00	2.703.282,19	323.775,90	323.775,90	218.440,04	218.440,04	0,90	8,08
Difusão Cultural	926.000,00	927.828,74	42.343,95	42.343,95	4.721,13	4.721,13	0,02	0,51
Direitos da Cidadania	1.641.137,00	1.775.453,45	281.431,95	281.431,95	213.718,91	213.718,91	0,88	12,04
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	37.750,00	37.750,00	4,52	4,52	4,52	4,52	0,00	0,01
Urbanismo	37.750,00	37.750,00	4,52	4,52	4,52	4,52	0,00	0,01
Administração Geral	43.968.552,16	44.034.539,14	7.114.936,70	7.114.936,70	2.395.436,72	2.395.436,72	9,84	5,44
Infra-Estrutura Urbana	1.960.200,00	1.957.200,00	395.325,88	395.325,88	287.265,47	287.265,47	1,18	14,68
Serviços Urbanos	32.557.852,16	32.628.839,14	2.521.375,47	2.521.375,47	514.091,64	514.091,64	2,11	1,58
Habitação	9.450.500,00	9.450.500,00	4.198.235,35	4.198.235,35	1.594.079,61	1.594.079,61	6,55	16,87
Administração Geral	8.269.211,00	8.856.211,00	335.470,35	335.470,35	178.840,58	178.840,58	0,73	2,02
Habitação Urbana	991.711,00	991.711,00	194.067,02	194.067,02	163.649,30	163.649,30	0,67	16,50
SANEAMENTO	7.277.500,00	7.864.500,00	141.403,33	141.403,33	15.191,28	15.191,28	0,06	0,19
Administração Geral	14.381.237,83	17.059.272,80	3.466.613,69	3.466.613,69	1.255.849,86	1.255.849,86	5,16	7,36
Saneamento Básico Urbano	2.806.944,46	2.816.944,46	721.383,71	721.383,71	369.433,66	369.433,66	1,52	13,11
	11.574.293,37	14.242.328,34	2.745.229,98	2.745.229,98	886.416,20	886.416,20	3,64	6,22

Continua 2/6

Continuação 3/6

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Gestão Ambiental	259.089.791,01	264.814.777,67	37.085.876,34	37.085.876,34	22.641.775,87	22.641.775,87	92,96	8,55
Preservação e Conservação Ambiental	350.300,00	350.300,00	55.209,20	55.209,20	35.438,37	35.438,37	0,15	10,12
Agricultura	350.300,00	350.300,00	55.209,20	55.209,20	35.438,37	35.438,37	0,15	10,12
Recursos Hídricos	2.519.700,00	2.519.700,00	226.012,83	226.012,83	160.113,22	160.113,22	0,66	6,35
Extensão Rural	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	2.419.700,00	2.419.700,00	226.012,83	226.012,83	160.113,22	160.113,22	0,66	6,62
Promoção Industrial	1.380.500,00	1.881.835,00	372.005,22	372.005,22	188.169,24	188.169,24	0,77	10,00
Comércio e Serviços	1.380.500,00	1.881.835,00	372.005,22	372.005,22	188.169,24	188.169,24	0,77	10,00
Turismo	1.609.506,10	1.262.230,55	83.513,25	83.513,25	47.204,78	47.204,78	0,19	3,74
Energia	1.609.506,10	1.262.230,55	83.513,25	83.513,25	47.204,78	47.204,78	0,19	3,74
Serviços Urbanos	2.793.032,28	3.121.432,30	499.753,79	499.753,79	325.518,79	325.518,79	1,34	10,43
Desporto e Lazer	2.793.032,28	3.121.432,30	499.753,79	499.753,79	325.518,79	325.518,79	1,34	10,43
Administração Geral	4.008.602,00	4.107.194,60	416.150,38	416.150,38	280.515,51	280.515,51	1,15	6,83
Desporto de Rendimento	1.308.602,00	1.381.764,98	307.940,38	307.940,38	172.305,51	172.305,51	0,71	12,47
Desporto Comunitário	1.043.000,00	998.604,00	108.210,00	108.210,00	108.210,00	108.210,00	0,44	10,84
Encargos Especiais	1.657.000,00	1.726.825,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	10.518.884,02	10.308.284,02	1.421.706,62	1.421.706,62	1.408.256,62	1.408.256,62	5,78	13,66
Outras Transferências	7.856.277,92	7.856.277,92	1.255.042,99	1.255.042,99	1.255.042,99	1.255.042,99	5,15	15,98
Outros Encargos Especiais	1.124.000,00	913.400,00	21.140,00	21.140,00	7.690,00	7.690,00	0,03	0,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.538.606,10	1.538.606,10	145.523,63	145.523,63	145.523,63	145.523,63	0,60	9,46
	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	28.719.221,96	28.719.221,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	12.230.283,85	12.225.439,85	1.929.802,14	1.929.802,14	1.713.599,59	1.713.599,59	7,04	14,02
Ação Legislativa	90.000,00	75.000,00	61.000,00	61.000,00	4.548,86	4.548,86	0,02	6,07
	90.000,00	75.000,00	61.000,00	61.000,00	4.548,86	4.548,86	0,02	6,07

Continua 3/6

Continuação 4/6

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	12.230.283,85	12.225.439,85	1.929.802,14	1.929.802,14	1.713.599,59	1.713.599,59	7,04	14,02	10.511.840,26
Essencial à Justiça	26.610,00	26.610,00	3.525,14	3.525,14	3.525,14	3.525,14		0,01	13,25
Representação Judicial e Extrajudicial	26.610,00	26.610,00	3.525,14	3.525,14	3.525,14	3.525,14		0,01	13,25
Administração	1.020.520,00	1.020.520,00	161.744,03	161.744,03	138.622,75	138.622,75		0,57	13,58
Administração Geral	820.300,00	820.300,00	131.980,24	131.980,24	108.858,96	108.858,96		0,45	13,27
Administração Financeira	200.220,00	200.220,00	29.763,79	29.763,79	29.763,79	29.763,79		0,12	14,87
Assistência Social	447.875,00	447.875,00	69.795,22	69.795,22	61.085,15	61.085,15		0,25	13,64
Administração Geral	439.400,00	439.400,00	69.795,22	69.795,22	61.085,15	61.085,15		0,25	13,90
Assistência Comunitária	8.475,00	8.475,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Previdência Social	51.000,00	51.000,00	4.667,01	4.667,01	0,00	0,00		0,00	0,00
Administração Geral	51.000,00	51.000,00	4.667,01	4.667,01	0,00	0,00		0,00	0,00
Saúde	2.951.000,00	2.951.000,00	409.789,55	409.789,55	409.789,55	409.789,55		1,68	13,89
Atenção Básica	2.910.000,00	2.910.000,00	404.584,24	404.584,24	404.584,24	404.584,24		1,66	13,90
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	35.000,00	35.000,00	4.664,44	4.664,44	4.664,44	4.664,44		0,02	13,33
Vigilância Sanitária	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	3.000,00	3.000,00	540,87	540,87	540,87	540,87		0,00	18,03
Educação	5.023.570,00	5.023.570,00	809.122,65	809.122,65	710.796,89	710.796,89		2,92	14,15
Ensino Fundamental	2.961.570,00	2.961.570,00	466.929,19	466.929,19	422.653,23	422.653,23		1,74	14,27
Educação Infantil	2.062.000,00	2.062.000,00	342.193,46	342.193,46	288.143,66	288.143,66		1,18	13,97
Cultura	156.615,00	156.615,00	23.303,68	23.303,68	22.375,57	22.375,57		0,09	14,29
Diffusão Cultural	156.615,00	156.615,00	23.303,68	23.303,68	22.375,57	22.375,57		0,09	14,29
Urbanismo	918.300,00	918.300,00	145.782,54	145.782,54	124.569,01	124.569,01		0,51	13,57
Administração Geral	245.000,00	245.000,00	31.984,74	31.984,74	31.984,74	31.984,74		0,13	13,05
Infra-Estrutura Urbana	55.800,00	55.800,00	8.381,24	8.381,24	6.751,89	6.751,89		0,03	12,10
Serviços Urbanos	617.500,00	617.500,00	105.416,56	105.416,56	85.832,38	85.832,38		0,35	13,90
Habitação	64.623,00	64.623,00	9.133,09	9.133,09	9.133,09	9.133,09		0,04	14,13
Administração Geral	64.623,00	64.623,00	9.133,09	9.133,09	9.133,09	9.133,09		0,04	14,13

Continua 4/6

Continuação 5/6

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SANEAMENTO	12.230.283,85	12.225.439,85	1.929.802,14	1.929.802,14	1.713.599,59	1.713.599,59	10.511.840,26
Administração Geral	705.505,40	705.505,40	81.406,95	81.406,95	81.406,95	81.406,95	624.098,45
Saneamento Básico Urbano	228.377,00	228.377,00	28.262,76	28.262,76	28.262,76	28.262,76	200.114,24
Gestão Ambiental	477.128,40	477.128,40	53.144,19	53.144,19	53.144,19	53.144,19	423.984,21
Preservação e Conservação Ambiental	38.500,00	38.500,00	3.471,40	3.471,40	3.127,92	3.127,92	35.372,08
Agricultura	38.500,00	38.500,00	3.471,40	3.471,40	3.127,92	3.127,92	35.372,08
Extensão Rural	101.000,00	101.000,00	16.527,50	16.527,50	15.207,76	15.207,76	85.792,24
Indústria	101.000,00	101.000,00	16.527,50	16.527,50	15.207,76	15.207,76	85.792,24
Promoção Industrial	93.500,00	93.500,00	13.132,52	13.132,52	12.701,64	12.701,64	80.798,36
Comércio e Serviços	93.500,00	93.500,00	13.132,52	13.132,52	12.701,64	12.701,64	80.798,36
Turismo	8.200,00	8.200,00	1.743,96	1.743,96	1.052,41	1.052,41	7.147,59
Energia	8.200,00	8.200,00	1.743,96	1.743,96	1.052,41	1.052,41	7.147,59
Serviços Urbanos	6.149,37	6.149,37	730,48	730,48	730,48	730,48	5.418,89
Desporto e Lazer	6.149,37	6.149,37	730,48	730,48	730,48	730,48	5.418,89
Administração Geral	41.594,00	51.750,00	5.673,40	5.673,40	5.673,40	5.673,40	46.076,60
Encargos Especiais	41.594,00	51.750,00	5.673,40	5.673,40	5.673,40	5.673,40	46.076,60
Serviço da Dívida Interna	485.722,08	485.722,08	109.253,02	109.253,02	109.253,02	109.253,02	376.469,06
	485.722,08	485.722,08	109.253,02	109.253,02	109.253,02	109.253,02	376.469,06

Continua 5/6

Continuação 6/6

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	12.230.283,85	12.225.439,85	1.929.802,14	1.929.802,14		1.713.599,59	1.713.599,59	7,04	14,02
Encargos Especiais	485.722,08	485.722,08	109.253,02	109.253,02		109.253,02	109.253,02	0,45	22,49
Serviço da Dívida Interna	485.722,08	485.722,08	109.253,02	109.253,02		109.253,02	109.253,02	0,45	22,49
TOTAL (III) = (I + II)	271.320.074,86	277.040.217,52	39.015.678,48	39.015.678,48		24.355.375,46	24.355.375,46	100,00	8,79

FONTE:

SAO BENTO DO SUL, 28/03/2014

FERNANDO TURECK	AURIENE ROEPKE	RICARDO ANTONIO HOMECHEN
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETÁRIA DE FINANÇAS	Contador CRC/SC 029937/O-5

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2013 A FEVEREIRO/2014

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	14.186.271,09	23.061.376,91	15.114.722,98	15.744.096,70	16.253.295,73	14.326.298,85	17.098.776,54	16.009.188,51	15.653.170,84	19.231.175,89	16.116.559,66	20.891.189,89	203.598.075,19
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.210.515,06	7.592.576,65	2.157.983,11	1.846.581,98	1.667.733,61	1.795.070,41	1.861.733,43	1.917.935,11	1.963.281,09	2.210.868,92	1.020.371,33	1.367.283,79	32.102.079,93
I.P.T.U.	963.765,99	6.034.342,42	365.461,85	330.243,40	333.629,92	283.866,98	299.860,72	313.940,78	285.286,89	156.894,91	6.323,64	1.139,55	8.974.796,25
I.R.R.F.	333.983,18	96.540,89	376.143,11	192.122,67	83.117,56	132.660,95	792.757,91	190.259,68	148.623,99	494.754,86	21.683,03	61.645,41	3.301.649,44
I.S.S.	744.755,49	852.500,82	876.878,30	841.949,37	763.866,78	846.888,17	792.827,95	862.372,48	888.700,25	855.807,19	751.501,00	741.063,08	12.352.180,99
I.T.B.I.	252.626,67	242.551,23	196.493,68	166.658,57	140.538,72	190.815,68	167.619,94	225.429,53	304.204,82	144.198,06	112.798,84	97.054,31	2.385.853,04
Outras Receitas Tributárias	325.394,13	368.641,29	341.006,17	316.007,97	345.500,63	341.559,03	323.466,91	325.932,64	336.465,14	559.102,90	128.064,82	666.381,44	4.375.913,07
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	817.577,60	625.901,55	523.587,49	689.913,11	592.273,88	614.141,77	623.763,72	531.333,07	903.945,40	688.310,85	842.194,96	630.562,52	8.776.675,42
RECETA PATRIMONIAL	363.048,74	2.133.645,74	-1.770.845,44	763.222,71	1.715.160,05	-436.252,49	1.576.487,55	791.538,97	-549.256,20	2.022.725,56	284.970,55	5.574.140,33	24.503.315,79
RECETA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETA DE SERVIÇOS	1.001.905,61	1.070.158,05	1.070.668,44	1.125.242,93	1.278.426,66	1.159.229,84	1.189.386,30	1.244.203,91	1.177.691,37	1.322.620,89	1.255.526,76	1.174.981,69	14.070.020,45
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.330.507,41	10.687.308,06	12.049.196,58	10.892.339,01	10.535.390,66	10.633.544,92	11.061.316,86	10.758.118,60	11.758.405,51	12.522.990,05	12.367.824,08	11.527.724,01	134.115.165,75
Cota-Parte do F.P.M.	1.541.860,50	1.654.361,55	2.377.160,70	1.983.214,72	1.412.301,96	1.846.562,29	1.528.337,21	1.528.309,14	2.125.973,75	3.207.062,71	2.577.623,04	2.752.567,19	24.535.254,78
Cota-Parte do I.C.M.S.	2.878.428,62	3.470.747,21	3.449.149,78	3.230.762,09	3.207.402,98	3.314.623,58	3.521.143,48	3.441.954,84	3.814.340,86	3.798.166,31	3.793.323,63	3.609.912,76	41.529.956,12
Cota-Parte do I.P.V.A.	575.558,36	667.538,08	692.672,51	630.011,32	694.621,75	710.337,13	621.435,07	550.146,77	343.470,04	222.865,84	402.369,96	531.850,68	7.296.919,81
Cota-Parte do ITR	157,32	54,96	628,07	1.042,29	416,18	291,91	4321,87	17.910,12	1.926,17	1.455,24	1.705,89	121,06	29.168,63
Outras Transferências Correntes	1.962.069,98	2.074.688,07	2.578.048,73	2.118.089,03	2.601.489,19	1.936.865,48	2.544.421,29	2.452.643,25	2.360.765,76	2.193.460,96	2.395.720,19	1.520.498,72	26.738.547,65
Transferências de LC 61/1989	41.113,05	37.698,35	50.692,71	52.797,83	52.007,18	55.648,04	50.919,07	54.112,16	60.024,43	64.153,18	60.763,26	51.460,59	694.941,09
Transferências de LC 87/1996	0,00	63.152,06	15.788,02	15.788,02	15.788,02	15.788,02	15.788,02	15.788,02	15.788,02	15.788,02	16.029,79	16.029,79	220.289,79
Transferências do FUNDEB	2.331.319,58	2.719.067,78	2.885.058,06	2.859.654,71	2.551.363,40	2.753.628,47	2.775.750,85	2.697.254,30	3.036.186,48	3.020.517,79	3.120.266,32	3.045.283,22	34.900.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	462.716,67	951.786,76	1.085.784,80	426.796,96	464.870,87	560.584,40	785.598,68	766.058,85	399.142,67	453.632,32	365.971,98	326.487,55	7.049.422,51
DEDUÇÕES (II)	1.459.358,14	2.105.945,93	2.545.574,93	1.597.479,36	1.529.471,45	1.644.306,27	1.943.381,60	1.586.180,05	1.816.790,49	1.785.479,89	1.930.877,42	1.821.675,21	21.516.520,74
Compensação Finance. entre Regimes Previdenciária	31.560,89	511.334,82	704.777,11	92.232,72	33.568,33	33.568,33	366.424,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.773.406,55
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	416.653,31	415.897,07	523.587,49	312.438,40	419.527,09	421.986,94	428.246,82	464.516,78	544.359,85	526.862,52	620.457,70	429.216,92	6.096.318,58
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	1.009.143,94	1.178.714,24	1.317.210,33	1.182.748,24	1.076.536,03	1.188.901,00	1.148.170,23	1.121.861,27	1.272.430,84	1.392.817,37	1.370.417,72	1.392.456,29	14.517.651,50
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) - (II)	12.726.912,95	20.956.430,98	12.570.798,05	14.156.617,34	14.723.824,28	12.681.992,58	15.155.394,94	14.423.008,46	13.836.380,35	17.445.691,70	14.125.682,24	18.979.514,68	212.249.348,31

FONTE:

SAO BENTO DO SUL, 28/03/2014

RICARDO ANTONIO HOMECHEN
Contador CRC/SC 0289370-5

AURIENE ROEPKE
SECRETÁRIA DE FINANÇAS

FERNANDO TURECK
PREFEITO MUNICIPAL

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	30.025.323,08	30.025.323,08	6.638.953,04	6.638.953,04	1.742.220,57
RECEITAS CORRENTES	30.025.323,08	30.025.323,08	6.652.553,04	6.652.553,04	1.742.220,57
Recetta de Contribuições dos Segurados	6.098.318,58	6.098.318,58	1.049.674,62	1.049.674,62	1.057.138,18
Pessoal Civil	6.098.318,58	6.098.318,58	1.049.674,62	1.049.674,62	1.057.138,18
Ativo	6.073.584,74	6.073.584,74	1.046.648,26	1.046.648,26	1.053.802,72
Inativo	9.754,60	9.754,60	1.035,92	1.035,92	1.296,08
Pensionista	14.979,24	14.979,24	1.990,44	1.990,44	2.039,38
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	23.400.000,00	23.400.000,00	5.601.472,13	5.601.472,13	623.802,79
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	23.400.000,00	23.400.000,00	5.601.472,13	5.601.472,13	623.802,79
Recetta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	527.004,50	527.004,50	1.406,29	1.406,29	61.279,60
Demais Receitas Correntes	520.000,00	520.000,00	0,00	0,00	61.279,60
RECEITAS DE CAPITAL	7.004,50	7.004,50	1.406,29	1.406,29	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	-13.600,00	-13.600,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	11.961.599,45	11.961.599,45	2.866.215,08	2.866.215,08	1.970.216,76
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	41.986.922,53	41.986.922,53	9.505.168,12	9.505.168,12	3.712.437,33
DESPESAS					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
ADMINISTRAÇÃO	16.016.900,57	16.016.900,57	1.891.830,90	1.891.830,90	1.637.982,17
Despesas Correntes	476.700,57	396.700,57	0,00	0,00	108.269,67
	0,00	0,00	0,00	0,00	106.572,80
					Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
Despesas de Capital	476.700,57	396.700,57	0,00	0,00	1.696,87
PREVIDÊNCIA SOCIAL	15.540.200,00	15.620.200,00	1.891.830,90	1.891.830,90	1.529.712,50
Pessoal Civil	14.043.000,00	14.043.000,00	1.712.889,16	1.712.889,16	1.529.606,33
Aposentadorias	8.969.000,00	8.952.000,00	1.144.656,84	1.144.656,84	1.094.936,65
Pensões	2.574.000,00	2.591.000,00	370.511,49	370.511,49	337.823,43
Outros Benefícios Previdenciários	2.500.000,00	2.500.000,00	197.720,83	197.720,83	96.846,25
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	1.497.200,00	1.577.200,00	178.941,74	178.941,74	106,17
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	106,17
Demais Despesas Previdenciárias	1.397.200,00	1.477.200,00	178.941,74	178.941,74	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	51.000,00	51.000,00	0,00	0,00	2.386,67
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	16.067.900,57	16.067.900,57	1.891.830,90	1.891.830,90	1.640.368,84
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	25.919.021,96	25.919.021,96	7.613.337,22	7.613.337,22	2.072.068,49
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR					
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
Plano Financeiro	0,00	0,00	392.744,88	392.744,88	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	392.744,88	392.744,88	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	392.744,88	392.744,88	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS					
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor					28.719.221,96

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

BENS E DIREITOS DO RPPS					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
			JANEIRO	2013	
				2014	2013
Caixa			0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento			775.378,09	8.658,59	674.520,12
Investimentos			157.590.833,54	164.229.158,15	162.200.401,52
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS			RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)					
RECEITAS CORRENTES (VIII)	11.961.599,45	11.961.599,45	2.866.215,08	2.866.215,08	1.970.216,76
	11.916.599,45	11.916.599,45	2.858.715,08	2.858.715,08	1.962.716,76
Receita de Contribuições Patronais	9.181.049,90	9.181.049,90	2.053.050,91	2.053.050,91	1.497.371,56
Pessoal Civil	9.181.049,90	9.181.049,90	2.053.050,91	2.053.050,91	1.497.371,56
Ativo	9.181.049,90	9.181.049,90	2.053.050,91	2.053.050,91	1.497.371,56
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	2.294.827,47	2.294.827,47	499.222,33	499.222,33	424.157,68
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	416.722,08	416.722,08	90.882,90	90.882,90	35.618,47
Outras Receitas de Contribuições					
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	24.000,00	24.000,00	215.558,94	215.558,94	5.569,05
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	45.000,00	45.000,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	45.000,00	45.000,00	7.500,00	7.500,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	11.961.599,45	11.961.599,45	2.866.215,08	2.866.215,08	1.970.216,76

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	51.000,00	51.000,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	51.000,00	51.000,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	51.000,00	51.000,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	51.000,00	51.000,00	0,00	0,00

FONTE:

SAO BENTO DO SUL, 28/03/2014

RICARDO ANTONIO HOMECHEN
Contador CRC/SC 029937/O-5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 28 Fev 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	20.201.262,73	20.201.262,73	19.212.447,64
DEDUÇÕES (II)	15.273.020,04	15.273.020,04	19.415.242,16
Disponibilidade de Caixa Bruta	18.397.739,29	18.397.739,29	20.295.554,57
Demais Haveres Financeiros	4.014,46	4.014,46	1.001.520,58
(-) Restos a Pagar Processados (Exeto Precatórios)	3.128.733,71	3.128.733,71	1.881.832,99
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	4.928.242,69	4.928.242,69	-202.794,52
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	4.928.242,69	4.928.242,69	-202.794,52

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2014 (C - A)
VALOR	-5.131.037,21	-5.131.037,21

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-2.807.487,37

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 28 Fev 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	161.834.602,24	161.834.602,24	161.834.602,24
Passivo Atuarial	161.834.602,24	161.834.602,24	161.834.602,24
DEDUÇÕES (VIII)	162.241.298,41	162.241.298,41	164.237.142,47
Disponibilidade de Caixa Bruta	10.509,40	10.509,40	8.658,59
Investimentos	162.186.683,10	162.186.683,10	164.229.158,15
Demais Haveres Financeiros	45.000,00	45.000,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	894,09	894,09	674,27
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-406.696,17	-406.696,17	-2.402.540,23
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-406.696,17	-406.696,17	-2.402.540,23

FONTE:

SAO BENTO DO SUL, 28/03/2014

FERNANDO TURECK
PREFEITO MUNICIPAL

AURIENE ROEPKE
SECRETÁRIA DE FINANÇAS

RICARDO ANTONIO HOMECHEN
Contador CRC/SC 029937/O-5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	206.690.434,69	31.211.887,99	31.211.887,99	26.685.471,84
Receita Tributária	32.102.079,83	2.587.655,12	2.587.655,12	2.754.749,08
I.P.T.U.	9.070.847,34	7.463,19	7.463,19	260,13
I.S.S.	12.352.160,99	1.492.564,08	1.492.564,08	1.523.053,75
I.T.B.I.	2.385.853,04	209.853,15	209.853,15	362.656,50
I.R.R.F.	3.618.788,40	108.502,71	108.502,71	145.083,22
Outras Receitas Tributárias	4.674.430,06	769.271,99	769.271,99	723.695,48
Receita de Contribuição	20.757.824,27	4.115.913,62	4.115.913,62	3.229.454,68
Receitas Previdenciárias	17.990.918,03	3.692.830,76	3.692.830,76	3.014.285,89
Outras Contribuições	2.766.906,24	423.082,86	423.082,86	215.168,79
Receita Patrimonial Líquida	125.899,42	19.598,30	19.598,30	17.038,88
Receita Patrimonial	24.503.315,79	5.839.110,88	5.839.110,88	738.793,88
(-) Aplicações Financeiras	24.377.416,37	5.819.512,58	5.819.512,58	721.755,00
Transferências Correntes	124.471.709,10	21.132.670,08	21.132.670,08	17.828.268,07
F.P.M.	20.719.081,54	4.264.169,27	4.264.169,27	3.733.747,51
I.C.M.S.	33.755.683,26	5.922.589,29	5.922.589,29	5.159.998,85
Convênios	166.500,38	35.908,83	35.908,83	23.507,58
Outras Transferências Correntes	69.830.443,92	10.910.002,69	10.910.002,69	8.911.014,13
Demais Receitas Correntes	29.232.922,07	3.356.050,87	3.356.050,87	2.855.961,13
Dívida Ativa	8.199.009,35	463.109,28	463.109,28	193.813,88
Diversas Receitas Correntes	21.033.912,72	2.892.941,59	2.892.941,59	2.662.147,25
RECEITAS DE CAPITAL (II)	40.252.223,80	291.718,79	291.718,79	2.741.145,66
Operações de Crédito (III)	16.343.518,62	0,00	0,00	2.005.005,88
Amortização de Empréstimos (IV)	119.500,00	18.614,79	18.614,79	18.403,78
Alienação de Ativos (V)	1.562.095,32	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	22.227.109,86	273.104,00	273.104,00	717.736,00
Convênios	2.259.565,90	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	19.967.543,96	273.104,00	273.104,00	717.736,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	22.227.109,86	273.104,00	273.104,00	717.736,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	228.917.544,55	31.484.991,99	31.484.991,99	27.403.207,84
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	184.657.359,12	23.116.790,38	23.116.790,38	21.328.146,24
Pessoal e Encargos Sociais	113.976.105,54	15.759.756,92	15.759.756,92	15.231.258,25
Juros e Encargos da Dívida (IX)	2.427.000,00	354.051,68	354.051,68	422.791,18
Outras Despesas Correntes	68.254.253,58	7.002.981,78	7.002.981,78	5.674.096,81
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	182.230.359,12	22.762.738,70	22.762.738,70	20.905.355,06
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	63.363.636,44	1.238.585,08	1.238.585,08	2.116.907,42
Investimentos	57.307.936,44	228.340,75	228.340,75	1.190.752,53
Inversões Financeiras	140.700,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	100.000,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	40.700,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	5.915.000,00	1.010.244,33	1.010.244,33	926.154,89
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	57.348.636,44	228.340,75	228.340,75	1.190.752,53
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	300.000,00	-	-	-

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DO RPPS (XVII)	28.719.221,96	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	268.598.217,52	22.991.079,45	22.991.079,45	22.096.107,59
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-39.680.672,97	8.493.912,54	8.493.912,54	5.307.100,25
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	29.247,93	0,00
Superávit Financeiro	-	-	29.247,93	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-32.924.195,93

FONTE:

SAO BENTO DO SUL, 28/03/2014

FERNANDO TURECK
PREFEITO MUNICIPAL

AURIENE ROEPKE
SECRETÁRIA DE FINANÇAS

RICARDO ANTONIO HOMECHEN
Contador CRC/SC 029937/O-5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS				R\$ 1,00	
	Inscritos		Saldo	Cancelados	Pagos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013								
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	126,20	1.152.515,36	996.826,65	56.408,54	99.405,37	732.676,32	5.660.163,13	1.810.413,20	380.478,17	4.201.948,08
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	126,20	729.457,47	578.747,01	56.408,54	91.427,12	515.677,20	4.450.729,10	1.422.767,69	378.146,89	3.165.491,72
Encargos Gerais do Município	0,00	108.956,10	108.956,10	0,00	0,00	0,00	120.725,62	69.415,33	47.430,55	69.979,25
Gabinete do Prefeito	0,00	19.503,76	19.503,76	0,00	0,00	0,00	261.443,45	35.886,29	572,26	224.984,90
Procuradoria	0,00	6.682,73	6.682,73	0,00	0,00	0,00	380,00	0,00	380,00	0,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99.459,10	0,00	18.272,97	0,00	87.735,89
Secretaria de Assistência Social	0,00	40.689,19	38.109,19	0,00	2.580,00	1.500,00	672.967,85	56.606,51	2.550,00	615.309,34
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	0,00	9.064,80	9.064,80	0,00	0,00	0,00	2.838,32	2.049,65	110,86	1.304,16
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	132.359,25	0,00	0,00	0,00	132.359,25
Secretaria de Educação	126,20	0,00	0,00	0,00	126,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	0,00	151.083,40	62.362,48	0,00	88.720,92	0,00	441.208,41	299.095,67	59.845,44	85.488,81
Secretaria de Planejamento e Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280.732,19	0,00	0,00	0,00	280.732,19
Secretaria Municipal de Administração	0,00	5.470,81	5.470,81	0,00	0,00	0,00	1.167,18	204,51	0,00	1.167,18
Secretaria Municipal de Agricultura	0,00	7.600,32	7.600,32	0,00	0,00	0,00	4.914,58	430,22	554,77	3.929,59
Secretaria Municipal de Educação	0,00	223.333,82	223.333,82	0,00	0,00	0,00	2.387.406,73	822.262,32	269.511,55	1.332.967,44
Secretaria Municipal de Finanças	0,00	3.040,86	3.040,86	0,00	0,00	0,00	2.727,56	2.725,19	0,00	2,37
Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo	0,00	151.031,68	94.822,14	56.409,54	-0,00	0,00	554.949,40	185.718,52	39.679,53	329.551,35
EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO	0,00	6.861,40	6.861,40	0,00	0,00	0,00	71.883,39	10.987,14	10.409,14	61.474,25
EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	0,00	6.861,40	6.861,40	0,00	0,00	0,00	71.883,39	10.987,14	0,00	61.474,25
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL	0,00	13.649,13	5.741,55	0,00	7.907,58	0,00	6.242,25	4.519,01	753,24	1.124,40
Fundação Cultural	0,00	13.649,13	5.741,55	0,00	7.907,58	0,00	6.242,25	4.519,01	753,24	1.124,40
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS	0,00	17.822,68	17.822,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundação Municipal de Desporto	0,00	17.822,68	17.822,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	182.589,53	182.589,53	0,00	0,00	0,00	273.277,66	91.156,34	0,00	198.838,24
Fundo Municipal de Saúde	0,00	182.589,53	182.589,53	0,00	0,00	0,00	273.277,66	91.156,34	0,00	198.838,24
IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO	0,00	894,09	823,42	0,00	70,67	0,00	16.059,10	4.492,97	4.351,35	11.707,75
IPRESBS	0,00	894,09	823,42	0,00	70,67	0,00	16.059,10	4.492,97	4.351,35	11.707,75
SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE	0,00	204.241,06	204.241,06	0,00	0,00	216.999,12	838.881,63	327.214,09	1.578,04	763.311,72
SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE	0,00	204.241,06	204.241,06	0,00	0,00	216.999,12	838.881,63	327.214,09	1.578,04	763.311,72
LEGISLATIVO										
Câmara Municipal de Vereadores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.090,00	3.090,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	1.976.986,24	1.976.986,24	-	-	-	3.769,56	3.279,43	490,13	0,00
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	1.060.963,11	1.060.963,11	0,00	0,00	0,00	3.769,56	3.279,43	490,13	0,00
Encargos Gerais do Município	0,00	2.665,87	2.665,87	0,00	0,00	0,00	790,46	488,59	301,87	0,00
Gabinete do Prefeito	0,00	9.769,97	9.769,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Procuradoria	0,00	3.757,99	3.757,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria de Assistência Social	0,00	59.664,99	59.664,99	0,00	0,00	0,00	278,87	270,77	8,10	0,00
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	0,00	13.646,61	13.646,61	0,00	0,00	0,00	70,96	54,45	16,51	0,00
Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	0,00	85.101,45	85.101,45	0,00	0,00	0,00	245,36	238,46	6,90	0,00
Secretaria Municipal de Administração	0,00	96.011,37	96.011,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Agricultura	0,00	17.975,87	17.975,87	0,00	0,00	0,00	83,21	54,76	28,45	0,00
Secretaria Municipal de Educação	0,00	703.246,78	703.246,78	0,00	0,00	0,00	2.016,57	1.904,29	112,28	0,00
Secretaria Municipal de Finanças	0,00	29.118,14	29.118,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo	0,00	40.004,07	40.004,07	0,00	0,00	0,00	284,13	288,11	16,02	0,00
EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO	0,00	4.584,18	4.584,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	0,00	4.584,18	4.584,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de SÃO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

PODER/ÓRGÃO		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS				R\$ 1,00	
		Inscritos		Saldo	Cancelados	Pagos	Liquidados	Inscritos		Cancelados	Saldo
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013					Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013		
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		-	1.976.986,24	-	-	1.976.986,24	3.279,43	-	3.769,56	490,13	0,00
EXECUTIVO											
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL		0,00	11.198,05	0,00	0,00	11.198,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundação Cultural		0,00	11.198,05	0,00	0,00	11.198,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		0,00	3.243,47	0,00	0,00	3.243,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundação Municipal de Desporto		0,00	3.243,47	0,00	0,00	3.243,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	817.652,60	0,00	0,00	817.652,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Municipal de Saúde		0,00	817.652,60	0,00	0,00	817.652,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE		0,00	79.344,83	0,00	0,00	79.344,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço Aut. Mun. de Água e Esgoto-SAMAE		0,00	79.344,83	0,00	0,00	79.344,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II):		126,20	3.129.501,60	99.409,54	56.409,54	2.973.812,89	1.944.896,50	732.676,32	5.663.932,69	380.963,30	4.201.948,08

FONTE:

SÃO BENTO DO SUL, 28/03/2014

FERNANDO TURECK PREFEITO MUNICIPAL	AURIENE ROEPKE SECRETÁRIA DE FINANÇAS	RICARDO ANTONIO HOMECHEN Contador CRC/SC 0298370-5
---------------------------------------	--	---

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	36.361.510,98	36.361.510,98	2.082.167,34	2.082.167,34	5,73
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	16.985.620,26	16.985.620,26	227.552,02	227.552,02	1,34
1.1.1- IPTU	9.104.215,45	9.104.215,45	8.314,42	8.314,42	0,09
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	25.567,96	25.567,96	536,59	536,59	2,10
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	7.318.166,24	7.318.166,24	165.886,46	165.886,46	2,27
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	571.038,72	571.038,72	53.665,78	53.665,78	9,40
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(33.368,11)	(33.368,11)	(851,23)	(851,23)	2,55
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.385.853,04	2.385.853,04	210.787,25	210.787,25	8,83
1.2.1- ITBI	2.414.197,52	2.414.197,52	209.853,15	209.853,15	8,69
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	934,10	934,10	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	(28.344,48)	(28.344,48)	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	13.371.249,28	13.371.249,28	1.535.325,36	1.535.325,36	11,48
1.3.1- ISS	12.523.272,48	12.523.272,48	1.492.578,58	1.492.578,58	11,92
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	167.964,32	167.964,32	4.406,14	4.406,14	2,62
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	700.000,00	700.000,00	28.744,65	28.744,65	4,11
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	151.123,97	151.123,97	9.610,49	9.610,49	6,36
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(171.111,49)	(171.111,49)	(14,50)	(14,50)	0,01
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.618.788,40	3.618.788,40	108.502,71	108.502,71	3,00
1.4.1- IRRF	3.618.788,40	3.618.788,40	108.502,71	108.502,71	3,00
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	76.334.775,32	76.334.775,32	13.813.777,64	13.813.777,64	18,10
2.1- Cota-Parte FPM	25.898.851,92	25.898.851,92	5.330.190,23	5.330.190,23	20,58
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	25.898.851,92	25.898.851,92	5.330.190,23	5.330.190,23	20,58
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	42.194.604,08	42.194.604,08	7.403.236,39	7.403.236,39	17,55
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	220.289,79	220.289,79	32.059,58	32.059,58	14,55
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	694.941,09	694.941,09	112.243,85	112.243,85	16,15
2.5- Cota-Parte ITR	29.168,63	29.168,63	1.826,95	1.826,95	6,26
2.6- Cota-Parte IPVA	7.296.919,81	7.296.919,81	934.220,64	934.220,64	12,80
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	112.696.286,30	112.696.286,30	15.895.944,98	15.895.944,98	14,11
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	85.587,58	85.587,58	15.663,82	15.663,82	18,30
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	4.410.601,58	4.410.601,58	554.301,70	554.301,70	12,57
5.1- Transferências do Salário-Educação	3.110.341,95	3.110.341,95	539.383,57	539.383,57	17,34
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	1.010.043,22	1.010.043,22	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	108.128,89	108.128,89	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	110.441,12	110.441,12	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	71.646,40	71.646,40	14.918,13	14.918,13	20,82
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	989.153,97	989.153,97	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	989.153,97	989.153,97	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	476.789,05	476.789,05	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	5.962.132,18	5.962.132,18	569.965,52	569.965,52	9,56
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	15.266.954,99	15.266.954,99	2.762.878,01	2.762.878,01	18,10
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	5.179.770,38	5.179.770,38	1.066.020,96	1.066.020,96	20,58
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	8.438.920,82	8.438.920,82	1.480.647,10	1.480.647,10	17,55
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	44.057,88	44.057,88	6.411,90	6.411,90	14,55
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	138.988,22	138.988,22	22.629,81	22.629,81	16,28
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	5.833,73	5.833,73	365,37	365,37	6,26
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	1.459.383,96	1.459.383,96	186.802,87	186.802,87	12,80
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	34.995.000,00	34.995.000,00	6.191.879,46	6.191.879,46	17,69
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	34.900.000,00	34.900.000,00	6.165.551,54	6.165.551,54	17,67
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	95.000,00	95.000,00	26.327,92	26.327,92	27,71
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	19.633.045,01	19.633.045,01	3.402.673,53	3.402.673,53	17,33
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	26.504.000,00	26.504.000,00	3.175.012,74	3.175.012,74	11,98
13.1- Com Educação Infantil	9.131.800,00	9.131.800,00	1.300.948,66	1.300.948,66	14,25
13.2- Com Ensino Fundamental	17.372.200,00	17.372.200,00	1.874.064,08	1.874.064,08	10,79
14- OUTRAS DESPESAS	8.503.000,00	8.630.912,26	1.291.991,82	1.291.991,82	14,97
14.1- Com Educação Infantil	5.103.000,00	5.230.912,26	782.727,97	782.727,97	14,96
14.2- Com Ensino Fundamental	3.400.000,00	3.400.000,00	509.263,85	509.263,85	14,98
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	35.007.000,00	35.134.912,26	4.467.004,56	4.467.004,56	12,71
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					4.467.004,56
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					51,28
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					20,87
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					27,86
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	28.174.071,58	28.174.071,58	3.973.986,25	3.973.986,25	14,11
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	18.641.400,00	18.769.312,26	2.541.866,49	2.541.866,49	13,54
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	29.904.895,85	29.904.895,85	3.174.906,40	3.174.906,40	10,62
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	20.772.200,00	20.772.200,00	2.383.327,93	2.383.327,93	11,47
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	9.132.695,85	9.132.695,85	791.578,47	791.578,47	8,67
25- ENSINO MÉDIO	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	48.556.295,85	48.684.208,11	5.716.772,89	5.716.772,89	11,74
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					3.402.673,53
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					26.327,92
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					5.016,07
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					3.434.017,52
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					2.282.755,37
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					14,36
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	3.170.845,38	3.170.845,38	30.455,63	30.455,63	0,96
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.875.417,20	3.525.184,35	57.369,98	57.369,98	1,63
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	6.046.262,58	6.696.029,73	87.825,61	87.825,61	1,31
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	54.602.558,43	55.380.237,84	5.804.598,50	5.804.598,50	10,48

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	1.155.869,19	5.016,07
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	1.155.869,19	5.016,07
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	1.729.675,72	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	6.165.551,54	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	5.394.715,16	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	4.711.378,46	0,00
49.2 Restos a Pagar	683.336,70	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	26.327,92	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	2.526.840,02	0,00

SAO BENTO DO SUL, 28/03/2014

FERNANDO TURECK	AURIENE ROEPKE	RICARDO ANTONIO HOMECHEN
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETÁRIA DE FINANÇAS	Contador CRC/SC 029937/O-5

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	36.361.510,98	36.361.510,98	2.082.167,34	5,73
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	9.070.847,34	9.070.847,34	7.463,19	0,08
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.385.853,04	2.385.853,04	209.853,15	8,80
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	12.352.160,99	12.352.160,99	1.492.564,08	12,08
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.618.788,40	3.618.788,40	108.502,71	3,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	193.532,28	193.532,28	5.876,83	3,04
Dívida Ativa dos Impostos	8.018.166,24	8.018.166,24	194.631,11	2,43
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	722.162,69	722.162,69	63.276,27	8,76
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	76.334.775,32	76.334.775,32	13.813.777,64	18,10
Cota-Parte FPM	25.898.851,92	25.898.851,92	5.330.190,23	20,58
Cota-Parte ITR	29.168,63	29.168,63	1.826,95	6,26
Cota-Parte IPVA	7.296.919,81	7.296.919,81	934.220,64	12,80
Cota-Parte ICMS	42.194.604,08	42.194.604,08	7.403.236,39	17,55
Cota-Parte IP-Estação	694.941,09	694.941,09	112.243,85	16,15
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	220.289,79	220.289,79	32.059,58	14,55
Desoneração ICMS (LC 87/96)	220.289,79	220.289,79	32.059,58	14,55
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	112.696.286,30	112.696.286,30	15.895.944,98	14,11

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	21.909.595,00	21.909.595,00	2.982.621,42	13,61
Provenientes da União	21.909.595,00	21.909.595,00	2.982.621,42	13,61
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	353.000,00	353.000,00	25.132,48	7,12
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	22.262.595,00	22.262.595,00	3.007.753,90	13,51

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	46.893.722,02	46.931.074,77	8.779.600,85	18,71	6.893.219,53	14,89
Pessoal e Encargos Sociais	22.088.500,00	22.088.500,00	3.403.871,04	15,41	3.403.871,04	15,41

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	46.893.722,02	46.931.074,77	8.779.600,85	18,71	6.893.219,53	14,69
Outras Despesas Correntes	24.805.222,02	24.842.574,77	5.375.729,81	21,64	3.489.348,49	14,05
DESPESAS DE CAPITAL	2.520.750,00	2.925.780,00	49.472,64	1,69	15.308,20	0,52
Investimentos	2.520.750,00	2.925.780,00	49.472,64	1,69	15.308,20	0,52
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	49.414.472,02	49.856.854,77	8.829.073,49	17,71	6.908.527,73	13,86
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	% (h/IV)*100	DESPESAS LIQUIDADAS	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	22.262.595,00	22.704.977,75	3.681.932,13	41,70	2.996.775,17	43,38
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	21.909.595,00	22.351.977,75	3.618.078,46	40,98	2.955.725,91	42,78
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	353.000,00	353.000,00	63.853,67	0,72	41.049,26	0,59
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	22.262.595,00	22.704.977,75	3.681.932,13	41,70	2.996.775,17	43,38
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	27.151.877,02	27.151.877,02	5.147.141,36	-23,99	3.911.752,56	-29,52
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						24,61
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI - (15 x IIIB)/100] 6						1.527.360,81

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
Inscritos em 2013		0,00	0,00	1.404,91	-1.404,91
TOTAL		60.252,40	0,00	1.404,91	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			
	0,00	0,00		0,00	
TOTAL (VIII)		0,00	0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
	LIMITE NÃO CUMPRIDO			-	
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	-	-		-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)					
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica TOTAL	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m) % (m/Total m)*100
	34.477.327,02	34.936.857,02	6.147.071,75	69,62	4.619.453,44
	14.377.870,00	14.360.722,75	2.571.503,22	29,13	2.279.189,41
	54.000,00	54.000,00	8.334,01	0,09	5.454,01
505.275,00	505.275,00	102.164,51	1,16	4.430,87	
	49.414.472,02	49.856.854,77	8.829.073,49	100,00	6.908.527,73
					100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

di todos os dados relativos a este documento de execução. Devem ser informados o limite estabelecido na Lei Orçamentária da Prefeitura Municipal.

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

*Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Devera ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do município quando percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5)Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
6)No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(n+1) - (15 \times IIb)/100]$

SAO BENTO DO SUL, 28/03/2014

FERNANDO TURECK PREFEITO MUNICIPAL	AURIENE ROEPKE SECRETÁRIA DE FINANÇAS	RICARDO ANTONIO HOMECHEN Contador CRC/SC 029937/O-5
---------------------------------------	--	--

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

SAO BENTO DO SUL, 28/03/2014

FERNANDO TURECK
PREFEITO MUNICIPAL

AURIENE ROEPKE
SECRETÁRIA DE FINANÇAS

RICARDO ANTONIO HOMECHEN
Contador CRC/SC 029937/O-5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	271.320.074,86	
Previsão Atualizada		—	271.320.074,86	
Receitas Realizadas		37.323.119,36	37.323.119,36	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	29.247,93	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	271.320.074,86	
Créditos Adicionais		—	5.720.142,66	
Dotação Atualizada		—	277.040.217,52	
Despesas Empenhadas		39.015.678,48	39.015.678,48	
Despesas Liquidadas		24.355.375,46	24.355.375,46	
Superavit Orçamentário		—	12.967.743,90	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		39.015.678,48	39.015.678,48	
Despesas Liquidadas		24.355.375,46	24.355.375,46	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			181.781.555,45	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		9.505.168,12	9.505.168,12	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		1.891.830,90	1.891.830,90	
Liquidadas		1.891.830,90	1.891.830,90	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		7.613.337,22	7.613.337,22	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b) % em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal		0,00	-6.782.473,25 0,00	
Resultado Primário		0,00	8.493.912,54 0,00	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.129.627,80	56.409,54	2.973.812,89	99.405,37
EXECUTIVO	3.129.627,80	56.409,54	2.973.812,89	99.405,37
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	6.396.609,01	380.968,30	1.813.692,63	4.201.948,08
EXECUTIVO	6.393.519,01	380.968,30	1.810.602,63	4.201.948,08
LEGISLATIVO	3.090,00	0,00	3.090,00	0,00
TOTAL:	9.526.236,81	437.377,84	4.787.505,52	4.301.353,45
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.282.755,37	25%	14,36
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		3.175.012,74	60%	51,28
Liquidadas		5.716.772,89		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	16.343.518,62	
Despesa de Capital Líquida		1.238.585,08	62.125.051,36	

Continua 1/2

Município de SAO BENTO DO SUL - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	1.562.095,32
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	684.069,82
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		3.911.752,56	15,00	24,61
Liquidadas		3.911.752,56		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SAO BENTO DO SUL, 28/03/2014

FERNANDO TURECK
PREFEITO MUNICIPAL

AURIENE ROEPKE
SECRETÁRIA DE FINANÇAS

RICARDO ANTONIO HOMECHEN
Contador CRC/SC 029937/O-5

São João do Sul

PREFEITURA

Extrato dos Contratos Administrativos de Serviço Temporário do Mês de Fevereiro de 2014

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

CONTRATOS DO MÊS DE DE FEVEREIRO DE 2014

CONTRATO Nº 01/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: MARCIA RODRIGUES DA SILVEIRA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Farmacêutica, na Secretaria Municipal de Saúde, deste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 03/02/2014 a 30/12/2014

VALOR MENSAL: R\$: 2.259,85

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 006/2012

São João do Sul, em 03 de Fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 02/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: MARIANI LIMA BROGNOLI

OBJETO: Prestação de serviços na função de Nutricionista, na Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 03/02/2014 a 30/12/2014

VALOR MENSAL: R\$: 2.259,85

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 03 de Fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 03/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: JOSÉ DARLAN DA SILVA ESPINDOLA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Operador de equipamentos, na secretaria Municipal de Agricultura e Pesca deste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 04/02/2014 a 30/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 936,26

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 006/2012

São João do Sul, em 04 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 04/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ALEXANDRE DE CANDIDO SALA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar Administrativo, na secretaria Municipal de Agricultura e Pesca deste Município,

com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 04/02/2014 a 30/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 913,04

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 006/2012

São João do Sul, em 04 de Fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 05/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ALZENIR CARDOSO BORBA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da secretaria Municipal de Assistência Social deste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 04/02/2014 a 30/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 695,85

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 006/2012

São João do Sul, em 04 de Fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: SILVANA DE FREITAS

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I, na secretaria Municipal de Saúde deste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 04/02/2014 a 30/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 695,85

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 006/2012

São João do Sul, em 04 de Fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 07/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: MARIA DAS GRAÇAS ROCHO

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I, na secretaria Municipal de Assistência Social deste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 04/02/2014 a 30/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 695,85

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 006/2012

São João do Sul, em 04 de Fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 08/2014**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL**CONTRATADO:** BENEVAL GONÇALVES DA ROCHA**OBJETO:** Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais II, na secretaria Municipal de Obras e Serviços deste Município, com carga horária de 40h/semanais.**VIGÊNCIA:** de 04/02/2014 a 30/12/2014**VALOR MENSAL:** R\$ 695,85**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 006/2012

São João do Sul, em 04 de Fevereiro de 2014

CONTRATO Nº 09/2014**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL**CONTRATADO:** JOSÉ ADRIANO ANACLETO**OBJETO:** Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais II, na secretaria Municipal de Obras e Serviços deste Município, com carga horária de 40h/semanais.**VIGÊNCIA:** de 04/02/2014 a 30/12/2014**VALOR MENSAL:** R\$ 695,85**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 006/2012

São João do Sul, em 04 de Fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 10/2014**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL**CONTRATADO:** MAITE CARDOSO DE SOUZA**OBJETO:** Prestação de serviços na função de Auxiliar Administrativo, na secretaria Municipal de Agricultura e Pesca deste Município, com carga horária de 40h/semanais.**VIGÊNCIA:** de 04/02/2014 a 30/12/2014**VALOR MENSAL:** R\$ 913,04**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 006/2012

São João do Sul, em 04 de Fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 11/2014**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL**CONTRATADO:** EVERTON BORBA TEIXEIRA**OBJETO:** Prestação de serviços na função de Medico Veterinário, na secretaria Municipal de Agricultura e Pesca deste Município, com carga horária de 20h/semanais.**VIGÊNCIA:** de 04/02/2014 a 30/12/2014**VALOR MENSAL:** R\$ 1.829,14**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 006/2012

São João do Sul, em 04 de Fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 12/2014**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL**CONTRATADO:** JOSÉ LUIZ DE MATOS**OBJETO:** Prestação de serviços na função de Operador de equipamentos, na secretaria Municipal de Agricultura e Pesca deste Município, com carga horária de 40h/semanais.**VIGÊNCIA:** de 04/02/2014 a 30/12/2014**VALOR MENSAL:** R\$ 936,26**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 006/2012

São João do Sul, em 04 de Fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 13/2014**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL**CONTRATADO:** ANGELA MARIA DA SILVA VICENTE DE OLIVEIRA**OBJETO:** Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I, na secretaria Municipal de Administração deste Município, com carga horária de 40h/semanais.**VIGÊNCIA:** de 04/02/2014 a 30/12/2014**VALOR MENSAL:** R\$ 695,85**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 006/2012

São João do Sul, em 04 de Fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 14/2014**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL**CONTRATADO:** EDER BEDINOT DE OLIVEIRA**OBJETO:** Prestação de serviços na função de Operador de Equipamentos, na secretaria Municipal de Obras e Serviços deste Município, com carga horária de 40h/semanais.**VIGÊNCIA:** de 04/02/2014 a 30/12/2014**VALOR MENSAL:** R\$ 936,26**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 006/2012

São João do Sul, em 04 de Fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 15/2014**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL**CONTRATADO:** QUELI SALLA BROCCA**OBJETO:** Prestação de serviços na função de Auxiliar Administrativo,

na secretaria Municipal de Assistência Social deste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 04/02/2014 a 30/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 913,04

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 006/2012

São João do Sul, em 04 de Fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 16/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: DION LENO CARVALHO DE QUADROS

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar Administrativo, na secretaria Municipal de Saúde deste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 04/02/2014 a 30/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 913,04

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 006/2012

São João do Sul, em 04 de Fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 17/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ANDERSON SILVEIRA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Operador de equipamentos, na secretaria Municipal de Obras e Serviços deste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 04/02/2014 a 30/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 936,26

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 006/2012

São João do Sul, em 04 de Fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 18/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: APOLONIA SCANDOLARA DAROS SALVADOR

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I, na secretaria Municipal de Educação deste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 11/02/2014 a 30/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 695,85

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Municipal nº. 05/2009

São João do Sul, em 11 de Fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 19/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ANALUCIA DA SILVA TOMÉ

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I, na EEB. Caetano Lummertz II da secretaria Municipal de Educação deste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 12/02/2014 a 30/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 695,85

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Municipal nº. 05/2009

São João do Sul, em 12 de Fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 20/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: JANAINA DE MENDONÇA TEIXEIRA DO AMARAL

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I, no CEI João Vitorino Lopes da secretaria Municipal de Educação deste Município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 12/02/2014 a 30/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 347,92

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Municipal nº. 05/2009

São João do Sul, em 12 de Fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 21/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: BERNADETE MACHADO

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I, na EEB. Sertão do Piritu da secretaria Municipal de Educação deste Município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 12/02/2014 a 30/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 347,92

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Municipal nº. 05/2009

São João do Sul, em 12 de Fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 22/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: MARIA SELOI NUNES ROLDÃO

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I, na EEB. Vila Velha II da Secretaria Municipal de Educação deste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 12/02/2014 a 30/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 695,85

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Municipal nº. 05/2009

São João do Sul, em 12 de Fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 23/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: MARIA SALETE INÁCIO PEREIRA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais na EEF. Prefeito Quintiliano João Pacheco da secretaria Municipal de Educação deste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 12/02/2014 a 30/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 695,85

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Municipal nº. 05/2009

São João do Sul, em 12 de Fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 24/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: EDINEIA DE AZEVEDO VELHO BERNARDINO

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I, na EEB. Vila Velha II da secretaria Municipal de Educação deste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 12/02/2014 a 30/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 695,85

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Municipal nº. 05/2009

São João do Sul, em 12 de Fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 25/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: JANICE RAUP WEBBER

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I na EEF. Prefeito Quintiliano João Pacheco, da secretaria Municipal de Educação deste Município, com carga horária de 40 h/ semanais.

VIGÊNCIA: de 12/02/2014 a 30/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 695,85

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Municipal nº. 05/2009

São João do Sul, em 12 de Fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 26/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ADRIANA DOS SANTOS ALVES FERNANDES

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais na EEB. Caetano Lummertz da secretaria Municipal de Educação deste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 12/02/2014 a 30/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 695,85

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Municipal

nº. 05/2009

São João do Sul, em 12 de Fevereiro de 2014

CONTRATO Nº 27/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ELIZANDRA RODRIGUES SILVEIRA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais na EEB. Caetano Lummertz da secretaria Municipal de Educação deste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 12/02/2014 a 30/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 695,85

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Municipal nº. 05/2009

São João do Sul, em 12 de Fevereiro de 2014

CONTRATO Nº 028/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: QUELEM BENDO HENRRIQUE MAGNUS

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEI. (Centro Educacional Infantil) Paraíso da Criança, da secretaria Municipal de Educação deste Município com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 12/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 846,54

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 12 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 29/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: MARCOS JULIANO MARQUES LANGER

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professor, ministrando aulas no CEI. (Centro Educacional Infantil) Paraíso da Criança da secretaria Municipal de Educação deste Município com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 12/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 667,24

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 12 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº30/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: FRANCISCA ROMANA BARROS

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEI (Centro Educacional Infantil) João Vitorino Lopes, da secretaria Municipal de Educação deste Município com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 12/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 846,54

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 12 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 31/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ADRIANA SANTANA DA SILVA MATOS
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEI (Centro Educacional Infantil) João Vitorino Lopes da secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 12/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 846,54

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 12 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 32/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ELIETE MACHADO
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Glorinha, EEB. Sertão do Piritu da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 12/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 846,54

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 12 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 33/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: SIMONIA AZEVEDO CHAVES
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Sertão do Piritu da Secretaria Municipal Municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 12/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 846,54

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 12 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 34/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ROSILEA SILVERIO PEDRO
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEI (Centro Educacional Infantil) João Vitorino Lopes da secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 12/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 846,54

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 12 de fevereiro de 2014

CONTRATO Nº 35/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ANA PAULA DE OLIVEIRA ROCHO
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEI. (Centro Educacional Infantil) Paraíso da Criança, da Secretaria Municipal de Educação deste Município com carga horária de 10h/semanais.

VIGÊNCIA: de 12/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 423,27

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 12 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 36/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ERICA HAHN ROCHA DE MATIA
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de ensino, executando atividades no CEI (Centro Educacional Infantil) Paraíso da Criança da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 12/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 783,83

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 12 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 37/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: CAMILA LETICIA DA SILVA
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de ensino, executando atividades no CEI (Centro Educacional Infantil) Paraíso da Criança da Secretaria Municipal de Educação Deste município, com carga horária de 30h/semanais.

VIGÊNCIA: de 12/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 1.175,74

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 12 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 38/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: CRISTIANA HOFFMANN SELAU CANDIDO
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de ensino, executando atividades no CEI (Centro Educacional Infantil) Professor João Vitorino Lopes da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 30h/semanais.

VIGÊNCIA: de 12/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 1.175,74

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 12 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 39/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: CRISLAINE APARECIDA CARDOSO DE OLIVEIRA
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de ensino, executando atividades no CEI (Centro Educacional Infantil) Professor João Vitorino Lopes da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 12/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 1.567,66

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 12 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 40/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: JULIANA DE OLIVEIRA MAGNUS
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de ensino, executando atividades no CEI (Centro Educacional Infantil) Paraíso da Criança da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 30h/semanais.

VIGÊNCIA: de 12/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 1.175,74

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 12 de fevereiro de 2014

CONTRATO Nº 41/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: QUENISE MATOS CRESCENCIO
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de ensino, executando atividades no CEI (Centro Educacional Infantil) Paraíso da Criança da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 30h/semanais.

VIGÊNCIA: de 12/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 1.175,74

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 12 de fevereiro de 2014

CONTRATO Nº 42/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: JOCIANI DA SILVA BERTOTI
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Glorinha da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 12/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 846,54

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 12 de fevereiro de 2014

CONTRATO Nº 43/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: MAIRA SCARIOT BIANCHIN PEREIRA
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de ensino, executando atividades no CEI (Centro Educacional Infantil) Professor Vitorino Lopes da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 12/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 1.567,66

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 12 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 44/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: MARIA CIRETE DA CUNHA CARDOSO
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de ensino, executando atividades no CEI (Centro Educacional Infantil) Paraíso da Criança da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 12/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 783,83

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 12 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 45/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ROSILEI SAVI VALIM
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de ensino, executando atividades no CEI (Centro Educacional Infantil) Professor Vitorino Lopes da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 30h/semanais.

VIGÊNCIA: de 12/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 1.175,74

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 12 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 46/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: DIRLEI FRANCISCO MATOS DE OLIVEIRA
OBJETO: Prestação de serviços na função de Motorista II, na secretaria de Educação e Cultura, deste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 17/02/2013 a 22/12/2013

VALOR MENSAL: R\$ 858,88

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 47/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: MARIA DAS GRAÇAS BARROS FELISBINO
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na Classe Especial DA e DV (deficientes Auditivos e visuais), da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 17/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 846,54

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 48/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: CRISTINA MAGNUS BAUER
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Caetano Lummertz da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.
VIGÊNCIA: de 17/02/2014 a 22/12/2014
VALOR MENSAL: R\$ 1.693,08
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014

CONTRATO Nº 49/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: RAFAEL DEWES BAUER
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professor, ministrando aulas na EEB. Caetano Lummertz, da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 17/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 1.693,08

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 50/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: LISIANE DE SOUZA OLIVEIRA
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Vila Velha II, da Secretaria Municipal de Educação deste município com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 17/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 846,54

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014

CONTRATO Nº 51/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: BRUNO ROSA CONSTANTE
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professor, ministrando aulas na EEB.Vila Velha II da Secretaria Municipal de Educação deste Município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 17/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 846,54

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014

CONTRATO Nº 52/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: FERNANDA ALVES DA SILVA SBARDELOTO
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Glorinha, EEF. Prefeito Quintiliano João Pacheco DA Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 17/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 846,54

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 53/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: REGINA SCHIMIDT LOTTHAMMER
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no EEB. Sertão do Piritú da Secretaria de Educação deste município, com carga horária de 10h/semanais.

VIGÊNCIA: de 17/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 423,27

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014

CONTRATO Nº 54/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ALESSANDRA SCARIOT BENDO
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEJA Vereadora Rita Quadros da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 10h/semanais.

VIGÊNCIA: de 17/02/2014 a 22/12/2014
VALOR MENSAL: R\$ 423,27
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 55/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ERIEDINA MACIEL PEREIRA
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEJA Vereadora Rita Quadros da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 10h/semanais.

VIGÊNCIA: de 17/02/2014 a 22/12/2014
VALOR MENSAL: R\$ 423,27
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 56/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: IVONE ALEXANDRE MACIEL
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEJA Vereadora Rita Quadros da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 17/02/2014 a 22/12/2014
VALOR MENSAL: R\$ 846,54
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014

CONTRATO Nº 57/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: CAMILA DE MATOS ROCHO
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no EEB. Glorinha, da Secretaria municipal de Educação deste município com carga horária de 10h/semanais.

VIGÊNCIA: de 17/02/2014 a 22/12/2014
VALOR MENSAL: R\$ 338,62
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014

CONTRATO Nº 58/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: CLEITON COELHO GARCIA
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professor, ministrando aulas na EEB. Caetano Lummertz da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 17/02/2014 a 22/12/2014
VALOR MENSAL: R\$ 677,24
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 59/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: VANESSA SCHEFER BAUER
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEJA Vereadora Rita Quadros da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 10h/semanais.

VIGÊNCIA: de 17/02/2014 a 22/12/2014
VALOR MENSAL: R\$ 423,27
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 60/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: AMADEU CARDOSO CONSTANTE JUNIOR
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEJA Vereadora Rita Quadros da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 10h/semanais.

VIGÊNCIA: de 17/02/2014 a 22/12/2014
VALOR MENSAL: R\$ 423,27
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014

CONTRATO Nº 61/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: LEDIANE SANTOS DA ROSA
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEJA Vereadora Rita Quadros da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 10h/semanais.

VIGÊNCIA: de 17/02/2014 a 22/12/2014
VALOR MENSAL: R\$ 423,27
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014

CONTRATO Nº 62/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ZANTE INDALENCIO DA SILVA
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEF. Prefeito Quintiliano João Pacheco da Secretaria municipal de Educação deste município com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 17/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 846,54
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014

CONTRATO Nº 63/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: PATRICIA MARQUES LANGER
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEJA Vereadora Rita Quadros da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 10h/semanais.

VIGÊNCIA: de 17/02/2014 a 22/12/2014
VALOR MENSAL: R\$ 423,27
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014

CONTRATO Nº 64/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: MARA REGINA GOMES
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Caetano Lummertz, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 17/02/2014 a 22/12/2014
VALOR MENSAL: R\$ 1.693,08
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014

CONTRATO Nº 65/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: CRISTINA MAGNUS BAUER
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas CEJA Vereadora Rita Quadros da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 10h/semanais.

VIGÊNCIA: de 17/02/2014 a 22/12/2014
VALOR MENSAL: R\$ 423,27
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014

CONTRATO Nº 66/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: CARLOS ANDRE RIBEIRO
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professor, ministrando aulas no CEJA Vereadora Rita Quadros da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 10h/semanais.

VIGÊNCIA: de 17/02/2014 a 22/12/2014
VALOR MENSAL: R\$ 423,27
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014

CONTRATO Nº 67/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ALINE SCANDOLARA BIANCHIN
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEJA Vereadora Rita Quadros da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 10h/semanais.

VIGÊNCIA: de 17/02/2014 a 22/12/2014
VALOR MENSAL: R\$ 423,27
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014

CONTRATO Nº 68/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: QUETILANE SANTOS DE CARVALHO CARDOSO
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEJA Vereadora Rita Quadros da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 10h/semanais.

VIGÊNCIA: de 17/02/2014 a 22/12/2014
VALOR MENSAL: R\$ 423,27
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014

CONTRATO Nº 69/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ERIEDINA MACIEL PEREIRA
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Caetano Lummertz, EEB. Vila Velha II da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 10h/semanais.

VIGÊNCIA: de 17/02/2014 a 22/12/2014
VALOR MENSAL: R\$ 423,27
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014

CONTRATO Nº 70/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ALEXANDRINA SCARIOT BENDO
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Caetano Lummertz, EEB. Vila Velha II da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 10h/semanais.

VIGÊNCIA: de 17/02/2014 a 22/12/2014
VALOR MENSAL: R\$ 423,27
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014

CONTRATO Nº 71/2014**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL**CONTRATADO:** IVONE ALEXANDRE MACIEL**OBJETO:** Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Caetano Lummertz, EEB. Vila Velha II da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.**VIGÊNCIA:** de 17/02/2014 a 22/12/2014**VALOR MENSAL:** R\$ 846,54**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 72/2014**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL**CONTRATADO:** ALINE SCANDOLARA BIANCHINI**OBJETO:** Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Caetano Lummertz, EEB. Vila Velha II da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.**VIGÊNCIA:** de 17/02/2014 a 22/12/2014**VALOR MENSAL:** R\$ 846,54**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 73/2014**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL**CONTRATADO:** JOCIANI DA SILVA BERTOTI**OBJETO:** Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Glorinha da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.**VIGÊNCIA:** de 17/02/2014 a 22/12/2014**VALOR MENSAL:** R\$ 846,54**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 74/2013**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL**CONTRATADO:** ELIETE MACHADO**OBJETO:** Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Vila Velha II da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.**VIGÊNCIA:** de 17/02/2014 a 22/12/2014**VALOR MENSAL:** R\$ 846,54**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 75/2014**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL**CONTRATADO:** ADRIANA SANTANA DA SILVA MATOS**OBJETO:** Prestação de serviços na função de Professora,

ministrando aulas na EEB. Vila Velha II da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 17/02/2014 a 22/12/2014**VALOR MENSAL:** R\$ 846,54**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 76/2014**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL**CONTRATADO:** REGINA MENGUE DOS SANTOS**OBJETO:** Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Prefeito Quintiliano João Pacheco da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.**VIGÊNCIA:** de 217/02/2014 a 22/12/2014**VALOR MENSAL:** R\$ 846,54**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 217 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 77/2014**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL**CONTRATADO:** ADRIANA LENTZ DELA VECHIA MAGNUS**OBJETO:** Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Prefeito Quintiliano João Pacheco da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.**VIGÊNCIA:** de 17/02/2014 a 22/12/2014**VALOR MENSAL:** R\$ 783,83**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 78/2014**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL**CONTRATADO:** ANA PAULA DE OLIVEIRA ROCHO**OBJETO:** Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Sertão do Piritú da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.**VIGÊNCIA:** de 17/02/2014 a 22/12/2014**VALOR MENSAL:** R\$ 846,54**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014

CONTRATO Nº 79/2014**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL**CONTRATADO:** ISABEL CRISTINI SELAU ALEXANDRE**OBJETO:** Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Caetano Lummertz da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.**VIGÊNCIA:** de 17/02/2014 a 22/12/2014**VALOR MENSAL:** R\$ 846,54**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 80/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: CRISTINA DE SOUZA DA SILVA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Glorinha da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 17/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 846,54

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 81/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: CAMILA JUSTO BAUER

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEF. Prefeito Quintiliano João Pacheco da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 17/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 783,83

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 82/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: LUCIANE MARTINS SCANDOLARA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Vila Velha II, da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 17/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 846,54

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 83/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: MARIANA PACHECO DE MELO

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Vila Velha II, da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 17/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 846,54

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014

CONTRATO Nº 84/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: JAQUELINE MORAES SCADONLARA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Glorinha, da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 17/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 846,54

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 85/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: AMADEU CARDOSO CONSTANCE JUNIOR

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professor, ministrando aulas na EEB. Vila Velha II, EEB. Sertão do Piritu, EEF. Prefeito Quintiliano João Pacheco da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 17/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 1.693,08

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 86/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ANAPATRICIA DE SOUZA VARGAS EMERIM

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Vila Velha II da Secretaria municipal de Educação deste município com carga horária de 10h/semanais.

VIGÊNCIA: de 17/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 423,27

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 87/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: LUCIANO JAUSINA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais II, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços, deste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 20/02/2014 a 30/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 695,85

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 006/2012

São João do Sul, em 20 de Fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 88/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: JULIANA DOS SANTOS SCARIOT

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de ensino, executando atividades na EEB. Caetano Lummerz da Secretaria

Municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 20/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$783,83

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 20 de Fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 89/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: NEUZA MARIZETE CARDOSO

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I no Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos da Secretaria Municipal de Assistência Social deste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 24/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 695,85

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 24 de Fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 90/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: FERNANDA SOUZA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Assistente Social na Secretaria Municipal de Assistência Social deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 24/02/2014 a 23/12/2013

VALOR MENSAL: R\$ 1.129,92

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 24 de Fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 91/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: BRUNO ROSA CONSTANTE

OBJETO: Prestação de serviços na função de Educador Social, ministrando aulas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Secretaria Municipal de Assistência Social deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 24/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 830,66

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 24 de Fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 92/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: LISIANE DE SOUZA OLIVEIRA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Educador Social, ministrando aulas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Secretaria Municipal de Assistência Social deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 24/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 830,66

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 24 de Fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 93/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: LUCIANE MARTINS SCANDOLARA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Educador Social, ministrando aulas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Secretaria Municipal de Assistência Social deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 24/02/2014 a 22/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 830,66

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 24 de fevereiro de 2014.

CONTRATO Nº 94/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: LUAN ROSA DA ROCHA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais II, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços, deste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 26/02/2014 a 30/12/2014

VALOR MENSAL: R\$ 695,85

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 006/2012

São João do Sul, em 26 de Fevereiro de 2014.

Publique-se e Registre-se

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

São José

PREFEITURA

Termo de Convênio Nº 01/2014 – Sr/Dpf/SC

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

SUPERINTENDENCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

DELEGACIA DE REPRESSÃO AO TRÁFICO ILÍCITO DE ARMAS

SIRM/SR/DPF/SC

TERMO DE CONVÊNIO Nº 01/2014 – SR/DPF/SC

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM SANTA CATARINA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC COM A PRECÍPUA FINALIDADE DE AUTORIZAR O PORTE DE ARMA DE FOGO FUNCIONAL PARA

OS INTEGRANTES DO QUADRO EFETIVO DA GUARDA MUNICIPAL CONFORME O ATR. 5º DA PORTARIA 365 DE 15 DE AGOSTO DE 2006 E ART. 40 DO DECRETO 5.123/04.

Pelo presente instrumento, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, com sede na Av. Acioni Souza Filho, nº 403, Centro, São José/SC, inscrita no CNPJ. Sob nº 828.922.74-0001-05, neste ato representada pela Prefeita Municipal, senhora Adeliara Dal Pont, portadora da cédula de identidade nº 536567-SSP/SC, e inscrita na Receita Federal/MF sob CPF. Nº 445.313.039-20, doravante denominada PREFEITURA e, de outro lado, A SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, com sede à Rua Paschoal Apostolo Pítsica, 4744, bairro Agronômica, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ. Sob nº 00.394.494.0039-09, neste ato representada por seu SUPERINTENDE REGIONAL, Delegado de Polícia Federal Clyton Eustáquio Xavier, portador da cédula de identidade nº M 5731746 – SSP/MG, e inscrito na Receita Federal/MF sob nº 928.132.596-91, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis/SC doravante denominada SR/DPF/SC celebram o presente CONVÊNIO, observados os preceitos da Lei 8.883, de 08/07/94 e, no que couber, as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente convênio tem por objeto a parceria entre a SR/DPF/SC e a PREFEITURA para a autorização do porte de arma de fogo institucional para os integrantes do quadro efetivo da Guarda municipal, na conformidade com os dispositivos legais contidos no art. 6º, inciso IV da Lei 10.826/03 c/c o Art. 40 e seguintes do Decreto 5.123/04.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O objeto deste convênio e a implantação das normas de trabalho serão realizadas conjuntamente entre representantes nomeados pelas partes.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O prazo de validade para os portes de armas concedidos será de 02(dois) anos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES: Ficam discriminadas as obrigações das instituições envolvidas.

1. À SR/DPF/SC, caberá:

1.1– Receber e verificar a documentação necessária para o cadastramento de todos os dados relativos à autorização de porte de arma de fogo para os integrantes da Guarda Municipal indicados pela PREFEITURA, junto ao Sistema Nacional de Armas – SINARM.

1.2– Fornecer informações técnicas sobre o processo de concessão de porte de arma de fogo e certificação de registro federal de arma de fogo.

1.3– Enviar à PREFEITURA o número do SINARM relativo ao porte de arma de fogo concedido a cada integrante da Guarda Municipal, para que conste em sua respectiva carteira de identidade funcional.

1.4– Decidir e comunicar sobre o indeferimento de qualquer pedido de autorização de porte de arma de fogo para os integrantes do quadro efetivo da Guarda Municipal.

1.5– Acompanhar e fiscalizar a execução das ações deste Convênio.

2. À PREFEITURA, caberá:

2.1- Emitir a carteira de identidade funcional do Guarda Municipal, servidor concursado do quadro efetivo, cujo modelo consta a seguir, com os seguintes dizeres, após a autorização formal da Superintendência Regional do D.P.F em Santa Catarina, sob o controle do Chefe da DELEAQ/SR/DPF/SC:

“o portador deste documento está autorizado a portar arma de

fogo de propriedade da Guarda Municipal de São José somente em serviço nos limites do Município de São José/SC, devidamente acompanhado do Certificado de Registro Federal de Arma de Fogo, conforme disposições contidas na Lei 10.826/03, Decreto 5.123/04, Instrução Normativa 023/2005 – DG/DPF.”

2.2- Submeter o Guarda Municipal, servidor efetivo, autorizado a portar arma de fogo, a teste de capacidade psicológica a cada dois anos, encaminhando à SR/DPF/SC o resultado do exame com cópia autenticada do laudo psicológico.

2.3 - Realizar o acompanhamento psicológico do Guarda Municipal envolvido com disparo de arma de fogo em via pública, com ou sem vítima, a ser realizado por psicólogo do quadro do Município ou credenciado pelo Departamento de Polícia Federal.

2.4- Exigir do Guarda Municipal envolvimento em evento de disparo de arma de fogo em via pública com ou sem vítimas, relatório circunstanciado para fins de justificar o motivo da utilização da arma, conforme prescreve o Art. 43 do Decreto nº 5.123/04.

2.5- Comunicar à SR/DPF/SC, em no Máximo 48 horas, a exoneração, demissão, readaptação, aposentadoria posse em outro cargo inacumulável ou falecimento do Guarda Municipal, para a devida baixa junto ao Sistema Nacional de Armas.

2.6 – Comunicar imediatamente à SR/DPF/SC quando o integrante da Guarda Municipal constar como indiciado em inquérito policial e/ou acusado em processos criminais, ainda que não haja correlação entre tais fatos e o exercício da sua atividade funcional.

2.7- Recolher a carteira funcional do Guarda Municipal em qualquer dos casos previstos no item. 2.5, bem como comunicar a Polícia Federal e a Polícia Civil a perda, extravio ou qualquer outra ocorrência com este documento.

2.8- Comunicar imediatamente à SR/DPF/SC qualquer ocorrência policial com encaminhamento de cópias quando o Guarda Municipal for acusado ou autor do fato, assim como cópia de providências administrativas tomadas pela Guarda Municipal de São José/SC.

2.9- Prestar informações quando requisitadas pela DELEAQ/SR/DPF/SC.

3.0- Cumprir planos e metas estipuladas pela SR/DPF/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO: Cada parte integrante designará um servidor, via Portaria a ser publicada em Boletim de Serviço, para execução do presente Convênio, o qual ficará responsável pelo seu gerenciamento.

CLÁUSULA QUARTA – DOS CUSTOS: Cada órgão arcará com os custos relativos à execução de suas obrigações.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E MODIFICAÇÕES: O presente convênio terá vigência de 05 (cinco) anos, a contar da data de publicação no Diário Oficial da União, devendo a Prefeitura, no caso de interesse, requerer com antecedência de 06 (seis) meses a renovação do convênio.

CLÁUSULA SEXTA – DA OPERACIONALIZAÇÃO: Somente será permitido o efetivo porte de arma de fogo pelo Guarda Municipal após o envio de comunicação oficial pela DELEAQ/SR/DPF/SC, que tratará do seguinte:

1.1-Relação dos Guardas Municipais aptos a portarem arma de fogo, com seu respectivo número de porte funcional cadastrado no Sistema Nacional de Armas, o qual deverá constar na carteira de identidade funcional.

1.2- Metas a serem cumpridas, verificada a necessidade.

PARÁGRAFO ÚNICO – O não atendimento do constante no item 1.2, conforme comunicação oficial, poderá gerar a revogação do presente convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA – EXTINÇÃO: A presente autorização, firmada mediante convênio, poderá ser revogada de comum acordo, ou por uma das partes, neste último caso mediante notificação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, desde que não acarrete prejuízo total ou parcial dos serviços em andamento. Poderá ainda ser cassada na ocorrência de não cumprimento pela Prefeitura de qualquer das cláusulas ou condições estipuladas neste instrumento, devendo ser realizada a notificação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO – Em caso de extinção, sob qualquer forma, o prazo de vigência dos portes de armas de fogo funcional cessa imediatamente.

CLÁUSULA OITAVA – DO ESTÁGIO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: Fica acordado que o estágio de qualificação profissional, a ser realizado anualmente, por no mínimo 80 (oitenta) horas por ano, ficará a cargo de estabelecimento de ensino, após previa aprovação pela SR/DPF/SC do conteúdo a ser ministrado.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO: A PREFEITURA providenciará por sua conta, a publicação deste instrumento, em forma de extrato no Diário Oficial da União, Seção 3.

CLAUSULA DÉCIMA – DO FORO: Fica eleito o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária de Santa Catarina – para dirimir litígios oriundos deste instrumento, permitindo-se a conciliação perante à Câmara de Conciliações e Arbitragem da Administração Federal, conforme Decreto nº 7.392/2010.

Por estarem assim justos e de acordo, os partícipes declaram que aceitaram todas as disposições aqui estabelecidas e firmam o presente CONVÊNIO, em (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo indicadas e nomeadas, para que surta os legítimos efeitos de direito.

Florianópolis, ____ de _____ de 2014.

Pelo D.P.F
DPF CLYTON EUSTAQUIO XAVIER
Superintendente Regional em Santa Catarina

Pela PREFEITA
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal de São José

Testemunhas:
DPF. FERNANDO MALHEIRO STEMPNIOWSKI
Chefe da DELEA/SR/DPR/SC

ANDRÉS IRANY PACHECO RODRIGUES
Secretária de Segurança

Contrato/Ct: Nº 036/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 036/2014 – PR 148/2013 – Processo 401/2013
- Contratado: VEZ – INSTITUTO UNIBRASIL PARA DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA. Objeto: Contratação de empresa para

fornecimento de sistema pedagógico com fornecimento de materiais pedagógicos de apoio para alunos, pais e professores do 1º ao 5º ano do ensino fundamental da rede municipal de ensino de São José/SC, incluindo capacitação, treinamento e suporte para os docentes. Valor Global: R\$1.645.150,00 (um milhão, seiscentos e quarenta e cinco mil e cento e cinquenta reais). Prazo: O prazo de execução e de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Autorização de Serviços. Data da Assinatura do Contrato: 04 de fevereiro de 2014.

Contrato/Ct: Nº 051/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 051/2014 – DL 004/2014 – Processo 006/2014 - Contratado: AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia sanitária de limpeza urbana, compreendendo a coleta de resíduos sólidos domiciliares e a coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis, com fornecimento de equipamentos, mão de obra e materiais. Valor Global: R\$4.747.635,24 (sete milhões, setecentos e quarenta e sete mil, seiscentos e trinta e cinco reais e vinte e quatro centavos). Prazo: O prazo de execução e de vigência deste contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do dia 18/02/2014. Data da Assinatura do Contrato: 21 de fevereiro de 2014.

Contrato/Ct: Nº 309/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 309/2013 – IN 004/2013 – Processo 128/2013 - Contratado: BENTLEY SYSTEMS BRASIL LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOFTWARE PARA PROJETOS DE ENGENHARIA – ENGLOBANDO MODELAGEM INTUITIVA, INTEROPERABILIDADE, TRABALHO COLABORATIVO, GERENCIAMENTO DE MUDANÇAS, SUPORTE A IMAGENS RASTER, GEO-COORDENAÇÃO INTRÍNSECA, VISUALIZAÇÕES DINÂMICAS INTERATIVAS, ORGANIZADOR DE IMPRESSÃO INTEGRADO E RENDERIZAÇÃO INTERATIVA LUXOLOGY. Valor Global: R\$11.899,72 (onze mil, oitocentos e noventa e nove reais e setenta e dois centavos). Prazo: O prazo de vigência deste contrato será de 60 (sessenta) dias. Data da Assinatura do Contrato: 07 de novembro de 2013.

Decreto Nº 2457/2014

PUBLICADO
NO D.O.M.
Edição: _____
De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2457/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o candidato foi a provado em concurso público referente ao Edital nº 001/2011;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. PATRÍCIA BRILHANTE KURIKI para ocupar o cargo de provimento efetivo de PSICÓLOGO, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Educação.

Art. 2º– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de março de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Termo de Convênio Nº 01/2014 – Sr/Dpf/SC

EXTRATO DE CONVÊNIO:

TERMO DE CONVÊNIO Nº 01/2014 – SR/DPF/SC. PARTES: Prefeitura Municipal de São José e a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal. OBJETO: O presente convênio tem por objeto a parceria entre a SR/DPF/SC e a PREFEITURA para a autorização do porte de arma de fogo institucional para os integrantes do quadro efetivo da Guarda municipal, na conformidade com os dispositivos legais contidos no art. 6º, inciso IV da Lei 10.826/03 c/c o Art. 40 e seguintes do Decreto 5.123/04. CUSTOS: Cada órgão arcará com os custos relativos à execução de suas obrigações. PRAZO: O prazo de validade para os portes de armas concedidos será de 02(dois) anos. VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos, a contar da data de publicação no Diário Oficial da União. LOCAL E DATA: Florianópolis, 27 de março de 2014. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont pelo Município de São José e Clyton Eustaquio Xavier pela Superintendência regional do Departamento de Polícia Federal.

Decreto Nº 2.438/2014

DECRETO Nº 2.438/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I – Ficam contratados, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS-SÃO
ANGELITA MARIA HAMES COELHO	Professor-M	40 horas	17/03/2014
CHRISTIANI REGINA BROGNOLI	Professor-H	36 horas aulas	17/03/2014
CRISTIANE MARIA MEURER	Professor-H	40 horas aulas	17/03/2014
ELEN DA COSTA CARDOSO	Professor-H	37 horas aulas	17/03/2014
FABIO MARINHO	Professor-M	20 horas	17/03/2014

LEONARDO PADILHA DOS SANTOS	Professor-H	22 horas aulas	17/03/2014
LUANA BACK LIVRAMENTO	Auxiliar de Ensino	30 horas	17/03/2014
MARCELO PEDRO VIEIRA	Auxiliar de Ensino	20 horas	17/03/2014
MARINEIDE SEMEAO PINHEIRO DIAS	Auxiliar de Ensino	20 horas	17/03/2014
MAYARA REGINA DO NASCIMENTO	Auxiliar de Ensino	30 horas	17/03/2014
PATRICIA TEODORO DOS SANTOS	Professor-M	40 horas	17/03/2014
PRESCILA MICHELE DE MELLO RODRIGUES	Auxiliar de Sala	40 horas	17/03/2014
SCHEILA DUTRA	Auxiliar de Ensino	20 horas	17/03/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17/03/2014.

Art. 3º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de março de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

Decreto Nº 2.439/2014

DECRETO Nº 2.439/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I – Ficam contratados, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS-SÃO
ANA PAULA MARTINS DA COSTA	Professor-M	40 horas	18/03/2014
ANDERSON SOARES NOBREGA	Professor-H	22 horas aulas	18/03/2014
ANDREZA TEREZINHA MARTINS	Professor-M	20 horas	18/03/2014
FERNANDA CIRDAL MULLER	Professor-M	20 horas	18/03/2014
JAQUELINE SILVEIRA TRINDADE	Auxiliar de Ensino	20 horas	18/03/2014
MARIA TATIANA ALVES DE CASTRO	Professor-M	20 horas	18/03/2014
ORISTELA DIAS PEREIRA COPETTI	Professor-M	20 horas	18/03/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18/03/2014.

Art. 3º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de março de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

Decreto Nº 2.440/2014

DECRETO Nº 2.440/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I – Ficam contratados, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS- SÃO
ANA CATARINA MARINHO	Auxiliar de Ensino	30 horas	20/03/2014
CARLOS JORGE ARNAUT SICALIANO	Professor-H	40 horas aulas	20/03/2014
DAIANI LICHTENFELZ	Auxiliar de Ensino	20 horas	20/03/2014
EMANUELLA BATISTA	Auxiliar de Ensino	30 horas	20/03/2014
GRAZIELLE ROSA BANKI	Professor-M	40 horas	20/03/2014
JENECEI SALETE VERUS	Auxiliar de Ensino	30 horas	20/03/2014
MARIA DE FATIMA FERREIRA DOS SANTOS	Auxiliar de Ensino	20 horas	20/03/2014
MIRELA SCHMITT DA SILVA	Auxiliar de Ensino	20 horas	20/03/2014
RODRIGO BARBOZA LOPES	Professor-H	40 horas aulas	20/03/2014
RUBIA MARA LEMONIE JOSE	Professor-M	40 horas	20/03/2014
SABRINA ELIAS FERREIRA ELIAS	Auxiliar de Ensino	20 horas	20/03/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20/03/2014.

Art. 3º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de março de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

Decreto Nº 2.441/2014

DECRETO Nº 2.441/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I – Ficam contratados, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS- SÃO
AMANDA DA SILVA VIEIRA	Professor-M	40 horas	21/03/2014
ERICA TERESINHA DE MEDEIROS	Professor-M	40 horas	21/03/2014
FLAVIO THEODOSIO JUNKES	Auxiliar de Ensino	20 horas	21/03/2014
IZETE TORQUATO MARTINS DE JESUS	Auxiliar de Ensino	30 horas	21/03/2014
MANON DOS SANTOS	Auxiliar de Ensino	20 horas	21/03/2014
PATRICIA WES-TPHAL GHIDI ESMERALDINO	Professor-H	36 horas aulas	21/03/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a 21/03/2014.

Art. 3º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de março de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

Decreto Nº 2.442/2014

DECRETO Nº 2.442/2014

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando Processo Administrativo nº 6226/2014 datado de 18/03/2014,

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
Lidiane Dias Andrade	Professor-H	20/03/2014

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de março de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

Decreto Nº 2.443/2014

DECRETO Nº 2.443/2014

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
Silvana Maria de Lourdes Nascimento	Auxiliar de Ensino	05/03/2014

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de março de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

Decreto Nº 2.444/2014

DECRETO Nº 2.444/2014

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada, a pedido, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
Angela Maria Schotten Duarte	Agente de Serviços Gerais	21/03/2014

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de março de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

Decreto Nº 2.445/2014

DECRETO Nº 2.445/2014

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam dispensados, a pedido, os seguintes servidores, admitidos por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
Raquel Maria Rodrigues Constancio	Professor-M	14/03/2014
Thais Muller Hameister	Professor-H	14/03/2014
Thiago de Moraes Carvalho Pezzo	Professor-H	17/03/2014

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de março de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

Decreto Nº 2.448/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria Municipal de Educação

DECRETO Nº 2.448/2014

REVOGA DESIGNAÇÃO FUNÇÃO GRATIFICADA DE DIRETOR DE UNIDADE ESCOLAR

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. I – Fica revogada, a pedido, a designação da servidora CLÁUDIA REGINA ASSUNÇÃO, para exercer a função gratificada de Diretora do Centro de Educação Infantil Jardim Pinheiros, no valor de R\$ 1.400,00, com carga horária de 40 horas semanais e lotação na Secretaria municipal de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 059, de 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a 24/03/2014.

Art. 3º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de março de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

Decreto Nº 2.460/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria Municipal de Educação
DECRETO Nº 2.460/2014
DESIGNA FUNÇÃO GRATIFICADA DE DIRETOR DE UNIDADE ESCOLAR

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. I – Fica designada a servidora ANDREA OURIQUES DE ANDRADE, para exercer a função gratificada de Diretora do Centro de Educação Infantil Jardim Pinheiros, no valor de R\$ 1.400,00, com carga horária de 40 horas semanais e lotação na Secretaria municipal de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 059, de 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a 24/03/2014.

Art. 3º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de março de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

Resultado da Inexigibilidade Nº 004/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA INEXIGIBILIDADE Nº 004/2014 - Processo nº 077/2014. Contratado: José Cipriano da Silva. Objeto: Inexigibilidade para compra de livros do autor José Cipriano da Silva. Valor Total: R\$23.120,00 (vinte e três mil, cento e vinte reais).

Carlos Alfredo Schmidt
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Resultado da Dispensa de Licitação Nº 012/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2014 - Processo nº 084/2014. Contratado: DULEX Administração e Participação LTDA. Objeto: Dispensa de licitação para locação de 01 (um) imóvel tipo galpão, com área de 400m², situado a rodovia BR 101. Km 200, bairro Serraria, São José/SC. Valor Total: R\$49.980,00 (quarenta e nove mil, novecentos e oitenta reais).

Carlos Alfredo Schmidt
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Termo de Cessão de Uso Nº 003/2014

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 003/2014

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram o Município de São José, e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Aos 25 dias do mês de Março de 2014, o Município de São José, doravante denominado - Cedente, situado à Av. Acioni Souza Filho, nº 403, inscrito no CNPJ sob nº 82.892.274/0001-05, neste ato representado pelo Exma. Srª Adeliana Dal Pont, Prefeita Municipal, portador do CPF nº 445.313.039-20 e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, doravante denominada - Cessionária, situada à Rua Visconde de Ouro Preto nº 549, inscrita no CNPJ sob nº 83.931.550/0001-51, representada pelo Diretor da DALF (Diretoria de Apoio Logístico e Financeiro), Coronel PM João Ricardo BUSI da Silva, amparados na Lei Municipal nº 3395/99, no inciso IV, do Art. 7º da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, no Decreto nº 307, de 04 de junho de 2003, no Decreto nº 1.158, de 18 de março de 2008, na Portaria nº 2400/GERE/DIGA/GAB/SSP, de 17 de dezembro de 2010 e inciso XI, do Art. 4º da Portaria Nº 237/PMSC/2011, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Os objetos do presente Termo dispõem sobre a cessão de uso pelo CEDENTE em favor do CESSIONÁRIO, a título gratuito, dos bens subscritos, adquiridos com os recursos do Convênio de Trânsito nº 13.838/2009-0, para utilização exclusiva no 7º Batalhão da Polícia Militar, sediado no Município de São José, os seguintes bens:

01 (um) veículo marca Honda/NX 400I Falcon, tipo Pas/Motocicleta, cor Branca, combustível Gasolina, ano de fabricação 2014 e ano de modelo 2014, chassi nº 9C2ND1010ER300695, Renavam nº 995746427.

01 (um) veículo marca Honda/NX 400I Falcon, tipo Pas/Motocicleta, cor Branca, combustível Gasolina, ano de fabricação 2014 e ano de modelo 2014, chassi nº 9C2ND1010ER300694, Renavam nº 995748144.

01 (um) veículo marca Honda/NX 400I Falcon, tipo Pas/Motocicleta, cor Branca, combustível Gasolina, ano de fabricação 2014 e ano de modelo 2014, chassi nº 9C2ND1010ER300693, Renavam nº 995747768.

01 (um) veículo marca Honda/NX 400I Falcon, tipo Pas/Motocicleta, cor Branca, combustível Gasolina, ano de fabricação 2013 e ano de modelo 2014, chassi nº 9C2ND1010ER300227, Renavam nº 995745757.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

O veículo destina-se ao serviço de fiscalização de trânsito motorizada no Município de São Jose, ficando a Cessionária responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço e pelo bom uso desse equipamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS RESPONSABILIDADES

A Cessionária, pelo uso dos veículos, obrigar-se-á:

Usar os veículos exclusivamente para o fim a que se destina;

Zelar pela guarda dos veículos, comunicando ao Cedente a ocorrência de qualquer acidente;

Responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito e pelos efeitos dessas;

A OPM a qual o veículo se destina, responsabilizar-se-á pelo pagamento do licenciamento anual e do Seguro DPVAT do(s) veículo(s), arcando com as despesas, através dos recursos financeiros oriundos de Fundos Municipais;

Arcar com os custos de manutenção dos veículos que correrão

por conta, no exercício corrente, dos recursos do tesouro municipal de São José e a partir do próximo exercício financeiro, além da fonte já citada, também com recursos do tesouro estadual.

CLÁUSULA QUARTA - DA CARACTERIZAÇÃO DOS VEÍCULOS

Enquanto durar a presente Cessão de Uso, o veículo, objeto deste instrumento passarão a integrar a frota da Cessionária, caracterizados por suas cores, símbolos e placas (licenças) específicas, ao serviço a que se destina.

CLÁUSULA QUINTA - DA DEPRECIACÃO

Por conta do presente acordo, o objeto desta Cessão de Uso será utilizado no serviço de segurança pública, especificamente na fiscalização de trânsito, o qual será devolvido, quando da rescisão ou expiração deste instrumento, no estado que se encontrar, desgastado pelo seu uso.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 5 (cinco) anos, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado e Diário Oficial do Município, podendo ser denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca da Capital, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 6 (seis) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

São José - SC, 25 de março de 2014

Adeliana Dal Pont
Prefeito Municipal

João Ricardo BUSI da Silva
Cel PM Diretor da DALF/PMSC

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Resultado da Dispensa de Licitação Nº 014/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2014 - Processo nº 092/2014. Contratado: FEPESE – Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio Econômicas. Objeto: Dispensa de licitação para contratação de empresa para prestação de serviços técnicos na organização, planejamento, execução de processo seletivo

emergencial para contratação de ACTS da rede municipal de ensino de São José/SC. Valor Total: R\$75.060,00 (setenta e cinco mil e sessenta reais). Carlos Alfredo Schmidt – Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Portaria Nº 013/2014/Sf

PUBLICADO

NO D.O.M.

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Finanças

Estado de Santa Catarina Portaria 013/2014/SF

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Finanças

PORTARIA Nº 013/2014/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.375/2013 e o Decreto nº 2.060/2014, de 03 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 14.432,00 (catorze mil, quatrocentos e trinta e dois reais), referente as dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

12.00 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01.15.451.0106.2.057 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de

Serviços Públicos

618 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa

Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 4.432,00 620 – 3.3.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material

Permanente,

Recursos Próprios R\$ 10.000,00

Total desta Atividade R\$ 14.432,00

Total do Órgão R\$ 14.432,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 14.432,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 14.432,00 (catorze mil, quatrocentos e trinta e dois reais), nas dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

12.00 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01.15.451.0106.2.056 – Funcionamento e Manutenção dos Cemitérios

Públicos Municipais

604 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$
10.000,00
Total desta Atividade R\$
10.000,00

12.01.15.451.0106.2.057 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de
Serviços Públicos
614 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$
4.432,00
Total desta Atividade R\$
14.432,00
Total do Órgão R\$
14.432,00
Total da Anulação R\$
14.432,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de março de 2014.

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

Portaria Nº 014/2014/Sf

PUBLICADO

NO D.O.M.

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Finanças

Estado de Santa Catarina Portaria 014/2014/SF

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Finanças

PORTARIA Nº 014/2014/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.375/2013 e o Decreto nº 2.060/2014, de 03 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificada:

09.00 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO
09.01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.183.0202.2.009 – Municipalização de Trânsito

381 – 3.3.90.36.00.00.0026 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,
Recursos do Convênio com Multas de Trânsito R\$
250.000,00
Total desta Atividade R\$
250.000,00
Total do Órgão R\$

250.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$
250.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

09.00 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO
09.01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.181.0110.1.019 – Implantação e Reforma de Postos Policiais,
SSDST e Base operacional G.M
356 – 4.4.90.51.00.00.0026 – Obras e Instalações,
Recursos do Convênio com Multas de Trânsito R\$
100.000,00
Total deste Projeto R\$
100.000,00

09.01.06.183.0202.2.009 – Municipalização de Trânsito

383 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$
45.000,00
388 – 4.4.90.51.00.00.0026 – Obras e Instalações,
Recursos do Convênio com Multas de Trânsito R\$
40.000,00
Total desta Atividade R\$
85.000,00

09.01.06.181.0110.2.261 – Funcionamento e Manutenção da Guarda Municipal
455 – 3.3.90.39.00.00.0026 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$
65.000,00
Total desta Atividade R\$
65.000,00
Total do Órgão R\$
250.000,00
Total da Anulação R\$
250.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de março de 2014.

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

São José do Cedro

PREFEITURA

Editais de Convocação Nº 027/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 027/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme determina o Estatuto do Magistério Municipal, Lei nº 2020, de 28 de abril de 1983, em seu § 1º do Artigo 13, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2013, de 18 de dezembro de 2013, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.346/2014, de 11 de fevereiro de 2014, compareçam à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem os cargos a seguir discriminados:

BIOQUÍMICO

LUCIANE FRANZ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 27 de março de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Editais de Pregão Presencial Nº35/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº35/2014

REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº 35/2014, Edital de Pregão Nº 35/2014 para Registro de Preço, sendo o Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, material de higiene e limpeza, material de copa e cozinha e gás engarrafado para serem utilizados pelos grupos de idosos do interior e sede do município. Recebimento dos envelopes das propostas e habilitação até às 14:00 horas do dia 10/04/2014. Abertura dos envelopes e julgamento às 14:00 horas do dia 10/04/2014, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br.

São José do Cedro – SC.

Antonio Plinio de Castro Silva
Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 050/2014, TP Nº 003/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 16/04/2014, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2014, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 003/2014, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE ADEQUAÇÃO DA USINA DE GERAÇÃO DE ENERGIA 500 KVA, BEM COMO O FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME CONTRATO DE APOIO FINANCEIRO Nº 01.399/2012-4, VINCULADO AO PROJETO PTEC 01590/2012. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 051/2014, TP Nº 004/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 16/04/2014, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2014, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 004/2014, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS INTERNAS DAS COZINHAS 01 E 02 E COPA DO AUDITÓRIO DO CENTRO DE EVENTOS, DE ACORDO COM OS EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS. CONFORME CONTRATO DE APOIO FINANCEIRO Nº 01.399/2012-4, VINCULADO AO PROJETO PTEC 01590/2012. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 017/2014, PR Nº 011/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 11/04/2014, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2014, MODALIDADE PREGÃO

PRESENCIAL Nº 011/2014, OBJETO: AQUISIÇÃO DE DOIS VEÍCULOS ZERO KM PARA USO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, DE ACORDO COM PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE Nº 83021.873000/1130-02, FNS/MS – GOVERNO FEDERAL E AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO ZERO KM PARA USO NAS AÇÕES REALIZADAS PELA EQUIPE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 052/2014, PR Nº 031/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 11/04/2014, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2014, OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, CONDICIONADOR DE AR E APARELHOS TELEFÔNICOS, VISANDO MELHORAR A GESTÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 013/2014 - FMS

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2014 - FMS
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 013/2014 – Pregão Presencial Nº 009/2014.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (LANCHE), PARA DISTRIBUIÇÃO AOS PARTICIPANTES DO CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL.

FORNECEDOR: FABIANE MIKOLAJCZYK ME - CNPJ: 03.966.514/0001-94.

VALOR: R\$ 6.809,60 (seis mil e oitocentos e nove reais e sessenta centavos).

FORNECEDOR: LOVERA & CIA LTDA ME - CNPJ: 10.329.603/0001-95.

VALOR: R\$ 7.761,00 (sete mil e setecentos e sessenta e um reais).
TOTAL: R\$ 14.570,60 (quatorze mil e quinhentos e setenta reais e sessenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 26/02/2014.

VIGÊNCIA: 26/02/2014 à 31/12/2014.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 014/2014 - FMS

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2014 - FMS
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 014/2014 – Pregão Presencial Nº 010/2014.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ALIMENTO NUTRICIONAL COMPLETO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, A SER DISTRIBUIDO A PACIENTES COM DIFICULDADE NA ALIMENTAÇÃO, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA, ESTUDO SÓCIO ECONÔMICO E PROCESSO JUDICIAL Nº 066.12.002798-0.

FORNECEDOR: MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 04.470.877/0001-05.

VALOR: R\$ 29.484,00 (vinte e nove mil e quatrocentos e oitenta e quatro reais).

TOTAL: R\$ 29.484,00 (vinte e nove mil e quatrocentos e oitenta e quatro reais).

DATA DE ASSINATURA: 26/02/2014.

VIGÊNCIA: 26/02/2014 à 31/12/2014.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

Decreto Nº 4.835, de 28 de Março de 2014.

DECRETO Nº 4.835, DE 28 DE MARÇO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida no inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 2.149, de 27 de março de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional, por anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 825.000,00 (oitocentos e vinte e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME.

08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME.

08.01.12.365.4505.2.015 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 76
Aplicação Direta R\$ 280.000,00

09.00 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU.

09.01 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU.

09.01.13.392.4511.1.026 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 84
Aplicação Direta R\$ 250.000,00

09.00 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU.

09.01 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU.

09.01.15.451.4511.2.034 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 98
Aplicação Direta R\$ 125.000,00

09.00 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU.

09.01 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU.

09.01.25.752.4511.2.057 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 109
Aplicação Direta R\$ 130.000,00

10.00 SEC. MUN. DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SAA.
10.01 SEC. MUN. DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SAA.
10.01.20.606.4507.2.025 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 143
Aplicação Direta R\$ 40.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.149, de 27 de março de 2014, e o art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320 de 1964, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME.
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME.
08.01.12.364.4505.2.017 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 65
Aplicação Direta R\$ 85.000,00

09.00 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU.
09.01 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU.
09.01.27.812.4511.1.057 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 120
Aplicação Direta R\$ 50.000,00

09.00 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU.
09.01 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU.
09.01.15.452.4511.2.052 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 104
Aplicação Direta R\$ 255.000,00

09.00 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU.
09.01 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU.
09.01.27.812.4511.1.083 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 123
Aplicação Direta R\$ 200.000,00

16.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO.
16.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO.
16.01.28.846.0000.0.001 4.6.90.00.00.00.00.00.01.0000 191
Aplicação Direta R\$ 195.000,00

10.00 SEC. MUN. DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SAA.
10.01 SEC. MUN. DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SAA.
10.01.20.606.4507.1.047 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 132
Aplicação Direta R\$ 40.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de março de 2014.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.836, de 28 de Março de 2014.

DECRETO Nº 4.836, DE 28 DE MARÇO DE 2014.
Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito adicional - anulação de dotações, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida no inciso III, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Municipal nº 2.148, de 27 de março de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional - anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
13.01.10.301.4506.1.064.4.4.90.00.00.00.00.01.0002 4 Aplicação Direta R\$ 70.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.148, de 27 de março de 2014, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
13.01.10.301.4506.1.075 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 5 Aplicação Direta R\$ 10.000,00

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
13.01.10.301.4506.2.019 3.1.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0002 8 Aplicação Direta R\$ 60.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de março de 2014.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Aviso de Licitação 24.2014

AVISO DE LICITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº24/2014 MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços
OBJETO: Aquisição parcelada e estimada de tubos de cimento para a Secretaria de Obras do Município, conforme especificação e quantitativos do ANEXO I deste Edital.
TIPO: Menor Preço por Item DATA DE ABERTURA: 09:00 (nove horas), do dia 14 de abril de 2014. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou no site www.pmspa.sc.gov.br ou licitacoes@pmspa.sc.gov.br
MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203.

São Pedro de Alcântara, 28/03/2014
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal.

Schroeder

PREFEITURA

Decreto Nº 2.905/2014, de 27 de Março de 2014.

DECRETO Nº 2.905/2014, de 27 de março de 2014.

REGULA A GRATIFICAÇÃO DOS TÉCNICOS DE ENFERMAGEM DO PROGRAMA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº145/2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto no Art. 1º, da Lei Complementar Municipal nº 145/2014, que autoriza a gratificação de até R\$454,00 para os Técnicos de Enfermagem do Programa Estratégia da Saúde - ESF;

Considerando que para o recebimento dos recursos federais necessários à manutenção do Programa Estratégia Saúde da Família, é necessário que em cada equipe do programa haja, além de outros profissionais, médicos em jornada semanal de quarenta horas;

Considerando que os profissionais do programa Saúde da Família são indispensáveis para conquistas de metas e continuidade do incentivo do Programa de Melhoria do Acesso;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu art. 6º, a saúde como um direito social pétreo e inalienável, e que o profissional médico é um dos componentes desse direito que deve ser garantido;

Decreta:

Art. 1º A gratificação dos técnicos do Programa Estratégia da Saúde – ESF será pago o valor de R\$ 227,00 (duzentos e vinte e sete reais), com fundamentos na lei 145/2014, com efeitos retroativos a partir de 01/03/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 27 de março de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretária de Saúde e Assistência Social

Publicado na mesma data.

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 5.504/2014, de 27 de março de 2014.

PORTARIA Nº 5.504/2014, de 27 de março de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da funcionária, Sra. Jackeline Delistsch, com efeitos retroativos a partir de 13/03/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 27 de março de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde e Assistência Social

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.505/2014, de 27 de Março de 2014.

PORTARIA Nº 5.505/2014, de 27 de março de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença do funcionário, Sr. Aldo Lindner, com efeitos retroativos a partir de 15/03/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 27 de março de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

RUDIBERT TANK
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.506/2014, de 27 de Março de 2014.

PORTARIA Nº 5.506/2014, de 27 de março de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da funcionária, Sra. Lindamir Bagatoli, com efeitos retroativos a partir de 11/03/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 27 de março de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde e Assistência Social

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.507/2014, de 27 de Março de 2014.

PORTARIA Nº 5.507/2014, de 27 de março de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,
Considerando o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando a informação repassada pela Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município, por meio de Ofício nº 304/2013 – SMS, datado de 11 de fevereiro de 2014, para a contratação de 01 (um) profissional Técnico em Enfermagem para o horário noturno de plantão na unidade básica de saúde centro;

Considerando que a vaga para a qual é em substituição a profissional Amélia Aparecida Kieski que pediu demissão em 13 de janeiro de 2014;

Considerando que o referido secretário já foi orientado proceder com os ditames para realização do processo seletivo que permitirá a contratação em caráter temporário ACTs, para suprir possíveis demandas nas áreas da Saúde e Assistência Social;

Considerando que os profissionais da Saúde do Município são indispensáveis para os bons andamentos dos trabalhos e o atendimento aos municípios conforme legislação específica;

Considerando o Decreto Municipal nº 2.896/2014, de 20/03/2014, que autoriza a contratação emergencial para atender a necessidade de especial interesse público na Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu art. 6º, a saúde como um direito social pétreo e inalienável;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR a Sra. Elenir Beatriz Vasel Motta, para exercer o cargo de Técnica em Enfermagem, percebendo o nível salarial nº 30 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e suas alterações, a ser pago proporcionalmente de acordo com a carga horária necessária ao atendimento de toda a população, determinada pela Secretaria de Saúde e Assistência Social, assinando contrato entre as partes,

com efeitos retroativos a partir de 26/03/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 27 de março de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde e Assistência Social

Publicada na mesma data.

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº. 5.508/2014, de 27 de Março de 2014.

PORTARIA Nº. 5.508/2014, de 27 de março de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o pedido efetuado pelo funcionário Sr. Nilson Feliciano, à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a pedido, a carga horária do funcionário Sr. Nilson Feliciano, de 30 (trinta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, com efeitos retroativos de 22/03/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 10 de março de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.908/2014 de 27 de Março de 2014

DECRETO Nº 2.908/2014 de 27 de março de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 7.560,50 (sete mil quinhentos e sessenta reais e cinquenta centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**06.01 - UNIDADES DE OBRAS**

06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0044 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 7.560,50

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**06.01 - UNIDADES DE OBRAS**

06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 7.560,50

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 27 de março de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Extrato do Contrato Nº. 48/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 48/2014-PMS

Pregão Presencial nº. 17/2014-PMS

Processo nº. 37/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: RUDIGER AUTOMÓVEIS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 01.688.955/0001-46, estabelecida na Rua Fernando Machado nº 3118-D, Bairro Passo dos Fortes, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.804-000.

Objeto: Constitui o objeto do presente a aquisição de veículos zero quilômetros para atender as necessidades da Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saúde e Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência do instrumento,

conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, sendo:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	Veículo zero quilômetro, tipo automotor, com 05 lugares, na cor Prata, para-choques da mesma cor do veículo, modelo Sedan, 04 portas, com vidros e travas elétricas, Rodas em liga leve no mínimo 16 polegadas, bancos dianteiros com regulagem de altura, revestimento em couro, cintos de segurança dianteiros retráteis de 3 pontos, cintos de segurança laterais traseiros fixos de 3 pontos, com 02 Air bags frontais, volume do porta malas de no mínimo 420 litros, tanque a partir de 50 litros, de motorização no mínimo 120cv de potência, 8 válvulas, motor 4 tempos, câmbio automático de no mínimo 5 marchas, Freios ABS com EBD, refrigeração por circuito de água sob pressão, flex (álcool e gasolina), ar-condicionado digital, desembaçador do vidro traseiro, direção hidráulica, sistema de alarme, protetor de cárter, Computador de Bordo, Sensores de estacionamento Dianteiros e Traseiros, Rádio CD-Player com Bluetooth, entrada USB e Auxiliar antena interna ou externa para captação de sinais AM-FM, documentação e emplaçamento incluso, garantia de no mínimo 3 anos.	01	Unid.	67.000,00	67.000,00
TOTAL R\$					67.000,00

Valor do contrato: R\$ 67.000,00 (sessenta e sete mil reais).

Data da Assinatura: 28/03/2014 – Vigência: 31/12/2014

Osvaldo Jurck

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 49/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 49/2014-PMS
Dispensa de Licitação nº. 24/2014-PMS
Processo nº. 53/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: WEBERGRAFIC COMÉRCIO DE MATERIAIS GRAFICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.505.113/0001-65, estabelecida na Rua Humaita, nº 76, Vorstadt, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89015-280,.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de empresa especializada fornecimento de Papel A1, a ser utilizada no setor de Obras e Posturas da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Papel A1 com gramatura de 75g/m², alcalino, para uso profissional, produzido com fibras virgens de eucalipto ou pinus, com elevado grau de brancura. Nas medidas 841mm x 594mm.	2000	FOLHAS	0,35	700,00
TOTAL R\$					700,00

Valor do contrato: R\$ 700,00 (setecentos reais).
Data da Assinatura: 28/03/2014 – Vigência: 31/12/2014

Oswaldo Jurck
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2.906/2014 de 27 de Março de 2014

DECRETO Nº 2.906/2014 de 27 de março de 2014
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERAVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 169,00 (cento e sessenta e nove reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.02 - UNID. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.02.08.244.3016.2.359 - Proteção Social Básica - CRAS
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0220 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 169,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0220 R\$ 169,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 27 de março de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.907/2014 de 27 de Março de 2014

DECRETO Nº 2.907/2014 de 27 de março de 2014
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.02 - UNID. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.02.08.244.3016.2.359 - Proteção Social Básica (CRAS)
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0220 - Material de Consumo R\$ 5.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.02 - UNID. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.02.08.244.3016.2.359 - Proteção Social Básica (CRAS)
3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0220 - Auxílio-Alimentacao R\$ 5.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 27 de março de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Termo Aditivo Nº. A11/2014 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A11/2014 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 15/2014 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 02.448.659/0001-30, estabelecida na Rua Ana Neri nº 457, Santana, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.160-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor David Alencar da Silva, inscrito no CPF sob o nº. 003.766.249-08 e Carteira de Identidade nº. 4.475.848-0-SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 15/2014-PMS, celebrado em 13 de fevereiro de 2014, Modalidade Tomada de Preço nº. 13/2013-PMS, Processo nº. 233/2013-PMS, contratação de empresa especializada para execução de recuperação de fundação da Ponte Trindade do Município de Schroeder/SC, conforme projeto e memorial descritivo, que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente ao pedido feito pela contratada referente à prorrogação do prazo para conclusão dos serviços em 90 (noventa) dias, considerando que o serviço de execução de estaca raiz é terceirizado e a mesma encontrou grandes dificuldades em negociar este serviço.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a partir deste a Cláusula Segunda “do prazo de entrega e do local” no item 2.1 e Cláusula Décima “das obrigações da empresa vencedora” no item 10.1.4 do contrato nº 15/2014-PMS, prorrogando-se o prazo para realização da obra em 90 (noventa) dias consecutivos.

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 15/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 28 de março de 2014.

CONTRATADA:

CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA.

David Alencar da Silva

CPF nº. 003.766.249-08

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Osvaldo Jurck

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

Extrato Contrato Nº. 42/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 42/2014 - FMS

Processo de licitação nº. 23/2014-FMS - Dispensa de Licitação nº. 21/2014-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITA-LARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.652.030/0001-70, estabelecida na BR 480, nº. 795, Centro, na cidade de Barão de Cotegipe, Estado de Rio Grande do Sul, CEP: 99740-000.

Objeto: aquisição de medicamentos destinados a atender a demanda do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	CARBONATO DE CÁLCIO 600mg + COLECALCIFERAL 200UI - caixa com 90 comp.	UNIDADE	9.000	0,065	585,00
02	DIPIRONA 500MG COMP	COMPRIMIDO	3.000	0,063	189,00
03	ANLODIPINO 5MG COMP.	COMPRIMIDO	3.000	0,03	90,00
VALOR R\$ TOTAL					864,00

Valor do contrato: R\$ 864,00 (oito mil e seiscentos e quatro reais).

Data da Assinatura: 28/03/2014 – Vigência: 31/12/2014

Osvaldo Jurck

Prefeito Municipal

Convocação Concurso Público Nº. 001/2013-ESF

Convocação Concurso Público nº. 001/2013-ESF

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. JAQUELINE BODDENBERG, inscrita no CPF sob nº. 075.917.349-46, aprovada em 8º lugar no Concurso Público nº. 001/2013-ESF, para o cargo de SERVENTE, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 17:00 h do dia 09 de abril de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de

comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Schroeder (SC), 28 de março de 2014.
Osvaldo Jurck
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Concurso Público Nº. 001/2013-ESF

Convocação Concurso Público nº. 001/2013-ESF

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ELIANE DE CAMPOS, inscrita no CPF sob nº. 028.534.309-28, aprovada em 7º lugar no Concurso Público nº. 001/2013-ESF, para o cargo de SERVENTE, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 17:00 h do dia 09 de abril de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Schroeder (SC), 28 de março de 2014.
Osvaldo Jurck
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Concurso Público Nº. 001/2013-ESF

Convocação Concurso Público nº. 001/2013-ESF

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. MARLENE APARECIDA DA SILVA, inscrita no CPF sob nº. 021.959.479-18, aprovada em 6º lugar no Concurso Público nº. 001/2013-ESF, para o cargo de SERVENTE, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 17:00 h do dia 09 de abril de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Schroeder (SC), 28 de março de 2014.
Osvaldo Jurck
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Dispensa Nº 24/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 24/2014 - DL
	Processo Nr.: 53/2014 Data: 28/03/2014

Folha: 1/2

Fornecedor: WEBERGRAFIC COMERCIO DE MATERIAIS GRAFICOS LTDA - Endereço: R HUMAITA, 76 Cidade: Blumenau - SC CNPJ: 11.505.113/0001-65	Código: 12774 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada fornecimento de Papel A1, a ser utilizada no setor de Obras e Posturas da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	2.000,00	Papel A1 com gramatura de 75g/m², alcalino, para uso profissional, produzido com fibras virgens de eucalipto ou pinus, com elevado grau de brancura. Nas medidas 841mm x 594mm.	FLS	0,35	700,00

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista que no dia 11/02/2014 foi feita Licitação de Material Gráfico, e o item de Papel A1 não despertou interesse nos participantes presentes em fornecer, (item fracassado), se faz necessária a compra por dispensa.

Schroeder, 28 de Março de 2014

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 24/2014 - DL

Processo Nr.: 53/2014
Data: 28/03/2014

Folha: 2/2

26/3/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 26 de Março de 2014

Valor da Despesa: 700,00 (setecentos reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Dispensa nº 21/2014-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 21/2014 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 23/2014 Data: 28/03/2014
Folha: 1/2	

Fornecedor: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA Endereço: RUA ADÃO WELKER, 90 -SL02 Cidade: Barão de Cotegipe - RS CNPJ: 03.652.030/0001-70	Código: 6989 Inscrição Estadual: 170/0004449
Objeto da Compra: Aquisição de medicamentos destinados a atender a demanda do Município de Schroeder/SC	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	9.000,00	CARBONATO DE CÁLCIO 600mg + COLECALCIFERAL 200UI - caixa com 90 comp.	UN	0,065	585,00
2	3.000,00	DIPIRONA 500MG COMP	COMP	0,063	189,00
3	3.000,00	ANLODIPINO 5MG COMP.	COMP	0,03	90,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Conforme a Constituição Federal de 1988, o direito a saúde é um dos direitos sociais, sendo dever do Poder Público desenvolver políticas sociais e econômicas que garantam esse direito. A distribuição de medicamentos pelas Unidades Básicas de Saúde é uma das ações de proteção e recuperação s saúde, Assim sendo, justifica-se a aquisição dos medicamentos. Objeto desta dispensa de licitação para atender em caráter de urgência e emergência a demanda nas Unidade Básicas de Saúde.

Schroeder, 28 de Março de 2014

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 21/2014 - DL

Processo Nr.: 23/2014
Data: 28/03/2014

Folha: 2/2

28/3/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 28 de Março de 2014

Valor da Despesa: 864,00 (oitocentos e sessenta e quatro reais)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Serra Alta**PREFEITURA****Extrato Contratual Nº 035/2014**

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2014
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.:
035/2014
Contratante
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada

Objeto

LAURO MULLER & CIA LTDA.

O presente contrato tem por objeto a Contratação de Serviços de transporte coletivo, disponibilizando gratuitamente a todos os usuários que frequentam o Programa de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo no Município de Serra Alta, conforme relação de trajeto e especificação abaixo:

ROTEIRO DE (SEGUNDA A QUINTA-FEIRA): Saída às 11:40 horas do Centro de Atividades Sócio-Educativas, até a Escola Celso Ramos localizada na Linha Lageado Grande, interior do Município de Serra Alta.

TOTALIZANDO 16 Km diários.

Valor :

O valor total do presente contrato está estimado em R\$ 7.534,08 (Sete mil, quinhentos e trinta e quatro reais e oito centavos). A Contratante pagará à contratada, o valor de R\$ 3,27 (Três reais e vinte e sete centavos), por quilômetro rodado, pela adjudicação e homologação do trajeto da qual foi vencedora.

Vigência....

Dotação
01/04/2014 á 31/12/2014.

Orçamento vigente:

11.03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

2.920 – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo

Despesa 82 - 3.3.90.00 DRs 0001

SERRA ALTA, 31 de Março de 2014.
FRANCISCO ARTUR BOTH
PREFEITO MUNICIPAL

Timbé do Sul**PREFEITURA****Decreto 64/2014**

DECRETO Nº. 64, DE 24 DE MARÇO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.699 de 03 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), distribuídos da seguinte forma:

07.01 – Secretaria de Obras e Transportes
2.024 – Manutenção da Rede Viária do Município
3.3.90.00.00.00.00.0080(42)–Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, são decorrentes da anulação parcial da dotação abaixo descrita:

07.01 – Secretaria de Obras e Transportes
2.024 – Manutenção da Rede Viária do Município
4.4.90.00.00.00.00.00.0080(44)–Aplicações Diretas. R\$ 70.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 24 de março de 2014.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 65/2014

DECRETO Nº. 65, DE 27 DE MARÇO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE NO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL, POR CONTA DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.699 de 03 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Município de Timbé do Sul, por conta do superávit do exercício anterior, no valor de R\$ 705,80 (setecentos e cinco reais e oitenta centavos), distribuídos da seguinte forma:

07.01 – Secretaria de Obras e Transportes
2.024 – Manutenção da Rede Viária do Município
3.3.90.00.00.00.00.00.0324(164)–Aplicações Diretas R\$ 705,80

Art. 2º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, constam do saldo bancário apurado

em 31 de dezembro de 2013, deduzido os Restos a Pagar, na conta corrente nº 5.561-1, Agência 5.300-7 do Banco do Brasil....R\$ 705,80(setecentos e cinco reais e oitenta centavos)

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 27 de março de 2014.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

SAMAE

Contrato SAMAE 2/2014

CONTRATO Nº. 2/2014

PROCESSO – 1/2014

TERMO do CONTRATO 2/2014 QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO E A EMPRESA TECNIAGUA – SOLUÇÕES EM TRATAMENTO DE ÁGUA LTDA, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO AQUISIÇÃO DE DESINCRUSTANTE E BACTERICIDA, PARA A REGENERAÇÃO DE LEITOS FILTRANTES DE FILTROS DA ETA DE VILA BELMIRO, DO SAMAE DE TIMBÉ DO SUL.

Termo do Contrato 2/2014 que entre si celebram o SAMAE – SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO, com endereço na Rua Carlos Savi, 365, Timbé do Sul – SC, inscrito no CGC/MF sob o nº 83.820.076/0001-90, neste ato representada por seu DIRETOR, Senhor AMARILDO SCURSEL ALEXANDRE, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e A EMPRESA TECNIAGUA – SOLUÇÕES EM TRATAMENTO DE ÁGUA LTDA, com sede na(o) Rua, Zacarias de Paula Xavier, 408 – Sala 05 – Colombo – PR. inscrita no CGC/MF sob o nº. 05.014.350/0001-20, Inscrição Estadual n. 902.794.04-28, neste ato representada por seu representante legal Senhor doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. - DO OBJETO

1.1- A presente licitação tem por objeto o FORNECIMENTO DE DESINCRUSTANTE e BACTERICIDA, para a regeneração de leitos filtrantes de filtros da ETA Vila Belmiro, do SAMAE de Timbé do Sul-SC.

1.2 - Ao assinar este Contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do presente Contrato. Não será considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação por parte da CONTRATADA fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2 - Fazem parte deste Contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes: Proposta da CONTRATADA, CONVITE, especificações complementares, além das normas e instruções legais

vigentes no País, que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

3 - O objeto do presente contrato será realizado sob a Forma/Regime: Direta.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos serviços, o preço proposto que é R\$ 29.001,00(Vinte e nove mil e um reais).

4.2 - Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluam todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

4.3 - O pagamento será efetivado no Escritório da CONTRATANTE ou depósito bancário.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO

5 - O custo apresentado caracterizando o preço unitário e global para a execução dos serviços será reajustado de acordo com o seguinte critério: SEM REAJUSTE.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

6.1 - O prazo de execução é IMEDIATO, conforme solicitação do SAMAE e terá vigência até 30.12.2014, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 15 dias antes do término do contrato, e de conformidade com o estabelecido nas Leis Nº. 8.666/93 e 8.883/94.

6.2 - O início deve se dar em 5 (cinco) dias a partir da assinatura deste instrumento.

6.3 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

6.4 - Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente.

6.5 - Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação:

Unidade: 1 (Sistema de Água e Esgoto)

Função: 17 (Saneamento)

Programa: 115 (Água e Saneamento para todos)

Subfunção: 512 (Saneamento básico Urbano)

Recurso: 80 (0.2.0001– Receita SAMAE)

Projeto/Atividade: 1.021- Ampliação do Sist. de Abastecimento de Água da Sede

Código da despesa no exercício: (1)

Elemento: 4.4.90.51.99.00.00.00 - Outras Obras e Instalações.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO

8.1 - Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 - A execução deste Contrato será acompanhado e fiscalizado por um representante da CONTRATANTE especialmente designado.

8.3 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, no local da obra ou serviço, para representá-la na execução deste Contrato.

8.4 - A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8.5 - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1 - Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

9.1.1 - Unilateralmente pela CONTRATANTE:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativo de seu objeto, nos limites permitidos no Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei Nº 8.666.

9.1.2 - Por acordo das partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.

9.2 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, respeitados os termos do Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei Nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS MULTAS

10.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, caberá, conforme a gravidade da falta e garantida a prévia defesa, a aplicação das seguintes sanções, de acordo com o previsto na Seção II do Capítulo IV da Lei Nº. 8.666/93.

a) advertência por escrito;

b) multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor da última medição, no caso de retardamento, sem justa causa, do início dos trabalhos contratados;

c) multa de 1% (um por cento) calculado sobre o valor da última medição por dia de paralisação, sem prejuízo das demais cominações, no caso de paralisação da execução do contrato, sem justa causa, por mais de 5 (cinco) dias úteis e no máximo de 7 (sete) dias consecutivos;

d) multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor da última medição pelo não cumprimento do prazo contratual, sem plena justificativa;

e) multa de até 1% (um por cento) calculados sobre o valor da última medição, em caso de inobservância das demais cláusulas do Contrato;

f) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o SAMAE de Timbé do Sul-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o SAMAE de Timbé do Sul-SC, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, consoante inciso IV, Art. 87 da Lei Nº. 8.666/93;

h) no caso de inadimplemento que resulta em aplicação de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, o pagamento devido só poderá ser liberado se comprovado, mediante a apresentação de guia, o recolhimento da multa em questão, ou o desconto do valor da mesma sobre o total da fatura.

10.2 - O valor da multa será automaticamente descontado dos pagamentos devidos pelo SAMAE de e a CONTRATADA vier a fazer jus.

10.3 - A CONTRATADA será notificada da aplicação da multa e à partir da notificação terá o prazo de 5 (cinco) dias para recolher a importância correspondente em nome da CONTRATANTE, assegurado o direito de defesa de que trata o parágrafo 2º. (segundo), do artigo 87, da Lei Nº. 8.666/93.

10.4 - Fora deste prazo a multa será cobrada em dobro e a CONTRATANTE suspenderá os pagamentos até o valor correspondente à multa seja recolhido, não cabendo correção ou atualização dos valores do pagamento suspenso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 - Rescisão deste Contrato por ato unilateral da CONTRATANTE:

11.1.1 - A CONTRATANTE poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este Contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar a CONTRATADA sua intenção, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias:

a) o não cumprimento pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b) o cumprimento irregular pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

c) o desatendimento pela CONTRATADA das determinações regulares da autorizada designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

d) razões de interesse do serviço público.

11.1.2 - A CONTRATANTE terá o direito de rescindir de imediato o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou

extrajudicial, caso ocorra qualquer um dos fatos a seguir enunciados:

- a) o atraso injustificado no início dos serviços;
- b) suspensão, pelas autoridades competentes, dos serviços da CONTRATADA, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;
- c) a paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação a CONTRATANTE;
- d) a sub-contratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- e) o cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- f) a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- g) a dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário, em se tratando de firma individual;
- h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;
- i) o protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência do contrato.

11.1.3 - No caso de o presente Contrato ser rescindido por culpa da CONTRATADA, serão observadas as seguintes condições:

- a) a CONTRATADA não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo a CONTRATANTE aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;
- b) a CONTRATADA terá o direito de ser reembolsada pelos serviços já prestados, desde que aprovado pela CONTRATANTE, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados a CONTRATANTE;
- c) em qualquer caso, a CONTRATANTE reserva-se o direito de dar continuidade aos serviços através de outras empresas, ou da forma que julgar mais conveniente;
- d) caso a CONTRATANTE não use o direito de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou suspender a execução dos serviços referente ao mesmo e sustar o pagamento das faturas pendentes, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11.2 - Rescisão deste Contrato por Acordo entre as Partes ou Judicial:

11.2.1 - O presente Contrato também poderá ser rescindido quando ocorrer:

- a) a supressão, por parte da CONTRATANTE, de obras, serviços ou fornecimento, acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do permitido no Regulamento de Habilitação Licitação e Contratação, em seu artigo 79 da Lei Nº. 8.666/93;
- b) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- c) o atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos

pela CONTRATANTE, decorrentes de serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

d) a não liberação, por parte da CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução dos serviços, nos prazos contratuais.

11.2.2 - Nestes casos, a CONTRATANTE, deverá pagar a CONTRATADA os serviços já prestados, de acordo com os termos deste Contrato.

11.3 - Rescisão do Contrato em Virtude de Força Maior:

11.3.1 - Tanto a CONTRATANTE como a CONTRATADA poderão rescindir este Contrato em caso de interrupção na execução dos serviços por um período maior que 30 (trinta) dias, em virtude de força maior. Neste caso, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA os serviços que a mesma tenha realizado, de acordo com os termos deste Contrato.

11.3.2 - Sempre que uma das partes julgar necessário invocar motivo de força maior, deverá fazer imediata comunicação escrita a outra, tendo esta última um prazo até 5 (cinco) dias da data de seu recebimento para contestar, ou reconhecer os motivos constantes da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS/OBRAS

12.1 - Concluídos os serviços/obras objeto do Contrato, em 5 (cinco) dias após a comunicação da CONTRATANTE ou resiliado este, será efetuado pela fiscalização da CONTRATANTE o seu recebimento provisório, após, e se reconhecido o integral cumprimento das obrigações contratuais.

12.1.1 - O recebimento provisório não isenta a CONTRATADA da responsabilidade decorrente de erros de execução, a cuja reparação se obriga, tudo sem ônus para a CONTRATANTE, observando o disposto no art. 69, da Lei Nº. 8.666/93.

12.1.2 - Decorridos 30 (trinta) dias consecutivos da data do recebimento provisório, e verificada a correção dos serviços executados, proceder-se-á ao recebimento definitivo, lavrando-se o termo respectivo, que consignará quitação geral, plena e recíproca entre as partes.

12.2 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, pela solidez e segurança dos serviços nem a ética profissional pela perfeita execução dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

13.1 - Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e para fiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou da execução, correrão única e exclusivamente por conta da CONTRATADA.

13.1.1 - Obriga-se a CONTRATADA a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do não-recolhimento dos mesmos, por parte da CONTRATADA, fica a CONTRATANTE desde já autorizada a suspender os pagamentos devidos a CONTRATADA, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

13.2 - Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou para fiscal, após a data limite de recebimento e

abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.

13.3 - A CONTRATADA responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre a CONTRATANTE e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a CONTRATADA, empregadora na forma do disposto no Art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

13.3.1 - Caso haja condenação da CONTRATANTE, inclusive como responsável solidária, a CONTRATADA, reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – NOVAÇÃO

14 - A não utilização por parte da CONTRATANTE, de quaisquer direitos a ela assegurados neste Contrato ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções nelas previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos a disposição da CONTRATANTE, neste Contrato, serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO SEGURO

15 - A CONTRATADA é responsável pelos seguros de seu pessoal e de todo o equipamento/material/veículo que utilizar na execução dos serviços previstos neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Turvo-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Timbé do Sul-SC, 25 de março de 2014.

AMARILDO SCURSEL ALEXANDRE
DIRETOR DO SAMAE

TESTEMUNHAS:
Ricardo Stecanella
CIC: 733.001.369-20

Juciana Carlessi Burin
CIC: 669.450.709-72

Contrato SAMAE 3/2014

CONTRATO Nº. 3/2014
PROCESSO – 2/2014

TERMO do CONTRATO 3/2014 QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO E A EMPRESA SUL POÇOS ARTESIANOS LTDA. NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO a perfuração de poço artesiano.

Termo do Contrato 3/2014 que entre si celebram o SAMAE – SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO, com endereço na Rua Carlos Savi, 365, Timbé do Sul – SC, inscrito no CGC/MF sob o nº 83.820.076/0001-90, neste ato representada por seu DIRETOR, Senhor AMARILDO SCURSEL ALEXANDRE,

doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e SUL POÇOS ARTESIANOS LTDA, com sede na(o) Rua Eduardo King n. 115 – Bairro Próspera – Criciúma SC, inscrita no CGC/MF sob o nº. 85.372.522/0001-77, Inscrição Estadual n. 252.549.236, neste ato representada por seu representante legal Senhor MARCOS AFONSO STOFFEL doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a limpeza de 01 poço artesiano na localidade de Vila Belmiro município de Timbé do Sul SC. Será necessário a retirada da motobomba que esta trancada a 60m de profundidade.

1.2 - Ao assinar este Contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do presente Contrato. Não será considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação por parte da CONTRATADA fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2 - Fazem parte deste Contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes: Proposta da CONTRATADA, CONVITE, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País, que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

3 - O objeto do presente contrato será realizado sob a Forma/Regime: Direta.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos serviços, o preço proposto que é R\$ 16.575,00 (Dezesseis mil quinhentos e setenta e cinco reais).

4.2 - Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluam todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

4.3 - O pagamento será efetivado no Escritório da CONTRATANTE ou depósito bancário.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO

5 - O custo apresentado caracterizando o preço unitário e global para a execução dos serviços será reajustado de acordo com o seguinte critério: SEM REAJUSTE.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

6.1 - O prazo de execução é IMEDIATO, conforme solicitação do SAMAE e terá vigência até 30.04.2014, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 15 dias antes do término do contrato, e de conformidade com o estabelecido nas Leis Nº. 8.666/93 e 8.883/94.

6.2 - O início deve se dar em 5 (cinco) dias a partir da assinatura deste instrumento.

6.3 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

6.4 - Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente.

6.5 - Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação:

Unidade: 1 (Sistema de Água e Esgoto)

Função: 17 (Saneamento)

Programa: 115 (Água e Saneamento para todos)

Subfunção: 512 (Saneamento básico Urbano)

Recurso: 381 (0.6.0001- Receita SAMAE)

Projeto/Atividade: 1.021- Ampliação do Sist. de Abastecimento de Água da Sede

Código da despesa no exercício: (1)

Elemento: 4.4.90.51.99.00.00.00 - Outras Obras e Instalações.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO

8.1 - Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 - A execução deste Contrato será acompanhado e fiscalizado por um representante da CONTRATANTE especialmente designado.

8.3 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, no local da obra ou serviço, para representá-la na execução deste Contrato.

8.4 - A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8.5 - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1 - Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

9.1.1 - Unilateralmente pela CONTRATANTE:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativo de seu objeto, nos limites permitidos no Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei Nº 8.666.

9.1.2 - Por acordo das partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.

9.2 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, respeitados os termos do Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei Nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS MULTAS

10.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, caberá, conforme a gravidade da falta e garantida a prévia defesa, a aplicação das seguintes sanções, de acordo com o previsto na Seção II do Capítulo IV da Lei Nº. 8.666/93.

a) advertência por escrito;

b) multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor da última medição, no caso de retardamento, sem justa causa, do início dos trabalhos contratados;

c) multa de 1% (um por cento) calculado sobre o valor da última medição por dia de paralisação, sem prejuízo das demais cominações, no caso de paralisação da execução do contrato, sem justa causa, por mais de 5 (cinco) dias úteis e no máximo de 7 (sete) dias consecutivos;

d) multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor da última medição pelo não cumprimento do prazo contratual, sem plena justificativa;

e) multa de até 1% (um por cento) calculados sobre o valor da última medição, em caso de inobservância das demais cláusulas do Contrato;

f) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o SAMAE de Timbé do Sul-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o SAMAE de Timbé do Sul-SC, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, consoante inciso IV, Art. 87 da Lei Nº. 8.666/93;

h) no caso de inadimplemento que resulta em aplicação de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, o pagamento devido só poderá ser liberado se comprovado, mediante a apresentação de guia, o recolhimento da multa em questão, ou o desconto do valor da mesma sobre o total da fatura.

10.2 - O valor da multa será automaticamente descontado dos pagamentos devidos pelo SAMAE de e a CONTRATADA vier a fazer jus.

10.3 - A CONTRATADA será notificada da aplicação da multa e à partir da notificação terá o prazo de 5 (cinco) dias para recolher a

importância correspondente em nome da CONTRATANTE, assegurado o direito de defesa de que trata o parágrafo 2º. (segundo), do artigo 87, da Lei Nº. 8.666/93.

10.4 - Fora deste prazo a multa será cobrada em dobro e a CONTRATANTE suspenderá os pagamentos até o valor correspondente à multa seja recolhido, não cabendo correção ou atualização dos valores do pagamento suspenso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 - Rescisão deste Contrato por ato unilateral da CONTRATANTE:

11.1.1 - A CONTRATANTE poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este Contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar a CONTRATADA sua intenção, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias:

a) o não cumprimento pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b) o cumprimento irregular pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

c) o desatendimento pela CONTRATADA das determinações regulares da autorizada designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

d) razões de interesse do serviço público.

11.1.2 - A CONTRATANTE terá o direito de rescindir de imediato o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso ocorra qualquer um dos fatos a seguir enunciados:

a) o atraso injustificado no início dos serviços;

b) suspensão, pelas autoridades competentes, dos serviços da CONTRATADA, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;

c) a paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação a CONTRATANTE;

d) a sub-contratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;

e) o cometimento reiterado de faltas na sua execução;

f) a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;

g) a dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário, em se tratando de firma individual;

h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;

i) o protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência do contrato.

11.1.3 - No caso de o presente Contrato ser rescindido por culpa da CONTRATADA, serão observadas as seguintes condições:

a) a CONTRATADA não terá direito de exigir indenização por

qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo a CONTRATANTE aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;

b) a CONTRATADA terá o direito de ser reembolsada pelos serviços já prestados, desde que aprovado pela CONTRATANTE, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados a CONTRATANTE;

c) em qualquer caso, a CONTRATANTE reserva-se o direito de dar continuidade aos serviços através de outras empresas, ou da forma que julgar mais conveniente;

d) caso a CONTRATANTE não use o direito de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou suspender a execução dos serviços referente ao mesmo e sustar o pagamento das faturas pendentes, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11.2 - Rescisão deste Contrato por Acordo entre as Partes ou Judicial:

11.2.1 - O presente Contrato também poderá ser rescindido quando ocorrer:

a) a supressão, por parte da CONTRATANTE, de obras, serviços ou fornecimento, acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do permitido no Regulamento de Habilitação Licitação e Contratação, em seu artigo 79 da Lei Nº. 8.666/93;

b) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

c) o atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, decorrentes de serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

d) a não liberação, por parte da CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução dos serviços, nos prazos contratuais.

11.2.2 - Nestes casos, a CONTRATANTE, deverá pagar a CONTRATADA os serviços já prestados, de acordo com os termos deste Contrato.

11.3 - Rescisão do Contrato em Virtude de Força Maior:

11.3.1 - Tanto a CONTRATANTE como a CONTRATADA poderão rescindir este Contrato em caso de interrupção na execução dos serviços por um período maior que 30 (trinta) dias, em virtude de força maior. Neste caso, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA os serviços que a mesma tenha realizado, de acordo com os termos deste Contrato.

11.3.2 - Sempre que uma das partes julgar necessário invocar motivo de força maior, deverá fazer imediata comunicação escrita a outra, tendo esta última um prazo até 5 (cinco) dias da data de seu recebimento para contestar, ou reconhecer os motivos constantes da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS/OBRAS

12.1 - Concluídos os serviços/obras objeto do Contrato, em 5 (cinco) dias após a comunicação da CONTRATANTE ou resiliado este, será efetuado pela fiscalização da CONTRATANTE o seu recebimento provisório, após, e se reconhecido o integral cumprimento das obrigações contratuais.

12.1.1 - O recebimento provisório não isenta a CONTRATADA da responsabilidade decorrente de erros de execução, a cuja reparação se obriga, tudo sem ônus para a CONTRATANTE, observando o disposto no art. 69, da Lei Nº. 8.666/93.

12.1.2 - Decorridos 30 (trinta) dias consecutivos da data do recebimento provisório, e verificada a correção dos serviços executados, proceder-se-á ao recebimento definitivo, lavrando-se o termo respectivo, que consignará quitação geral, plena e recíproca entre as partes.

12.2 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, pela solidez e segurança dos serviços nem a ética profissional pela perfeita execução dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

13.1 - Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou da execução, correrão única e exclusivamente por conta da CONTRATADA.

13.1.1 - Obriga-se a CONTRATADA a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do não-recolhimento dos mesmos, por parte da CONTRATADA, fica a CONTRATANTE desde já autorizada a suspender os pagamentos devidos a CONTRATADA, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

13.2 - Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou parafiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.

13.3 - A CONTRATADA responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre a CONTRATANTE e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a CONTRATADA, empregadora na forma do disposto no Art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

13.3.1 - Caso haja condenação da CONTRATANTE, inclusive como responsável solidária, a CONTRATADA, reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – NOVAÇÃO

14 - A não utilização por parte da CONTRATANTE, de quaisquer direitos a ela assegurados neste Contrato ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções nelas previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos a disposição da CONTRATANTE, neste Contrato, serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO SEGURO

15 - A CONTRATADA é responsável pelos seguros de seu pessoal e de todo o equipamento/material/veículo que utilizar na execução dos serviços previstos neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Turvo-SC, com renúncia expressa de qualquer

outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Timbó do Sul-SC, 26 de março de 2014.
AMARILDO SCURSEL ALEXANDRE
DIRETOR DO SAMAE

TESTEMUNHAS:
Ricardo Stecanella
CIC: 733.001.369-20

Juciana Carlessi Burin
CIC: 669.450.709-72

Timbó

PREFEITURA

Decreto Nº 3446, de 21 de Março de 2014

DECRETO Nº 3446, DE 21 DE MARÇO DE 2014

Reajusta tarifas e preços públicos executados pelo SAMAE, nos termos do Decreto nº 470, de 30.12.2002, e alterações.

O PREFEITO DE TIMBÓ/SC, no uso da competência privativa conferida pelo artigo 50, XX, c/c art. 70, Inciso I, alínea "i" e "n", da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Complementar nº 212, de 21.12.2001 e alterações, Decreto nº 470, de 30.12.2002 e alterações, Lei Federal nº 8.987/95, e Lei Federal nº 11.445/2007; e

Considerando que para a manutenção da capacidade de investimento no sistema municipal de tratamento de água e para investimento no sistema de tratamento de esgoto doméstico, necessária fixação de tarifa e preços condizentes com a realidade de mercado, de modo a garantir um regular equilíbrio econômico-financeiro entre o serviço disponibilizado a comunidade e o custo para sua execução, nos moldes preconizados pela Lei Federal nº 11.455/2007;

Considerando que para garantir o equilíbrio econômico financeiro das tarifas públicas alusivas ao saneamento básico, a Lei Federal nº 11.445/2007, impõe a observância de interstício mínimo de 12 meses;

Considerando que a última revisão das tarifas praticadas pelo SAMAE ocorreu em outubro de 2010, através do Decreto n. 2124 de 22/10/2010; ;

Considerando que fora aprovado pelo Conselho Deliberativo do SAMAE a necessidade premente de revisão das tarifas de modo a garantir o equilíbrio econômico financeiro de todo o sistema, nos moldes estabelecidos pelo art. 22 §2º da Lei Complementar Municipal nº 212/200, o que motivou o pedido de reajuste perpetrado à agência reguladora, nos moldes estabelecidos pela Lei Federal nº 11.445/2007, artigos 38 e 39;

Considerando que a Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR aprovou o índice de reajuste dos preços praticados pela Autarquia, através do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) acumulado de setembro/2012 a janeiro/2014, no

percentual de 9,04%,

DECRETA:

Art. 1º Ficam reajustadas, através do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) acumulado de setembro/2012 a janeiro/2014, em 9,04% (nove vírgula quatro por cento) as tarifas e preços públicos de que tratam os Anexos I a V do Decreto nº 470, de 30.12.2002, e alterações, na forma dos Anexos deste decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a contar de 1º de maio do corrente, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de março de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

ANEXO I

LIGAÇÕES DE ÁGUA

ATÉ 25 mm

CONDIÇÕES	VALOR DA PRESTAÇÃO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
À vista	-	R\$ 77,96
02 pagamentos	R\$ 39,58	R\$ 79,16
03 pagamentos	R\$ 26,52	R\$ 79,56
04 pagamentos	R\$ 19,99	R\$ 79,95

Obs.: 1. Com diâmetro acima de 25 mm, será feito orçamento prévio, de acordo com o diâmetro a instalar.

LIGAÇÕES DE ESGOTO

ATÉ 100 mm

CONDIÇÕES	VALOR DA PRESTAÇÃO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
À vista	-	R\$ 116,91
02 pagamentos	R\$ 59,33	R\$ 118,66
03 pagamentos	39,76 R\$	R\$ 119,27
04 pagamentos	R\$ 29,97	R\$ 119,86

ANEXO II

TARIFAS DE ÁGUA

Categoria	Faixa	Consumo m³	Água R\$ / m³
Residencial "A" (social)	1	0 à 10	R\$ 0,40
	2	de 11 à 25	R\$ 1,01
	3	maior 25	R\$ 4,55
Residencial "B"	1	0 à 10	R\$ 1,96
	2	de 11 à 25	R\$ 3,34
	3	maior 25	R\$ 4,55
Comercial, Industrial e Pública	1	0 à 10	R\$ 2,73
	2	maior 10	R\$ 4,30
	1	0 à 10	R\$ 0,82
Pública Especial	2	maior 10	R\$ 1,28

Industrial Especial	1	0 à 5.000	R\$ 4,29
	2	5.001 à 10.000	R\$ 3,46
	3	10.001 à 30.000	R\$ 3,12
	4	30.001 à 60.000	R\$ 2,77
	5	60.001 à 120.000	R\$ 2,62
	6	maior 120.000	R\$ 2,34

ANEXO III

OUTROS SERVIÇOS

OUTROS SERVIÇOS	VALOR (R\$)
RESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA:	
- No cavalete por falta de pagamento	
.....	
- No cavalete por falta de pagamento com lacre violado.....	R\$ 22,07
- No cavalete por falta de pagamento com retirada de ramal	R\$ 45,48
.....	R\$ 77,96
AFERIÇÃO DE HIDRÔMETRO:	
- Por solicitação do usuário, até 3/4"	
.....	R\$ 15,95
DESLIGAÇÃO:	
- Por solicitação do usuário - temporária (Art. 72, Inciso VII)	
.....	
- Por solicitação do usuário - definitiva	R\$ 16,21
.....	R\$ 16,21
CONSUMO DE ÁGUA POR CIRCOS, PARQUES E OUTROS:	
- Custo fixo de consumo até 15 (quinze) dias	
.....	
- Custo fixo mensal período superior a 15 dias	R\$ 168,11
.....	R\$ 285,41
DESLOCAMENTO DO CAVALETE:	
- Por solicitação do usuário - até 1,0 m	
.....	
- Por solicitação do usuário - acima de 1,0 m	R\$ 31,02
.....	R\$ 103,51
EXPEDIENTE:	
- Emissão de 2ª Via, extrato, alteração cadastral e outros.....	
.....	R\$ 3,09
HIDRÔMETRO DANIFICADO PELO USUÁRIO:	
- Conserto do cavalete	
.....	
- Substituição do cavalete com hidrômetro.....	R\$ 9,63
.....	R\$ 108,21
- Substituição do cavalete sem hidrômetro.....	R\$ 45,48

ANEXO IV

SERVIÇO NÃO MEDIDO

CATEGORIA RESIDENCIAL		
Nº DE TOMADAS	CONSUMO ESTIMADO M³	VALOR R\$
Até 05	10	R\$ 19,63
Até 06	12	R\$ 26,29
Até 07	14	R\$ 32,98
Até 08	16	R\$ 39,65
Até 09	18	R\$ 46,33
Até 10	20	R\$ 52,99
Até 11	22	R\$ 59,69
Até 12	24	R\$ 66,36
Até 13	26	R\$ 74,26
Até 14	28	R\$ 83,34

Até 15	30	R\$ 92,44
Até 16	32	R\$ 101,52
Até 17	34	R\$ 110,61
Até 18	36	R\$ 119,69
Até 19	38	R\$ 128,79
Até 20	40	R\$ 137,87
Até 21	42	R\$ 146,95
Até 22	44	R\$ 156,04
Até 23	46	R\$ 165,13
Até 24	48	R\$ 174,21
Até 25	50	R\$ 183,31

CATEGORIA	CONSUMO ESTIMADO M³	VALOR R\$
COMERCIAL E PÚBLICA:		
C1	10	R\$ 22,47
C2	30	R\$ 82,98
INDUSTRIAL:		
I1	10	R\$ 95,43
I2	50	R\$ 180,48

ANEXO V

ÍTEM	MULTAS	VALOR (R\$)
01	Intervenção nas instalações dos serviços públicos de água e esgoto	R\$ 77,96
02	Ligações Clandestinas	(*) R\$ 77,96
03	Violação, retirada ou inversão de hidrômetros ou limitador de consumo	(*) R\$ 92,54
04	Interconexão da instalação predial com canalização de água de outra procedência	R\$ 159,83
05	Utilização da ligação de água ou esgoto para serventia de outra economia	R\$ 77,96
06	Ligação de bombas ou ejetores na rede distribuidora ou no ramal predial	R\$ 102,24
07	Lançamento de água pluvial na instalação de esgotos do prédio	R\$ 151,74
08	Lançamento de despejos na rede coletora que exijam tratamento prévio	R\$ 556,82
09	Início de obras de instalação de água e/ou esgotos em loteamentos ou conjuntos de edificações sem autorização do SAMAE	R\$ 556,82
10	Alteração de projeto de instalação de água e/ou esgotos em loteamento ou conjunto de edificações, sem prévia autorização do SAMAE	R\$ 556,82
11	Inobservância das normas e/ou instalações do SAMAE na execução de obras e serviços de água e esgoto	R\$ 556,82

(*) mais seis meses de consumo estimado.

Decreto Nº 3443, de 20 de Março de 2014

DECRETO Nº 3443, DE 20 DE MARÇO DE 2014

Altera dispositivos do Decreto nº 3415, de 10 de fevereiro de 2014, que estabelece critérios para seleção de beneficiários do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, que integra Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, V e VII c/c art. 70, inciso I, alíneas “a”, “f”, “g”, “k” e “n”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1.990, e,

Considerando a manifestação do Conselho Municipal de Habitação em Ata da Reunião Extraordinária realizada no dia 19 de março do corrente, que, com o intuito de promover melhoria nas condições de habitabilidade das famílias residentes em assentamentos precários, como favelas, área de risco, loteamentos irregulares e cortiços, e com vistas a reduzir os riscos sócio-ambientais, deliberou pela revisão e redução do período mínimo de habitação no município condicionante à participação do programa Minha casa Minha, de 5(cinco) para 1(um) ano de residência,

DECRETA:

Art. 1º Altera dispositivos do Decreto nº 3415, de 10 de fevereiro de 2014, que estabelece critérios para seleção de beneficiários do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, que integra Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º

.....

III – Famílias que residam no município 1 (um) ano, continuamente/ininterruptamente;

IV -

§1º

I

II. Tempo de Residência (máximo quatro pontos):

- a) 1 ano (1 ponto);
- b) 2 anos (2 pontos);
- c) 3 anos (3 pontos);
- d) 4 anos ou mais (4 pontos).”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de março de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 910, de 21 de Fevereiro de 2014

PORTARIA No 910, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014

Retifica Portarias de Servidores Públicos Municipais contratados temporariamente, lotados na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea “e”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

RESOLVE:

Art.1º Retificar Portarias dos seguintes servidores contratados temporariamente, lotados na Administração Direta, como segue:

- a) Simone de Oliveira, contratada pela Portaria nº 556, de 16/08/2013: fica excluído da justificativa a informação que a candidata foi aprovada no Proc.Seletivo 01/2012;
- b) Eder Dassow Girelli, alteração de carga horária pela Portaria nº 813, de 15/01/2014, leia-se: EDER DASSOW GUIMARÃES;
- c) Marcia Regina Biz Ropelatto, contratada pela Portaria nº 862, de

04/02/2014, leia-se: MARCIA REGINA BIZ ROPELATO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Lei Nº 2704, de 31 de Março de 2014

LEI Nº 2704, DE 31 DE MARÇO DE 2014

Institui o cadastro para o bloqueio do recebimento de ligações de teleatendimento, no âmbito do município de Timbó.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o cadastro para o bloqueio do recebimento de ligações de teleatendimento, no âmbito do Município de Timbó.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta Lei, considera-se teleatendimento a modalidade de oferta ou publicidade, comercial ou institucional, de produtos ou serviços mediante ligações telefônicas.

Art. 2º O titular de linha telefônica que não pretenda receber ligações de teleatendimento poderá inscrever o respectivo número no Cadastro de que trata o artigo 1º, observado o disposto nesta Lei.

§ 1º A partir do trigésimo dia da inscrição prevista no caput deste artigo, as empresas de teleatendimento, os estabelecimentos que se utilizarem desse serviço ou as pessoas físicas contratadas com tal propósito não poderão efetuar ligações telefônicas direcionadas ao correspondente número, salvo se comprovarem a existência de prévia autorização do titular da linha.

§ 2º A autorização prevista no § 1º deste artigo deverá ser escrita e individualizada, com prazo definido, observado modelo a ser disponibilizado pelo PROCON/Timbó, cumprindo à empresa, estabelecimento ou pessoa física favorecida custodiar o documento durante sua vigência.

Art. 3º A inscrição prevista no artigo 2º será efetuada exclusivamente pelo titular da linha telefônica respectiva, pessoalmente, mediante preenchimento de formulário próprio, ou pelo acesso a campo específico no sítio mantido pelo PROCON/Timbó na rede mundial de computadores - Internet, devendo ser fornecidos os seguintes dados:

I - nome firma ou denominação social;

II - número de cédula de identidade ou de inscrição estadual;

III - número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

IV - endereço, incluído o Código de Endereçamento Postal (CEP);

V - número telefônico da linha a ser cadastrada;

VI - endereço eletrônico (e-mail), quando existente.

§ 1º Concluído o registro dos dados, o titular da linha receberá

senha para a consulta e eventuais alterações do Cadastro.

§ 2º Sobrevindo alteração na titularidade da linha, o usuário cadastrado fornecerá ao novo titular a senha a que alude o parágrafo 1º para os fins ali indicados. (Revogado pela Lei nº 7713/2011)

§ 3º O sítio eletrônico ou o formulário empregado para a inscrição de que trata este artigo incluirá advertência de que a inexistência no fornecimento dos dados poderá acarretar a responsabilização civil e penal de quem lhe der causa.

Art. 4º O titular de linha telefônica que receber ligação de teleatendimento após o transcurso do prazo a que alude o § 1º do art. 2º poderá, nos 30 (trinta) dias subsequentes, formular reclamação, pessoalmente, mediante preenchimento de formulário próprio, ou pelo acesso a campo específico no sítio mantido pelo PROCON/Timbó na internet, informado necessariamente a data, o nome da empresa, estabelecimento ou pessoa física infratora e, quando possível, o nome do operador, o horário e o número da linha de que partiu o chamado.

Parágrafo Único - O autor da reclamação a que refere o caput deste artigo deverá apresentar relação das chamadas recebidas no dia da ocorrência, fornecida pela concessionária de serviços de telefonia fixa ou móvel, ou autorizar o PROCON/Timbó a, em seu nome, solicitar a esta última tais informações.

Art. 5º O PROCON/Timbó disponibilizará em seu sítio na internet relação das linhas telefônicas inscritas no Cadastro de que trata o art. 1º desta Lei, incluindo o número e data da inclusão, vedada a divulgação da identidade dos respectivos titulares.

§ 1º As empresas de teleatendimento, os estabelecimentos que se utilizem desse serviço ou as pessoas físicas contratadas com tal propósito deverão consultar a relação a que se refere o caput deste artigo antes de realizar ligação telefônica dessa natureza.

§ 2º A consulta de que trata o § 1º deste artigo se dará mediante prévia inscrição em campo próprio no sítio mantido na internet pelo PROCON/Timbó, contendo os seguintes dados:

I - nome, firma ou denominação social;

II - número de inscrição no CPF ou no CNPJ;

III - nome e qualificação do representante legal da pessoa jurídica, quando cabível;

IV - relação das empresas para as quais presta serviços de teleatendimento, se houver.

§ 3º Concluído o registro dos dados, o interessado receberá senha para consulta e eventuais alterações no cadastro.

Art. 6º O titular de linha telefônica cadastrada nos termos desta lei poderá, a qualquer tempo, solicitar a exclusão do cadastro, pessoalmente, mediante preenchimento de formulário próprio, ou pelo acesso a campo específico no sítio mantido pelo PROCON/Timbó na Internet.

Art. 7º Considerar-se-á prática abusiva, nos termos da legislação de proteção e defesa do consumidor, condicionar o fornecimento de produto ou serviço:

I - a exclusão ou não inserção do número de linha telefônica no cadastro a que se refere o art. 1º desta Lei;

II - a outorga da autorização de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 2º desta Lei.

Art. 8º O descumprimento das obrigações estabelecidas nesta lei sujeitará o infrator às sanções administrativas previstas no art. 56, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 9º Os dispositivos desta Lei não se aplicam às entidades filantrópicas que se utilizam de teleatendimento para angariar recursos próprios.

Art. 10. O Poder Executivo, através dos órgãos competentes, deverá dar publicidade acerca dos dispositivos contidos nesta Lei.

Art. 11. Ato do Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de março de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Lei Nº 2705, de 31 de Março de 2014

LEI Nº 2705, DE 31 DE MARÇO DE 2014

Altera a Lei nº 2654, de 12 de agosto de 2013, que aprovou o Plano Plurianual do Município de Timbó para o quadriênio 2014/2017.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo I, da Lei nº 2.654, de 12 de agosto de 2013, passa a vigorar com a redação dada pela presente Lei, nos termos do anexo respectivo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de março de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

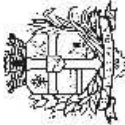
PREFEITO DE TIMBÓ/SC

ANEXO I

PROGRAMAS DE GOVERNO – GERENTES DOS PROGRAMAS –
DIAGNÓSTICOS – DIRETRIZES – OBJETIVOS

AÇÕES DOS PROGRAMAS

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DOS PROGRAMAS



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 2

PROGRAMA DE GOVERNO:

0049- MANUTENCAO DO CONVENIO BOMBEIRO MILITAR

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O convênio celebrado entre o Município e o Estado, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, visa o atendimento das missões constitucionais previstas no Art. 108 da C.E. 1989. O atendimento imediato em ocorrências de diversas naturezas como acidentes, incêndios, resgates, dentre outros, constantemente se faz presente em inúmeros eventos, os quais tem sido de suma importância para a segurança da comunidade timboense.

DIRETRIZES:

Implementar e manter as ações do Convênio, adaptando os recursos as necessidades operacionais do Corpo de Bombeiros Militar de Timbó..

OBJETIVOS:

Gerir os recursos oriundos da prestação técnica dos serviços da unidade do Corpo de Bombeiros Militar de Timbó, permitindo ações de custeio e investimento que visem garantir a execução da missão constitucional prevista no Art. 108 da C.E. 1989. Angariar fundos através de convênio para serem aplicados à comunidade timboense.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1289 EQUIPAMENTOS, MOVEIS E UTENSÍLIOS - CONVENIO BM	Unidade Gestora	UN	4,0000	0
1291 FROTA DE VEICULOS - CONVENIO BM	Veiculo	UN	2,0000	0
1293 OBRAS E CONSTRUÇÕES - CONVENIO BM	Área	M2	300,0000	0
2298 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - CONVENIO BOMBEIRO MILITAR	Unidade Gestora	UN	4,0000	0
TOTAL DO PROGRAMA 0049					

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0049

AÇÃO: 1289

Equipar o Corpo de Bombeiros com mobiliário e material para a corporação, tipo 15 micros computadores ou laptops e 4 impressoras multifuncionais, 9 equipamentos de ar-condicionado, 4 máquina de fotografia digital, 20 equipamentos para proteção individual, 5 equipamentos de proteção respiratória com 7 cilindros de reserva, 1 bote inflável, 1 canhão monitor de solo, 1 ventilador de pressão positiva, 01 motogerador, 01 dessecadorador com equipamentos, 12 câmeras de vigilância para as instalações físicas do quartel, 1 compressor de alta pressão, 1 gerador de energia, 2 ferramentas de corte e perfuração de concreto, 3 esguichos para combate a incêndios, 2 divisores de linhas de combate, 01 desfibrilador, mobiliário completo e eletrodomésticos para refeitório, alojamentos e repartições administrativas, contratação de serviços de arquitetura e engenharia, entre outros.

AÇÃO: 1291

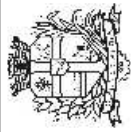
.....

AÇÃO: 1293

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 2

AÇÃO: 2298

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

Lei Nº 2707, de 31 de Março de 2014

LEI Nº 2707, DE 31 DE MARÇO DE 2014

Autoriza a abertura e suplementação de Crédito Especial no Orçamento-Programa 2014, da Administração Direta e Indireta.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a abrir CRÉDITO ESPECIAL, no valor de R\$ 215.000,00 (duzentos e quinze mil reais), à conta do superávit financeiro do ano anterior, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Modalidades de Aplicação e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Timbó (Lei nº 2.687 de 12/12/2013 e Lei nº 2699 de 19/12/2013):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

02.01.004.122.0010.2004. SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL

02.01.004.122.0010.2004. ASSESSORIA DO GABINETE

02.01.004.122.0010.2004. MAN. DOS GABINETES E ASSESSORIAS

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

445000.00 TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS

0.30000 VINCULO LIVRE 85.000,00

RESUMO

0.30000 VINCULO LIVRE 85.000,00

ADMINISTRAÇÃO DIRETA - FUNDOS

12.02.006.182.0049.1289. FUNDO MUNICIPAL DE EMERGENCIA DE DEFESA CIVIL DE TIMBÓ

12.02.006.182.0049.1289. MANUTENÇÃO DO CONVENIO BOMBEIRO MILITAR

12.02.006.182.0049.1289. EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS – CONVENIO BM

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.30000 VINCULO LIVRE 50.000,00

TOTAL 50.000,00

12.02.006.182.0049.1291. FUNDO MUNICIPAL DE EMERGENCIA DE DEFESA CIVIL DE TIMBÓ

12.02.006.182.0049.1291. MANUTENÇÃO DO CONVENIO BOMBEIRO MILITAR

12.02.006.182.0049.1291. FROTA DE VEICULOS – CONVENIO BM

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.30000 VINCULO LIVRE 50.000,00

TOTAL 50.000,00

RESUMO

0.30000 VINCULO LIVRE 100.000,00

23.04.006.181.0048.2400. FUNREPOM

23.04.006.181.0048.2400. POLÍCIA MILITAR

23.04.006.181.0048.2400. MANUTENÇÃO DA POLÍCIA MILITAR - FUMREPOM

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.30000 VINCULO LIVRE 30.000,00

RESUMO

0.30000 VINCULO LIVRE 30.000,00

Art. 2º O Prefeito fica autorizado a proceder a anulação, no valor de até R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Modalidades de Aplicação e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2.687 de 12/12/2013):

22.04.028.845.0007.0012. FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ-FCT

22.04.028.845.0007.0012. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

22.04.028.845.0007.0012. CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FCT

900000.00 RESERVA DE CONTINGENCIA

990000.00 RESERVA DE CONTINGENCIA

999900.00 RESERVA DE CONTINGENCIA

0.10000 VINCULO LIVRE 18.000,00

RESUMO

0.10000 VINCULO LIVRE 18.000,00

Art. 3º O Prefeito Municipal fica autorizado a abrir Crédito Especial, no valor de até R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), à conta da anulação prevista no artigo 2º, obedecendo a seguinte distribuição nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2.687 de 12/12/2013):

22.04.028.845.0007.0012. FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ-FCT

22.04.028.845.0007.0012. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

22.04.028.845.0007.0012. CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO

DO PASEP FCT

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 18.000,00

RESUMO

0.10000 VINCULO LIVRE 18.000,00

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de março de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Lei Nº 2706, de 31 de Março de 2014

LEI Nº 2706, DE 31 DE MARÇO DE 2014

Altera a Lei nº 2.680, de 28 de outubro de 2013, que aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2014.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

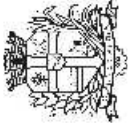
Art. 1º O Anexo III, Demonstrativo L, Demonstrativo de Ações – Produto _ Unidade de Medida – Meta – Valor – Fonte de Recursos, da Lei nº 2.680, de 28 de novembro de 2013, passa a vigorar com a redação dada pela presente Lei, nos termos dos anexos respectivos.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de março de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2014 Versão: 2

PROGRAMA DE GOVERNO:

0048-GESTÃO DO FUNREPOM

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar - FUNREPOM, visa manter a corporação com equipamentos modernos e em condições de uso. Para evitar o aumento da criminalidade e prevenção dos acidentes de trânsito a Polícia Militar realiza constante vigilância e cria formas de colibir delitos. Verificou-se a necessidade de criação de vigilância eletrônica para a cidade a qual haverá a necessidade de angariar fundos através de convênios.

DIRETRIZES:

OBJETIVOS:

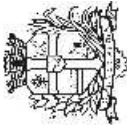
Gerir os recursos oriundos da prestação técnica dos serviços da unidade da Polícia Militar da cidade de Timbó. Recursos esses que permitem o investimento em novos equipamentos e serviços, bem como propiciam a manutenção de serviços especializados e manutenção da frota e dos equipamentos. Angariar fundos através de convênios a serem criados com o FUNREPOM, para serem aplicados à comunidade timboense.

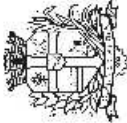
AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1213	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - BOMBEIROS					
1215	FROTA DE VEÍCULOS - BOMBEIROS					
1217	OBRAS E CONSTRUÇÕES - BOMBEIROS					
1219	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS PARA INSTALAÇÃO DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA - POL. MILITAR					
1221	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - POL. MILITAR					
1223	FROTA DE VEÍCULOS - POL. MILITAR					
1225	OBRAS E INSTALAÇÕES - POL. MILITAR					
1401	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS PARA INSTALACAO DE VIGILANCIA ELETRONICA - FUNREPOM					
1403	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - FUNREPOM	Unidade Gestora	UN	1,0000	Recursos Fiscais
1405	FROTA DE VEÍCULOS - FUNREPOM	Veiculo	UN	1,0000	Recursos Fiscais
1407	OBRAS E INSTALAÇÕES - FUNREPOM	Área	M2	25.0000	Recursos Fiscais
2204	MANUTENÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS					
2206	MANUTENÇÃO DA POLÍCIA MILITAR					
2208	MANUTENÇÃO DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA					
2400		Unidade Gestora	UN	1,0000	65.000,00	Recursos Fiscais

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

<div><div><div>MUNICÍPIO DE TIMBÓ</div><div>Programas Detalhados</div><div>Ano LDO: 2014 Versão: 2</div></div></div>					
	MANUTENÇÃO DA POLICIA MILITAR - FUNREPOM				
2402	MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA ELETRONICA	Unidade Gestora	UN	1,0000	Recursos Fiscais
				235.000,00	



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2014 Versão: 2

PROGRAMA DE GOVERNO:

0049-MANUTENCAO DO CONVENIO BOMBEIRO MILITAR

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O convênio celebrado entre o Município e o Estado, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, visa o atendimento das missões constitucionais previstas no Art. 108 da C.E. 1989. O atendimento imediato em ocorrências de diversas naturezas como acidentes, incêndios, resgates, dentre outros, constantemente se faz presente em inúmeros eventos, os quais tem sido de suma importância para a segurança da comunidade timboense.

DIRETRIZES:

OBJETIVOS:

Gerir os recursos oriundos da prestação técnica dos serviços da unidade do Corpo de Bombeiros Militar de Timbó, permitindo ações de custeio e investimento que visem garantir a execução da missão constitucional prevista no Art. 108 da C.E. 1989. Angariar fundos através de convênio para serem aplicados à comunidade timboense.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1289	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - CONVENIO BM	Unidade Gestora	UN	1,0000	160.000,00	Recursos Fiscais
1291	FROTA DE VEÍCULOS - CONVENIO BM	Veículo	UN	1,0000	150.000,00	Recursos Fiscais
1293	OBRAS E CONSTRUÇÕES - CONVENIO BM					
2298	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - CONVENIO BOMBEIRO MILITAR	Unidade Gestora	UN	1,0000	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0049					449.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0049

AÇÃO: 1289

Equipar o Corpo de Bombeiros com mobiliário e material para a corporação, tipo micros computadores ou laptops e impressoras multifuncionais, 02 equipamentos de ar-condicionado, 10 equipamentos para proteção individual, 01 motogerador, 12 câmeras de vigilância para as instalações físicas do quartel, 1 gerador de energia, 2 esguichos para combate a incêndios, 2 divisores de linhas de combate, 01 desfibrilador, mobiliário completo e eletrodomésticos para refeitório, alojamentos e repartições administrativas, contratação de serviços de arquitetura e engenharia, entre outros.

AÇÃO: 1291

.....

AÇÃO: 1293

Não contemplado em 2014

AÇÃO: 2298

.....

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

Ata Tomada de Preço n.º 09 2014 SAMAE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO
Nº. 09/2014 - SAMAE

Às nove horas e cinco minutos, do décimo sétimo dia, do mês de março de dois mil e catorze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, estando presentes os membros Pamela A. Campregher Floriano e Aline Burger e, representando a empresa IDA MARIA PIZZI GERALDO ME., o senhor Rodrigo Jesus Pizzi Geraldo. Entregou, tempestivamente, os envelopes de Habilitação e Proposta, a seguinte empresa: IDA MARIA PIZZI GERALDO ME. A Senhora Presidente solicitou ao presente que rubricasse os envelopes e que conferisse sua inviolabilidade. A senhora Presidente em prosseguimento, passou à abertura dos envelopes Habilitação, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos. Em análise ao envelope Habilitação, constatou-se que a empresa apresentou a documentação de acordo com as exigências do edital, restando dessa forma HABILITADA. A empresa participante declarou que desiste do prazo de recursos da fase de habilitação, e dessa forma passou-se para abertura do envelope da proposta. Aberto o envelope da proposta constatou-se que a empresa IDA MARIA PIZZI GERALDO ME, apresentou o mesmo de acordo com as exigências do item 8 (Proposta de Preços), onde cotou o valor unitário em R\$ 15,38 (quinze reais e trinta e oito centavos) e, cotou o valor total em R\$ 34.605,00 (trinta e quatro mil, seiscentos e cinco reais), restando-se, portanto, vencedora do certame. Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão e pelo representante legal.

CARMELINDE BRANDT
PresidentePAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
SecretáriaALINE BURGER
Membro

IDA MARIA PIZZI GERALDO ME

Tunápolis**PREFEITURA****Processo 54/2014 Limpeza**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 54/2014
Edital de Pregão Presencial nº 38/2014

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo seu julgamento por ITEM que tem por objeto a aquisição de material de higiene e limpeza, Copa e cozinha, destinados a manutenção e conservação do Centro Administrativo, conforme quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

Entrega dos envelopes às 9h15min do dia 14 de abril de 2014.
Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.Enoi Scherer
Prefeito Municipal**Turvo****PREFEITURA****Decreto 15/2014**DECRETO Nº 015/14, de 27 de Março de 2014.
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.180/13 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2013.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Turvo no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), assim classificados:

11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0046.2.051 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SF E ACS

3.3.50.00.00.00.00.00.01.0002.0 (0008) – Transf. a Inst. Priv. S/ Fins Luc R\$ 10.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte 0002 por excesso de arrecadação no valor de R\$ 10.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 27 de março de 2014.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças - designado.**Portaria 97/2014**PORTARIA Nº 097/14, de 27 de Março de 2014.
NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O COMITÊ DIRETOR LOCAL E O GRUPO DE SUSTENTAÇÃO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a legislação vigente,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear os membros para compor o Comitê Diretor Local do processo de elaboração do Plano Municipal de Resíduos Sólidos, conforme segue:

- ARISTIDES SPILERE – Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos;

- PATRICIA MANFREDINI – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN;

- ROSANGELA TEIXEIRA – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

- ADRIANA SEVERINO DE MELO – Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social;

- ESTER ZANETTE BARP – Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º - Nomear os membros para compor o Grupo de Sustentação do processo de elaboração do Plano Municipal de Resíduos Sólidos, conforme segue:

- Rogério Bardini – Cooperativa Turvense de Irrigação;

- David Tomazi – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo;

- José Luiz Bez Batti – Cooperativa de Eletrificação Sul Catarinense – CERSUL;

- Dilso Scarabelot – Engenheiro Agrônomo;

- Luiz Lucinei Vitto – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 27 de março de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

RREO do 1 Bimestre de 2014

Município de TURVO - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	43.002.860,22	
Previsão Atualizada		—	43.002.860,22	
Receitas Realizadas		5.533.347,70	5.533.347,70	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	0,00	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	43.002.860,22	
Créditos Adicionais		—	5.163.016,10	
Dotação Atualizada		—	48.165.876,32	
Despesas Empenhadas		11.918.948,88	11.918.948,88	
Despesas Liquidadas		4.038.697,33	4.038.697,33	
Superavit Orçamentário		—	1.494.650,37	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		11.918.948,88	11.918.948,88	
Despesas Liquidadas		4.038.697,33	4.038.697,33	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			27.382.884,80	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-1.952.943,15	0,00
Resultado Primário		0,00	1.557.847,02	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		619.612,10	25%	16,49
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		464.054,84	60%	57,44
Liquidadas		737.562,08		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	2.000.000,00	
Despesa de Capital Líquida		1.037.734,60	16.776.271,05	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

16:58:16



Município de TURVO - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	197.247,98
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	612.163,03	15,00	0,00
Liquidadas	612.163,03		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

TURVO , 28/03/2014

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controle Interno

16:58:16

Videira

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 37/2014-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2014-PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 37/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE CONCRETO USINADO PARA AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E INFRAESTRUTURA 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 22/04/2013. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 28 de Março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 25/2014-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2014-FMS

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 25/2014-FMS. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE LAVAGEM INTERNA E EXTERNADOS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DA SECRETARIA DE SAÚDE 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 16:00 horas do dia 14/04/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 16:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 28 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Extrato Contrato Nº 47/2014

Contrato nº: 47/2014

Data de Assinatura: 13.03.2014

Fornecedor....: AGF Anti Granizo Fraiburgo Ltda ME

Valor : R\$ 92.922,38

Licitação : Inexigibilidade nº 05/2014-PMV

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA OPERACIONALIZAÇÃO DE 09 (NOVE) GERADORES DE SOLO PARA COMBATE AO GRANIZO, INSTALADOS NAS LOCALIDADES RONDINHA, ANTA GORDA, SÃO ROQUE, RIO DAS PEDRAS, LINHA EXPERIMENTAL, SANTA BARBARA, LINHA BIAZOLLO, LINHA BIAZOLLO 02 E LURDES NO INTERIOR DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

Extrato Contrato Nº 48/2014

Contrato nº: 48/2014

Data de Assinatura: 13.03.2014

Fornecedor....: Soleni Costa da Silva ME

Valor : R\$ 3.430,00

Licitação : Pregão Presencial nº 14/2014-FMS

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONSERTO DO VEÍCULO MONTANA, PLACA MCG 4664, FROTA 125 DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Extrato Contrato Nº 49/2014

Contrato nº: 49/2014

Data de Assinatura: 17.03.2014

Fornecedor....: Reunidas Turismo S.A

Valor : R\$ 2.978,73

Licitação : Inexigibilidade nº 03/2014-FMAS

Objeto : AQUISIÇÃO DE PASSAGENS PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS DE DESLOCAMENTO PARA AS PESSOAS QUE VEM DE OUTROS MUNICÍPIOS A PROCURA DE EMPREGO E NECESSITAM DE RETORNO A ORIGEM; VISITA A FAMILIARES QUE SE ENCONTRAM EM PRESÍDIOS OU OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ABRIGAMENTO E PARA VISITA DE FALECIMENTO DE PARENTES DE ATÉ SEGUNDO GRAU, QUE RESIDAM EM OUTROS MUNICÍPIOS, CONFORME DISPOSTO NO ART. 13 DA LEI MUNICIPAL Nº 3046/13. DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

Extrato Contrato Nº 50/2014

Contrato nº: 50/2014

Data de Assinatura: 17.03.2014

Fornecedor....: Copavidi – Cooperativa de Pequenos Agricultores de Videira e Iomerê

Valor : R\$ 389.966,28

Licitação : Chamada Pública nº 01/2014-PMV

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA MERENDA ESCOLAR PARA ALUNOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA, MATRICULADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CEMEIS, VERBA FNDE/PNAE, DE ACORDO COM A

Extrato Contrato Nº 51/2014

Contrato nº: 51/2014

Data de Assinatura: 17.03.2014

Fornecedor....: Santa Teresinha Transporte e Turismo Ltda.

Valor : R\$ 15.350,00

Licitação : Inexigibilidade nº 06/2014-PMV

Objeto : AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE PARA ESTAGIÁRIOS E PARA AS CRIANÇAS QUE FREQUENTAM AS ESCOLAS MUNICIPAIS E OS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, E QUE NECESSITAM SE DESLOCAR ATÉ O CENTRO DE APOIO TIAGO ESCOPEL, PARA ATENDIMENTO ESPECIALIZADO COM OS PROFICIONAIS DO CENTRO (PSICÓLOGA, PSICOPEDAGOGA, FONOAUDIÓLOGA E PSIQUIATRA), PELAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO.

Extrato Contrato Nº 52/2014

Contrato nº: 52/2014

Data de Assinatura: 18.03.2014

Fornecedor....: Santa Teresinha Transporte e Turismo Ltda.

Valor : R\$ 32.500,00

Licitação : Inexigibilidade nº 04/2014-FMAS
Objeto : AQUISIÇÃO DE CRÉDITOS DE TRANSPORTE COLETIVO PARA SEREM DISTRIBUIDOS AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE CONVIVÊNCIA; CRIANÇAS, ADOLESCENTES E OU/ FAMILIARES QUE FREQUENTAM O CRAS, CREAS, CASAS LAR, PROGRAMAS E SERVIÇOS DO DEPARTAMENTO E TAMBÉM PARA ESTAGIÁRIOS DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

Extrato Contrato Nº 53/2014

Contrato nº: 53/2014

Data de Assinatura: 18.03.2014

Fornecedor....: Instituto O Barriga Verde

Valor : R\$ 6.900,00

Licitação : Tomada de Preços nº 02/2014-PMV

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA EMPREGO PÚBLICO, OBJETIVANDO O PROVIMENTO DE VAGAS NO QUADRO FUNCIONAL E CADASTRO DE RESERVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Extrato Contrato Nº 54/2014

Contrato nº: 54/2014

Data de Assinatura: 18.03.2014

Fornecedor....: Locomaq Comércio e Locação de Máquinas e Equipamentos Ltda.

Valor : R\$ 14.450,00

Licitação : Pregão Presencial nº 24/2014-PMV

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA RETIFICAR MOTOR DA RETROESCAVADEIRA RANDON MODELO RK406B, FROTA 196, DE USO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

Extrato Contrato Nº 55/2014

Contrato nº: 55/2014

Data de Assinatura: 21.03.2014

Fornecedor....: Fritz Comércio Repores. de Semem Bovino Ltda.

Valor : R\$ 46.800,00

Licitação : Pregão Presencial nº 25/2014-PMV

Objeto : AQUISIÇÃO DE SÊMEN DE TOURO PARA SER UTILIZADO NO PROGRAMA DE MELHORAMENTO DO BOVINO DE LEITE PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

Extrato Contrato Nº 56/2014

Contrato nº: 56/2014

Data de Assinatura: 24.03.2014

Fornecedor....: Auto Elite Ltda

Valor : R\$ 53.000,00

Licitação : Pregão Presencial nº 27/2014-PMV

Objeto : AQUISIÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO PICK-UP, ZERO QUILOMETRO PARA SER UTILIZADO PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE VIDEIRA.

Extrato Contrato Nº 57/2014

Contrato nº: 57/2014

Data de Assinatura: 24.03.2014

Fornecedor....: Mariana Pomerening Stefanis ME

Valor : R\$ 7.568,00

Licitação : Inexigibilidade de Licitação nº 07/2014-PMV

Objeto : REALIZAÇÃO DE ASSINATURA DE REVISTAS ENTRE OS MESES DE MARÇO A DEZEMBRO DE 2014, PARA O GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO, SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, ASSESSORIA DE IMPRENSA, BIBLIOTECA EUCLIDES DA CUNHA, 19 CEMEIS E AS BIBLIOTECAS DAS OITO ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, TOTALIZANDO 473 REVISTAS.

Extrato Contrato Nº 58/2014

Contrato nº: 58/2014

Data de Assinatura: 24.03.2014

Fornecedor....: Harmonize Indústria e Comércio Têxtil Ltda

Valor : R\$ 25.140,00

Licitação : Pregão Presencial nº 16/2014 – FMS

Objeto : AQUISIÇÃO DE BOLSAS TIPO MOCHILA E UNIFORMES, PARA USO DOS MOTORISTAS SOCORRISTAS E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM DA BASE DESCENTRALIZADA DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU.

Extrato Contrato Nº 59/2014

Contrato nº: 59/2014

Data de Assinatura: 25.03.2014

Fornecedor....: Harmonize Indústria e Comércio Têxtil Ltda

Valor : R\$ 6.450,00

Licitação : Dispensa de Licitação nº 04/2014 – FMS

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS ADVIA 60 E BS300 DO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Extrato Contrato Nº 60/2014

Contrato nº: 60/2014

Data de Assinatura: 27.03.2014

Fornecedor....: Tecnoponto Eletrodomésticos e Eletrônicos Ltda.

Valor : R\$ 6.930,00

Licitação : Pregão Presencial nº 07/2014 – FMAS

Objeto : AQUISIÇÃO DE COLCHÕES PARA SEREM UTILIZADOS PELAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE SERÃO ABRIGADOS NA NOVA CASA LAR DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 20/2014

Ata de Registro de Preços nº: 20/2014

Data de Assinatura: 12.03.2014

Fornecedor....: Carboni Motos Ltda

Valor: R\$ 13.425,00

Licitação : Pregão Presencial nº 12/2014 - FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MOTOCICLETAS ZERO QUILOMETRO PARA SEREM UTILIZADAS PELOS AGENTES DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 21/2014

Ata de Registro de Preços nº: 21/2014

Data de Assinatura: 14.03.2014

Fornecedor....: Ivonei Gonçalves Turismo ME

Valor: R\$ 115.920,00

Licitação : Pregão Presencial nº 08/2014 - FMS
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DO TRANSPORTE DE PACIENTES QUE ESTÃO EM TRATAMENTO DE SAÚDE E NECESSITAM CONSULTAS E EXAMES FORA O MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE SAÚDE.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 22/2014

Ata de Registro de Preços nº: 22/2014
Data de Assinatura: 18.03.2014
Fornecedor....: Roberto Tessaro e Cia Ltda
Valor: R\$ 77.230,00

Licitação : Pregão Presencial nº 09/2014 - FMS
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE FRALDAS DESCARTÁVEIS QUE SERÃO FORNECIDAS PELA SECRETARIA DE SAÚDE PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA, IDOSOS, PACIENTES ACAMADOS E PESSOAS COM PROBLEMAS DE SAÚDE.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 23/2014

Ata de Registro de Preços nº: 23/2014
Data de Assinatura: 19.03.2014
Fornecedor....: Luiz Carlos Dalle Cort ME
Valor: R\$ 290.845,44

Licitação : Pregão Presencial nº 21/2014 - PMV
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 24/2014

Ata de Registro de Preços nº: 24/2014
Data de Assinatura: 19.03.2014
Fornecedor....: Mercado RZ Ltda
Valor: R\$ 232.374,48

Licitação : Pregão Presencial nº 21/2014 - PMV
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 25/2014

Ata de Registro de Preços nº: 25/2014
Data de Assinatura: 19.03.2014
Fornecedor....: Mercado Bonimix Ltda ME
Valor: R\$ 43.093,80

Licitação : Pregão Presencial nº 21/2014 - PMV
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 26/2014

Ata de Registro de Preços nº: 26/2014
Data de Assinatura: 19.03.2014
Fornecedor....: Ap Oeste Distribuição de Alimentos Ltda
Valor: R\$ 121.293,44
Licitação : Pregão Presencial nº 21/2014 - PMV

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 27/2014

Ata de Registro de Preços nº: 27/2014
Data de Assinatura: 19.03.2014
Fornecedor....: Comercial Atacadista Sol Mio Ltda.
Valor: R\$ 864,00

Licitação : Pregão Presencial nº 21/2014 - PMV
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 28/2014

Ata de Registro de Preços nº: 28/2014
Data de Assinatura: 19.03.2014
Fornecedor....: Supermercado Jota Ltda
Valor: R\$ 51.345,32

Licitação : Pregão Presencial nº 21/2014 - PMV
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 29/2014

Ata de Registro de Preços nº: 29/2014
Data de Assinatura: 19.03.2014
Fornecedor....: Super Varejão Cordova de Alimentos Ltda.
Valor: R\$ 173.278,80

Licitação : Pregão Presencial nº 21/2014 - PMV
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 30/2014

Ata de Registro de Preços nº: 30/2014
Data de Assinatura: 19.03.2014
Fornecedor....: Giga1.com Ltda ME.
Valor: R\$ 72.805,20

Licitação : Pregão Presencial nº 21/2014 - PMV
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 31/2014

Ata de Registro de Preços nº: 31/2014
Data de Assinatura: 19.03.2014
Fornecedor....: Industrial Moageira Ltda – Filial Lebon Régis
Valor: R\$ 126.912,00

Licitação : Pregão Presencial nº 21/2014 - PMV
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS

DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 32/2014

Ata de Registro de Preços nº: 32/2014

Data de Assinatura: 19.03.2014

Fornecedor....: Itália Cafés Especiais Eirelli - EPP

Valor: R\$ 5.214,00

Licitação : Pregão Presencial nº 21/2014 - PMV

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 33/2014

Ata de Registro de Preços nº: 33/2014

Data de Assinatura: 19.03.2014

Fornecedor....: Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda ME

Valor: R\$ 64.899,48

Licitação : Pregão Presencial nº 21/2014 - PMV

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 34/2014

Ata de Registro de Preços nº: 34/2014

Data de Assinatura: 19.03.2014

Fornecedor....: Suprema-Ville Alimentação Ltda EPP

Valor: R\$ 304.420,80

Licitação : Pregão Presencial nº 21/2014 - PMV

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 35/2014

Ata de Registro de Preços nº: 35/2014

Data de Assinatura: 24.03.2014

Fornecedor....: Comércio de Baterias Multi Marcas Ltda - ME

Valor: R\$ 4.000,00

Licitação : Pregão Presencial nº 15/2014 - FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE BATERIAS AUTOMOTIVAS PARA USO NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 36/2014

Ata de Registro de Preços nº: 36/2014

Data de Assinatura: 24.03.2014

Fornecedor....: JGil Comércio e Transportes Ltda ME.

Valor: R\$ 2.566,00

Licitação : Pregão Presencial nº 15/2014 - FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE BATERIAS AUTOMOTIVAS PARA USO NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 37/2014

Ata de Registro de Preços nº: 37/2014

Data de Assinatura: 26.03.2014

Fornecedor....: Tecnoplacas Comércio de Placas Ltda.

Valor: R\$ 9.910,00

Licitação : Pregão Presencial nº 31/2014 - PMV

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE BATERIAS AUTOMOTIVAS PARA USO NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Homologação Pregão 17/2014-PMV

O Município de Videira no mês 03/2014, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2014

PROCESSO Nº 27/2014

HOMOLOGAÇÃO: 05/03/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE NITROGÊNIO LÍQUIDO PARA CONSERVAÇÃO DO SÊMEN UTILIZADO NO PROGRAMA DE

MELHORAMENTO DO BOVINO DE LEITE PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA

CONTRATADO: NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 325,00 (trezentos e vinte e cinco reais)

Homologação Pregão 18/2014 - PMV

O Município de Videira no mês 03/2014, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2014

PROCESSO Nº 29/2014

HOMOLOGAÇÃO: 05/03/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE BATERIAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, INFRAESTRUTURA, GABINETE DO PREFEITO, CORPO DE BOMBEIROS E POLICIA MILITAR.

CONTRATADO: COMÉRCIO DE BATERIAS MULTI MARCAS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 25.880,00 (vinte e cinco mil oitocentos e oitenta reais)

Homologação Pregão 19/2014 - PMV

O Município de Videira no mês 03/2014, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2014

PROCESSO Nº 30/2014

HOMOLOGAÇÃO: 05/03/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE KIT'S CILINDROS ORIGINAIS PARA USO NAS MULTIFUNCIONAIS BROTHER MODELOS MFC 8912 E MFC 8952-DW, DO DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA.

CONTRATADO: ESCRIMATE COMERCIAL E SERV. INF. EIRELI

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.875,00 (oito mil oitocentos e setenta e cinco reais)

Homologação Pregão 20/2014 - PMV

O Município de Videira no mês 03/2014, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2014

PROCESSO Nº 31/2014

HOMOLOGAÇÃO: 05/03/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GÁS P13 E P45 PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA E DEPARTAMENTO DE ESPORTES.

CONTRATADO: COMPANHIA ULTRAGAZ S A

VALOR DA DESPESA: R\$ 55.763,60 (cinquenta e cinco mil setecentos e sessenta e três reais e sessenta centavos)

Homologação Pregão 21/2014 - PMV

O Município de Videira no mês 03/2014, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2014

PROCESSO Nº 32/2014

HOMOLOGAÇÃO: 19/03/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADO: LUIZ CARLOS DALLE CORT

VALOR DA DESPESA: R\$ 290.845,44 (duzentos e noventa mil oitocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos)

CONTRATADO: MERCADO RZ LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 232.374,48 (duzentos e trinta e dois mil trezentos e setenta e quatro reais e quarenta e oito centavos)

CONTRATADO: MERCADO BONIMIX LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 43.093,80 (quarenta e três mil e noventa e três reais e oitenta centavos)

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 121.293,44 (cento e vinte e um mil duzentos e noventa e três reais e quarenta e quatro centavos)

CONTRATADO: COMERCIAL ATACADISTA SOL MIO LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 864,00 (oitocentos e sessenta e quatro reais)

CONTRATADO: SUPERMERCADO JOTA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 51.345,32 (cinquenta e um mil trezentos e quarenta e cinco reais e trinta e dois centavos)

CONTRATADO: SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 173.278,80 (cento e setenta e três mil duzentos e setenta e oito reais e oitenta centavos)

CONTRATADO: GIGA1.COM LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 72.805,20 (setenta e dois mil oitocentos e cinco reais e vinte centavos)

CONTRATADO: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA - FILIAL LEBON RÉGIS

VALOR DA DESPESA: R\$ 126.912,00 (cento e vinte e seis mil novecentos e doze reais)

CONTRATADO: ITALIA CAFES ESPECIAIS- EIRELI - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.214,00 (cinco mil duzentos e quatorze reais)

CONTRATADO: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 64.899,48 (sessenta e quatro mil oitocentos e noventa e nove reais e quarenta e oito centavos)

CONTRATADO: SUPREMA-VILLE ALIMENTACAO LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 304.420,80 (trezentos e quatro mil quatrocentos e vinte reais e oitenta centavos)

Homologação Pregão 22/2014 - PMV

O Município de Videira no mês 03/2014, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2014

PROCESSO Nº 34/2014

HOMOLOGAÇÃO: 07/03/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSETICIDA PARA SER UTILIZADO NO COMBATE AO BORRACHUDO NAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

CONTRATADO: AGRO LÍDER LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 50.900,00 (cinquenta mil novecentos reais)

Homologação Pregão 23/2014 - PMV

O Município de Videira no mês 03/2014, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2014

PROCESSO Nº 35/2014

HOMOLOGAÇÃO: 07/03/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONCERTO DA RETROESCAVADEIRA CASE 580L 4X4, FROTA 104, DA

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

CONTRATADO: LOCOMAQ COM. E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIP LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)

Homologação Pregão 24/2014 - PMV

O Município de Videira no mês 03/2014, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014

PROCESSO Nº 37/2014

HOMOLOGAÇÃO: 18/03/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA RETIFICAR MOTOR DA RETROESCAVADEIRA RANDON MODELO RK406B, FROTA 196, DE USO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

CONTRATADO: LOCOMAQ COM. E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIP LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.450,00 (quatorze mil quatrocentos e cinquenta reais)

Homologação Pregão 25/2014 - PMV

O Município de Videira no mês 03/2014, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2014

PROCESSO Nº 38/2014

HOMOLOGAÇÃO: 21/03/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SÊMEN DE TOURO PARA SER UTILIZADO NO PROGRAMA DE MELHORAMENTO DO BOVINO DE LEITE PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

CONTRATADO: FRITZ COM. REPRESENT. DE SÊMEN BOVINO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 46.800,00 (quarenta e seis mil e oitocentos reais)

Tomada de Preços Nº 03/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2014 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA PROVIMENTO DE VAGAS TEMPORÁRIAS NO QUADRO FUNCIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE SAÚDE. As propostas e documentos serão recebidos até às 14:00h do dia 23 de abril de 2014. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados na home page: www.videira.sc.gov.br, link "Licitações". Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45 hrs ou pelos telefones (49) 3566-9026.

Videira, 28 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Homologação Pregão 26/2014 - PMV

O Município de Videira no mês 03/2014, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2014

PROCESSO Nº 39/2014

HOMOLOGAÇÃO: 12/03/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COBERTURA NO ACESSO ENTRE BLOCOS, JANELAS DE ALUMÍNIO, PORTA DE FERRO E CERCA NA ESCOLA WALDEMAR KLEINUBING, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO, ANEXOS AO EDITAL

CONTRATADO: ELIANE FENILI LINS EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

Homologação Pregão 27/2014 - PMV

O Município de Videira no mês 03/2014, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2014

PROCESSO Nº 41/2014

HOMOLOGAÇÃO: 24/03/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO PICK-UP, ZERO QUILOMETRO PARA SER UTILIZADO PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE VIDEIRA

CONTRATADO: AUTO ELITE LTDA (VIDEIRA)

VALOR DA DESPESA: R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais)

Homologação Pregão 31/2014 - PMV

O Município de Videira no mês 03/2014, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2014

PROCESSO Nº 45/2014

HOMOLOGAÇÃO: 26/03/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE PLACAS DE INAUGURAÇÃO EM AÇO INOX, PARA SEREM UTILIZADAS PELA ASSESSORIA DE IMPRENSA DO GABINETE DO PREFEITO.

CONTRATADO: TECNOPLACAS COMÉRCIO DE PLACAS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.910,00 (nove mil novecentos e dez reais)

Homologação TP 02/2014 - PMV

O Município de Videira no mês 03/2014, comunica a homologação dos seguintes atos:

TOMADA DE PREÇO Nº 02/2014

PROCESSO Nº 40/2014

HOMOLOGAÇÃO: 18/03/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA EMPREGO PÚBLICO, OBJETIVANDO O PROVIMENTO DE VAGAS NO QUADRO FUNCIONAL E CADASTRO DE RESERVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE SAÚDE.

CONTRATADO: INSTITUTO O BARRIGA VERDE

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais)

Homologação Pregão 08/2014-FMS

O Município de Videira no mês 03/2014, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2014

PROCESSO Nº 08/2014

HOMOLOGAÇÃO: 14/03/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DO TRANSPORTE DE PACIENTES QUE ESTÃO EM TRATAMENTO DE SAÚDE E NECESSITAM CONSULTAS E EXAMES FORA O MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE SAÚDE

CONTRATADO: IVONEI GONCALVES TURISMO - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 115.920,00 (cento e quinze mil novecentos e vinte reais)

Homologação Pregão 09/2014 - FMS

O Município de Videira no mês 03/2014, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2014

PROCESSO Nº 10/2014

HOMOLOGAÇÃO: 18/03/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE FRALDAS DESCARTÁVEIS QUE SERÃO FORNECIDAS PELA SECRETARIA DE SAÚDE PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA, IDOSOS, PACIENTES ACAMADOS E PESSOAS COM PROBLEMAS DE SAÚDE

CONTRATADO: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 77.230,00 (setenta e sete mil duzentos e trinta reais)

Homologação Pregão 10/2014 - FMS

O Município de Videira no mês 03/2014, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014

PROCESSO Nº 11/2014

HOMOLOGAÇÃO: 07/03/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA PREPARO DE PÃES QUE SERÃO SERVIDOS NOS LANCHES DOS PACIENTES QUE FREQUENTAM AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO CENTRO DE ATENÇÃO PSICISSOCIAL, DA SECRETARIA DE SAÚDE

CONTRATADO: MERCADO BONIMIX LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.614,00 (dois mil seiscentos e quatorze reais)

Homologação Pregão 11/2014 - FMS

O Município de Videira no mês 03/2014, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2014

PROCESSO Nº 12/2014

HOMOLOGAÇÃO: 12/03/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE VEÍCULOS TIPO VAN NOVO ZERO QUILOMETRO PARA TRANSPORTES DE PACIENTES QUE REALIZAM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO PARA USO SECRETARIA DE SAÚDE

CONTRATADO: DE MARCO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 224.000,00 (duzentos e vinte e quatro mil reais)

Homologação Pregão 12/2014 - FMS

O Município de Videira no mês 03/2014, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2014

PROCESSO Nº 15/2014

HOMOLOGAÇÃO: 13/03/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MOTOCICLETAS ZERO QUILOMETRO PARA SEREM UTILIZADAS PELOS AGENTES DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: CARBONI MOTOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 13.425,00 (treze mil quatrocentos e vinte e cinco reais)

Homologação Pregão 14/2014 - FMS

O Município de Videira no mês 03/2014, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2014

PROCESSO Nº 17/2014

HOMOLOGAÇÃO: 13/03/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO VEÍCULO MONTANA, PLACA MCG 4664, FROTA 125 DA SECRETARIA DE SAÚDE.

CONTRATADO: SOLENI COSTA DA SILVA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.430,00 (três mil quatrocentos e trinta reais)

Homologação Pregão 15/2014 - FMS

O Município de Videira no mês 03/2014, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014

PROCESSO Nº 18/2014

HOMOLOGAÇÃO: 24/03/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE BATERIAS AUTOMOTIVAS PARA USO NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: COMÉRCIO DE BATERIAIS MULTI MARCAS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)

CONTRATADO: JGIL COMERCIO E TRANSPORTES LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.566,00 (dois mil quinhentos e sessenta e seis reais)

Homologação Pregão 16/2014 - FMS

O Município de Videira no mês 03/2014, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2014

PROCESSO Nº 19/2014

HOMOLOGAÇÃO: 24/03/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BOLSAS TIPO MOCHILA E UNIFORMES, PARA USO DOS MOTORISTAS SOCORRISTAS E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM DA BASE DESCENTRALIZADA DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU.

CONTRATADO: HARMONIZE INDÚSTRIA E COMÉRCIO TEXTIL LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 25.140,00 (vinte e cinco mil cento e quarenta reais).

Homologação Pregão 05/2014 - FMAS

O Município de Videira no mês 03/2014, através do Fundo Municipal de Assistência Social, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2014

PROCESSO Nº 6/2014

HOMOLOGAÇÃO: 05/03/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GÁS PARA O DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL, GRUPO DA TERCEIRA IDADE, CASA LAR MENINO JESUS, CEBEM, PETI'S, CRAS, CREAS, CONSELHO TUTELAR E PARA A NOVA CASA LAR.

CONTRATADO: COMPANHIA ULTRAGAZ S.A

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.745,20 (nove mil setecentos e quarenta e cinco reais e vinte centavos).

Homologação Pregão 07/2014 - FMAS

O Município de Videira no mês 03/2014, através do Fundo Municipal de Assistência Social, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014

PROCESSO Nº 9/2014

HOMOLOGAÇÃO: 27/03/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COLCHÕES PARA SEREM UTILIZADOS PELAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE SERÃO ABRIGADOS NA NOVA CASA LAR DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

CONTRATADO: TECNOPONTO ELETRODOMÉSTICOS E ELETRÔNICOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.930,00 (seis mil novecentos e trinta reais)

Homologação Pregão 02/2014 - FME

O Município de Videira no mês 03/2014, através da Fundação Municipal de Esportes, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2014

PROCESSO Nº 2/2014

HOMOLOGAÇÃO: 07/03/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE ATLETAS, COLCHÕES E MATERIAIS

ESPORTIVOS PARA JOGOS OFICIAIS E AMISTOSOS DAS ESCOLINHAS E EQUIPES ADULTAS, QUE REPRESENTARÃO O MUNICÍPIO DE VIDEIRA NO ANO DE 2014

CONTRATADO: ELLATUR VIAGENS E TURISMO LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil e reais)

Aditivo Nº 11/2014

Aditivo nº: 11/2014.

Contrato/Ata nº: 224/2012.

Licitação: CC 03/2012.

Contratado: ADEMIR LUIZ BOGONI – FIRMA INDIVIDUAL.

Objeto: Adequar o material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria de Planejamento, ocasionando custos adicionais de 13,29% do valor do contrato original.

Valor: R\$ 275.552,66

Data: 05/03/2014.

Aditivo Nº 12/2014

Aditivo nº: 12/2014.

Contrato/Ata nº: 255/2012.

Licitação: TP 27/2012.

Contratado: IPM INFORMÁTICA PÚBLICA MUNICIPAL LTDA.

Objeto: Inclusão do serviço de customização no software de IPTU e taxas para efetuar a sincronização de informações cadastrais dos terrenos e imóveis do Município, de acordo com as informações fornecidas pela empresa de geoprocessamento.

Valor: R\$ 24.049,39.

Data: 05/03/2014.

Aditivo Nº 13/2014

Aditivo nº: 13/2014.

Contrato/Ata nº: 132/2013.

Licitação: PR 34/2013-FMS.

Contratado: GENTE SEGURADORA S.A.

Objeto: Incluir às Clausulas 1ª e 2ª, nos itens 04, 24, 33 e 35 a cobertura referente à DMH (Despesas Médicas Hospitalares).

Valor: R\$ 672,00.

Data: 13/03/2014.

Aditivo Nº 14/2014

Aditivo nº: 14/2014.

Contrato/Ata nº: 124/2013.

Licitação: PR 29/2013-FMS.

Contratado: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA.

Objeto: Aumentar a quantidade do item 02 em 25%, conforme solicitação e justificativa da Secretaria de Saúde.

Valor: R\$ 8.950,00.

Data: 13/03/2014.

Aditivo Nº 15/2014

Aditivo nº: 15/2014.

Contrato/Ata nº: 142/2013.

Licitação: PR 116/2013.

Contratado: COMBUSTÍVEIS SCARIOT III LTDA.

Objeto: Recompôr o equilíbrio econômico-financeiro com o ajuste no preço do litro do óleo diesel descrito no item 01, passando de R\$ 2,40 para 2,56 (DOIS REAIS E CINQUENTA E SEIS CENTAVOS).

Data: 20/03/2014.

Aditivo Nº 16/2014

Aditivo nº: 16/2014.

Contrato/Ata nº: 142/2013.

Licitação: PR 116/2013.

Contratado: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Objeto: Inclusão de dotações orçamentárias referente ao exercício financeiro de 2014, conforme solicitação e justificativa da Secretaria de Administração.

Valor: R\$ 420.000,00.

Data: 26/03/2014.

Aditivo Nº 17/2014

Aditivo nº: 17/2014.

Contrato/Ata nº: 62/2013.

Licitação: PR 35/2013.

Contratado: ONSSEG SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a partir de 01 de abril de 2014 até 31 de março de 2015.

Valor: R\$ 46.800,00.

Data: 28/03/2014.

Aditivo Nº 18/2014

Aditivo nº: 18/2014.

Contrato/Ata nº: 64/2013.

Licitação: PR 15/2013-FMS.

Contratado: KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a partir de 01 de abril de 2014 até 31 de março de 2015.

Valor: R\$ 19.390,00.

Data: 28/03/2014.

Aditivo Nº 19/2014

Aditivo nº: 19/2014.

Contrato/Ata nº: 63/2013.

Licitação: PR 08/2013-FMAS.

Contratado: KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a partir de 01 de abril de 2014 até 31 de março de 2015.

Valor: R\$ 11.736,00.

Data: 28/03/2014.

Aditivo Nº 20/2014

Aditivo nº: 20/2014.

Contrato/Ata nº: 157/2010.

Licitação: PR 28/2010-FMS.

Contratado: MAQ SISTEM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato por mais 90 (noventa) dias, com efeitos a partir de 01 de abril de 2014 até 30 de junho de 2014.

Valor: R\$ 1.845,00.

Data: 28/03/2014.

Aditivo Nº 21/2014

Aditivo nº: 21/2014.

Contrato/Ata nº: 65/2013.

Licitação: PR 28/2013.

Contratado: ASSESSORMED ASSESSORIA EM MEDICINA DO TRABALHO LTDA

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a partir de 01 de abril de 2014 até 31 de março de 2015.

Valor: R\$ 344.908,00.

Data: 31/03/2014.

CÂMARA MUNICIPAL

Extrato Contrato 02/2014 - CMV

Contrato N.: 002/2014 - CMV

Data de Assinatura: 27/03/2014

Fornecedor: Rádio Vale do Contestado Ltda.

Valor: R\$ 66.276,00 (sessenta e seis mil duzentos e setenta e seis reais)

Licitação: PR 01/2014 – CMV

Objeto: Prestação de serviços radiofônicos para divulgar as matérias pertinentes ao Poder Legislativo, bem como os assuntos de interesse geral, veiculados nas sessões da Câmara, para informação geral da população videirense com programas semanais com 08 (oito) inserções de 30" (trinta segundos) diárias de segunda a sábado, na frequência AM, para divulgação dos trabalhos através de comerciais; mensagens das principais datas comemorativas; informativo da Câmara na terça-feira: Projetos a serem apreciados - 08 (oito) minutos, na quarta-feira Projetos aprovados - 15 (quinze) minutos; cobertura de todas as sessões com divulgação dos trabalhos através de entrevistas.

Homologação PR 01/2014 - CMV

A Câmara Municipal de Vereadores de Videira no mês 03/2014, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/14

HOMOLOGAÇÃO: 27/03/14

CONTRATADA: Rádio Vale do Contestado Ltda.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços radiofônicos para divulgar as matérias pertinentes ao Poder Legislativo, bem como os assuntos de interesse geral, veiculados nas sessões da Câmara, para informação geral da população videirense com programas semanais com 08 (oito) inserções de 30" (trinta segundos) diárias de segunda a sábado, na frequência AM, para divulgação dos trabalhos através de comerciais; mensagens das principais datas comemorativas; informativo da Câmara na terça-feira: Projetos a serem apreciados - 08 (oito) minutos, na quarta-feira Projetos aprovados - 15 (quinze) minutos; cobertura de todas as sessões com divulgação dos trabalhos através de entrevistas.

VALOR DA DESPESA: R\$ 66.276,00 (sessenta e seis mil duzentos e setenta e seis reais).

LOURENÇO BECKER

Presidente.

Vitor Meireles

PREFEITURA

Portaria Nº 061/2014

P O R T A R I A Nº 061/2014

LUIZ LÚCIO FOSSA, Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER:

de acordo com a Lei Orgânica, Lei Municipal Complementar n.º 049, de 23/12/2009 e suas alterações,

Nome: LUIS CARLOS BOING

Cargo: CONTADOR

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Função de Confiança FC, para exercer as funções de Responsável pela Contabilidade do Fundo Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Assistência Social, dentro da Secretaria de Administração e Finanças.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de março de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 28 DE MARÇO DE 2014.

LUIZ LÚCIO FOSSA

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Lei Nº 0877

LEI N. 0877, DE 28 DE MARÇO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE AMPARO AOS MENORES – ABAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a Associação Blumenauense de Amparo aos Menores - ABAM, o qual consistirá em cooperação financeira relativa ao atendimento, abrigo e tratamento de crianças e/ou adolescentes, bem como em casos de internação judicial.

Art. 2º - O prazo do Convênio terá início em 01 de março de 2014 e término em 28 de fevereiro de 2015, podendo o mesmo ser alterado ou prorrogado, no todo ou em parte, mediante acordo entre o Município e a Associação Blumenauense de Amparo aos Menores – ABAM, através de Termo Aditivo.

Art. 3º - O Termo de Convênio em anexo é parte integrante desta Lei.

Art. 4º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vitor Meireles, 28 de março de 2014.

LUIZ LÚCIO FOSSA

Prefeito Municipal em Exercício

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E A ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE AMPARO AOS MENORES – ABAM.

O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 79.372.520/0001-85, com sede na Rua Santa Catarina, n. 1122, bairro Centro, município de Vitor Meireles (SC), representado por seu Prefeito Sr. LOURIVAL LUNELLI denominado simplesmente CONVENIENTE e a ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE AMPARO AOS MENORES – ABAM, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.093.039/0001-28, com sede na Rua José Fischer, nº 439, bairro Escola Agrícola, cidade de Blumenau - SC, representada pela sua Presidente a Sra. MARILENE LOURENÇO, portadora do RG nº. 1.445.942-1/SSI-PR, residente e domiciliada na Rua Maria dos Santos Pacheco, 191, bairro Escola Agrícola, cidade de Blumenau - SC, abaixo denominada simplesmente CONVENIADA, resolvem de comum acordo, com fundamento na Lei nº. 8.666/93 e Lei Municipal nº. 2.019/98 e demais disposições legais aplicáveis à espécie, celebrar o presente CONVÊNIO, o qual reger-se-á pelas condições seguintes:

DO OBJETO

Art. 1º. O presente convênio tem por objeto a execução, pela CONVENIADA, de todas as atividades, objetivos, atribuições e finalidades que constam de seu Estatuto Social e Regimento Interno, principalmente no que tange ao atendimento, abrigo e tratamento de crianças e/ou adolescentes, do sexo masculino, com idade entre 07 (sete) a 18 (dezoito) anos incompletos do sexo masculino que recebam medida protetiva de acolhimento.

Parágrafo único: Na execução do acolhimento no Projeto das Casas Lares, fica estipulado o limite de idade de 07 (sete) a 17 (dezesete) anos para ambos os sexos e especificações das novas

diretrizes da entidade e Lei 7.644 de 18/12/1987 artigo 3º § 2º.

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DOS PROFISSIONAIS E DAS RESPONSABILIDADES

Art. 2º. O cumprimento do objeto e demais atribuições e obrigações constantes do presente instrumento serão totalmente executados, sem restrições, pela CONVENIADA, junto às dependências de sua sede, sem que haja interferências externas.

§ 1º. Todos e quaisquer complementos que se fizerem necessários a plena, integral e completa execução do objeto e demais atividades, atribuições e obrigações constantes deste instrumento, serão de total responsabilidade da CONVENIADA.

§ 2º. É de plena, exclusiva e total responsabilidade da CONVENIADA, promover o fornecimento de todas as vagas, produtos, materiais, alimentação, medicamentos, mão de obra, pessoal e equipamentos necessários à total execução do objeto e demais atribuições deste instrumento, bem como arcar, de forma única e exclusiva, com todo e qualquer encargo trabalhista, fiscal, securitário, previdenciário, social, comercial ou de outra natureza, resultante de qualquer vínculo empregatício ou não. Tais responsabilidades, ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao CONVENIENTE ou a qualquer entidade e pessoa a ele vinculado ou a terceiro.

DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DEMAIS CONDIÇÕES

Art. 3º. O CONVENIENTE disponibilizará mensalmente a CONVENIADA, a importância total de R\$ 2.597,64 (Dois mil e quinhentos e noventa e sete reais e sessenta e quatro centavos) por vaga, perfazendo o valor de R\$ 5.195,28 (Cinco mil cento e noventa e cinco reais e vinte e oito centavos) mensais e R\$ 62.343,36 (Sessenta e dois mil trezentos e quarenta e três reais e trinta e seis centavos) anuais, por 02 (duas) vagas, para abrigar crianças e ou adolescentes junto as suas instalações, abrangendo o período de 01/03/2014 à 28/02/2015.

§1º O CONVENIENTE pagará mensalmente a CONVENIADA por vaga ocupada, não tendo Garantia de Vaga em caso de desacolhimento, ficando sujeito a consulta de vaga para um novo acolhimento.

§ 2º. Conforme itens XVI, XVII e XIX do Artigo 5º deste convênio, das obrigações e responsabilidades da CONVENIADA como Tutor responsável e Item I do Artigo 4º no que compete o CONVENIENTE, fica estipulado o valor integral da mensalidade, mesmo que o Acolhido se encontre na situação de evadido até o período do recebimento e registro de uma determinação judicial de desacolhimento da Comarca referida a este convênio conforme item IV do Artigo 4º.

§ 3º. Considera-se mensalidade cheia quando completar a soma dos 15 (quinze) dias + (mais) 01 (um) e será cobrado o valor integral da mensalidade conforme Item I do Artigo 4º mesmo que o acolhido não complete o período até o final do mês. Caso seja inferior a 15 dias será cobrada apenas 40% (quarenta por cento), ou seja, R\$ 1.039,05 (Um mil e trinta e nove reais e cinco centavos) referente a esta vaga no referido mês.

§ 4º. No referido valor deverão estar inclusos todos os custos advindos, decorrentes e relacionados à disponibilização das vagas, prestação das atividades e serviços, responsabilidade técnica, licenças, autorizações, alvarás, mão de obra, pessoal, manutenções, materiais, transportes, seguros, equipamentos (inclusive os de proteção individual, quando necessários), fretes, tributos, traslado, estadias, diárias, alimentações, encargos sociais e trabalhistas e demais custos, sejam eles de que naturezas forem necessárias à plena e total execução do objeto e demais atribuições e obrigações constantes do presente instrumento.

§ 5º. O CONVENIENTE efetuará cada um dos pagamentos até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido, a pedido da CONVENIADA, poderá ser solicitado a apresentação de documentação para comprovação de seu interesse.

§ 6º. Os referidos pagamentos dar-se-ão através de empenhos, podendo o CONVENIENTE promover o depósito dos mesmos junto a agência nº. 5203-5 – Centro, conta corrente nº. 1.278.159-2, do Banco DO BRASIL cidade de Blumenau – SC, de titularidade da CONVENIADA.

§ 7º. As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

0901 – Fundo Municipal da Infância e Adolescência
08.243.0008.2015 – Programa de Proteção Sócio-Educativa
330000000000 – Outras Despesas Correntes
339000000000 – Aplicações Diretas
339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

§ 8º. Incidirá sobre o valor total da(s) nota(s) fiscal (is) emitida(s) pela CONVENIADA, os tributos decorrentes de expressa disposição legal, os quais serão retidos na fonte.

§ 9º. Os valores constantes do caput deste artigo deverão ser aplicados pela CONVENIADA diretamente na consecução do objeto e demais atividades e atribuições constantes deste instrumento, principalmente no que se refere a:

- gêneros alimentícios e correlatos;
- medicamento mediante receituário médico;
- material para manutenção do veículo;
- material didático e pedagógico;
- material de higiene e limpeza;
- artigos de cama, mesa e banho;
- vestuário;
- pagamento de faturas de telefone, energia e água;
- pagamentos de eventuais serviços de terceiros (manutenção das instalações e equipamentos);
- pagamentos reparação de danos causados a instituição ou terceiros;
- salários e encargos sociais;
- atendimento psicológico.
- Combustível

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º. Compete ao CONVENIENTE:

- I. efetuar o pagamento nas formas e condições estipuladas no Art. 3º.;
- II. solicitar diretamente à CONVENIADA, quando necessário, informações acerca de vagas;
- III. enviar à CONVENIADA, quando do encaminhamento de qualquer criança e/ou adolescente, todos os documentos pessoais dos mesmos, bem como do estudo de caso e guia de encaminhamento realizada pelo Conselho Tutelar ou pelo Juizado da Infância e Juventude;
- IV. arcar com todos os custos necessários ao transporte das crianças e/ou adolescentes no momento da internação e da alta;
- V. acompanhar, controlar e fiscalizar o cumprimento, aplicação dos recursos e a execução deste convênio;
- VI. contactar com o Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Presidente Getúlio - SC, para estabelecer o fluxo de encaminhamentos a serem efetuados;
- VII. fornecer a CONVENIADA os números dos telefones do Conselho Tutelar, para os contatos que se fizerem necessários sobre eventuais situações que possam ocorrer com as crianças e adolescentes abrigados.

§ 1º. O acompanhamento, controle e fiscalização acima descritos,

não eximem a CONVENIADA, de nenhuma forma, de sua plena, exclusiva e total responsabilidade quanto à execução do objeto e o cumprimento das demais atividades e obrigações constantes deste instrumento e perante os pacientes, crianças, adolescentes, terceiros e o CONVENIENTE.

§ 2º. Em qualquer hipótese é assegurado a CONVENIADA amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais da Lei nº. 8.666/93.

Art. 5º. Compete a CONVENIADA:

- I. encaminhar ao CONVENIENTE a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do seu recebimento;
- II. dispor de local adequado para receber as crianças e os adolescentes, com plantão de 24(vinte e quatro) horas ininterruptas;
- III. garantir, preservar e zelar pelos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações aplicáveis à espécie;
- IV. manter registro pessoal e de objetos das crianças e adolescentes acolhidos, salvaguardando o direito a sua individualidade e respeito;
- V. Executar todos os serviços e demais atividades, atribuições e obrigações constantes deste instrumento;
- VI. enviar mensalmente ao Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Presidente Getúlio (SC), a Secretaria de Saúde e Assistência Social do CONVENIENTE e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, relatório acerca dos abrigados atendidos bem como de informações complementares;
- VII. identificar a problemática emergente e agilizar o encaminhamento das crianças e adolescentes, de acordo com a necessidade dos mesmos;
- VIII. manter contato permanente com a rede de serviço do CONVENIENTE, a fim de facilitar os encaminhamentos que se fizerem necessários;
- IX. garantir o resgate do vínculo afetivo das crianças e adolescentes com suas famílias;
- X. enviar mensalmente ao CONVENIENTE o documento fiscal e os demais documentos constantes do §2º do artigo 3º, para recebimentos dos valores;
- XI. a total responsabilidade pelo gerenciamento e responsabilidade técnica acerca dos serviços, vagas e demais atividades;
- XII. facilitar que o CONVENIENTE acompanhe e fiscalize os serviços e demais atividades e obrigações constantes deste instrumento, fornecendo ao mesmo todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados;
- XIII. a responsabilidade por todo e qualquer bem de sua posse ou propriedade, arcando com todos os custos relativos aos mesmos;
- XIV. prestar e cumprir fielmente todo o objeto e demais atribuições, atividades e prazos constantes deste instrumento, arcando com todos os custos, ônus e obrigações advindas, decorrentes ou relacionadas aos mesmos;
- XV. disponibilizar todo e qualquer recurso, seja ele de que natureza for, necessário a execução do objeto deste instrumento, arcando com todo e qualquer custo advindo, decorrente ou relacionado ao mesmo;
- XVI. de forma única e exclusiva, arcar com toda e qualquer responsabilidade civil, criminal e com toda e qualquer indenização ou reparação, sejam elas de que natureza forem, que surgirem em virtude deste instrumento ou de dano causado ao CONVENIENTE, a criança, adolescente e a qualquer terceiro, decorrentes de ação ou omissão, negligência, imperícia e imprudência ou por dolo praticado, inclusive por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado o direito de regresso;
- XVII. utilizar as técnicas adequadas para executar o objeto e demais atribuições e obrigações constantes do presente instrumento, respondendo ainda por todo e qualquer prejuízo, seja de natureza civil ou criminal, que causar ao CONVENIENTE e a qualquer terceiro, independente de culpa ou dolo;

XVIII. fornecer e arcar com todas as vagas, produtos, materiais, alimentação, medicamentos, mão de obra, pessoal, serviços e equipamentos necessários à total execução do objeto e demais atribuições deste instrumento, bem como arcar, de forma única e exclusiva, com quaisquer ônus, obrigações, reparações, indenizações e responsabilidades concernentes às legislações civis, criminais, sociais, trabalhistas, fiscais, securitárias, previdenciárias, comerciais e de qualquer outra natureza, bem como quanto a quaisquer despesas advindas, decorrentes ou relacionadas a execução do objeto do presente instrumento;

XIX. providenciar, por sua exclusiva e total responsabilidade, todos os alvarás, licenças e autorizações necessárias à execução ou não do objeto do presente instrumento;

XX. fornecer pessoal habilitado, treinado e totalmente capacitado para a execução do objeto e demais atribuições constantes deste instrumento;

XXI. única e exclusivamente quanto a quaisquer danos causados ao equipamento, produto, material ou maquinário utilizado para a execução do objeto do presente instrumento, arcando única, exclusiva e integralmente com todos os custos, ônus ou responsabilidades advindas, decorrentes ou relacionadas aos mesmos;

XXII. comunicar ao CONVENIENTE, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa impedir a execução do objeto deste instrumento (por escrito);

XXIII. todo o fornecimento da alimentação, transporte, manutenção, substituição e demais atribuições e obrigações que se fizerem necessárias a correta e fiel execução do objeto do presente instrumento;

XXIV. cumprir com todas as determinações técnicas relacionadas ao objeto do presente instrumento ou aquelas apresentadas pelo CONVENIENTE;

XXV. fornecer e obrigar os empregados a utilizarem, quando necessário, os equipamentos de proteção individual, bem como cumprir com as demais normas constantes da legislação de segurança, medicina e higiene do trabalho, arcando com todos e quaisquer custos e ônus advindos, decorrentes ou relacionados aos mesmos;

XXVI. responsabilizar-se quanto a quantidade e qualidade dos serviços, produtos, alimentos, vestuários, materiais, vagas e equipamentos oferecidos, respondendo civil e penalmente por quaisquer acontecimentos que porventura ocorrerem em decorrência dos mesmos;

XXVII. de forma única e exclusiva, por todo tributo e demais atribuições e obrigações que se fizerem necessárias à execução do objeto e demais atribuições e disposições constantes deste instrumento;

XXVIII. facilitar que o CONVENIENTE acompanhe e fiscalize todas as atividades inerentes a execução do objeto do presente instrumento, fornecendo ao mesmo todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados.

DOS PRAZOS

Art. 6º. O prazo do presente instrumento terá início em 01 de março de 2014 e término em 28 de fevereiro de 2015, podendo o mesmo ser alterado ou prorrogado, no todo ou em parte, mediante acordo entre as partes e através de Termo Aditivo.

§ 1º. O presente Convênio poderá ser objeto de reavaliação do valor, a qualquer tempo, por acordo entre as partes, desde que notifique a parte contrária com antecedência mínima de 30 (trinta) dias mediante planilha a ser avaliada pelo conselho fiscal da entidade.

§ 2º. O não cumprimento de quaisquer dos prazos constantes dos parágrafos anteriores, acarretará multa equivalente ao valor mensal do Convênio.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 7º. A prestação de contas dos valores constantes deste instrumento deverá ser realizada pela CONVENIADA, observadas as disposições constantes deste instrumento e as demais normas e condições estabelecidas pelo órgão competente do CONVENIENTE.

Parágrafo único: Nas referidas prestações de contas deverão constar os ofícios de encaminhamento, balancete financeiro, extrato de conta vincula ao convênio, relação de cheques, inclusive os cancelados, se for o caso, dentre outros documentos.

DAS PENALIDADES

Art. 8º. O não cumprimento de qualquer das condições, obrigações, responsabilidades ou prazos constantes do presente instrumento, acarretará multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor total deste convênio.

Parágrafo único: A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá 05 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

DA RESCISÃO

Art. 9º. O convênio em questão poderá ser rescindido:

- pelo descumprimento total ou parcial de qualquer das suas condições ou prazos;
- pelo ato de autoridade, lei superveniente ou evento que torne a execução deste convênio formal ou materialmente impraticável;
- pela transmissão ou cessão a terceiros, pela CONVENIADA, do objeto ou de qualquer das atribuições, responsabilidade ou demais obrigações constantes deste instrumento, sem prévia anuência por escrito do CONVENIENTE;
- pela paralisação ou atraso, seja total ou parcial, de qualquer das atribuições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento;
- pela insolvência da CONVENIADA;
- por acordo entre as partes;
- pelo CONVENIENTE ou pela CONVENIADA, a qualquer tempo, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, sem que haja qualquer tipo de indenização ou reparação a ser paga, seja a que título for.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10. Apenas serão permitidas visitas de familiares as crianças e adolescentes abrigadas junto às instalações da CONVENIADA, quando expressamente autorizadas por escrito pelo Conselho Tutelar do CONVENIENTE e de conformidade com as determinações apresentadas pela CONVENIADA.

DO FORO

Para dirimir questões decorrentes deste Convênio, fica eleito o Foro da Comarca de Presidente Getúlio - SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo, para que surta os devidos fins e efeitos legais.

Vitor Meireles/SC, ____ de _____ de 2014.

CONVENIENTE
LOURIVAL LUNELLI

CONVENIADA
MARILENE LOURENÇO

TESTEMUNHA

Nome:

CPF nº.:

TESTEMUNHA

Nome:

CPF nº.:

Xavantina

PREFEITURA

Termo de Compromisso PP 20/2014 Pmxv

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2014

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 20/2014 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2014 PMXV

O Município de Xavantina - SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa CCM COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.873.674/0001-26, nesta Ata representada pelo seu(ua) PROCURADOR, Sr(a). NEIMAR ANDRÉ MALMANN, portador(a) do CPF nº 021.617.139-30 nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 20/2014 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para possível aquisição de peças e serviços para consertar Conjunto de Britagem Móvel 50X30 Motor MWM 12.000KG, pertencente à frota do Departamento de Transportes.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	UNID	QTDE	VALOR UNITÁRIO EM R\$
	1	MANDIBULA FIXA 100F	Unid.	10	R\$ 2.991,8650
	2	MANDIBULA MÓVEL 11 DF	Unid.	10	R\$ 2.977,3928
	3	MANCAL SNA511	Unid.	15	R\$ 98,0726
	4	BUCHA	Unid.	15	R\$ 28,3132
	5	ROLETE CARGA BRITADOR CCM	Unid.	30	R\$ 103,2659
	6	ROLAMENTO	Unid.	15	R\$ 337,7593
	7	CUNHA LATERLA DIREITA	Unid.	10	R\$ 1.128,6341
	8	CUNHA LATERLA ESQUERDA	Unid.	10	R\$ 1.128,6341
	9	MOTOR HIDR. EIXO CHAVETADO OMS 100 CIL 1A2 25,4MM(1")	Unid.	5	R\$ 2.345,5635
	10	CORREIA TRAÇÃO	Unid.	15	R\$ 74,1836
	11	CORREIA CAIXA VIBRATÓRIA	Unid.	15	R\$ 76,6704
	12	BOMBA HIDRAULICA DUPLA P31	Unid.	5	R\$ 2.729,0154
	13	CORREIA TRANSPORTADORA 20" 2L 3/16X1/16 13M FECHADA	Unid.	5	R\$ 3.194,8504
	14	ABANADEIRA 420MM	Unid.	5	R\$ 1.256,3682
	15	FILTRO AR EXTERNO	Unid.	15	R\$ 69,0303
	16	FILTRO AR INTERNO	Unid.	15	R\$ 28,4331
	17	SOLUÇÃO ARREFECEDORA ADITIVO RADIADOR 1L ANTI CONGELANTE	Unid.	20	R\$ 25,6467
	18	CANAleta DO EIXO / CONTRA CUNHA	Unid.	15	R\$ 282,6029
1	19	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA ATENDIMENTO EM BRITADOR MÓVEL ATENDIMENTO EM PARCELAS E ASSIM QUANDO NECESSARIO	Serv.	300	R\$ 79,8962

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 20/2014 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 28 de março de 2014.

CCM COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA
Neimar André Malmann

MAURO JUNES POLETO,
Prefeito Municipal.

PP 24/2014 PMXV

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2014 - PMXV

Objeto: Aquisição de Peças Genuínas e Serviços para consertar motor de Trator de Pneus New Holland TL 75, Patrimônio nº 0508, pertencente a frota de veículos do Departamento de Agricultura, conforme relação de peças e serviços constantes no Anexo "C" deste Edital. Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Lote.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 11/04/2014.

Abertura: dia 11/04/2014, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 31 de março de 2014.

MAURO JUNES POLETO,
Prefeito Municipal.

Associações

AMMOC

Edital de Chamada Pública N. 001/2014

AMMOC – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MEIO OESTE CATARINENSE

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N. 001/2014

28/03/2014

Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e quatorze, a partir das 14 (quatorze) horas, na sede da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense – AMMOC, reuniram-se em assembleia os prefeitos interessados no objeto do Edital de Chamada Pública n. 001/2014, Sr. Nelson Guindani representando o município de Herval D'Oeste e o Sr. Andevir Isganzella representando o Município de Capinzal, para deliberar acerca do recurso administrativo interposto pela empresa ALTO URUGUAI SOLUÇÕES AMBIENTAIS, atacando a decisão da comissão que analisou a documentação e propostas apresentadas, e declarou vencedora a empresa CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL. O recurso é tempestivo e foi oportunizada a empresa recorrida apresentar suas contrarrazões ao recurso. Alega a recorrente que a recorrida não atendeu às exigências do edital uma vez que não teria comprovado a participação na elaboração de Plano de Resíduos Sólidos. Alega no recurso ainda, que a recorrida não apresentou documentos profissionais da administradora da empresa. Requereu a inabilitação da recorrida. Em contra razões a recorrida sustentou que possui a comprovação mínima de capacidade técnica, recorrendo outros projetos em que teria participado. Requereu a manutenção do resultado da comissão. ANÁLISE: A recorrente apresenta fundamentos idênticos aos apresentados à r. comissão na oportunidade da abertura dos envelopes, e já analisado. Primeiramente é preciso se dizer que a chamada pública é método simplificado de escolha da melhor proposta. Neste trilhar, a recorrida, como já analisado pela r. comissão, apresentou um mínimo de técnica na área objeto do edital. Por outro lado, o preço apresentado pela recorrida é de R\$ 49.300,00 enquanto o preço da recorrente é de R\$ 66.802,69. Portanto, trata-se de diferença razoável, sendo que a recorrida comprometeu-se mediante declaração a cumprir os termos do contrato sob pena de responder pelos danos causados. Diante do exposto, decidem os presentes a conhecer do recurso e negar-lhe provimento, mantendo a decisão da comissão especial para declarar vencedora a empresa CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL. Publique-se e cientifique-se os interessados.

Consórcios

AGIR

Decisão Procedimento Administrativo Nº 004/2014 - AGIR

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 004/2014.

OBJETO: Revisão tarifária dos serviços públicos prestados pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE.

SOLICITANTE: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE.

INTERESSADO: Município e SAMAE de Gaspar.

DECISÃO

Relatório:

Em data de 19 de fevereiro de 2014, através do Ofício nº 04/2014, a Agência recebe a solicitação da Autarquia SAMAE de Gaspar para o reajuste linear dos preços dos serviços e da tarifa de água, balizando as sua pretensão em 7,25% (sete vírgula vinte e cinco por cento), aplicando 5,25% (cinco vírgula vinte e cinco por cento) a título de reajuste inflacionário e mais 2% (dois por cento) para garantia de investimentos previstos no PMSB (Plano Municipal de Saneamento Básico) do município pretendente.

Como já vem sendo parte das ações da Agência para uma condução técnica e mais próxima do possível da realidade, visitas pessoais e trocas de e-mail aconteceram para os esclarecimentos de aspectos pontuais de ordem contábil e econômico-financeira.

Todas essas ações, como já dito acima, são integrantes dos procedimentos adotados e utilizados para o fiel e correto convencimento e entendimento do pedido.

O Parecer Administrativo nº 004/2014, que instrui esse procedimento, em sua folha 2/3 apresenta o Quadro 1 que demonstra as metas de investimentos ainda não concluídos pela Autarquia e que estão previstas no PMSB de Gaspar, onde de forma técnica constata-se a falta de valores que poderiam dar maior visibilidade às análises.

Já o Quadro 2 apresenta os investimentos estimados para o município de Gaspar para o corrente ano, bem como na folhas 4 figura o Quadro 3 que apresenta a execução orçamentária de 2013, donde se extrai que houve um excesso de arrecadação naquele exercício, e que por isso apresentou um superávit na ordem de R\$ 398 mil e que por sua vez, aponta o cumprimento do orçamento e também demonstra o equilíbrio das contas.

Os gastos, por sua vez, em uma análise mais apurada, aponta para certo conforto para a área de recursos humanos (gastos com pessoal) e por outro lado, conforme o Parecer Administrativo, se constata um baixo poder de investimento.

Preocupou-se também a Agência em elaborar uma análise de fluxo de caixa, como demonstrado nas folhas 6 e 7, concluindo que ao longo dos anos a capacidade de investimentos está se reduzindo em razão direta com os "níveis de gastos estarem acima do percentual médio da evolução da receita".

Foram ainda aprofundadas análises administrativas em razão das informações patrimoniais, operacionais, eficiência energética, perdas, dentre outros indicadores e informações. Duas destas análises chamam a atenção pela média abaixo das médias nacionais.

A eficiência energética e a perda de água, esta em percentual de 34,85%, quase seis pontos abaixo na média nacional apresentada no decorrer da segunda edição do evento "Gestão do Saneamento", realizada nos dias 25 e 26 de março em São Paulo/SP, quando apresentou-se o percentual médio brasileiro aceitável como 40%. Realizada ainda pela equipe administrativa da AGIR, como expresso através do Quadro 10 (fls. 10/11), a evolução de custos unitários destacando neste item a necessidade para o aprimoramento desde indicador, a apresentação do item depreciação. Isso serve como recomendação futura.

Para aplicação do reajuste, a Agência reporta-se ao período de fevereiro/2013 até fevereiro de 2014, englobando assim um espaço temporal de 13 meses (Quadro 11, p. 12), que apresenta o percentual de 5,93% (cinco vírgula noventa e três por cento), isso a título de reposição inflacionária e mais o percentual de 1,32% (um vírgula trinta e dois por cento) de reajuste linear sobre a tabela de serviços e também sobre a tarifa de água, perfazendo, portanto o total de 7,25% (sete vírgula vinte e cinco por cento). Alinha também o parecer a data base da Autarquia para os próximos pedidos.

Destaca ainda o parecer que a análise por parte da Agência tem como foco a saúde financeira da instituição SAMAE de Gaspar com o objetivo final de atender o PMSB e assim chegar a universalização nestas ações.

Decisão:

Isto posto, inicialmente ficam homologados os Pareceres Administrativo nº 004/2014 e Jurídico nº 008/2014 que instruem este Procedimento Administrativo e que, por sua vez, são parte integrante desta Decisão Final pelos seus próprios e consistentes fundamentos.

Dessa forma, a Direção Geral da AGIR, por força de suas atribuições legais e tendo como fundamento os pareceres e documentos já comentados e por tudo que foi exposto, DEFERE PARCIALMENTE o REAJUSTE/REVISÃO, pleiteado pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE para aplicar, com fundamento no Artigo 2º Inciso IV e Artigo 37, ambos da Lei nº 11.445/2007 e nos Artigos 49 e 50, do Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010 e demais dispositivos legais aplicáveis, referente ao período de fevereiro/2013 à fevereiro/2014, à título de reajuste (reposição inflacionária), tendo como base o Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC, acumulado que aponta o percentual de 5,93% (cinco vírgula noventa e três por cento).

Diante das análises acima apontadas, a Agência também concede ainda, o percentual linear de 1,32% (um vírgula trinta e dois por cento), este à título de revisão tarifária para garantia dos investimentos e do equilíbrio-econômico da Autarquia, perfazendo então, a totalidade de 7,25% (sete vírgula vinte e cinco por cento) de revisão linear sobre a tarifa de água e sua tabela de preços e serviços, com o alinhamento da data base da Autarquia para os próximos pleitos.

Em razão do deferimento parcial, elenca-se os seguintes itens a serem OBRIGATORIAMENTE observados pela Autarquia:

i - Para a validade, legalidade e aplicabilidade do reajuste, cabe ainda que seja o ato administrativo formalizador do reajuste/revisão aplicado às tarifas de água e serviços prestados pelo SAMAE de Gaspar/SC, juntamente com a íntegra dos preços (nova tabela), publicado no Órgão Oficial do Município e/ou da Autarquia e ainda, em órgão de imprensa local e aviso na própria fatura (este último se for possível), de forma que os usuários tomem conhecimento, de forma ampla e oficial, em período não inferior a 30 (trinta) dias em obediência ao Artigo 37 da Lei Federal nº 11.445/2007, para o início da cobrança do novo regime tarifário e preços ora autorizado, como dispõe a referida lei: "Art. 39. As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões serem

tornados públicos com antecedência mínima de (30) dias em relação à sua aplicação” (grifo nosso);

ii – Fica também determinado que o SAMAE de Gaspar encaminhe a esta Agência, cópia das novas tabelas tarifárias, assim como das publicações realizadas no prazo de no máximo 15 (quinze) dias após as edições dos documentos legais e publicações.

iii – Que o SAMAE de Gaspar apresente em nova oportunidade valores com depreciação dos seus ativos, haja vista, ser uma conta imprescindível para a recuperação do ativo na elaboração da tarifa com preço justo;

iv - Que o SAMAE de Gaspar, obedeça rigorosamente aos investimentos elencados no Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), com evidências de seu fiel cumprimento para proporcionar um próximo reajuste/revisão eficiente e legal, e colabore para a manutenção, sustentabilidade e regularidade dos serviços;

v - Que a Autarquia registre a conta de estoque no Balanço Patrimonial e desenvolva ações para recuperação dos créditos em dívida ativa.

A presente decisão entra em vigor a partir da sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), órgão de publicidade oficial da AGIR e ainda deverá ser publicada no site da AGIR, qual seja www.agir.sc.gov.br.

Extraia-se cópia desta decisão, bem como dos demais documentos pertinentes e, ENCAMINHA-SE INICIALMENTE AO EXECUTIVO MUNICIPAL e à PARTE (SAMAE DE GASPAR) e após, para a CÂMARA DE VEREADORES, para conhecimento.

Não havendo manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, DETERMINA-SE O ARQUIVAMENTO deste procedimento administrativo, após o recebimento dos documentos solicitados nos itens i e ii acima.

Essa a decisão.

Blumenau (SC), em 27 de março de 2014.
HEINRICH LUIZ PASOLD
Diretor Geral.

CINCO

Resolução Nº 010/2014

Resolução n. 010/2014

Dispõe sobre a alteração dos membros da Comissão Especial para avaliação técnica de Materiais Ambulatoriais nomeados pela Resolução 29/2013 e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Integrado do Contestado – CINCO, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CINCO, CONSIDERANDO as disposições da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei 11.107/05, Decreto Federal 6.017/05.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar os membros da Comissão Especial para avaliação de produtos a serem apresentados pelos fabricantes e/ou fornecedores de Materiais Ambulatoriais, nomeados pela Resolução 029/2013, ficando composta conforme segue:

Membros

I – Camila Strapazon – Município Videira;

II– Elizete Aparecida Girardi – Município de Fraiburgo.

III – Nádia De Lorenzi – Consórcio Integrado do Contestado – CINCO.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo/SC, 28 de março de 2014.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CINCO

Balanço Orçamentário**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO CINCO**

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2014 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			Janeiro a Fevereiro (b)	%(b/a)	Até Fevereiro (c)	%(c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	1.227.000,00	1.227.000,00	170.360,19	13,88	170.360,19	13,88	1.056.639,81
RECEITAS CORRENTES	1.138.000,00	1.138.000,00	163.560,19	14,37	163.560,19	14,37	974.439,81
RECEITA TRIBUTÁRIA	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
Impostos	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Taxas	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	3.600,00	3.600,00	1.405,23	39,03	1.405,23	39,03	2.194,77
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	3.600,00	3.600,00	1.405,23	39,03	1.405,23	39,03	2.194,77
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	245.400,00	245.400,00	12.879,00	5,25	12.879,00	5,25	232.521,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	877.000,00	877.000,00	149.077,07	17,00	149.077,07	17,00	727.922,93
Transferências Intergovernamentais	877.000,00	877.000,00	149.077,07	17,00	149.077,07	17,00	727.922,93
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	198,89	0,00	198,89	0,00	(198,89)
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	198,89	0,00	198,89	0,00	(198,89)
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	89.000,00	89.000,00	6.800,00	7,64	6.800,00	7,64	82.200,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Alienação de Bens Móveis	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	79.000,00	79.000,00	6.800,00	8,61	6.800,00	8,61	72.200,00
Transferências Intergovernamentais	79.000,00	79.000,00	6.800,00	8,61	6.800,00	8,61	72.200,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	1.227.000,00	1.227.000,00	170.360,19	13,88	170.360,19	13,88	1.056.639,81
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	1.227.000,00	1.227.000,00	170.360,19	13,88	170.360,19	13,88	1.056.639,81
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	111.722,34	0,00	0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	1.227.000,00	1.227.000,00	170.360,19	13,88	282.082,53	13,88	1.056.639,81
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	127.411,20	0,00	0,00	82.070,57	0,00	0,00

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO CINCO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2014 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

Superávit Financeiro	0,00	127.411,20	0,00	0,00	82.070,57	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO CINCO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2014 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	Dotação Atualizada (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS		% (g/f)	Saldo (f-g)
				Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro	Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro (g)		
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.) (VIII)	1.227.000,00	627.411,20	1.854.411,20	982.587,94	982.587,94	282.082,53	282.082,53	15,21	1.572.328,67
DESPESAS CORRENTES	1.095.000,00	575.577,58	1.670.577,58	928.175,94	928.175,94	230.170,53	230.170,53	13,78	1.440.407,05
Pessoal e Encargos Sociais	457.500,00	35.636,48	493.136,48	283.136,48	283.136,48	43.290,47	43.290,47	8,78	449.846,01
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	637.500,00	539.941,10	1.177.441,10	645.039,46	645.039,46	186.880,06	186.880,06	15,87	990.561,04
DESPESAS DE CAPITAL	130.000,00	51.833,62	181.833,62	54.412,00	54.412,00	51.912,00	51.912,00	28,55	129.921,62
Investimentos	130.000,00	51.833,62	181.833,62	54.412,00	54.412,00	51.912,00	51.912,00	28,55	129.921,62
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	1.227.000,00	627.411,20	1.854.411,20	982.587,94	982.587,94	282.082,53	282.082,53	15,21	1.572.328,67
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	1.227.000,00	627.411,20	1.854.411,20	982.587,94	982.587,94	282.082,53	282.082,53	15,21	1.572.328,67
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	1.227.000,00	627.411,20	1.854.411,20	982.587,94	982.587,94	282.082,53	282.082,53	15,21	1.572.328,67

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			Janeiro à Fevereiro (b)	%(b/a)	Até Fevereiro (c)	%(c/a)	
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL(d)	DESPESAS ADICIONAIS(e)	Dotação Atualizada (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS		% (g/f)	Saldo (f-g)
				Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro	Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro (g)		
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO CINCO

Data Emissão: 28/mar/2014

Hora de emissão: 13h e 35m

Notas:

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função_ Subfunção 1 bimestre

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO CINCO
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2014 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - Anexo 2(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar(a-b)
			Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro	Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro (b)	%(b) / tot.(b)	%(b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	1.227.000,00	1.854.411,20	982.587,94	982.587,94	282.082,53	282.082,53	100,00	15,21	1.572.328,67
Administração	650.000,00	753.344,83	377.930,10	377.930,10	105.723,69	105.723,69	37,48	14,03	647.621,14
Administração Geral	650.000,00	753.344,83	377.930,10	377.930,10	105.723,69	105.723,69	37,48	14,03	647.621,14
Cultura	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Difusão Cultural	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Urbanismo	130.000,00	652.093,92	594.076,72	594.076,72	167.003,02	167.003,02	59,20	25,61	485.090,90
Infra-Estrutura Urbana	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Serviços Urbanos	120.000,00	642.093,92	594.076,72	594.076,72	167.003,02	167.003,02	59,20	26,01	475.090,90
Saneamento	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Saneamento Básico Urbano	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Gestão Ambiental	160.000,00	160.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	160.000,00	160.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00
Agricultura	200.000,00	201.972,45	9.581,12	9.581,12	9.186,42	9.186,42	3,26	4,55	192.786,03
Extensão Rural	200.000,00	201.972,45	9.581,12	9.581,12	9.186,42	9.186,42	3,26	4,55	192.786,03
Comércio e Serviços	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Turismo	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Encargos Especiais	5.000,00	5.000,00	1.000,00	1.000,00	169,40	169,40	0,06	3,39	4.830,60
Outros encargos Especiais	5.000,00	5.000,00	1.000,00	1.000,00	169,40	169,40	0,06	3,39	4.830,60
Reserva de Contingência	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Reserva de contingência	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00

Despesa Intra-Orçamentária

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar(a-b)
			Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro	Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro (b)	%(b) / tot.(b)	%(b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇ.) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	1.227.000,00	1.854.411,20	982.587,94	982.587,94	282.082,53	282.082,53	100,00	15,21	1.572.328,67

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO CINCO

Data Emissão: 25/mar/2014

Hora de emissão: 20h e 56m

Notas:

 LUIZ FERNANDO RALDI
 Contador
 CRC/SC 029.696/O-0

 ELÓI RONNAU
 Diretor Executivo

Balancete de Verificação**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO CINCO**

Pág 1 / 8

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não
Período: Fevereiro de 2014 até: Fevereiro de 2014

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Ativo	10000000000000		3.335.838,72	1.815.044,47	(1.115.803,04)	4.035.080,15
Ativo circulante	11000000000000		374.921,80	180.434,18	(170.101,78)	385.254,20
Disponível	11100000000000		158.238,56	135.895,04	(154.201,49)	139.932,11
Disponível em moeda nacional	11110000000000		158.238,56	135.895,04	(154.201,49)	139.932,11
Bancos conta movimento	11112000000000		158.238,56	135.895,04	(154.201,49)	139.932,11
Outras contas	11112990000000		158.238,56	135.895,04	(154.201,49)	139.932,11
Banco do Brasil s/a	11112990200000		158.238,56	135.895,04	(154.201,49)	139.932,11
Banco do Brasil - movimento	11112990201000		158.238,56	135.895,04	(154.201,49)	139.932,11
B. Brasil Sa Cinco Movimento 18.520-5	111129902010001	F	8.934,81	41,14	(135,90)	8.840,05
B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 - 20.412-9	111129902010002	F	83.273,91	59.033,89	(80.473,78)	61.834,02
B. Brasil Cinco - Cps Maq. - 20.414-5	111129902010003	F	14.662,94	64,38	(3.530,31)	11.197,01
B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 20.413-7	111129902010004	F	51.366,90	66.743,90	(70.057,53)	48.053,27
B. Brasil Cinco - Ctp3 Proama - 21.525-2	111129902010005	F	0,00	10.011,73	(3,97)	10.007,76
Créditos em circulação	11200000000000		180.928,89	0,00	(15.900,29)	165.028,60
Devedores - entidades e agentes	11220000000000	P	180.928,89	0,00	(15.900,29)	165.028,60
Entidades devedoras	11221000000000	P	180.928,89	0,00	(15.900,29)	165.028,60
Entidades estaduais, distritais e municipais	11221020000000	P	180.928,89	0,00	(15.900,29)	165.028,60
MIP - Fixo	112210200000100	F	4.997,62	0,00	0,00	4.997,62
MATOS COSTA	112210200000101	F	3.247,62	0,00	0,00	3.247,62
TIMBÓ GRANDE	112210200000102	F	1.750,00	0,00	0,00	1.750,00
MIP - Variável	112210200000200	F	150.394,92	0,00	(13.950,29)	136.444,63
CAÇADOR	112210200000201	F	79.500,00	0,00	0,00	79.500,00
MATOS COSTA	112210200000203	F	15.499,22	0,00	0,00	15.499,22
TIMBÓ GRANDE	112210200000204	F	52.301,08	0,00	(10.855,67)	41.445,41
CALMON	112210200000205	F	3.094,62	0,00	(3.094,62)	0,00
ADMINISTRATIVAS	112210200000300	F	25.536,35	0,00	(1.950,00)	23.586,35
MATOS COSTA	112210200000301	F	2.895,24	0,00	0,00	2.895,24
TIMBÓ GRANDE	112210200000302	F	6.441,11	0,00	(330,00)	6.111,11
CALMON	112210200000303	F	16.200,00	0,00	(1.620,00)	14.580,00
Bens e valores em circulação	11300000000000	P	35.754,35	44.539,14	0,00	80.293,49
Estoques	11310000000000	P	35.754,35	44.539,14	0,00	80.293,49
Estoques internos - almoxarifado	11318000000000	P	35.754,35	44.539,14	0,00	80.293,49
Material de Consumo	113180100000000	P	35.754,35	44.539,14	0,00	80.293,49
Ativo permanente	14000000000000		46.653,53	51.912,00	0,00	98.565,53
Imobilizado	14200000000000		46.653,53	51.912,00	0,00	98.565,53
Bens móveis e imóveis	14210000000000		46.653,53	51.912,00	0,00	98.565,53
Bens móveis	14212000000000		46.653,53	51.912,00	0,00	98.565,53
Aparelhos e Utensílios Domésticos	142121200000000	P	95,00	0,00	0,00	95,00
Maquinas e Equipamentos Energeticos	142123000000000	P	253,49	186,00	0,00	439,49
Equipamentos para Audio, Video e Foto	142123300000000	P	2.413,00	346,00	0,00	2.759,00
Maquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	142123400000000	P	8.278,00	0,00	0,00	8.278,00
Equipamentos de Processamentos de Dados	142123500000000	P	7.102,50	5.580,00	0,00	12.682,50
Maq.equip.utensílios Agri Agrop.e Rodoviarios	142124000000000	P	15.070,00	0,00	0,00	15.070,00
Mobiliário em Geral	142124200000000	P	13.441,54	0,00	0,00	13.441,54
Veiculos de Tracao Mecanica	142125200000000	P	0,00	45.800,00	0,00	45.800,00
Ativo compensado	19000000000000		2.914.263,39	1.582.698,29	(945.701,26)	3.551.260,42
Execução orçamentária da receita	19100000000000		1.227.000,00	271.994,06	(271.994,06)	1.227.000,00
Arrecadação orçamentária - natureza da receita	19110000000000		1.227.000,00	135.997,03	(135.997,03)	1.227.000,00
Receita a Realizar	191110000000000	C	1.192.636,84	0,00	(135.997,03)	1.056.639,81
Receita Realizada	191140000000000	C	34.363,16	135.997,03	0,00	170.360,19
Arrecadação orçamentária - fonte recursos	191200000000000		0,00	135.997,03	(135.997,03)	0,00
Controle por fonte de recursos	191210000000000		0,00	135.997,03	(135.997,03)	0,00
Arrecadacao Realizada por Fonte	191210100000000	C	34.363,16	135.997,03	0,00	170.360,19
(r) Outras Arrecadações	191219900000000	C	(34.363,16)	0,00	(135.997,03)	(170.360,19)
Fixação orçamentária da despesa	192000000000000		1.354.411,20	500.000,00	0,00	1.854.411,20
Dotação orçamentária	192100000000000		1.354.411,20	500.000,00	0,00	1.854.411,20
Dotação inicial	192110000000000		1.354.411,20	500.000,00	0,00	1.854.411,20
Crédito inicial	192110100000000		1.227.000,00	0,00	0,00	1.227.000,00
Originário do Orçamento	192110101000000	C	1.227.000,00	0,00	0,00	1.227.000,00
Crédito inicial - suplementar	192110300000000		127.411,20	500.000,00	0,00	627.411,20
Originário do Orçamento	192110301000000	C	127.411,20	500.000,00	0,00	627.411,20
Execução da programação financeira	193000000000000		331.852,19	809.704,23	(673.707,20)	467.849,22
Disponibilidades financeiras	193200000000000		331.852,19	809.704,23	(673.707,20)	467.849,22
Outras disponibilidades financeiras	193290000000000		331.852,19	809.704,23	(673.707,20)	467.849,22
Disponibilidades por fonte de recursos	193290200000000		331.852,19	809.704,23	(673.707,20)	467.849,22
Disponibilidades por Fonte de Recursos-a Utilizar	193290201000000	O	(429.337,53)	135.997,03	(519.505,71)	(812.846,21)
Disponibilidades por Fonte de Recursos-comprometid	193290202000000	O	587.672,99	519.505,71	(154.201,49)	952.977,21
Disponibilidades por Fonte de Recursos-utilizada	193290203000000	O	173.516,73	154.201,49	0,00	327.718,22
Compensações ativas diversas	199000000000000		1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
Responsabilidade por valores, títulos e bens	199100000000000		1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
Responsabilidades de terceiros	199110000000000		1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
Outras responsabilidades de terceiros	199119900000000	O	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00
Responsáveis por Adiantamentos	199119900010000		1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPM151101-022-THTEVY-133569997 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

26/03/2014 21:46

**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO CINCO**

Pág 2 / 8

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não
Período: Fevereiro de 2014 até: Fevereiro de 2014

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Luiz Fernando Raldi	199119900010002	O	1.000,00	1.000,00	0,00	2.000,00

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO CINCO

Pág 3 / 8



Gestão Patrimonial e Contábil
Balancete Analítico
Sistema: Todos Considera Encerramento: Não
Período: Fevereiro de 2014 até: Fevereiro de 2014

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Passivo	2000000000000000		(3.363.444,69)	1.021.940,12	(1.688.992,72)	(4.030.497,29)
Passivo circulante	2100000000000000		(222.217,34)	162.873,87	(192.929,44)	(252.272,91)
Depósitos	2110000000000000		(4.145,43)	5.687,02	(6.857,27)	(5.315,68)
Consignações	2111000000000000		(4.145,43)	5.687,02	(6.857,27)	(5.315,68)
Previdência social	2111100000000000		(3.298,39)	3.298,39	(4.101,10)	(4.101,10)
INSS	2111102000000000		(3.298,39)	3.298,39	(4.101,10)	(4.101,10)
INSS sobre Folha de Pagamento	2111102000000001	F	(1.368,61)	1.368,61	(1.362,03)	(1.362,03)
INSS Conduvale	2111102000000003	F	(1.929,78)	1.929,78	(2.684,07)	(2.684,07)
INSS - DANIELA BOTTEGA PONTES	2111102000000004	F	0,00	0,00	(55,00)	(55,00)
Tesouro estadual e municipal	2111400000000000		(847,04)	2.388,63	(2.756,17)	(1.214,58)
ISS	2111402000000000	F	(785,48)	785,48	(1.081,54)	(1.081,54)
ISS a Recolher Iomere	2111402000000001	F	(7,97)	7,97	(17,57)	(17,57)
ISS a Recolher Rio das Antas	2111402000000002	F	(49,92)	49,92	(58,82)	(58,82)
ISS a Recolher Lebon Regis	2111402000000003	F	(82,34)	82,34	(68,73)	(68,73)
ISS a Recolher Fraiburgo	2111402000000004	F	0,00	0,00	(178,15)	(178,15)
ISS a Recolher Arroio Trinta	2111402000000005	F	0,00	0,00	(34,53)	(34,53)
ISS a Recolher Videira	2111402000000006	F	(224,61)	224,61	(224,61)	(224,61)
ISS a Recolher Cacador	2111402000000007	F	(291,55)	291,55	(319,46)	(319,46)
ISS a Recolher Salto Veloso	2111402000000008	F	(23,48)	23,48	(33,09)	(33,09)
ISS a Recolher Matos Costa	2111402000000009	F	(6,22)	6,22	(16,44)	(16,44)
ISS a Recolher Ibiam	2111402000000011	F	(16,80)	16,80	(13,05)	(13,05)
ISS a Recolher Pinheiro Preto	2111402000000013	F	(9,47)	9,47	(8,68)	(8,68)
ISS a Recolher Tangara	2111402000000014	F	(33,78)	33,78	(64,10)	(64,10)
ISS a Recolher Timbo Grande	2111402000000015	F	(39,34)	39,34	(44,31)	(44,31)
IRRF sobre Folha de Pagamento	2111403000000000		(61,56)	1.433,67	(1.501,94)	(129,83)
IRRF sobre Folha de Pgto Arroio Trinta	2111403000000005	F	0,00	68,27	(68,27)	0,00
IRRF sobre Folha de Pgto Cacador	2111403000000009	F	0,00	204,81	(204,81)	0,00
IRRF sobre Folha de Pgto Calmon	2111403000000010	F	(61,56)	0,00	(68,27)	(129,83)
IRRF sobre Folha de Pgto Fraiburgo	2111403000000019	F	0,00	204,81	(204,81)	0,00
IRRF sobre Folha de Pgto Ibiam	2111403000000022	F	0,00	68,27	(68,27)	0,00
IRRF sobre Folha de Pgto Iomere	2111403000000024	F	0,00	68,27	(68,27)	0,00
IRRF sobre Folha de Pgto Lebon Regis	2111403000000033	F	0,00	68,27	(68,27)	0,00
IRRF sobre Folha de Pgto Macieira	2111403000000036	F	0,00	68,27	(68,27)	0,00
IRRF sobre Folha de Pgto Matos Costa	2111403000000038	F	0,00	68,27	(68,27)	0,00
IRRF sobre Folha de Pgto Monte Carlo	2111403000000039	F	0,00	68,27	(68,27)	0,00
IRRF sobre Folha de Pgto Pinheiro Preto	2111403000000043	F	0,00	68,27	(68,27)	0,00
IRRF sobre Folha de Pgto Rio das Antas	2111403000000049	F	0,00	68,27	(68,27)	0,00
IRRF sobre Folha de Pgto Salto Veloso	2111403000000050	F	0,00	68,27	(68,27)	0,00
IRRF sobre Folha de Pgto Tangara	2111403000000054	F	0,00	68,27	(68,27)	0,00
IRRF sobre Folha de Pgto Timbo Grande	2111403000000055	F	0,00	68,27	(68,27)	0,00
IRRF sobre Folha de Pgto Videira	2111403000000060	F	0,00	204,81	(204,81)	0,00
Irref/gdf	2111404000000000		0,00	67,49	(70,70)	(3,21)
IRRF SERVIÇOS DE TERCEIROS	2111404000100000	F	0,00	67,49	(70,70)	(3,21)
IRRF serv terceiros FEY PROBST & SOUTO ADVOCACIA	2111404000101000	F	0,00	45,00	(45,00)	0,00
IRRF serv terceiros IPM INFORMÁTICA LTDA	2111404000102000	F	0,00	22,49	(25,70)	(3,21)
Outros tributos estaduais e municipais	2111499000000000	F	0,00	101,99	(101,99)	0,00
Outras Restituições	2111499000000002	F	0,00	101,99	(101,99)	0,00
Obrigações em circulação	2120000000000000		(218.071,91)	157.186,85	(186.072,17)	(246.957,23)
Obrigações a pagar	2121000000000000		(218.071,91)	157.186,85	(186.072,17)	(246.957,23)
Fornecedores	2121100000000000		(207.829,86)	131.063,91	(161.427,58)	(238.193,53)
do Exercício	2121101000000000		(71.385,13)	131.063,91	(161.427,58)	(101.748,80)
Fornecedores do Exercício	2121101000100000	F	(71.385,13)	131.063,91	(161.427,58)	(101.748,80)
Fornecedores de exercícios anteriores	2121102000000000		(136.444,73)	0,00	0,00	(136.444,73)
Restos a Pagar Processados - Executivo Indiretas	2121102000200000	F	(136.444,73)	0,00	0,00	(136.444,73)
Pessoal a pagar	2121200000000000		0,00	17.458,14	(17.458,14)	0,00
Pessoal a Pagar do Exercício	2121201000000000	F	0,00	17.458,14	(17.458,14)	0,00
Encargos sociais a recolher	2121300000000000		(5.102,66)	5.102,66	(5.337,43)	(5.337,43)
INSS	2121301000000000		(3.741,95)	3.741,95	(3.840,78)	(3.840,78)
INSS do Exercício	2121301000100000	F	(3.741,95)	3.741,95	(3.840,78)	(3.840,78)
INSS - contribuições sobre serviços de terceiros	2121302000000000		0,00	0,00	(100,00)	(100,00)
INSS contribuições s/ serviços de 3ºs - do exercício	2121302000100000	F	0,00	0,00	(100,00)	(100,00)
FGTS	2121303000000000		(1.360,71)	1.360,71	(1.396,65)	(1.396,65)
Fgts do Exercício	2121303000100000	F	(1.360,71)	1.360,71	(1.396,65)	(1.396,65)
Obrigações tributárias	2121500000000000		0,00	135,90	(135,90)	0,00
PIS/PASEP	2121509000000000		0,00	135,90	(135,90)	0,00
Pis Pasep do Exercício	2121509000100000	F	0,00	135,90	(135,90)	0,00
Recursos especiais a liberar	2121600000000000		(5.139,39)	3.426,24	(1.713,12)	(3.426,27)
Restos a pagar	2121602000000000		(5.139,39)	3.426,24	(1.713,12)	(3.426,27)
Nao Processados a Liquidar	2121602020000000	F	(5.139,39)	1.713,12	0,00	(3.426,27)
Nao Processados Liquidados	2121602030000000	F	0,00	1.713,12	(1.713,12)	0,00
Patrimônio líquido	2400000000000000		(226.963,96)	0,00	0,00	(226.963,96)
Patrimônio/capital	2410000000000000		(226.963,96)	0,00	0,00	(226.963,96)
Patrimonio	2411000000000000	P	(226.963,96)	0,00	0,00	(226.963,96)

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPM151101-022-THTEVY-133569997 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

26/03/2014 21:46



CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO CINCO

Pág 4 / 8

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

 Sistema: Todos Considera Encerramento: Não
 Período: Fevereiro de 2014 até: Fevereiro de 2014

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Passivo compensado	2900000000000000		(2.914.263,39)	859.066,25	(1.496.063,28)	(3.551.260,42)
Previsão orçamentária da receita	2910000000000000		(1.227.000,00)	0,00	0,00	(1.227.000,00)
Previsão orçamentária - natureza da receita	2911000000000000		(1.227.000,00)	0,00	0,00	(1.227.000,00)
Previsão Inicial da Receita	2911100000000000	C	(1.227.000,00)	0,00	0,00	(1.227.000,00)
Previsão Inicial por Fonte de Recursos	2912101000000000	C	(1.227.000,00)	0,00	0,00	(1.227.000,00)
(r)outros Controles por Fonte de Recursos	2912199000000000	C	1.227.000,00	0,00	0,00	1.227.000,00
Execução orçamentária da despesa	2920000000000000		(1.354.411,20)	857.356,34	(1.357.356,34)	(1.854.411,20)
Disponibilidades de crédito	2921000000000000		(1.337.417,84)	857.356,34	(1.204.864,76)	(1.684.926,26)
Credito Disponível	2921100000000000	C	(891.328,97)	520.505,71	(500.000,00)	(870.823,26)
Crédito indisponível	2921200000000000		0,00	0,00	(1.000,00)	(1.000,00)
Credito Pre-empenhado Líquido	2921205000000000	C	0,00	0,00	(1.000,00)	(1.000,00)
Crédito utilizado	2921300000000000		(446.088,87)	336.850,63	(703.864,76)	(813.103,00)
Credito Empenhado a Liquidar	2921301000000000	C	(365.358,75)	184.359,05	(519.505,71)	(700.505,41)
Crédito liquidado	2921302000000000		(80.730,12)	152.491,58	(184.359,05)	(112.597,59)
Credito Empenhado - Liquidado	2921302010000000	C	(80.730,12)	152.491,58	(184.359,05)	(112.597,59)
Execução da despesa	2924000000000000		(16.993,36)	0,00	(152.491,58)	(169.484,94)
Emissão de empenho	2924100000000000		(16.993,36)	0,00	(152.491,58)	(169.484,94)
Empenhos por credor	2924104000000000		(16.993,36)	0,00	(152.491,58)	(169.484,94)
Valores Pagos	2924104030000000	C	(16.993,36)	0,00	(152.491,58)	(169.484,94)
Execução da programação financeira	2930000000000000		(331.852,19)	0,00	(135.997,03)	(467.849,22)
Disponibilidades financeiras	2932000000000000		(331.852,19)	0,00	(135.997,03)	(467.849,22)
Controle das Disponibilidades de Recursos	2932900000000000	O	(331.852,19)	0,00	(135.997,03)	(467.849,22)
Execução de restos a pagar	2950000000000000		0,00	1.709,91	(1.709,91)	0,00
Restos a Pagar Pagos	2952000000000000	O	0,00	0,00	(1.709,91)	(1.709,91)
Restos a Pagar Liquidados	2954000000000000	O	0,00	1.709,91	0,00	1.709,91
Compensações passivas diversas	2990000000000000		(1.000,00)	0,00	(1.000,00)	(2.000,00)
Valores, Títulos e Bens sob Responsabilidade	2991000000000000	O	(1.000,00)	0,00	(1.000,00)	(2.000,00)



CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO CINCO

Pág 5 / 8

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não
Período: Fevereiro de 2014 até: Fevereiro de 2014

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Despesa orçamentária	3000000000000000		97.723,48	184.359,05	0,00	282.082,53
Despesas correntes	3300000000000000		97.723,48	132.447,05	0,00	230.170,53
Pessoal e encargos sociais	3310000000000000		20.594,90	22.695,57	0,00	43.290,47
Aplicações diretas	3319000000000000		20.594,90	22.695,57	0,00	43.290,47
Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	3319011000000000		15.492,24	17.458,14	0,00	32.950,38
Vencimentos e salários	3319011010000000	F	15.492,24	17.458,14	0,00	32.950,38
Obrigações patronais	3319013000000000		5.102,66	5.237,43	0,00	10.340,09
FGTS	3319013010000000	F	1.360,71	1.396,65	0,00	2.757,36
Contribuições previdenciárias - INSS	3319013020000000	F	3.741,95	3.840,78	0,00	7.582,73
Outras despesas correntes	3330000000000000		77.128,58	109.751,48	0,00	186.880,06
Aplicações diretas	3339000000000000		77.128,58	109.751,48	0,00	186.880,06
Material de consumo	3339030000000000		36.254,35	44.539,14	0,00	80.793,49
Combustíveis e lubrificantes automotivos	3339030010000000	F	0,00	635,93	0,00	635,93
Material de expediente	3339030160000000	F	83,09	0,00	0,00	83,09
Material elétrico e eletrônico	3339030260000000	F	34.263,95	42.032,12	0,00	76.296,07
Material para manutenção de veículos	3339030390000000	F	1.407,31	1.871,09	0,00	3.278,40
Materiais de consumo - pagto antecipado	3339030960000000	F	500,00	0,00	0,00	500,00
Passagens e despesas com locomoção	3339033000000000		192,80	0,00	0,00	192,80
Outras despesas com locomoção	3339033990000000	F	192,80	0,00	0,00	192,80
Outros serviços terceiros - pessoa física	3339036000000000		0,00	2.700,00	0,00	2.700,00
Locação de imóveis	3339036150000000	F	0,00	2.200,00	0,00	2.200,00
Serviços apoio administrativo, técnico e operacional	3339036350000000	F	0,00	500,00	0,00	500,00
Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	3339039000000000		40.647,93	62.276,44	0,00	102.924,37
Serviços técnicos profissionais	3339039050000000	F	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
Manutenção de software	3339039080000000	F	0,00	316,00	0,00	316,00
Locação de softwares	3339039110000000	F	562,50	1.432,64	0,00	1.995,14
Manutenção e conservação de veículos	3339039190000000	F	0,00	2.123,00	0,00	2.123,00
Serviços de energia elétrica	3339039430000000	F	105,27	123,58	0,00	228,85
Serviços de comunicação em geral	3339039470000000	F	479,95	417,50	0,00	897,45
Serviços de telecomunicações	3339039580000000	F	1.099,64	871,86	0,00	1.971,50
Seguros em geral	3339039690000000	F	1.997,61	0,00	0,00	1.997,61
Vale-transporte	3339039720000000	F	180,00	190,00	0,00	370,00
Serviços bancários	3339039810000000	F	42,30	245,17	0,00	287,47
Outros serv. terceiros pessoa jurídica - pagamento antecipado	3339039960000000	F	500,00	1.000,00	0,00	1.500,00
Despesas de teleprocessamento	3339039970000000	F	486,60	505,20	0,00	991,80
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3339039990000000	F	35.194,06	52.051,49	0,00	87.245,55
Obrigações tributárias e contributivas	3339047000000000		33,50	235,90	0,00	269,40
Contribuição para o PIS/PASEP	3339047120000000	F	33,50	135,90	0,00	169,40
Contribuição previdenciária s/ serv. terceiros -pessoa física	3339047180000000	F	0,00	100,00	0,00	100,00
Despesas de capital	3400000000000000		0,00	51.912,00	0,00	51.912,00
Investimentos	3440000000000000		0,00	51.912,00	0,00	51.912,00
Aplicacoes diretas	3449000000000000		0,00	51.912,00	0,00	51.912,00
Equipamentos e material permanente	3449052000000000		0,00	51.912,00	0,00	51.912,00
Máquinas e equipamentos energéticos	3449052300000000	F	0,00	186,00	0,00	186,00
Equipamentos para áudio,vídeo e foto	3449052330000000	F	0,00	346,00	0,00	346,00
Equipamentos de processamento de dados	3449052350000000	F	0,00	5.580,00	0,00	5.580,00
Veículos de tração mecânica	3449052520000000	F	0,00	45.800,00	0,00	45.800,00



CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO CINCO

Pág 6 / 8

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não
Período: Fevereiro de 2014 até: Fevereiro de 2014

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Receita orçamentária	4000000000000000		(34.363,16)	0,00	(135.997,03)	(170.360,19)
Receitas correntes	4100000000000000		(34.363,16)	0,00	(129.197,03)	(163.560,19)
Receita patrimonial	4130000000000000		(711,12)	0,00	(694,11)	(1.405,23)
Receitas de valores mobiliários	4132000000000000		(711,12)	0,00	(694,11)	(1.405,23)
Remuneração de depósitos bancários	4132500000000000		(711,12)	0,00	(694,11)	(1.405,23)
Remuneração depósitos de recursos vinculados	4132501000000000		(658,17)	0,00	(588,59)	(1.246,76)
Receita rem. dep. banc. rec. vinc.-outros	4132501990000000	F	(658,17)	0,00	(588,59)	(1.246,76)
Remuneracao Dep. Bancarios - Municipios Consorciad	4132501990100000	F	(658,17)	0,00	(588,59)	(1.246,76)
Remuneração depósito de recursos não vinculados	4132502000000000		(52,95)	0,00	(105,52)	(158,47)
Remuneração dep. recur. não vinculados-outros	4132502990000000	F	(52,95)	0,00	(105,52)	(158,47)
Receita de serviços	4160000000000000		(12.879,00)	0,00	0,00	(12.879,00)
Outras receitas de serviços	4160099000000000	F	(12.879,00)	0,00	0,00	(12.879,00)
Outros Serviços - Horas Maquinas	4160099010000000	F	(12.879,00)	0,00	0,00	(12.879,00)
Transferências correntes	4170000000000000		(20.676,14)	0,00	(128.400,93)	(149.077,07)
Transferências intergovernamentais	4172000000000000		(20.676,14)	0,00	(128.400,93)	(149.077,07)
Transferências dos municípios	4172300000000000		(20.676,14)	0,00	(128.400,93)	(149.077,07)
Transferências a consórcios públicos	4172337000000000	F	(20.676,14)	0,00	(128.400,93)	(149.077,07)
GRUPO DO PROGRAMA 01 ADM	4172337000100000	F	0,00	0,00	(51.910,00)	(51.910,00)
ARROIO TRINTA	417233700011021	F	0,00	0,00	(4.560,00)	(4.560,00)
CACADOR	417233700011051	F	0,00	0,00	(9.120,00)	(9.120,00)
CALMON	417233700011053	F	0,00	0,00	(1.420,00)	(1.420,00)
FRAIBURGO	417233700011093	F	0,00	0,00	(9.120,00)	(9.120,00)
IBIAM	417233700011108	F	0,00	0,00	(3.040,00)	(3.040,00)
IOMERÊ	417233700011117	F	0,00	0,00	(3.040,00)	(3.040,00)
MACIEIRA	417233700011154	F	0,00	0,00	(4.560,00)	(4.560,00)
MATOS COSTA	417233700011162	F	0,00	0,00	(3.040,00)	(3.040,00)
MONTE CARLO	417233700011167	F	0,00	0,00	(3.040,00)	(3.040,00)
PINHEIRO PRETO	417233700011198	F	0,00	0,00	(3.040,00)	(3.040,00)
RIO DAS ANTAS	417233700011215	F	0,00	0,00	(3.040,00)	(3.040,00)
TIMBÓ GRANDE	417233700011272	F	0,00	0,00	(330,00)	(330,00)
VIDEIRA	417233700011289	F	0,00	0,00	(4.560,00)	(4.560,00)
GRUPO DO PROGRAMA 02 MIP	4172337000200000	F	(20.676,14)	0,00	(66.490,93)	(87.167,07)
ARROIO TRINTA	417233700021021	F	0,00	0,00	(2.257,02)	(2.257,02)
CAÇADOR	417233700021051	F	0,00	0,00	(27.670,12)	(27.670,12)
CALMON	417233700021053	F	0,00	0,00	(3.094,62)	(3.094,62)
FRAIBURGO	417233700021093	F	0,00	0,00	(16.393,58)	(16.393,58)
IBIAM	417233700021108	F	0,00	0,00	(859,14)	(859,14)
IOMERÊ	417233700021117	F	0,00	0,00	(2.537,35)	(2.537,35)
MATOS COSTA	417233700021162	F	0,00	0,00	(1.398,49)	(1.398,49)
PINHEIRO PRETO	417233700021198	F	0,00	0,00	(1.424,94)	(1.424,94)
TIMBÓ GRANDE	417233700021272	F	0,00	0,00	(10.855,67)	(10.855,67)
VIDEIRA	417233700021289	F	(20.676,14)	0,00	0,00	(20.676,14)
GRUPO DO PROGRAMA 03 PROA	4172337000300000	F	0,00	0,00	(10.000,00)	(10.000,00)
FRAIBURGO	417233700031093	F	0,00	0,00	(5.000,00)	(5.000,00)
PINHEIRO PRETO	417233700031198	F	0,00	0,00	(5.000,00)	(5.000,00)
Outras receitas correntes	4190000000000000		(96,90)	0,00	(101,99)	(198,89)
Indenizações e restituições	4192000000000000		(96,90)	0,00	(101,99)	(198,89)
Restituições	4192200000000000		(96,90)	0,00	(101,99)	(198,89)
Outras restituições	4192299000000000	F	(96,90)	0,00	(101,99)	(198,89)
Receitas de capital	4200000000000000		0,00	0,00	(6.800,00)	(6.800,00)
Transferências de capital	4240000000000000		0,00	0,00	(6.800,00)	(6.800,00)
Transferências intergovernamentais	4242000000000000		0,00	0,00	(6.800,00)	(6.800,00)
Transferências dos municípios	4242300000000000		0,00	0,00	(6.800,00)	(6.800,00)
Transferências a consórcios públicos	4242337000000000	F	0,00	0,00	(6.800,00)	(6.800,00)
GRUPO DO PROGRAMA 01	4242337000100000	F	0,00	0,00	(6.800,00)	(6.800,00)
ARROIO TRINTA	424233700011021	F	0,00	0,00	(600,00)	(600,00)
CAÇADOR	424233700011051	F	0,00	0,00	(1.200,00)	(1.200,00)
CALMON	424233700011053	F	0,00	0,00	(200,00)	(200,00)
FRAIBURGO	424233700011093	F	0,00	0,00	(1.200,00)	(1.200,00)
IBIAM	424233700011108	F	0,00	0,00	(400,00)	(400,00)
IOMERÊ	424233700011117	F	0,00	0,00	(400,00)	(400,00)
MACIEIRA	424233700011154	F	0,00	0,00	(600,00)	(600,00)
MATOS COSTA	424233700011162	F	0,00	0,00	(400,00)	(400,00)
MONTE CARLO	424233700011167	F	0,00	0,00	(400,00)	(400,00)
PINHEIRO PRETO	424233700011198	F	0,00	0,00	(400,00)	(400,00)
RIO DAS ANTAS	424233700011215	F	0,00	0,00	(400,00)	(400,00)
VIDEIRA	424233700011289	F	0,00	0,00	(600,00)	(600,00)

**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO CINCO**

Pág 7 / 8

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não
Período: Fevereiro de 2014 até: Fevereiro de 2014

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Resultado diminutivo do exercício	5000000000000000		0,00	15.900,29	0,00	15.900,29
Resultado orçamentário	5100000000000000		0,00	15.900,29	0,00	15.900,29
Mutações passivas	5130000000000000		0,00	15.900,29	0,00	15.900,29
Desincorporações de ativos	5131000000000000		0,00	15.900,29	0,00	15.900,29
Liquidação de créditos	5131200000000000		0,00	15.900,29	0,00	15.900,29
Creditos Diversos a Receber	5131206000000000	P	0,00	15.900,29	0,00	15.900,29



CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO CINCO

Pág 8 / 8

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

 Sistema: Todos Considera Encerramento: Não
 Período: Fevereiro de 2014 até: Fevereiro de 2014

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Resultado aumentativo do exercício	6000000000000000		(35.754,35)	0,00	(96.451,14)	(132.205,49)
Resultado orçamentário	6100000000000000		0,00	0,00	(51.912,00)	(51.912,00)
Mutações ativas	6130000000000000		0,00	0,00	(51.912,00)	(51.912,00)
Incorporação de ativos	6131000000000000		0,00	0,00	(51.912,00)	(51.912,00)
Aquisições de bens	6131100000000000		0,00	0,00	(51.912,00)	(51.912,00)
Bens móveis	6131102000000000		0,00	0,00	(51.912,00)	(51.912,00)
Bens Moveis de Uso Permanente	6131102010000000	P	0,00	0,00	(51.912,00)	(51.912,00)
Resultado extra-orçamentário	6200000000000000		(35.754,35)	0,00	(44.539,14)	(80.293,49)
Acréscimos patrimoniais	6230000000000000		(35.754,35)	0,00	(44.539,14)	(80.293,49)
Incorporação de ativos	6231000000000000		(35.754,35)	0,00	(44.539,14)	(80.293,49)
Incorporação de bens móveis	6231200000000000		(35.754,35)	0,00	(44.539,14)	(80.293,49)
Bens de estoque	6231202000000000		(35.754,35)	0,00	(44.539,14)	(80.293,49)
Aquisicao	6231202010000000	P	(35.754,35)	0,00	(44.539,14)	(80.293,49)

Ativo	4.035.080,15	Passivo	4.030.497,29
Despesa	282.082,53	Receita	170.360,19
Res. Diminutivo	15.900,29	Res. Aumentativo	132.205,49
		Dedução da Receita	0,00
Total	4.333.062,97	Total	4.333.062,97

 ELÓI RONNAU
 Diretor Executivo

 LUIZ FERNANDO RALDI
 Contador
 CRC/SC 029.696/O-0

Balancete do Razão



CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO CINCO

Prestação de Contas
AN TC-01 Balancete do Razão
Período: Fevereiro de 2014

Conta	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício Corrente						Razão	
		Até o Mês Ant.		Do Mês		Acumulado		Saldo Atual	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito		
Financeiro									
Ativo	478.417,92	34.266,26	173.516,73	135.895,04	170.101,78	170.161,30	343.618,51	304.960,71	
Passivo	(298.107,49)	179.148,58	103.258,43	162.873,87	192.929,44	342.022,45	296.187,87	(252.272,91)	
Despesa orçamentária	0,00	97.723,48	0,00	184.359,05	0,00	282.082,53	0,00	282.082,53	
Receita orçamentária	0,00	0,00	34.363,16	0,00	135.997,03	0,00	170.360,19	(170.360,19)	
Resultado diminutivo do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resultado aumentativo do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
(f) Deduções da receita	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total do sistema Financeiro	180.310,43	311.138,32	311.138,32	483.127,96	499.028,25	794.266,28	810.166,57	164.410,14	
Patrimonial									
Ativo	46.653,53	35.754,35	0,00	96.451,14	0,00	132.205,49	0,00	178.859,02	
Passivo	(226.963,96)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(226.963,96)	
Resultado diminutivo do exercício	0,00	0,00	0,00	15.900,29	0,00	15.900,29	0,00	15.900,29	
Resultado aumentativo do exercício	0,00	0,00	35.754,35	0,00	96.451,14	0,00	132.205,49	(132.205,49)	
Total do sistema Patrimonial	(180.310,43)	35.754,35	35.754,35	112.351,43	96.451,14	148.105,78	132.205,49	(164.410,14)	
Orçamentário									
Ativo	297.489,03	671.962,12	636.598,96	810.704,23	673.707,20	1.482.666,35	1.310.306,16	469.849,22	
Passivo	(297.489,03)	0,00	35.363,16	1.709,91	138.706,94	1.709,91	174.070,10	(469.849,22)	
Resultado diminutivo do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resultado aumentativo do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total do sistema Orçamentário	0,00	671.962,12	671.962,12	812.414,14	812.414,14	1.484.376,26	1.484.376,26	0,00	
Compensado									
Ativo	0,00	2.650.137,52	68.726,32	771.994,06	271.994,06	3.422.131,58	340.720,38	3.081.411,20	
Passivo	0,00	1.804.799,07	4.386.210,27	857.356,34	1.357.356,34	2.662.155,41	5.743.566,61	(3.081.411,20)	
Resultado diminutivo do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resultado aumentativo do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total do sistema Compensado	0,00	4.454.936,59	4.454.936,59	1.629.350,40	1.629.350,40	6.084.286,99	6.084.286,99	0,00	
Total Ativo	822.560,48	3.392.120,25	878.842,01	1.815.044,47	1.115.803,04	5.207.164,72	1.994.645,05	4.035.080,15	
Total Passivo	(822.560,48)	1.983.947,65	4.524.831,86	1.021.940,12	1.688.992,72	3.005.887,77	6.213.824,58	(4.030.497,29)	
Total Resultado Diminutivo do Exercício	0,00	0,00	0,00	15.900,29	0,00	15.900,29	0,00	15.900,29	
Total Resultado Aumentativo do Exercício	0,00	0,00	35.754,35	0,00	96.451,14	0,00	132.205,49	(132.205,49)	
Total Geral	0,00	5.473.791,38	5.473.791,38	3.037.243,93	3.037.243,93	8.511.035,31	8.511.035,31	0,00	



CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO CINCO

Prestação de Contas
AN TC-01 Balancete do Razão
Período: Fevereiro de 2014

Pág 2 / 2

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR1041101-022-MGGBS-133570637 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

26/03/2014 21:57

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada



CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO CINCO

Prestação de Contas
AN TC-08 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada
LOA: 2014 Período: Fevereiro
Valor: Empenhado

Conta	Créditos			Total	Despesas		
	Orçado	Suplementado	Anulado		Valor/Mês	Acumulado	Saldo
Órgao: 01 - CONSÓRCIO PÚBLICO							
3300000000000000 - Despesas correntes	1.095.000,00	575.577,58	0,00	1.670.577,58	519.505,71	928.175,94	742.401,64
3310000000000000 - Pessoal e encargos sociais	457.500,00	35.636,48	0,00	493.136,48	0,00	283.136,48	210.000,00
3319000000000000 - Aplicações diretas	457.500,00	35.636,48	0,00	493.136,48	0,00	283.136,48	210.000,00
3319011000000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	212.636,48	(212.636,48)
3319011010000000 - Vencimentos e salários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	212.636,48	(212.636,48)
3319013000000000 - Obrigações patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.500,00	(70.500,00)
3319013010000000 - FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.500,00	(18.500,00)
3319013020000000 - Contribuições previdenciárias - INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.000,00	(52.000,00)
3330000000000000 - Outras despesas correntes	637.500,00	539.941,10	0,00	1.177.441,10	519.505,71	645.039,46	532.401,64
3339000000000000 - Aplicações diretas	637.500,00	539.941,10	0,00	1.177.441,10	519.505,71	645.039,46	532.401,64
3339030000000000 - Material de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	253.864,89	298.715,29	(298.715,29)
3339030010000000 - Combustíveis e lubrificantes automotivos	0,00	0,00	0,00	0,00	336,80	3.196,80	(3.196,80)
3339030160000000 - Material de expediente	0,00	0,00	0,00	0,00	244,00	327,09	(327,09)
3339030170000000 - Material de processamento de dados	0,00	0,00	0,00	0,00	1.413,00	1.413,00	(1.413,00)
3339030260000000 - Material elétrico e eletrônico	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	290.000,00	(290.000,00)
3339030390000000 - Material para manutenção de veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	1.871,09	3.278,40	(3.278,40)
3339030960000000 - Materiais de consumo - pago antecipado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	(500,00)
3339033000000000 - Passagens e despesas com locomoção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	192,80	(192,80)
3339033990000000 - Outras despesas com locomoção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	192,80	(192,80)
3339036000000000 - Outros serviços terceiros - pessoa física	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	7.900,00	(7.900,00)
3339036150000000 - Locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.400,00	(4.400,00)
3339036350000000 - Serviços apoio administrativo, técnico e operacional	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	3.500,00	(3.500,00)
3339039000000000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	261.440,82	336.531,37	(336.531,37)
3339039050000000 - Serviços técnicos profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	(3.000,00)
3339039080000000 - Manutenção de software	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.896,00	(1.896,00)
3339039110000000 - Locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	2.990,70	8.937,92	(8.937,92)
3339039190000000 - Manutenção e conservação de veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.123,00	(2.123,00)
3339039430000000 - Serviços de energia elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.400,00	(1.400,00)
3339039470000000 - Serviços de comunicação em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.505,49	(1.505,49)
3339039580000000 - Serviços de telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	12.213,38	(12.213,38)
3339039690000000 - Seguros em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.997,61	(1.997,61)
3339039720000000 - Vale-transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	(1.000,00)
3339039810000000 - Serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	2.600,00	(2.600,00)
3339039960000000 - Outros serv. terceiros pessoa jurídica - pagamento antecipado	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.500,00	(1.500,00)
3339039970000000 - Despesas de teleprocessamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,80	(5.000,80)



CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO CINCO

Prestação de Contas
AN TC-08 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada
LOA: 2014 Período: Fevereiro
Valor: Empenhado

Conta	Créditos			Total	Despesas	
	Orçado	Suplementado	Anulado		Valor/Mês	Saldo
Órgao: 01 - CONSÓRCIO PÚBLICO						
3339039990000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	253.250,12	293.357,17
3339047000000000 - Obrigações tributárias e contributivas	0,00	0,00	0,00	0,00	700,00	1.700,00
3339047120000000 - Contribuição para o PIS/PASEP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
3339047180000000 - Contribuição previdenciária s/ serv. terceiros - pessoa física	0,00	0,00	0,00	0,00	700,00	700,00
3400000000000000 - Despesas de capital	130.000,00	51.833,62	0,00	181.833,62	0,00	54.412,00
3440000000000000 - Investimentos	130.000,00	51.833,62	0,00	181.833,62	0,00	54.412,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas	130.000,00	51.833,62	0,00	181.833,62	0,00	54.412,00
3449052000000000 - Equipamentos e material permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	186,00
3449052300000000 - Máquinas e equipamentos energéticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	346,00
3449052330000000 - Equipamentos para áudio,vídeo e foto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.080,00
3449052350000000 - Equipamentos de processamento de dados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.800,00
3449052520000000 - Veículos de tração mecânica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	869.823,26
Total Órgão	1.225.000,00	627.411,20	0,00	1.852.411,20	519.505,71	982.587,94
Órgao: 99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
3900000000000000 - Reserva de contingência	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
3990000000000000 - Reserva de contingência	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
3999000000000000 - Reserva de contingência	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
Total Órgão	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
Total Geral	1.227.000,00	627.411,20	0,00	1.854.411,20	519.505,71	982.587,94
871.823,26						

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

Comparativo da Receita Orçada do a Arrecadada**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO CINCO**

Pág 1 / 1

Prestação de Contas

Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

Período: Fevereiro de 2014

Lei 4320/64 Artigo 101

Títulos	Conta	Receita		Diferença	
		Orçada	Realizada	Para Mais(+)	Para Menos(-)
Receitas correntes	10000000000000	1.138.000,00	129.197,03		1.008.802,97
Receita tributária	11000000000000	12.000,00	0,00		12.000,00
Impostos	11100000000000	11.000,00	0,00		11.000,00
Imposto sobre o patrimônio e a renda	11120000000000	11.000,00	0,00		11.000,00
Taxas	11200000000000	1.000,00	0,00		1.000,00
Taxas pela prestação de serviços	11220000000000	1.000,00	0,00		1.000,00
Receita patrimonial	13000000000000	3.600,00	694,11		2.905,89
Receitas de valores mobiliários	13200000000000	3.600,00	694,11		2.905,89
Remuneração de depósitos bancários	13250000000000	3.600,00	694,11		2.905,89
Receita de serviços	16000000000000	245.400,00	0,00		245.400,00
Serviços administrativos	16001300000000	52.260,00	0,00		52.260,00
Serviços recreativos e culturais	16001900000000	1.140,00	0,00		1.140,00
Serviços de consultoria, assistência técnica e análise de projetos	16002000000000	2.000,00	0,00		2.000,00
Outras receitas de serviços	16009900000000	190.000,00	0,00		190.000,00
Transferências correntes	17000000000000	877.000,00	128.400,93		748.599,07
Transferências intergovernamentais	17200000000000	877.000,00	128.400,93		748.599,07
Transferências dos municípios	17230000000000	877.000,00	128.400,93		748.599,07
Outras receitas correntes	19000000000000	0,00	101,99	101,99	
Indenizações e restituições	19200000000000	0,00	101,99	101,99	
Restituições	19220000000000	0,00	101,99	101,99	
Receitas de capital	20000000000000	89.000,00	6.800,00		82.200,00
Alienação de bens	22000000000000	10.000,00	0,00		10.000,00
Alienação de bens móveis	22100000000000	10.000,00	0,00		10.000,00
Alienação de outros bens móveis	22190000000000	10.000,00	0,00		10.000,00
Transferências de capital	24000000000000	79.000,00	6.800,00		72.200,00
Transferências intergovernamentais	24200000000000	79.000,00	6.800,00		72.200,00
Transferências dos municípios	24230000000000	79.000,00	6.800,00		72.200,00
Total Geral		1.227.000,00	135.997,03		1.091.002,97

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

Conciliação Bancária



CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO CINCO

Prestação de Contas
AN TC-03 Conciliação Bancária
Período: 01/02/2014 até 28/02/2014

111129902010001 - B. Brasil Sa Cinco Movimento 18.520-5									
Saldo da Contabilidade				8.840,05	Saldo de Aplicação				0,00
Saldo Conciliado				8.840,05	Saldo de Extrato				8.840,05
					Diferença conciliação (I)				0,00
				Pendências Bancárias					
Data	Documento	Descrição	Valor	Data	Documento	Descrição	Valor		
Total (II)				Total (III)					
				0,00					
Diferença Geral (I - II + III)				0,00					

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

111129902010002 - B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 - 20.412-9									
Saldo da Contabilidade			61.834,02	Saldo de Aplicação			0,00		
Saldo Conciliado			61.834,02	Saldo de Extrato			62.048,47		
				Diferença conciliação (I)			(214,45)		
Pendências Contábeis				Pendências Bancárias					
Data	Documento	Descrição	Valor	Data	Documento	Descrição	Valor		
				Cheques a compensar					
				28/02/2014	850052	CHEQUE NÃO COMPENSADO	(214,45)		
Total (II)				0,00			Total (III)		
				(214,45)					
Diferença Geral (I - II + III)									
0,00									

Cheques a compensar
28/02/2014 850052

CHEQUE NÃO COMPENSADO

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

111129902010003 - B. Brasil Cinco - Cps Maq. - 20.414-5									
Saldo da Contabilidade				11.197,01	Saldo de Aplicação				0,00
Saldo Conciliado				11.197,01	Saldo de Extrato				11.197,01
					Diferença conciliação (I)				0,00
Pendências Contábeis					Pendências Bancárias				
Data	Documento	Descrição	Valor	Data	Documento	Descrição	Valor		
Total (II)			0,00	Total (III)			0,00		

IPM - Informática Ltda



CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO CINCO

Prestação de Contas
AN TC-03 Conciliação Bancária
Período: 01/02/2014 até 28/02/2014

111129902010003 - B. Brasil Cinco - Cps Maq. - 20.414-5

Saldo da Contabilidade	11.197,01	Saldo de Aplicação	0,00
Saldo Conciliado	11.197,01	Saldo de Extrato	11.197,01
		Diferença conciliação (I)	0,00
Pendências Contábeis		Pendências Bancárias	
Diferença Geral (I - II + III)		0,00	

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

111129902010004 - B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 20.413-7

Saldo da Contabilidade	48.053,27	Saldo de Aplicação	0,00
Saldo Conciliado	48.053,27	Saldo de Extrato	48.053,27
		Diferença conciliação (I)	0,00
Pendências Contábeis		Pendências Bancárias	
Data	Documento	Descrição	Valor
Total (II)		Total (III)	0,00
Diferença Geral (I - II + III)		0,00	

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

111129902010005 - B. Brasil Cinco - Ctp3 Proama - 21.525-2

Saldo da Contabilidade	10.007,76	Saldo de Aplicação	0,00
Saldo Conciliado	10.007,76	Saldo de Extrato	10.007,76
		Diferença conciliação (I)	0,00
Pendências Contábeis		Pendências Bancárias	
Data	Documento	Descrição	Valor
Total (II)		Total (III)	0,00
Diferença Geral (I - II + III)		0,00	

IPM - Informática Ltda



CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO CINCO

Prestação de Contas
AN TC-03 Conciliação Bancária
Período: 01/02/2014 até 28/02/2014

111129902010005 - B.Brasil Cinco - Ctp3 Proama - 21.525-2

Saldo da Contabilidade	10.007,76	Saldo de Aplicação	0,00
Saldo Conciliado	10.007,76	Saldo de Extrato	10.007,76
		Diferença conciliação (I)	0,00
Pendências Contábeis		Pendências Bancárias	

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

Fraiburgo, 28 de fevereiro de 2014

IPM - Informática Ltda

Demonstrativo dos Recursos Recebidos - TC 06

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO CINCO
 Prestação de Contas
 AN TC-06 Comparativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título
 LOA: 2014 Período: Fevereiro

Pág 1 / 2

Conta	Recebido no período	Recebido até o período
Receita Orçamentária		
Receita orçamentária	135.997,03	170.360,19
Receitas correntes	129.197,03	163.560,19
Receita patrimonial	694,11	1.405,23
Receitas de valores mobiliários	694,11	1.405,23
Remuneração de depósitos bancários	694,11	1.405,23
Remuneração depósitos de recursos vinculados	588,59	1.246,76
Receita rem. dep. banc. rec. vinc.-outros	588,59	1.246,76
Remuneracao Dep. Bancarios - Municipios Consorciad	588,59	1.246,76
Remuneração depósito de recursos não vinculados	105,52	158,47
Remuneração dep. recur. não vinculados-outros	105,52	158,47
Receita de serviços	0,00	12.879,00
Outras receitas de serviços	0,00	12.879,00
Outros Servicos - Horas Maquinas	0,00	12.879,00
Transferências correntes	128.400,93	149.077,07
Transferências intergovernamentais	128.400,93	149.077,07
Transferências dos municípios	128.400,93	149.077,07
Transferências a consórcios públicos	128.400,93	149.077,07
GRUPO DO PROGRAMA 01 ADM	51.910,00	51.910,00
ARROIO TRINTA	4.560,00	4.560,00
CACADOR	9.120,00	9.120,00
CALMON	1.420,00	1.420,00
FRAIBURGO	9.120,00	9.120,00
IBIAM	3.040,00	3.040,00
IOMERÊ	3.040,00	3.040,00
MACIEIRA	4.560,00	4.560,00
MATOS COSTA	3.040,00	3.040,00
MONTE CARLO	3.040,00	3.040,00
PINHEIRO PRETO	3.040,00	3.040,00
RIO DAS ANTAS	3.040,00	3.040,00
TIMBÓ GRANDE	330,00	330,00
VIDEIRA	4.560,00	4.560,00
GRUPO DO PROGRAMA 02 MIP	66.490,93	87.167,07
ARROIO TRINTA	2.257,02	2.257,02
CAÇADOR	27.670,12	27.670,12
CALMON	3.094,62	3.094,62
FRAIBURGO	16.393,58	16.393,58
IBIAM	859,14	859,14
IOMERÊ	2.537,35	2.537,35
MATOS COSTA	1.398,49	1.398,49
PINHEIRO PRETO	1.424,94	1.424,94
TIMBÓ GRANDE	10.855,67	10.855,67
VIDEIRA	0,00	20.676,14
GRUPO DO PROGRAMA 03 PROA	10.000,00	10.000,00
FRAIBURGO	5.000,00	5.000,00
PINHEIRO PRETO	5.000,00	5.000,00
Outras receitas correntes	101,99	198,89
Indenizações e restituições	101,99	198,89
Restituições	101,99	198,89
Outras restituições	101,99	198,89
Receitas de capital	6.800,00	6.800,00
Transferências de capital	6.800,00	6.800,00
Transferências intergovernamentais	6.800,00	6.800,00
Transferências dos municípios	6.800,00	6.800,00
Transferências a consórcios públicos	6.800,00	6.800,00
GRUPO DO PROGRAMA 01	6.800,00	6.800,00
ARROIO TRINTA	600,00	600,00
CAÇADOR	1.200,00	1.200,00
CALMON	200,00	200,00
FRAIBURGO	1.200,00	1.200,00

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR1071101-022-SYFPM-133626873 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

27/03/2014 13:34



CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO CINCO
Prestação de Contas
AN TC-06 Comparativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título
LOA: 2014 Período: Fevereiro

Pág 2 / 2

Conta	Recebido no período	Recebido até o período
Receita Orçamentária		
IBIAM	400,00	400,00
IOMERÊ	400,00	400,00
MACIEIRA	600,00	600,00
MATOS COSTA	400,00	400,00
MONTE CARLO	400,00	400,00
PINHEIRO PRETO	400,00	400,00
RIO DAS ANTAS	400,00	400,00
VIDEIRA	600,00	600,00
Total Receita	135.997,03	170.360,19
Total Geral	135.997,03	170.360,19

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

Razão Analítico para Conciliação Bancária**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO CINCO**

Pág 1 / 4

Gestão Patrimonial e Contábil

Resumido

Razão Contábil para Conciliação

Período: 01/02/2014 até: 28/02/2014

9317 -111129902010001 - B. Brasil Sa Cinco Movimento 18.520-5 - 18520-5			
Data	Tipo Movimento	Histórico	Valor
		Saldo Anterior	8.934,81
18/02/2014	Pagamento de Empen	Pagamento de empenho [13 / 2014] liquidação [49 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE JOACABA]	(135,90)
28/02/2014	Arrecadação de Recei	RENDIMENTOS BANCARIOS	41,14
		TOTAL	8.840,05

**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO CINCO**

Pág 2 / 4

Gestão Patrimonial e Contábil

Resumido

Razão Contábil para Conciliação

Período: 01/02/2014 até: 28/02/2014

19961 - 111129902010002 - B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 - 20.412-9 - 20412-9			
Data	Tipo Movimento	Histórico	Valor
		Saldo Anterior	83.273,91
03/02/2014	Pagamento de Empen	Pagamento de empenho [41 / 2014] liquidação [20 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [DETRAN SC]	(107,05)
03/02/2014	Pagamento de Empen	Pagamento de empenho [40 / 2014] liquidação [21 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS SEGURO DPVAT S.A]	(105,25)
03/02/2014	Pagamento de Empen	Pagamento de empenho [15 / 2014] liquidação [32 / 2014] com CHEQUE número [850049] credor [REVOLUCION SERVICOS DE INFORMÁTICA LTDA ME]	(158,00)
03/02/2014	Pagamento de Empen	Pagamento de empenho [9 / 2014] liquidação [33 / 2014] com CHEQUE número [850049] credor [REVOLUCION SERVICOS DE INFORMÁTICA LTDA ME]	(480,00)
06/02/2014	Pagamento de Empen	Pagamento de empenho [1 / 2014] liquidação [10 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [LINK TELE INFORMÁTICA LTDA ME]	(83,09)
06/02/2014	Pagamento de Empen	Pagamento de empenho [42 / 2014] liquidação [22 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS]	(1.892,36)
06/02/2014	Pagamento de Empen	Pagamento de empenho [31 / 2014] liquidação [23 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [CAIXA ECONOMICA FEDERAL]	(1.360,71)
06/02/2014	Pagamento de Empen	Pagamento de empenho [5 / 2014] liquidação [25 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [BETHA SISTEMAS LTDA]	(562,50)
06/02/2014	Pagamento de Empen	Pagamento de empenho [8 / 2014] liquidação [26 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [HBINFOPROVEDOR LTDA ME]	(337,60)
06/02/2014	Pagamento de Empen	Pagamento de empenho [16 / 2014] liquidação [27 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [CELESC DISTRIBUICAO S A]	(105,27)
06/02/2014	Pagamento de Empen	Pagamento de empenho [7 / 2014] liquidação [28 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [HBINFOPROVEDOR LTDA ME]	(149,00)
06/02/2014	Pagamento de Empen	Pagamento de empenho [35 / 2014] liquidação [29 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [AUTO ELITE LTDA FILIAL 07]	(40.721,62)
06/02/2014	Pagamento de Empen	Pagamento de empenho [36 / 2014] liquidação [30 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [AUTO ELITE LTDA FILIAL 07]	(5.078,38)
06/02/2014	Pagamento de Empen	Pagamento de empenho [6 / 2014] liquidação [34 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [IVETE REGINA ODORIZZI]	(1.100,00)
07/02/2014	Pagamento de Empen	Pagamento de empenho [47 / 2014] liquidação [36 / 2014] com CHEQUE número [850051] credor [LUIZ FERNANDO RALDI]	(1.000,00)
07/02/2014	Arrecadação de Recei	CONTRATO DE RATEIO ADMINISTRATIVO	9.120,00
07/02/2014	Arrecadação de Recei	CONTRATO DE RATEIO ADMINISTRATIVO	1.200,00
07/02/2014	Arrecadação de Recei	CONTRATO DE RATEIO ADMINISTRATIVO	3.040,00
07/02/2014	Arrecadação de Recei	CONTRATO DE RATEIO ADMINISTRATIVO	400,00
10/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO ADMINISTRATIVO	3.040,00
10/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO ADMINISTRATIVO	400,00
11/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO DESPESAS ADMINISTRATIVAS	330,00
11/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO DESPESAS ADMINISTRATIVAS	9.120,00
11/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.200,00
11/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO DESPESAS ADMINISTRATIVAS	3.040,00
11/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO DESPESAS ADMINISTRATIVAS	400,00
11/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO DESPESAS ADMINISTRATIVAS	3.040,00
11/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO DESPESAS ADMINISTRATIVAS	400,00
11/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO DESPESAS ADMINISTRATIVAS	3.040,00
11/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO DESPESAS ADMINISTRATIVAS	400,00
12/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO ADMINISTRATIVO	1.420,00
12/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO ADMINISTRATIVO	200,00
13/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO ADMINISTRATIVO	3.040,00
13/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO ADMINISTRATIVO	400,00
14/02/2014	Pagamento de Empen	Pagamento de empenho [10 / 2014] liquidação [39 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [OI SA]	(372,67)
14/02/2014	Pagamento de Empen	Pagamento de empenho [11 / 2014] liquidação [38 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [OI SA]	(287,46)
14/02/2014	Pagamento de Empen	Pagamento de empenho [27 / 2014] liquidação [40 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [FEY PROBST E BRUSTOLIN ADVOCACIA]	(2.955,00)
17/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO VARIÁVEL ADM	4.560,00
17/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO VARIÁVEL ADM	600,00
18/02/2014	Pagamento de Empen	Pagamento de empenho [32 / 2014] liquidação [24 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [INSS]	(3.741,95)
18/02/2014	Pagamento Nota Des	Pagamento de Nota Extra [13 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(1.368,61)
18/02/2014	Pagamento de Restos	Pagamento de Restos [114 / 2013] liquidação [2 / 2014 com DEBITO BANCARIO número	(504,31)
18/02/2014	Pagamento de Restos	Pagamento de Restos [113 / 2013] liquidação [1 / 2014 com DEBITO BANCARIO número	(1.183,11)

**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO CINCO**

Pág 3 / 4

Gestão Patrimonial e Contábil

Resumido

Razão Contábil para Conciliação

Período: 01/02/2014 até: 28/02/2014

19961 -111129902010002 - B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 - 20.412-9 - 20412-9			
Data	Tipo Movimento	Histórico	Valor
18/02/2014	Pagamento de Empen	Pagamento de empenho [4 / 2014] liquidação [46 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [EMPRESA BRASILEIRA DE TELEGRAFOS]	(417,50)
20/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO ADMINSITRATIVO	4.560,00
20/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO ADMINSITRATIVO	600,00
25/02/2014	Pagamento de Empen	Pagamento de empenho [34 / 2014] liquidação [58 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [SANTA TEREZINHA TRANSP. E TURISMO S.A. - FILIAL]	(190,00)
26/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO VARIÁVEL ADM	3.040,00
26/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO VARIÁVEL ADM	400,00
28/02/2014	Pagamento Nota Desç	Pagamento de Nota Extra [64 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(68,27)
28/02/2014	Pagamento Nota Desç	Pagamento de Nota Extra [62 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(68,27)
28/02/2014	Pagamento Nota Desç	Pagamento de Nota Extra [61 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(68,27)
28/02/2014	Pagamento Nota Desç	Pagamento de Nota Extra [60 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(68,27)
28/02/2014	Pagamento Nota Desç	Pagamento de Nota Extra [59 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(68,27)
28/02/2014	Pagamento Nota Desç	Pagamento de Nota Extra [58 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(68,27)
28/02/2014	Pagamento Nota Desç	Pagamento de Nota Extra [57 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(68,27)
28/02/2014	Pagamento Nota Desç	Pagamento de Nota Extra [56 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(68,27)
28/02/2014	Pagamento Nota Desç	Pagamento de Nota Extra [55 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(68,27)
28/02/2014	Pagamento Nota Desç	Pagamento de Nota Extra [54 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(68,27)
28/02/2014	Pagamento Nota Desç	Pagamento de Nota Extra [53 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(68,27)
28/02/2014	Pagamento Nota Desç	Pagamento de Nota Extra [52 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(204,81)
28/02/2014	Pagamento Nota Desç	Pagamento de Nota Extra [49 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(68,27)
28/02/2014	Pagamento de Empen	Pagamento de empenho [29 / 2014] liquidação [60 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [ELÓI RONNAU]	(14.492,18)
28/02/2014	Pagamento Nota Desç	Pagamento de Nota Extra [63 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(204,81)
28/02/2014	Pagamento Nota Desç	Pagamento de Nota Extra [50 - 2014] com CHEQUE número 850052	(204,81)
28/02/2014	Pagamento Nota Desç	Pagamento de Nota Extra [30 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(45,00)
28/02/2014	Pagamento Nota Desç	Pagamento de Nota Extra [45 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(18,02)
28/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO VARIÁVEL ADM	1.520,00
28/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO VARIÁVEL ADM	200,00
28/02/2014	Arrecadação de Recei	RENDIMENTOS BANCARIOS	323,89
28/02/2014	Pagamento Nota Desç	Pagamento de Nota Extra [46 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(4,47)
28/02/2014	Pagamento de Empen	Pagamento de empenho [37 / 2014] liquidação [66 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [BANCO DO BRASIL SA]	(219,00)
TOTAL			61.834,02

19962 -111129902010003 - B. Brasil Cinco - Cps Maq. - 20.414-5 - 20414-5			
Data	Tipo Movimento	Histórico	Valor
		Saldo Anterior	14.662,94
18/02/2014	Pagamento de Empen	Pagamento de empenho [44 / 2014] liquidação [45 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [MECANICA INDUSTRIAL XANDE]	(500,00)
18/02/2014	Pagamento de Empen	Pagamento de empenho [14 / 2014] liquidação [13 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUCAO LTDA]	(422,11)
18/02/2014	Pagamento de Empen	Pagamento de empenho [26 / 2014] liquidação [14 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUCAO LTDA]	(985,20)
28/02/2014	Pagamento de Empen	Pagamento de empenho [19 / 2014] liquidação [50 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUCAO LTDA]	(1.623,00)
28/02/2014	Arrecadação de Recei	RENDIMENTOS BANCARIOS	64,38
TOTAL			11.197,01



CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO CINCO

Gestão Patrimonial e Contábil

Resumido

Razão Contábil para Conciliação

Período: 01/02/2014 até: 28/02/2014

Pág 4 / 4

19963 - 111129902010004 - B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 20.413-7 - 20413-7			
Data	Tipo Movimento	Histórico	Valor
		Saldo Anterior	51.366,90
06/02/2014	Pagamento Nota Des	Pagamento de Nota Extra [3 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(16,80)
06/02/2014	Pagamento Nota Des	Pagamento de Nota Extra [4 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(7,97)
06/02/2014	Pagamento Nota Des	Pagamento de Nota Extra [5 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(82,34)
06/02/2014	Pagamento Nota Des	Pagamento de Nota Extra [6 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(6,22)
06/02/2014	Pagamento Nota Des	Pagamento de Nota Extra [7 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(9,47)
06/02/2014	Pagamento Nota Des	Pagamento de Nota Extra [8 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(49,92)
06/02/2014	Pagamento Nota Des	Pagamento de Nota Extra [9 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(23,48)
06/02/2014	Pagamento Nota Des	Pagamento de Nota Extra [10 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(33,78)
06/02/2014	Pagamento Nota Des	Pagamento de Nota Extra [11 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(39,34)
06/02/2014	Pagamento Nota Des	Pagamento de Nota Extra [12 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(224,61)
06/02/2014	Pagamento de Empen	Pagamento de empenho [28 / 2014] liquidação [31 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [GEINFO TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA ME]	(472,64)
06/02/2014	Pagamento Nota Des	Pagamento de Nota Extra [2 - 2014] com CHEQUE número 850013	(291,55)
10/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO VARIÁVEL MIP	922,11
10/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO VARIÁVEL MIP	741,89
11/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO VARIÁVEL CTR3	10.855,67
11/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO VARIÁVEL CTR3	27.670,12
11/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO VARIÁVEL CTR3	443,35
13/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO VARIÁVEL MIP	2.257,02
13/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO VARIÁVEL MIP	1.615,24
14/02/2014	Pagamento de Empen	Pagamento de empenho [18 / 2014] liquidação [15 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA]	(34.263,95)
14/02/2014	Pagamento de Empen	Pagamento de empenho [17 / 2014] liquidação [16 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA]	(32.371,75)
14/02/2014	Pagamento de Empen	Pagamento de empenho [45 / 2014] liquidação [37 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [OI SA]	(211,73)
14/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO VARIÁVEL MIP	3.094,62
17/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO VARIÁVEL MIP	16.393,58
17/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO VARIÁVEL MIP	955,14
17/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO VARIÁVEL MIP	683,05
18/02/2014	Pagamento Nota Des	Pagamento de Nota Extra [1 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(1.929,78)
26/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO VARIÁVEL MIP	859,14
28/02/2014	Arrecadação de Recei	RENDIMENTOS BANCARIOS	252,97
28/02/2014	Pagamento de Empen	Pagamento de empenho [39 / 2014] liquidação [67 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [BANCO DO BRASIL SA]	(22,20)
		TOTAL	48.053,27

19964 - 111129902010005 - B. Brasil Cinco - Ctp3 Proama - 21.525-2 - 21525-2			
Data	Tipo Movimento	Histórico	Valor
		Saldo Anterior	0,00
07/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO PROAMA	5.000,00
11/02/2014	Arrecadação de Recei	RATEIO PROAMA	5.000,00
28/02/2014	Arrecadação de Recei	RENDIMENTOS BANCARIOS	11,73
28/02/2014	Pagamento de Empen	Pagamento de empenho [59 / 2014] liquidação [65 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [BANCO DO BRASIL SA]	(3,97)
		TOTAL	10.007,76

Relação de Empenhos Emitidos



CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO CINCO

Execução Orçamentária
Empenhos Emitidos
Período de Emissão: 01/02/2014 até: 28/02/2014

Pág 1 / 1

Empenho	Espécie	Dotação	Vínculo	Emissão	Credor	Empenhado	Estornado	Líquido
45	Estimativo	01.001.0015.0452.0001.2005.3339039580000000	03030000	01/02/2014	OI SA	4.000,00	0,00	4.000,00
46	Ordinário	01.001.0020.0606.0001.2008.3339030010000000	01020000	07/02/2014	SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUCAO LTDA	336,80	0,00	336,80
47	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339039960000000	01030000	07/02/2014	LUIZ FERNANDO RALDI	1.000,00	0,00	1.000,00
48	Ordinário	01.001.0020.0606.0001.2008.3339030390000000	01020000	07/02/2014	SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUCAO LTDA	1.363,20	0,00	1.363,20
49	Estimativo	01.001.0015.0452.0001.2005.3339039990000000	01030000	12/02/2014	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA	250.000,00	0,00	250.000,00
50	Estimativo	01.001.0015.0452.0001.2005.3339030260000000	01030000	12/02/2014	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA	250.000,00	0,00	250.000,00
51	Global	01.001.0004.0122.0001.2001.3339039110000000	01030000	12/02/2014	IPM INFORMATICA LTDA	2.990,70	0,00	2.990,70
52	Ordinário	01.001.0020.0606.0001.2008.3339030390000000	01020000	18/02/2014	SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUCAO LTDA	507,89	0,00	507,89
53	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339030170000000	03030000	21/02/2014	INFOTRIZ CMERCIAL LTDA - EPP	1.075,00	0,00	1.075,00
54	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339030160000000	03030000	21/02/2014	LINK TELE INFORMATICA LTDA ME	244,00	0,00	244,00
55	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339030170000000	01030000	21/02/2014	CAURÉ INFORMATICA E SUPRIMENTOS LTDA ME	338,00	0,00	338,00
56	Global	01.001.0004.0122.0001.2001.3339036350000000	01030000	21/02/2014	DANIELA BOTTEGA PONTES	3.500,00	0,00	3.500,00
57	Global	01.001.0004.0122.0001.2001.3339047180000000	01030000	21/02/2014	INSS	700,00	0,00	700,00
58	Ordinário	01.001.0020.0606.0001.2008.3339039990000000	01020000	21/02/2014	ANTONIO CARLOS FERREIRA TRANSPORTADOR ME	3.250,12	0,00	3.250,12
59	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.3339039810000000	01030000	21/02/2014	BANCO DO BRASIL SA	100,00	0,00	100,00
60	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.3339039810000000	03020000	21/02/2014	BANCO DO BRASIL SA	100,00	0,00	100,00
Total Empenhos Globais						7.190,70	0,00	7.190,70
Total Empenhos Ordinários						8.115,01	0,00	8.115,01
Total Empenhos Estimativos						504.200,00	0,00	504.200,00
Total Geral						519.505,71	0,00	519.505,71

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

Relação de pagamentos efetuados

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO CINCO

Financeiro
Pagamentos Efetuados
Período: 01/02/2014 até: 28/02/2014



Data	Ordem de Pagamento	Credor	Documento	Histórico	Vínculo	Banco	Tipo	Doc. Pagto	Valor
03/02/2014	19	REVOLUCION SERVICOS DI	211		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Cheque	850049	480,00
03/02/2014	18	REVOLUCION SERVICOS DI	219		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Cheque	850049	158,00
03/02/2014	17	SEGURADORA LIDER DOS	RECIBO DO SACADO		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		105,25
03/02/2014	16	DETRAN SC	DARE/SC		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		107,05
SubTotal 03/02/2014									850,30
06/02/2014	26	HBINFOPROVEDOR LTDA M	4858		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		149,00
06/02/2014	24	HBINFOPROVEDOR LTDA M	2465		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		337,60
06/02/2014	29	IVETE REGINA ODORIZZI	01		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		1.100,00
06/02/2014	25	CELESC DISTRIBUICAO S A	01-2014.104393702962		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		105,27
06/02/2014	20	LINK TELE INFORMATICA L	812		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		83,09
06/02/2014	22	CAIXA ECONOMICA FEDER	GRF		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		1.360,71
06/02/2014	23	BETHA SISTEMAS LTDA	63908		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		562,50
06/02/2014	17	CONDUVALE ELETRIFICAC	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		16,80
06/02/2014	24	CONDUVALE ELETRIFICAC	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		33,78
06/02/2014	18	CONDUVALE ELETRIFICAC	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		7,97
06/02/2014	19	CONDUVALE ELETRIFICAC	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		82,34
06/02/2014	25	CONDUVALE ELETRIFICAC	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		39,34
06/02/2014	21	CONDUVALE ELETRIFICAC	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		9,47
06/02/2014	20	CONDUVALE ELETRIFICAC	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		6,22
06/02/2014	16	CONDUVALE ELETRIFICAC	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		224,61
06/02/2014	22	CONDUVALE ELETRIFICAC	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário	850013	291,55
06/02/2014	23	CONDUVALE ELETRIFICAC	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		49,92
06/02/2014	28	AUTO ELITE LTDA FILIAL 07	70041		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		23,48
06/02/2014	21	BRADESCO AUTO/RE COM	APOLICE		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		5.078,38
06/02/2014	30	GEINFO TECNOLOGIA DA I	584		3030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		1.892,36
06/02/2014	27	AUTO ELITE LTDA FILIAL 07	70041		3030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		472,64
SubTotal 06/02/2014									40.721,62
SubTotal 06/02/2014									52.648,65
07/02/2014	31	LUIZ FERNANDO RALDI			1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Cheque	850051	1.000,00
07/02/2014	37	FEY PROBST E BRUSTOLIN	87	Pagamento automático de reti	1030000		Retenção	1	45,00
SubTotal 07/02/2014									1.045,00
12/02/2014	8	IPM INFORMATICA LTDA	13472	Pagamento automático de reti	1000033		Retenção	1	18,02
12/02/2014	9	IPM INFORMATICA LTDA	13473	Pagamento automático de reti	1000033		Retenção	1	7,68
12/02/2014	40	CONDUVALE ELETRIFICAC	761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772	Pagamento automático de reti	1030000		Retenção	1	3.731,08
12/02/2014	39	CONDUVALE ELETRIFICAC	761, 760	Pagamento automático de reti	1030000		Retenção	1	34,53
SubTotal 12/02/2014									3.791,31



CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO CINCO

Financeiro
Pagamentos Efetuados
Período: 01/02/2014 até: 28/02/2014

Data	Ordem de Pagamento	Credor	Documento	Histórico	Vínculo	Banco	Tipo	Doc. Pagto	Valor
14/02/2014	36	OI SA	1402000194513, 1402000198791		3030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		211,73
14/02/2014	32	OI SA	1402000215988		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		372,67
14/02/2014	33	OI SA	1402000267878		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		287,46
14/02/2014	35	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO	711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		32.371,75
14/02/2014	34	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO	786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		34.263,95
14/02/2014	38	FEY PROBST E BRUSTOLIN	87		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		2.955,00
SubTotal 14/02/2014									70.462,56
18/02/2014	11	IPM INFORMATICA LTDA	13472		1000033	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		1.183,11
18/02/2014	10	IPM INFORMATICA LTDA	13473		1000033	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		504,31
18/02/2014	27	ELÓI RONNAU	1		3030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		1.368,61
18/02/2014	41	INSS	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		3.741,95
18/02/2014	28	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		1.929,78
18/02/2014	42	EMPRESA BRASILEIRA DE	125023		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		417,50
18/02/2014	45	SHARK MAQUINAS PARA C	6996		3020000	B. Brasil Cinco - Cps Maq. - 2	Débito Bancário		985,20
18/02/2014	43	MECANICA INDUSTRIAL XA	1254		3020000	B. Brasil Cinco - Cps Maq. - 2	Débito Bancário		500,00
18/02/2014	46	DELEGACIA DA RECEITA FE	1		1020000	B. Brasil Sa Cinco Movimento	Débito Bancário		135,90
18/02/2014	44	SHARK MAQUINAS PARA C	6994		1020000	B. Brasil Cinco - Cps Maq. - 2	Débito Bancário		422,11
SubTotal 18/02/2014									11.188,47
25/02/2014	47	SANTA TEREZINHA TRANSF	RECIBO		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		190,00
SubTotal 25/02/2014									190,00
27/02/2014	48	DANIELA BOTTEGA PONTE	01	Pagamento automático de reti	1030000		Retenção	1	55,00
SubTotal 27/02/2014									55,00
28/02/2014	50	ELÓI RONNAU	FEVEREIRO		3030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		14.492,18
28/02/2014	39	ELÓI RONNAU	1		3030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		68,27
28/02/2014	34	ELÓI RONNAU	1		3030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		68,27
28/02/2014	43	ELÓI RONNAU	1		3030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		204,81
28/02/2014	37	ELÓI RONNAU	1		3030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		68,27
28/02/2014	40	ELÓI RONNAU	1		3030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		204,81
28/02/2014	35	ELÓI RONNAU	1		3030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		68,27
28/02/2014	31	ELÓI RONNAU	1		3030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		68,27
28/02/2014	42	ELÓI RONNAU	1		3030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		68,27
28/02/2014	49	ELÓI RONNAU	FEVEREIRO	Pagamento automático de reti	3030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Retenção	1	2.965,96
28/02/2014	36	ELÓI RONNAU	1		3030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		68,27
28/02/2014	30	ELÓI RONNAU	1		3030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		68,27
28/02/2014	38	ELÓI RONNAU	1		3030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		68,27

Identificador: WFC161101-022-CMD/GX-133628013 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

IPM - Informática Ltda

27/03/2014 13:53

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO CINCO

Financeiro
Pagamentos Efetuados
Período: 01/02/2014 até: 28/02/2014



Data	Ordem de Pagamento	Credor	Documento	Histórico	Vínculo	Banco	Tipo	Doc. Pagto	Valor
28/02/2014	33	ELÓI RONNAU	1		3030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		68,27
28/02/2014	41	ELÓI RONNAU	1		3030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Cheque	850052	204,81
28/02/2014	32	ELÓI RONNAU	1		3030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		68,27
28/02/2014	53	BANCO DO BRASIL SA	EXTRATO BANCARIO		3030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		22,20
28/02/2014	29	ELÓI RÖNNAU	1		3030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		68,27
28/02/2014	52	BANCO DO BRASIL SA	EXTRATO BANCARIO		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp3 Proama	Débito Bancário		3,97
28/02/2014	54	BANCO DO BRASIL SA	EXTRATO BANCARIO		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		219,00
28/02/2014	44	FEY PROBST E BRUSTOLIN	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		45,00
28/02/2014	46	IPM INFORMATICA LTDA	1		1000033	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		4,47
28/02/2014	45	IPM INFORMATICA LTDA	1		1000033	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		18,02
28/02/2014	51	SHARK MAQUINAS PARA CI	51		1020000	B. Brasil Cinco - Cps Maq. - 2	Débito Bancário		1.623,00
SubTotal 28/02/2014									20.827,47
Total Pago Fevereiro									161.058,76
Total Geral									161.058,76

CIS/AMUREL**Extrato de Contrato de Credenciamento 14/2014****EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato de Credenciamento nº. 14/2014.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: CDI - IMAGEM LTDA. - ME

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames clínicos de Ultrassonografia, Mamografia Bilateral, Densitometria Óssea e Tomografia.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009 e 002/2009).

Data da Assinatura: 06/01/2014.

Assinantes: Jaime Wensing pelo Contratante e, Manoel José Carvalho Fernandes pelo Contratado.

CONSÓRCIO CATARINA**Assembléia Geral Ordinária de Continuidade**

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE SANTA CATARINA – CONSÓRCIO CATARINA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DE CONTINUIDADE

O Presidente do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE SANTA CATARINA – CONSÓRCIO CATARINA, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que dispõem os Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 21 do Estatuto Social, e em observância a deliberação tomada pelo Plenário da Assembléia Geral Ordinária do dia 27 de fevereiro de 2014, que decidiu, no seu decurso – e sob a argumentação de os trabalhos poderem sofrer prejuízos em função do espaço de tempo disponível à realização deles -, pela sua interrupção e posterior convocação de nova assembléia, CONVOCA os Prefeitos dos Municípios consorciados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DE CONTINUIDADE, à ser realizada no dia 7 de abril de 2014, às catorze horas (14 horas), com a presença mínima de 50% mais um dos representantes dos entes consorciados (Chefes de Poder Executivo), em única convocação, tendo como local a Sala dos Prefeitos da sede da AMUREL, localizada à Rua Rio Branco, 67, Bairro Vila Moema, Município de Tubarão/SC.

Na pauta deverão ser tratados os seguintes assuntos:

- I . Apreciação da ata da assembléia anterior;
- II . Esclarecimentos sobre os objetivos e importância do Consórcio;
- III . Ratificação das alterações do Estatuto Social;
- IV . Apresentação do orçamento para o exercício do ano de 2014;
- V. Indicação de interlocutor e Diagnóstico de Situação do Saneamento;
- VI . Assuntos gerais.

Tubarão, 28 de março de 2014.

João Oávio Falchetti

Presidente do Consórcio Catarina

CONSÓRCIO MAMPITUBA**Portaria 05/2014**

Consórcio Intermunicipal de Infraestrutura e Desenvolvimento da Região do Vale do Rio Mampituba

Av. Nereu Ramos , nº 534 - Centro – CEP 88.970-000 – São João do Sul – SC.

CNPJ nº 19.366.447/0001-07

PORTARIA Nº 5/2014

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Infraestrutura e Desenvolvimento da Região do Vale do Rio Mampituba, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 28 do Contrato do Consórcio e Resolução nº 2, de 12 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

Nomear Daniel Monteiro da Silveira, para ocupar o cargo de Diretor Executivo, para tomar posse em 30 (trinta) dias.

São João do Sul, 27 de março de 2014.

Pedro Juarez da Silva

Prefeito Municipal de Mampituba

Presidente do Consórcio